



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2102

Sexta-feira - 14 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Grão Pará .....	730	Penha.....	902
Anchieta .....	3	Guaramirim.....	732	Pinheiro Preto .....	951
Antônio Carlos .....	5	Herval d'Oeste .....	733	Planalto Alegre.....	962
Arabutã .....	6	Ibiam .....	735	Pomerode.....	963
Arroio Trinta.....	9	Imbituba .....	737	Porto União.....	965
Ascurra.....	10	Indaial.....	739	Presidente Nereu.....	977
Barra Bonita.....	11	Ipumirim .....	741	Princesa .....	983
Bela Vista do Toldo.....	12	Irineópolis .....	747	Rio das Antas.....	984
Biguaçu .....	13	Itá .....	748	Rio dos Cedros.....	991
Blumenau .....	20	Itaiópolis .....	749	Rio do Sul.....	985
Bom Retiro .....	36	Itapiranga.....	750	Romelândia.....	992
Botuvera.....	57	Itapoá .....	754	Santa Terezinha do Progresso .....	993
Braço do Trombudo .....	58	Ituporanga .....	756	São Bento do Sul.....	995
Brunópolis .....	69	Jaraguá do Sul .....	757	São Carlos .....	1009
Brusque.....	70	Joaçaba .....	776	São Domingos.....	1010
Caçador.....	578	Lages .....	782	São João do Oeste .....	1011
Camboriú.....	580	Laguna .....	783	São João do Sul .....	1012
Campo Alegre .....	581	Lauro Muller .....	784	São José.....	1013
Campo Erê.....	586	Lebon Regis .....	786	São José do Cedro.....	1014
Campos Novos.....	587	Leoberto Leal.....	789	São Lourenço do Oeste.....	1015
Capinzal .....	601	Lindóia do Sul .....	793	São Miguel do Oeste.....	1016
Catanduvas.....	602	Lontras.....	795	São Pedro de Alcântara.....	1018
Caxambu do Sul.....	603	Luzerna .....	796	Schroeder .....	1029
Chapadão do Lageado .....	608	Macieira.....	813	Seara .....	1033
Chapecó .....	614	Mafra .....	814	Serra Alta .....	1037
Cocal do Sul.....	616	Maravilha.....	815	Sul Brasil .....	1038
Concórdia .....	622	Massaranduba.....	816	Tigrinhos .....	1040
Cordilheira Alta .....	627	Meleiro .....	817	Timbé do Sul .....	1041
Coronel Freitas.....	630	Modelo .....	818	Timbó .....	1045
Coronel Martins.....	650	Mondai .....	852	Três Barras .....	1138
Corupá .....	667	Navegantes.....	854	Treze Tilias .....	1141
Curitibanos .....	668	Nova Trento .....	859	Trombudo Central.....	1147
Dionísio Cerqueira .....	669	Novo Horizonte .....	862	Tunápolis.....	1148
Eral Velho .....	700	Orleans .....	863	Turvo .....	1153
Faxinal dos Guedes.....	706	Ouro Verde .....	864	União do Oeste .....	1154
Flor do Sertão .....	711	Palhoça .....	867	Vargeão.....	1157
Forquilha .....	712	Palmitos .....	892	Videira.....	1158
Fraiburgo.....	716	Papanduva.....	897	Vitor Meireles.....	1163
Frei Rogério .....	719	Paraíso .....	898	Xanxerê.....	1164
Galvão.....	720	Passo de Torres.....	899	Xavantina .....	1165
Garopaba.....	724	Passos Maia .....	900	Xaxim.....	1174
Gaspar .....	727	Paulo Lopes .....	901		

### Associações

AMERIOS.....	1177
--------------	------

### Consórcios

CIMCATARINA.....	1178	CIS/AMMVI.....	1183
CIMVI.....	1181		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2258 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue.

§ 1º - Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 08/10 a 14/10 – Servidores Marcos Finger e Paulo Cesar Brito;
- b) Do dia 15/10 a 21/10 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- c) Do dia 22/10 a 28/10 – Servidores Adilson Schwingel e Paulo Cesar Brito;
- d) Do dia 29/10 a 04/11 – Servidor Marcos Finger;
- e) Do dia 05/11 a 11/11 – Servidores Marinho Sergio Castro e Paulo Cesar Brito;
- f) Do dia 12/11 a 18/11 – Servidor Adilson Schwingel;
- g) Do dia 19/11 a 25/11 – Servidores Marcos Finger e Paulo Cesar Brito;
- h) Do dia 26/11 a 02/12 – Servidor Marinho Sergio Castro;

§ 2º - Servidor na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 08/10 a 14/10 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- b) Do dia 22/10 a 28/10 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- c) Do dia 05/11 a 11/11 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- d) Do dia 19/11 a 25/11 - Servidora Marcia Schneider Nordt;

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 853,08 (oitocentos e cinquenta e três reais com oito centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – Os servidores relacionados na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, 07 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LOTETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 316/2016**

PORTARIA Nº. 316/2016  
De, 06 Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Angelica Antonelli, ocupante do cargo de Coordenadora do Setor de Atendimento, lotada na Secretaria da Administração e Gestão, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 10/10/2016 à 29/10/2016, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 06 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 317/2016**

PORTARIA Nº. 317/2016  
De, 06 Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Remanescer dias de férias em favor da servidora,

Art. 1º - Fica alterado o gozo das férias concedida à Servidora Pública Municipal Carmen Lúcia Ticiani Farina, ocupante do cargo de Datilógrafa, relativas ao período de 2014/2015, a qual permaneceu trabalhando no Cartório Eleitoral entre os dias 21/03/ à 01/04/2016 - 12 (doze) dias, remanescendo a seu favor 18 (dezoito) dias, dos quais poderão serem gozados de acordo com escala e critérios do Cartório Eleitoral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 06 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 318/2016**

PORTARIA nº. 318/2016  
De, 07 de Outubro de 2016.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Natan Luiz Scholtze, ocupante do cargo de Farmacêutico ACT, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 07 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 319/2016**

PORTARIA N. 319/2016  
De, 07 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE,**

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Nelsi Luiza Schmidt Piovesan, ocupante do cargo de Contadora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 07/10/2016 até a data definida pela perícia médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Em, 07 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 320/2016**

PORTARIA N. 320/2016

De, 07 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o afastamento da Contadora Geral do Município, senhora Nelsi Luiza Schmidt Piovesan por motivo de procedimento cirúrgico;

Considerando a necessidade de um profissional contábil;

RESOLVE,

Designar Servidor Efetivo,

Art. 1º - Fica designado o senhor Neori Hoppe, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotado na secretaria Municipal da Fazenda, para assumir no período de 07/10/2016 à 31/12/2016 como responsável pela Contabilidade Pública Municipal, na função de Técnico em Contabilidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 07 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 321/2016**

PORTARIA nº. 321/2016

De, 07 de Outubro de 2016.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Marlete Mattana Slaviero, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde ACT, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 07 de Outubro de 2016.



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 093/2016

DECRETO Nº 093/2016

Altera temporariamente o horário de expediente e funcionamento da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que os recursos públicos municipais estão extremamente escassos, em virtude da crise econômica que assola o país neste momento;

CONSIDERANDO a necessidade da redução de gastos e garantia da continuidade dos serviços prestados pela municipalidade a população;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado, temporariamente, o horário de expediente e funcionamento da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que passará a ser das 07:00 horas às 13:00 horas, de Segunda-feira a Sexta-feira, com início no dia 17 de outubro de 2016, por prazo indeterminado.

§1º - O horário de expediente de que trata o caput do presente art. será aplicado somente às Secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos;

§2º - As Secretarias de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde e Assistência Social permanecerão com o horário normal de expediente;

Art. 2º - A qualquer momento e sem necessidade de prévio aviso, poderá ser suspenso ou interrompido o horário fixado no caput do art. 1º e retomado o horário normal de expediente, sem gerar qualquer direito a qualquer servidor.

Parágrafo Único - Havendo a necessidade da realização de hora-extra por parte de qualquer servidor, o mesmo terá direito somente às horas que excederem à carga horária normal e habitual de seu cargo e somente após a devida e expressa autorização de seu superior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 13 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

de empresa para suporte, implantação, implementação e serviços decorrentes aos Sistemas de Informação do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos S/C. Prorrogação de Prazo: 12 (doze) meses. Novo Vencimento: 13 de outubro de 2017.

Antônio Carlos, 13 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 073/2016; Origem: Processo de Licitação nº 32/2016 – Concorrência Pública nº 02/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Objeto: O presente termo aditivo consiste na prorrogação do prazo do presente contrato que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo Freiberg, na localidade Louro, Município de Antônio Carlos/SC, com extensão de 440,00 metros, compreendido pelo: trecho 04 (km 1+830 a km 2+270), de acordo com contrato de operação de crédito firmado entre Agência de Fomento de Santa Catarina S/A (BADESC) e o Município de Antônio Carlos, Programa Badesco Cidades. Prazo: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do contrato acima enumerado, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 15 de dezembro de 2016. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 13 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 162/2015; Origem: Processo de Licitação nº 082/2015 – Convite nº 06/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: MEIRE KARIANE AMARAL ME; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação

# Arabutã

## PREFEITURA

### ATA 002 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 52/2016

ATA 002

Processo Licitatório nº. 52/2016 – Pregão nº 37/2016

Objeto: Registro de preços de mudas de erva-mate e eucalipto, conforme identificação constante do Formulário-Proposta, anexo I.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio reuniram-se para análise da documentação de habilitação da empresa JULCIMAR ANDRE BORDIGNON & CIA LTDA - ME (11659) sendo que constatamos que a empresa deixou de apresentar ou apresentou de forma incompleta os seguintes documentos, exigidos no item 7.5, do Edital de Licitação supramencionado, sendo para tanto inabilitada:

- a) Prova de inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – Renasem, no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Mapa, como comerciante de sementes e/ou mudas, compatível com o objeto da licitação;
- b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela entidade profissional competente;
- c) Registro do responsável técnico, constante da Certidão de Pessoa Jurídica expedida pela entidade profissional competente, no Renasem.

Para tanto, fundamentados, no art. 48, § 3º, da Lei Federal nº. 8.666/1993, fixamos o prazo de oito dias úteis para a apresentação da documentação faltante, contados desta data. Caso não ocorra referida apresentação ou se a mesma restar incompleta, a empresa permanecerá INABILITADA neste certame.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 13 de outubro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

DELSI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 053/2016, CONVITE Nº. 005/2016. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório na modalidade CONVITE, tipo menor preço global, para a contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para implantação de três academias ao ar livre nas Praças Albino Schimmelpfennig, Praça Selvino Petry e Praça Central de Nova Estrela, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até as 08h do dia 25 de outubro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30, em sessão pública, ocorrerá a abertura dos mesmos e julgamento. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda, pelo telefone (49) 34480048, pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br). Arabutã-SC, 13 de outubro de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF – Prefeito.

### DECRETO Nº.1935/2016

DECRETO Nº 1.935, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 30.879,61.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "a" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade:	1059	Obras do Centro Comunitário de Linha Paraíso		
Modalidade: 01.0109	182	44900000000000	Aplicações Diretas	30.879,61
		TOTAL .....	R\$	30.879,61

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do seguinte provável excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 0.1.0109 – Alienação de Bens Móveis .....R\$ 30.879,61

TOTAL .....R\$ 30.879,61

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de Outubro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de outubro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

## DECRETO Nº.1936/2016

DECRETO Nº 1936, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Comissão para Avaliação para Progressão de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 24 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências e art. 21 da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014 que dispõe do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, revoga Leis e dá outras providências,

### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo para compor a comissão da avaliação para Progressão por Desempenho dos Servidores Públicos e Profissionais do Magistério do Município de Arabutã em estágio probatório:

I – chefe imediato de cada servidor em estágio probatório;

II – representantes do Chefe do Poder Executivo:

a) Dulci Driemeier – Auxiliar Administrativo;

b) Leila Cristina Pichetti Luckemeier – Professora;

c) Mauro Muller – Operador de Máquinas Rodoviárias;

d) Jair Fassbinder – Agente de Controle Interno;

e) Cristiane Petry Delalibera – Enfermeira.

§ 1º Entende-se por chefe imediato o responsável pela unidade/órgão da administração pública onde o servidor estiver lotado e/ou atuando.

§ 2º Se o Servidor Público e o Profissional do Magistério do Município estiver desempenhando cargo de direção ou chefia, ou cargo comissionado o mesmo será avaliado cuja avaliação será juntada aos acentos pessoal, e, no caso de Progressão, a mesma será concedida no retorno ao cargo efetivo.

Art. 2º A homologação das avaliações será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de outubro de 2016.

Jackson Luiz Pazlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de outubro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

**DECRETO Nº.1937/2016**

DECRETO Nº 1937, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 9.050,00 e dá outras providências.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "d" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.068	Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública		
Modalidade	119	33900000000000000010017	Aplicações Diretas	9.050,00
TOTAL				9.050,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.068	Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública		
Modalidade	121	44900000000000000010017	Aplicações Diretas	9.050,00
TOTAL				9.050,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de Outubro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito MunicipalRegistra-se e Publica-se.  
Em 13 de Outubro 2016Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pelas Publicações

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0027/2016 - MOTOCICLETA NOVA, 0 KM - CAMPANHA "COMPRA AQUI E AJUDE ARROIO TRINTA A CRESCER"**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0027/2016 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA MOTOCICLETA NOVA, 0 KM, PARA A CAMPANHA "COMPRA AQUI E AJUDE ARROIO TRINTA A CRESCER", CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1773 DE 21/07/2016, OBJETIVANDO O AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO E VALORIZANDO O COMÉRCIO LOCAL.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 31/10/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 31/10/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 13 de outubro de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 37/2016 - MARCIO PEREIRA

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 37/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratado: Marcio Pereira (pessoa física)

Objeto: Pelo presente instrumento fica o CREDENCIADO apto a plena e total execução dos serviços de árbitro de Futebol, na modalidade suíço, para atender, em regime de rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da CME, para o ano de 2016, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preço unitário do item 1 da tabela 2 do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 37/2016.

Vigência: até 31/12/2016.

Ascurra, 14 de outubro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****DECRETO SUPLEMENTAR Nº 884/2016 "PROCEDE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMEN- TAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 884/2016

"Procede abertura de Crédito Adicional Suplemen-  
tar e dá outras providências".

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº.749/2015, de 07 de dezembro de 2015:

**DECRETA**

Art.1º- Fica o aberto Crédito Adicional Suplementar destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente no que concerne a parte da Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Municipal Nº.749/2015, de 07 de dezembro de 2015, a saber, e abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 05800 – Salário Educação ..... R\$. 5.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$. 5.000,00

Art.2º- Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do Orçamento do Município.

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD. ATIV. ENSINO INFANTIL

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 05800 – Salário Educação ..... R\$. 3.000,00

CAT.ECON.: 44900000 – Aplicações Diversas - Investimentos

FONTE/REC: 05800 – Salário Educação ..... R\$. 2.000,00

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$. 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 11 de outubro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### PORTARIAS 267-268/2016

PORTARIA Nº 267/2016, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

#### CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio ao servidor ESTANISLAU DEMSBINSKI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos pelo período de 05/10/2016 à 02/01/2017, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de outubro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolvo expedir a presente:

#### NOMEIA APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º. Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (40 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull, a profissional SIMONE MARIA EMILIANO BATISTA, aprovada pelo Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral) e Edital de Convocação nº 010/2016, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de outubro de 2016  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 181/2016

DECRETO Nº 181 /2016 DE: 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE DESPESAS DE CUSTEIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu; e,

Considerando as dificuldades econômico financeiras no qual atravessa o Município, visto a crescente queda da arrecadação;

Considerando a necessidade de adequação do Município às previsões da Lei Complementar 101/2000, especialmente quanto ao equilíbrio orçamentário-financeiro;

Considerando a necessidade de manutenção dos serviços básicos prestados pelo ente municipal;

Considerando a queda de receita do Município, decorrente da redução dos repasses Federais e Estaduais;

Considerando, por fim, a necessidade de se aplicar com rigor medidas que venham a favorecer o controle de aplicação dos recursos financeiros do Município, adequando-se aos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública:

I - Revisão do quadro de cargos em comissão, funções gratificadas e estagiários;

II - Fica condicionada a emissão de Autorização de Fornecimento (AF), somente após o aval do Secretário da Fazenda;

III - Ficam suspensos em caráter temporário:

a) concessão de funções gratificadas e outras gratificações legais;  
b) a concessão de diárias, salvo em casos excepcionais e essenciais a manutenção do serviço público;

c) participação dos servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos de qualificação, bem como encontros regionais, estaduais e nacionais de quaisquer áreas, salvo casos excepcionais com autorização expressa do Prefeito Municipal;  
d) concessão de novos auxílios ajuda de custo e qualquer outro tipo de subvenções sociais;  
e) fica proibida a realização de serviço extraordinário;

IV - fica vedada a cessão, locação ou contratação de serviços de transporte para realização de viagens de qualquer natureza, em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados ou autorizados por Lei ou avençados em Convênio, ressalvados apenas nos casos expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal.

V - suspensão de auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer secretarias ou instituições, exceto aqueles já autorizados ou previstos;

Art. 2º - Cada Secretário ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto junto a sua secretaria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### EXTRATO CONTRATO Nº 10.100/2016 - PROCESSO: - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.100/2016

Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: QUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME

Valor: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

### EXTRATO CONTRATO Nº 10.102/2016 - PROCESSO: - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.102/2016

Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: SANDRO VILMAR PIRES ME

Valor: R\$ 79.180,00 (setenta e nove mil cento e oitenta reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.105/2016 - PROCESSO: -  
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.105/2016  
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 6.795,54 (seis mil setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6/2016  
- PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa:  
MF – MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, CNPJ nº 94.894.169-86, endereço Rua Samuel Kruschin, 200, Patronato, Santa Maria, RS, representada neste ato, por seu representante legal, Cristiano G. de Freitas, portador do RG nº 1060682001, CPF nº 940.402.140/72

Itens:  
23 - PREDNISONA 5 MG – 70.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 0,136

VALOR TOTAL:  
R\$ 9.520,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS E VINTE REAIS)

VIGÊNCIA DE 12/09/2016 À 12/09/2017.

Biguaçu, 16 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff  
Secretário de Saúde

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2016  
- PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa:  
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ nº 67.729.178/0004-91, endereço Rua da Saudade, 45, Letra A, Campo da Mogiana, Poços de Caldas, Minas Gerais, representada neste ato, por seu representante legal, Sr Marcos da Costa Santos, portador do RG nº 38.913.123-4, CPF nº 438.630.998-50.

Itens:  
3 - AZITROMICINA 500 MG – 40.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 0,422  
16 – EPINEFRINA 1 MG/ML – 3.000 AMPOLAS – VALOR UNITÁRIO R\$ 2,90  
21 –LEVODOPA+CARDIDOPA 250 MG+25MG – 8.000 COMPRIMIDOS - VALOR UNITÁRIO R\$ 0,268  
22 – METILDOPA – 80.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO 0,136

VALOR TOTAL:  
R\$ 39.324,00 (TRINTA E NOVE MIL E TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS)

VIGÊNCIA DE 12/09/2016 À 12/09/2017.

Biguaçu, 16 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 2552/2016**

PORTARIA nº 2552 de 13 de outubro de 2016  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ROBERTA CANTARELLA, detentor do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA ESTRANGEIRA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.  
THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2553/2016**

PORTARIA nº 2553 de 13 de outubro de 2016  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) PAMELA GAMBA FLORENCIO DE OLIVEIRA, detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2554/2016**

PORTARIA nº 2554 de 13 de outubro de 2016

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) Fátima Maria da Costa, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Professor I, inscrito(a) na matrícula funcional nº 15220-19, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 15/08/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2555/2016**

PORTARIA Nº 2555/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DENISE CRISTINA MIGUEL, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9557/2016 em anexo no período de 05/10/2016 a 14/11/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2556/2016**

PORTARIA Nº 2556/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SONIA TEREZINHA SOARES MELO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9671/2016 em anexo no período de 06/10/2016 a 08/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2557/2016**

PORTARIA Nº 2557/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIENE MACHADO PACHECO, ocupante do Cargo efetivo de ODONTÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9720/2016 em anexo no período de 10/10/2016 a 08/11/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2558/2016**

PORTARIA Nº 2558/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PEDRO PAULO AMARAL, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9677/2016 em anexo no período de 27/09/2016 a 22/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2559/2016**

PORTARIA Nº 2559/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ELIETE ALVINA MARCELINO KONS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9667/2016 em anexo no período de 10/10/2016 a 14/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2560/2016**

PORTARIA Nº 2560/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MAURINA JOAQUINA DE SOUZA GUIMARAES, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9664/2016 em anexo no período de 11/10/2016 a 18/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2561/2016**

PORTARIA Nº 2561/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RAFAEL ALONSO CIDRAL, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9684/2016 em anexo no período de 07/10/2016 a 12/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2562/2016**

PORTARIA Nº 2562/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo efetivo de ENGENHEIRO FLORESTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 9310/2016 em anexo no período de 29/09/2016 a 07/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2563/2016**

PORTARIA nº 2563 de 13 de outubro de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Nilo Celso Scheidt, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7104-6, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Integração Regional.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Agricultura, desempenhando a função de auxílio nas atividades burocráticas.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 05/10/2016 a 02/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2564/2016**

PORTARIA nº 2564 de 13 de outubro de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Silvana Neiva da Silva Crescêncio, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7589-1, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Recanto Feliz, desempenhando as seguintes funções:  
I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;



II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Assumir turmas na ausência do professor regente, quando solicitado;

X – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 06/10/2016 a 03/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2565/2016**

PORTARIA nº 2565 de 13 de outubro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Andrea Felipe, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente Adjunto, nível CC-2, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a contar de 05/10/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2566/2016**

PORTARIA nº 2566 de 13 de outubro de 2016

Designar Servidor (a) para responder pela Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Luciane Beatriz Claudino Garzo, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Ensino, detentora da matrícula 14647-1, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal de Educação, a contar de 29/09/2016, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/09/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2567/2016**

PORTARIA nº 2567 de 13 de outubro de 2016

Designa Servidor (a) para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Manoel Custódio, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, detentor da matrícula 7235-1, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda a contar de 06/10/2016, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2568/2016**

PORTARIA nº 2568 de 13 de outubro de 2016

Designar Servidor(a) para responder pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Luana Schmitt Montero, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, detentora da matrícula 9618-4, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, no período de 21/09/2016 até 30/09/2016, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/09/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2569/2016**

PORTARIA nº 2569 de 13 de outubro de 2016

Designar Servidor (a) para responder pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Anésio Egídio Richartz, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, detentor da matrícula 12199-6, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a contar de 11/10/2016, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2570/2016**

PORTARIA nº 2570 de 13 de outubro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Paulo Rodrigo Ferreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a contar de 07/10/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2571/2016**

PORTARIA nº 2571 de 13 de outubro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Anésio Egídio Richartz, brasileiro(a), para exercer

o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a contar de 06/10/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2572/2016**

PORTARIA nº 2572 de 13 de outubro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MANUELLA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 27/09/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/09/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2573/2016**

PORTARIA nº 2573 de 13 de outubro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CALINE PAULSEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 26/09/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/09/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 2574/2016**

PORTARIA nº 2574 de 13 de outubro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CINTIA DE GODOI DA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/10/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2575/2016**

PORTARIA nº 2575 de 13 de outubro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEOVANA GARCIA CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/10/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2576/2016**

PORTARIA nº 2576 de 13 de outubro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Camélita Alves, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal

de Assistência Social e Habitação, no prazo de 26/09/2016 a 10/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/09/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2577/2016**

PORTARIA nº 2577 de 13 de outubro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FELIPPE LAIR GOULART, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/10/2016 a partir de 13/06/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2016.

Biguaçu, 13 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

# Blumenau

## PREFEITURA

**LEI Nº 8.330/2016**

LEI Nº 8.330, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA JOSÉ AUGUSTO BUSS", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO TESTO SALTO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua José Augusto Buss, a via pública localizada no lado par da Rua Helmund Trapp, distando cerca de 60,00 metros da casa nº 312, descrita como rua "A" do loteamento Pottemayer, cadastrada sob o nº 4.346, com 135,00 m (cento e trinta e cinco metros) de extensão e localizada no Bairro Testo Salto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.331/2016**

LEI Nº 8.331, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA JOSÉ MACHADO", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ESCOLA AGRÍCOLA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua José Machado, a via pública localizada no lado ímpar da Rua Theodoro Lueders, distando cerca de 50,00 metros da casa nº 349, descrita como rua "A" do loteamento Alfabeto XVI, cadastrada sob o nº 4.362, com 131,87 m (cento e trinta e um metros e oitenta e sete centímetros) de extensão e localizada no Bairro Escola Agrícola.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.332/2016**

LEI Nº 8.332, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SANTA FÉ FUTEBOL CLUBE".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Santa Fé Futebol Clube, CNPJ nº 23.078.786/0001-65, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.333/2016**

LEI Nº 8.333, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA JOSÉ IAGINSKI", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO FORTALEZA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua José Iaginski, a via pública localizada no lado ímpar da Rua Oswaldo Bonetti Kuestner, distando cerca de 45,00 metros da Rua Vereador Agnelo Paulo Lanser, descrita como rua "B" do loteamento Residencial Excelsior, cadastrada sob o nº 4.327, com 63,00 m (sessenta e três metros) de extensão e localizada no Bairro Fortaleza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.076/2016**

DECRETO Nº 11.076, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Desportos, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2133 – Manut. das Atividades da FMD  
Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

**24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS**

2401 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2133 – Manut. das Atividades da FMD

Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.077/2016**

DECRETO N. 11.077, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016.

PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC (BIÊNIO 2014/2016).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, “o”, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, tomada na reunião ordinária de 8 de setembro de 2016, no sentido de prorrogar o mandato de seus atuais membros por 4 (quatro) meses, a partir do vencimento da última prorrogação;

CONSIDERANDO que o mandato dos atuais Conselheiros encerrou-se em 8 de setembro próximo passado, contada a prorrogação efetivada por intermédio do Decreto n. 10.998, de 28 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC (biênio 2014/2016), em caráter excepcional, até 8 de janeiro de 2017.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC (biênio 2014/2016), com mandato prorrogado por força do caput deste artigo, praticados no exercício da função anteriormente à edição deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 7 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.078/2016**

DECRETO N. 11.078, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, “g”, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXII do art. 11 da Lei Complementar n. 833, de 13 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO a elaboração pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, na forma da Lei Complementar n. 833, de 13 de dezembro de 2011, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 7 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.078/2016 - ANEXO**

REGIMENTO INTERNO

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC)

DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

**CAPÍTULO I**

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC)

**Seção I**

Da Natureza e Finalidade do CMPC

Art. 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), disciplinado pela Lei 833/2011 (Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura/SMC do Município de Blumenau e dá outras providências) é órgão colegiado, paritário, de caráter permanente, de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, vinculado à estrutura do SMC, responsável pela atuação na formulação de estratégias controle da execução das políticas públicas de cultura do Município de Blumenau, o qual terá seu funcionamento estabelecido por este Regimento Interno.

**Seção II**

Das Atribuições e Composição do CMPC

Art. 2º. Compete ao CMPC, além das atribuições definidas no art.11, da LC 833/11 e no art. 11, da LC 904/13:

I – propor, discutir e deliberar ações pertinentes às políticas culturais do Município de acordo com os anseios e demandas da classe artística cultural de Blumenau;

II – solicitar e propor alterações nas leis que regulamentam o CMPC, o Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC) e o SMC;

III – solicitar alterações quanto à ampliação, redução ou modificação da sua composição, relacionado à representatividade da sociedade civil, governamental, entidades culturais e sistemas culturais;

IV – deliberar sobre a utilização da aplicação dos recursos orçamentários disponíveis do FMAC;

V - deliberar sobre a utilização de até 10% (dez por cento) do valor citado no inciso I do art. 3º da LC 904/13 para despesas administrativas e despesas referentes à busca de incentivos culturais do FMAC e do CMPC, bem como ao pagamento da Comissão Técnica Externa (CTE);

VI - deliberar sobre a concessão de diárias e custeio para

participação do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Conselheiros em conferências, fóruns, cursos, capacitações e congêneres relacionados à cultura;

VII – deliberar sobre os casos omissos.

Art. 3º. O CMPC será composto por 20 (vinte) Conselheiros Titulares, sendo 10 (dez) Conselheiros Governamentais e 10 (dez) Conselheiros (pessoas físicas) representantes da Sociedade Civil, nomeados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo e mediante assinatura do ato de posse.

§1º. Os Conselheiros Governamentais serão indicados, por escrito, por seus respectivos órgãos ou entidades e os Conselheiros (pessoas físicas) representantes da Sociedade Civil serão eleitos em sessão plenária na Conferência Municipal de Cultura.

§2º. O mandato dos Conselheiros Titulares e dos Conselheiros Suplentes será exercido pelo período de dois (02) anos, permitida uma recondução.

§3º. A eleição dos Conselheiros na Conferência Municipal de Cultura deverá coincidir com o ano de término do mandato dos Conselheiros ativos.

§4º. Cada Conselheiro titular terá 01 (um) suplente, para o mesmo segmento a que o titular representa, sendo que o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§5º. Cada Conselheiro eleito poderá representar um único segmento da sociedade civil.

§6º. Fica expressamente proibida a representação da sociedade civil no Conselho por servidor público Municipal.

§7º. No caso de vacância de membro titular será nomeado o membro suplente que completará o mandato.

§8º. O Conselheiro Titular será substituído por seu suplente, automaticamente, com suas respectivas atribuições, em suas ausências e impedimentos, sendo de responsabilidade do titular a convocação do suplente.

§9º. Nas ausências ocasionais e justificadas dos membros titulares, os membros suplentes deverão substituí-los, tendo direito a voz e voto.

§10. No caso de vacância de titular e/ou suplente de Conselheiros Cíveis representantes da área cultural caberá ao CMPC solicitar à Fundação Cultural de Blumenau (FCB) a realização de chamamento público para preenchimento das vagas, visando completar o mandato, podendo haver a nomeação de um ex-conselheiro.

§11. Os inscritos no chamamento público a que se refere o parágrafo anterior serão selecionados entre os pares, em reunião ordinária do CMPC.

§12. Caso houver alteração na composição do segmento de representatividade do CMPC deverá ser observada a indicação de um titular e um suplente.

Parágrafo Único: Poderá ser emitido certificado de participação ao Conselheiro que integrou o CMPC por determinado período.

Art. 4º. As despesas relativas à locomoção, diárias e inscrições para a participação de Conselheiro em eventos fora do Município deverão ser previamente submetidas à apreciação e aprovação do CMPC e da Administração, e serão custeadas desde que encontrem respaldo financeiro no orçamento do órgão gestor da política municipal de cultura.

Parágrafo Único. A concessão de diárias aos Conselheiros obedecerá os mesmos critérios utilizados pela Administração em relação aos seus servidores, aplicando-se ao Conselheiro o valor especificado no regulamento do benefício, sob a rubrica "demais servidores".

Seção III

Das Sessões do CMPC

Art. 5º. As sessões do CMPC, conforme previsto nos artigos 16 e 17, da LC 833/11, serão ordinárias, sendo realizadas uma vez por mês por convocação do seu Presidente e, extraordinariamente, por convocação deste ou a pedido da maioria de seus membros, mediante justificativa por escrito, convocadas com antecedência mínima de 7 (sete) dias, limitando-se a sua pauta ao assunto que deu causa a convocação.

§1º. As sessões do CMPC serão iniciadas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) de seus membros com direito a voto, ou seja, 10 (dez) membros, ou em segunda chamada, 10 (dez) minutos após, com o mínimo de 3 (três) representantes governamentais e 3 (três) da sociedade civil.

§2º. Nas deliberações das sessões, as decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes com direito a voto.

§3º. Na aprovação, alteração deste Regimento Interno ou em medidas resolutivas emitidas pelo Presidente e aprovadas pelo CMPC, será necessária maioria absoluta dos Conselheiros, ou seja, 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 6º. As sessões terão duração máxima de 02 (duas) horas, prorrogáveis por no máximo 30 (trinta) minutos, a critério dos Conselheiros, e se desenvolverão na seguinte ordem:

I – abertura;

II – aprovação da ata da sessão anterior;

III – expedientes enviados e recebidos;

IV – deliberação;

V – assuntos gerais;

VI – palavra livre.

§1º. O Presidente do CMPC observará o §1º, do art. 5º deste Regimento e declarará aberta a sessão, fazendo a leitura da pauta.

§2º. A ata da reunião anterior será aprovada na sessão posterior à sua realização ou de acordo com a demanda a mesma poderá ser previamente enviada via correio eletrônico (e-mail) para possíveis sugestões de alteração. A ata final, após alterações, deverá ser novamente encaminhada via correio eletrônico (e-mail) para aprovação final.

§3º. O expediente servirá para apresentação de avisos, comunicações, correspondências e documentos de interesse do CMPC.

§4º. A deliberação compreende discussão e votação dos assuntos da pauta, inclusive sobre os requerimentos de proponentes de projetos culturais contemplados pelo FMAC.

§5º. Em assuntos gerais o Presidente fará o comunicado de matérias relevantes, informações e convites aos Conselheiros.

§6º. Na palavra livre todos os presentes poderão se manifestar.

Parágrafo Único: O Presidente comunicará os encaminhamentos referentes às deliberações realizadas, informará a data do próximo encontro e em seguida declarará encerrada a sessão.

Art. 7º. O Presidente do CMPC limitará o tempo para discussão dos assuntos pautados, bem como o tempo de manifestação de cada Conselheiro.



§1º. No caso de solicitação de inclusão de assunto em pauta, o interessado deverá, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização da sessão, encaminhá-la por escrito, preferencialmente via correio eletrônico, ao Secretário, que submeterá ao Presidente.

§2º. Em casos especiais fora do prazo estabelecido no §1º do artigo 7º deste Regimento, caberá ao Presidente arbitrar o tempo.

Art. 8º. As sessões serão abertas à comunidade, que poderá se manifestar somente com direito a voz, mediante inscrição prévia junto ao Secretário Executivo, podendo o Presidente limitar o tempo de manifestação.

Art. 9º. As sessões do CMPC serão lavradas em atas que deverão informar:

- I – dia, local e horário da sessão;
- II – número da sessão a que se refere a ata;
- III - instrumento legal que regulamenta;
- IV – membros presentes, ausentes e os que justificaram sua ausência;
- V – relação dos itens da pauta do dia;
- VI – resumo dos temas abordados com suas respectivas deliberações;
- VII – deliberações e encaminhamentos da sessão;
- VIII – encerramento, indicando a data e o local da próxima sessão.

§1º. A ata deverá ser encaminhada para considerações dos Conselheiros, no máximo até 10 (dez) dias úteis após a realização da sessão.

§2º. As atas depois de aprovadas serão devidamente assinadas pelo Presidente da sessão e o Secretário Executivo.

Parágrafo Único: As atas e listas de presença serão arquivadas em livros de atas específicos.

#### Seção IV Das Deliberações

Art. 10. As deliberações nas sessões serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes, conforme previsto no §1º do art. 5º deste Regimento Interno e registradas em ata.

§1º Os Conselheiros votarão favorável ou contrariamente ao assunto pautado, ou ainda, poderão abster-se de se manifestar.

Parágrafo Único: Os votos poderão ser unânicos ou não unânicos.

Art.11. Anunciada a apreciação de um assunto, far-se-á a exposição da matéria, passando-se à discussão e posterior votação.

Parágrafo Único: O Conselheiro que desejar manifestar-se na discussão do tema deverá solicitar a palavra, a qual será concedida por ordem de inscrição e pelo tempo fixado pelo Presidente.

Art. 12. Durante a votação só será admitido o uso da palavra para encaminhamento de votação, declaração de voto ou pedido de Questão de Ordem.

§1º Questão de Ordem é a interpelação feita pelos membros do CPMC, visando salvaguardar a observância do Regimento Interno.

§2º As votações do CMPC serão sempre abertas, vedado o voto secreto.

Art. 13. Encerrada a votação, o Presidente anunciará o resultado dos votos contrários, favoráveis e as abstenções e, quando for o caso, a unanimidade.

Parágrafo Único: O Presidente somente terá direito a voto quando houver empate.

Art. 14. A deliberação do assunto pautado poderá ser adiada por deliberação do CMPC, a pedido de qualquer um de seus membros, desde que devidamente justificada.

Art. 15. As deliberações e recomendações do CMPC serão devidamente publicadas em sites e no Diário Oficial do Município, este quando for o caso.

Art. 16. As deliberações serão formalizadas através de resoluções, ofícios, pareceres, moções, normativas, dentre outros instrumentos legais, devidamente assinadas pelo Presidente ou Vice-Presidente.

§1º. Resolução é o ato administrativo normativo que disciplina matérias de competência específica, esclarecendo os motivos da deliberação, sempre subordinado à lei e à Constituição Federal.

§2º. Ofício é a solicitação e/ou encaminhamento oficial que zela pelo cumprimento das deliberações.

§3º. Parecer é a manifestação formal de uma opinião técnica sobre assuntos submetidos à plenária.

§4º. Moção é o manifesto público sobre determinado assunto de interesse comum, podendo ser de apoio, de aprovação, de repúdio, entre outros.

§5º. Normativa é um instrumento legal que regulamenta o funcionamento do CMPC, do FMAC, do SMC, entre outros assuntos a eles vinculados.

Parágrafo Único: As deliberações serão expedidas em ordem cronológica, de acordo com o ano e o tipo.

#### Seção V Dos Deveres e Impedimentos

Art. 17. É dever dos Conselheiros titulares comparecer às sessões ordinárias e extraordinárias durante o período no qual foram nomeados e ainda:

I – zelar pelo cumprimento das leis que compreendem o Sistema Municipal de Cultura (SMC), demais leis vinculadas à cultura municipal, bem como este Regimento Interno;

II – solicitar inclusão de assunto em pauta, participar das sessões, debater e votar os assuntos pautados;

III – propor políticas e diretrizes culturais;

IV – apreciar e acompanhar a execução de planos e programas para o desenvolvimento da cultura;

V – participar das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

VI – participar de Fóruns e Conferências Municipais de Cultura;

VII – outras atribuições inerentes ao desempenho do seu mandato.

§1º. Caberá ao membro titular o direito ao voto nas sessões, sendo permitido ao membro suplente votar apenas no caso de ausência do titular.

§2º. Quando o membro titular estiver impedido ou impossibilitado de comparecer à sessão, deverá justificar formalmente, em tempo, sua ausência ao Secretário e comunicar seu suplente para comparecimento à sessão com a finalidade de substituição e registro.

§3º. Em caso de impedimento ou impossibilidade do suplente, este deverá justificar formalmente, previamente, ao Secretário para fins de registro.

§4º. As ausências referidas no §2º e §3º acima com suas devidas justificativas deverão ser levadas ao conhecimento dos Conselheiros na sessão convocatória.

§5º. Em caso de necessidade de ausências prolongadas de Conselheiros, devidamente comprovadas, caberá à Plenária analisar as circunstâncias, acatando ou rejeitando o pedido, fundamentando a decisão.

Art. 18. Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, sem justificativa, a 2 (duas), sessões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) sessões alternadas.

§1º. Na substituição dos Conselheiros Governamentais caberá à entidade governamental indicar novo Conselheiro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do conhecimento do fato.

§2º. No caso de substituição dos Conselheiros Cíveis das áreas da sociedade civil, o CMPC deverá solicitar à FCB o chamamento público no prazo de 15 (quinze) dias para preenchimento da cadeira (área) em questão.

Parágrafo Único: Em caso de vacância do titular, o suplente assume a cadeira ficando em aberto a suplência.

#### Seção VI

##### Da Composição dos Órgãos Colegiados do CMPC

Art. 19. O CMPC será composto pelos seguintes órgãos colegiados:

- I – Plenária;
- II – Diretoria.
- III – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;
- IV – Órgãos Colegiados e Setoriais.

#### Seção VII

##### Da Composição e Competência da Plenária do CMPC

Art. 20. A Plenária é a instância máxima do CMPC, à qual compete avaliar e deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas na execução de suas competências, composta pelos Conselheiros titulares e, na ausência destes, por seus respectivos suplentes.

#### Seção VIII

##### Da Composição e Competência da Diretoria do CMPC

Art. 21. A Diretoria do CMPC, com suas respectivas funções definidas neste Regimento, será composta pelo Presidente, Vice-Presidente e pelo Secretário Executivo, a qual coordenará todos os atos administrativos e de acompanhamento dos demais órgãos colegiados, e coordenará o funcionamento do CMPC, fornecendo os subsídios necessários para o efetivo cumprimento de suas finalidades.

§1º. O mandato dos membros da Diretoria do CMPC terá duração de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução no período imediatamente subsequente.

§2º. O Secretário Executivo e seu suplente, servidores públicos municipais, serão indicados pelo Presidente da FCB e designado pelo Presidente do CMPC, com funções definidas neste Regimento Interno.

§3º. Os membros da Diretoria poderão renunciar através de comunicado enviado ao CMPC.

§4º. Por decisão do CMPC, poderá haver pedido de afastamento de algum membro da Diretoria ou Conselheiro do CMPC, porém este somente poderá ser afastado mediante a aprovação da maioria qualificada dos Conselheiros titulares.

Art. 22. O Presidente e o Vice-Presidente do CMPC serão eleitos por seus pares mediante eleição, por maioria de votos, logo após a posse dos Conselheiros em sessão convocada para esse fim.

§1º. A eleição do Presidente deverá ser realizada mediante voto aberto, sendo que o candidato que receber maior quantidade de votos será automaticamente aclamado Presidente e o segundo maior votado, Vice-Presidente.

§2º. Deverá haver pelo menos dois Conselheiros inscritos como candidatos ao cargo de Presidente para que seja realizada a sua votação individual.

§3º. O Presidente e/ou Vice-Presidente do CMPC poderá se reeleger 1 (uma) única vez pelo período de 2 (dois) anos subsequentes ao primeiro biênio, porém para se recandidatar deverá aguardar o período de 2 (dois) anos, a contar do término do último mandato.

§4º. Perderá o mandato o membro da Diretoria do CMPC que faltar, sem justificativa, a 2 (duas) sessões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) sessões alternadas.

§5º. As ausências dos membros da Diretoria do CMPC com suas devidas justificativas deverão ser levadas ao conhecimento dos Conselheiros na sessão convocatória.

§6º. No caso de vacância do cargo de Presidente e/ou Vice-Presidente, a Plenária deverá solicitar sessão extraordinária para eleição dos respectivos cargos.

§7º. Na ausência do Presidente assumirá a direção dos trabalhos o Vice-Presidente e na ausência de ambos, será eleito dentre os Conselheiros para presidir a sessão.

Art. 23. Os membros da Diretoria do CMPC e os Conselheiros Cíveis e Governamentais poderão ser reconduzidos até a realização da próxima Conferência Municipal de Cultura, através da qual será formada sua nova composição.

Art. 24. Compete ao Presidente do CMPC:

- I - representar o CMPC em todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições;
- II - dar os encaminhamentos devidos, conforme atribuições previstas no art. 11, da LC 904/13 e o art. 11, da LC 833/11;
- III - delegar a sua representação ao Vice-Presidente, ao Secretário Executivo e/ou outro Conselheiro;
- IV - preparar pautas das sessões ordinárias e extraordinárias;
- V - convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da Plenária, atendendo a ordem dos trabalhos estabelecida em pauta;
- VI - conduzir o debate e ordenar o uso da palavra;
- VII - submeter à votação as matérias pautadas a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
- VIII - apurar as votações e exercer o voto de qualidade em caso de empate;
- IX - assinar documentos, deliberações e atos relativos ao cumprimento das finalidades do CMPC;
- X - encaminhar ao Presidente da FCB e/ou a outros órgãos públicos e/ou privados as deliberações, exposições de motivos, moções e informações sobre as matérias da competência do CMPC;
- XI - zelar pelo integral cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando as providências que se fizerem necessárias;
- XII - demais atribuições ao fiel desempenho de seu mandato.

Parágrafo Único - O Presidente do CMPC deverá participar ativamente do Conselho Fiscal de Administração (CFA) previsto na Seção I, da Lei 904/2013 (Dispõe sobre o FMAC). Na sua ausência, deverá delegar a sua representação ao Vice-Presidente, ao Secretário Executivo e/ou a outro Conselheiro.

Art. 25. Compete ao Vice-Presidente do CMPC:

- I - assessorar e auxiliar o Presidente em suas competências;
- II - assinar, na ausência do Presidente, documentos que digam respeito a sua gestão;
- III - substituir o Presidente em seus impedimentos, ausência e vacância do cargo, no exercício de suas funções, bem como no caso de delegação, conforme estabelecido neste Regimento Interno;
- IV - demais atribuições ao fiel desempenho de seu mandato.

Art. 26. Compete ao Secretário Executivo do CMPC:

- I - organizar e manter atualizado o cadastro do CMPC;
- II - encaminhar as convocações, com antecedência mínima de 7(sete) dias da data das sessões;
- III - receber, conferir, protocolar e encaminhar os documentos referentes ao CMPC;
- IV - encaminhar ao Presidente as solicitações de assuntos da pauta;
- V - requerer a composição das Comissões instituídas, bem como seus relatórios de reuniões;
- VI - lavrar as atas das reuniões das sessões do CMPC e dar publicidade ao expediente;
- VII - organizar os serviços de protocolo, fichário, registro e arquivo do CMPC;
- VIII - providenciar a documentação necessária às deliberações do CMPC e encaminhar suas publicações;
- IX - dar publicidade ao cronograma de atividades do CMPC e do FMAC;
- X - atuar na mediação entre as atividades dos órgãos colegiados, criando uma forma de comunicação entre os conselheiros participantes;
- XI - zelar pelo fiel cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando as providências que se fizerem necessárias;
- XII - promover apoio técnico e administrativo às sessões, órgãos colegiados e comitês gestores setoriais;
- XIII - demais atribuições ao fiel desempenho de seu mandato.

Parágrafo Único. Na hipótese de ausência justificada do Secretário Executivo Titular deverá seu Suplente se fazer presente e, na ausência de ambos, caberá à FCB indicar um servidor público para assumir temporariamente a função.

#### Seção IX

Da Competência das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho do CMPC

Art. 27. As Comissões poderão ser:

I - Comissões Temáticas Permanentes: constituídas de caráter técnico, legal ou administrativo para assuntos ligados a normas, Regimento Interno, Leis, políticas, orçamento, finanças, formação de colegiados das áreas culturais, Sistema Municipal de Cultura, Planos Municipais de Cultura, as quais realizarão reuniões sucessivas ao longo do ano no cumprimento do seu ato convocatório.

II - Comissões Temáticas Especiais: constituídas em caráter temporário para auxiliar assuntos ligados a editais e do mérito artístico-cultural da sociedade local, denúncias e demandas que o CPMC julgar necessárias.

III - Grupos de Trabalhos: constituídos exclusivamente para

assuntos de engenharia, pesquisa, logística de eventos a serem realizados pelo CMPC, como fóruns, conferências, entre outros, ligados à cultura.

§1º A composição das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalhos serão de no mínimo 05 (cinco) Conselheiros, sendo que as atribuições de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Relator serão livremente escolhidos entre seus membros.

§2º Os membros das Comissões Temáticas e de Grupos de Trabalho serão nomeados pelo Presidente do CMPC.

§3º As Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho apresentarão relatórios conclusivos dos trabalhos realizados ao CMPC. Após comprovação da participação, de no mínimo 70% das reuniões, seus membros serão certificados.

Art. 28. Os Órgãos Colegiados e Comitês Gestores Setoriais a serem instituídos, deverão designar 2 (dois) representantes para participar das sessões do CMPC.

Parágrafo Único – Os Sistemas Setoriais serão constituídos pelos Comitês Gestores Setoriais e terão regimento, lei, decretos e planos setoriais próprios, vinculados ao Plano Municipal de Cultura, ao Sistema Municipal de Cultura, aos Sistemas Setoriais Estaduais e Federais.

Art. 29. Os Sistemas Setoriais deverão ser instituídos, acompanhados e avaliados pelo CMPC.

#### CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O CMPC reunir-se-á em local previamente definido no ato convocatório.

Art. 31. O CMPC poderá convocar fóruns, conferências e outros instrumentos de participação da sociedade.

Art. 32. Os casos omissos serão decididos pela Plenária.

Art. 33. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Blumenau, em 24 de agosto de 2016.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal de Blumenau

#### DECRETO Nº 11.082/2016

DECRETO Nº 11.082, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, no valor de R\$ 6.451,22 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente  
Atividade 25.01.18.541.0009.2264 – Man. Ações de Educ. Ambiental  
Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 6.451,22  
Fonte de Recursos 0680.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente  
Atividade 25.01.18.541.0009.2264 – Man. Ações de Educ. Ambiental  
Modalidade 3.3.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 6.451,22  
Fonte de Recursos 0680.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.106/2016**

PORTARIA Nº 20.106, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE SANIDADE MENTAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL J. G. INDICIADA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 025/2016, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 19.924, DE 25 DE JULHO DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento nos arts. 238 e 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo à solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 65, de 28 de setembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para realização de exame de sanidade mental da servidora pública municipal J.G., matrícula nº 206806, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, indiciada no Processo Administrativo Disciplinar nº 025/2016, instaurado pela Portaria nº 19.924, de 25 de julho de 2016.

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará o exame de sanidade mental no SESOSP, localizado 4º andar, sala 48, do prédio da Prefeitura, no dia 27 de outubro de 2016, às 10h30, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dr. José Bisognin Neto, CRM 15304, lotado Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;

II – Dr. Sidarta Severino Gonçalves de Castro (Perito), CRM 11425, lotado no Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU);

III – Dr. John Carlos Zoschke Júnior (Psiquiatra), CRM 14145, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

Art. 2º A servidora indiciada poderá apresentar à Junta Médica, se o desejar, documentos e exames médicos de que dispuser na data da realização do exame.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de outubro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

#### **PORTARIA Nº 20.128/2016**

PORTARIA Nº 20.128, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 236/2016, de 04/10/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a seguinte candidata, a contar de 06 de outubro de 2016:

ANA PAULA BILEK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.132/2016**

PORTARIA Nº 20.132, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
EXONERA JADISON ALEXSANDER FERNANDES DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e em atenção ao Memo SEPLAN nº 041/2016, de 06/10/2016, resolve:

EXONERAR, a contar de 05 de outubro de 2016, JADISON ALEXSANDER FERNANDES, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Urbano - SEPLAN, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 18.469, de 23 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.133/2016**

PORTARIA Nº 20.133, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA Nº 19.142, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015, QUE "CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 191/2015, FIRMADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE BLUMENAU PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA E DESIGNA SEUS MEBROS."

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere com o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Fica substituído o artigo 2º da Portaria nº 19.142, de 05 de outubro de 2015, que "constitui Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 191/2015 referente a contratação de Consultoria para Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Blumenau com a função de analisar e emitir parecer conclusivo para a GERÊNCIA ESPECIAL DE PROGRAMAS INTERNACIONAIS - GEPI a respeito dos produtos apresentados pela Consultoria à Contratante", conforme segue:

"Art. 2º A comissão que trata esta Portaria será composta por 08 membros, tendo o primeiro como seu presidente:

DIRK REITER, matrícula nº 230541, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras – SEMOB;

RITTA DE CÁSSIA BRUEL ANTONIO, matrícula nº 19705-0, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente exercendo o cargo em comissão de Gerente Especial de Programas Internacionais, lotada na Secretaria Municipal de Obras – SEMOB;

JONI MACHADO, matrícula nº 315, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB;

JULIAN PLAUZT, matrícula nº 216666, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente ocupando o cargo de Diretor Geral, lotado à Secretaria de Planejamento Urbano;

JADISON ALEXSANDER FERNANDES, matrícula nº 920499, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, lotado no Secretaria de Planejamento Urbano – SEPLAN;

PAULO SERGIO DA COSTA JÚNIOR, matrícula nº 920388, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos Viários, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN;

SILVANA MARIA MORETTI, matrícula nº 190250, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

JULIO CEZAR DE SOUZA SILVA, matrícula nº 920445, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Sistemas, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 15/09/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.135/2016**

PORTARIA Nº 20.135, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O RETORNO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS AO EXERCÍCIO DOS RESPECTIVOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR o retorno dos servidores públicos municipais abaixo, ao exercício dos respectivos cargos de provimento efetivo:

DARCI ALFREDO TOBIAS JUNIOR, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 06 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/10/8922;

RAMIDES SEDILSO PESSATTI, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 03 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/10/8943;

EMERSON FELIPPI, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 17 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/10/8936;

MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 05

de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/10/8868.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.136/2016**

PORTARIA Nº 20.136, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e conforme solicitação efetuada através do Memo nº 1522/2016, de 04/10/16, subscrito pelo Diretor de Compras e Licitações, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitação, com as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, destinada à contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos básicos de engenharia, voltados à estabilização de encostas localizadas na Rua Wilson Bornhofen nº 30, Bairro Passo Manso, Município de Blumenau, conforme Termo de Referência e demais informações constantes do Edital de Tomada de Preços nº 015/2016 e anexos - SEMOB.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta por 05 (cinco) membros abaixo designados, tendo o primeiro como seu presidente:

LAWRENCE SILVA CAMPOS, matrícula nº 22873-7, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

ANA CRISTINA CANCHERINI BRANDT, matrícula nº 22450-2, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

DIRK REITER, matrícula nº 23054-1, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente na função de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

JONAS JACINTO, matrícula nº 21182-1, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração SEDEAD;

ANA CRISTINA MASERA, matrícula nº 11868-0, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Fazendário, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.137/2016**

PORTARIA Nº 20.137, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA JAIME CUNHA DO CARGO EM COMISSÃO DE INTENDENTE DISTRITAL DO GRANDE CARGIA - IDIGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 10 de outubro de 2016, JAIME CUNHA, do cargo de provimento em comissão de Intendente Distrital do Grande Garcia - IDIGG, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 19.582, de 04 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.138/2016**

PORTARIA Nº 20.138, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA MAURÍCIO GOLL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE INTENDENTE DISTRITAL DO GRANDE GARCIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento

no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MAURÍCIO GOLL, para o exercício do cargo em comissão de Intendente Distrital do Grande Garcia, símbolo CC-2, a contar de 11 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.139/2016**

PORTARIA Nº 20.139, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA ROSANE MANSKE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PROJETOS EDUCACIONAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e em atenção ao Memorando nº 376/2016 – Gabinete SEMED, de 04/10/2016, resolve:

NOMEAR

ROSANE MANSKE, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Projetos Educacionais, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 05 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.140/2016**

PORTARIA Nº 20.140, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPENSA A COORDENADORA PEDAGÓGICA KÁTIA REGINA PACKER STRUBE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DA EBM CONSELHEIRO MAFRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 385/2016–Gabinete SEMED, de 06/10/2016, resolve:

DISPENSAR, a partir de 03 de outubro de 2016, a Coordenadora Pedagógica KÁTIA REGINA PACKER STRUBE, do exercício da função de Diretora da EBM Conselheiro Mafra, designada pela Portaria nº 19.919, de 22/06/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.141/2016**

PORTARIA N. 20.141, 07 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA KÁTIA REGINA PACKER STRUBE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA EBM "CONSELHEIRO MAFRA" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei Complementar n. 822, de 21/10/2011, e em atenção ao Memorando Gabinete SEMED nº 385/2016, de 06/10/2016, resolve:

NOMEAR, a contar de 03 de outubro de 2016, KÁTIA REGINA PACKER STRUBE, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Conselheiro Mafra", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.142/2016**

PORTARIA N. 20.142, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL J.M.S.H.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e de acordo com o art. 9º, da Lei nº 7.564, de 09/09/2010, e conforme solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, por meio do Memorando Gabinete SEMED nº 362/16, de 21/09/2016, resolve:

**DETERMINAR**

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal J.M.S.H., matrícula nº 69902-4, contratada por prazo determinado sob a égide da CLT, nos termos da Lei Municipal n.º 7.564/10, para a função de Professor, junto ao CEI Henrique Reif, de acordo com os documentos acostados ao Memorando Gabinete SEMED nº 362/16, de 21/09/2016, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, por infringir, em tese, os arts. 176, V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral) e 177, XXVII (infligir maus tratos morais ou físicos, em serviço, a servidor ou a particular)), combinado com o art. 186, §2º da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.143/2016**

PORTARIA Nº 20.143, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ELAINE CRISTINA GONÇALVES LINS, do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 26 de agosto de 2016, conforme Processo Administrativo nº 8611/09/2016;

ELINE GISLAINE HORT, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 07 de setembro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 8613/09/2016;

ELIO BRAZ PEREIRA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 27 de setembro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 8755/09/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.144/2016**

PORTARIA Nº 20.144, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 1242/2016, de 30/09/2016, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, pelo atendimento aos usuários do SUS, aos servidores públicos municipais:

WAGNER PINHEIRO MORENO, matrícula nº 230991, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 29 de setembro de 2016;

SUELEN ISANTINA VANINI, matrícula nº 230989, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 23 de setembro de 2016;

SONIA DOS SANTOS, matrícula nº 229030, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 26 de setembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de outubro de 2016.



NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.145/2016**

PORTARIA Nº 20.145, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
EXONERA IVAN GRACIANO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

IVAN GRACIANO, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeado pela Portaria nº 19.638, de 19/04/2016, no dia 10 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.146/2016**

PORTARIA Nº 20.146, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
NOMEIA MARCELO GUEDES SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

MARCELO GUEDES SILVA, para o exercício do cargo em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no dia 11 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.147/2016**

PORTARIA Nº 20.147, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CMMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o §1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro

de 2010 e Ofício FAEMA/CMMA nº 011/2016, de 04/10/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 9.376, de 19 de abril de 2011, juntamente com os demais membros:

SUELI SILVA CIDRAL DO AMARAL e GUILHERME GROPP, representantes titular e suplente, respectivamente, da HACHI ONG Proteção Animal, em substituição a GUILHERME GROPP e ADRIAN MANUEL MARCHI, nomeados pelas Portarias nº 19.997, de 19/08/2016 e 19.200, de 30/10/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.148/2016**

PORTARIA Nº 20.148, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL GOULART, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 938, de 12 de setembro de 2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e em atenção ao Memorando SEDEAD nº 023/2016, de 05/10/2016, resolve:

CONCEDER, gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal:

RAFAEL GOULART, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, GC de 50% (cinquenta por cento), a contar de 30 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2013**

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA.

OBJETO: SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO VEREADOR ROMÁRIO DA CONCEIÇÃO BADIA

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 037/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo para sua execução por mais 210 (duzentos

e dez) dias, ou seja, de 05 de setembro de 2016 até 02 de abril de 2017.

DATA: 27 de setembro de 2016.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/16**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 077/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ERNESTO RHEINIUS, LOCALIZADA NO BAIRRO ESCOLA AGRÍCOLA (LOTE 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-042/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 92 (noventa e dois dias), ou seja, de 22 de setembro até 22 de dezembro de 2016.

DATA: 13 de setembro de 2016.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/16**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 128/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

RODRIGO ANTONIO DA SILVA

OBJETO: APOIO FINANCEIRO.

FUNDAMENTO LEGAL: PROJETO CULTURAL Nº 032/2015.

DATA: 27 de setembro de 2016.

OBS: Alteram-se algumas responsabilidades da contratada.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/14**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 194/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 02 (DOIS) ELEVADORES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 048/2014.

PREÇO: Renova o valor da prestação dos serviços que se mantém

em R\$ 549,02 (quinhentos e quarenta e nove reais e dois centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 6.588,24 (seis mil quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de agosto de 2016 até 20 de agosto de 2017.

DATA: 30 de agosto de 2016.

### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 212/14**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 212/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. EDUARDA RENAUX.

OBJETO: LOCAÇÃO DAS SALAS 801, 802, 803 E 804, DO EDIFÍCIO MASTER CENTER, LOCALIZADO NA AVENIDA MARTIN LUTHER, Nº 111, PARA SERVIR DE SEDE PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-197/2014.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 8.494,04 (oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos) mensais, com efeitos financeiros a contar de 1º de setembro de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 101.928,48 (cento e vinte e um mil novecentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 21 de setembro de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/15**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

OBJETO: CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, INCLUSO COM ATUALIZAÇÕES, DA CONTRATADA À CONTRATANTE, CONSISTENTES NA DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DO COMPÊNDIO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-096/2015.

PREÇO: Reajusta o valor pago à contratada para R\$ 1.123,70 (um mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos) mensais, a contar de 1º de setembro de 2016, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.484,40 (treze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

DATA: 03 de outubro de 2016.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 241/14**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 241/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM INSTALAÇÃO CÂMERA DE VÍDEO E SENSORES PARA CONTROLE INTERNO DE SEGURANÇA DO PRÉDIO DA POLICLÍNICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 132/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09 de outubro de 2016 até 08 de outubro de 2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 36.295,20 (trinta e seis mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

DATA: 09 de setembro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 245/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 254/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BIRO TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA EPP.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SE-SUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 740.797,20 (setecentos e quarenta mil setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 255/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 255/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COOPERTRAN – COOPERATIVA DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SE-SUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 2.733.866,40 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 256/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 256/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SE-SUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 967.867,20 (novecentos e sessenta e sete mil oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 257/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 257/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA HELIO PEDRO DA SILVA - EPP.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SE-SUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 74.474,40 (setenta e quatro mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.



**EXTRATO CONTRATO Nº 258/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 258/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MFK TERRAPLANAGEM LTDA ME.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 546.883,20 (quinhentos e quarenta e seis mil oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 259/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 259/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA M.R.J. PISA SERVIÇOS LTDA - ME.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 272.505,60 (duzentos e setenta e dois mil quinhentos e cinco reais e sessenta centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 260/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 260/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SAMIL TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES EIRELI - EPP.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 434.632,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil

seiscentos e trinta e dois reais).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 261/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 261/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 465.436,80 (quatrocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 262/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 262/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TEKRA TERRAPLENAGEM KRATZ LTDA - ME.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SESUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-145/2016.

PREÇO: R\$ 86.875,20 (oitenta e seis mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 263/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 263/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TERRAPLENAGEM ZABEL LTDA - EPP.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina)

conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SE-SUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-146/2016.

PREÇO: R\$ 118.713,60 (cento e dezoito mil setecentos e treze reais e sessenta centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 264/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 264/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COOPERTRAN – COOPERATIVA DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES.

OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos (hora máquina) conforme especificações constantes no processo de Dispensa – SE-SUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-146/2016.

PREÇO: R\$ 57.916,80 (cinquenta e sete mil novecentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses ou até que se homologue nova licitação, a contar de 05 (cinco) de setembro de 2016.

DATA: 06 de outubro de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 290/15**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 290/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PRATES E ABREU SERVIÇOS MÉDICOS E DIAGNÓSTICO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS COM ATENDIMENTO MÉDICO NA ÁREA DE ULTRASSONOGRAFIA A SEREM EXECUTADOS NA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA EM ESPECIALIDADES "LINDOLF BELL" VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA USUÁRIOS DO SUS, CONFORME CÓDIGOS, DESCRIÇÕES E INSTRUMENTO DE REGISTRO CONSTANTES NA TABELA SIGTAP.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 131/2015

PREÇO: Renova o valor estimado pago à contratada que se mantém em R\$ 22.360,00 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 134.160,00 (cento e trinta e quatro mil cento e sessenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 09 de outubro de 2016 até 08 de abril de 2017.

DATA: 20 de setembro de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 316/15**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 316/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LOCALIZA RENT A CAR S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 017/2015.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 14.554,40 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos),

DATA: 29 de agosto de 2016.

### **PORTARIA Nº 5947/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5947/16

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR LICITAÇÕES NO ÂMBITO DA AUTARQUIA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Encarregada de Analisar e Julgar Licitações, com as obrigações constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03 de outubro de 2016:

Fernando de Mello, cadastro 1919-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Gerência de Suprimentos, como Presidente;

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, como Vice-Presidente;

Ciro Luiz Werner, cadastro 1922-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Suprimentos, lotado na Diretoria Administrativa, como membro;

Camila Santiago Shiguemoto, cadastro 1948-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Jonathan Ricardo Girardi, cadastro 1824-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro.

Art. 2º - Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de

qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 03 de outubro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA Nº 09-2224/16 - SAMAE**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de DISPENSA nº 09-2224/2016 SAMAE – Revisão dos veículos 188 (placa QHO 4051) e 189 (placa QHO 4101) desta Autarquia.

Contratada: COPAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (10.841.444/0001-03)

VALOR TOTAL: R\$ 10.771,42

BASE LEGAL: Artigo 24, XVII, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 74.16 - APROVA DESM. LOTE ALAOR V. HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 74/16 de 13.10.16

Aprova desdobramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado, conforme Requerimento nº 141/2016, o "Desdobramento" do imóvel com Inscrição Imobiliária nº 01.01.167.0245.001, de propriedade de ALAOR VALTER HINCKEL, CPF nº 458.507.049-49 e CELI ALVES HINCKEL, CPF nº 014.918.899-42, de uma área total de 971,90m², matriculado no Registro de Imóveis sob nº 3311, desta comarca de Bom Retiro, sendo a área desmembrada de 453,40m²; com frente para a Rua Garibaldi Andrade Vieira, restando uma área remanescente de 518,50m², com frente para a Avenida Major Generoso, situadas no Bairro São José, Bom Retiro, SC.

Art. 2º As medidas e confrontações estão descritas e caracterizadas no memorial descritivo, A.R.T e mapa em anexo, visados por este órgão. O Projeto Arquitetônico Executivo foi efetuado pelo Arquiteto e Urbanista, Randel Robson Becker, Registro Nacional nº A61214-6.

Art. 3º O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 31/2016 de 07 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 900.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA F. A. KULL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 900/16 de 11.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 07 de outubro de 2016, a funcionária Maria de Fatima Antunes Kuhl, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I – Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### 901.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANDREA N. KUHNEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 901/16 de 11.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de outubro de 2016, a funcionária Andrea Nascimento Kuhnén, Ocupante do cargo de Secretária Grupo Escolar Municipal São José - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### 902.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CAMILA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 902/16 de 11.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de setembro de 2016, a funcionária Camila de Lima, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**903.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CAMILA LIMA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 903/16 de 11.10.16  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de setembro de 2016, a funcionária Camila de Lima, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**904.10.16 - PORTARIA COMISSÃO PROCESSO SELETIVO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 904/16 de 11.10.16.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público Simplificado.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC., no uso de suas atribuições legais.

**Resolve:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, integrada por: Ercileia Faustino da Mota, Joelma Menegaz, Angelita Aparecida de Souza Vieira e Marilu de Almeida, para sob a Presidência da primeira, supervisionar e avaliar a prova dos candidatos do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2016, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS, DE SERVENTES E CADASTRO DE RESERVA, A SEREM ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA, CONFORME EDITAL Nº 07/2016.

Art. 2º Ficará ao encargo da Administração Pública, por ordem do Chefe do Poder Executivo as quais terão as atribuições de preparar e/ou contratar a elaboração de provas, bem como aplicar e julgar, podendo designar subcomissões examinadoras auxiliares para o bom e fiel cumprimento do processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na data supra

Sandra Mara Vieira Prá  
Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

**905.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DANIELA M. GOULART**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 905/16 de 11.10.16  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 07 de outubro de 2016, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA      SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. Adm. Fazenda

**906.10.16 - P. DESIGNA SERV. ROSENILDA B. S. SILVA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 906/16 de 11.10.16

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Rosenilda de Brito Santos Silva, para exercer o cargo de Servente Padrão 1 – nível 1 - 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Cambará, no período de 10 de outubro com término no dia 30 de novembro de 2016, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: substituição de Marilene Cabral Filha que encontra-se em Licença Tratamento de Saúde. Obs.: Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### **907.10.16 - P. REMANEJAMENTO EVALDO GERBER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 907/16 de 13.10.16

Remaneja Servidor

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar o servidor Evaldo Gerber, ocupante do cargo de Motorista, Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Gabinete do Prefeito, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

### **908.10.16 - P. REMANEJAMENTO GILSON L. MACHADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 908/16 de 13.10.16

Remaneja Servidor

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar o servidor Gilson Luiz Machado, ocupante do cargo de Motorista, Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para ocupar as mesmas funções no Gabinete do Prefeito a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda



**EDITAL PROCESSO SELETIVO SERVENTE 2017**

1

**EDITAL Nº 07/2016****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016 PARA ADMISSÃO DE SERVENTES  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO - 2017**

**ALBINO GONÇALVES PADILHA**, Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, juntamente com a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Sra. Elizabete Werlich Mateus, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica Municipal, na Lei nº. 2019/10 de 04 de março de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, no decreto nº. 107/13 de 15 de outubro de 2013, que regulamenta o processo seletivo simplificado no município de Bom Retiro, e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, que estão abertas, no período de **18 de outubro a 18 de novembro de 2016**, as inscrições para o provimento de vagas de serventes a serem admitidos em caráter temporário para cadastro de reserva para atuar na Prefeitura Municipal de Bom Retiro, no ano de 2017.

**Cadastro Reserva (ano 2017)****1 – DAS VAGAS**

**1.1** As vagas a serem oferecidas para o presente Processo Seletivo serão para substituição de férias, licenças e para Cadastro Reserva no ano de 2017.

**1.2** O presente processo seletivo será regido por este edital e destina-se ao provimento de vagas de Servente a serem admitidos em caráter temporário e para cadastro de reserva para atuar na Prefeitura Municipal de Bom Retiro, no Ano de 2017.

**1.3** As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade, obedecendo-se a ordem de classificação, conforme disponibilidade e interesse do Município.

**1.4** As vagas, o cadastro de reserva, a carga horária semanal, a remuneração, e a escolaridade, são os estabelecidos nas TABELAS a seguir:

**QUADRO DE VAGAS - 2017**

<b>Cargos</b>	<b>Exigência</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL</b>	<b>SALÁRIO MENSAL</b>
Servente	Alfabetizado	Cadastro de Reserva	40 horas	880,00

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo Nº **04/2016** será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

**2.1** O Edital na íntegra:

**2.1.1** No mural de publicações da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, sito à Av. Major Generoso, 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina e na Câmara de Vereadores sito à Avenida 24 de outubro, 145, centro, Bom Retiro, Santa Catarina.

**2.1.2** No site oficial do município: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br) e no Diário Oficial do Município – DOM.

## 3 - DA INSCRIÇÃO

**3.1** As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Avenida Major Generoso nº 19, centro, Bom Retiro, Santa Catarina, no horário das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, do dia **18 de outubro a 18 de novembro de 2016. (Considerar o horário bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição).**

**3.2** Ao preencher e assinar a ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo correspondente, que deverá ser apresentado no ato da prova.

**3.3** O candidato, cuja documentação não estiver completa, terá sua inscrição indeferida;

**3.4** Após a data e horário fixados no item 3.1 não serão mais aceitas inscrições, sob qualquer condição.

**3.5** Serão cobrados a título de taxa de inscrição o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

**3.5.1** O candidato deverá efetuar o depósito identificado em favor da Prefeitura Municipal de Bom Retiro no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) na conta corrente nº 202-X Agência 0901-6 do Banco do Brasil.

**3.5.2.** O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

**3.5.3.** O valor da taxa de inscrição, uma vez paga não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo ACT 2016.

## 3.6 - DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

**3.6.1** O candidato amparado pela Lei nº. 10.567/97 (doadores de sangue) e pela Lei Nº 11.289/99 (hipossuficiente) interessados na isenção de pagamento da inscrição deverão entregar documento que comprovem: no caso de doador de sangue, documento expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de **16 de novembro de 2016**. Para comprovação da condição de hipossuficiente deverá ser através da fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou pela declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho. (Anexo V deste Edital). Devendo ainda que o candidato esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

**3.6.2** A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo seletivo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

### **3.7 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO**

**3.7.1** São condições para a inscrição:

- I. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas legais;
- II. Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, (na data da posse);
- III. Estar compatível para o exercício da função a que concorre;

**3.7.2** Apresentar, no ato da inscrição, fotocópia dos seguintes documentos:

**3.7.2.1** Cédula de Identidade (cópia);

**3.7.2.2** Cadastro de Pessoa Física na Secretaria da Receita Federal - CPF (cópia);

**3.7.2.3** Título de Eleitor (cópia) e estar em gozo dos direitos civis e políticos e obrigações do Serviço Militar;

**3.7.2.4** Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia e originais para conferência);

**3.7.3** O candidato não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, em decorrência de processo disciplinar.

**3.8** - Os cargos, objeto do presente processo seletivo, e as exigências de escolaridade são descritas na tabela abaixo:

<b>CARGO</b>	<b>Setor</b>	<b>REQUISITOS E ESCOLARIDADE</b>
*SERVENTE	Diversos	Alfabetizado

(\*) Trata-se de cadastro de reserva e será utilizado somente se houver funcionário efetivo em licença prêmio ou para tratamento de saúde.

**3.8.1** São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

### **4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

**4.1** Serão reservados cinco por cento (5%) das vagas oferecidas neste processo seletivo, aos portadores de necessidades especiais, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

**4.2** O Candidato portador de necessidade especial deverá protocolar e entregar no ato da inscrição à Comissão do Processo Seletivo, requerimento de solicitação de enquadramento no item 4.1, indicando as condições especiais para realizar a prova escrita, cabendo à decisão de seu deferimento à referida Comissão. (Anexo I).

**4.3** Os portadores de deficiência integrarão lista de chamada especial e será convocado para nomeação no mínimo 1 (um) candidato classificado na referida lista, a cada 20 (vinte) candidatos chamados pela classificação geral.

**4.4** Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal n. 3.298/99, na Lei Estadual n. 12.870/04 e suas alterações.

**4.5** O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

**4.6** Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

## **5 – DA FUNÇÃO**

**5.1** O trabalho do servente é efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações a que for requerido, solicitando o material e os produtos necessários para o bom andamento do seu trabalho; Manter asseio pessoal, através do uso de uniforme completo, compatível com a função desenvolvida, conforme normas sanitárias; Efetuar tarefas correlatas à sua função; Zelar pelo máximo rendimento dos materiais de limpeza e relacionar o seu consumo; Participar de cursos de aperfeiçoamento profissional, oferecidos pela chefia; Realizar seu trabalho tomando os devidos cuidados com a higiene pessoal; Zelar pela segurança no setor, atentando para a prevenção de acidentes de trabalho; Usar os equipamentos de segurança para o desenvolvimento das atividades pertinentes a função; Cumprir as orientações de sua chefia imediata. Participar quando forem escalados, a outras tarefas a reuniões, jogos escolares entre outros. Substituir colegas de trabalho quando solicitado pela chefia imediata. Aos que trabalharem diretamente com alimentação dos alunos deverão utilizar cardápios previamente elaborados pela nutricionista do município, mantendo a qualidade e segurança.

## **6 – DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO**

**6.1** O Processo Simplificado de Seleção será constituído de prova escrita, composta por 25 (vinte e cinco) questões, sendo 04 (quatro) de Língua Portuguesa, 03 (três) de Matemática, 03 (três) de Conhecimentos Gerais, 10 (dez) de Conhecimentos Específicos, e 05 (cinco) sobre atualidades de múltipla escolha (A, B, C e D) para todos os cargos, sendo de caráter classificatório e eliminatório.

**6.1.1** As provas escritas para todos os cargos serão compostas de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa	4	0,25	1,00
Matemática	3	0,25	0,75
Conhecimentos Gerais	3	0,25	0,75

Conhecimentos Específicos	10	0,50	5,00
Atualidades	05	0,50	2,50
TOTAL	25	---	10,00

**6.2** A prova terá duração de 03(três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

**6.3** Os conteúdos programáticos das provas escritas objetivas de múltipla escolha encontram-se no Anexo III deste Edital.

## **7. DAS PROVAS**

**7.1** As provas escritas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão, sito na Rua Anita Garibaldi - Bom Retiro, Santa Catarina, no dia **04 de dezembro de 2016, (domingo)**, com início às 09h00min e término às 12h00min.

**7.2** O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade, cartão de inscrição e caneta esferográfica com material transparente com tinta azul ou preta.

**7.2.1** O candidato só poderá ter consigo na sala de prova a ele determinada:

- a) Caderno de provas e cartão resposta;
- b) Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Documento de identificação e comprovante de inscrição.
- d) Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

**7.3** Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

**7.4** Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

**7.5** Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção. (Anexo I).

**7.6** Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, *Pager*, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

**7.7** O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta, deverá cobrir totalmente a letra e o espaço interno do quadrado.

**7.8** Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 7.7 deste Edital.



**7.8.1** O candidato será orientado pelo fiscal a preencher no campo observações no gabarito as questões que por ventura contenham rasuras e assinar ao lado juntamente com o fiscal, ficando ciente que as mesmas não serão computadas.

**7.9** Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

**7.10** Serão excluídos do Processo Simplificado de Seleção o candidato que durante a realização da prova:

**7.10.1** Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Simplificado de Seleção.

**7.10.2** Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

**7.10.3** Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Simplificado de Seleção.

**7.10.4** Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

**7.10.5** Não assinar a Lista de Presença.

**7.11** O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 01 (uma) hora do seu início.

**7.12** O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

**7.13** Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Simplificado de Seleção nas dependências dos locais de aplicação da prova.

**7.14** A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. No momento da amamentação a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

**7.15** A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

**7.15.1** As grades de respostas serão personalizadas, contendo duas partes, numeradas de acordo com o número de candidatos inscritos e devidamente homologados em cada cargo e serão distribuídas aleatoriamente aos candidatos de cada cargo no início da prova.

**7.15.1.1** Ao receber a grade de resposta o candidato assinará na parte superior ao lado onde consta o número que será a identificação do candidato, será este destacado logo abaixo conforme orientação dos fiscais e colocado em envelope separado e lacrado na presença dos candidatos. A abertura do envelope contendo a assinatura do candidato ocorrerá somente após a conferência de todos os gabaritos.

**7.15.2** O número do caderno de provas deverá obrigatoriamente ser colocado na grade de resposta, e esta deverá ser conferida pelo fiscal no momento da entrega do mesmo pelo candidato.

**7.15.3** Na folha que contém a grade de respostas constará a indicação do Processo Simplificado de Seleção a que se refere, bem como o cargo, número da prova a ser incluída pelo candidato no recebimento da prova e na parte superior local para a assinatura do candidato, sendo que esta parte será destacada e colocada em envelope separado.

**7.15.4** A lista de presença após iniciada a realização da prova será envelopada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes e de imediato ser entregue a Comissão Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção nº **04/2016**.

**7.15.5** A sessão pública para abertura do envelope contendo a grade de resposta será no dia **12/12/2016** às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, mediante a presença da comissão de avaliação e dos interessados presentes. Somente após a conferência de todos os gabaritos será aberto o envelope que contém a lista de presença e o documento de identificação do candidato com o respectivo número o qual identifica a quem pertence o gabarito anteriormente conferido. Em caso de recursos a data poderá sofrer alteração.

**7.16** Ao findar o tempo de duração para realização da prova será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 3 (três) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

**7.17** A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizar as provas ou parte delas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

**7.18** Em ocorrendo, a situação prevista no item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da mesma nos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

**7.19** O candidato será obrigado à apresentação do cartão de inscrição e documento com foto para identificação. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

**7.20** O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo que se candidatou conferir o número da prova, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

**7.21** O candidato deverá transcrever para o cartão resposta, utilizando caneta com material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

**7.22** A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

**7.23** O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.

**7.24** Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão respostas devidamente assinado e o caderno de provas.

**7.24.1** Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Prefeitura não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito

público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet no site: (<http://www.bomretiro.sc.gov.br>), até a data da divulgação do gabarito provisório.

**7.24.1.1** Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos, ou seja, o mesmo deverá ser devolvido aos fiscais juntamente com o gabarito oficial.

**7.24.2** Será fornecido ao final do caderno de provas **gabarito rascunho** para que o candidato possa copiar seu gabarito para futura conferência.

**7.24.3** A Prefeitura de Bom Retiro reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

## **8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS**

**8.1** A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de até 2 (dois) dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

**8.2** O gabarito provisório será divulgado até um dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Processo Simplificado de Seleção publicada no diário oficial do município, no mural oficial da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara de Vereadores e na internet, no site [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br)

**8.3** O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado ou datilografado, **não sendo aceitos recursos “à mão livre”**, e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Simplificado de Seleção, entregue e protocolado no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, conforme o formulário do Anexo IV, contra:

**8.3.1** A inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao Ato de publicação provisória da lista de inscritos, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

**8.3.2** A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório que deverá ser formulado e protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

**8.3.3** Os pontos obtidos na prova escrita e classificação, para revisão na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado, levando em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

**8.4** A Comissão julgará o recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis

**8.4.1** Se da análise do recurso resultar:

a) na alteração de resposta de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente;

b) na anulação de alguma questão da Prova, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

**8.5** Serão admitidos recursos quanto ao Edital, deferimento das Isenções, Inscrições Indeferidas, formulação das questões e da discordância com o gabarito e Nota da Prova, da classificação provisória, desde que obedecido os prazos estabelecidos por este edital.

## **9 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

**9.1** A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos

**9.2** Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

**9.3** A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente.

**9.4** A classificação no Processo Simplificado de Seleção gera para o candidato apenas expectativas de direito à nomeação para a função, de acordo com as necessidades.

**9.5** Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

**9.5.1** O candidato devidamente classificado, se por motivo justo esteja impossibilitado de aceitar a convocação poderá, mediante requerimento devidamente justificado solicitar que seu nome seja incluído ao final da lista, para uma nova oportunidade de convocação, desde que tal requerimento seja aprovado pelo jurídico do município.

**9.5.2** Poderá o Município ao convocar todos da lista, fazer uma segunda ou terceira chamada, sempre garantindo o direito de cada candidato.

**9.5.3** Caso o candidato não tenha interesse que seu nome faça parte do final da lista, em caso de não aceitação da vaga, poderá assinar termo definitivo de desistência.

## **10 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**10.1** Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

a) o mais idoso (Lei 10.741/2003, art.27, parágrafo único), para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais). Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

b) maior número de acertos na prova específica do cargo.

c) maior número de acertos na prova de português.

d) maior número de acertos na prova de matemática.

e) maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais

f) maior número de acertos na prova de atualidades.

## **11 – DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO**

**11.1** A divulgação das listagens de inscrição provisória dar-se-á no dia **22 de novembro de 2016** no mural da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Câmara Municipal de Vereadores bem como no site da Prefeitura: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br).

**11.2** O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação da lista de inscritos.

**11.3** A divulgação das listagens de Classificação Provisória dar-se-á no dia **13/12/2016**.

**11.4** O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da publicação da classificação.

**11.5** A divulgação da Classificação definitiva dar-se-á no dia **16/12/2016**.

## **12 – DA ESCOLHA DE VAGAS**

**12.1** As vagas serão preenchidas, observando a ordem de classificação;

**12.2** Para admissão, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados no Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Bom Retiro, na Av. Major Generoso, 19, Centro Bom Retiro - SC.

**12.3** A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro Temporário da Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

**12.4** A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, dentro do interesse e conveniência da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos, para área afim, sem prejuízo de classificação, caso não aceite.

## **13 - DA CONTRATAÇÃO**

**13.1** A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 9.3 deste Edital.

**13.2** Requisitos para a contratação: o candidato deverá entregar, para a contratação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento “se solteiro” ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista “se do sexo masculino” (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.



**13.3** Os documentos solicitados nos incisos “k”, “l”, e “m” do item anterior (13.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

**13.4** Na hipótese de desistência do candidato, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga e interesse em continuar no final da lista, sendo que caso o mesmo não se apresentar em 5 (cinco) dias, duas testemunhas assinarão pelo mesmo.

#### **14 – DA VALIDADE DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO**

**14.1** O prazo de validade do Processo Simplificado de Seleção ao qual se refere este Edital para o Ano de 2017.

#### **15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1** Os efeitos legais deste Processo de Seleção entrarão em vigência no ano de 2017.

**15.2** Será de responsabilidade do candidato o seu transporte, ao optar por vaga que exigirá a locomoção para o seu local de trabalho.

**15.3** O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela Administração Pública onde atua terá seu contrato de prestação de serviços (Portaria) cancelado, mediante parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho, ou mediante procedimento administrativo específico instituído pela Prefeitura Municipal de Bom Retiro.

**15.4** Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

**15.4.1** Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

**15.6** Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pela Comissão Especial do Processo Seletivo e procuradoria do Município.

#### **16 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO**

**16.1** O Regime Jurídico para contratação temporária será o estabelecido pela Lei Complementar Nº. 01/03 de 02 de dezembro de 2003 e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

Bom Retiro, 11 de outubro de 2016.

---

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

---

Elizabete Werlich Mateus  
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte

**ANEXO I****REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

\_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 04/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO - SC residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 4.2 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) **Prova Ampliada**

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) **Sala Especial**

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) **Leitura de Prova:**

4) ( ) **Outra Necessidade:**

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente.....

13

**MUNICIPIO DE BOM RETIRO****FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO  
N° 04/2016****Nome do (a) candidato (a):****N° de Inscrição:****Cargo:****N° da Prova:**

Esta Ficha de Inscrição deverá ser obrigatoriamente apresentada nos local da realização da prova, juntamente com documento de identificação com foto. Conforme Edital.

Declaro que li todo o Edital e que concordo, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital, com as orientações disponíveis que regerão o presente Processo Seletivo, e com as decisões que possam ser tomadas nos casos omissos e não previstos neste Edital.

**VIA DO CANDIDATO**

BOM RETIRO, ..... de ..... de .....

.....  
Assinatura do (a) Candidato (a).....  
Assinatura do recebedor / responsável

**ANEXO II (2017)**

<b>MUNICÍPIO DE BOM RETIRO</b>			<b>Nº DE INSCRIÇÃO:</b>	
<b>FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº 04/2016</b>				
<b>CARGO: SERVENTE</b>				
<b>NOME DO (A) CANDIDATO (A):</b>				
<b>NOME DO PAI:</b>				
<b>NOME DA MÃE:</b>				
<b>DATA DE NASCIMENTO:</b> / /	<b>SEXO:</b>	<input type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM	<b>NATURAL DE:</b>	<b>U.F.</b>
<b>ESTADO CIVIL:</b>	<b>Nº DE FILHOS:</b>		<b>FONE:</b>	
<b>END. RESIDENCIAL:</b>				
<b>BAIRRO:</b>		<b>CIDADE:</b>		<b>U.F.</b>
<b>RG.:</b>		<b>DATA DE EMISSÃO:</b>	<b>CPF:</b>	
<b>TÍTULO ELEITORAL:</b>			<b>ZONA:</b>	<b>SEÇÃO:</b>
<b>DEFICIENTE:</b>	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	<b>TIPO DE DEFICIÊNCIA:</b>		
<b>ESCOLARIDADE DO CANDIDATO:</b>				
<b>E-mail:</b>				

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 04/2016 e todas as disposições nele contidas.

BOM RETIRO, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Candidato (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do recebedor / responsável

ANEXO III  
**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS**  
**OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

**CONTEÚDOS**

<b>Língua Portuguesa</b>
Fonética: acentuação gráfica, ortografia. Morfologia: Classes de palavra, substantivo, adjetivo, plural, singular, aumentativo, diminutivo, concordância verbal e concordância nominal, crase.
<b>Matemática</b>
Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão. Medidas de tempo, de comprimento, de capacidade, de área e de volume. Sistema monetário brasileiro e uso no comércio no dia-a-dia. Porcentagem.
<b>Conhecimentos Gerais (Cultura Geral e Cidadania)</b>
Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades. Informática básica. Noções de Internet e correio eletrônico. História do Município de Bom Retiro, <a href="http://www.bomretiro.sc.gov.br">www.bomretiro.sc.gov.br</a> , História do Brasil e História de Santa Catarina.
<b>Atualidades:</b>
Problemas da atualidade exigem do candidato não só saber o que está acontecendo no Brasil e no mundo, é ficar sabendo quais são os assuntos que mais estão sendo comentados nos noticiários, muita gente boa perde pontos essenciais na prova do Concurso. Cobrar conhecimentos atuais tem sido uma das formas mais utilizadas de filtragem da concorrência nos principais Concursos e manter-se atualizado é fundamental.
<b>ÁREA ESPECÍFICA:</b>
Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção de utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Conhecimentos sobre quantidades, porções e medidas caseiras. Etapas da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos. Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higiene dos alimentos, ambiental, dos utensílios e equipamentos. Prevenção de acidentes. Noções básicas de relações humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.



**ANEXO IV**

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO Nº **04/2016** DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

NOME CANDIDATO: \_\_\_\_\_

Nº. DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ☐ CONTRA o Edital  
☐ CONTRA a formulação das questões e quesitos.  
☐ CONTRA a opção considerada como certa na prova.  
☐ CONTRA o indeferimento da inscrição.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão: \_\_\_\_\_

Gabarito Oficial: \_\_\_\_\_

Resposta do Candidato: \_\_\_\_\_

Fundamentação do Recurso:

---

---

---

---

---

Obs.: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Prefeitura Municipal de Bom Retiro. Uma via será devolvida com protocolo.

**BOM RETIRO (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Candidato (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do recebedor / responsável

**ANEXO V****REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico \_\_\_\_\_ inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ Inscrição n.º \_\_\_\_\_ do Processo Seletivo – Edital 004/2016 da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, residente e domiciliado a Rua/Av. \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.

Venho **REQUERER** a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

**[ ] Desempregado**

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público
- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

**[ ] Doador de Sangue**

- Em anexo apresento documento expedido por órgão oficial comprovando as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período dos últimos 12 meses.

Nestes Termos firma a presente declaração e  
Pede Deferimento do requerimento

Bom Retiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante/Requerente

**PROCEDIMENTOS PARA O EDITAL PROCESSO SELETIVO**

<b>DATA PREVISTA</b>	<b>ATO</b>
09/10/2016	Ofício requerendo abertura do Processo Seletivo pelo Prefeito
11/10/2016	Portaria do Prefeito nomeando a comissão
11/10/2016	Publicação do Edital
13/10/2016 a 14/10/2016	Prazo para contestação do Edital (até as 17 horas do último dia)
17/10/2016	Publicação do Edital revisado se for o caso.
18/10/2016 a 18/11/2016	Período das inscrições (até as 17 horas do último dia).
16/11/2016	Edital de Deferimento das Isenções.
17/11/2016	Recurso Edital de Deferimento das Isenções.
18/11/2016	Republicação de Deferimento das Isenções se for o caso
22/11/2016	Homologação provisória das inscrições, indicação local e horário das provas.
23/11/2016 a 24/11/2016	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição (até as 17 horas do último dia).
25/11/2016	Homologação final das inscrições.
04/12/2016	Data das provas escritas.
05/12/2016	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
05/12/2016 a 06/12/2016	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório. (Até as 17 horas do último dia)
12/12/2016	Sessão Pública e abertura dos envelopes dos gabaritos das provas
13/12/2016	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
14/12/2016 a 15/12/2016	Prazo para recurso contra a classificação provisória (Até as 17 horas do último dia).
16/12/2016	Homologação do resultado final do Processo Seletivo N.º 04/2016.

Bom Retiro, 11 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Elizabete Werlich Mateus  
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte

# Botuvera

## PREFEITURA

### **EXTRATO CTR45/2016-ADITIVO DE ACRÉSCIMO-CLAUDEMIR SIMÃO MOLINARI**

Extrato de Aditivo de Acréscimo nº 01/2016 - Contrato nº45/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: CLAUDEMIR SIMÃO MOLINARI, pessoa Física, inscrita no CPF Nº 931.493.109-97, com sede na Estrada Geral Vila Nova, S/Nº, bairro Moura, cidade de Canelinha/SC.

Objeto: Fornecimento de Produtos da Agricultura familiar.

Valor: R\$ 962,13 (novecentos e sessenta e dois reais e treze centavos).

Vigência: 31/12/2016.

Fund.Legal: Chamamento Público nº 02/2016 – Dispensa de Licitação nº. 04/2016, Artigo 65, § 1º da lei 8.666/93.

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 0101/2016

DECRETO Nº. 0101/2016.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ROMILDO TESKE, Prefeito em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.670,22 (Oitenta mil, seiscentos e setenta reais e vinte e dois centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde  
(38) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.3.0064.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.670,22

TOTAL .....  
..... R\$ 80.670,22

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2015 do recurso 3.0064 – Atenção Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Outubro de 2016.  
ROMILDO TESKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0102/2016

DECRETO Nº. 0102/2016.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ROMILDO TESKE, Prefeito em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.259,09 (Vinte mil, duzentos e cinquenta e nove reais e nove centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades

da Saúde

(35) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.3.0166.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.259,09

TOTAL .....  
..... R\$ 20.259,09

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2015 do recurso 3.0166 – Vigilância em Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Outubro de 2016.  
ROMILDO TESKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0103/2016

DECRETO Nº. 0103/2016.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ROMILDO TESKE, Prefeito em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.380,39 (Treze mil, trezentos e oitenta reais e trinta e nove centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde  
(37) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0065.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 13.380,39

TOTAL .....  
..... R\$ 13.380,39

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2015 do recurso 3.0065 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Outubro de 2016.  
ROMILDO TESKE  
Prefeito Municipal



**DECRETO 0104/2016**

DECRETO Nº. 0104/2016.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezesseis, nas dotações orçamentárias abaixo o valor de R\$ 45.856,83 (Quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(8) – 3.3.71.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.400,00

(12) – 4.4.71.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

(13) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 28.994,17

(34) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.462,66

TOTAL ..... R\$ 45.856,83

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 45.856,83 (Quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos), como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(10) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 45.856,83

TOTAL ..... R\$ 45.856,83

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Outubro de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

**DECRETO 0105/2016**

DECRETO Nº. 0105/2016.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ROMILDO TESKE, Prefeito em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de

R\$ 21.326,07 (Vinte e um mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(36) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.3.0167.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 21.326,07

TOTAL ..... R\$ 21.326,07

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2015 do recurso 3.0167 – Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de Outubro de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 0118/2016**

PORTARIA 0118/2016

PRORROGA EFEITOS DE PORTARIA

Romildo Teske, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 099/2016 que designa a servidora Mônica Dalila Sell Dalmarco, ocupante do cargo efetivo de Pedagogo para coordenar os diversos Conselhos Municipais em substituição do servidor Nildo Melmestet que se encontra em férias no período de 10/10/2016 à 08/11/2016.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de outubro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

**PORTARIA 0119/2016**

PORTARIA Nº 0119/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Jean Christhian Weiss, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 057/2016, a partir de 11.10.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de outubro de 2016.  
Romildo Teske  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 0120/2016**

PORTARIA Nº 0120/2016

## REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 08/99 de 17/11/1999, art.11, etc...

## RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a função gratificada, FG – 06, concedida na portaria 0131/2015 de 20.08.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de outubro de 2016.  
Romildo Teske  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 0121/2016**

PORTARIA Nº 0121/2016

Romildo Teske, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Franciane Koball, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais – Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 01.09.2016 à 30.09.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.09.2016.

Braço do Trombudo, em 13 de outubro de 2016.  
Romildo Teske  
Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°03/2016 FMS

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2016**

**Número do Registro de Preços:** 3/2016      **Data do Registro:** 13/04/2016      **Válido até:** 13/04/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fralda geriátrica tamanho P, pct com 11 fraldas, cintura tam 40 até 80 cm, peso 20 até 40 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termopelásticos e fitas adesivas para fixação. (17022)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BiofralTena Co	0	14,7000	1
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	14,7500	2
2	Fralda geriátrica tamanho M, pct com 10 fraldas, cintura tam 70 até 120 cm, peso 40 até 70 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termopelásticos e fitas adesivas para fixação. (17023)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BiofralTena Co	0	15,3500	1
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	15,4500	2

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016**

**Número do Registro de Preços: 3/2016      Data do Registro: 13/04/2016      Válido até: 13/04/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Fralda geriátrica tamanho G, pot com 08 fraldas, cintura tam 80 até 150 cm, peso 70 até 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura mais ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com albe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17024)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Biotrafena Co	0	15,2000	1
4	Fralda geriátrica tamanho EG, pot com 07 fraldas, cintura tam 110 até 165 cm, peso acima de 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura mais ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com albe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17025)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Biotrafena Co	0	15,0500	1

ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)

Biofital

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 13/04/2016 Válido até: 13/04/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
				Biofral	0	15,1200	2
ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)							



Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 13/04/2016		Válido até: 13/04/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016  
PROCESSO Nº 6/2016

(6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD  
(6844) - ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO

Braço do Trombudo, 13 de Abril de 2016.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016 FMS

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

**Número do Registro de Preços:** 8/2016      **Data do Registro:** 13/10/2016      **Válido até:** 13/10/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo lubrificante multiviscoso para motores movidos a diesel de alta potência, classificação API - CI-4 SAE 15W/40. (4932)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) PETROBRAS	0	16,2000	1
2	Óleo lubrificante multiviscoso sintético de alta performance para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SL SAE 5W/30 (4933)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) GT OIL	0	28,6000	1
3	Óleo lubrificante multiviscoso mineral para motores movidos a gasolina, álcool, classificação API - SJ-SAE 20W/50 (4934)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) PETROBRAS	0	13,8000	1
4	Filtro lubrificante PEL-119 (4935)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	25,7000	1
5	Filtro lubrificante PSL - 55 (4937)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	16,3000	1
6	Filtro lubrificante PSL - 619 (4936)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,0000	1
7	Filtro Lubrificante PSL - 156 (4938)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	70,3500	1
8	Filtro lubrificante HU923 X (17643)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	48,3500	1
9	Filtro Lubrificante PSL - 311 (4939)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	18,4000	1
10	Filtro Combustível GL-04/7 (4940)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,1000	1
11	Filtro Combustível PC947 (4941)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	47,5500	1
12	Filtro Combustível PSC - 881 (17642)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	112,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brago do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
13	Filtro combustível R2610MBAQIII (17644)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) RACOR	0	59,9700	1	
14	Filtro de ar ARL - 4154 (4943)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	33,2000	1	
15	Filtro de ar ARL - 8834 (4944)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	10,3100	1	
16	Filtro de ar ARL - 5137 (4945)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	76,0100	1	
17	Filtro de ar ARL-4152 (4946)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	24,7200	1	
18	Filtro de ar ARL-5310 (4947)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	58,7900	1	
19	Filtro de ar ARL - 4147 (4948)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	14,6000	1	
20	Filtro de ar condicionado ACP 131 (4949)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	20,0000	1	
21	Filtro de ar condicionado ACP 906 (4950)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	20,5000	1	
22	Filtro de ar condicionado ACP 003 (4951)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	13,4000	1	
23	Filtro de ar condicionado ACP 600 (4952)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(6812) TECFIL	0	37,4700	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Filtro de ar condicionado ACP 103 (4953)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	14.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 13/10/2016		Válido até: 13/10/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016  
PROCESSO Nº 15/2016

(6812) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 13 de Outubro de 2016.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 75/2016

DECRETO Nº 75 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.  
ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando que o período primavera/verão proporciona maior luminosidade;

Considerando o "horário de verão" estabelecido no território nacional;

Considerando a necessidade de otimizar o uso dos equipamentos e materiais públicos; e

Considerando que a economia de recursos financeiros é princípio constitucional aplicada à administração pública.

Considerando que as projeções de arrecadação para o Município referente ao FPM e cotas do ICMS, bem como demais repasses do Governo Federal, mostram-se em queda acentuada.

Considerando ainda a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas municipais

### DECRETA

Art. 1º. A partir do dia 17 de outubro do ano de 2016 até o dia 17 de fevereiro de 2017, inclusive, o horário de expediente nas repartições públicas municipais será das sete horas às treze horas.

Art. 2º. O disposto no artigo 1º não altera os horários de funcionamento das escolas nem dos postos de saúde, que continuam a atender normalmente.

Art. 3º. Eventuais tarefas essenciais serão mantidas, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 13 de outubro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Registrado e publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.



# Brusque

## PREFEITURA

### LEI Nº 4.023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Brusque para o exercício de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal conforme anexo I;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

#### CAPÍTULO II

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são aquelas definidas nos Anexos desta lei.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração e durante a execução da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, e o atendimento às necessidades da sociedade.

#### CAPÍTULO III

##### DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias, será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município, atual e suas possíveis alterações.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará a Receita por rubrica em cada Unidade Gestora, e a despesa de cada unidade gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, de acordo com a legislação pertinente, especialmente as normatizações da Secretaria do Tesouro Nacional, e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, na forma dos seguintes adendos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

III – Demonstrativo por Funções e Subfunções de Governo;

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da despesa por Funções, Sub-funções, Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85).

Parágrafo único. Os Orçamentos dos Fundos, Fundações e Autarquias que acompanham o Orçamento Geral do Município, e com orçamento e contabilidade própria, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

VII - Conveniente, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

VIII - Execução física, a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

IX - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Art. 6º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita prevista para os exercícios de 2016, 2017 e 2018;

II – Demonstrativo da evolução da Despesa no mínimo por categoria econômica, para 2016, 2017 e 2018;

III – Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IV – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a LDO.

#### CAPITULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O orçamento para o exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Autarquia, Fundos e Fundações.(ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 8º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da Unidade Gestora Central, e vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos anexos e adendos da Unidade Gestora Central(Prefeitura).

§ 1º Os Fundos Municipais serão geridos pelos gestores de cada fundo, ou por servidor do Município, designado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Os Fundos Municipais com baixa movimentação financeira, observada a legislação federal, poderão ser incorporados à contabilidade central do ente dos fundos, representados por unidades orçamentárias.

Art. 9º As previsões de receita para o exercício de 2017, observarão as normas técnicas e legais, considerando os efeitos das alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico e vegetativo, da tendência de arrecadação no presente exercício, ou de qualquer fator relevante.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A receita corrente líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II – redução de despesas com manutenção;

III – racionalização de despesas com horas extras; e

IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 11. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2017, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1% da Receita Corrente prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas, ou orçadas a menor, inclusive as intempéries.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 13. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras, e se for o caso, o desdobramento das metas bimestrais e arrecadação. (ART. 8º e 13º da LRF)

Art.14. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

Parágrafo único. Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, e/ ou recursos próprios, não previstos nos orçamentos da receita, o seu excesso de arrecadação, ou o seu superavit financeiro poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando ao desenvolvimento dos programas de governo.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal à entidades privadas, será destinada pelo Chefe do Executivo Municipal, mediante Decreto, e beneficiará somente aquelas de caráter educacional, saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica.(ART. 4º, I, "f" da LRF)

§ 10 Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas as entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art. 18. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto

orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizadas. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 20. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 21. A Lei Orçamentária para o exercício de 2017, conterá autorização para o Executivo Municipal remanejar por Decreto, dentro do mesmo projeto, atividade e operação especial, o saldo das dotações dos grupos de natureza de despesa que o compõem.

Parágrafo único. A Lei orçamentária para o exercício de 2017, conterá autorização para que o Executivo Municipal crie novas classificações de despesas em projetos, atividades e operações especiais já existentes, quanto a sua natureza, a fim de ajustar às necessidades da Administração Municipal.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades e operações especiais no orçamento e no Plano Plurianual, na forma de créditos adicionais especiais, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta lei e alterações posteriores.

Art. 23. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seu créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 25. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária, ou incluídas por meio de créditos adicionais, e autorizadas por lei específica.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26. Os Poderes Executivo e Legislativo, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os princípios, limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000 e da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 27. A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida o percentual de 54% e 6%, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% , respectivamente.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 29. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (ART. 19 e 20 da LRF):

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 30. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar 101, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Brusque, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 31. A verificação dos limites das despesas com pessoal será realizada na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101/2000.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes que pagarem seus tributos no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. As alterações na estrutura tributária municipal, dentro do possível, equacionarão a perda de arrecadação da receita, a fim de preservar a capacidade de arrecadação do Município.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no artigo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva

de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais previstos.

Art. 36. Ficam autorizadas as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de contribuições sociais e previdenciárias, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 37. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 38. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 39. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos Federal e Estadual, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta, e a iniciativa privada, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 40. Fica o Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2017, a incluir novas Fontes de Recursos, para a execução dos Orçamentos.

Art. 41. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas, repriorizando-as, sempre que houver necessidade.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque em, 28 de setembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	1.182.797,07	Despesas correntes	6.270.520,27
Receita tributária	1.182.797,07	Pessoal e encargos sociais	3.051.370,00
Receitas de contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	3.219.150,27
Receita agropecuária	21.500,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	1.161.297,07		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	1.182.797,07	<b>Total das Despesas Correntes</b>	6.270.520,27
<b>Déficit</b>	5.087.723,20	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	6.270.520,27	<b>Soma</b>	6.270.520,27
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	5.087.723,20
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	221.076,80
Operações de crédito	0,00	Investimentos	221.076,80
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	221.076,80

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-GWNN-213374760 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nº. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			6.270.520,27
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		3.051.370,00	
31900000000000	Aplicações diretas	2.811.370,00		
01000000	Recursos Ordinários	2.505.800,00		
01350500	SUAS/União - Acessuas	7.610,00		
01350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC	0,00		
01350801	SUAS/União - PFMCI	146.680,00		
01350802	SUAS/União - PTMC	26.080,00		
01350803	SUAS/União - AEPETI	0,00		
01350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB	93.000,00		
01350901	SUAS/União - PBF	0,00		
01351000	SUAS/União - PSE/AC	32.200,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	240.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	190.000,00		
01350500	SUAS/União - Acessuas	5.000,00		
01350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC	0,00		
01350801	SUAS/União - PFMCI	20.000,00		
01350802	SUAS/União - PTMC	5.000,00		
01350803	SUAS/União - AEPETI	0,00		
01350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB	15.000,00		
01350901	SUAS/União - PBF	0,00		
01351000	SUAS/União - PSE/AC	5.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		3.219.150,27	
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	559.435,68		
01000000	Recursos Ordinários	540.000,00		
01352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC	0,00		
01352102	FEAS - Alta/Custeio	19.435,68		
33900000000000	Aplicações diretas	2.649.714,59		
01000000	Recursos Ordinários	2.008.000,00		
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	300.000,00		
01350500	SUAS/União - Acessuas	20.740,00		
01350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família	28.000,00		
01350700	SUAS/União - IGD Suas	6.173,27		
01350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC	0,00		
01350801	SUAS/União - PFMCI	111.120,00		
01350802	SUAS/União - PTMC	20.720,00		
01350803	SUAS/União - AEPETI	0,00		
01350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB	72.000,00		
01350901	SUAS/União - PBF	0,00		
01350902	SUAS/União - SCFV	0,00		
01351000	SUAS/União - PSE/AC	24.800,00		
01351100	SUAS/União - BPC/Escola	0,00		
01351200	SUAS/União - Aprimora Rede	0,00		
01352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais	9.500,00		
01352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC	0,00		
01352102	FEAS - Alta/Custeio	10.012,32		
01352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC	0,00		
01352302	FEAS - Média/Custeio	23.049,00		
01352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB	0,00		
01352402	FEAS - Básica/Custeio	15.600,00		
03315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social	0,00		
03350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família	0,00		
03350801	SUAS/União - PFMCI	0,00		
03350802	SUAS/União - PTMC	0,00		
03350803	SUAS/União - AEPETI	0,00		
03350901	SUAS/União - PBF	0,00		

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág  2 / 3	
		E n t r d a d e :  1 2 4  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  A S S I S T E N C I A  S O C I A L  L I D O :  2			
03350902	SUAS/União - SCFV	0	0,00		
03351000	SUAS/União - PSE/AC		0,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos		10.000,00		
01000000	Recursos Ordinários		10.000,00		
40000000000000	Despesas de capital				221.076,80
44000000000000	Investimentos			221.076,80	
44900000000000	Aplicacoes diretas		221.076,80		
01000000	Recursos Ordinários		55.000,00		
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000,00		
01350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família		50.000,00		
01352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social -		0,00		
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-SWTV-213374919 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		0 5 1	

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág  3 / 3	
		E n t r d a d e :  1 2 4  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  A S S I S T E N C I A  S O C I A L  L I D O :  2 0			
	FEAS AC				
01352101	FEAS - Alta/Investimento		33.264,00		
01352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC		0,00		
01352301	FEAS - Media/Investimento		31.412,80		
01352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB		0,00		
01352401	FEAS - Basica/Investimento		36.400,00		
			<b>Total</b>	6.491.597,07	

## Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Desdobramento</b>	<b>Fonte</b>	<b>Cat. Econômica</b>
10000000000000	Receitas correntes			1.182.797,07
13000000000000	Receita patrimonial		21.500,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	21.500,00		
17000000000000	Transferências correntes		1.161.297,07	
17200000000000	Transferências intergovernamentais	846.297,07		
17600000000000	Transferências de convênios	315.000,00		
			<b>Total</b>	1.182.797,07

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Assistência Social	Total
30 - Fundo Municipal de Assistência Social	6.491.597,07	6.491.597,07
<b>Total</b>	<b>6.491.597,07</b>	<b>6.491.597,07</b>

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
8	Assistência Social	244	Assistência Comunitária

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**30 - Fundo Municipal de Assistencia Social****001 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
	Assistência Social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08					
	Assistência Comunitária	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244					
	Gestão municipal da política de assistência social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244.0255					
	Economia Solidaria	0,00	0,00	323.000,00	323.000,00
08.244.0255.2250					
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			315.000,00	315.000,00
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			8.000,00	8.000,00
	Brusque Carinhosa	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
08.244.0255.2325					
1000000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
	Gestao Suas	0,00	0,00	3.254.743,27	3.254.743,27
08.244.0255.2326					
1350500	SUAS/União - Acessuas			12.610,00	12.610,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1351200	SUAS/União - Aprimora Rede			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			108.000,00	108.000,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			37.200,00	37.200,00
3350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família			0,00	0,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família			78.000,00	78.000,00
1350802	SUAS/União - PTMC			31.080,00	31.080,00
1350700	SUAS/União - IGD Suas			6.173,27	6.173,27
1350801	SUAS/União - PFMCI			166.680,00	166.680,00
1000000	Recursos Ordinários			2.815.000,00	2.815.000,00
	Protecao Scial Especial - Media Complexidade	0,00	0,00	186.301,80	186.301,80
08.244.0255.2327					
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
3350801	SUAS/União - PFMCI			0,00	0,00
1350802	SUAS/União - PTMC			20.720,00	20.720,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1352301	FEAS - Media/Investimento			31.412,80	31.412,80
3350802	SUAS/União - PTMC			0,00	0,00
3350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1350801	SUAS/União - PFMCI			111.120,00	111.120,00
1352302	FEAS - Media/Custeio			23.049,00	23.049,00
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC			0,00	0,00
	Protecao Social Especial - Alta Complexidade	0,00	0,00	977.512,00	977.512,00
08.244.0255.2328					
1352101	FEAS - Alta/Investimento			33.264,00	33.264,00
1000000	Recursos Ordinários			890.000,00	890.000,00
1352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC			0,00	0,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			24.800,00	24.800,00
3351000	SUAS/União - PSE/AC			0,00	0,00
1352102	FEAS - Alta/Custeio			29.448,00	29.448,00
	Protecao Social Basica	0,00	0,00	1.570.040,00	1.570.040,00
08.244.0255.2329					
3350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1350500	SUAS/União - Acessuas			20.740,00	20.740,00
1352402	FEAS - Basica/Custeio			15.600,00	15.600,00
1352400	Transferências do Sistema			0,00	0,00



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VI - Programa de Trabalho				
		Pág	2	/ 3
E n t r d a d e  1 2 4  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  A S S I S T E N C I A  S O C I A L  L I D O  2 0 1 1				
	Único de Assistência Social - FEAS PSB			
1352401	FEAS - Basica/Investimento		36.400,00	36.400,00
1000000	Recursos Ordinários		1.415.800,00	1.415.800,00

**30 - Fundo Municipal de Assistencia Social****001 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1351100	SUAS/União - BPC/Escola			0,00	0,00
3350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			72.000,00	72.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-PMRT-213375036 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

05

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-PMRT-213375036 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

## ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244.0255	Gestão municipal da política de assistência social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244.0255.2250	Economia Solidaria	0,00	0,00	323.000,00	323.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			315.000,00	315.000,00
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			8.000,00	8.000,00
08.244.0255.2325	Brusque Carinhosa	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
1000000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
08.244.0255.2326	Gestao Suas	0,00	0,00	3.254.743,27	3.254.743,27
1350500	SUAS/União - Acessuas			12.610,00	12.610,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1351200	SUAS/União - Aprimora Rede			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			108.000,00	108.000,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			37.200,00	37.200,00
3350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família			0,00	0,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família			78.000,00	78.000,00
1350802	SUAS/União - PTMC			31.080,00	31.080,00
1350700	SUAS/União - IGD Suas			6.173,27	6.173,27
1350801	SUAS/União - PFMC II			166.680,00	166.680,00
1000000	Recursos Ordinários			2.815.000,00	2.815.000,00
08.244.0255.2327	Protecao Scial Especial - Media Complexidade	0,00	0,00	186.301,80	186.301,80
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
3350801	SUAS/União - PFMC II			0,00	0,00
1350802	SUAS/União - PTMC			20.720,00	20.720,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1352301	FEAS - Media/Investimento			31.412,80	31.412,80
3350802	SUAS/União - PTMC			0,00	0,00
3350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1350801	SUAS/União - PFMC II			111.120,00	111.120,00
1352302	FEAS - Media/Custeio			23.049,00	23.049,00
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC			0,00	0,00
08.244.0255.2328	Protecao Social Especial - Alta Complexidade	0,00	0,00	977.512,00	977.512,00
1352101	FEAS - Alta/Investimento			33.264,00	33.264,00
1000000	Recursos Ordinários			890.000,00	890.000,00
1352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC			0,00	0,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			24.800,00	24.800,00
3351000	SUAS/União - PSE/AC			0,00	0,00
1352102	FEAS - Alta/Custeio			29.448,00	29.448,00
08.244.0255.2329	Protecao Social Basica	0,00	0,00	1.570.040,00	1.570.040,00
3350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1350500	SUAS/União - Acessuas			20.740,00	20.740,00
1352402	FEAS - Basica/Custeio			15.600,00	15.600,00
1352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB			0,00	0,00
1352401	FEAS - Basica/Investimento			36.400,00	36.400,00
1000000	Recursos Ordinários			1.415.800,00	1.415.800,00

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VII - Programa de Trabalho					
(Consolidação)					
		E n t r d a d e :  1 2 4  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  A S S I S T E N C I A  S O C I A L  L I D O :  2 0			
		Pág  2 / 2			
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1351100	SUAS/União - BPC/Escola			0,00	0,00
3350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			72.000,00	72.000,00
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais			9.500,00	9.500,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.491.597,07</b>	<b>6.491.597,07</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-FOKW-213375096 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

05

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
30.001	Fundo Municipal de Assistência Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
	Assistência Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08	Assistência Comunitária	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244	Gestão municipal da política de assistência social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244.0255				
1350500	SUAS/União - Acessuas		33.350,00	
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais		9.500,00	
1352402	FEAS - Básica/Custeio		15.600,00	
1350802	SUAS/União - PTMC		51.800,00	
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social		0,00	
1352101	FEAS - Alta/Investimento		33.264,00	
1351100	SUAS/União - BPC/Escola		0,00	
3350901	SUAS/União - PBF		0,00	
3350801	SUAS/União - PFMC II		0,00	
1352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC		0,00	
1351000	SUAS/União - PSE/AC		62.000,00	
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB		180.000,00	
1352302	FEAS - Média/Custeio		23.049,00	
1352301	FEAS - Média/Investimento		31.412,80	
1350803	SUAS/União - AEPETI		0,00	
3350803	SUAS/União - AEPETI		0,00	
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		315.000,00	
1350801	SUAS/União - PFMC II		277.800,00	
3351000	SUAS/União - PSE/AC		0,00	
3350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família		0,00	
1352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB		0,00	
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC		0,00	
1350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.308.800,00		
3350902	SUAS/União - SCFV		0,00	
1352401	FEAS - Básica/Investimento		36.400,00	
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família		78.000,00	
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC		0,00	
3350802	SUAS/União - PTMC		0,00	
1350700	SUAS/União - IGD Suas		6.173,27	
1352102	FEAS - Alta/Custeio		29.448,00	
1351200	SUAS/União - Aprimora Rede		0,00	
1350902	SUAS/União - SCFV		0,00	
<b>Total Geral</b>		<b>5.308.800,00</b>	<b>1.182.797,07</b>	<b>6.491.597,07</b>

Órgão	Dotação		%
	30 - Fundo Municipal de Assistencia Social		
		8.000,00	0,12
30.1.0008.0244.0255.2250.3339000000000000.01000000			
30.1.0008.0244.0255.2250.3339000000000000.01345400		300.000,00	4,62
30.1.0008.0244.0255.2250.3339000000000000.03315400		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2250.3449000000000000.01345400		15.000,00	0,23
30.1.0008.0244.0255.2325.3319000000000000.01000000		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2325.3339000000000000.01000000		180.000,00	2,77
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01000000		2.500.000,00	38,51
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350500		7.610,00	0,12
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350800		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350801		146.680,00	2,26
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350802		26.080,00	0,40
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350803		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350900		93.000,00	1,43
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01350901		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01351000		32.200,00	0,50
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01000000		190.000,00	2,93
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350500		5.000,00	0,08
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350800		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350801		20.000,00	0,31
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350802		5.000,00	0,08
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350803		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350900		15.000,00	0,23
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01350901		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3319100000000000.01351000		5.000,00	0,08
30.1.0008.0244.0255.2326.3339000000000000.01000000		120.000,00	1,85
30.1.0008.0244.0255.2326.3339000000000000.01350600		28.000,00	0,43
30.1.0008.0244.0255.2326.3339000000000000.01350700		6.173,27	0,10
30.1.0008.0244.0255.2326.3339000000000000.01351200		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3339000000000000.03350600		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2326.3449000000000000.01000000		5.000,00	0,08
30.1.0008.0244.0255.2326.3449000000000000.01350600		50.000,00	0,77
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.01350800		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.01350801		111.120,00	1,71
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.01350802		20.720,00	0,32
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.01350803		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.01352300		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.01352302		23.049,00	0,36
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.03350801		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.03350802		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3339000000000000.03350803		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3449000000000000.01352300		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2327.3449000000000000.01352301		31.412,80	0,48
30.1.0008.0244.0255.2328.3335000000000000.01000000		140.000,00	2,16
30.1.0008.0244.0255.2328.3335000000000000.01352100		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3335000000000000.01352102		19.435,68	0,30
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01000000		750.000,00	11,55
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01351000		24.800,00	0,38
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01352100		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01352102		10.012,32	0,15
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.03351000		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3449000000000000.01352100		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3449000000000000.01352101		33.264,00	0,51
30.1.0008.0244.0255.2329.3319000000000000.01000000		5.800,00	0,09
30.1.0008.0244.0255.2329.3335000000000000.01000000		400.000,00	6,16
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01000000		950.000,00	14,63
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350500		20.740,00	0,32
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350900		72.000,00	1,11
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350901		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350902		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01351100		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01352000		9.500,00	0,15
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01352400		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01352402		15.600,00	0,24
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.03350901		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.03350902		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339100000000000.01000000		10.000,00	0,15
30.1.0008.0244.0255.2329.3449000000000000.01000000		50.000,00	0,77
30.1.0008.0244.0255.2329.3449000000000000.01352400		0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3449000000000000.01352401		36.400,00	0,56
<b>Total Órgão</b>		<b>6.491.597,07</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>6.491.597,07</b>	<b>100,00</b>



Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	1.182.797,07	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	1.182.797,07	100,00
Receitas correntes				
	4130000000000000	S	21.500,00	1,82
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	21.500,00	1,82
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	21.500,00	1,82
Remuneração de depósitos bancários				
	4132501000000000	S	21.500,00	1,82
Remuneração depósitos de recursos vinculados				
	4132501100000000	A	21.500,00	1,82
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fnas				
	4170000000000000	S	1.161.297,07	98,18
Transferências correntes				
	4172000000000000	S	846.297,07	71,55
Transferências intergovernamentais				
	4172100000000000	S	674.623,27	57,04
Transferências da união				
	4172134000000000	A	674.623,27	57,04
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social fnas				
	4172200000000000	S	171.673,80	14,51
Transferências dos estados				
	4172299000000000	S	171.673,80	14,51
Outras transferências dos estados				
	417229900010000	A	58.212,00	4,92
Transferencia Estado Alta Complexidade				
	417229900020000	A	9.000,00	0,76
Transferencia Estado Beneficio Eventual				
	417229900040000	A	52.461,80	4,44
Transferencia Estado Media/investimento				
	417229900060000	A	52.000,00	4,40
Transferencia Estado Basica/custeio				
	4176000000000000	S	315.000,00	26,63
Transferências de convênios				
	4176100000000000	S	315.000,00	26,63
Transferências de convênios da união e de suas entidades				
	4176199000000000	A	315.000,00	26,63
Outras transferências de convênios da união				
<b>Total:</b>			<b>1.182.797,07</b>	<b>100,00</b>

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO CAMARA****MUNICIPIO DE BRUSQUE**

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 2001 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

LDO: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	0,00	Despesas correntes	7.425.000,00
Receitas correntes	0,00	Pessoal e encargos sociais	5.610.000,00
Receita tributária	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receitas de contribuições	0,00	Outras despesas correntes	1.815.000,00
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências	0,00		
correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>7.425.000,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>7.425.000,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Soma</b>	<b>7.425.000,00</b>	<b>Soma</b>	<b>7.425.000,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>7.425.000,00</b>
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	1.075.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	1.075.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>1.075.000,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>1.075.000,00</b>	<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>0,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
		<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	0,00	Despesa Correntes	7.425.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	1.075.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL631101-11483-EVBV-213376814 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:20

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 2001 - CAMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

LDO: 2017

		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	0,00	<b>Subtotal</b>	8.500.000,00
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	8.500.000,00	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	0,00
<b>Total</b>	8.500.000,00	<b>Total</b>	8.500.000,00

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			7.425.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		5.610.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	5.310.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	300.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		1.815.000,00	
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	15.000,00		
33900000000000	Aplicações diretas	1.797.500,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	2.500,00		
40000000000000	Despesas de capital			1.075.000,00
44000000000000	Investimentos		1.075.000,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	1.075.000,00		
			<b>Total</b>	<b>8.500.000,00</b>

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
			<b>Total</b>	

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Total
01 - Câmara de Vereadores	8.500.000,00	8.500.000,00
	8.500.000,00	8.500.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
1	Legislativa	31	Acao Legislativa

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**01 - Camara de Vereadores****001 - Camara de Vereadores**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001	Administração e processo legislativo	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara de Vereadores e Atividades Le	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
0	Registro inexistente necessário			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			8.500.000,00	8.500.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001	Administração e processo legislativo	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara de Vereadores e Atividades Le	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
0	Registro inexistente necessário			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			8.500.000,00	8.500.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	Camara de Vereadores	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01	Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031	Acao Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031.0001	Administração e processo legislativo	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
0	Registro inexistente necessário		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.500.000,00		
<b>Total Geral</b>		<b>8.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	1 - Camara de Vereadores	
	5.310.000,00	62,47
1.1.0001.0031.0001.2001.3319000000000000.01000000		
1.1.0001.0031.0001.2001.3319100000000000.01000000	300.000,00	3,53
1.1.0001.0031.0001.2001.3335000000000000.01000000	15.000,00	0,18
1.1.0001.0031.0001.2001.3339000000000000.00000000	0,00	0,00
1.1.0001.0031.0001.2001.3339000000000000.01000000	1.797.500,00	21,15
1.1.0001.0031.0001.2001.3339100000000000.01000000	2.500,00	0,03
1.1.0001.0031.0001.2001.3449000000000000.01000000	1.075.000,00	12,65
<b>Total Órgão</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Total:				



**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUMMPOM**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	70.000,00	Despesas correntes	915.900,00
Receita tributária	70.000,00	Pessoal e encargos sociais	0,00
Receitas de contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	915.900,00
Receita agropecuária	70.000,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	70.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	915.900,00
<b>Déficit</b>	845.900,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	915.900,00	<b>Soma</b>	915.900,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	845.900,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	444.100,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	444.100,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	444.100,00

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág		2	/	2
		E n t r e d a d e :						
		1 7 8 -						
		F U N D O						
		M U N I C I P A L						
		D E						
		M E L H O R I A D A						
		P O L I C I A						
		M I L I T						
			A	-(Reserva de contingência				0,00
				+Reserva do RPPS)				0,00
	Déficit	444.100,00		Superávit				0,00
		Resumo						
Receitas Correntes								
Receitas de Capital		70.000,00	Despesa Correntes					915.900,00
			Despesas de Capital					444.100,00
			Reserva de Contingência					0,00
		0,00	Reserva do RPPS					0,00
Subtotal		70.000,00	Subtotal					1.360.000,00
Transfêrencias Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas					
Transfêrencias Recebidas		1.290.000,00	Transferências Financeiras Concedidas					0,00
Total		1.360.000,00	Total					1.360.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL631101-11483	FVQV-213363245 - Emitido por:					
		JESSICA KEMPNER						

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas correntes			915.900,00
3300000000000000	Outras despesas correntes		915.900,00	
3390000000000000	Aplicações diretas	915.900,00		
4000000000000000	Despesas de capital			444.100,00
4400000000000000	Investimentos		444.100,00	
4490000000000000	Aplicacoes diretas	444.100,00		
<b>Total</b>				1.360.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
1000000000000000	Receitas correntes			70.000,00
1300000000000000	Receita patrimonial		70.000,00	
1320000000000000	Receitas de valores mobiliários	70.000,00		
<b>Total</b>				70.000,00

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Segurança Pública	Total
55 - Funmpom- Fundo Mun. Melhoria da Polícia Militar	1.360.000,00	1.360.000,00
	1.360.000,00	1.360.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
6	Segurança Pública	181	Policiamento

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**55 - Fummpom- Fundo Mun. Melhoria da Policia Militar****001 - Fummpom- Fdo Mun. Melhoria Policia Militar**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181	Policimento	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181.0150.1106	Instalações e Equipamentos P/ Polícia Militar	0,00	444.100,00	0,00	444.100,00
06.181.0150.2206	Manutenção do Fummpom - Polícia Militar	0,00	0,00	915.900,00	915.900,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>444.100,00</b>	<b>915.900,00</b>	<b>1.360.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>444.100,00</b>	<b>915.900,00</b>	<b>1.360.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>444.100,00</b>	<b>915.900,00</b>	<b>1.360.000,00</b>

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181	Policimento	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181.0150.1106	Instalações e Equipamentos P/ Polícia Militar	0,00	444.100,00	0,00	444.100,00
06.181.0150.2206	Manutenção do Fummpom - Polícia Militar	0,00	0,00	915.900,00	915.900,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>444.100,00</b>	<b>915.900,00</b>	<b>1.360.000,00</b>

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
06	Segurança Pública	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
06.181	Policimento	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>830.000,00</b>	<b>530.000,00</b>	<b>1.360.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	55 - Fummpom- Fundo Mun. Melhoria da Policia Militar	
	10.000,00	0,74
55.1.0006.0181.0150.1106.3339000000000000.01000000		
55.1.0006.0181.0150.1106.3449000000000000.01000000	310.000,00	22,79
55.1.0006.0181.0150.1106.3449000000000000.01100000	124.100,00	9,13
55.1.0006.0181.0150.1106.3449000000000000.01890000	0,00	0,00
55.1.0006.0181.0150.1106.3449000000000000.03000000	0,00	0,00
55.1.0006.0181.0150.1106.3449000000000000.03890000	0,00	0,00
55.1.0006.0181.0150.2206.3339000000000000.01000000	500.000,00	36,76
55.1.0006.0181.0150.2206.3339000000000000.01100000	405.900,00	29,85
55.1.0006.0181.0150.2206.3449000000000000.01000000	10.000,00	0,74
<b>Total Órgão</b>	<b>1.360.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.360.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	70.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	70.000,00	100,00
Receitas correntes				
	4130000000000000	S	70.000,00	100,00
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	70.000,00	100,00
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	70.000,00	100,00
Remuneração de depósitos bancários				
	4132501000000000	S	20.000,00	28,57
Remuneração depósitos de recursos vinculados				
	4132501990000000	A	20.000,00	28,57
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros				
	4132502000000000	S	50.000,00	71,43
Remuneração depósito de recursos não vinculados				
	4132502990000000	A	50.000,00	71,43
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros				
Total:			70.000,00	100,00

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUND. CULTURAL**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	2.000,00	Despesas correntes	2.044.000,00
Receita tributária	2.000,00	Pessoal e encargos sociais	1.405.000,00
Receitas de contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	639.000,00
Receita agropecuária	2.000,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	2.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	2.044.000,00
<b>Déficit</b>	2.042.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	2.044.000,00	<b>Soma</b>	2.044.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	2.042.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	3.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	3.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	3.000,00



IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-MQMA-213366496 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			2.044.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.405.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	1.325.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	80.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		639.000,00	
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	81.000,00		
33900000000000	Aplicações diretas	555.000,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	3.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			3.000,00
44000000000000	Investimentos		3.000,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	3.000,00		
<b>Total</b>				2.047.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			2.000,00
13000000000000	Receita patrimonial		2.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	2.000,00		
<b>Total</b>				2.000,00

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1995 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Cultura	Total
65 - Fundacao Cultural de Brusque	2.047.000,00	2.047.000,00
	2.047.000,00	2.047.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
13	Cultura	122	Administracao Geral
		392	Difusão Cultural

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**65 - Fundacao Cultural de Brusque**

**001 - Fundacao Cultural de Brusque**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	2.047.000,00	2.047.000,00
13.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060.2221	Manutenção Administrativa da Fundação Cultural	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060.2222	Manutenção da Biblioteca	0,00	0,00	316.000,00	316.000,00
13.392.0060.2223	Apoio e Fomento à Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
13.392.0060.2225	Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividade	0,00	0,00	206.000,00	206.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>2.047.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>2.047.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>2.047.000,00</b>

**ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	2.047.000,00	2.047.000,00
13.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060.2221	Manutenção Administrativa da Fundação Cultural	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060.2222	Manutenção da Biblioteca	0,00	0,00	316.000,00	316.000,00
13.392.0060.2223	Apoio e Fomento à Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
13.392.0060.2225	Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividade	0,00	0,00	206.000,00	206.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>2.047.000,00</b>

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
13.122	Administracao Geral	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.392	Difusão Cultural	522.000,00	0,00	522.000,00
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	522.000,00	0,00	522.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>2.047.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	65 - Fundacao Cultural de Brusque	
	1.075.000,00	52,52
65.1.0013.0122.0060.2221.3319000000000000.01000000		
65.1.0013.0122.0060.2221.3319100000000000.01000000	45.000,00	2,20
65.1.0013.0122.0060.2221.3335000000000000.01000000	1.000,00	0,05
65.1.0013.0122.0060.2221.3337000000000000.01000000	0,00	0,00
65.1.0013.0122.0060.2221.3339000000000000.01000000	400.000,00	19,54
65.1.0013.0122.0060.2221.3339100000000000.01000000	3.000,00	0,15
65.1.0013.0122.0060.2221.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,05
65.1.0013.0392.0060.2222.3319000000000000.01000000	250.000,00	12,21
65.1.0013.0392.0060.2222.3319100000000000.01000000	35.000,00	1,71
65.1.0013.0392.0060.2222.3339000000000000.01000000	30.000,00	1,47
65.1.0013.0392.0060.2222.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,05
65.1.0013.0392.0060.2223.3335000000000000.01000000	0,00	0,00
65.1.0013.0392.0060.2223.3449000000000000.01000000	0,00	0,00
65.1.0013.0392.0060.2225.3335000000000000.01000000	80.000,00	3,91
65.1.0013.0392.0060.2225.3339000000000000.01000000	125.000,00	6,11
65.1.0013.0392.0060.2225.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,05
<b>Total Órgão</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	4000000000000000	S	2.000,00	100,00
Receitas correntes	4100000000000000	S	2.000,00	100,00
Receita patrimonial	4130000000000000	S	2.000,00	100,00
Receitas de valores mobiliários	4132000000000000	S	2.000,00	100,00
Remuneração de depósitos bancários	4132500000000000	S	2.000,00	100,00
Remuneração depósito de recursos não vinculados	4132502000000000	S	2.000,00	100,00
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	4132502990000000	A	2.000,00	100,00
<b>Total:</b>			<b>2.000,00</b>	<b>100,00</b>

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUND. MUNIC. DE ESPORTE**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	2.265.000,00
Receita tributária	1.014.000,00	Pessoal e encargos sociais	920.000,00
Receitas de contribuições	1.014.000,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	1.345.000,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	14.000,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	1.000.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	1.014.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	2.265.000,00
<b>Déficit</b>	1.251.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	2.265.000,00	<b>Soma</b>	2.265.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	1.251.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	1.020.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	1.020.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	1.020.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-GGSC-213365188 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



## ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			2.265.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		920.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	875.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	45.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		1.345.000,00	
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	300.000,00		
33900000000000	Aplicações diretas	1.040.000,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	5.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			1.020.000,00
44000000000000	Investimentos		1.020.000,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	1.020.000,00		
<b>Total</b>				3.285.000,00

## Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			1.014.000,00
13000000000000	Receita patrimonial		14.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	8.000,00		
13900000000000	Outras receitas patrimoniais	6.000,00		
17000000000000	Transferências correntes		1.000.000,00	
17600000000000	Transferências de convênios	1.000.000,00		
<b>Total</b>				1.014.000,00

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Desporto e Lazer	Total
22 - Fundação Municipal de Esportes	3.285.000,00	3.285.000,00
	3.285.000,00	3.285.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
27	Desporto e Lazer	812	Desporto Comunitário

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**22 - Fundação Municipal de Esportes****001 - Fundação Municipal de Esportes**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
27	Desporto e Lazer	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812.0070	Desporto amador	0,00	0,00	2.285.000,00	2.285.000,00
27.812.0070.2024	Apoio a Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
27.812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
27.812.0070.2065	Manut. Atividades da Fundação Mun. de Esportes	0,00	0,00	1.290.000,00	1.290.000,00
27.812.0350	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
27.812.0350.1011	Vila Olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.285.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.285.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.285.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
27	Desporto e Lazer	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812.0070	Desporto amador	0,00	0,00	2.285.000,00	2.285.000,00
27.812.0070.2024	Apoio a Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
27.812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
27.812.0070.2065	Manut. Atividades da Fundação Mun. de Esportes	0,00	0,00	1.290.000,00	1.290.000,00
27.812.0350	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
27.812.0350.1011	Vila Olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.285.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Ordinário</b>	<b>Vinculado</b>	<b>Total</b>
27	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812.0070	Desporto amador	2.285.000,00	0,00	2.285.000,00
27.812.0350	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>2.285.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	22 - Fundação Municipal de Esportes	
	0,00	0,00
22.1.0027.0812.0070.2024.3335000000000000.01000000		
22.1.0027.0812.0070.2025.3335000000000000.01000000	300.000,00	9,13
22.1.0027.0812.0070.2025.3339000000000000.01000000	690.000,00	21,00
22.1.0027.0812.0070.2025.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,15
22.1.0027.0812.0070.2065.3319000000000000.01000000	875.000,00	26,64
22.1.0027.0812.0070.2065.3319100000000000.01000000	45.000,00	1,37
22.1.0027.0812.0070.2065.3339000000000000.01000000	350.000,00	10,65
22.1.0027.0812.0070.2065.3339100000000000.01000000	5.000,00	0,15
22.1.0027.0812.0070.2065.3449000000000000.01000000	15.000,00	0,46
22.1.0027.0812.0350.1011.3449000000000000.01345400	1.000.000,00	30,44
22.1.0027.0812.0350.1011.3449000000000000.01890000	0,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>3.285.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3.285.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	1.014.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	1.014.000,00	100,00
Receitas correntes				
	4130000000000000	S	14.000,00	1,38
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	8.000,00	0,79
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	8.000,00	0,79
Remuneração de depósitos bancários				
	4132502000000000	S	8.000,00	0,79
Remuneração depósito de recursos não vinculados				
	4132502990000000	A	8.000,00	0,79
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros				
	4139000000000000	S	6.000,00	0,59
Outras receitas patrimoniais				
	413900000010000	A	6.000,00	0,59
Cessão de Uso Bens Publicos				
	4170000000000000	S	1.000.000,00	98,62
Transferências correntes				
	4176000000000000	S	1.000.000,00	98,62
Transferências de convênios				
	4176100000000000	S	1.000.000,00	98,62
Transferências de convênios da união e de suas entidades				
	4176199000000000	A	1.000.000,00	98,62
Outras transferências de convênios da união				
<b>Total:</b>			<b>1.014.000,00</b>	<b>100,00</b>

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUND. MUNIC. DO MEIO AMBIENTE**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	290.000,00	Despesas correntes	937.500,00
Receita tributária	290.000,00	Pessoal e encargos sociais	735.000,00
Receitas de contribuições	240.500,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	202.500,00
Receita agropecuária	9.335,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	40.165,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	290.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	937.500,00
<b>Déficit</b>	647.500,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	937.500,00	<b>Soma</b>	937.500,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	647.500,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	53.500,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	53.500,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	53.500,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-DJAS-213367472 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			937.500,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		735.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	700.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	35.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		202.500,00	
33900000000000	Aplicações diretas	200.500,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	2.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			53.500,00
44000000000000	Investimentos		53.500,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	53.500,00		
			<b>Total</b>	991.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			290.000,00
11000000000000	Receita tributária		240.500,00	
11200000000000	Taxas	240.500,00		
13000000000000	Receita patrimonial		9.335,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	9.335,00		
19000000000000	Outras receitas correntes		40.165,00	
19100000000000	Multas e juros de mora	25.000,00		
19300000000000	Receita da dívida ativa	15.000,00		
19900000000000	Receitas diversas	165,00		
			<b>Total</b>	290.000,00



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Total	Gestão Ambiental	Total
75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente		991.000,00	991.000,00
		991.000,00	991.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
18	Gestão Ambiental	122	Administracao Geral
		541	Preservação e Conservação Ambiental

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

#### 75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente

#### 001 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental	0,00	162.000,00	829.000,00	991.000,00
18.122	Administracao Geral	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160.1197	Manutencao Fundo Municipal do Meio Ambiente	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
18.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundema	0,00	0,00	823.000,00	823.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	12.000,00	6.000,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
18.541.0160.2304	Atividades e Ações de Preservação, Controle e Cons	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
18.541.0163.1153	Programa de Educação Ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>829.000,00</b>	<b>991.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>829.000,00</b>	<b>991.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>829.000,00</b>	<b>991.000,00</b>

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental	0,00	162.000,00	829.000,00	991.000,00
18.122	Administracao Geral	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160.1197	Manutencao Fundo Municipal do Meio Ambiente	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
18.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundema	0,00	0,00	823.000,00	823.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	12.000,00	6.000,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
18.541.0160.2304	Atividades e Ações de Preservação, Controle e Cons	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
18.541.0163.1153	Programa de Educação Ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>829.000,00</b>	<b>991.000,00</b>

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	991.000,00	0,00	991.000,00
18.122	Administracao Geral	973.000,00	0,00	973.000,00
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	973.000,00	0,00	973.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	0,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	6.000,00	0,00	6.000,00
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	12.000,00	0,00	12.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>991.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>991.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente	
	100.000,00	10,09
75.1.0018.0122.0160.1197.33390000000000.01000000		
75.1.0018.0122.0160.1197.34490000000000.01000000	50.000,00	5,05
75.1.0018.0122.0160.2216.33190000000000.01000000	700.000,00	70,64
75.1.0018.0122.0160.2216.33191000000000.01000000	35.000,00	3,53
75.1.0018.0122.0160.2216.33390000000000.01000000	85.000,00	8,58
75.1.0018.0122.0160.2216.33391000000000.01000000	2.000,00	0,20
75.1.0018.0122.0160.2216.34490000000000.01000000	1.000,00	0,10
75.1.0018.0541.0160.2304.33350000000000.01000000	0,00	0,00
75.1.0018.0541.0160.2304.33390000000000.01000000	5.500,00	0,55
75.1.0018.0541.0160.2304.34490000000000.01000000	500,00	0,05
75.1.0018.0541.0163.1153.33390000000000.01000000	10.000,00	1,01
75.1.0018.0541.0163.1153.34490000000000.01000000	2.000,00	0,20
<b>Total Órgão</b>	<b>991.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>991.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	290.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	290.000,00	100,00
Receitas correntes				
	4110000000000000	S	240.500,00	82,93
Receita tributária				
	4112000000000000	S	240.500,00	82,93
Taxas				
	4112100000000000	S	240.500,00	82,93
Taxas pelo exercício do poder de polícia				
	4112121000000000	A	235.000,00	81,03
Taxa de controle e fiscalização ambiental				
	4112199000000000	A	5.500,00	1,90
Outras taxas pelo exercício do poder de polícia				
	4130000000000000	S	9.335,00	3,22
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	9.335,00	3,22
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	9.335,00	3,22
Remuneração de depósitos bancários				
	4132502000000000	S	9.335,00	3,22
Remuneração depósito de recursos não vinculados				
	4132502990000000	A	9.335,00	3,22
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros				
	4190000000000000	S	40.165,00	13,85
Outras receitas correntes				
	4191000000000000	S	25.000,00	8,62
Multas e juros de mora				
	4191900000000000	S	25.000,00	8,62
Multas de outras origens				
	4191950000000000	A	25.000,00	8,62
Multas por auto de infração				
	4193000000000000	S	15.000,00	5,17
Receita da dívida ativa				
	4193100000000000	S	15.000,00	5,17
Receita da dívida ativa tributária				
	4193199000000000	S	15.000,00	5,17
Receita da dívida ativa de outros tributos				
	4193199010000000	S	15.000,00	5,17
Receita da dívida ativa de outros tributos principal				
	4193199010100000	A	15.000,00	5,17
Receita da dívida ativa de outros tributos - principal				
	4199000000000000	S	165,00	0,06
Receitas diversas				
	4199099000000000	S	165,00	0,06
Outras Receitas				
	4199099020000000	S	165,00	0,06
Outras receitas - financeiras				
	4199099020100000	A	165,00	0,06
Outras Receitas - Financeiras - Vínculos Diversos				
<b>Total:</b>			<b>290.000,00</b>	<b>100,00</b>

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUND. PARQUE ECOLÓGICO ZOO BOTANICO**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	203.000,00	Despesas correntes	2.316.000,00
Receita tributária	203.000,00	Pessoal e encargos sociais	1.590.000,00
Receitas de contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	726.000,00
Receita agropecuária	3.000,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	100.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	100.000,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	203.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	2.316.000,00
<b>Déficit</b>	2.113.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	2.316.000,00	<b>Soma</b>	2.316.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	2.113.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	101.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	101.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	101.000,00

		<div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div> <div>Planejamento e Orçamento</div> <div>Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica</div>		<div>Pág2 / 2</div>	
		E n t r d a d e - 1 2 7 - F U N D A C A O P A R Q U E E C O L O G I C O Z O O B O T A N I C O D E B R			
				-(Reserva de contingência	0,00
				+Reserva do RPPS)	0,00
Déficit		101.000,00		Superávit	0,00
		Resumo			
Receitas Correntes					
Receitas de Capital		203.000,00	Despesa Correntes		2.316.000,00
			Despesas de Capital		101.000,00
			Reserva de Contingência		0,00
		0,00	Reserva do RPPS		0,00
Subtotal		203.000,00	Subtotal		2.417.000,00
Transfêrencias Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Transfêrencias Recebidas		2.214.000,00	Transferências Financeiras Concedidas		0,00
Total		2.417.000,00	Total		2.417.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-FSTD-213374110 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	05
-------------------	---	----

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			2.316.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.590.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	1.475.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	115.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		726.000,00	
33900000000000	Aplicações diretas	626.000,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	100.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			101.000,00
44000000000000	Investimentos		101.000,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	101.000,00		
			<b>Total</b>	2.417.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			203.000,00
13000000000000	Receita patrimonial		3.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	3.000,00		
17000000000000	Transferências correntes		100.000,00	
17600000000000	Transferências de convênios	100.000,00		
19000000000000	Outras receitas correntes		100.000,00	
19900000000000	Receitas diversas	100.000,00		
			<b>Total</b>	203.000,00

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Gestão Ambiental	Comércio e Serviços	Total
40 - Fundacao Ecologica e Zootecnica de Brusque	2.383.000,00	34.000,00	2.417.000,00
Total	2.383.000,00	34.000,00	2.417.000,00



Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
18	Gestão Ambiental	541	Preservação e Conservação Ambiental
23	Comércio e Serviços	541	Preservação e Conservação Ambiental
		695	Turismo

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**40 - Fundacao Ecologica e Zoobotanica de Brusque****001 - Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541.0160.2252	Manut. da Fund. Ecolog. e Zoobotânica	0,00	0,00	2.340.000,00	2.340.000,00
18.541.0160.2253	Manutenção do Laboratório de Reprod. da Flora e Fa	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
18.541.0160.2301	Construção e Manutenção dos Viveiros	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160.2257	Manutenção e Rest. Área Nutrição	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695.0160.1152	Implantação do Parque de Aventura	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>

## ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541.0160.2252	Manut. da Fund. Ecolog. e Zoobotânica	0,00	0,00	2.340.000,00	2.340.000,00
18.541.0160.2253	Manutenção do Laboratório de Reprod. da Flora e Fa	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
18.541.0160.2301	Construção e Manutenção dos Viveiros	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160.2257	Manutenção e Rest. Área Nutrição	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695.0160.1152	Implantação do Parque de Aventura	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
23	Comércio e Serviços	34.000,00	0,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	17.000,00	0,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	17.000,00	0,00	17.000,00
23.695	Turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>2.317.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	40 - Fundacao Ecologica e Zoobotanica de Brusque	
	1.475.000,00	61,03
40.1.0018.0541.0160.2252.3319000000000000.01000000		
40.1.0018.0541.0160.2252.3319100000000000.01000000	115.000,00	4,76
40.1.0018.0541.0160.2252.3339000000000000.01000000	510.000,00	21,10
40.1.0018.0541.0160.2252.3339000000000000.01645500	50.000,00	2,07
40.1.0018.0541.0160.2252.3339100000000000.01000000	100.000,00	4,14
40.1.0018.0541.0160.2252.3449000000000000.01000000	40.000,00	1,65
40.1.0018.0541.0160.2252.3449000000000000.01645500	50.000,00	2,07
40.1.0018.0541.0160.2253.3339000000000000.01000000	11.000,00	0,46
40.1.0018.0541.0160.2253.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,08
40.1.0018.0541.0160.2301.3339000000000000.01000000	25.000,00	1,03
40.1.0018.0541.0160.2301.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,21
40.1.0023.0541.0160.2257.3339000000000000.01000000	15.000,00	0,62
40.1.0023.0541.0160.2257.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,08
40.1.0023.0695.0160.1152.3339000000000000.01000000	0,00	0,00
40.1.0023.0695.0160.1152.3449000000000000.01000000	0,00	0,00
40.1.0023.0695.0170.2255.3339000000000000.01000000	15.000,00	0,62
40.1.0023.0695.0170.2255.3339000000000000.01345400	0,00	0,00
40.1.0023.0695.0170.2255.3339000000000000.03000000	0,00	0,00
40.1.0023.0695.0170.2255.3339000000000000.03345400	0,00	0,00
40.1.0023.0695.0170.2255.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,08
<b>Total Órgão</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>100,00</b>

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUNDO MUNIC. DE SAÚDE**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	77.830.068,61
Receita tributária	37.098.715,00	Pessoal e encargos sociais	36.633.577,48
Receitas de contribuições	34.690.715,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	1.020.000,00	Outras despesas correntes	41.196.491,13
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	33.670.715,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	34.690.715,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	77.830.068,61
<b>Déficit</b>	43.139.353,61	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	77.830.068,61	<b>Soma</b>	77.830.068,61
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	43.139.353,61
Receitas de capital	2.408.000,00	Despesas de capital	3.089.520,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	3.089.520,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	2.408.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	2.408.000,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	3.089.520,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-ZXBC-213382947 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			77.830.068,61
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		36.633.577,48	
31710000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	75.000,00		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	75.000,00		
31900000000000	Aplicações diretas	33.241.321,34		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	23.392.200,70		
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	723.326,78		
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	978.650,00		
01381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF	1.667.840,00		
01381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO	143.032,65		
01381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS	1.979.009,15		
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	399.948,40		
01381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal	345.901,16		
01381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ	2.050.921,49		
01382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	269.293,01		
01385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU	163.798,00		
01671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF	1.055.400,00		
01671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF	72.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	3.317.256,14		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	2.490.779,30		
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	126.673,22		
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	44.859,00		
01381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF	200.000,00		
01381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO	7.967,35		
01381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS	163.398,85		
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	35.000,00		
01381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal	65.778,84		
01381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ	119.878,51		
01382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	27.921,07		
01385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU	35.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		41.196.491,13	
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	77.000,00		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	77.000,00		
33710000000000	Transferências a consórcios públicos	25.000,00		
01020000	Rec.de Impostos e de	25.000,00		

**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria  
Econômica

Pág | 2 / 9

E  
n  
t  
r  
e  
d  
a  
d  
e  
:  
1  
2  
3  
:  
F  
U  
N  
D  
O  
:  
M  
U  
N  
I  
C  
I  
P  
A  
L  
:  
D  
E  
:  
S  
A  
U  
D  
E  
:  
D  
E  
:  
B  
R  
U  
S  
Q  
U  
E  
:  
L  
D  
O  
:  
2  
0  
1  
6

	Transf.imp-saúde					
33900000000000	Aplicações diretas		39.272.023,93			
01000000	Recursos Ordinários		0,00			
01020000	Rec.de Impostos e de		16.284.173,61			
	Transf.imp-saúde					
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária		150.000,00			
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		1.485.291,00			
01381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF		50.000,00			
01381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO		80.000,00			
01381200	Transferências do Sistema		60.000,00			

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

05

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica					
E					
n					
d					
a					
d					
e					
:					
1					
2					
3					
:					
F					
U					
N					
D					
O					
:					
M					
U					
N					
I					
C					
:					
P					
A					
L					
:					
D					
E					
:					
S					
A					
U					
D					
E					
:					
D					
E					
:					
B					
R					
U					
S					
Q					
U					
E					
:					
L					
D					
O					
:					
2					
0					
1					
	Único de Saúde - SUS/União - ACS		7		
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		25.051,60		
01381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		20.000,00		
01381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal		70.000,00		
01381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		230.000,00		
01381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		19.429.000,00		
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					



		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág  4 / 9	
		E n t r d a d e : 1 2 3 : F U N D O : M U N I C I P A L : D E : S A U D E : D E : B R U S Q U E : L I D O : 2 0 1 6			
01381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS	92.999,96			
01381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária	63.665,00			
01382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	50.000,00			
01382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica	274.798,20			
01382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS	15.000,00			
01382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -	5.000,00			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		05	

**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria  
Econômica

Pág | 5 / 9

E  
n  
t  
r  
e  
d  
a  
d  
e  
:  
1  
2  
3  
:  
F  
U  
N  
D  
O  
:  
M  
U  
N  
I  
C  
I  
P  
A  
L  
:  
D  
E  
:  
S  
A  
U  
D  
E  
:  
D  
E  
:  
B  
R  
U  
S  
Q  
U  
E  
:  
L  
I  
D  
O  
:  
2  
0  
1  
7

	Investimentos					
01385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU		64.230,00			
01671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO		66.600,00			
01671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC		513.745,56			
01672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica		242.469,00			
03381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		0,00			
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes		79.200,00			

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

05



054

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo II - Despesas Segundo Categoria					
Econômica					
E n t r d a d e :  1 2 3  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  S A U D E  D E  B R U S Q U E  L D O :  2 0 1 6					
	Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica				
03382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica	0,00			
40000000000000	Despesas de capital				3.089.520,00
44000000000000	Investimentos		3.089.520,00		
44710000000000	Transferências a consórcios públicos	4.000,00			
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	4.000,00			
44900000000000	Aplicacoes diretas	3.085.520,00			
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	227.520,00			
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	20.000,00			
01335400	Transferências de Convênios -	200.000,00			
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria  
Econômica

Pág| 8 / 9

E  
n  
t  
r  
e  
d  
a  
d  
e  
:  
1  
2  
3  
:  
F  
U  
N  
D  
O  
:  
M  
U  
N  
I  
C  
I  
P  
A  
L  
:  
D  
E  
:  
S  
A  
U  
D  
E  
:  
D  
E  
:  
B  
R  
U  
S  
Q  
U  
E  
:  
L  
I  
D  
O  
:  
2  
0  
1  
6

	União/Saúde		7			
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		70.000,00			
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		20.000,00			
01381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		10.000,00			
01381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		100.000,00			
01381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS		10.000,00			
01381900	Transferências do Sistema		10.000,00			

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

0  
5  
1

MUNICIPIO DE BRUSQUE						
Planejamento e Orçamento						
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica						
E						
n						
t						
d						
a						
d						
e						
:						
1						
2						
3						
:						
F						
U						
N						
D						
O						
:						
M						
U						
N						
I						
C						
I						
P						
A						
L						
:						
D						
E						
:						
S						
A						
U						
D						
E						
:						
D						
E						
:						
B						
R						
U						
S						
Q						
U						
E						
:						
L						
D						
O						
:						
2						
0						
1						
	Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária					
01382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental		10.000,00			
01382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS		5.000,00			
01382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		403.000,00			
01635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		2.000.000,00			
03381400	Prog. Saúde na Escola - Pse		0,00			
<b>Total</b>						80.919.588,61

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL651101-11483-XHAD-213383200 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER0  
5  
1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			34.690.715,00
11000000000000	Receita tributária		1.020.000,00	
11200000000000	Taxas	1.020.000,00		
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	1.020.000,00		
17000000000000	Transferências correntes		33.670.715,00	
17200000000000	Transferências intergovernamentais	33.470.715,00		
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	2.638.800,00		
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF	1.917.840,00		
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO	231.000,00		
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS	2.202.408,00		
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	480.000,00		
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE	30.000,00		
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal	481.680,00		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ	2.500.800,00		
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC	19.429.000,00		
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS	102.999,96		
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária	73.665,00		
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	357.214,08		
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica	549.596,40		
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS	20.000,00		
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU	263.028,00		
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF	1.055.400,00		
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO	66.600,00		
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF	72.000,00		
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC	513.745,56		
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica	484.938,00		
17600000000000	Transferências de convênios	200.000,00		
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde	200.000,00		
20000000000000	Receitas de capital			2.408.000,00
24000000000000	Transferências de capital		2.408.000,00	
24200000000000	Transferências intergovernamentais	408.000,00		
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos	408.000,00		
24700000000000	Transferências de convênios	2.000.000,00		
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	2.000.000,00		
			<b>Total</b>	37.098.715,00

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Saúde	Total
25 - Fundo Municipal de Saúde	80.919.588,61	80.919.588,61
	<b>80.919.588,61</b>	<b>80.919.588,61</b>



Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
10	Saúde	32	Controle Externo
		122	Administracao Geral
		301	Atenção Básica
		302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		304	Vigilância Sanitária
		305	Vigilância Epidemiológica

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**25 - Fundo Municipal de Saude****001 - Fundo Municipal de Saude**

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
10	Saúde	0,00	1.503.291,00	79.416.297,61	80.919.588,61
10.032	Controle Externo	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330	Atividades do Conselho Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330.2283	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			4.620,00	4.620,00
1020000	Administracao Geral	0,00	0,00	7.544.702,15	7.544.702,15
10.122	Clinica Veterinária Animal	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
10.122.0009	Construção e Manutenção da Clínica Veterinária	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
10.122.0009.2051	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			200.000,00	200.000,00
1020000	Gestão estratégica	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
10.122.0220	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
10.122.0220.2276	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			1.490.000,00	1.490.000,00
1635500	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			5.834.702,15	5.834.702,15
1020000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS			20.000,00	20.000,00
1382200	Atenção Básica	0,00	1.503.291,00	26.014.713,18	27.518.004,18
10.301	Ações gerais de saúde	0,00	145.000,00	39.200,00	184.200,00
10.301.0090	Aquisição de Equipamentos (blgest)	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
10.301.0090.1162	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00		50.000,00
1380800	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde		40.000,00		40.000,00
1020000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		5.000,00		5.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00		50.000,00
1381600	Promoção à Saúde (blges)	0,00	0,00	39.200,00	39.200,00
10.301.0090.2277	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			5.000,00	5.000,00
1382300	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			34.200,00	34.200,00
1020000	Estratégia de saúde da família e assistência farma	0,00	0,00	25.975.513,18	25.975.513,18
10.301.0275	Atenção Básica, Esf, Acs (blatb)	0,00	0,00	20.730.243,00	20.730.243,00
10.301.0275.2271	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF			480.000,00	480.000,00
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF			1.917.840,00	1.917.840,00
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ			2.450.800,00	2.450.800,00
1381600	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			10.000,00	10.000,00
1635500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal			481.680,00	481.680,00
1381500	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			9.626.606,00	9.626.606,00
1020000					

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	2 / 9
		E n t r a d a d e 1 2 3 F U N D O M U N I C I P A L D E S A U D E D E B R U S Q U E L D O : 2 0 1 7			
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS			2.202.408,00	2.202.408,00
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE			30.000,00	30.000,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde			0,00	0,00
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF			1.055.400,00	1.055.400,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			2.403.509,00	2.403.509,00
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF			72.000,00	72.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		05	

054

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VI - Programa de Trabalho					
E n t r e d a d e 1 2 3 F U N D O M U N I C I P A L D E S A U D E D E B R U S Q U E L D O : 2 0 1 7					
Pág  4 / 9					
	Básica				
	expansão da rede de saúde	0,00	1.358.291,00	0,00	1.358.291,00
10.301.0340					
10.301.0340.1171	Construção Ampl. e Reforma de Unidades de Saúde (b	0,00	1.358.291,00	0,00	1.358.291,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde		75.000,00		75.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		185.291,00		185.291,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00		200.000,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		500.000,00		500.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde -		398.000,00		398.000,00
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VI - Programa de Trabalho					
		Pág  5 / 9			
		E n t r a d a d e 1 2 3 F U N D O M U N I C I P A L D E S A U D E D E B R U S Q U E L D O : 2 0 1 7			
	SUS/União - Investimentos				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	43.090.909,65	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	0,00	0,00	43.090.909,65	43.090.909,65
10.302.0280.2273	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitala	0,00	0,00	42.322.729,65	42.322.729,65
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU			263.028,00	263.028,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			22.248.356,09	22.248.356,09
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO			231.000,00	231.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

25 - Fundo Municipal de Saude					
001 - Fundo Municipal de Saude					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde -			66.600,00	66.600,00

  

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	05
-------------------	--	---	----

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	7 / 9
		E n t r a d a d e 1 2 3 F U N D O M U N I C I P A L D E S A U D E D E B R U S Q U E L D O : 2 0 1 7			
	SUS/Estado - CEO				
	CAPS Infantil	0,00	0,00	768.180,00	768.180,00
10.302.0280.2275					
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			339.180,00	339.180,00
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			429.000,00	429.000,00
	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304					
	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105					
	Manutenção da Vigilância Sanitária (blvgs)	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105.2279					
1381900	Transferências do Sistema			73.665,00	73.665,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		05	



MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VI - Programa de Trabalho					
E n t r e d a d e s a s a n u a l i z a d o s a n o 2 0 1 7					
F U N D O M U N I C I P A L D E S A U D E D E B R U S Q U E L D O 2 0 1 7					
Pág  8 / 9					
	Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária				
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária			1.020.000,00	1.020.000,00
	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305.0105	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (blvgs)	0,00	0,00	733.816,19	733.816,19
10.305.0105.2274	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			376.602,11	376.602,11
1020000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep.			357.214,08	357.214,08
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-LWUY-213383313 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

## ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00	1.503.291,00	79.416.297,61	80.919.588,61
10.032	Controle Externo	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330.2283	Atividades do Conselho Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			4.620,00	4.620,00
10.122	Administracao Geral	0,00	0,00	7.544.702,15	7.544.702,15
10.122.0009	Clinica Veterinária Animal	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
10.122.0009.2051	Construção e Manutenção da Clinica Veterinária	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			200.000,00	200.000,00
10.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
10.122.0220.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			1.490.000,00	1.490.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			5.834.702,15	5.834.702,15
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS			20.000,00	20.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	1.503.291,00	26.014.713,18	27.518.004,18
10.301.0090	Ações gerais de saúde	0,00	145.000,00	39.200,00	184.200,00
10.301.0090.1162	Aquisição de Equipamentos (blgest)	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00		50.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde		40.000,00		40.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		5.000,00		5.000,00
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00		50.000,00
10.301.0090.2277	Promoção à Saúde (blges)	0,00	0,00	39.200,00	39.200,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			5.000,00	5.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			34.200,00	34.200,00
10.301.0275	Estratégia de saúde da família e assistência farma	0,00	0,00	25.975.513,18	25.975.513,18
10.301.0275.2271	Atenção Básica, Esf, Acs (blatb)	0,00	0,00	20.730.243,00	20.730.243,00
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF			480.000,00	480.000,00
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF			1.917.840,00	1.917.840,00
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ			2.450.800,00	2.450.800,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			10.000,00	10.000,00
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal			481.680,00	481.680,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			9.626.606,00	9.626.606,00
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS			2.202.408,00	2.202.408,00
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde -			30.000,00	30.000,00

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>		Planejamento e Orçamento		Pág  2 / 9	
		Anexo VII - Programa de Trabalho		(Consolidação)			
		E					
		n					
		t					
		i					
		d					
		a					
		d					
		e					
		:					
		1					
		2					
		3					
		-					
		F					
		U					
		N					
		D					
		O					
		M					
		U					
		N					
		I					
		C					
		I					
		P					
		A					
		L					
		D					
		E					
		S					
		A					
		U					
		D					
		E					
		D					
		E					
		B					
		R					
		U					
		S					
		Q					
		U					
		E					
		L					
		D					
		O					
		:					
		2					
		0					
		1					
		7					
	SUS/União - PSE						
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde			0,00		0,00	
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF			1.055.400,00		1.055.400,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			2.403.509,00		2.403.509,00	
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF			72.000,00		72.000,00	
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse			0,00		0,00	
10.301.0275.2272	Manutenção Assistencia Farmaceutica (blafb)	0,00	0,00	5.245.270,18		5.245.270,18	
1000000	Recursos Ordinários			0,00		0,00	
3382100	Transferências do Sistema			0,00		0,00	
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

05

054

		MUNICIPIO DE BRUSQUE			Pág  4 / 9	
		Planejamento e Orçamento				
		Anexo VII - Programa de Trabalho				
		(Consolidação)				
		E n t r e d a d e : 1 2 3 : F U N D O : M U N I C I P A L D E : S A U D E : D E : B R U S Q U E : L D O : 2 0 1 6				
10.301.0340.1171	Saude (b					
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde		75.000,00			75.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		185.291,00			185.291,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00			200.000,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		500.000,00			500.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		398.000,00			398.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	43.090.909,65		43.090.909,65
	Ações em saúde de média e alta complexidade	0,00	0,00	43.090.909,65		43.090.909,65
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			05	

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		E n t r e d a d e :  1 2 3  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  S A U D E  D E  B R U S Q U E  L D O :  2 0 1 6		Pág  5 / 9	
10.302.0280					
10.302.0280.2273	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	42.322.729,65	42.322.729,65
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU			263.028,00	263.028,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			22.248.356,09	22.248.356,09
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO			231.000,00	231.000,00
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC			513.745,56	513.745,56
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde -			19.000.000,00	19.000.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		05	

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO			66.600,00	66.600,00
10.302.0280.2275	CAPS Infantil	0,00	0,00	768.180,00	768.180,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			339.180,00	339.180,00
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde -			429.000,00	429.000,00
IPM Sistemas Ltda					
		Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			



		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		E n t r e d a d e : 1 2 3 : F U N D O : M U N I C I P A L : D E : S A U D E : D E : B R U S Q U E : L I D O : 2 0 1 6		Pág  7 / 9	
	SUS/União - MAC				
	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304					
	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105					
	Manutenção da Vigilância Sanitária (blygs)	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105.2279					
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária			73.665,00	73.665,00
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária			1.020.000,00	1.020.000,00
	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305					
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		05	

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)		Pág  8 / 9	
		E n t r e d a d e :  1 2 3  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  S A U D E  D E  B R U S Q U E  L D O :  2 0 1 6			
10.305.0105	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (blvgs)	0,00	0,00	733.816,19	733.816,19
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			376.602,11	376.602,11
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental			357.214,08	357.214,08
10.305.0105.2281	Manutenção do Programa Dst/aids (blvgs)	0,00	0,00	933.871,44	933.871,44
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			830.871,48	830.871,48
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde -			102.999,96	102.999,96
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		05	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-AVPT-213383362 - Emitido por: JESSICA KEMPNER
-------------------	---

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
25.001	Fundo Municipal de Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10				
	Controle Externo	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032				
	Gestão transparente e democrática	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032.0330				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	4.620,00		
	Administração Geral	6.034.702,15	1.510.000,00	7.544.702,15
10.122				
	Clinica Veterinária Animal	200.000,00	0,00	200.000,00
10.122.0009				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	200.000,00		
	Gestão estratégica	5.834.702,15	1.510.000,00	7.344.702,15
10.122.0220				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	5.834.702,15		
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS		20.000,00	
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		1.490.000,00	
	Atenção Básica	13.986.541,78	13.531.462,40	27.518.004,18
10.301				
	Ações gerais de saúde	74.200,00	110.000,00	184.200,00
10.301.0090				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	74.200,00		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00	
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		10.000,00	
	Estratégia de saúde da família e assistência farmácia	13.837.341,78	12.138.171,40	25.975.513,18
10.301.0275				
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		2.403.509,00	
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		549.596,40	
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		0,00	
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS		2.202.408,00	
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica		484.938,00	
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		2.450.800,00	
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		10.000,00	
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF		72.000,00	
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF		1.917.840,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		0,00	
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF		1.055.400,00	
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		30.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	13.837.341,78		
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse		0,00	
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal		481.680,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		480.000,00	
	expansão da rede de saúde	75.000,00	1.283.291,00	1.358.291,00
10.301.0340				
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		500.000,00	
1380800	Transferências do Sistema Único		185.291,00	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s :				
1 2 3				
F U N D O				
M U N I C I P A L				
D E				
S A U D E				
D E				
B R U S Q U E				
L D O				
2 0 1 1				
	de Saúde - SUS/União - PAB	7		
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		398.000,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	75.000,00		
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC		513.745,56	
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO		66.600,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-NGRP-213383408 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa					
E n t r e d a d e s :					
1 2 3					
FUNÇÃO					
MUNICIPAL					
DESA					
SAÚDE					
DE					
BRUSQUE					
LDO					
2011					
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO			231.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	22.587.536,09			
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU			263.028,00	
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			19.429.000,00	
3381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			0,00	
10.304	Vigilância Sanitária	0,00		1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105	Vigilância em saúde	0,00		1.093.665,00	1.093.665,00
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária			1.020.000,00	
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL691101-11483-NGRP-213383408 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

MUNICIPIO DE BRUSQUE					Pág  4 / 5	
Planejamento e Orçamento						
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa						
E n t r e d a d e : 1 2 3 : F U N D O : M U N I C I P A L : D E : S A U D E : D E : B R U S Q U E : L D O : 2 0 1 6						
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária				73.665,00	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
	Vigilância Epidemiológica	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305				
	Vigilância em saúde	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305.0105				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	1.207.473,59		
1382000	Transferências do Sistema Único		357.214,08	

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL691101-11483-NGRP-213383408 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER0  
5

MUNICIPIO DE BRUSQUE					Pág  5 / 5	
Planejamento e Orçamento						
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa						
E n t r d a d e : 1 2 3 : F U N D O : M U N I C I P A L : D E : S A U D E : D E : B R U S Q U E : L I D O : 2 0 1 7						
	de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental					
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS				102.999,96	
<b>Total Geral</b>		43.820.873,61		37.098.715,00	80.919.588,61	

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL691101-11483-NGRP-213383408 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

05



Órgão	Dotação		%
	25 - Fundo Municipal de Saude		
		3.300,00	0,00
25.1.0010.0032.0330.2283.33390000000000.01020000			
25.1.0010.0032.0330.2283.34490000000000.01020000		1.320,00	0,00
25.1.0010.0122.0009.2051.33390000000000.01020000		150.000,00	0,19
25.1.0010.0122.0009.2051.34490000000000.01020000		50.000,00	0,06
25.1.0010.0122.0220.2276.33190000000000.01020000		3.387.982,72	4,19
25.1.0010.0122.0220.2276.33191000000000.01020000		646.719,43	0,80
25.1.0010.0122.0220.2276.33390000000000.01020000		1.800.000,00	2,22
25.1.0010.0122.0220.2276.33390000000000.01382200		15.000,00	0,02
25.1.0010.0122.0220.2276.34490000000000.01382200		5.000,00	0,01
25.1.0010.0122.0220.2276.34490000000000.01635500		1.490.000,00	1,84
25.1.0010.0301.0090.1162.34490000000000.01020000		40.000,00	0,05
25.1.0010.0301.0090.1162.34490000000000.01380800		50.000,00	0,06
25.1.0010.0301.0090.1162.34490000000000.01381600		50.000,00	0,06
25.1.0010.0301.0090.1162.34490000000000.01382300		5.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0090.2277.33390000000000.01020000		15.000,00	0,02
25.1.0010.0301.0090.2277.34490000000000.01020000		19.200,00	0,02
25.1.0010.0301.0090.2277.34490000000000.01382300		5.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01020000		8.700.000,00	10,75
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01380800		978.650,00	1,21
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01381000		1.667.840,00	2,06
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01381200		1.979.009,15	2,45
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01381300		399.948,40	0,49
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01381500		345.901,16	0,43
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01381600		2.050.921,49	2,53
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01671000		1.055.400,00	1,30
25.1.0010.0301.0275.2271.33190000000000.01671300		72.000,00	0,09
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01020000		600.406,00	0,74
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01380800		44.859,00	0,06
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01381000		200.000,00	0,25
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01381200		163.398,85	0,20
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01381300		35.000,00	0,04
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01381500		65.778,84	0,08
25.1.0010.0301.0275.2271.33191000000000.01381600		119.878,51	0,15
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01020000		300.000,00	0,37
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01380800		1.300.000,00	1,61
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01381000		50.000,00	0,06
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01381200		60.000,00	0,07
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01381300		25.051,60	0,03
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01381400		20.000,00	0,02
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01381500		70.000,00	0,09
25.1.0010.0301.0275.2271.33390000000000.01381600		230.000,00	0,28
25.1.0010.0301.0275.2271.33391000000000.01020000		19.200,00	0,02
25.1.0010.0301.0275.2271.33391000000000.01380800		60.000,00	0,07
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01020000		7.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01335400		0,00	0,00
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01380800		20.000,00	0,02
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01381300		20.000,00	0,02
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01381400		10.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01381600		50.000,00	0,06
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.01635500		10.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0275.2271.34490000000000.03381400		0,00	0,00
25.1.0010.0301.0275.2272.33190000000000.01020000		344.897,94	0,43
25.1.0010.0301.0275.2272.33191000000000.01020000		39.837,84	0,05
25.1.0010.0301.0275.2272.33390000000000.01000000		0,00	0,00
25.1.0010.0301.0275.2272.33390000000000.01020000		3.100.000,00	3,83
25.1.0010.0301.0275.2272.33390000000000.01382100		274.798,20	0,34
25.1.0010.0301.0275.2272.33390000000000.01672100		242.469,00	0,30
25.1.0010.0301.0275.2272.33393000000000.01020000		726.000,00	0,90
25.1.0010.0301.0275.2272.33393000000000.01382100		274.798,20	0,34
25.1.0010.0301.0275.2272.33393000000000.01672100		242.469,00	0,30
25.1.0010.0301.0275.2272.33393000000000.03382100		0,00	0,00
25.1.0010.0301.0340.1171.33390000000000.01020000		20.000,00	0,02
25.1.0010.0301.0340.1171.33390000000000.01380800		185.291,00	0,23
25.1.0010.0301.0340.1171.33390000000000.01382300		5.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0340.1171.34490000000000.01020000		55.000,00	0,07
25.1.0010.0301.0340.1171.34490000000000.01335400		200.000,00	0,25
25.1.0010.0301.0340.1171.34490000000000.01380800		0,00	0,00
25.1.0010.0301.0340.1171.34490000000000.01382300		393.000,00	0,49
25.1.0010.0301.0340.1171.34490000000000.01635500		500.000,00	0,62
25.1.0010.0302.0280.2273.33171000000000.01020000		75.000,00	0,09
25.1.0010.0302.0280.2273.33190000000000.01020000		9.762.649,96	12,06
25.1.0010.0302.0280.2273.33190000000000.01381100		143.032,65	0,18
25.1.0010.0302.0280.2273.33190000000000.01385700		163.798,00	0,20
25.1.0010.0302.0280.2273.33191000000000.01020000		958.832,52	1,18

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL491101-11483-APRB-213383550 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-APRB-213383550 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	37.098.715,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	34.690.715,00	93,51
Receitas correntes				
	4110000000000000	S	1.020.000,00	2,75
Receita tributária				
	4112000000000000	S	1.020.000,00	2,75
Taxas				
	4112100000000000	S	1.020.000,00	2,75
Taxas pelo exercício do poder de polícia				
	4112117000000000	A	1.020.000,00	2,75
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária				
	4170000000000000	S	33.670.715,00	90,76
Transferências correntes				
	4172000000000000	S	33.470.715,00	90,22
Transferências intergovernamentais				
	4172100000000000	S	31.278.031,44	84,31
Transferências da união				
	4172133000000000	S	31.278.031,44	84,31
Transferência de recursos do sistema único de saúde SUS repasses fundo a fundo				
	417213300020000	A	549.596,40	1,48
Farmacia Basica				
	417213300030000	A	712.680,00	1,92
Saude Bucal - Psf Odonto				
	417213300060000	A	19.429.000,00	52,37
Media e Alta Complexidade - Mac				
	417213300080000	A	263.028,00	0,71
Serviço de Atendimento Móvel - Samu				
	417213300110000	A	533.879,04	1,44
Vigilancia Sanitaria				
	417213300120000	A	6.759.048,00	18,22
Piso de Atencao Fixo - Pab				
	417213300130000	A	20.000,00	0,05
Gestão Sus				
	417213300150000	A	2.500.800,00	6,74
Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade				
	417213300200000	A	30.000,00	0,08
Programa Saude na Escola - Pse				
	417213300220000	A	480.000,00	1,29
Nucleo de Apoio Saude da Familia Nasf				
	4172200000000000	S	2.192.683,56	5,91
Transferências dos estados				
	4172233000000000	S	2.192.683,56	5,91
Transferência de recursos do estado para programas de saúde repasse fundo a fundo				
	417223300020000	A	484.938,00	1,31
Transf. R. Est. Saúde Fundo a Fundo - Fb				
	417223300030000	A	66.600,00	0,18
Transf. R.est. Saude Fundo a Fundo - Ceo				
	417223300040000	A	1.055.400,00	2,84
Transf.r. Est. Saúde Fundo a Fundo - Esf				
	417223300080000	A	513.745,56	1,38
Transf. R. Est. Saúde Fundo a Fundo - MAC				
	417223300090000	A	72.000,00	0,19
Transf. Est. Saúde NASF				
	4176000000000000	S	200.000,00	0,54
Transferências de convênios				
	4176100000000000	S	200.000,00	0,54
Transferências de convênios da				

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita</div><div>LDO</div><div>E n t i d a d e :  1 2 3  F U N D O  M U N I C I P A L  D E  S A U D E  D E  B R U S Q U E  G r a u :  1 0</div></div><div><div>Pág</div><div>2</div><div>/</div><div>3</div></div></div>						
união e de suas entidades	417610100000000	A		200.000,00		0,54
Transferências de convênios da união para o sistema único de saúde SUS						
	420000000000000	S		2.408.000,00		6,49
Receitas de capital						
	424000000000000	S		2.408.000,00		6,49
Transferências de capital						
	424200000000000	S		408.000,00		1,10
Transferências intergovernamentais						
	424210000000000	S		408.000,00		1,10
Transferências da união						
<div><div>IPM Sistemas Ltda</div><div>Identificador: WPL121101-11483-DOUI-213383492 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div><div>0 5 1</div></div>						

MUNICIPIO DE BRUSQUE						
Planejamento e Orçamento						
LDO - Demonstrativo da Receita						
LDO						
E						
n						
t						
i						
d						
a						
d						
e						
:						
1						
2						
3						
:						
F						
U						
N						
D						
O						
M						
U						
N						
I						
C						
I						
P						
A						
L						
D						
E						
S						
A						
U						
D						
E						
D						
E						
B						
R						
U						
S						
Q						
U						
E						
G						
r						
a						
u						
:						
1						
0						
Transferências de recursos do sistema único de saúde SUS	424210100000000	A		408.000,00	1,10	
Transferências de convênios	424700000000000	S		2.000.000,00	5,39	
Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	424720000000000	S		2.000.000,00	5,39	
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde SUS	424720100000000	A		2.000.000,00	5,39	
<b>Total:</b>				<b>37.098.715,00</b>	<b>100,00</b>	

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL121101-11483-DOUI-213383492 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER

05

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO FUNREBON**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	840.000,00
Receita tributária	470.000,00	Pessoal e encargos sociais	0,00
Receitas de contribuições	470.000,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	350.000,00	Outras despesas correntes	840.000,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	70.000,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	50.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	470.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	840.000,00
<b>Déficit</b>	370.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	840.000,00	<b>Soma</b>	840.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	370.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	670.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	670.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	670.000,00



IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-JSGJ-213364339 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			840.000,00
33000000000000	Outras despesas correntes		840.000,00	
33900000000000	Aplicações diretas	835.000,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	5.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			670.000,00
44000000000000	Investimentos		670.000,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	670.000,00		
			<b>Total</b>	1.510.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			470.000,00
11000000000000	Receita tributária		350.000,00	
11200000000000	Taxas	350.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		70.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	70.000,00		
16000000000000	Receita de serviços		50.000,00	
			<b>Total</b>	470.000,00

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Segurança Pública	Total
60 - Fumrehom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros	1.510.000,00	1.510.000,00
<b>Total</b>	<b>1.510.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
6	Segurança Pública	182	Defesa Civil

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**60 - Fumrebom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros****001 - Fumrebom- Fdo Mun. Reeq. Corpo Bombeiros**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150	Ações da segurança pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150.1101	Instalações e Equipamentos P/ Corpo de Bombeiros	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
06.182.0150.2211	Manut. do Fundo M. Reequip. Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	840.000,00	840.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150	Ações da segurança pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150.1101	Instalações e Equipamentos P/ Corpo de Bombeiros	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
06.182.0150.2211	Manut. do Fundo M. Reequip. Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	840.000,00	840.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
06	Segurança Pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182	Defesa Civil	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182.0150	Ações da segurança pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>1.510.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.510.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	60 - Fumrebom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros	
		670.000,00 44,37
60.1.0006.0182.0150.1101.3449000000000000.01000000		
60.1.0006.0182.0150.2211.3339000000000000.01000000		835.000,00 55,30
60.1.0006.0182.0150.2211.3339100000000000.01000000		5.000,00 0,33
<b>Total Órgão</b>		<b>1.510.000,00 100,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>1.510.000,00 100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	470.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	470.000,00	100,00
Receitas correntes				
	4110000000000000	S	350.000,00	74,47
Receita tributária				
	4112000000000000	S	350.000,00	74,47
Taxas				
	4112200000000000	S	350.000,00	74,47
Taxas pela prestação de serviços				
	4112299000000000	S	350.000,00	74,47
Outras taxas pela prestação de serviços				
	411229900040000	A	350.000,00	74,47
Taxa de Analise de Projetos e Vistorias				
	4130000000000000	S	70.000,00	14,89
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	70.000,00	14,89
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	70.000,00	14,89
Remuneração de depósitos bancários				
	4132502000000000	S	70.000,00	14,89
Remuneração depósito de recursos não vinculados				
	4132502990000000	A	70.000,00	14,89
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros				
	4160000000000000	S	50.000,00	10,64
Receita de serviços				
	4160005000000000	S	50.000,00	10,64
Serviços de saúde				
	4160005990000000	A	50.000,00	10,64
Outros serviços de saúde				
Total:			470.000,00	100,00

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO IBPLAN**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	2.291.000,00
Receita tributária	1.625.000,00	Pessoal e encargos sociais	2.015.000,00
Receitas de contribuições	1.625.000,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	625.000,00	Outras despesas correntes	276.000,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	100.000,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	900.000,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	1.625.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	2.291.000,00
<b>Déficit</b>	666.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	2.291.000,00	<b>Soma</b>	2.291.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	666.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	860.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	860.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	860.000,00

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág  2 / 2	

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			2.291.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		2.015.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	1.800.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	1.800.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	215.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	215.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		276.000,00	
33900000000000	Aplicações diretas	275.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	225.000,00		
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	50.000,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	1.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			860.000,00
44000000000000	Investimentos		860.000,00	
44900000000000	Aplicações diretas	860.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	10.000,00		
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	850.000,00		
<b>Total</b>				3.151.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			1.625.000,00
11000000000000	Receita tributária		625.000,00	
11200000000000	Taxas	625.000,00		
10000000	Recursos Ordinários	625.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		100.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	100.000,00		
10000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
17000000000000	Transferências correntes		900.000,00	
17600000000000	Transferências de convênios	900.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	900.000,00		
<b>Total</b>				1.625.000,00



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Urbanismo	Total
50 - Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade	3.151.000,00	3.151.000,00
	3.151.000,00	3.151.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
15	Urbanismo	122	Administracao Geral
		451	Infra-Estrutura Urbana

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**50 - Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade**

**001 - Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	3.151.000,00	3.151.000,00
15.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005.2018	Manut. Ativ. Instituto Brusquense Plan. e Mob.	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.221.000,00	2.221.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	930.000,00	930.000,00
15.451.0245	Estudos, projetos e informações municipais	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
15.451.0245.2302	Elaboração de Projetos, Estudos e Informações Muni	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			900.000,00	900.000,00
15.451.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
15.451.0305.2007	Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento U	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
15.451.0305.2320	Territórios de Cidadania	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>

## ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	3.151.000,00	3.151.000,00
15.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005.2018	Manut. Ativ. Instituto Brusquense Plan. e Mob.	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.221.000,00	2.221.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	930.000,00	930.000,00
15.451.0245	Estudos, projetos e informações municipais	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
15.451.0245.2302	Elaboração de Projetos, Estudos e Informações Muni	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			900.000,00	900.000,00
15.451.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
15.451.0305.2007	Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento U	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
15.451.0305.2320	Territórios de Cidadania	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
50.001	Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
15	Urbanismo	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
15.122	Administracao Geral	2.221.000,00	0,00	2.221.000,00
15.122.0005	Administração e planejamento governamental	2.221.000,00	0,00	2.221.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.221.000,00		
15.451	Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	900.000,00	930.000,00
15.451.0245	Estudos, projetos e informações municipais	12.000,00	900.000,00	912.000,00
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		900.000,00	
15.451.0305	Reurbaniza brusque	18.000,00	0,00	18.000,00
1000000	Recursos Ordinários	18.000,00		
<b>Total Geral</b>		<b>2.251.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	50 - Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade	
	1.800.000,00	57,12
50.1.0015.0122.0005.2018.3319000000000000.01000000		
50.1.0015.0122.0005.2018.3319100000000000.01000000	215.000,00	6,82
50.1.0015.0122.0005.2018.3339000000000000.01000000	200.000,00	6,35
50.1.0015.0122.0005.2018.3339100000000000.01000000	1.000,00	0,03
50.1.0015.0122.0005.2018.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,16
50.1.0015.0451.0245.2302.3339000000000000.01000000	10.000,00	0,32
50.1.0015.0451.0245.2302.3339000000000000.01345400	50.000,00	1,59
50.1.0015.0451.0245.2302.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,06
50.1.0015.0451.0245.2302.3449000000000000.01345400	850.000,00	26,98
50.1.0015.0451.0305.2007.3339000000000000.01000000	10.000,00	0,32
50.1.0015.0451.0305.2007.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,06
50.1.0015.0451.0305.2320.3339000000000000.01000000	5.000,00	0,16
50.1.0015.0451.0305.2320.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,03
<b>Total Órgão</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	1.625.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	1.625.000,00	100,00
Receitas correntes				
	4110000000000000	S	625.000,00	38,46
Receita tributária				
	4112000000000000	S	625.000,00	38,46
Taxas				
	4112200000000000	S	625.000,00	38,46
Taxas pela prestação de serviços				
	4112299000000000	S	625.000,00	38,46
Outras taxas pela prestação de serviços				
	411229900100000	A	225.000,00	13,85
Taxas e Tarifas Diversas				
	411229900120000	S	400.000,00	24,62
Outras Taxas pela Prestacao de Servicos				
	411229900120100	A	400.000,00	24,62
Outras Taxas pela Prestacao de Servicos				
	4130000000000000	S	100.000,00	6,15
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	100.000,00	6,15
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	100.000,00	6,15
Remuneração de depósitos bancários				
	4132502000000000	S	100.000,00	6,15
Remuneração depósito de recursos não vinculados				
	4132502990000000	A	100.000,00	6,15
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros				
	4170000000000000	S	900.000,00	55,38
Transferências correntes				
	4176000000000000	S	900.000,00	55,38
Transferências de convênios				
	4176100000000000	S	900.000,00	55,38
Transferências de convênios da união e de suas entidades				
	4176199000000000	A	900.000,00	55,38
Outras transferências de convênios da união				
<b>Total:</b>			<b>1.625.000,00</b>	<b>100,00</b>

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO IBPREV**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes	30.749.000,00	Despesas correntes	21.966.000,00
Receita tributária	16.880.214,92	Pessoal e encargos sociais	21.565.000,00
Receitas de contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	8.884.214,92	Outras despesas correntes	401.000,00
Receita agropecuária	7.870.000,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	57.000,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	69.000,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	13.868.785,08		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	13.868.785,08		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>30.749.000,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>21.966.000,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>8.783.000,00</b>
<b>Soma</b>	<b>30.749.000,00</b>	<b>Soma</b>	<b>30.749.000,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>8.783.000,00</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	140.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	140.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>140.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-THYZ-213375439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			21.966.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		21.565.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	21.565.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		401.000,00	
33200000000000	Transferências a união	69.000,00		
33900000000000	Aplicações diretas	332.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			140.000,00
44000000000000	Investimentos		140.000,00	
44900000000000	Aplicacoes diretas	140.000,00		
70000000000000	Reserva do RPPS			16.254.000,00
77000000000000	Reserva do RPPS		16.254.000,00	
77900000000000	Reserva do RPPS	4.878.160,51		
77990000000000	Reserva do RPPS	11.375.839,49		
<b>Total</b>				<b>38.360.000,00</b>

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			16.880.214,92
12000000000000	Receitas de contribuições		8.884.214,92	
12100000000000	Contribuições sociais	8.884.214,92		
13000000000000	Receita patrimonial		7.870.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	7.870.000,00		
16000000000000	Receita de serviços		57.000,00	
19000000000000	Outras receitas correntes		69.000,00	
19200000000000	Indenizações e restituições	69.000,00		
70000000000000	Receitas correntes intra-orçamentárias			13.868.785,08
72000000000000	Receita de contribuições - intra-orçamentárias		13.868.785,08	
72100000000000	Contribuições sociais - intra-orçamentárias	13.868.785,08		
<b>Total</b>				<b>30.749.000,00</b>



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1995 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Previdência Social	Total
70 - Instituto Brusquense de Previdência	38.360.000,00	38.360.000,00
Total	38.360.000,00	38.360.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
9	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário
		997	Reserva do RPPS

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**70 - Instituto Brusquense de Previdência**

**001 - Ibprev**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Previdência Social	0,00	0,00	38.360.000,00	38.360.000,00
09					
	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272					
	Previdência social	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272.0205					
	Manutenção das Atividades - Ibprev	0,00	0,00	1.107.000,00	1.107.000,00
09.272.0205.2312					
	Compensação Previdenciária	0,00	0,00	69.000,00	69.000,00
09.272.0205.2314					
	Concessão de Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	20.930.000,00	20.930.000,00
09.272.0205.2315					
	Reserva Administrativa	0,00	0,00	703.078,11	703.078,11
09.272.0205.2317					
	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997					
	Previdência social	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205					
	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205.2316					
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>38.360.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>38.360.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>38.360.000,00</b>

**ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Previdência Social	0,00	0,00	38.360.000,00	38.360.000,00
09					
	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272					
	Previdência social	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272.0205					
	Manutenção das Atividades - Ibprev	0,00	0,00	1.107.000,00	1.107.000,00
09.272.0205.2312					
	Compensação Previdenciária	0,00	0,00	69.000,00	69.000,00
09.272.0205.2314					
	Concessão de Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	20.930.000,00	20.930.000,00
09.272.0205.2315					
	Reserva Administrativa	0,00	0,00	703.078,11	703.078,11
09.272.0205.2317					
	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997					
	Previdência social	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205					
	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205.2316					
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>38.360.000,00</b>

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	Camara de Vereadores	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
	Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01				
	Acao Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031				
	Administração e processo legislativo	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031.0001				
0	Registro inexistente necessário		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.500.000,00		
02.001	Gabinete do Prefeito	1.577.000,00	0,00	1.577.000,00
	Administração	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04				
	Administracao Geral	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	1.572.000,00	0,00	1.572.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	1.572.000,00		
	Gestao transparente e democratica	3.500,00	0,00	3.500,00
04.122.0330				
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00		
	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
06				
	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Assistência Social	1.500,00	0,00	1.500,00
08				
	Assistência Comunitária	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244				
	Gestao transparente e democratica	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244.0330				
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00		
02.003	Fundo Municipal de Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
	Segurança Pública	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06				
	Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	650.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		311.000,00	
02.004	DGI - Departamento Geral de Infraestrutura	741.000,00	0,00	741.000,00
	Urbanismo	741.000,00	0,00	741.000,00
15				
	Infra-Estrutura Urbana	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451				
	Gestão estratégica	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451.0220				
1000000	Recursos Ordinários	741.000,00		
03.001	Procuradoria Geral do Município	3.553.000,00	0,00	3.553.000,00
	Administração	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062				
	Administração e planejamento governamental	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.917.000,00		
	Direitos da Cidadania	636.000,00	0,00	636.000,00
14				
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	636.000,00	0,00	636.000,00
14.422				
	Administração e planejamento governamental	14.000,00	0,00	14.000,00
14.422.0005				

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t a d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  3 / 33				
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
05.001	Secretaria de Comunicacao Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04	Administração	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131	Comunicação Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.820.000,00		
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.032	Controle Externo	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032	Gestao transparente e democratica	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032.0330	Recursos Ordinários	5.000,00		
1000000	Administracao Geral	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122	Administração e planejamento governamental	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.045.000,00		
1010000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  4 / 33				
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		100.000,00	
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
	Alimentação e Nutrição	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306				
	Merenda escolar	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040				
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		0,00	
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		450.000,00	
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		15.000,00	
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		42.500,00	
1370300	Outras Transferências do Fundo		550.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
:				
1				
4				
4				
2				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág 5 / 33				
	Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA		0,00	
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		0,00	
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000.000,00		
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		0,00	
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		320.000,00	
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE		30.000,00	
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		0,00	
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		Pág  6  / 33	
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00	
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00	
	Ensino Fundamental	11.012.850,54		29.861.500,00	40.874.350,54
12.361					
	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54		28.831.000,00	39.609.600,54
12.361.0025					
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)			0,00	
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)			1.900.000,00	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.361	Ensino Fundamental	11.012.850,54	29.861.500,00	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54	28.831.000,00	39.609.600,54
3360000	Salário-Educação		0,00	
1360000	Salário-Educação		2.321.000,00	
3180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		0,00	
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE		0,00	

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6  1 4 4 2



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  7 / 33				
1180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		24.210.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	10.778.600,54		
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00	
	Transporte escolar	234.250,00	1.030.500,00	1.264.750,00
12.361.0030				
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		1.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	234.250,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE		30.500,00	
	Ensino Médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362				
	Apoio ao ensino médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362.0045				
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.000,00		
	Ensino Superior	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12.364				
	Transporte escolar	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
2				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7		
		Pág  8 / 33		
12.364.0030				
1000000	Recursos Ordinários	1.500.000,00		
	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00
12.364.0050				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Educação Infantil	9.105.000,00	23.129.000,00	32.234.000,00
12.365				
	Desenvolvimento da educação infantil	6.260.000,00	22.137.000,00	28.397.000,00
12.365.0020				
3360000	Salário-Educação		0,00	
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil		0,00	
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.260.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)		19.340.000,00	
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		1.897.000,00	
	Mais creches	2.845.000,00	992.000,00	3.837.000,00
12.365.0335				
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		0,00	
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da		120.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  9 / 33				
	Educação - FNDE - Manut. Creches			
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		115.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	2.845.000,00		
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		757.000,00	
12.366	Educação de Jovens e Adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	152.500,00		
12.367	Educacao Especial	18.000,00	0,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	18.000,00	0,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	18.000,00		
10.001	Secretaria Municipal de Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23	Comércio e Serviços	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág	10	/	33	
1000000	Recursos Ordinários	2.275.000,00		
10.002	Fundo Mun. de Desenvolvimento Turístico	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23	Comércio e Serviços	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
1000000	Recursos Ordinários	348.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
11.001	Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda	788.000,00	0,00	788.000,00
19	Ciências e Tecnologia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	11.000,00	0,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários	11.000,00		
22	Indústria	777.000,00	0,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	777.000,00	0,00	777.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  13 / 33				
15.451.0330	democratica			
1000000	Recursos Ordinários	3.900.000,00		
	Serviços Urbanos	17.441.877,84	7.950.000,00	25.391.877,84
15.452				
	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	16.406.877,84	0,00	16.406.877,84
15.452.0125				
1000000	Recursos Ordinários	16.406.877,84		
	Reurbaniza brusque	1.035.000,00	7.950.000,00	8.985.000,00
15.452.0305				
1080000	Contribuição para a COSIP		7.950.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.035.000,00		
	Gestão Ambiental	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18				
	Infra-Estrutura Urbana	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451				
	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451.0320				
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág   14 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	1.950.000,00		
14.001	Encargos Gerais do Município	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
	Encargos Especiais	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
28	Serviço da Dívida Interna	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843	Operações especiais	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843.0180				
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1000000	Recursos Ordinários	10.230.000,00		
	Outros encargos Especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846	Operações especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846.0180				
1000000	Recursos Ordinários	2.400.000,00		
15.001	Secretaria de Assist. Social e Habitação	588.000,00	0,00	588.000,00
	Assistência Social	588.000,00	0,00	588.000,00
08	Assistência à Criança e ao Adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	588.000,00		
15.002	Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia	295.000,00	100.000,00	395.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  15 / 33				
	Assistência Social	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	295.000,00		
1090000	FIA Imposto de Renda		100.000,00	
15.003	Fundo Municipal Habitação e Interesse Social	560.000,00	650.000,00	1.210.000,00
	Administração	270.000,00	0,00	270.000,00
04				
	Administracao Geral	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	270.000,00		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	0,00		
	Habitação	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16				
	Habitacao Urbana	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482				
	Ações de habitação - nossa casa	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482.0130				
1000000	Recursos Ordinários	290.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  16 / 33				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		650.000,00	
18.001	Controladoria Geral do Município - Cgm	427.000,00	0,00	427.000,00
	Administração	427.000,00	0,00	427.000,00
04	Administracao Geral	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122.0005	Recursos Ordinários	427.000,00		
1000000	Secretaria de Orçamento e Gestão	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
19.001	Administração	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
04	Planejamento e Orçamento	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121	Administração geral e fazendária	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121.0010	Recursos Ordinários	2.345.000,00		
1000000	Administracao Geral	10.141.000,00	4.500.000,00	14.641.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	7.676.000,00	500.000,00	8.176.000,00
04.122.0005	Alienação Bens Outros Programas		500.000,00	
1890000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  17 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	7.676.000,00		
	Serviços gerais	156.000,00	0,00	156.000,00
04.122.0195				
1000000	Recursos Ordinários	156.000,00		
	Gestão administrativa	2.059.000,00	0,00	2.059.000,00
04.122.0225				
1000000	Recursos Ordinários	2.059.000,00		
	Gestao transparente e democratica	250.000,00	4.000.000,00	4.250.000,00
04.122.0330				
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	250.000,00		
	Tecnologia da Informação	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126				
	Modernização da administração pública	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126.0250				
1000000	Recursos Ordinários	655.000,00		
21.001	Secretaria de Transito e Mobilidade	2.337.000,00	2.750.000,00	5.087.000,00
	Administração	169.000,00	0,00	169.000,00
04				
	Servicos Urbanos	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452				
	Gestão de trânsito e transporte urbano	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452.0135				
1000000	Recursos Ordinários	169.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  18 / 33				
06	Segurança Pública	2.168.000,00	2.750.000,00	4.918.000,00
06.181	Policiamento	1.000,00	510.000,00	511.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	1.000,00	510.000,00	511.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil		510.000,00	
06.452	Servicos Urbanos	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
06.452.0325	Paz no transito	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura		2.240.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.167.000,00		
22.001	Fundação Municipal de Esportes	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812.0070	Desporto amador	2.285.000,00	0,00	2.285.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.285.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			057107200161442

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  20 / 33				
	Administracao Geral	6.034.702,15	1.510.000,00	7.544.702,15
10.122	Clinica Veterinária Animal	200.000,00	0,00	200.000,00
10.122.0009				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	200.000,00		
	Gestão estratégica	5.834.702,15	1.510.000,00	7.344.702,15
10.122.0220				
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS		20.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	5.834.702,15		
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		1.490.000,00	
	Atenção Básica	13.986.541,78	13.531.462,40	27.518.004,18
10.301				
	Ações gerais de saúde	74.200,00	110.000,00	184.200,00
10.301.0090				
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		10.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	74.200,00		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00	
	Estratégia de saúde da família e assistência farma	13.837.341,78	12.138.171,40	25.975.513,18
10.301.0275				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  21 / 33				
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS		2.202.408,00	
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		549.596,40	
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF		1.917.840,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	13.837.341,78		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		2.450.800,00	
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF		1.055.400,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		2.403.509,00	
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		480.000,00	
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		0,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		0,00	
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica		484.938,00	
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		30.000,00	
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal		481.680,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1635500	Transferências de Convênios -		10.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		E			
				n			
				t			
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7		d			
				a			
				d			
				e			
				:			
				C			
				o			
				n			
				s			
				o			
				:			
				d			
				a			
				d			
				o			
				L			
				D			
O							
:							
2							
0							
1							
7							
	Estado/Saúde						
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF			72.000,00			
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse			0,00			
	expansão da rede de saude	75.000,00		1.283.291,00		1.358.291,00	
10.301.0340							
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			185.291,00			
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde			200.000,00			
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			500.000,00			
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			398.000,00			
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	75.000,00					
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09		20.503.373,56		43.090.909,65	
10.302							
	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09		20.503.373,56		43.090.909,65	
10.302.0280							
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO			231.000,00			
3381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			0,00			
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			19.429.000,00			
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC			513.745,56			
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO			66.600,00			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					



		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág   23 / 33	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	22.587.536,09		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU		263.028,00	
	Vigilância Sanitária	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304	Vigilância em saúde	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105				
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária		1.020.000,00	
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária		73.665,00	
	Vigilância Epidemiológica	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305	Vigilância em saúde	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305.0105				
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental		357.214,08	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  24 / 33				
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS		102.999,96	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	1.207.473,59		
30.001	Fundo Municipal de Assistencia Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
	Assistência Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08	Assistência Comunitária	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244	Gestão municipal da política de assistência social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244.0255	SUAS/União - AEPETI		0,00	
	Recursos Ordinários	5.308.800,00		
	SUAS/União - BPC/Escola		0,00	
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC		0,00	
	SUAS/União - SCFV		0,00	
	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		315.000,00	
	SUAS/União - Aprimora Rede		0,00	
	SUAS/União - AEPETI		0,00	
	SUAS/União - Igd Bolsa Família		0,00	
	SUAS/União - SCFV		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
		E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7		
		Pág  25 / 33		
1350500	SUAS/União - Acessuas		33.350,00	
1352402	FEAS - Basica/Custeio		15.600,00	
1352102	FEAS - Alta/Custeio		29.448,00	
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social		0,00	
1352101	FEAS - Alta/Investimento		33.264,00	
3351000	SUAS/União - PSE/AC		0,00	
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC		0,00	
3350802	SUAS/União - PTMC		0,00	
3350801	SUAS/União - PFMC II		0,00	
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC		0,00	
1352301	FEAS - Media/Investimento		31.412,80	
1350700	SUAS/União - IGD Suas		6.173,27	
1352302	FEAS - Media/Custeio		23.049,00	
1350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família		78.000,00	
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais		9.500,00	
3350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350801	SUAS/União - PFMC II		277.800,00	
1352400	Transferências do Sistema Único		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág  26 / 33	

	de Assistência Social - FEAS PSB			
1350802	SUAS/União - PTMC		51.800,00	
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB		180.000,00	
1351000	SUAS/União - PSE/AC		62.000,00	
1352401	FEAS - Basica/Investimento		36.400,00	
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.283.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1645500	Transferências de Convênios -		100.000,00	

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)				
Comércio e Serviços				
23		34.000,00	0,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	17.000,00	0,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
23.695	Turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
50.001	Inst. Brusquense de Planej. e	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  28 / 33				
	Mobilidade			
	Urbanismo	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
15				
	Administracao Geral	2.221.000,00	0,00	2.221.000,00
15.122				
	Administração e planejamento governamental	2.221.000,00	0,00	2.221.000,00
15.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.221.000,00		
	Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	900.000,00	930.000,00
15.451				
	Estudos, projetos e informações municipais	12.000,00	900.000,00	912.000,00
15.451.0245				
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		900.000,00	
	Reurbaniza brusque	18.000,00	0,00	18.000,00
15.451.0305				
1000000	Recursos Ordinários	18.000,00		
55.001	Fummpom- Fdo Mun. Melhoria Policia Militar	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
	Segurança Pública	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
06				
	Policiamiento	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
06.181				
	Ações da segurança pública	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  29 / 33				
06.181.0150				
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		530.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	830.000,00		
3890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
60.001	Fumrebom- Fdo Mun. Reeq. Corpo Bombeiros	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
	Segurança Pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06	Defesa Civil	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182	Ações da segurança pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182.0150				
1000000	Recursos Ordinários	1.510.000,00		
65.001	Fundacao Cultural de Brusque	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
	Cultura	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
13	Administracao Geral	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122	Cultura, arte e patrimônio histórico	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122.0060				
1000000	Recursos Ordinários	1.525.000,00		
	Difusão Cultural	522.000,00	0,00	522.000,00
13.392				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  30 / 33				
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	522.000,00	0,00	522.000,00
1000000	Recursos Ordinários	522.000,00		
70.001	Ibprev	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
	Previdência Social	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
09	Previdência do Regime Estatutário	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272	Previdência social	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272.0205				
6030000	Contribuição para RPPS		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	7.737.000,00		
2030000	Contribuição para RPPS		15.072.078,11	
09.997	Reserva do RPPS	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205	Previdência social	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
2030000	Contribuição para RPPS		10.672.761,38	
2037500	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar		4.878.160,51	
75.001	Fundacao Municipal de Meio Ambiente	991.000,00	0,00	991.000,00
	Gestão Ambiental	991.000,00	0,00	991.000,00
18	Administracao Geral	973.000,00	0,00	973.000,00
18.122				
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  31 / 33				
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	973.000,00	0,00	973.000,00
1000000	Recursos Ordinários	973.000,00		
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	0,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	6.000,00	0,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários	6.000,00		
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	12.000,00	0,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
80.001	Samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
	Administração	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04	Administracao Geral	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Gestão administrativa do samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Rec. Prop. Samae		6.770.000,00	
2000000				
80.002	Tecnica	0,00	21.200.000,00	21.200.000,00
	Saneamento	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17	Saneamento Básico Urbano	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512	Abastecimento de água	0,00	21.055.000,00	21.055.000,00
17.512.0301				
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág  32 / 33			
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7				
6000000	Recursos Ordinários		0,00			
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		20.000,00			
2890000	Alienação Bens Outros Programas		10.000,00			
2000000	Rec. Prop. Samae		21.005.000,00			
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		20.000,00			
17.512.0302	Sistema de esgoto	0,00	140.000,00	140.000,00		
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00			
2000000	Rec. Prop. Samae		120.000,00			
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00			
6000000	Recursos Ordinários		0,00			
99	Reserva de Contingência	0,00	5.000,00	5.000,00		
99.999	Reserva de contingência	0,00	5.000,00	5.000,00		
99.999.9999	Reserva de contigência	0,00	5.000,00	5.000,00		
2000000	Rec. Prop. Samae		5.000,00			
80.003	Samae - Precatorio	0,00	100.000,00	100.000,00		
	Encargos Especiais	0,00	100.000,00	100.000,00		
28	Serviço da Dívida Interna	0,00	100.000,00	100.000,00		

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
90.099	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999.9999				
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
<b>Total Geral</b>		192.224.251,99	266.354.012,07	458.578.264,06

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Dotação		%
Órgão	70 - Instituto Brusquense de Previdência	
	635.000,00	1,66
70.1.0009.0272.0205.2312.3319000000000000.02030000		
70.1.0009.0272.0205.2312.3319000000000000.06030000	0,00	0,00
70.1.0009.0272.0205.2312.3339000000000000.01000000	57.000,00	0,15
70.1.0009.0272.0205.2312.3339000000000000.02030000	275.000,00	0,72
70.1.0009.0272.0205.2312.3449000000000000.02030000	140.000,00	0,36
70.1.0009.0272.0205.2314.3332000000000000.02030000	69.000,00	0,18
70.1.0009.0272.0205.2315.3319000000000000.01000000	7.680.000,00	20,02
70.1.0009.0272.0205.2315.3319000000000000.02030000	13.250.000,00	34,54
70.1.0009.0272.0205.2315.3339000000000000.01000000	0,00	0,00
70.1.0009.0272.0205.2315.3339000000000000.06030000	0,00	0,00
70.1.0009.0272.0205.2317.3779900000000000.02030000	703.078,11	1,83
70.1.0009.0997.0205.2316.3779000000000000.02037500	4.878.160,51	12,72
70.1.0009.0997.0205.2316.3779900000000000.02030000	10.672.761,38	27,82
<b>Total Órgão</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	30.749.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	16.880.214,92	54,90
Receitas correntes				
	4120000000000000	S	8.884.214,92	28,89
Receitas de contribuições				
	4121000000000000	S	8.884.214,92	28,89
Contribuições sociais				
	4121029000000000	S	8.884.214,92	28,89
Contribuições para o regime próprio de previdência do servidor público				
	4121029070000000	S	8.733.714,92	28,40
Contribuição do servidor ativo civil para o regime próprio				
	4121029070100000	A	8.733.714,92	28,40
Contribuição do Servidor Ativo para o Regime Próprio de Previdência				
	4121029090000000	S	146.000,00	0,47
Contribuições do servidor inativo civil para o regime próprio				
	4121029090100000	A	146.000,00	0,47
Contribuição do Servidor Inativo para o Regime Próprio de Previdência				
	4121029110000000	S	4.500,00	0,01
Contribuições de pensionista civil para o regime próprio				
	4121029110100000	A	4.500,00	0,01
Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio de Previdência				
	4130000000000000	S	7.870.000,00	25,59
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	7.870.000,00	25,59
Receitas de valores mobiliários				
	4132800000000000	S	7.870.000,00	25,59
Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor				
	4132810000000000	A	6.900.000,00	22,44
Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em renda fixa				
	4132820000000000	A	920.000,00	2,99
Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em renda variável				
	4132830000000000	A	50.000,00	0,16
Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em fundos imobiliários				
	4160000000000000	S	57.000,00	0,19
Receita de serviços				
	4160013000000000	S	57.000,00	0,19
Serviços administrativos				
	4160013010000000	A	57.000,00	0,19
Serviços de inscrição em concursos públicos				
	4190000000000000	S	69.000,00	0,22
Outras receitas correntes				
	4192000000000000	S	69.000,00	0,22
Indenizações e restituições				
	4192200000000000	S	69.000,00	0,22
Restituições				
	4192210000000000	S	69.000,00	0,22
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores				
	4192210010000000	A	69.000,00	0,22
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes				

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da Receita</div><div>Receita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>1</div><div>5</div><div>0</div><div>0</div><div>9</div><div>:</div><div>1</div><div>1</div><div>N</div><div>S</div><div>T</div><div>T</div><div>T</div><div>U</div><div>T</div><div>O</div><div>B</div><div>R</div><div>U</div><div>S</div><div>Q</div><div>U</div><div>E</div><div>Z</div><div>S</div><div>E</div><div>D</div><div>E</div><div>P</div><div>R</div><div>E</div><div>V</div><div>I</div><div>D</div><div>E</div><div>N</div><div>C</div><div>I</div><div>A</div><div>G</div><div>r</div><div>a</div><div>u</div><div>:</div><div>1</div></div></div>						
<div><div>Pág</div><div>2</div><div>/</div><div>4</div></div>						
próprios de previdência dos servidores principal	4700000000000000	S		13.868.785,08		45,10
Receitas correntes intra-orçamentárias	4720000000000000	S		13.868.785,08		45,10
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	4721000000000000	S		13.868.785,08		45,10
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	4721029000000000	S		13.868.785,08		45,10
Contribuições previdenciárias do regime próprio	4721029010000000	S		13.868.785,08		45,10
<div><div>IPM Sistemas Ltda</div><div>Identificador: WPL121101-11483-BUPJ-213376176 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div></div>						

			<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
			Planejamento e Orçamento			
			LDO - Demonstrativo da Receita			
			LDO			
			E			
			n			
			t			
			d			
			a			
			d			
			e			
			:			
			1			
			5			
			0			
			2			
			9			
			:			
			1			
			N			
			S			
			T			
			T			
			T			
			U			
			T			
			O			
			:			
			B			
			R			
			U			
			S			
			Q			
			U			
			E			
			Z			
			S			
			E			
			D			
			E			
			P			
			R			
			E			
			V			
			I			
			D			
			E			
			N			
			C			
			I			
			A			
			:			
			G			
			r			
			a			
			u			
			:			
			I			
Contribuição patronal de servidor ativo civil						
	472102901010000		S		8.990.624,57	29,24
Contribuicao Patronal de Servidor Ativo Civil						
	472102901010100		A		8.990.624,57	29,24
Contribuicao Patronal de Servidor Ativo Civil						
	472102901020000		S		4.878.160,51	15,86
Contribuicao Patronal Servidor Ativo Aliquota Suplementar						
	472102901020100		A		4.878.160,51	15,86
Contribuicao Patronal Servidor Ativo Aliquota Suplementar						
Total:					30.749.000,00	100,00
IPM Sistemas Ltda			Identificador: WPL121101-11483-BUPJ-213376176 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-BUPJ-213376176 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--



Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	Camara de Vereadores	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
	Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01				
	Acao Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031				
	Administração e processo legislativo	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031.0001				
0	Registro inexistente necessário		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.500.000,00		
02.001	Gabinete do Prefeito	1.577.000,00	0,00	1.577.000,00
	Administração	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04				
	Administracao Geral	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	1.572.000,00	0,00	1.572.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	1.572.000,00		
	Gestao transparente e democratica	3.500,00	0,00	3.500,00
04.122.0330				
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00		
	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
06				
	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Assistência Social	1.500,00	0,00	1.500,00
08				
	Assistência Comunitária	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244				
	Gestao transparente e democratica	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244.0330				
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00		
02.003	Fundo Municipal de Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
	Segurança Pública	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06				
	Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	650.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		311.000,00	
02.004	DGI - Departamento Geral de Infraestrutura	741.000,00	0,00	741.000,00
	Urbanismo	741.000,00	0,00	741.000,00
15				
	Infra-Estrutura Urbana	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451				
	Gestão estratégica	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451.0220				
1000000	Recursos Ordinários	741.000,00		
03.001	Procuradoria Geral do Municipio	3.553.000,00	0,00	3.553.000,00
	Administração	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062				
	Administração e planejamento governamental	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.917.000,00		
	Direitos da Cidadania	636.000,00	0,00	636.000,00
14				
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	636.000,00	0,00	636.000,00
14.422				
	Administração e planejamento governamental	14.000,00	0,00	14.000,00
14.422.0005				

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  3 / 33				
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
05.001	Secretaria de Comunicacao Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04	Administração	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131	Comunicação Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.820.000,00		
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.032	Controle Externo	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032	Gestao transparente e democratica	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032.0330	Recursos Ordinários	5.000,00		
1000000	Administracao Geral	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122	Administração e planejamento governamental	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.045.000,00		
1010000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  4 / 33				
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		100.000,00	
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
	Alimentação e Nutrição	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306				
	Merenda escolar	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040				
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		0,00	
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		450.000,00	
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		15.000,00	
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		42.500,00	
1370300	Outras Transferências do Fundo		550.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
:				
1				
4				
4				
2				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7		
		Pág   5 / 33		
	Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA		0,00	
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		0,00	
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000.000,00		
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		0,00	
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		320.000,00	
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE		30.000,00	
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		0,00	
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		Pág		6	/	33
		E n t r e d a d e r  C o n s o l i d a d o  L D O  2 0 1 7						
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00				
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00				
	Ensino Fundamental	11.012.850,54		29.861.500,00	40.874.350,54			
12.361								
	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54		28.831.000,00	39.609.600,54			
12.361.0025								
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			0,00				
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			1.900.000,00				

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.361	Ensino Fundamental	11.012.850,54	29.861.500,00	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54	28.831.000,00	39.609.600,54
3360000	Salário-Educação		0,00	
1360000	Salário-Educação		2.321.000,00	
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)		0,00	
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE		0,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  7 / 33				
1180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		24.210.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	10.778.600,54		
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00	
	Transporte escolar	234.250,00	1.030.500,00	1.264.750,00
12.361.0030				
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		1.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	234.250,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE		30.500,00	
	Ensino Médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362				
	Apoio ao ensino médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362.0045				
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.000,00		
	Ensino Superior	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12.364				
	Transporte escolar	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  8 / 33				
12.364.0030				
1000000	Recursos Ordinários	1.500.000,00		
	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00
12.364.0050				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Educação Infantil	9.105.000,00	23.129.000,00	32.234.000,00
12.365				
	Desenvolvimento da educação infantil	6.260.000,00	22.137.000,00	28.397.000,00
12.365.0020				
3360000	Salário-Educação		0,00	
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil		0,00	
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.260.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		19.340.000,00	
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		1.897.000,00	
	Mais creches	2.845.000,00	992.000,00	3.837.000,00
12.365.0335				
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		0,00	
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da		120.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05/10/2016 14:42



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
Educação				
Cursos				
LDO				
2017				
	Educação - FNDE - Manut. Creches			
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		115.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	2.845.000,00		
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		757.000,00	
12.366	Educação de Jovens e Adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	152.500,00		
12.367	Educacao Especial	18.000,00	0,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	18.000,00	0,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	18.000,00		
10.001	Secretaria Municipal de Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23	Comércio e Serviços	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág   10 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	2.275.000,00		
10.002	Fundo Mun. de Desenvolvimento Turístico	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23	Comércio e Serviços	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
1000000	Recursos Ordinários	348.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
11.001	Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda	788.000,00	0,00	788.000,00
19	Ciências e Tecnologia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	11.000,00	0,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários	11.000,00		
22	Indústria	777.000,00	0,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	777.000,00	0,00	777.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	
--------------------------	---	--

<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	
--------------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  13 / 33				
15.451.0330	democratica			
1000000	Recursos Ordinários	3.900.000,00		
	Serviços Urbanos	17.441.877,84	7.950.000,00	25.391.877,84
15.452				
	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	16.406.877,84	0,00	16.406.877,84
15.452.0125				
1000000	Recursos Ordinários	16.406.877,84		
	Reurbaniza brusque	1.035.000,00	7.950.000,00	8.985.000,00
15.452.0305				
1080000	Contribuição para a COSIP		7.950.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.035.000,00		
	Gestão Ambiental	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18				
	Infra-Estrutura Urbana	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451				
	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451.0320				
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág 14 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	1.950.000,00		
14.001	Encargos Gerais do Município	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
	Encargos Especiais	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
28	Serviço da Dívida Interna	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843	Operações especiais	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843.0180				
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1000000	Recursos Ordinários	10.230.000,00		
	Outros encargos Especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846	Operações especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846.0180				
1000000	Recursos Ordinários	2.400.000,00		
15.001	Secretaria de Assist. Social e Habitação	588.000,00	0,00	588.000,00
	Assistência Social	588.000,00	0,00	588.000,00
08	Assistência à Criança e ao Adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	588.000,00		
15.002	Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia	295.000,00	100.000,00	395.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  15 / 33				
	Assistência Social	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	295.000,00		
1090000	FIA Imposto de Renda		100.000,00	
15.003	Fundo Municipal Habitação e Interesse Social	560.000,00	650.000,00	1.210.000,00
	Administração	270.000,00	0,00	270.000,00
04				
	Administracao Geral	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	270.000,00		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	0,00		
	Habitação	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16				
	Habitacao Urbana	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482				
	Ações de habitação - nossa casa	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482.0130				
1000000	Recursos Ordinários	290.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  16 / 33				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		650.000,00	
18.001	Controladoria Geral do Município - Cgm	427.000,00	0,00	427.000,00
	Administração	427.000,00	0,00	427.000,00
04	Administracao Geral	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122.0005	Recursos Ordinários	427.000,00		
1000000	Secretaria de Orçamento e Gestão	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
19.001	Administração	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
04	Planejamento e Orçamento	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121	Administração geral e fazendária	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121.0010	Recursos Ordinários	2.345.000,00		
1000000	Administracao Geral	10.141.000,00	4.500.000,00	14.641.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	7.676.000,00	500.000,00	8.176.000,00
04.122.0005	Alienação Bens Outros Programas		500.000,00	
1890000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		E n t r e d a d e : C o n s o r t a d o : L D O : 2 0 1 7	
				Pág  17 / 33	
1000000	Recursos Ordinários	7.676.000,00			
	Serviços gerais	156.000,00	0,00		156.000,00
04.122.0195					
1000000	Recursos Ordinários	156.000,00			
	Gestão administrativa	2.059.000,00	0,00		2.059.000,00
04.122.0225					
1000000	Recursos Ordinários	2.059.000,00			
	Gestao transparente e democratica	250.000,00	4.000.000,00		4.250.000,00
04.122.0330					
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00		
1000000	Recursos Ordinários	250.000,00			
	Tecnologia da Informação	655.000,00	0,00		655.000,00
04.126					
	Modernização da administração pública	655.000,00	0,00		655.000,00
04.126.0250					
1000000	Recursos Ordinários	655.000,00			
21.001	Secretaria de Transito e Mobilidade	2.337.000,00	2.750.000,00		5.087.000,00
	Administração	169.000,00	0,00		169.000,00
04					
	Servicos Urbanos	169.000,00	0,00		169.000,00
04.452					
	Gestão de trânsito e transporte urbano	169.000,00	0,00		169.000,00
04.452.0135					
1000000	Recursos Ordinários	169.000,00			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  18 / 33				
06	Segurança Pública	2.168.000,00	2.750.000,00	4.918.000,00
06.181	Policiamento	1.000,00	510.000,00	511.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	1.000,00	510.000,00	511.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil		510.000,00	
06.452	Servicos Urbanos	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
06.452.0325	Paz no transito	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura		2.240.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.167.000,00		
22.001	Fundação Municipal de Esportes	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812.0070	Desporto amador	2.285.000,00	0,00	2.285.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.285.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			057107200161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  19 / 33				
22.001	Fundação Municipal de Esportes	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
27.812.0350				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
23.001	Secretaria da Fazenda	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
	Administração	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04				
	Administração de Receitas	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129				
	Administração geral e fazendária	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129.0010				
1000000	Recursos Ordinários	5.053.000,00		
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10				
	Controle Externo	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032				
	Gestao transparente e democratica	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032.0330				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	4.620,00		

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	057107200161442
-------------------	--	-----------------

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  20 / 33				
	Administracao Geral	6.034.702,15	1.510.000,00	7.544.702,15
10.122	Clinica Veterinária Animal	200.000,00	0,00	200.000,00
10.122.0009				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	200.000,00		
	Gestão estratégica	5.834.702,15	1.510.000,00	7.344.702,15
10.122.0220				
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS		20.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	5.834.702,15		
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		1.490.000,00	
	Atenção Básica	13.986.541,78	13.531.462,40	27.518.004,18
10.301				
	Ações gerais de saúde	74.200,00	110.000,00	184.200,00
10.301.0090				
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		10.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	74.200,00		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00	
	Estratégia de saúde da família e assistência farma	13.837.341,78	12.138.171,40	25.975.513,18
10.301.0275				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  21 / 33				
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS		2.202.408,00	
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		549.596,40	
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF		1.917.840,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	13.837.341,78		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		2.450.800,00	
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF		1.055.400,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		2.403.509,00	
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		480.000,00	
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		0,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		0,00	
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica		484.938,00	
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		30.000,00	
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal		481.680,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1635500	Transferências de Convênios -		10.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  22 / 33				
	Estado/Saúde			
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF		72.000,00	
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse		0,00	
	expansão da rede de saúde	75.000,00	1.283.291,00	1.358.291,00
10.301.0340				
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		185.291,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00	
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		500.000,00	
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		398.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	75.000,00		
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302				
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO		231.000,00	
3381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		0,00	
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		19.429.000,00	
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC		513.745,56	
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO		66.600,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág  23 / 33	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	22.587.536,09		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU		263.028,00	
	Vigilância Sanitária	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304	Vigilância em saúde	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária		1.020.000,00	
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária		73.665,00	
	Vigilância Epidemiológica	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305	Vigilância em saúde	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305.0105	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental		357.214,08	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  24 / 33				
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS		102.999,96	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	1.207.473,59		
30.001	Fundo Municipal de Assistencia Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
	Assistência Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08	Assistência Comunitária	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244	Gestão municipal da política de assistência social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244.0255	SUAS/União - AEPETI		0,00	
	Recursos Ordinários	5.308.800,00		
	SUAS/União - BPC/Escola		0,00	
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC		0,00	
	SUAS/União - SCFV		0,00	
	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		315.000,00	
	SUAS/União - Aprimora Rede		0,00	
	SUAS/União - AEPETI		0,00	
	SUAS/União - Igd Bolsa Família		0,00	
	SUAS/União - SCFV		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág   25 / 33				
1350500	SUAS/União - Acessuas		33.350,00	
1352402	FEAS - Basica/Custeio		15.600,00	
1352102	FEAS - Alta/Custeio		29.448,00	
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social		0,00	
1352101	FEAS - Alta/Investimento		33.264,00	
3351000	SUAS/União - PSE/AC		0,00	
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC		0,00	
3350802	SUAS/União - PTMC		0,00	
3350801	SUAS/União - PFMC II		0,00	
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC		0,00	
1352301	FEAS - Media/Investimento		31.412,80	
1350700	SUAS/União - IGD Suas		6.173,27	
1352302	FEAS - Media/Custeio		23.049,00	
1350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família		78.000,00	
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais		9.500,00	
3350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350801	SUAS/União - PFMC II		277.800,00	
1352400	Transferências do Sistema Único		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág  26 / 33	

	de Assistência Social - FEAS PSB			
1350802	SUAS/União - PTMC		51.800,00	
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB		180.000,00	
1351000	SUAS/União - PSE/AC		62.000,00	
1352401	FEAS - Basica/Investimento		36.400,00	
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.283.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1645500	Transferências de Convênios -		100.000,00	

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)				
Comércio e Serviços				
23		34.000,00	0,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	17.000,00	0,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
23.695	Turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
50.001	Inst. Brusquense de Planej. e	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

057107201614:42

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  29 / 33				
06.181.0150				
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		530.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	830.000,00		
3890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
60.001	Fumrebom- Fdo Mun. Reeq. Corpo Bombeiros	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
	Segurança Pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06	Defesa Civil	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182	Ações da segurança pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182.0150				
1000000	Recursos Ordinários	1.510.000,00		
65.001	Fundacao Cultural de Brusque	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
	Cultura	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
13	Administracao Geral	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122	Cultura, arte e patrimônio histórico	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122.0060				
1000000	Recursos Ordinários	1.525.000,00		
	Difusão Cultural	522.000,00	0,00	522.000,00
13.392				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  30 / 33				
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	522.000,00	0,00	522.000,00
1000000	Recursos Ordinários	522.000,00		
70.001	Ibprev	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
	Previdência Social	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
09	Previdência do Regime Estatutário	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272	Previdência social	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272.0205				
6030000	Contribuição para RPPS		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	7.737.000,00		
2030000	Contribuição para RPPS		15.072.078,11	
09.997	Reserva do RPPS	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205	Previdência social	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
2030000	Contribuição para RPPS		10.672.761,38	
2037500	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar		4.878.160,51	
75.001	Fundacao Municipal de Meio Ambiente	991.000,00	0,00	991.000,00
	Gestão Ambiental	991.000,00	0,00	991.000,00
18	Administracao Geral	973.000,00	0,00	973.000,00
18.122				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  31 / 33				
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	973.000,00	0,00	973.000,00
1000000	Recursos Ordinários	973.000,00		
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	0,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	6.000,00	0,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários	6.000,00		
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	12.000,00	0,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
80.001	Samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
	Administração	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04	Administracao Geral	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Gestão administrativa do samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Rec. Prop. Samae		6.770.000,00	
2000000	Tecnica	0,00	21.200.000,00	21.200.000,00
80.002	Saneamento	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17	Saneamento Básico Urbano	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512	Abastecimento de água	0,00	21.055.000,00	21.055.000,00
17.512.0301				
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  32 / 33				
6000000	Recursos Ordinários		0,00	
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		20.000,00	
2890000	Alienação Bens Outros Programas		10.000,00	
2000000	Rec. Prop. Samae		21.005.000,00	
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		20.000,00	
17.512.0302	Sistema de esgoto	0,00	140.000,00	140.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00	
2000000	Rec. Prop. Samae		120.000,00	
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00	
6000000	Recursos Ordinários		0,00	
99	Reserva de Contingência	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	0,00	5.000,00	5.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		5.000,00	
80.003	Samae - Precatorio	0,00	100.000,00	100.000,00
	Encargos Especiais	0,00	100.000,00	100.000,00
28	Serviço da Dívida Interna	0,00	100.000,00	100.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
2				



Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
90.099	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999.9999				
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
<b>Total Geral</b>		192.224.251,99	266.354.012,07	458.578.264,06

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO MUNICÍPIO DE BRUSQUE**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	166.561.478,38
Receita tributária	386.481.265,99	Pessoal e encargos sociais	114.491.242,48
Receitas de contribuições	284.428.265,99	Juros e encargos da dívida	2.900.000,00
Receita patrimonial	57.929.939,20	Outras despesas correntes	49.170.235,90
Receita agropecuária	7.800.000,00		
Receita industrial	2.015.012,80		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	1.658.800,00		
Outras receitas correntes	52.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	199.660.732,80		
Receita tributária - intra-orçamentária	15.311.781,19		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	(28.677.514,00)		
(r) Deduções da receita corrente	(28.677.514,00)		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	255.750.751,99	<b>Total das Despesas Correntes</b>	166.561.478,38
<b>Déficit</b>	0,00	<b>Superávit</b>	89.189.273,61
<b>Soma</b>	255.750.751,99	<b>Soma</b>	255.750.751,99
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	89.189.273,61	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	0,00
Receitas de capital	102.053.000,00	Despesas de capital	114.814.600,00
Operações de crédito	67.000.000,00	Investimentos	110.564.600,00
Alienação de bens	500.000,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	4.250.000,00
Transferências de capital	34.553.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	102.053.000,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	114.814.600,00
		<b>-(Reserva de contingência</b>	100.000,00
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	0,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-HKXM-213381575 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nº. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			166.561.478,38
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		114.491.242,48	
31900000000000	Aplicações diretas	106.055.392,48		
01000000	Recursos Ordinários	43.734.877,84		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.930.514,64		
01080000	Contribuição para a COSIP	400.000,00		
01180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	39.590.000,00		
01190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)	1.400.000,00		
01325400	Transferências de Convênios - União/Educação	0,00		
03180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	0,00		
03190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)	0,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	8.435.850,00		
01000000	Recursos Ordinários	2.586.850,00		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	1.359.000,00		
01080000	Contribuição para a COSIP	30.000,00		
01180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	3.960.000,00		
01190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)	500.000,00		
32000000000000	Juros e encargos da dívida		2.900.000,00	
32900000000000	Aplicações diretas	2.900.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	2.900.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		49.170.235,90	
33500000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	950.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	681.000,00		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	239.000,00		
01090000	FIA Imposto de Renda	30.000,00		
33900000000000	Aplicações diretas	47.840.235,90		
01000000	Recursos Ordinários	28.153.000,00		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	3.679.835,90		
01070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	105.000,00		
01080000	Contribuição para a COSIP	6.674.000,00		
01090000	FIA Imposto de Renda	70.000,00		
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	355.900,00		
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.540.000,00		
01325400	Transferências de Convênios - União/Educação	50.000,00		
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00		
01360000	Salário-Educação	2.574.000,00		
01370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola	320.000,00		
01370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE	30.000,00		
01370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental	550.000,00		
01370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches	450.000,00		
01370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA	12.000,00		
01370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio	15.000,00		
01370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental	42.500,00		
01370800	Recursos Educação/Fnde -	115.000,00		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica				
L D O : 2 0 1 7				
Pág   2 / 4				
	Apoio Creches -Brasil Carinhoso			
01370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola	0,00		
01376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE	30.500,00		
01376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	100.000,00		
01376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR	100.000,00		
01394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	397.500,00		
01394500	CFEM	176.000,00		
01620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches	0,00		
01625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.000.000,00		
01645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	300.000,00		
01830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas	1.000.000,00		
03360000	Salário-Educação	0,00		
03370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00		
03370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola	0,00		
03370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE	0,00		
03370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental	0,00		
03370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches	0,00		
03370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -	0,00		
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-WMSV-213381688 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica				
L D O  2 0 1 7				
Pág  3 / 4				
	FNDE - PNAE/EJA			
03370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio	0,00		
03370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental	0,00		
03370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso	0,00		
03376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR	0,00		
03376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil	0,00		
03625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00		
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	300.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	70.000,00		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	30.000,00		
01360000	Salário-Educação	200.000,00		
33930000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	80.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	80.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			114.814.600,00
44000000000000	Investimentos		110.564.600,00	
44900000000000	Aplicações diretas	110.564.600,00		
01000000	Recursos Ordinários	5.717.500,00		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	115.000,00		
01080000	Contribuição para a COSIP	846.000,00		
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	154.100,00		
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	700.000,00		
01325400	Transferências de Convênios - União/Educação	1.250.000,00		
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	27.461.000,00		
01360000	Salário-Educação	2.201.000,00		
01370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de	0,00		

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL651101-11483-WMSV-213381688 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica				
L D O  2 0 1 7				
Pág  4 / 4				
	Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			
01376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	20.000,00		
01620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches	0,00		
01620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00		
01645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	5.600.000,00		
01830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas	66.000.000,00		
01890000	Alienação Bens Outros Programas	500.000,00		
03000000	Recursos Ordinários	0,00		
03370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso	0,00		
46000000000000	Amortização da dívida		4.250.000,00	
46900000000000	Aplicações diretas	4.250.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	4.250.000,00		
90000000000000	Reserva de contingência			100.000,00
99000000000000	Reserva de contingência		100.000,00	
99900000000000	Reserva de contingência	100.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
<b>Total</b>				281.476.078,38

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL651101-11483-WMSV-213381688 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			284.428.265,99
11000000000000	Receita tributária		57.929.939,20	
11100000000000	Impostos	51.071.815,20		
1000000	Recursos Ordinários	26.303.059,20		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	13.788.792,00		
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	10.979.964,00		
11200000000000	Taxas	6.851.884,00		
1000000	Recursos Ordinários	6.851.884,00		
11300000000000	Contribuição de melhoria	6.240,00		
1000000	Recursos Ordinários	6.240,00		
12000000000000	Receitas de contribuições		7.800.000,00	
12300000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.800.000,00		
1080000	Contribuição para a COSIP	7.800.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		2.015.012,80	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	1.757.092,80		
1000000	Recursos Ordinários	982.092,80		
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	5.000,00		
1080000	Contribuição para a COSIP	150.000,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	45.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	45.000,00		
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	70.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	150.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	97.000,00		
1360000	Salário-Educação	125.000,00		
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola	10.000,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE	500,00		
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	20.000,00		
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	12.500,00		
1394500	CFEM	6.000,00		
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação	28.000,00		
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	11.000,00		
13300000000000	Receita de concessões e permissões	100.672,00		
1000000	Recursos Ordinários	100.672,00		
13900000000000	Outras receitas patrimoniais	157.248,00		
1000000	Recursos Ordinários	157.248,00		
15000000000000	Receita industrial		1.658.800,00	
15200000000000	Receita da indústria de transformação	5.200,00		
1000000	Recursos Ordinários	5.200,00		
15900000000000	Outras receitas industriais	1.653.600,00		
1000000	Recursos Ordinários	1.653.600,00		
16000000000000	Receita de serviços		52.000,00	
17000000000000	Transferências correntes		199.660.732,80	
17200000000000	Transferências intergovernamentais	198.688.732,80		
1000000	Recursos Ordinários	75.306.994,89		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	39.426.812,86		
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	31.395.425,05		
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	100.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	43.400.000,00		



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica				
L D O : 2 0 1 7				
Pág   2 / 3				
1190000	Transferências do Fundeb- (aplic.outas)	1.900.000,00		
1360000	Salário-Educação	4.850.000,00		
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré- Escola	310.000,00		
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE	30.000,00		
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental	550.000,00		
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches	450.000,00		
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA	12.000,00		
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio	15.000,00		
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental	42.500,00		
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso	115.000,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE	30.000,00		
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	100.000,00		
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR	100.000,00		
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	385.000,00		
1394500	CFEM	170.000,00		
17600000000000	Transferências de convênios	972.000,00		
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação	972.000,00		
19000000000000	Outras receitas correntes		15.311.781,19	
19100000000000	Multas e juros de mora	5.250.671,59		
1000000	Recursos Ordinários	1.340.554,75		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de	450.992,88		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL641101-11483-HXMT-213381628 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica				
L D O  2 0 1 7				
Pág  3 / 3				
	Imp-educ			
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	359.123,96		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	465.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	465.000,00		
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	2.170.000,00		
19200000000000	Indenizações e restituições	1.827.280,00		
1000000	Recursos Ordinários	1.827.280,00		
19300000000000	Receita da dívida ativa	5.731.533,60		
1000000	Recursos Ordinários	3.280.906,20		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	1.364.266,80		
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	1.086.360,60		
19900000000000	Receitas diversas	2.502.296,00		
1000000	Recursos Ordinários	2.402.296,00		
1090000	FIA Imposto de Renda	100.000,00		
20000000000000	Receitas de capital			102.053.000,00
21000000000000	Operações de crédito		67.000.000,00	
21100000000000	Operações de crédito internas	67.000.000,00		
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas	67.000.000,00		
22000000000000	Alienação de bens		500.000,00	
22100000000000	Alienação de bens móveis	500.000,00		
1890000	Alienação Bens Outros Programas	500.000,00		
24000000000000	Transferências de capital		34.553.000,00	
24700000000000	Transferências de convênios	34.553.000,00		
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação	1.300.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	27.364.000,00		
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	5.889.000,00		
10000000000000	(r) Deduções da receita corrente			(28.677.514,00)
17000000000000	(r) Dedução da receita de transferências correntes		(28.677.514,00)	
17200000000000	(r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais	(28.677.514,00)		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	(28.677.514,00)		
<b>Total</b>				357.803.751,99

IPM Sistemas Ltda			Identificador: WPL641101-11483-HXMT-213381628 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
				0 5 1 0 1 2 0 1 5 1 5 4 0

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública	Assistência Social	Educação	Direitos da Cidadania
02 - Gabinete do Prefeito	1.575.500,00		961.000,00	1.500,00		
03 - Procuradoria Geral do Município	2.932.000,00					636.000,00
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica	1.372.350,00	0,00				
05 - Secretaria de Comunicação Social	1.820.000,00					
09 - Secretaria Municipal de Educação					84.368.350,54	
10 - Secretaria Municipal de Turismo						
11 - Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda						
13 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						
14 - Encargos Gerais do Município						
15 - Secretaria de Assist.socia.l e Habitação	270.000,00			983.000,00		
18 - Controladoria Geral do Município - Cgm	427.000,00					
19 - Secretaria de Orçamento e Gestão	17.641.000,00					
21 - Secretaria de Transito e Mobilidade	169.000,00		4.918.000,00			
23 - Secretaria da Fazenda	5.053.000,00					
90 - Reserva de Contingência						
<b>Total</b>	<b>31.259.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.879.000,00</b>	<b>984.500,00</b>	<b>84.368.350,54</b>	<b>636.000,00</b>

Órgão	Urbanismo	Habitação	Gestão Ambiental	Ciências e Tecnologia	Agricultura	Indústria
02 - Gabinete do Prefeito	741.000,00					
03 - Procuradoria Geral do Município						
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica						
05 - Secretaria de Comunicação Social						
09 - Secretaria Municipal de Educação						
10 - Secretaria Municipal de Turismo						
11 - Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda				11.000,00	756.000,00	777.000,00
13 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos	108.820.377,84		29.950.000,00			
14 - Encargos Gerais do Município						
15 - Secretaria de Assist.socia.l e Habitação		940.000,00				
18 - Controladoria Geral do Município - Cgm						

			MUNICIPIO DE BRUSQUE			Pag   2   / 3		
			Planejamento e Orçamento					
			Anexo IX - Despesa por Órgão e Função					

<b>MUNICÍPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo IX - Despesa por Órgão e Função		Pag		3	/	3
L D O F 2 0 1 7				3.623.000,00		12.630.000,00
Total						281.476.078,38

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPI 701101-11483-CKMA-213382051 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
4	Administração	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
		121	Planejamento e Orçamento
		122	Administracao Geral
		126	Tecnologia da Informação
		129	Administração de Receitas
		131	Comunicação Social
		452	Servicos Urbanos
5	Defesa Nacional	122	Administracao Geral
6	Segurança Pública	181	Policciamento
		182	Defesa Civil
		452	Servicos Urbanos
8	Assistência Social	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária
12	Educação	32	Controle Externo
		122	Administracao Geral
		306	Alimentação e Nutrição
		361	Ensino Fundamental
		362	Ensino Médio
		364	Ensino Superior
		365	Educação Infantil
		366	Educação de Jovens e Adultos
		367	Educacao Especial

14	Direitos da Cidadania	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana
		452	Servicos Urbanos
16	Habitação	482	Habitacao Urbana
18	Gestão Ambiental	451	Infra-Estrutura Urbana
19	Ciências e Tecnologia	572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
20	Agricultura	601	Promoção da Produção Vegetal
		606	Extensão Rural
		608	Promoção da Produção Agropecuária
22	Indústria	122	Administracao Geral
23	Comércio e Serviços	695	Turismo
28	Encargos Especiais	843	Serviço da Dívida Interna
		846	Outros encargos Especiais
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**02 - Gabinete do Prefeito****001 - Gabinete do Prefeito**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	1.575.500,00	1.575.500,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.575.500,00	1.575.500,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	1.572.000,00	1.572.000,00
04.122.0005.2002	Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria	0,00	0,00	1.572.000,00	1.572.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.572.000,00	1.572.000,00
04.122.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
04.122.0330.2054	Manutenção Conselhos Municipais	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
1000000	Recursos Ordinários			3.500,00	3.500,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
06.182.0230	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00	0,00
06.182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2077	Manutenção das Atividades do Comad - Cons. Anti Dr	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2321	Integração Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.000,00</b>	<b>1.577.000,00</b>

**003 - Fundo Municipal de Defesa Civil**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			311.000,00	311.000,00
1000000	Recursos Ordinários			650.000,00	650.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>961.000,00</b>	<b>961.000,00</b>

**004 - DGI - Departamento Geral de Infraestrutura**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
1000000	Recursos Ordinários			741.000,00	741.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>741.000,00</b>	<b>741.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.279.000,00</b>	<b>3.279.000,00</b>



<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VI - Programa de Trabalho					
		Pág	2	/	18
L D O : 2 0 1 7					
<b>03 - Procuradoria Geral do Município</b>					
<b>001 - Procuradoria Geral do Município</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Administração	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
04					
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
04.062.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
04.062.0005.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.917.000,00	2.917.000,00
	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14					
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
	Manutenção das Atividades do Fundo Defesa do Consu	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
14.422.0005.2313					
1000000	Recursos Ordinários			14.000,00	14.000,00
	Defesa dos interesses sociais	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
14.422.0210					
	Manutenção do Procon Municipal	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
14.422.0210.2311					
1000000	Recursos Ordinários			622.000,00	622.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.553.000,00</b>	<b>3.553.000,00</b>
<b>002 - Fundo Procuradoria Geral do Município</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Administração	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04					
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062.0005.1195	Manutenção Fundo Procuradoria	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários		15.000,00		15.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>3.553.000,00</b>	<b>3.568.000,00</b>
<b>04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica</b>					
IPM Sistemas Ltda Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VI - Programa de Trabalho					
			Pág	3	/ 18
L D O  2 0 1 7					
<b>001 - Sec. de Governo e Gestão Estratégica</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00
04.122.0005.2308	Manut. das Ativ. da Secret. de Gov. e Gestão Estra	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00
1000000	Recursos Ordinários			1.372.350,00	1.372.350,00
05	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122	Administracao Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.372.350,00</b>	<b>1.372.350,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.372.350,00</b>	<b>1.372.350,00</b>
<b>05 - Secretaria de Comunicacao Social</b>					
<b>001 - Secretaria de Comunicacao Social</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.820.000,00	1.820.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.820.000,00</b>	<b>1.820.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.820.000,00</b>	<b>1.820.000,00</b>
<b>09 - Secretaria Municipal de Educacao</b>					
<b>001 - Secretaria Municipal de Educacao</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação	0,00	4.620.000,00	79.748.350,54	84.368.350,54
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>		Planejamento e Orçamento	
		Anexo VI - Programa de Trabalho		Pág	4 / 18
		L D O  2 0 1 7			
	Controle Externo	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032					
	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032.0330					
	Manutenção das Atividades do Conselho da Educação	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032.0330.2307					
1000000	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
	Administracao Geral	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122					
	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122.0005					
	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educaçã	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122.0005.2022					
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			6.045.000,00	6.045.000,00
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			100.000,00	100.000,00
	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306					
	Merenda escolar	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040					
	Manut. Prog. de Alimentação Escolar do Ensino Fund	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040.2049					
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			0,00	0,00
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			0,00	0,00
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			0,00	0,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
		L D O : 2 0 1 7		Pág	5 / 18
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00	0,00
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			30.000,00	30.000,00
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			0,00	0,00
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			0,00	0,00
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			2.000.000,00	2.000.000,00
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00	12.000,00
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			550.000,00	550.000,00
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			42.500,00	42.500,00
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			15.000,00	15.000,00
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches			0,00	0,00
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			320.000,00	320.000,00
1370400	Outras Transferências do			450.000,00	450.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 2 0 1 6 1 5 4 4
-------------------	--	---

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VI - Programa de Trabalho					
L D O  2 0 1 7					
Pág  6 / 18					
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches				
12.306.0040.2306	Programa Alimentação Escolar da Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	1.646.000,00	39.228.350,54	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	0,00	1.646.000,00	37.963.600,54	39.609.600,54
12.361.0025.1008	Ampliação Construção de Ginásio e Quadras Cobertas	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00		400.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		80.000,00		80.000,00

## 09 - Secretaria Municipal de Educacao

## 001 - Secretaria Municipal de Educacao

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.361.0025.1013	Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Funda	0,00	1.166.000,00	0,00	1.166.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		0,00		0,00
1360000	Salário-Educação		1.056.000,00		1.056.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
12.361.0025.2017	Manutenção e Melhorias do Prog de Informática nas	0,00	0,00	0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
12.361.0025.2019	Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistér	0,00	0,00	37.963.600,54	37.963.600,54
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			24.210.000,00	24.210.000,00
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			1.900.000,00	1.900.000,00
1360000	Salário-Educação			1.265.000,00	1.265.000,00
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE			0,00	0,00
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			10.588.600,54	10.588.600,54

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por:  
JESSICA KEMPNER0  
5  
7  
1  
0  
7  
2  
0  
1  
6  
1  
5  
4  
4

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
		L D O  2 0 1 7		Pág  7 / 18	
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			0,00	0,00
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
	Transporte escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
12.361.0030					
	Manutenção do Transporte Escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
12.361.0030.2003					
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			1.000.000,00	1.000.000,00
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			234.250,00	234.250,00
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE			30.500,00	30.500,00
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			0,00	0,00
	Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362					
	Apoio ao ensino médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045					
	Manutenção e Modernização do Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045.2071					
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			20.000,00	20.000,00
	Ensino Superior	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364					
	Transporte escolar	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030					
	Auxílio ao Transporte Universitário	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030.2069					
1000000	Recursos Ordinários			1.500.000,00	1.500.000,00
	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00	0,00
12.364.0050					
	Apoio Financeiro ao Estudante	0,00	0,00	0,00	0,00
12.364.0050.2063					
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
	Educação Infantil	0,00	2.974.000,00	29.260.000,00	32.234.000,00
12.365					
	Desenvolvimento da educação infantil	0,00	2.307.000,00	26.090.000,00	28.397.000,00
12.365.0020					
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	8 / 18
12.365.0020.1005	Construção Ampliação e Reforma Escolas Ens. Infant	0,00	2.307.000,00	0,00	2.307.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00		900.000,00
1360000	Salário-Educação		1.297.000,00		1.297.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00		0,00
12.365.0020.2020	Manutenção da Educação Infantil	0,00	0,00	26.090.000,00	26.090.000,00
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			19.340.000,00	19.340.000,00
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			6.150.000,00	6.150.000,00
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			600.000,00	600.000,00
12.365.0335	Mais creches	0,00	667.000,00	3.170.000,00	3.837.000,00
12.365.0335.1009	Construção de Creches	0,00	667.000,00	0,00	667.000,00
1360000	Salário-Educação		557.000,00		557.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
12.365.0335.2021	Manutencao de Creches	0,00	0,00	3.170.000,00	3.170.000,00
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches			120.000,00	120.000,00
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches			0,00	0,00
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			115.000,00	115.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			2.735.000,00	2.735.000,00
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			200.000,00	200.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355	Educação de jovens e adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	9 / 18
12.366.0355.2319	Educacao de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			152.500,00	152.500,00
12.367	Educacao Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027.2050	Manutenção da Educação Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			18.000,00	18.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>4.620.000,00</b>	<b>79.748.350,54</b>	<b>84.368.350,54</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>4.620.000,00</b>	<b>79.748.350,54</b>	<b>84.368.350,54</b>

<b>10 - Secretaria Municipal de Turismo</b>					
<b>001 - Secretaria Municipal de Turismo</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	2.275.000,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	2.275.000,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	2.275.000,00	2.275.000,00
23.695.0170.2238	Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos	0,00	0,00	590.000,00	590.000,00
1000000	Recursos Ordinários			590.000,00	590.000,00
23.695.0170.2310	Manut. da Secretaria de Turismo	0,00	0,00	1.685.000,00	1.685.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.685.000,00	1.685.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.275.000,00</b>	<b>2.275.000,00</b>
<b>002 - Fundo Mun. de Desenvolvimento Turistico</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	1.348.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	1.348.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	1.348.000,00	1.348.000,00
23.695.0170.2236	Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento T	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
1000000	Recursos Ordinários			13.000,00	13.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			



		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	10 / 18
23.695.0170.2237	Infra-estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolvimento	0,00	0,00	1.335.000,00	1.335.000,00
1000000	Recursos Ordinários			335.000,00	335.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.348.000,00</b>	<b>1.348.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.623.000,00</b>	<b>3.623.000,00</b>
<b>11 - Secretaria Desenv. Economico Trabalho e Renda</b>					
<b>001 - Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
19	Ciências e Tecnologia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345.2248	Apoio ao Desenvolvimento de Acoes de Inovacao Tecn	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários			11.000,00	11.000,00
22	Indústria	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165	Desenvolvimento econômico	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165.2026	Man. Secret.desenv.economico Trabalho e Renda	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
1000000	Recursos Ordinários			777.000,00	777.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>788.000,00</b>	<b>788.000,00</b>
<b>002 - Depto da Agricultura e Abastecimento</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155	Ações do setor agropecuário	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155.2028	Manut Depto de Agricultura e Apoio à Agricultura F	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
1000000	Recursos Ordinários			756.000,00	756.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>756.000,00</b>	<b>756.000,00</b>
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

05710720161544

#### 14 - Encargos Gerais do Municipio

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VI - Programa de Trabalho					
<div> <div>Pág</div> <div>13</div> <div>/</div> <div>18</div> </div>					
<div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>7</div> </div>					
<b>001 - Encargos Gerais do Município</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	12.630.000,00	12.630.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180	Operações especiais	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180.2055	Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatór	0,00	0,00	7.290.000,00	7.290.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.290.000,00	7.290.000,00
28.843.0180.2078	Pagamento de Precatórios - Ec 62/2009	0,00	0,00	2.940.000,00	2.940.000,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			2.940.000,00	2.940.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180	Operações especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180.2048	Pasep e Outras Obrigações Tributárias	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.400.000,00	2.400.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>12.630.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>12.630.000,00</b>
<b>15 - Secretaria de Assist.social e Habitação</b>					
<b>001 - Secretaria de Assist. Social e Habitação</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
08.243.0108	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
08.243.0108.2231	Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
1000000	Recursos Ordinários			588.000,00	588.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>588.000,00</b>	<b>588.000,00</b>
<b>002 - Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
<div> <div>IPM Sistemas Ltda</div> <div>Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div> </div>					

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	14 / 18
08.243.0108	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
08.243.0108.2234	Desenvolvimento das Atividades e Projetos do Fia	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
1000000	Recursos Ordinários			295.000,00	295.000,00
1090000	FIA Imposto de Renda			100.000,00	100.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>395.000,00</b>	<b>395.000,00</b>

**003 - Fundo Municipal Habitação e Interesse Social**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
04.122.0005.2322	Gestao Fundo - Fhis	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
1000000	Recursos Ordinários			270.000,00	270.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
16	Habitação	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130	Ações de habitação - nossa casa	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130.2075	Desenv. Ações e Progr. de Habitação(fhis Lei 3.178	0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			650.000,00	650.000,00
1000000	Recursos Ordinários			40.000,00	40.000,00
16.482.0130.2323	Morar Legal	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00

**15 - Secretaria de Assist.social e Habitação****003 - Fundo Municipal Habitação e Interesse Social**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16.482.0130.2324	Mcmv - Minha Casa Minha Vida	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
1000000	Recursos Ordinários			150.000,00	150.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>1.210.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VI - Programa de Trabalho		Pág  15 / 18	
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.193.000,00</b>	<b>2.193.000,00</b>

**18 - Controladoria Geral do Município - Cgm****001 - Controladoria Geral do Município - Cgm**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
04.122.0005.2004	Manutenção da Controladoria Municipal- controle Int	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
1000000	Recursos Ordinários			427.000,00	427.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>427.000,00</b>	<b>427.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>427.000,00</b>	<b>427.000,00</b>

**19 - Secretaria de Orçamento e Gestão****001 - Secretaria de Orçamento e Gestão**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	4.250.000,00	13.391.000,00	17.641.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010.2015	Manutenção do Depto de Finanças e Contabilidade	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.345.000,00	2.345.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	4.250.000,00	10.391.000,00	14.641.000,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	8.176.000,00	8.176.000,00
04.122.0005.2012	Manutenção e Aquisição de Equipamentos e Veículos	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
04.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral	0,00	0,00	8.146.000,00	8.146.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.646.000,00	7.646.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas			500.000,00	500.000,00
04.122.0195	Serviços gerais	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VI - Programa de Trabalho			
				Pág	16 / 18
04.122.0195.2056	Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
1000000	Recursos Ordinários			156.000,00	156.000,00
04.122.0225	Gestão administrativa	0,00	0,00	2.059.000,00	2.059.000,00
04.122.0225.2008	Manutenção do Depto de Suprimentos, Compras e Lici	0,00	0,00	947.000,00	947.000,00
1000000	Recursos Ordinários			947.000,00	947.000,00
04.122.0225.2011	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	0,00	0,00	1.112.000,00	1.112.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.112.000,00	1.112.000,00
04.122.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	4.250.000,00	0,00	4.250.000,00
04.122.0330.1017	Programa Modernização Administrativa Financeira e	0,00	4.250.000,00	0,00	4.250.000,00
1000000	Recursos Ordinários		250.000,00		250.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00		4.000.000,00
04.126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250	Modernização da administração pública	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250.2033	Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação/c	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
1000000	Recursos Ordinários			655.000,00	655.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>4.250.000,00</b>	<b>13.391.000,00</b>	<b>17.641.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>4.250.000,00</b>	<b>13.391.000,00</b>	<b>17.641.000,00</b>
<b>21 - Secretaria de Transito e Mobilidade</b>					
<b>001 - Secretaria de Transito e Mobilidade</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135	Gestão de trânsito e transporte urbano	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135.2318	Manutenção das Atividades Administrativas da Secre	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
1000000	Recursos Ordinários			169.000,00	169.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	4.918.000,00	4.918.000,00
06.181	Policramento	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
	Ações da segurança pública	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
IPM Sistemas Ltda					
		Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VI - Programa de Trabalho					
L D O : 2 0 1 7					
Pág  17 / 18					
06.181.0150					
06.181.0150.2057	Manutenção Convênio Ssp. Trânsito/detran	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			510.000,00	510.000,00
06.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325	Paz no transito	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urba	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura			2.240.000,00	2.240.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.167.000,00	2.167.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.087.000,00</b>	<b>5.087.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.087.000,00</b>	<b>5.087.000,00</b>
<b>23 - Secretaria da Fazenda</b>					
<b>001 - Secretaria da Fazenda</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129	Administração de Receitas	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010.2014	Manutenção do Depto de Tributação e Fiscalização	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.053.000,00	5.053.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.053.000,00</b>	<b>5.053.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.053.000,00</b>	<b>5.053.000,00</b>
<b>90 - Reserva de Contingencia</b>					
<b>099 - Reserva de Contingencia</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999.9999.2999	Reserva de Contingencia	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					



IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL671101-11483-EACG-213381851 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

## ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	4.265.000,00	26.994.850,00	31.259.850,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	15.000,00	2.917.000,00	2.932.000,00
04.062.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	15.000,00	2.917.000,00	2.932.000,00
04.062.0005.1195	Manutenção Fundo Procuradoria	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários		15.000,00		15.000,00
04.062.0005.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.917.000,00	2.917.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010.2015	Manutenção do Depto de Finanças e Contabilidade	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.345.000,00	2.345.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	4.250.000,00	14.035.850,00	18.285.850,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	11.817.350,00	11.817.350,00
04.122.0005.2002	Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria	0,00	0,00	1.572.000,00	1.572.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.572.000,00	1.572.000,00
04.122.0005.2004	Manutenção da Controladoria Municipal- controle Int	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
1000000	Recursos Ordinários			427.000,00	427.000,00
04.122.0005.2012	Manutenção e Aquisição de Equipamentos e Veículos	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
04.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral	0,00	0,00	8.146.000,00	8.146.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.646.000,00	7.646.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas			500.000,00	500.000,00
04.122.0005.2308	Manut. das Ativ. da Secret. de Gov. e Gestão Estra	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00
1000000	Recursos Ordinários			1.372.350,00	1.372.350,00
04.122.0005.2322	Gestao Fundo - Fhis	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
1000000	Recursos Ordinários			270.000,00	270.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
04.122.0195	Serviços gerais	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
04.122.0195.2056	Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
1000000	Recursos Ordinários			156.000,00	156.000,00
04.122.0225	Gestão administrativa	0,00	0,00	2.059.000,00	2.059.000,00
04.122.0225.2008	Manutenção do Depto de Suprimentos, Compras e Lici	0,00	0,00	947.000,00	947.000,00
1000000	Recursos Ordinários			947.000,00	947.000,00
04.122.0225.2011	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	0,00	0,00	1.112.000,00	1.112.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.112.000,00	1.112.000,00
04.122.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	4.250.000,00	3.500,00	4.253.500,00
04.122.0330.1017	Programa Modernização Administrativa Financeira e	0,00	4.250.000,00	0,00	4.250.000,00
1000000	Recursos Ordinários		250.000,00		250.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00		4.000.000,00
04.122.0330.2054	Manutenção Conselhos Municipais	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
1000000	Recursos Ordinários			3.500,00	3.500,00
04.126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>		Planejamento e Orçamento	
		Anexo VII - Programa de Trabalho		(Consolidação)	
		L D O		Pág  2 / 14	
04.126.0250	Modernização da administração pública	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250.2033	Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação/c	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
1000000	Recursos Ordinários			655.000,00	655.000,00
04.129	Administração de Receitas	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010.2014	Manutenção do Depto de Tributação e Fiscalização	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.053.000,00	5.053.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.820.000,00	1.820.000,00
04.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135	Gestão de trânsito e transporte urbano	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135.2318	Manutenção das Atividades Administrativas da Secre	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
1000000	Recursos Ordinários			169.000,00	169.000,00
05	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122	Administracao Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	5.879.000,00	5.879.000,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
06.181.0150.2057	Manutenção Convênio Ssp. Trânsito/detran	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
1110000	Convênio de Trânsito -			510.000,00	510.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VII - Programa de Trabalho					
(Consolidação)					
L D O  2 0 1 7					
Pág  3 / 14					
	Civil				
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			311.000,00	311.000,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			650.000,00	650.000,00
06.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325	Paz no transito	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura			2.240.000,00	2.240.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.167.000,00	2.167.000,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	984.500,00	984.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	983.000,00	983.000,00
08.243.0108	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	0,00	0,00	983.000,00	983.000,00
08.243.0108.2231	Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
1000000	Recursos Ordinários			588.000,00	588.000,00
08.243.0108.2234	Desenvolvimento das Atividades e Projetos do Fia	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
1000000	Recursos Ordinários			295.000,00	295.000,00
1090000	FIA Imposto de Renda			100.000,00	100.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2077	Manutenção das Atividades do Comad - Cons. Anti Dr	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2321	Integração Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	05/10/2016 15:45
-------------------	--	------------------

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VII - Programa de Trabalho					
(Consolidação)					
		Pág  4 / 14			
12	Educação	0,00	4.620.000,00	79.748.350,54	84.368.350,54
12.032	Controle Externo	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032.0330.2307	Manutenção das Atividades do Conselho da Educação	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
12.122	Administracao Geral	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122.0005.2022	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educaçã	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			6.045.000,00	6.045.000,00
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			100.000,00	100.000,00

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040	Merenda escolar	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040.2049	Manut. Prog. de Alimentação Escolar do Ensino Fund	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			0,00	0,00
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da			0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VII - Programa de Trabalho					
(Consolidação)					
		L D O		Pág  5 / 14	
		2 0 1 7			
	Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental				
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			0,00	0,00
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00	0,00
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			30.000,00	30.000,00
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			0,00	0,00
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			0,00	0,00
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			2.000.000,00	2.000.000,00
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00	12.000,00
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			550.000,00	550.000,00
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			42.500,00	42.500,00
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			15.000,00	15.000,00
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de			0,00	0,00
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

		MUNICIPIO DE BRUSQUE			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		L D O  2 0 1 7			
		Pág  6 / 14			
	Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches				
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			320.000,00	320.000,00
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches			450.000,00	450.000,00
12.306.0040.2306	Programa Alimentação Escolar da Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
	Ensino Fundamental	0,00	1.646.000,00	39.228.350,54	40.874.350,54
12.361					
	Ensino fundametal e valorização do magistério	0,00	1.646.000,00	37.963.600,54	39.609.600,54
12.361.0025					
	Ampliação Construção de Ginásio e Quadras Cobertas	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
12.361.0025.1008					
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00		400.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		80.000,00		80.000,00
12.361.0025.1013	Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Funda	0,00	1.166.000,00	0,00	1.166.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		0,00		0,00
1360000	Salário-Educação		1.056.000,00		1.056.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
12.361.0025.2017	Manutenção e Melhorias do Prog de Informática nas	0,00	0,00	0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
12.361.0025.2019	Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistér	0,00	0,00	37.963.600,54	37.963.600,54
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			24.210.000,00	24.210.000,00
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)			1.900.000,00	1.900.000,00
1360000	Salário-Educação			1.265.000,00	1.265.000,00
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE			0,00	0,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-HWEI-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		L D O  2 0 1 7		Pág	7 / 14
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			10.588.600,54	10.588.600,54
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			0,00	0,00
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
12.361.0030	Transporte escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
12.361.0030.2003	Manutenção do Transporte Escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			1.000.000,00	1.000.000,00
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			234.250,00	234.250,00
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE			30.500,00	30.500,00
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			0,00	0,00
12.362	Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045	Apoio ao ensino médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045.2071	Manutenção e Modernização do Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			20.000,00	20.000,00
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030	Transporte escolar	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030.2069	Auxílio ao Transporte Universitário	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0050	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00	0,00
12.364.0050.2063	Apoio Financeiro ao Estudante	0,00	0,00	0,00	0,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			



IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		L D O  2 0 1 7			
				Pág	9 / 14
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			2.735.000,00	2.735.000,00
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			200.000,00	200.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355.2319	Educacao de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			152.500,00	152.500,00
12.367	Educacao Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027.2050	Manutenção da Educação Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			18.000,00	18.000,00
14	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
14.422.0005.2313	Manutenção das Atividades do Fundo Defesa do Consu	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
1000000	Recursos Ordinários			14.000,00	14.000,00
14.422.0210	Defesa dos interesses sociais	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
14.422.0210.2311	Manutenção do Procon Municipal	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
1000000	Recursos Ordinários			622.000,00	622.000,00
15	Urbanismo	0,00	44.120.000,00	65.441.377,84	109.561.377,84
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	44.120.000,00	40.049.500,00	84.169.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	0,00	0,00	35.408.500,00	35.408.500,00
15.451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário	0,00	0,00	35.408.500,00	35.408.500,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros			5.900.000,00	5.900.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VII - Programa de Trabalho					
(Consolidação)					
L D O  2 0 1 7					
Pág  10 / 14					
	(não relacionados à educação/saúde/assistência social)				
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais			397.500,00	397.500,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas			10.000.000,00	10.000.000,00
1000000	Recursos Ordinários			8.330.000,00	8.330.000,00
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			105.000,00	105.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			10.500.000,00	10.500.000,00
1394500	CFEM			176.000,00	176.000,00
15.451.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
1000000	Recursos Ordinários			741.000,00	741.000,00
15.451.0310	Tapete preto	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
15.451.0310.1001	Obras de Infra-estrutura Urbana Projeto Tapete Pre	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
1000000	Recursos Ordinários		3.020.000,00		3.020.000,00
15.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	0,00	41.100.000,00	0,00	41.100.000,00
15.451.0320.1010	Pac Pavimentacao	0,00	41.100.000,00	0,00	41.100.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.100.000,00		1.100.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		40.000.000,00		40.000.000,00
15.451.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
15.451.0330.2249	Programa de Obras Comunitarias - Op	0,00	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.900.000,00	3.900.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	25.391.877,84	25.391.877,84
15.452.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	0,00	0,00	16.406.877,84	16.406.877,84
15.452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de Obras	0,00	0,00	15.571.877,84	15.571.877,84
IPM Sistemas Ltda					
Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

MUNICIPIO DE BRUSQUE					
Planejamento e Orçamento					
Anexo VII - Programa de Trabalho					
(Consolidação)					
L D O  2 0 1 7					
Pág  11 / 14					
1000000	Recursos Ordinários			15.571.877,84	15.571.877,84
15.452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equi	0,00	0,00	835.000,00	835.000,00
1000000	Recursos Ordinários			835.000,00	835.000,00
15.452.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	8.985.000,00	8.985.000,00
15.452.0305.2040	Manutenção e Implantação da Iluminação Pública	0,00	0,00	8.452.000,00	8.452.000,00
1080000	Contribuição para a COSIP			7.950.000,00	7.950.000,00
1000000	Recursos Ordinários			502.000,00	502.000,00
15.452.0305.2066	Manutenção de Praças e Jardins	0,00	0,00	533.000,00	533.000,00
1000000	Recursos Ordinários			533.000,00	533.000,00
16	Habitacão	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130	Ações de habitação - nossa casa	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130.2075	Desenv. Ações e Progr. de Habitação(fhis Lei 3.178	0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			650.000,00	650.000,00
1000000	Recursos Ordinários			40.000,00	40.000,00

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16.482.0130.2323	Morar Legal	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
16.482.0130.2324	Mcmv - Minha Casa Minha Vida	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
1000000	Recursos Ordinários			150.000,00	150.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451.0320.1002	Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.950.000,00		1.950.000,00
1345400	Transferências de		15.000.000,00		15.000.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0571072001615145
-------------------	--	------------------

		MUNICIPIO DE BRUSQUE			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		L D O  2 0 1 7			
		Pág  12 / 14			
	Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)				
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00		0,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00		13.000.000,00
19	Ciências e Tecnologia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345.2248	Apoio ao Desenvolvimento de Acoes de Inovacao Tecn	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários			11.000,00	11.000,00
20	Agricultura	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155	Ações do setor agropecuário	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155.2028	Manut Depto de Agricultura e Apoio à Agricultura F	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
1000000	Recursos Ordinários			756.000,00	756.000,00
22	Indústria	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165	Desenvolvimento econômico	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165.2026	Man. Secret.desenv.economico Trabalho e Renda	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
1000000	Recursos Ordinários			777.000,00	777.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	3.623.000,00	3.623.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	3.623.000,00	3.623.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	3.623.000,00	3.623.000,00
	Manutenção do Fundo Municipal de	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo VII - Programa de Trabalho			
		(Consolidação)			
		L D O		Pág  13 / 14	
		2 0 1 7			
23.695.0170.2236	Desenvolvimento T				
1000000	Recursos Ordinários			13.000,00	13.000,00
23.695.0170.2237	Infra-estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolvimento	0,00	0,00	1.335.000,00	1.335.000,00
1000000	Recursos Ordinários			335.000,00	335.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			1.000.000,00	1.000.000,00
23.695.0170.2238	Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos	0,00	0,00	590.000,00	590.000,00
1000000	Recursos Ordinários			590.000,00	590.000,00
23.695.0170.2310	Manut. da Secretaria de Turismo	0,00	0,00	1.685.000,00	1.685.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.685.000,00	1.685.000,00
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	12.630.000,00	12.630.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180	Operações especiais	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180.2055	Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatór	0,00	0,00	7.290.000,00	7.290.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.290.000,00	7.290.000,00
28.843.0180.2078	Pagamento de Precatórios - Ec 62/2009	0,00	0,00	2.940.000,00	2.940.000,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			2.940.000,00	2.940.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180	Operações especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180.2048	Pasep e Outras Obrigações Tributárias	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.400.000,00	2.400.000,00
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999.9999.2999	Reserva de Contigencia	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>82.955.000,00</b>	<b>198.521.078,38</b>	<b>281.476.078,38</b>

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

	<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)		
		Pág	14 / 14

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL681101-11483-HWEJ-213381941 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
02.001	Gabinete do Prefeito	1.577.000,00	0,00	1.577.000,00
	Administração	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04				
	Administracao Geral	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	1.572.000,00	0,00	1.572.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	1.572.000,00		
	Gestao transparente e democratica	3.500,00	0,00	3.500,00
04.122.0330				
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00		
	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
06				
	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Assistência Social	1.500,00	0,00	1.500,00
08				
	Assistência Comunitária	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244				
	Gestao transparente e democratica	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244.0330				
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00		
02.003	Fundo Municipal de Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
	Segurança Pública	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06				
	Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	650.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		311.000,00	
02.004	DGI - Departamento Geral de Infraestrutura	741.000,00	0,00	741.000,00
	Urbanismo	741.000,00	0,00	741.000,00
15				
	Infra-Estrutura Urbana	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451				
	Gestão estratégica	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451.0220				
1000000	Recursos Ordinários	741.000,00		
03.001	Procuradoria Geral do Município	3.553.000,00	0,00	3.553.000,00
	Administração	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062				
	Administração e planejamento governamental	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.917.000,00		
	Direitos da Cidadania	636.000,00	0,00	636.000,00
14				
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	636.000,00	0,00	636.000,00
14.422				
	Administração e planejamento governamental	14.000,00	0,00	14.000,00
14.422.0005				
1000000	Recursos Ordinários	14.000,00		
	Defesa dos interesses sociais	622.000,00	0,00	622.000,00
14.422.0210				
1000000	Recursos Ordinários	622.000,00		
03.002	Fundo Procuradoria Geral do Município	15.000,00	0,00	15.000,00
	Administração	15.000,00	0,00	15.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	15.000,00	0,00	15.000,00



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  2 / 12				
04.062	Administração e planejamento governamental	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062.0005	Recursos Ordinários	15.000,00		
1000000				
04.001	Sec. de Governo e Gestão Estratégica	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
	Administração	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
04	Administracao Geral	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
04.122	Administração e planejamento governamental	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
04.122.0005	Recursos Ordinários	1.372.350,00		
1000000				
	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00
05	Administracao Geral	0,00	0,00	0,00
05.122	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00
05.122.0220	Recursos Ordinários	0,00		
1000000				
05.001	Secretaria de Comunicacao Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
	Administração	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04	Comunicação Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131	Publicidade, comunicação social e institucional	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131.0145	Recursos Ordinários	1.820.000,00		
1000000				
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Controle Externo	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032	Gestao transparente e democratica	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032.0330	Recursos Ordinários	5.000,00		
1000000				
	Administracao Geral	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122	Administração e planejamento governamental	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.045.000,00		
1010000				

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág   3 / 12				
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		100.000,00	
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
	Alimentação e Nutrição	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306				
	Merenda escolar	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040				
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		0,00	
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		450.000,00	
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		15.000,00	
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		42.500,00	
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental		550.000,00	
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA		0,00	
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		0,00	
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000.000,00		
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		0,00	
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		320.000,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
		Pág	4	/ 12
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE		30.000,00	
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		0,00	
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental		0,00	
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE		0,00	
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA		12.000,00	
12.361	Ensino Fundamental	11.012.850,54	29.861.500,00	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54	28.831.000,00	39.609.600,54
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)		0,00	
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)		1.900.000,00	
3360000	Salário-Educação		0,00	
1360000	Salário-Educação		2.321.000,00	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.361	Ensino Fundamental	11.012.850,54	29.861.500,00	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54	28.831.000,00	39.609.600,54
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)		0,00	
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE		0,00	
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)		24.210.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	10.778.600,54		
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00	
12.361.0030	Transporte escolar	234.250,00	1.030.500,00	1.264.750,00
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  5 / 12				
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		1.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	234.250,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE		30.500,00	
	Ensino Médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362	Apoio ao ensino médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362.0045				
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.000,00		
	Ensino Superior	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12.364	Transporte escolar	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12.364.0030				
1000000	Recursos Ordinários	1.500.000,00		
	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00
12.364.0050				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Educação Infantil	9.105.000,00	23.129.000,00	32.234.000,00
12.365	Desenvolvimento da educação infantil	6.260.000,00	22.137.000,00	28.397.000,00
12.365.0020				
3360000	Salário-Educação		0,00	
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil		0,00	
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.260.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profit)		19.340.000,00	
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		1.897.000,00	
	Mais creches	2.845.000,00	992.000,00	3.837.000,00
12.365.0335				
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		0,00	
1376200	Outras Transferências do Fundo		120.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  6 / 12				
	Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches			
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		115.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	2.845.000,00		
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		757.000,00	
12.366	Educação de Jovens e Adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	152.500,00		
12.367	Educacao Especial	18.000,00	0,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	18.000,00	0,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	18.000,00		
10.001	Secretaria Municipal de Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23	Comércio e Serviços	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.275.000,00		
10.002	Fundo Mun. de Desenvolvimento Turístico	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23	Comércio e Serviços	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
1000000	Recursos Ordinários	348.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
11.001	Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda	788.000,00	0,00	788.000,00
19	Ciências e Tecnologia	11.000,00	0,00	11.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  7 / 12				
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	11.000,00	0,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários	11.000,00		
22	Indústria	777.000,00	0,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	777.000,00	0,00	777.000,00
22.122.0165	Desenvolvimento econômico	777.000,00	0,00	777.000,00
1000000	Recursos Ordinários	777.000,00		
11.002	Depto da Agricultura e Abastecimento	756.000,00	0,00	756.000,00
20	Agricultura	756.000,00	0,00	756.000,00
20.606	Extensão Rural	756.000,00	0,00	756.000,00
20.606.0155	Ações do setor agropecuário	756.000,00	0,00	756.000,00
1000000	Recursos Ordinários	756.000,00		
13.001	Secretaria de Obras e Servicos Publicos	35.741.877,84	103.028.500,00	138.770.377,84
15	Urbanismo	33.791.877,84	75.028.500,00	108.820.377,84
15.451	Infra-Estrutura Urbana	16.350.000,00	67.078.500,00	83.428.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	8.330.000,00	27.078.500,00	35.408.500,00
1394500	CFEM		176.000,00	
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais		397.500,00	
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		105.000,00	
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		5.900.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		10.000.000,00	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13.001	Secretaria de Obras e Servicos	35.741.877,84	103.028.500,00	138.770.377,84

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6  1 5 4 6

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  8 /  12				
	Publicos			
15	Urbanismo	33.791.877,84	75.028.500,00	108.820.377,84
15.451	Infra-Estrutura Urbana	16.350.000,00	67.078.500,00	83.428.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	8.330.000,00	27.078.500,00	35.408.500,00
1000000	Recursos Ordinários	8.330.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		10.500.000,00	
	Tapete preto	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
15.451.0310				
1000000	Recursos Ordinários	3.020.000,00		
	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.100.000,00	40.000.000,00	41.100.000,00
15.451.0320				
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		40.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.100.000,00		
	Gestao transparente e democratica	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00
15.451.0330				
1000000	Recursos Ordinários	3.900.000,00		
	Servicos Urbanos	17.441.877,84	7.950.000,00	25.391.877,84
15.452				
	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	16.406.877,84	0,00	16.406.877,84
15.452.0125				
1000000	Recursos Ordinários	16.406.877,84		
	Reurbaniza brusque	1.035.000,00	7.950.000,00	8.985.000,00
15.452.0305				
1080000	Contribuição para a COSIP		7.950.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.035.000,00		
	Gestão Ambiental	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18				
	Infra-Estrutura Urbana	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451				
	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451.0320				
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6  1 5 4 6
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  9 / 12				
1000000	Recursos Ordinários	1.950.000,00		
14.001	Encargos Gerais do Município	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
	Encargos Especiais	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
28				
	Serviço da Dívida Interna	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843				
	Operações especiais	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843.0180				
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1000000	Recursos Ordinários	10.230.000,00		
	Outros encargos Especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846				
	Operações especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846.0180				
1000000	Recursos Ordinários	2.400.000,00		
15.001	Secretaria de Assist. Social e Habitação	588.000,00	0,00	588.000,00
	Assistência Social	588.000,00	0,00	588.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	588.000,00		
15.002	Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia	295.000,00	100.000,00	395.000,00
	Assistência Social	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	295.000,00		
1090000	FIA Imposto de Renda		100.000,00	
15.003	Fundo Municipal Habitação e Interesse Social	560.000,00	650.000,00	1.210.000,00
	Administração	270.000,00	0,00	270.000,00
04				
	Administracao Geral	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	270.000,00		

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  10 / 12				
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	0,00		
	Habitação	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16	Habitacao Urbana	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482	Ações de habitação - nossa casa	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482.0130				
1000000	Recursos Ordinários	290.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		650.000,00	
18.001	Controladoria Geral do Município - Cgm	427.000,00	0,00	427.000,00
	Administração	427.000,00	0,00	427.000,00
04	Administracao Geral	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	427.000,00		
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
	Administração	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
04	Planejamento e Orçamento	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121	Administração geral e fazendária	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121.0010				
1000000	Recursos Ordinários	2.345.000,00		
	Administracao Geral	10.141.000,00	4.500.000,00	14.641.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	7.676.000,00	500.000,00	8.176.000,00
04.122.0005				
1890000	Alienação Bens Outros Programas		500.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	7.676.000,00		
	Serviços gerais	156.000,00	0,00	156.000,00
04.122.0195				
1000000	Recursos Ordinários	156.000,00		
	Gestão administrativa	2.059.000,00	0,00	2.059.000,00
04.122.0225				
1000000	Recursos Ordinários	2.059.000,00		
	Gestao transparente e	250.000,00	4.000.000,00	4.250.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-UBEL-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  11 / 12				
04.122.0330	democratica			
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	250.000,00		
	Tecnologia da Informação	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126				
	Modernização da administração pública	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126.0250				
1000000	Recursos Ordinários	655.000,00		
21.001	Secretaria de Transito e Mobilidade	2.337.000,00	2.750.000,00	5.087.000,00
	Administração	169.000,00	0,00	169.000,00
04				
	Servicos Urbanos	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452				
	Gestão de trânsito e transporte urbano	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452.0135				
1000000	Recursos Ordinários	169.000,00		
	Segurança Pública	2.168.000,00	2.750.000,00	4.918.000,00
06				
	Policiamento	1.000,00	510.000,00	511.000,00
06.181				
	Ações da segurança pública	1.000,00	510.000,00	511.000,00
06.181.0150				
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil		510.000,00	
	Servicos Urbanos	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
06.452				
	Paz no transito	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
06.452.0325				
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura		2.240.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.167.000,00		
23.001	Secretaria da Fazenda	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
	Administração	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04				
	Administração de Receitas	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129				
	Administração geral e fazendária	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129.0010				
1000000	Recursos Ordinários	5.053.000,00		
90.099	Reserva de Contingencia	100.000,00	0,00	100.000,00
	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99				

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEI-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
L D O  2 0 1 7				
Pág  12 / 12				
99.999	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
<b>Total Geral</b>		114.626.578,38	166.849.500,00	281.476.078,38

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-UBEI-213382012 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Dotação		%
2 - Gabinete do Prefeito		
Órgão		
	1.450.000,00	0,52
2.1.0004.0122.0005.2002.3319000000000000.01000000		
2.1.0004.0122.0005.2002.3319100000000000.01000000	20.000,00	0,01
2.1.0004.0122.0005.2002.3339000000000000.01000000	100.000,00	0,04
2.1.0004.0122.0005.2002.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
2.1.0004.0122.0330.2054.3339000000000000.01000000	2.500,00	0,00
2.1.0004.0122.0330.2054.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,00
2.1.0006.0182.0230.2035.3339100000000000.01000000	0,00	0,00
2.1.0008.0244.0330.2077.3339000000000000.01000000	1.500,00	0,00
2.1.0008.0244.0330.2321.3339000000000000.01000000	0,00	0,00
2.1.0008.0244.0330.2321.3449000000000000.01000000	0,00	0,00
2.3.0006.0182.0230.2035.3319000000000000.01000000	460.000,00	0,16
2.3.0006.0182.0230.2035.3319100000000000.01000000	20.000,00	0,01
2.3.0006.0182.0230.2035.3339000000000000.01000000	150.000,00	0,05
2.3.0006.0182.0230.2035.3449000000000000.01000000	20.000,00	0,01
2.3.0006.0182.0230.2035.3449000000000000.01345400	311.000,00	0,11
2.4.0015.0451.0220.2330.3319000000000000.01000000	600.000,00	0,21
2.4.0015.0451.0220.2330.3319100000000000.01000000	90.000,00	0,03
2.4.0015.0451.0220.2330.3339000000000000.01000000	50.000,00	0,02
2.4.0015.0451.0220.2330.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>3.279.000,00</b>	<b>1,16</b>
3 - Procuradoria Geral do Município		
Órgão		
	2.015.000,00	0,72
3.1.0004.0062.0005.2005.3319000000000000.01000000		
3.1.0004.0062.0005.2005.3319100000000000.01000000	150.000,00	0,05
3.1.0004.0062.0005.2005.3339000000000000.01000000	750.000,00	0,27
3.1.0004.0062.0005.2005.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0005.2313.3339000000000000.01000000	7.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0005.2313.3449000000000000.01000000	7.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0210.2311.3319000000000000.01000000	575.000,00	0,20
3.1.0014.0422.0210.2311.3319100000000000.01000000	30.000,00	0,01
3.1.0014.0422.0210.2311.3339000000000000.01000000	15.000,00	0,01
3.1.0014.0422.0210.2311.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
3.2.0004.0062.0005.1195.3339000000000000.01000000	10.000,00	0,00
3.2.0004.0062.0005.1195.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>3.568.000,00</b>	<b>1,27</b>
4 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica		
Órgão		
	1.215.000,00	0,43
4.1.0004.0122.0005.2308.3319000000000000.01000000		
4.1.0004.0122.0005.2308.3319100000000000.01000000	4.350,00	0,00
4.1.0004.0122.0005.2308.3339000000000000.01000000	150.000,00	0,05
4.1.0004.0122.0005.2308.3449000000000000.01000000	3.000,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3319000000000000.01000000	0,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3319100000000000.01000000	0,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3339000000000000.01000000	0,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3449000000000000.01000000	0,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>1.372.350,00</b>	<b>0,49</b>
5 - Secretaria de Comunicacao Social		
Órgão		
	600.000,00	0,21

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da Despesa			Pág  2 / 9
L D O  2 0 1 7			
5.1.0004.0131.0145.2006.33190000000000.01000000			
5.1.0004.0131.0145.2006.33191000000000.01000000	17.000,00	0,01	
5.1.0004.0131.0145.2006.33390000000000.01000000	1.200.000,00	0,43	
5.1.0004.0131.0145.2006.34490000000000.01000000	3.000,00	0,00	
<b>Total Órgão</b>	<b>1.820.000,00</b>	<b>0,65</b>	
Órgão	9 - Secretaria Municipal de Educacao		
	5.000,00	0,00	
9.1.0012.0032.0330.2307.33390000000000.01000000			
9.1.0012.0122.0005.2022.33190000000000.01010000	4.475.000,00	1,59	
9.1.0012.0122.0005.2022.33191000000000.01010000	600.000,00	0,21	
9.1.0012.0122.0005.2022.33350000000000.01010000	165.000,00	0,06	
9.1.0012.0122.0005.2022.33390000000000.01000000	0,00	0,00	
9.1.0012.0122.0005.2022.33390000000000.01010000	785.000,00	0,28	
9.1.0012.0122.0005.2022.33390000000000.01376300	100.000,00	0,04	
9.1.0012.0122.0005.2022.33390000000000.03376300	0,00	0,00	
9.1.0012.0122.0005.2022.34490000000000.01010000	20.000,00	0,01	
9.1.0012.0122.0005.2022.34490000000000.01370900	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01000000	2.000.000,00	0,71	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370100	320.000,00	0,11	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370200	30.000,00	0,01	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370300	550.000,00	0,20	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370400	450.000,00	0,16	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370500	12.000,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370600	15.000,00	0,01	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.01370700	42.500,00	0,02	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370000	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370100	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370200	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370300	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370400	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370500	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370600	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.33390000000000.03370700	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2306.33390000000000.01000000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.33190000000000.01325400	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.33350000000000.01010000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.33390000000000.01010000	60.000,00	0,02	
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		0 5 7 1 0 1 2 0 1 6 1 5 5 1

MUNICIPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento	
LDO - Demonstrativo da Despesa		Pág	3 / 9
L D O  2 0 1 7			
9.1.0012.0361.0025.1008.33390000000000.01325400	50.000,00	0,02	
9.1.0012.0361.0025.1008.34490000000000.01010000	20.000,00	0,01	
9.1.0012.0361.0025.1008.34490000000000.01325400	350.000,00	0,12	
9.1.0012.0361.0025.1013.33390000000000.01010000	100.000,00	0,04	
9.1.0012.0361.0025.1013.33390000000000.01360000	756.000,00	0,27	
9.1.0012.0361.0025.1013.34490000000000.01010000	10.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1013.34490000000000.01325400	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1013.34490000000000.01360000	300.000,00	0,11	
9.1.0012.0361.0025.2017.33390000000000.01010000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2017.34490000000000.01010000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.33190000000000.01010000	9.165.514,64	3,26	
9.1.0012.0361.0025.2019.33190000000000.01180000	22.150.000,00	7,87	
9.1.0012.0361.0025.2019.33190000000000.01190000	1.400.000,00	0,50	
9.1.0012.0361.0025.2019.33190000000000.03180000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.33190000000000.03190000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.33191000000000.01010000	300.000,00	0,11	
9.1.0012.0361.0025.2019.33191000000000.01180000	2.060.000,00	0,73	
9.1.0012.0361.0025.2019.33191000000000.01190000	500.000,00	0,18	
9.1.0012.0361.0025.2019.33390000000000.01010000	1.088.085,90	0,39	
9.1.0012.0361.0025.2019.33390000000000.01360000	550.000,00	0,20	
9.1.0012.0361.0025.2019.33390000000000.03360000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.33391000000000.01010000	15.000,00	0,01	
9.1.0012.0361.0025.2019.33391000000000.01360000	100.000,00	0,04	
9.1.0012.0361.0025.2019.34490000000000.01010000	20.000,00	0,01	
9.1.0012.0361.0025.2019.34490000000000.01360000	615.000,00	0,22	
9.1.0012.0361.0025.2019.34490000000000.01620200	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0030.2003.33190000000000.01010000	150.000,00	0,05	
9.1.0012.0361.0030.2003.33191000000000.01010000	9.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0030.2003.33350000000000.01010000	1.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0030.2003.33390000000000.01000000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0030.2003.33390000000000.01010000	74.250,00	0,03	
9.1.0012.0361.0030.2003.33390000000000.01370900	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0030.2003.33390000000000.01376100	30.500,00	0,01	
9.1.0012.0361.0030.2003.33390000000000.01625500	1.000.000,00	0,36	
9.1.0012.0361.0030.2003.33390000000000.03625500	0,00	0,00	
9.1.0012.0362.0045.2071.33190000000000.01010000	10.000,00	0,00	
9.1.0012.0362.0045.2071.33191000000000.01010000	10.000,00	0,00	
9.1.0012.0364.0030.2069.33390000000000.01000000	1.500.000,00	0,53	
9.1.0012.0364.0050.2063.33390000000000.01000000	0,00	0,00	
9.1.0012.0365.0020.1005.33390000000000.01010000	100.000,00	0,04	
9.1.0012.0365.0020.1005.33390000000000.01360000	583.000,00	0,21	
9.1.0012.0365.0020.1005.34490000000000.01010000	10.000,00	0,00	
9.1.0012.0365.0020.1005.34490000000000.01325400	900.000,00	0,32	
9.1.0012.0365.0020.1005.34490000000000.01360000	714.000,00	0,25	
9.1.0012.0365.0020.1005.34490000000000.01620100	0,00	0,00	
9.1.0012.0365.0020.2020.33190000000000.01010000	4.530.000,00	1,61	
9.1.0012.0365.0020.2020.33190000000000.01180000	17.440.000,00	6,20	
9.1.0012.0365.0020.2020.33191000000000.01010000	300.000,00	0,11	
9.1.0012.0365.0020.2020.33191000000000.01180000	1.900.000,00	0,68	
9.1.0012.0365.0020.2020.33350000000000.01010000	55.000,00	0,02	
9.1.0012.0365.0020.2020.33390000000000.01010000	1.230.000,00	0,44	
9.1.0012.0365.0020.2020.33390000000000.01360000	300.000,00	0,11	
9.1.0012.0365.0020.2020.33390000000000.03360000	0,00	0,00	
9.1.0012.0365.0020.2020.33390000000000.03376500	0,00	0,00	
9.1.0012.0365.0020.2020.33391000000000.01010000	15.000,00	0,01	
9.1.0012.0365.0020.2020.33391000000000.01360000	100.000,00	0,04	
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE			
Planejamento e Orçamento			
LDO - Demonstrativo da Despesa			
LDO 2017			
		Pág	4 / 9
9.1.0012.0365.0020.2020.34490000000000.01010000		20.000,00	0,01
9.1.0012.0365.0020.2020.34490000000000.01360000		200.000,00	0,07
9.1.0012.0365.0335.1009.33390000000000.01010000		100.000,00	0,04
9.1.0012.0365.0335.1009.33390000000000.01360000		385.000,00	0,14
9.1.0012.0365.0335.1009.34490000000000.01010000		10.000,00	0,00
9.1.0012.0365.0335.1009.34490000000000.01360000		172.000,00	0,06
9.1.0012.0365.0335.2021.33190000000000.01010000		2.500.000,00	0,89
9.1.0012.0365.0335.2021.33191000000000.01010000		115.000,00	0,04
9.1.0012.0365.0335.2021.33390000000000.01010000		115.000,00	0,04
9.1.0012.0365.0335.2021.33390000000000.01370800		115.000,00	0,04
9.1.0012.0365.0335.2021.33390000000000.01376200		100.000,00	0,04
9.1.0012.0365.0335.2021.33390000000000.01620100		0,00	0,00
9.1.0012.0365.0335.2021.33390000000000.03370800		0,00	0,00
9.1.0012.0365.0335.2021.34490000000000.01010000		5.000,00	0,00
9.1.0012.0365.0335.2021.34490000000000.01360000		200.000,00	0,07
9.1.0012.0365.0335.2021.34490000000000.01376200		20.000,00	0,01
9.1.0012.0365.0335.2021.34490000000000.01620100		0,00	0,00
9.1.0012.0365.0335.2021.34490000000000.03370800		0,00	0,00
9.1.0012.0366.0355.2319.33190000000000.01010000		100.000,00	0,04
9.1.0012.0366.0355.2319.33191000000000.01010000		25.000,00	0,01
9.1.0012.0366.0355.2319.33390000000000.01010000		27.500,00	0,01
9.1.0012.0367.0027.2050.33350000000000.01010000		18.000,00	0,01
<b>Total Órgão</b>		<b>84.368.350,54</b>	<b>29,97</b>
<b>Órgão</b>	<b>10 - Secretaria Municipal de Turismo</b>		
		0,00	0,00
10.1.0023.0695.0170.2238.33350000000000.01000000			
10.1.0023.0695.0170.2238.33390000000000.01000000		580.000,00	0,21
10.1.0023.0695.0170.2238.34490000000000.01000000		10.000,00	0,00
10.1.0023.0695.0170.2310.33190000000000.01000000		1.315.000,00	0,47
10.1.0023.0695.0170.2310.33191000000000.01000000		50.000,00	0,02
10.1.0023.0695.0170.2310.33390000000000.01000000		300.000,00	0,11
10.1.0023.0695.0170.2310.34490000000000.01000000		20.000,00	0,01
10.2.0023.0695.0170.2236.33190000000000.01000000		0,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.33350000000000.01000000		0,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.33390000000000.01000000		10.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.34490000000000.01000000		3.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2237.33350000000000.01000000		30.000,00	0,01
10.2.0023.0695.0170.2237.33390000000000.01000000		300.000,00	0,11
10.2.0023.0695.0170.2237.34490000000000.01000000		5.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2237.34490000000000.01345400		1.000.000,00	0,36
<b>Total Órgão</b>		<b>3.623.000,00</b>	<b>1,29</b>
<b>Órgão</b>	<b>11 - Secretaria Desenv. Economico Trabalho e Renda</b>		
		0,00	0,00
IPM Sistemas Ltda			
Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
	L D O  2 0 1 7	Pág  5 / 9
11.1.0019.0572.0345.2248.3335000000000000.01000000		
		10.000,00 0,00
11.1.0019.0572.0345.2248.3449000000000000.01000000		1.000,00 0,00
11.1.0022.0122.0165.2026.3319000000000000.01000000		575.000,00 0,20
11.1.0022.0122.0165.2026.3319100000000000.01000000		40.000,00 0,01
11.1.0022.0122.0165.2026.3339000000000000.01000000		160.000,00 0,06
11.1.0022.0122.0165.2026.3449000000000000.01000000		2.000,00 0,00
11.2.0020.0606.0155.2028.3319000000000000.01000000		630.000,00 0,22
11.2.0020.0606.0155.2028.3319100000000000.01000000		65.000,00 0,02
11.2.0020.0606.0155.2028.3339000000000000.01000000		60.000,00 0,02
11.2.0020.0606.0155.2028.3449000000000000.01000000		1.000,00 0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>1.544.000,00 0,55</b>
13 - Secretaria de Obras e Servicos Publicos		
Órgão		
		2.550.000,00 0,91
13.1.0015.0451.0125.2036.3319000000000000.01000000		
		180.000,00 0,06
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01000000		4.850.000,00 1,72
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01070000		105.000,00 0,04
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01394400		397.500,00 0,14
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01394500		176.000,00 0,06
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01645500		300.000,00 0,11
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01000000		750.000,00 0,27
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01345400		10.500.000,00 3,73
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01645500		5.600.000,00 1,99
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01830000		10.000.000,00 3,55
13.1.0015.0451.0310.1001.3319000000000000.01000000		400.000,00 0,14
13.1.0015.0451.0310.1001.3319100000000000.01000000		20.000,00 0,01
13.1.0015.0451.0310.1001.3339000000000000.01000000		2.450.000,00 0,87
13.1.0015.0451.0310.1001.3449000000000000.01000000		150.000,00 0,05
13.1.0015.0451.0320.1010.3449000000000000.01000000		1.100.000,00 0,39
13.1.0015.0451.0320.1010.3449000000000000.01830000		40.000.000,00 14,21
13.1.0015.0451.0330.2249.3339000000000000.01000000		3.000.000,00 1,07
13.1.0015.0451.0330.2249.3449000000000000.01000000		900.000,00 0,32
13.1.0015.0452.0125.2037.3319000000000000.01000000		13.696.877,84 4,87
13.1.0015.0452.0125.2037.3319100000000000.01000000		650.000,00 0,23
13.1.0015.0452.0125.2037.3339000000000000.01000000		1.200.000,00 0,43
IPM Sistemas Ltda		
Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		



MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
LDO 2017		
Pág 6 / 9		
13.1.0015.0452.0125.2037.3339100000000000.01000000	20.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0125.2037.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0125.2038.3339000000000000.01000000	800.000,00	0,28
13.1.0015.0452.0125.2038.3449000000000000.01000000	35.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2040.3319000000000000.01000000	475.000,00	0,17
13.1.0015.0452.0305.2040.3319000000000000.01080000	400.000,00	0,14
13.1.0015.0452.0305.2040.3319100000000000.01000000	15.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2040.3319100000000000.01080000	30.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2040.3339000000000000.01000000	10.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0305.2040.3339000000000000.01080000	6.674.000,00	2,37
13.1.0015.0452.0305.2040.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0305.2040.3449000000000000.01080000	846.000,00	0,30
13.1.0015.0452.0305.2066.3319000000000000.01000000	380.000,00	0,14
13.1.0015.0452.0305.2066.3319100000000000.01000000	31.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2066.3339000000000000.01000000	120.000,00	0,04
13.1.0015.0452.0305.2066.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
13.1.0018.0451.0320.1002.3339000000000000.01000000	250.000,00	0,09
13.1.0018.0451.0320.1002.3339000000000000.01345400	0,00	0,00
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01000000	1.700.000,00	0,60
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01345400	15.000.000,00	5,33
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01645500	0,00	0,00
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01830000	13.000.000,00	4,62
<b>Total Órgão</b>	<b>138.770.377,84</b>	<b>49,30</b>
<b>14 - Encargos Gerais do Município</b>		
Órgão		
	100.000,00	0,04
14.1.0028.0843.0180.2055.3319000000000000.01000000		
14.1.0028.0843.0180.2055.3329000000000000.01000000	2.900.000,00	1,03
14.1.0028.0843.0180.2055.3339000000000000.01000000	20.000,00	0,01
14.1.0028.0843.0180.2055.3449000000000000.01000000	20.000,00	0,01
14.1.0028.0843.0180.2055.3469000000000000.01000000	4.250.000,00	1,51
14.1.0028.0843.0180.2078.3319000000000000.01000000	2.240.000,00	0,80
14.1.0028.0843.0180.2078.3339000000000000.01000000	200.000,00	0,07
14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.01000000	500.000,00	0,18
14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.03000000	0,00	0,00
14.1.0028.0846.0180.2048.3339000000000000.01000000	2.400.000,00	0,85
<b>Total Órgão</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>4,49</b>
<b>15 - Secretaria de Assist.social e Habitação</b>		
Órgão		
	515.000,00	0,18

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
	L D O  2 0 1 7	Pág  7 / 9
15.1.0008.0243.0108.2231.3319000000000000.01000000		
15.1.0008.0243.0108.2231.3319100000000000.01000000		25.000,00 0,01
15.1.0008.0243.0108.2231.3339000000000000.01000000		45.000,00 0,02
15.1.0008.0243.0108.2231.3449000000000000.01000000		3.000,00 0,00
15.2.0008.0243.0108.2234.3335000000000000.01000000		250.000,00 0,09
15.2.0008.0243.0108.2234.3335000000000000.01090000		30.000,00 0,01
15.2.0008.0243.0108.2234.3339000000000000.01000000		45.000,00 0,02
15.2.0008.0243.0108.2234.3339000000000000.01090000		70.000,00 0,02
15.3.0004.0122.0005.2322.3319000000000000.01000000		150.000,00 0,05
15.3.0004.0122.0005.2322.3319100000000000.01000000		20.000,00 0,01
15.3.0004.0122.0005.2322.3339000000000000.01000000		70.000,00 0,02
15.3.0004.0122.0005.2322.3339100000000000.01010000		0,00 0,00
15.3.0004.0122.0005.2322.3449000000000000.01000000		30.000,00 0,01
15.3.0016.0482.0130.2075.3449000000000000.01000000		40.000,00 0,01
15.3.0016.0482.0130.2075.3449000000000000.01345400		650.000,00 0,23
15.3.0016.0482.0130.2323.3339000000000000.01000000		100.000,00 0,04
15.3.0016.0482.0130.2323.3449000000000000.01000000		0,00 0,00
15.3.0016.0482.0130.2324.3339000000000000.01000000		100.000,00 0,04
15.3.0016.0482.0130.2324.3449000000000000.01000000		50.000,00 0,02
<b>Total Órgão</b>		<b>2.193.000,00 0,78</b>
Órgão	18 - Controladoria Geral do Município - Cgm	
		390.000,00 0,14
18.1.0004.0122.0005.2004.3319000000000000.01000000		
18.1.0004.0122.0005.2004.3319100000000000.01000000		21.000,00 0,01
18.1.0004.0122.0005.2004.3339000000000000.01000000		15.000,00 0,01
18.1.0004.0122.0005.2004.3449000000000000.01000000		1.000,00 0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>427.000,00 0,15</b>
Órgão	19 - Secretaria de Orçamento e Gestão	
		1.350.000,00 0,48

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6 1 5 1
-------------------	---	---

MUNICIPIO DE BRUSQUE			Pág	8	/	9
Planejamento e Orçamento						
LDO - Demonstrativo da Despesa						
L D O  2 0 1 7						
19.1.0004.0121.0010.2015.3319000000000000.01000000						
19.1.0004.0121.0010.2015.3319100000000000.01000000		85.000,00				0,03
19.1.0004.0121.0010.2015.3335000000000000.01000000		400.000,00				0,14
19.1.0004.0121.0010.2015.3339000000000000.01000000		500.000,00				0,18
19.1.0004.0121.0010.2015.3449000000000000.01000000		10.000,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2012.3339000000000000.01000000		25.000,00				0,01
19.1.0004.0122.0005.2012.3449000000000000.01000000		5.000,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2013.3317100000000000.01000000		0,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2013.3319000000000000.01000000		3.200.000,00				1,14
19.1.0004.0122.0005.2013.3319100000000000.01000000		165.000,00				0,06
19.1.0004.0122.0005.2013.3335000000000000.01000000		1.000,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2013.3337100000000000.01000000		0,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2013.3339000000000000.01000000		4.000.000,00				1,42
19.1.0004.0122.0005.2013.3339100000000000.01000000		50.000,00				0,02
19.1.0004.0122.0005.2013.3339300000000000.01000000		80.000,00				0,03
19.1.0004.0122.0005.2013.3443000000000000.01000000		0,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2013.3447100000000000.01000000		0,00				0,00
19.1.0004.0122.0005.2013.3449000000000000.01000000		150.000,00				0,05
19.1.0004.0122.0005.2013.3449000000000000.01890000		500.000,00				0,18
19.1.0004.0122.0195.2056.3319000000000000.01000000		115.000,00				0,04
19.1.0004.0122.0195.2056.3319100000000000.01000000		13.500,00				0,00
19.1.0004.0122.0195.2056.3339000000000000.01000000		22.000,00				0,01
19.1.0004.0122.0195.2056.3449000000000000.01000000		5.500,00				0,00
19.1.0004.0122.0225.2008.3319000000000000.01000000		875.000,00				0,31
19.1.0004.0122.0225.2008.3319100000000000.01000000		45.000,00				0,02
19.1.0004.0122.0225.2008.3339000000000000.01000000		25.000,00				0,01
19.1.0004.0122.0225.2008.3449000000000000.01000000		2.000,00				0,00
19.1.0004.0122.0225.2011.3319000000000000.01000000		975.000,00				0,35
19.1.0004.0122.0225.2011.3319100000000000.01000000		105.000,00				0,04
19.1.0004.0122.0225.2011.3339000000000000.01000000		30.000,00				0,01
19.1.0004.0122.0225.2011.3449000000000000.01000000		2.000,00				0,00
19.1.0004.0122.0330.1017.3339000000000000.01000000		100.000,00				0,04
19.1.0004.0122.0330.1017.3339000000000000.01830000		1.000.000,00				0,36
19.1.0004.0122.0330.1017.3449000000000000.01000000		150.000,00				0,05
19.1.0004.0122.0330.1017.3449000000000000.01830000		3.000.000,00				1,07
19.1.0004.0126.0250.2033.3319000000000000.01000000		570.000,00				0,20
19.1.0004.0126.0250.2033.3319100000000000.01000000		50.000,00				0,02
19.1.0004.0126.0250.2033.3339000000000000.01000000		30.000,00				0,01
19.1.0004.0126.0250.2033.3449000000000000.01000000		5.000,00				0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>17.641.000,00</b>				<b>6,27</b>
21 - Secretaria de Transito e Mobilidade						
Órgão						
		118.000,00				0,04
21.1.0004.0452.0135.2318.3319000000000000.01000000						
21.1.0004.0452.0135.2318.3319100000000000.01000000		11.000,00				0,00
21.1.0004.0452.0135.2318.3339000000000000.01000000		35.000,00				0,01
IPM Sistemas Ltda						
Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER						

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
LDO 2017		
Pág 9 / 9		
21.1.0004.0452.0135.2318.34490000000000.01000000	5.000,00	0,00
21.1.0006.0181.0150.2057.33390000000000.01110000	355.900,00	0,13
21.1.0006.0181.0150.2057.34490000000000.01000000	1.000,00	0,00
21.1.0006.0181.0150.2057.34490000000000.01110000	154.100,00	0,05
21.1.0006.0452.0325.2303.33190000000000.01000000	1.950.000,00	0,69
21.1.0006.0452.0325.2303.33191000000000.01000000	164.000,00	0,06
21.1.0006.0452.0325.2303.33390000000000.01000000	50.000,00	0,02
21.1.0006.0452.0325.2303.33390000000000.01120000	1.540.000,00	0,55
21.1.0006.0452.0325.2303.34490000000000.01000000	3.000,00	0,00
21.1.0006.0452.0325.2303.34490000000000.01120000	700.000,00	0,25
<b>Total Órgão</b>	<b>5.087.000,00</b>	<b>1,81</b>
Órgão	23 - Secretaria da Fazenda	
	4.250.000,00	1,51
23.1.0004.0129.0010.2014.33190000000000.01000000		
23.1.0004.0129.0010.2014.33191000000000.01000000	500.000,00	0,18
23.1.0004.0129.0010.2014.33390000000000.01000000	300.000,00	0,11
23.1.0004.0129.0010.2014.34490000000000.01000000	3.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>5.053.000,00</b>	<b>1,80</b>
Órgão	90 - Reserva de Contingencia	
	100.000,00	0,04
90.99.0099.0999.9999.2999.39990000000000.01000000		
<b>Total Órgão</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Geral</b>	<b>281.476.078,38</b>	<b>100,00</b>

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-OATX-213382276 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	05/10/2016 15:11
-------------------	---	------------------

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	4000000000000000	S	386.481.265,99	108,01
Receitas correntes	4100000000000000	S	284.428.265,99	79,49
Receita tributária	4110000000000000	S	57.929.939,20	16,19
Impostos	4111000000000000	S	51.071.815,20	14,27
Impostos sobre o patrimônio e a renda	4111200000000000	S	31.829.600,00	8,90
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	4111202000000000	A	16.500.000,00	4,61
Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	4111204000000000	S	7.425.600,00	2,08
Imposto de renda retido nas fontes sobre os rendimentos do trabalho	4111204310000000	A	7.384.000,00	2,06
Imposto de renda retido nas fontes sobre outros rendimentos	4111204340000000	A	41.600,00	0,01
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	4111208000000000	A	7.904.000,00	2,21
Impostos sobre a produção e a circulação	4111300000000000	S	19.242.215,20	5,38
Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	4111303000000000	S	2.215,20	0,00
Imposto sobre comercialização do ouro	4111303010000000	A	2.215,20	0,00
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	4111305000000000	S	19.240.000,00	5,38
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	4111305010000000	A	19.240.000,00	5,38
Taxas	4112000000000000	S	6.851.884,00	1,91
Taxas pelo exercício do poder de polícia	4112100000000000	S	2.510.716,00	0,70
Taxa de licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, indústrias e prestadoras de serviços	4112125000000000	A	2.236.000,00	0,62
Taxa de licença para execução de obras	4112129000000000	A	176.800,00	0,05
Taxa de aprovação do projeto de construção civil	4112132000000000	A	4.628,00	0,00
Taxa de alinhamento e nivelamento	4112135000000000	A	57.200,00	0,02
Outras taxas pelo exercício do poder de polícia	4112199000000000	A	36.088,00	0,01
Taxas pela prestação de serviços	4112200000000000	S	4.341.168,00	1,21
Taxas de serviços cadastrais	4112221000000000	A	108.160,00	0,03
Taxa de cemitérios	4112228000000000	A	104.000,00	0,03

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
a				
u				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  2 / 14				
	411229900000000	S	4.129.008,00	1,15
Outras taxas pela prestação de serviços				
	411229900010000	A	780.000,00	0,22
Taxa de Segurança Ostensiva				
	411229900020000	A	1.040.000,00	0,29
Taxa de Manut.do Funrebom				
	411229900090000	A	10.920,00	0,00
Taxa de Manutencao de Praca				
	411229900100000	A	1.927.016,00	0,54
Taxas e Tarifas Diversas				
	411229900120000	S	371.072,00	0,10
Outras Taxas pela Prestacao de Servicos				
	411229900120100	A	53.872,00	0,02
Outras Taxas pela Prestacao de Servicos				
	411229900120300	A	275.600,00	0,08
Taxa de Expediente				
	411229900120400	A	41.600,00	0,01
Taxa Agropecuaria				
	411300000000000	S	6.240,00	0,00
Contribuição de melhoria				
	411309900000000	A	6.240,00	0,00
Outras contribuições de melhoria				
	412000000000000	S	7.800.000,00	2,18
Receitas de contribuições				
	412300000000000	A	7.800.000,00	2,18
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública				
	413000000000000	S	2.015.012,80	0,56
Receita patrimonial				
	413200000000000	S	1.757.092,80	0,49
Receitas de valores mobiliários				
	413250000000000	S	1.757.092,80	0,49
Remuneração de depósitos bancários				

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  3 / 14				
Remuneração depósitos de recursos vinculados	41325010000000	S	790.932,80	0,22
Receita de rem. dep. banc. rec. vinc.-royalties	413250101000000	A	12.500,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-funde	413250102000000	A	150.000,00	0,04
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-cide	413250109000000	A	5.000,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	413250199000000	A	623.432,80	0,17
Remuneração depósito de recursos não vinculados	413250200000000	S	966.160,00	0,27
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	413250299000000	A	966.160,00	0,27
Receita de concessões e permissões	413300000000000	S	100.672,00	0,03
Receita de concessões e permissões direitos de uso de bens públicos	413330000000000	S	100.672,00	0,03
Outras receitas de concessões e permissões direitos de uso de bens públicos	413339900000000	A	100.672,00	0,03
Outras receitas patrimoniais	413900000000000	S	157.248,00	0,04
Cessao de Uso Bens Publicos	413900000010000	A	157.248,00	0,04
Receita industrial	415000000000000	S	1.658.800,00	0,46
	415200000000000	S	5.200,00	0,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  4 / 14				
Receita da indústria de transformação				
	415209900000000	S	5.200,00	0,00
Outras receitas da indústria de transformação				
	415209900010000	A	5.200,00	0,00
Receita Ind. e Com. de Art. Cimento				
	415900000000000	S	1.653.600,00	0,46
Outras receitas industriais				
	415900000010000	S	1.653.600,00	0,46
Outras Receitas Industriais				
	415900000010100	A	1.653.600,00	0,46
Outras Receitas Industriais - Asfalto				
	416000000000000	S	52.000,00	0,01
Receita de serviços				
	416004100000000	S	52.000,00	0,01
Serviços de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água				
	416004100020000	S	52.000,00	0,01
Outras Receitas Correntes				
	416004100020500	A	52.000,00	0,01
Receitas Diversas				
	417000000000000	S	199.660.732,80	55,80
Transferências correntes				
	417200000000000	S	198.688.732,80	55,53
Transferências intergovernamentais				
	417210000000000	S	46.707.132,80	13,05
Transferências da união				
	417210100000000	S	39.078.176,80	10,92
Participação na receita da união				
	417210102000000	S	39.071.760,00	10,92
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal				

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  5 / 14				
	417210102200000	A	38.480.000,00	10,75
Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios				
	417210102210000	A	591.760,00	0,17
Cota Parte Fundo Partic. Munic. - Fpm 1%				
	417210105000000	A	6.416,80	0,00
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural				
	417212200000000	S	555.000,00	0,16
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais				
	417212220000000	A	170.000,00	0,05
Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem				
	417212270000000	A	385.000,00	0,11
Cota-parte do fundo especial do petróleo fep				
	417213500000000	S	6.604.500,00	1,85
Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação fnde				
	417213501000000	A	4.850.000,00	1,36
Transferências do salário-educação				
	417213503000000	A	1.409.500,00	0,39
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar pnae				
	417213504000000	A	30.000,00	0,01
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar pnate				
	417213599000000	A	315.000,00	0,09
Outras transferências diretas do fundo nacional do				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
desenvolvimento da educação				
nde				
Transferência financeira do ICMS desoneração l.c. nº 87/96	417213600000000	A	365.456,00	0,10
Outras transferências da união	417219900000000	S	104.000,00	0,03
Fex - Auxílio Financeiro para Fomento Exportacoes	417219900040000	A	104.000,00	0,03
Transferências dos estados	417220000000000	S	106.681.600,00	29,82
Participação na receita dos estados	417220100000000	S	106.681.600,00	29,82
Cota-parte do ICMS	417220101000000	A	86.000.000,00	24,04
Cota-parte do IPVA	417220102000000	A	19.240.000,00	5,38
Cota-parte do IPI - municípios	417220104000000	A	1.341.600,00	0,37
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	417220113000000	A	100.000,00	0,03
Transferências multigovernamentais	417240000000000	S	45.300.000,00	12,66
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação FUNDEB	417240100000000	A	45.300.000,00	12,66
Transferências de convênios	417600000000000	S	972.000,00	0,27
Transferência de convênios dos	417620000000000	S	972.000,00	0,27
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
G				
a				
u				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  7 / 14				
estados e do distrito federal e de suas entidades	417620200000000	A	972.000,00	0,27
Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	419000000000000	S	15.311.781,19	4,28
Outras receitas correntes	419100000000000	S	5.250.671,59	1,47
Multas e juros de mora	419110000000000	S	355.420,00	0,10
Multas e juros de mora dos tributos	419113800000000	A	107.224,00	0,03
Multas e juros de mora do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana IPTU	419113900000000	A	2.340,00	0,00
Multas e juros de mora do imposto sobre a transmissão inter-vivos de bens imóveis ITBI	419114000000000	A	31.928,00	0,01
Multas e juros de mora do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISS	419119900000000	S	213.928,00	0,06
Multas e juros de mora de outros tributos	419119901000000	A	213.928,00	0,06
Multa e juros de mora da dívida ativa dos tributos	419130000000000	S	1.728.396,80	0,48
Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana IPTU	419131100000000	A	1.300.000,00	0,36
	419131200000000	A	41.860,00	0,01
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  8 / 14				
Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a transmissão inter-vivos de bens imóveis ITBI	419131300000000	A	186.992,00	0,05
Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISS	419139900000000	S	199.544,80	0,06
Multas e juros de mora da dívida ativa de outros tributos	419139900010000	A	176.800,00	0,05
Multa e juros de mora dívida ativa de outros tributo	419139900030000	A	15.392,00	0,00
Multa e juros de mora dívida ativa - Taxas Poder de Polícia	419139900040000	A	520,00	0,00
Multa e juros de mora dívida ativa - Taxas Prestação de Serviços	419139900050000	A	6.832,80	0,00
Multa e juros de mora dívida ativa - Contribuição de Melhoria	419140000000000	S	2.756,00	0,00
Multa e juros de mora da dívida ativa das contribuições	419149900000000	S	2.756,00	0,00
Multas e juros de mora da dívida ativa de outras contribuições	419149901000000	A	2.756,00	0,00
Multas e juros de mora da dívida ativa de outras contribuições principal	419150000000000	S	7.363,20	0,00
Multa e juros de mora da dívida ativa de outras receitas	419159900000000	S	7.363,20	0,00
Outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
F				
a				
u				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  9 / 14				
Outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas principal	419159901000000	S	7.363,20	0,00
Multa Divida Ativa	419159901010000	A	7.363,20	0,00
Multas e juros de mora de outras receitas	419180000000000	S	1.331,20	0,00
Outras Multas e Juros de Mora	419189900000000	S	1.331,20	0,00
Outras multas e juros de mora - financeiras	419189902000000	A	1.331,20	0,00
Multas de outras origens	419190000000000	S	3.155.404,39	0,88
Multas previstas na legislação de trânsito	419191500000000	A	3.100.000,00	0,87
Multas por auto de infração	419195000000000	A	55.404,39	0,02
Indenizações e restituições	419200000000000	S	1.827.280,00	0,51
Restituições	419220000000000	S	1.827.280,00	0,51
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	419221000000000	S	475.280,00	0,13
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores principal	419221001000000	A	475.280,00	0,13
Outras restituições	419229900000000	S	1.352.000,00	0,38
Outras Restituicoes	419229900980000	S	1.352.000,00	0,38
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
G				
a				
u				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  10 / 14				
	419229900980100	A	1.352.000,00	0,38
Outras Restituições - Vínculos Diversos	419300000000000	S	5.731.533,60	1,60
Receita da dívida ativa	419310000000000	S	5.611.933,60	1,57
Receita da dívida ativa tributária	419311100000000	A	4.160.000,00	1,16
Receita da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana IPTU	419311200000000	A	216.840,00	0,06
Receita da dívida ativa do imposto sobre a transmissão inter-vivos de bens imóveis ITBI	419311300000000	A	676.000,00	0,19
Receita da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISS	419313500000000	A	10.816,00	0,00
Receita da dívida ativa da taxa de fiscalização e vigilância sanitária	419319900000000	S	548.277,60	0,15
Receita da dívida ativa de outros tributos	419319901000000	S	548.277,60	0,15
Receita da dívida ativa de outros tributos principal	419319901010000	A	432.640,00	0,12
Receita da dívida ativa de outros tributos - principal	419319901030000	A	73.132,80	0,02
Receita da dívida ativa - Taxa Poder de Polícia	419319901040000	A	3.796,00	0,00
Receita da dívida ativa - Taxa Prestação de Serviços	419319901050000	A	38.708,80	0,01
Receita da dívida ativa -				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  11 / 14				
Contribuição de Melhorias	4193200000000000	S	119.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não tributária	4193299000000000	S	119.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas	4193299010000000	S	119.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas principal	4193299010100000	A	119.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas principal - Vínculos Diversos	4199000000000000	S	2.502.296,00	0,70
Receitas diversas	4199001000000000	A	60.216,00	0,02
Receita de parcelamentos outras receitas	4199098000000000	S	158.080,00	0,04
Outras receitas eventuais	4199098000200000	A	158.080,00	0,04
Multas Procom	4199099000000000	S	2.284.000,00	0,64
Outras Receitas	4199099020000000	S	2.284.000,00	0,64
Outras receitas - financeiras	4199099020100000	A	2.284.000,00	0,64
Outras Receitas - Financeiras - Vínculos Diversos	4200000000000000	S	102.053.000,00	28,52
Receitas de capital	4210000000000000	S	67.000.000,00	18,73
Operações de crédito	4211000000000000	S	67.000.000,00	18,73
Operações de crédito internas	4211400000000000	S	67.000.000,00	18,73
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  12 / 14				
Operações de crédito internas - contratuais				
	421140300000000	A	13.000.000,00	3,63
Operações de crédito internas para programas de saneamento				
	421140500000000	A	4.000.000,00	1,12
Operações de crédito internas para programas de modernização da administração pública				
	421149900000000	A	50.000.000,00	13,97
Outras operações de crédito internas contratuais				
	422000000000000	S	500.000,00	0,14
Alienação de bens				
	422100000000000	S	500.000,00	0,14
Alienação de bens móveis				
	422190000000000	A	500.000,00	0,14
Alienação de outros bens móveis				
	424000000000000	S	34.553.000,00	9,66
Transferências de capital				
	424700000000000	S	34.553.000,00	9,66
Transferências de convênios				
	424710000000000	S	28.664.000,00	8,01
Transferência de convênios da união e de suas entidades				
	424710200000000	S	1.300.000,00	0,36
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação				
	424710200010000	A	1.300.000,00	0,36
Transf. Convenio Educação				
	424710500000000	A	15.984.000,00	4,47
Transferências de convênios da união destinadas a programas de infra-estrutura em transporte				
	424719900000000	A	11.380.000,00	3,18
Outras transferências de convênios da união				
	424720000000000	S	5.889.000,00	1,65
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
G				
a				
u				
1				
0				
L				
D				
O				
2				
0				
1				
7				
Pág  13 / 14				
Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	424720500000000	A	5.889.000,00	1,65
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	900000000000000	S	(28.677.514,00)	(8,01)
(r) Deduções da receita	910000000000000	S	(28.677.514,00)	(8,01)
(r) Deduções da receita corrente	917000000000000	S	(28.677.514,00)	(8,01)
(r) Dedução da receita de transferências correntes	917200000000000	S	(28.677.514,00)	(8,01)
(r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais	917210000000000	S	(7.471.514,00)	(2,09)
(r) Dedução da receita de transferências da união	917210100000000	S	(7.401.234,00)	(2,07)
(r) Dedução da receita de participação na receita da união	917210102000000	A	(7.400.000,00)	(2,07)
(r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm	917210105000000	A	(1.234,00)	0,00
(r) Dedução da receita do imposto s/ a propriedade territorial rural - ITR	917213600000000	A	(70.280,00)	(0,02)
(r) Dedução da receita do ICMS desoneração - lc 87/96	917220000000000	S	(21.206.000,00)	(5,93)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220100000000	S	(21.206.000,00)	(5,93)
(r) Dedução da receita de				
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			057101200161548

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita LDO G r a u : 1 0 : L D O : 2 0 1 7				
		Pág  14 / 14		
transferência dos estados	917220101000000	A	(17.100.000,00)	(4,78)
(r) Dedução da receita do ICMS	917220102000000	A	(3.848.000,00)	(1,08)
(r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA	917220104000000	A	(258.000,00)	(0,07)
(r) Dedução da receita do IPI - exportação				
<b>Total:</b>			<b>357.803.751,99</b>	<b>100,00</b>

IPM Sistemas Ltda		
Identificador: WPL121101-11483-ELFR-213382105 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO MUNICÍPIO DE BRUSQUE- CONSOLIDADO**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	317.512.467,26
Receita tributária	487.255.778,06	Pessoal e encargos sociais	200.966.189,96
Receitas de contribuições	368.495.992,98	Juros e encargos da dívida	2.900.000,00
Receita patrimonial	60.425.439,20	Outras despesas correntes	113.646.277,30
Receita agropecuária	16.684.214,92		
Receita industrial	10.424.847,80		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	1.658.800,00		
Outras receitas correntes	26.989.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	236.492.744,87		
Receita tributária - intra-orçamentária	15.820.946,19		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	14.228.785,08		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	13.868.785,08		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	360.000,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	(28.677.514,00)		
(r) Receita tributária	(28.677.514,00)		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	354.047.264,06	<b>Total das Despesas Correntes</b>	317.512.467,26
<b>Déficit</b>	0,00	<b>Superávit</b>	36.534.796,80
<b>Soma</b>	354.047.264,06	<b>Soma</b>	354.047.264,06
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	36.534.796,80	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	0,00
Receitas de capital	104.531.000,00	Despesas de capital	124.706.796,80
Operações de crédito	67.000.000,00	Investimentos	120.456.796,80
Alienação de bens	510.000,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	4.250.000,00
Transferências de capital	37.021.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	104.531.000,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	124.706.796,80
		<b>-(Reserva de contingência</b>	105.000,00
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	16.254.000,00

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
Planejamento e Orçamento			
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica			
		Pág	2 / 2
E n t r d a d e :  C o n s o l i d a d o  L D O :  2 0 1 7			
<b>Déficit</b>		20.175.796,80	<b>Superávit</b> 0,00
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes			
Receitas de Capital	354.047.264,06	Despesa Correntes	317.512.467,26
		Despesas de Capital	124.706.796,80
	104.531.000,00	Reserva de Contingência	105.000,00
		Reserva do RPPS	16.254.000,00
<b>Subtotal</b>	458.578.264,06	<b>Subtotal</b>	458.578.264,06
<b>Total</b>	458.578.264,06	<b>Total</b>	458.578.264,06

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL631101-11483-NVDX-213377710 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6  1 4 8 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			317.512.467,26
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		200.966.189,96	
31710000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	75.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	0,00		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	75.000,00		
31900000000000	Aplicações diretas	187.008.083,82		
01000000	Recursos Ordinários	65.405.677,84		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.930.514,64		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	23.392.200,70		
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	723.326,78		
01080000	Contribuição para a COSIP	400.000,00		
01180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	39.590.000,00		
01190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)	1.400.000,00		
01325400	Transferências de Convênios - União/Educação	0,00		
01350500	SUAS/União - Acessuas	7.610,00		
01350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC	0,00		
01350801	SUAS/União - PFMC II	146.680,00		
01350802	SUAS/União - PTMC	26.080,00		
01350803	SUAS/União - AEPETI	0,00		
01350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB	93.000,00		
01350901	SUAS/União - PBF	0,00		
01351000	SUAS/União - PSE/AC	32.200,00		
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	978.650,00		
01381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF	1.667.840,00		
01381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO	143.032,65		
01381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS	1.979.009,15		
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	399.948,40		
01381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal	345.901,16		
01381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ	2.050.921,49		
01382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	269.293,01		
01385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU	163.798,00		
01671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF	1.055.400,00		
01671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF	72.000,00		
02000000	Rec. Prop. Samae	11.850.000,00		
02030000	Contribuição para RPPS	13.885.000,00		
03180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	0,00		
03190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)	0,00		
06030000	Contribuição para RPPS	0,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	13.883.106,14		
01000000	Recursos Ordinários	3.566.850,00		
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	1.359.000,00		
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	2.490.779,30		
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	126.673,22		
01080000	Contribuição para a COSIP	30.000,00		

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág   2 / 16	
01180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	3.960.000,00			
01190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)	500.000,00			
01350500	SUAS/União - Acessuas	5.000,00			
01350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC	0,00			
01350801	SUAS/União - PFMCI	20.000,00			
01350802	SUAS/União - PTMC	5.000,00			
01350803	SUAS/União - AEPETI	0,00			
01350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB	15.000,00			
01350901	SUAS/União - PBF	0,00			
01351000	SUAS/União - PSE/AC	5.000,00			
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	44.859,00			
01381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF	200.000,00			
01381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO	7.967,35			
01381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS	163.398,85			
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	35.000,00			
01381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -	65.778,84			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Despesas Segundo Categoria				
Econômica				
		E	Pág	3 / 16
		n		
		i		
		d		
		a		
		d		
		e		
		:		
		C		
		o		
		n		
		s		
		o		
		:		
		d		
		a		
		d		
		o		
		:		
		L		
		D		
		O		
		:		
		2		
		0		
		1		
		7		
01381600	Saúde Bucal	119.878,51		
	Transferências do Sistema			
	Único de Saúde - SUS/União -			
	PMAQ			
01382000	Transferências do Sistema	27.921,07		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	Vigilância Ep. e Ambiental			
01385700	Transferências do Sistema	35.000,00		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	SAMU			
02000000	Rec. Prop. Samae	1.100.000,00		
32000000000000	Juros e encargos da dívida		2.900.000,00	
32900000000000	Aplicações diretas	2.900.000,00		
01000000	Recursos Ordinários	2.900.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		113.646.277,30	
33200000000000	Tranferências a união	69.000,00		
02030000	Contribuição para RPPS	69.000,00		
33500000000000	Transferências a instituições	1.982.435,68		
	privadas s/ fins lucrativos			
01000000	Recursos Ordinários	1.617.000,00		
01010000	Rec.de Impostos e de	239.000,00		
	Transf.de Imp-educ			
01020000	Rec.de Impostos e de	77.000,00		
	Transf.imp-saúde			
01090000	FIA Imposto de Renda	30.000,00		
01352100	Transferências do Sistema	0,00		
	Único de Assistência Social -			
	FEAS AC			
01352102	FEAS - Alta/Custeio	19.435,68		
33710000000000	Transferências a consórcios	125.000,00		
	públicos			
01000000	Recursos Ordinários	0,00		

IPM Sistemas Ltda			Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
				0
				5
				1
				0
				1
				0
				2
				0
				1
				6
				1
				4
				8
				7

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág  4   /   16			
		E n t r d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7					
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	25.000,00					
02000000	Rec. Prop. Samae	100.000,00					
33900000000000	Aplicações diretas	109.008.874,42					
00000000	Registro inexistente necessário	109.008.874,42					
01000000	Recursos Ordinários	35.957.000,00					
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	3.679.835,90					
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	16.284.173,61					
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	150.000,00					
01070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	105.000,00					
01080000	Contribuição para a COSIP	6.674.000,00					
01090000	FIA Imposto de Renda	70.000,00					
01100000	Convênio de Trânsito - Militar	405.900,00					
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	355.900,00					
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.540.000,00					
01325400	Transferências de Convênios - União/Educação	50.000,00					
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	350.000,00					
01350500	SUAS/União - Acessuas	20.740,00					
01350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família	28.000,00					
01350700	SUAS/União - IGD Suas	6.173,27					
01350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social -	0,00					

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág   6   /   16			
		E n t r e d a d e : : C o n s o : : d a d o : : L D O : : 2 0 1 7					
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE						
01370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental	550.000,00					
01370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches	450.000,00					
01370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA	12.000,00					
01370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio	15.000,00					
01370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental	42.500,00					
01370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso	115.000,00					
01370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola	0,00					
01376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de	30.500,00					
IPM Sistemas Ltda							
		Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

05  
10  
20  
30  
40  
50  
60  
70  
80  
90  
100

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Despesas Segundo Categoria				
Econômica				
		E	Pág	8 / 16
		n		
		d		
		a		
		d		
		e		
		:		
		C		
		o		
		n		
		s		
		o		
		:		
		d		
		a		
		d		
		o		
		:		
		L		
		D		
		O		
		:		
		2		
		0		
		1		
		7		
01381700	PMAQ	19.429.000,00		
	Transferências do Sistema			
	Único de Saúde - SUS/União -			
	MAC			
01381800	Transferências do Sistema	92.999,96		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	DST/AIDS			
01381900	Transferências do Sistema	63.665,00		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	Vigilância Sanitária			
01382000	Transferências do Sistema	50.000,00		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	Vigilância Ep. e Ambiental			
01382100	Transferências do Sistema	274.798,20		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	Farmácia Básica			
01382200	Transferências do Sistema	15.000,00		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	Gestão do SUS			
01382300	Transferências do Sistema	5.000,00		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	Investimentos			
01385700	Transferências do Sistema	64.230,00		
	Único de Saúde - SUS/União -			
	SAMU			
01394400	Fundo Especial do Petróleo e	397.500,00		
	Transferências Decorrentes de			
	Compensação Financeira pela			
	Exploração de Recursos Naturais			
01394500	CFEM	176.000,00		
01620100	Recursos Educação/fnde -	0,00		
	Manut. Creches			
01625500	Transferências de Convênios -	1.000.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
		Identificador: WPL651101-11483-UOQE-213377849 - Emitido por:		
		JESSICA KEMPNER		

05  
10  
20  
30  
40  
50  
60  
70  
80  
90  
100

0571020161437

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág   11 / 16	
03370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso	0,00			
03376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR	0,00			
03376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil	0,00			
03381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC	0,00			
03625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00			
06000000	Recursos Ordinários	0,00			
06030000	Contribuição para RPPS	0,00			
33910000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	507.700,00			
01000000	Recursos Ordinários	198.500,00			
01010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	30.000,00			
01020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	19.200,00			
01360000	Salário-Educação	200.000,00			
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	60.000,00			
33930000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente	1.953.267,20			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento		Pág	12	/	16
Anexo II - Despesas Segundo Categoria		Econômica					
		E					
		n					
		t					
		d					
		a					
		d					
		e					
		:					
		C					
		o					
		n					
		s					
		o					
		:					
		d					
		a					
		d					
		o					
		:					
		L					
		D					
		O					
		:					
		2					
		0					
		1					
		7					
	participe						
01000000	Recursos Ordinários	80.000,00					
01020000	Rec.de Impostos e de	1.226.000,00					
	Transf.imp-saúde						
01382100	Transferências do Sistema	274.798,20					
	Único de Saúde - SUS/União -						
	Farmácia Básica						
01672100	Transferências do Sistema	242.469,00					
	Único de Saúde - SUS/Estado -						
	Farmácia Básica						
02000000	Rec. Prop. Samae	130.000,00					
03382100	Transferências do Sistema	0,00					
	Único de Saúde - SUS/União -						
	Farmácia Básica						
40000000000000	Despesas de capital					124.706.796,80	
44000000000000	Investimentos				120.456.796,80		
44710000000000	Transferências a consórcios	4.000,00					
	públicos						
01000000	Recursos Ordinários	0,00					
01020000	Rec.de Impostos e de	4.000,00					
	Transf.imp-saúde						
44900000000000	Aplicacoes diretas	120.452.796,80					
01000000	Recursos Ordinários	7.975.000,00					
01010000	Rec.de Impostos e de	115.000,00					
	Transf.de Imp-educ						
01020000	Rec.de Impostos e de	227.520,00					
	Transf.imp-saúde						
01060100	Serviços de Saúde - Vigilância	20.000,00					
	Sanitária						
01080000	Contribuição para a COSIP	846.000,00					
01100000	Convênio de Trânsito - Militar	124.100,00					
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	154.100,00					
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					



		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág   13 / 16	
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	700.000,00			
01325400	Transferências de Convênios - União/Educação	1.250.000,00			
01335400	Transferências de Convênios - União/Saúde	200.000,00			
01345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	29.326.000,00			
01350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família	50.000,00			
01352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC	0,00			
01352101	FEAS - Alta/Investimento	33.264,00			
01352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC	0,00			
01352301	FEAS - Media/Investimento	31.412,80			
01352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB	0,00			
01352401	FEAS - Basica/Investimento	36.400,00			
01360000	Salário-Educação	2.201.000,00			
01370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola	0,00			
01376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	20.000,00			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica		Pág   14 / 16	
01380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	70.000,00			
01381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	20.000,00			
01381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE	10.000,00			
01381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ	100.000,00			
01381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS	10.000,00			
01381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária	10.000,00			
01382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	10.000,00			
01382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS	5.000,00			
01382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos	403.000,00			
01620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches	0,00			
01620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00			
01635500	Transferências de Convênios -	2.000.000,00			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL651101-11483-UQQE-213377849 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			368.495.992,98
11000000000000	Receita tributária		60.425.439,20	
11100000000000	Impostos	51.071.815,20		
1000000	Recursos Ordinários	26.303.059,20		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	13.788.792,00		
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	10.979.964,00		
11200000000000	Taxas	9.347.384,00		
1000000	Recursos Ordinários	8.067.384,00		
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	1.020.000,00		
2000000	Rec. Prop. Samae	260.000,00		
11300000000000	Contribuição de melhoria	6.240,00		
1000000	Recursos Ordinários	6.240,00		
12000000000000	Receitas de contribuições		16.684.214,92	
12100000000000	Contribuições sociais	8.884.214,92		
2030000	Contribuição para RPPS	8.884.214,92		
12300000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.800.000,00		
1080000	Contribuição para a COSIP	7.800.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		10.424.847,80	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	10.160.927,80		
1000000	Recursos Ordinários	1.224.427,80		
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	5.000,00		
1080000	Contribuição para a COSIP	150.000,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	65.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	45.000,00		
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	70.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	150.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	97.000,00		
1350500	SUAS/União - Acessuas	4.000,00		
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família	1.000,00		
1350700	SUAS/União - IGD Suas	500,00		
1350801	SUAS/União - PFMC II	5.000,00		
1350802	SUAS/União - PTMC	2.000,00		
1351000	SUAS/União - PSE/AC	2.000,00		
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais	500,00		
1352102	FEAS - Alta/Custeio	4.500,00		
1352301	FEAS - Media/Investimento	1.000,00		
1352302	FEAS - Media/Custeio	1.000,00		
1360000	Salário-Educação	125.000,00		
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola	10.000,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE	500,00		
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	20.000,00		
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	12.500,00		
1394500	CFEM	6.000,00		
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação	28.000,00		
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	11.000,00		
2000000	Rec. Prop. Samae	250.000,00		
2030000	Contribuição para RPPS	7.870.000,00		
13300000000000	Receita de concessões e	100.672,00		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica				
		E n d a d e : C o n s o l i d a d o : L D O : 2 0 1 7		
		Pág   2 / 9		
	permissões			
1000000	Recursos Ordinários	100.672,00		
13900000000000	Outras receitas patrimoniais	163.248,00		
1000000	Recursos Ordinários	163.248,00		
15000000000000	Receita industrial		1.658.800,00	
15200000000000	Receita da indústria de transformação	5.200,00		
1000000	Recursos Ordinários	5.200,00		
15900000000000	Outras receitas industriais	1.653.600,00		
1000000	Recursos Ordinários	1.653.600,00		
16000000000000	Receita de serviços		26.989.000,00	
17000000000000	Transferências correntes		236.492.744,87	
17200000000000	Transferências intergovernamentais	233.005.744,87		
1000000	Recursos Ordinários	75.306.994,89		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	39.426.812,86		
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	31.395.425,05		
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	100.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)	43.400.000,00		
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)	1.900.000,00		
1350500	SUAS/União - Acessuas	29.350,00		
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família	77.000,00		
1350700	SUAS/União - IGD Suas	5.673,27		
IPM Sistemas Ltda				
		Identificador: WPL641101-11483-MPXU-213377792 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Receitas Segundo Categoria				
Econômica				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
1350801	SUAS/União - PFMC II	272.800,00		
1350802	SUAS/União - PTMC	49.800,00		
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB	180.000,00		
1351000	SUAS/União - PSE/AC	60.000,00		
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais	9.000,00		
1352101	FEAS - Alta/Investimento	33.264,00		
1352102	FEAS - Alta/Custeio	24.948,00		
1352301	FEAS - Media/Investimento	30.412,80		
1352302	FEAS - Media/Custeio	22.049,00		
1352401	FEAS - Basica/Investimento	36.400,00		
1352402	FEAS - Basica/Custeio	15.600,00		
1360000	Salário-Educação	4.850.000,00		
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola	310.000,00		
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE	30.000,00		
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental	550.000,00		
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da	450.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL641101-11483-MPXU-213377792 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05/10/2016 14:35

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo II - Receitas Segundo Categoria				
Econômica				
		E n t r d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7		
	Educação - FNDE - PNAE/Creches			
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA	12.000,00		
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio	15.000,00		
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental	42.500,00		
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso	115.000,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE	30.000,00		
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches	100.000,00		
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR	100.000,00		
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB	2.638.800,00		
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF	1.917.840,00		
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO	231.000,00		
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS	2.202.408,00		
IPM Sistemas Ltda				
		Identificador: WPL641101-11483-MPXU-213377792 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		



	MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica	Pág  5 / 9		
	E n t r d a d e :  C o n s o l i d a d o  L D O :  2 0 1 7			
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF	480.000,00		
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE	30.000,00		
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal	481.680,00		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ	2.500.800,00		
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC	19.429.000,00		
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS	102.999,96		
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária	73.665,00		
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental	357.214,08		
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica	549.596,40		
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS	20.000,00		
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU	263.028,00		
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	385.000,00		

IPM Sistemas Ltda		
Identificador: WPL641101-11483-MPXU-213377792 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

05410420161436

05710720161436

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
		Planejamento e Orçamento			
		Anexo II - Receitas Segundo Categoria			
		Econômica			
		E		Pág	
		n		8	
		d		/	
		a		9	
		d			
		e			
		:			
		C			
		o			
		n			
		s			
		o			
		:			
		d			
		a			
		d			
		o			
		:			
		L			
		D			
		O			
		:			
		2			
		0			
		1			
		7			
24000000000000	Transferências de capital		37.021.000,00		
24200000000000	Transferências intergovernamentais	438.000,00			
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos	408.000,00			
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE	30.000,00			
24700000000000	Transferências de convênios	36.583.000,00			
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação	1.300.000,00			
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	27.364.000,00			
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	2.000.000,00			
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	5.889.000,00			
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE	30.000,00			
70000000000000	Receitas correntes intra-orçamentárias			14.228.785,08	
72000000000000	Receita de contribuições - intra-orçamentárias		13.868.785,08		
72100000000000	Contribuições sociais - intra-orçamentárias	13.868.785,08			
2030000	Contribuição para RPPS	8.990.624,57			
2037500	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar	4.878.160,51			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL641101-11483-MPXU-213377792 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL641101-11483-MPXU-213377792 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública	Assistência Social	Previdência Social
01 - Câmara de Vereadores	8.500.000,00					
02 - Gabinete do Prefeito		1.575.500,00		961.000,00	1.500,00	
03 - Procuradoria Geral do Município		2.932.000,00				
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica		1.372.350,00	0,00			
05 - Secretaria de Comunicação Social		1.820.000,00				
09 - Secretaria Municipal de Educação						
10 - Secretaria Municipal de Turismo						
11 - Secretaria Desenvol. Econômico Trabalho e Renda						
13 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						
14 - Encargos Gerais do Município						
15 - Secretaria de Assist.socia.e Habitação		270.000,00			983.000,00	
18 - Controladoria Geral do Município - Cgm		427.000,00				
19 - Secretaria de Orçamento e Gestão		17.641.000,00				
21 - Secretaria de Transito e Mobilidade		169.000,00		4.918.000,00		
22 - Fundação Municipal de Esportes						
23 - Secretaria da Fazenda		5.053.000,00				
25 - Fundo Municipal de Saúde					6.491.597,07	
30 - Fundo Municipal de Assistência Social						
40 - Fundacao Ecologica e Zootanica de Brusque						
50 - Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade						
55 - Funmpom- Fundo Mun. Melhoría da Polícia Militar				1.360.000,00		
60 - Funnehom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros				1.510.000,00		
65 - Fundacao Cultural de Brusque						
70 - Instituto Brusquense de Previdência						38.360.000,00
75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente						
80 - Samae		6.770.000,00				
90 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>38.029.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.749.000,00</b>	<b>7.476.097,07</b>	<b>38.360.000,00</b>

Órgão	Saúde	Educação	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação
01 - Câmara de Vereadores						

<div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div> <div>Planejamento e Orçamento</div> <div>Anexo IX - Despesa por Órgão e Função</div>		Pág. 2 / 14	
		E n t r e d a d e s C o n s i d e r a d o L D O 2 0 1 7	
02 - Gabinete do Prefeito			741.000,00
03 - Procuradoria Geral do Município		636.000,00	
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica			
05 - Secretaria de Comunicação Social			
09 - Secretaria Municipal de Educação	84.368.350,54		
10 - Secretaria Municipal de Turismo			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL701101-11483-XHZR-213378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função



MUNICÍPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento		Anexo IX - Despesa por Órgão e Função		Pág		4		/		14	
E n c e d e C o n s o d a d o L D O 2 0 0 1 7													

MUNICIPIO DE BRUSQUE			Planejamento e Orçamento			Anexo IX - Despesa por Órgão e Função			Pág. 5 / 14		

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

MUNICIPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento		Anexo IX - Despesa por Órgão e Função		Pág 7 / 14	
				E n t r e d a d e s C o n s o l i d a d o L D O 2 0 1 7			
Município							
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica							
05 - Secretaria de Comunicação Social							
09 - Secretaria Municipal de Educação							
10 - Secretaria Municipal de Turismo						3.623.000,00	
11 - Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda				11.000,00	756.000,00	777.000,00	
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL/701101-11483-XHZR-21378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					

		MUNICÍPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo IX - Despesa por Órgão e Função		Pág  8 /  14	
		E n t r e d a d e s C o n s o l i d a d o L D O 2 0 1 7			
13 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos		29.950.000,00			
14 - Encargos Gerais do Município					
15 - Secretaria de Assist.sociaI e Habitação					
18 - Controladoria Geral do Município - Cgm					
19 - Secretaria de Orçamento e Gestão					
21 - Secretaria de Transito e					
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL701101-11483-XHZR-213378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICÍPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento		Anexo IX - Despesa por Órgão e Função		Pág. 9 / 14	
				E n t r e d a d e s C o n s e l h a d o L D O 2 0 1 7			
IPM Sistemas Ltda	Mobilidade						
	22 - Fundação Municipal de Esportes						
	23 - Secretaria da Fazenda						
	25 - Fundo Municipal de Saude						
	30 - Fundo Municipal de Assistencia Social						
	40 - Fundacao Ecologica e Zootonica de Brusque		2.383.000,00				34.000,00
	50 - Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade						
Identificador: WPI/70101-11483-XHZR-21378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER							

MUNICIPIO DE BRUSQUE			Pág	10	/	14
Planejamento e Orçamento						
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função						
E n t r e d a d a s C o n s o l i d a d a s L D O 2 0 1 7						
55 - Funmpom- Fundo Mun. Melhoria da Policia Militar						
60 - Funrebom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros						
65 - Fundacao Cultural de Brusque						
70 - Instituto Brusquense de Previdência						
75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente	991.000,00					
80 - Samae	21.195.000,00					
IPM Sistemas Ltda			Identificador: WPL701101-11483-XHZR-213378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE				Pág	11	/	14
Planejamento e Orçamento							
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função							
E n t r e d a d e s C o n s o l i d a d o L D O 2 0 0 7							
90 - Reserva de Contingência	21.195.000,00	33.324.000,00	11.000,00	756.000,00	777.000,00	3.657.000,00	
Total							

Órgão	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
01 - Câmara de Vereadores				8.500.000,00
02 - Gabinete do Prefeito				3.279.000,00
03 - Procuradoria Geral do Município				3.568.000,00
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica				1.372.350,00
05 - Secretaria de Comunicação Social				1.820.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPI/70101-11483-XHZR-213378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER
-------------------	--



		MUNICÍPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento		Anexo IX - Despesa por Órgão e Função		E n t r e d a d e s C o n s e l h o M u n i c i p a l D O L 2 0 1 7		Pág	12	/	14
09 - Secretaria Municipal de Educacao													84.368.350,54
10 - Secretaria Municipal de Turismo													3.623.000,00
11 - Secretaria Desenvol. Economico Trabalho e Renda													1.544.000,00
13 - Secretaria de Obras e Servicos Publicos													138.770.377,84
14 - Encargos Gerais do Municipio						12.630.000,00							12.630.000,00
15 - Secretaria de Assist.sociaI e Habitação													2.193.000,00
18 - Controladoria Geral do Municipio - Cgm													427.000,00
19 - Secretaria de Orçamento e Gestão													17.641.000,00
21 - Secretaria de Transito e Mobilidade													5.087.000,00
22 - Fundação Municipal de Esportes						3.285.000,00							3.285.000,00
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL701101-11483-XHZR-21378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER											

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função

MUNICIPIO DE BRUSQUE			Pág	14	/	14
Planejamento e Orçamento						
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função						
E n t r e d a d e s C o n s o l i d a d o L D O 2 0 1 7						
65 - Fundacao Cultural de Brusque						2.047.000,00
70 - Instituto Brusquense de Previdência						38.360.000,00
75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente						991.000,00
80 - Smae				5.000,00		28.070.000,00
90 - Reserva de Contingencia				100.000,00		100.000,00
Total		3.285.000,00		105.000,00	12.730.000,00	458.578.264,06

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL701101-11483-XHZR-213378234 - Emitido por: JESSICA KEMPNER
-------------------	--

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
1	Legislativa	31	Acao Legislativa
4	Administração	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
		121	Planejamento e Orçamento
		122	Administracao Geral
		126	Tecnologia da Informação
		129	Administração de Receitas
		131	Comunicação Social
		452	Servicos Urbanos
5	Defesa Nacional	122	Administracao Geral
6	Segurança Pública	181	Policciamento
		182	Defesa Civil
		452	Servicos Urbanos
8	Assistência Social	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária
9	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário
		997	Reserva do RPPS
10	Saúde	32	Controle Externo
		122	Administracao Geral
		301	Atenção Básica
		302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial

		304	Vigilância Sanitária
		305	Vigilância Epidemiológica
12	Educação	32	Controle Externo
		122	Administracao Geral
		306	Alimentação e Nutrição
		361	Ensino Fundamental
		362	Ensino Médio
		364	Ensino Superior
		365	Educação Infantil
		366	Educação de Jovens e Adultos
		367	Educacao Especial
13	Cultura	122	Administracao Geral
		392	Difusão Cultural
14	Direitos da Cidadania	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15	Urbanismo	122	Administracao Geral
		451	Infra-Estrutura Urbana
		452	Servicos Urbanos
16	Habitação	482	Habitacao Urbana
17	Saneamento	512	Saneamento Básico Urbano
18	Gestão Ambiental	122	Administracao Geral
		451	Infra-Estrutura Urbana

		541	Preservação e Conservação Ambiental
19	Ciências e Tecnologia	572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
20	Agricultura	601	Promoção da Produção Vegetal
		606	Extensão Rural
		608	Promoção da Produção Agropecuária
22	Indústria	122	Administracao Geral
23	Comércio e Serviços	541	Preservação e Conservação Ambiental
		695	Turismo
27	Desporto e Lazer	812	Desporto Comunitário
28	Encargos Especiais	843	Serviço da Dívida Interna
		846	Outros encargos Especiais
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 1 / 15

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**01 - Câmara de Vereadores****001 - Câmara de Vereadores**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001	Administração e processo legislativo	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara de Vereadores e Atividades Le	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
0	Registro inexistente necessário			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			8.500.000,00	8.500.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>8.500.000,00</b>

**02 - Gabinete do Prefeito****001 - Gabinete do Prefeito**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	1.575.500,00	1.575.500,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.575.500,00	1.575.500,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	1.572.000,00	1.572.000,00
04.122.0005.2002	Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria	0,00	0,00	1.572.000,00	1.572.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.572.000,00	1.572.000,00
04.122.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
04.122.0330.2054	Manutenção Conselhos Municipais	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
1000000	Recursos Ordinários			3.500,00	3.500,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
06.182.0230	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00	0,00
06.182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2077	Manutenção das Atividades do Comad - Cons. Anti Dr	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2321	Integração Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.000,00</b>	<b>1.577.000,00</b>

**003 - Fundo Municipal de Defesa Civil**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			311.000,00	311.000,00
1000000	Recursos Ordinários			650.000,00	650.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>961.000,00</b>	<b>961.000,00</b>

**004 - DGI - Departamento Geral de Infraestrutura**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
1000000	Recursos Ordinários			741.000,00	741.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>741.000,00</b>	<b>741.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.279.000,00</b>	<b>3.279.000,00</b>

**03 - Procuradoria Geral do Município****001 - Procuradoria Geral do Município**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
04.062.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
04.062.0005.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.917.000,00	2.917.000,00
14	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
14.422.0005.2313	Manutenção das Atividades do Fundo Defesa do Consu	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
1000000	Recursos Ordinários			14.000,00	14.000,00
14.422.0210	Defesa dos interesses sociais	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
14.422.0210.2311	Manutenção do Procon Municipal	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
1000000	Recursos Ordinários			622.000,00	622.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.553.000,00</b>	<b>3.553.000,00</b>

**002 - Fundo Procuradoria Geral do Município**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062.0005.1195	Manutenção Fundo Procuradoria	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários		15.000,00		15.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 2 / 15

		Total Unidade	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
		Total Órgão	0,00	15.000,00	3.553.000,00	3.568.000,00
04 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica						
001 - Sec. de Governo e Gestão Estratégica						
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total	
04	Administração	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00	
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00	
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00	
04.122.0005.2308	Manut. das Ativ. da Secret. de Gov. e Gestão Estra	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00	
1000000	Recursos Ordinários			1.372.350,00	1.372.350,00	
05	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.122	Administracao Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00	
05.122.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00	
Total Unidade		0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00	
Total Órgão		0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00	
05 - Secretaria de Comunicacao Social						
001 - Secretaria de Comunicacao Social						
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total	
04	Administração	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	
04.131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			1.820.000,00	1.820.000,00	
Total Unidade		0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	
Total Órgão		0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	
09 - Secretaria Municipal de Educacao						
001 - Secretaria Municipal de Educacao						
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total	
12	Educação	0,00	4.620.000,00	79.748.350,54	84.368.350,54	
12.032	Controle Externo	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
12.032.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
12.032.0330.2307	Manutenção das Atividades do Conselho da Educação	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00	
12.122	Administracao Geral	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00	
12.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00	
12.122.0005.2022	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educaçã	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00	
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00	
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			0,00	0,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			6.045.000,00	6.045.000,00	
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			100.000,00	100.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00	
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00	
12.306.0040	Merenda escolar	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00	
12.306.0040.2049	Manut. Prog. de Alimentação Escolar do Ensino Fund	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00	
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			30.000,00	30.000,00	
1000000	Recursos Ordinários			2.000.000,00	2.000.000,00	
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00	12.000,00	
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			550.000,00	550.000,00	
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			320.000,00	320.000,00	
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches			450.000,00	450.000,00	
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			0,00	0,00	
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			0,00	0,00	
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00	0,00	
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			0,00	0,00	
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			0,00	0,00	
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			0,00	0,00	
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			42.500,00	42.500,00	
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de			15.000,00	15.000,00	

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 3 / 15

	Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio				
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches			0,00	0,00
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			0,00	0,00
12.306.0040.2306	Programa Alimentação Escolar da Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 4 / 15

**09 - Secretaria Municipal de Educacao**

**001 - Secretaria Municipal de Educacao**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.361	Ensino Fundamental	0,00	1.646.000,00	39.228.350,54	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	0,00	1.646.000,00	37.963.600,54	39.609.600,54
12.361.0025.1008	Ampliação Construção de Ginásio e Quadras Cobertas	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		80.000,00		80.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00		400.000,00
12.361.0025.1013	Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Funda	0,00	1.166.000,00	0,00	1.166.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		0,00		0,00
1360000	Salário-Educação		1.056.000,00		1.056.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
12.361.0025.2017	Manutenção e Melhorias do Prog de Informática nas	0,00	0,00	0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
12.361.0025.2019	Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistér	0,00	0,00	37.963.600,54	37.963.600,54
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			1.900.000,00	1.900.000,00
1360000	Salário-Educação			1.265.000,00	1.265.000,00
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			10.588.600,54	10.588.600,54
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE			0,00	0,00
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			0,00	0,00
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			24.210.000,00	24.210.000,00
12.361.0030	Transporte escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
12.361.0030.2003	Manutenção do Transporte Escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			1.000.000,00	1.000.000,00
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			234.250,00	234.250,00
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE			30.500,00	30.500,00
12.362	Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045	Apoio ao ensino médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045.2071	Manutenção e Modernização do Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			20.000,00	20.000,00
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030	Transporte escolar	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030.2069	Auxílio ao Transporte Universitário	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0050	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00	0,00
12.364.0050.2063	Apoio Financeiro ao Estudante	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
12.365	Educação Infantil	0,00	2.974.000,00	29.260.000,00	32.234.000,00
12.365.0020	Desenvolvimento da educação infantil	0,00	2.307.000,00	26.090.000,00	28.397.000,00
12.365.0020.1005	Construção Ampliação e Reforma Escolas Ens. Infant	0,00	2.307.000,00	0,00	2.307.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00		900.000,00
1360000	Salário-Educação		1.297.000,00		1.297.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00		0,00
12.365.0020.2020	Manutenção da Educação Infantil	0,00	0,00	26.090.000,00	26.090.000,00
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			600.000,00	600.000,00
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			19.340.000,00	19.340.000,00
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			6.150.000,00	6.150.000,00
12.365.0335	Mais creches	0,00	667.000,00	3.170.000,00	3.837.000,00
12.365.0335.1009	Construção de Creches	0,00	667.000,00	0,00	667.000,00
1360000	Salário-Educação		557.000,00		557.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
12.365.0335.2021	Manutencao de Creches	0,00	0,00	3.170.000,00	3.170.000,00
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches			120.000,00	120.000,00
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			200.000,00	200.000,00
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			0,00	0,00
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			115.000,00	115.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			2.735.000,00	2.735.000,00



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 5 / 15

**09 - Secretaria Municipal de Educacao****001 - Secretaria Municipal de Educacao**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.366	Educacao de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355.2319	Educacao de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			152.500,00	152.500,00
12.367	Educacao Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educacao especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027.2050	Manutenção da Educação Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			18.000,00	18.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>4.620.000,00</b>	<b>79.748.350,54</b>	<b>84.368.350,54</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>4.620.000,00</b>	<b>79.748.350,54</b>	<b>84.368.350,54</b>

**10 - Secretaria Municipal de Turismo****001 - Secretaria Municipal de Turismo**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	2.275.000,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	2.275.000,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	2.275.000,00	2.275.000,00
23.695.0170.2238	Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos	0,00	0,00	590.000,00	590.000,00
1000000	Recursos Ordinários			590.000,00	590.000,00
23.695.0170.2310	Manut. da Secretaria de Turismo	0,00	0,00	1.685.000,00	1.685.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.685.000,00	1.685.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.275.000,00</b>	<b>2.275.000,00</b>

**002 - Fundo Mun. de Desenvolvimento Turístico**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	1.348.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	1.348.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	1.348.000,00	1.348.000,00
23.695.0170.2236	Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento T	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
1000000	Recursos Ordinários			13.000,00	13.000,00
23.695.0170.2237	Infra-estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolvement	0,00	0,00	1.335.000,00	1.335.000,00
1000000	Recursos Ordinários			335.000,00	335.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.348.000,00</b>	<b>1.348.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.623.000,00</b>	<b>3.623.000,00</b>

**11 - Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda****001 - Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
19	Ciências e Tecnologia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345.2248	Apoio ao Desenvolvimento de Acoes de Inovacao Tecn	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários			11.000,00	11.000,00
22	Indústria	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165	Desenvolvimento econômico	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165.2026	Man. Secret.desenv.economico Trabalho e Renda	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
1000000	Recursos Ordinários			777.000,00	777.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>788.000,00</b>	<b>788.000,00</b>

**002 - Depto da Agricultura e Abastecimento**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155	Ações do setor agropecuário	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155.2028	Manut Depto de Agricultura e Apoio à Agricultura F	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
1000000	Recursos Ordinários			756.000,00	756.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>756.000,00</b>	<b>756.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.544.000,00</b>	<b>1.544.000,00</b>

**13 - Secretaria de Obras e Servicos Publicos****001 - Secretaria de Obras e Servicos Publicos**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	44.120.000,00	64.700.377,84	108.820.377,84
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	44.120.000,00	39.308.500,00	83.428.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	0,00	0,00	35.408.500,00	35.408.500,00
15.451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário	0,00	0,00	35.408.500,00	35.408.500,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			5.900.000,00	5.900.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas			10.000.000,00	10.000.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			10.500.000,00	10.500.000,00
1394500	CFEM			176.000,00	176.000,00
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais			397.500,00	397.500,00
1000000	Recursos Ordinários			8.330.000,00	8.330.000,00
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			105.000,00	105.000,00
15.451.0310	Tapete preto	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 6 / 15

15.451.0310.1001	Obras de Infra-estrutura Urbana Projeto Tapete Pre	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
1000000	Recursos Ordinários		3.020.000,00		3.020.000,00
15.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	0,00	41.100.000,00	0,00	41.100.000,00
15.451.0320.1010	Pac Pavimentacao	0,00	41.100.000,00	0,00	41.100.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		40.000.000,00		40.000.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.100.000,00		1.100.000,00
15.451.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
15.451.0330.2249	Programa de Obras Comunitarias - Op	0,00	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.900.000,00	3.900.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	25.391.877,84	25.391.877,84
15.452.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	0,00	0,00	16.406.877,84	16.406.877,84
15.452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de Obras	0,00	0,00	15.571.877,84	15.571.877,84
1000000	Recursos Ordinários			15.571.877,84	15.571.877,84
15.452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equi	0,00	0,00	835.000,00	835.000,00
1000000	Recursos Ordinários			835.000,00	835.000,00
15.452.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	8.985.000,00	8.985.000,00
15.452.0305.2040	Manutenção e Implantação da Iluminação Pública	0,00	0,00	8.452.000,00	8.452.000,00
1080000	Contribuição para a COSIP			7.950.000,00	7.950.000,00
1000000	Recursos Ordinários			502.000,00	502.000,00
15.452.0305.2066	Manutenção de Praças e Jardins	0,00	0,00	533.000,00	533.000,00
1000000	Recursos Ordinários			533.000,00	533.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451.0320.1002	Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00		0,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00		13.000.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.950.000,00		1.950.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000.000,00		15.000.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>74.070.000,00</b>	<b>64.700.377,84</b>	<b>138.770.377,84</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>74.070.000,00</b>	<b>64.700.377,84</b>	<b>138.770.377,84</b>
<b>14 - Encargos Gerais do Município</b>					
<b>001 - Encargos Gerais do Município</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	12.630.000,00	12.630.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180	Operações especiais	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180.2055	Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatór	0,00	0,00	7.290.000,00	7.290.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.290.000,00	7.290.000,00
28.843.0180.2078	Pagamento de Precatórios - Ec 62/2009	0,00	0,00	2.940.000,00	2.940.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.940.000,00	2.940.000,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180	Operações especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180.2048	Pasep e Outras Obrigações Tributárias	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.400.000,00	2.400.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>12.630.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>12.630.000,00</b>
<b>15 - Secretaria de Assist.social e Habitação</b>					
<b>001 - Secretaria de Assist. Social e Habitação</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
08.243.0108	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
08.243.0108.2231	Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
1000000	Recursos Ordinários			588.000,00	588.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>588.000,00</b>	<b>588.000,00</b>
<b>002 - Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
08.243.0108	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
08.243.0108.2234	Desenvolvimento das Atividades e Projetos do Fia	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
1000000	Recursos Ordinários			295.000,00	295.000,00
1090000	FIA Imposto de Renda			100.000,00	100.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>395.000,00</b>	<b>395.000,00</b>
<b>003 - Fundo Municipal Habitação e Interesse Social</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
04.122.0005.2322	Gestao Fundo - Fhis	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
1000000	Recursos Ordinários			270.000,00	270.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
16	Habitação	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130	Ações de habitação - nossa casa	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 7 / 15

16.482.0130.2075	Desenv. Ações e Progr. de Habitação(fhis Lei 3.178	0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não			650.000,00	650.000,00
	relacionados à educação/saúde/assistência social)				



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 8 / 15

**15 - Secretaria de Assist.sociaI e Habitação**

**003 - Fundo Municipal Habitação e Interesse Social**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1000000	Recursos Ordinários			40.000,00	40.000,00
16.482.0130.2323	Morar Legal	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
16.482.0130.2324	Mcmv - Minha Casa Minha Vida	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
1000000	Recursos Ordinários			150.000,00	150.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>1.210.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.193.000,00</b>	<b>2.193.000,00</b>

**18 - Controladoria Geral do Município - Cgm**

**001 - Controladoria Geral do Município - Cgm**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
04.122.0005.2004	Manutenção da Controladoria Municipal-controle Int	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
1000000	Recursos Ordinários			427.000,00	427.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>427.000,00</b>	<b>427.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>427.000,00</b>	<b>427.000,00</b>

**19 - Secretaria de Orçamento e Gestão**

**001 - Secretaria de Orçamento e Gestão**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	4.250.000,00	13.391.000,00	17.641.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010.2015	Manutenção do Depto de Finanças e Contabilidade	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.345.000,00	2.345.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	4.250.000,00	10.391.000,00	14.641.000,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	8.176.000,00	8.176.000,00
04.122.0005.2012	Manutenção e Aquisição de Equipamentos e Veículos	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
04.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral	0,00	0,00	8.146.000,00	8.146.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas			500.000,00	500.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.646.000,00	7.646.000,00
04.122.0195	Serviços gerais	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
04.122.0195.2056	Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
1000000	Recursos Ordinários			156.000,00	156.000,00
04.122.0225	Gestão administrativa	0,00	0,00	2.059.000,00	2.059.000,00
04.122.0225.2008	Manutenção do Depto de Suprimentos, Compras e Lici	0,00	0,00	947.000,00	947.000,00
1000000	Recursos Ordinários			947.000,00	947.000,00
04.122.0225.2011	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	0,00	0,00	1.112.000,00	1.112.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.112.000,00	1.112.000,00
04.122.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	4.250.000,00	0,00	4.250.000,00
04.122.0330.1017	Programa Modernização Administrativa Financeira e	0,00	4.250.000,00	0,00	4.250.000,00
1000000	Recursos Ordinários			250.000,00	250.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas			4.000.000,00	4.000.000,00
04.126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250	Modernização da administração pública	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250.2033	Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação/c	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
1000000	Recursos Ordinários			655.000,00	655.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>4.250.000,00</b>	<b>13.391.000,00</b>	<b>17.641.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>4.250.000,00</b>	<b>13.391.000,00</b>	<b>17.641.000,00</b>

**21 - Secretaria de Transito e Mobilidade**

**001 - Secretaria de Transito e Mobilidade**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135	Gestão de trânsito e transporte urbano	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135.2318	Manutenção das Atividades Administrativas da Secre	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
1000000	Recursos Ordinários			169.000,00	169.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	4.918.000,00	4.918.000,00
06.181	Policiaimento	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
06.181.0150.2057	Manutenção Convênio Ssp. Trânsito/detran	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			510.000,00	510.000,00
06.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325	Paz no transito	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urba	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura			2.240.000,00	2.240.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.167.000,00	2.167.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.087.000,00</b>	<b>5.087.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.087.000,00</b>	<b>5.087.000,00</b>

**22 - Fundação Municipal de Esportes**

**001 - Fundação Municipal de Esportes**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 9 / 15

27.812.0070	Desporto amador	0,00	0,00	2.285.000,00	2.285.000,00
27.812.0070.2024	Apoio a Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
27.812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
1000000	Recursos Ordinários			995.000,00	995.000,00
27.812.0070.2065	Manut. Atividades da Fundação Mun. de Esportes	0,00	0,00	1.290.000,00	1.290.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.290.000,00	1.290.000,00
27.812.0350	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
27.812.0350.1011	Vila Olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas			0,00	0,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00		1.000.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.285.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.285.000,00</b>	<b>3.285.000,00</b>
<b>23 - Secretaria da Fazenda</b>					
<b>001 - Secretaria da Fazenda</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129	Administração de Receitas	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010.2014	Manutenção do Depto de Tributação e Fiscalização	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.053.000,00	5.053.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.053.000,00</b>	<b>5.053.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.053.000,00</b>	<b>5.053.000,00</b>
<b>25 - Fundo Municipal de Saude</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Saude</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
10	Saúde	0,00	1.503.291,00	79.416.297,61	80.919.588,61
10.032	Controle Externo	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330.2283	Atividades do Conselho Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			4.620,00	4.620,00
10.122	Administracao Geral	0,00	0,00	7.544.702,15	7.544.702,15
10.122.0009	Clinica Veterinária Animal	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
10.122.0009.2051	Construção e Manutenção da Clinica Veterinária	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			200.000,00	200.000,00
10.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
10.122.0220.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			5.834.702,15	5.834.702,15
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS			20.000,00	20.000,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			1.490.000,00	1.490.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	1.503.291,00	26.014.713,18	27.518.004,18
10.301.0090	Ações gerais de saúde	0,00	145.000,00	39.200,00	184.200,00
10.301.0090.1162	Aquisição de Equipamentos (blgest)	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			50.000,00	50.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			40.000,00	40.000,00
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ			50.000,00	50.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			5.000,00	5.000,00
10.301.0090.2277	Promoção à Saúde (blges)	0,00	0,00	39.200,00	39.200,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			5.000,00	5.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			34.200,00	34.200,00
10.301.0275	Estratégia de saúde da família e assistência farma	0,00	0,00	25.975.513,18	25.975.513,18
10.301.0275.2271	Atenção Básica, Esf, Acs (blatb)	0,00	0,00	20.730.243,00	20.730.243,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			10.000,00	10.000,00
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF			1.055.400,00	1.055.400,00
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse			0,00	0,00
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF			480.000,00	480.000,00



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 10 / 15

**25 - Fundo Municipal de Saúde****001 - Fundo Municipal de Saúde**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE			30.000,00	30.000,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde			0,00	0,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			2.403.509,00	2.403.509,00
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal			481.680,00	481.680,00
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF			1.917.840,00	1.917.840,00
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF			72.000,00	72.000,00
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS			2.202.408,00	2.202.408,00
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ			2.450.800,00	2.450.800,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			9.626.606,00	9.626.606,00
10.301.0275.2272	Manutenção Assistência Farmaceutica (blafb)	0,00	0,00	5.245.270,18	5.245.270,18
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica			484.938,00	484.938,00
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica			0,00	0,00
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica			549.596,40	549.596,40
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			4.210.735,78	4.210.735,78
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
10.301.0340	expansão da rede de saúde	0,00	1.358.291,00	0,00	1.358.291,00
10.301.0340.1171	Construção Ampl. e Reforma de Unidades de Saúde (b)	0,00	1.358.291,00	0,00	1.358.291,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			500.000,00	500.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			75.000,00	75.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			398.000,00	398.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			185.291,00	185.291,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde			200.000,00	200.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	43.090.909,65	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	0,00	0,00	43.090.909,65	43.090.909,65
10.302.0280.2273	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	42.322.729,65	42.322.729,65
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			22.248.356,09	22.248.356,09
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO			66.600,00	66.600,00
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC			513.745,56	513.745,56
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU			263.028,00	263.028,00
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO			231.000,00	231.000,00
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			19.000.000,00	19.000.000,00
3381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			0,00	0,00
10.302.0280.2275	CAPS Infantil	0,00	0,00	768.180,00	768.180,00
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			429.000,00	429.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			339.180,00	339.180,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105.2279	Manutenção da Vigilância Sanitária (blvgs)	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária			73.665,00	73.665,00
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária			1.020.000,00	1.020.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305.0105	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (blvgs)	0,00	0,00	733.816,19	733.816,19
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental			357.214,08	357.214,08
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			376.602,11	376.602,11
10.305.0105.2281	Manutenção do Programa Dst/aids (blvgs)	0,00	0,00	933.871,44	933.871,44
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			830.871,48	830.871,48
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS			102.999,96	102.999,96
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.503.291,00</b>	<b>79.416.297,61</b>	<b>80.919.588,61</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>1.503.291,00</b>	<b>79.416.297,61</b>	<b>80.919.588,61</b>

**30 - Fundo Municipal de Assistência Social****001 - Fundo Municipal de Assistência Social**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 11 / 15

08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244.0255	Gestão municipal da política de assistência social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244.0255.2250	Economia Solidaria	0,00	0,00	323.000,00	323.000,00
1000000	Recursos Ordinários			8.000,00	8.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			315.000,00	315.000,00
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social			0,00	0,00
08.244.0255.2325	Brusque Carinhosa	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
1000000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
08.244.0255.2326	Gestao Suas	0,00	0,00	3.254.743,27	3.254.743,27
1350500	SUAS/União - Acessuas			12.610,00	12.610,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 12 / 15

**30 - Fundo Municipal de Assistência Social**

**001 - Fundo Municipal de Assistência Social**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1350801	SUAS/União - PFMC II			166.680,00	166.680,00
3350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família			0,00	0,00
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família			78.000,00	78.000,00
1350700	SUAS/União - IGD Suas			6.173,27	6.173,27
1351200	SUAS/União - Aprimora Rede			0,00	0,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			37.200,00	37.200,00
1350802	SUAS/União - PTMC			31.080,00	31.080,00
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			108.000,00	108.000,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			2.815.000,00	2.815.000,00
08.244.0255.2327	Protecao Social Especial - Media Complexidade	0,00	0,00	186.301,80	186.301,80
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
3350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1350802	SUAS/União - PTMC			20.720,00	20.720,00
1350801	SUAS/União - PFMC II			111.120,00	111.120,00
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC			0,00	0,00
3350802	SUAS/União - PTMC			0,00	0,00
3350801	SUAS/União - PFMC II			0,00	0,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1352301	FEAS - Media/Investimento			31.412,80	31.412,80
1352302	FEAS - Media/Custeio			23.049,00	23.049,00
08.244.0255.2328	Protecao Social Especial - Alta Complexidade	0,00	0,00	977.512,00	977.512,00
1352101	FEAS - Alta/Investimento			33.264,00	33.264,00
1000000	Recursos Ordinários			890.000,00	890.000,00
1352102	FEAS - Alta/Custeio			29.448,00	29.448,00
3351000	SUAS/União - PSE/AC			0,00	0,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			24.800,00	24.800,00
1352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC			0,00	0,00
08.244.0255.2329	Protecao Social Basica	0,00	0,00	1.570.040,00	1.570.040,00
1000000	Recursos Ordinários			1.415.800,00	1.415.800,00
1352402	FEAS - Basica/Custeio			15.600,00	15.600,00
3350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1352401	FEAS - Basica/Investimento			36.400,00	36.400,00
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais			9.500,00	9.500,00
1352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB			0,00	0,00
3350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1351100	SUAS/União - BPC/Escola			0,00	0,00
1350500	SUAS/União - Acessuas			20.740,00	20.740,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			72.000,00	72.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.491.597,07</b>	<b>6.491.597,07</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.491.597,07</b>	<b>6.491.597,07</b>

**40 - Fundacao Ecologica e Zoobotanica de Brusque**

**001 - Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	2.383.000,00	2.383.000,00
18.541.0160.2252	Manut. da Fund. Ecolog. e Zoobotânica	0,00	0,00	2.340.000,00	2.340.000,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			100.000,00	100.000,00



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 13 / 15

**40 - Fundacao Ecologica e Zoobotanica de Brusque****001 - Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1000000	Recursos Ordinários			2.240.000,00	2.240.000,00
18.541.0160.2253	Manutenção do Laboratório de Reprod. da Flora e Fa	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
1000000	Recursos Ordinários			13.000,00	13.000,00
18.541.0160.2301	Construção e Manutenção dos Viveiros	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160.2257	Manutenção e Rest. Área Nutrição	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários			17.000,00	17.000,00
23.695	Turismo	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695.0160.1152	Implantação do Parque de Aventura	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
3345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			0,00	0,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			17.000,00	17.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			0,00	0,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.417.000,00</b>	<b>2.417.000,00</b>

**50 - Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade****001 - Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	3.151.000,00	3.151.000,00
15.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005.2018	Manut. Ativ. Instituto Brusquense Plan. e Mob.	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.221.000,00	2.221.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	930.000,00	930.000,00
15.451.0245	Estudos, projetos e informações municipais	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
15.451.0245.2302	Elaboração de Projetos, Estudos e Informações Muni	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			900.000,00	900.000,00
15.451.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
15.451.0305.2007	Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento U	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
15.451.0305.2320	Territórios de Cidadania	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.151.000,00</b>	<b>3.151.000,00</b>

**55 - Fummpom- Fundo Mun. Melhoria da Policia Militar****001 - Fummpom- Fdo Mun. Melhoria Policia Militar**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181	Policimento	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181.0150	Ações da segurança pública	0,00	444.100,00	915.900,00	1.360.000,00
06.181.0150.1106	Instalações e Equipamentos P/ Policia Militar	0,00	444.100,00	0,00	444.100,00
1000000	Recursos Ordinários		320.000,00		320.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00		0,00
3000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
3890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00		0,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		124.100,00		124.100,00
06.181.0150.2206	Manutenção do Fummpom - Policia Militar	0,00	0,00	915.900,00	915.900,00
1000000	Recursos Ordinários			510.000,00	510.000,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar			405.900,00	405.900,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>444.100,00</b>	<b>915.900,00</b>	<b>1.360.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>444.100,00</b>	<b>915.900,00</b>	<b>1.360.000,00</b>

**60 - Fumrebom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros****001 - Fumrebom- Fdo Mun. Reeq. Corpo Bombeiros**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150	Ações da segurança pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150.1101	Instalações e Equipamentos P/ Corpo de Bombeiros	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
1000000	Recursos Ordinários		670.000,00		670.000,00
06.182.0150.2211	Manut. do Fundo M. Reequip. Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	840.000,00	840.000,00
1000000	Recursos Ordinários			840.000,00	840.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>

**65 - Fundacao Cultural de Brusque****001 - Fundacao Cultural de Brusque**

--	--	--	--	--	--

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL671101-11483-GZMG-213377990 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:39



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 14 / 15

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	2.047.000,00	2.047.000,00
13.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060.2221	Manutenção Administrativa da Fundação Cultural	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.525.000,00	1.525.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060.2222	Manutenção da Biblioteca	0,00	0,00	316.000,00	316.000,00
1000000	Recursos Ordinários			316.000,00	316.000,00
13.392.0060.2223	Apoio e Fomento à Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
13.392.0060.2225	Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividad	0,00	0,00	206.000,00	206.000,00
1000000	Recursos Ordinários			206.000,00	206.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>2.047.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.047.000,00</b>	<b>2.047.000,00</b>
<b>70 - Instituto Brusquense de Previdência</b>					
<b>001 - Ibprev</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social	0,00	0,00	38.360.000,00	38.360.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272.0205	Previdência social	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272.0205.2312	Manutenção das Atividades - Ibprev	0,00	0,00	1.107.000,00	1.107.000,00
6030000	Contribuição para RPPS			0,00	0,00
2030000	Contribuição para RPPS			1.050.000,00	1.050.000,00
1000000	Recursos Ordinários			57.000,00	57.000,00
09.272.0205.2314	Compensação Previdenciaria	0,00	0,00	69.000,00	69.000,00
2030000	Contribuição para RPPS			69.000,00	69.000,00
09.272.0205.2315	Concessão de Benefícios Previdenciarios	0,00	0,00	20.930.000,00	20.930.000,00
6030000	Contribuição para RPPS			0,00	0,00
2030000	Contribuição para RPPS			13.250.000,00	13.250.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.680.000,00	7.680.000,00
09.272.0205.2317	Reserva Administrativa	0,00	0,00	703.078,11	703.078,11
2030000	Contribuição para RPPS			703.078,11	703.078,11
09.997	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205	Previdência social	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205.2316	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
2037500	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar			4.878.160,51	4.878.160,51
2030000	Contribuição para RPPS			10.672.761,38	10.672.761,38
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>38.360.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.360.000,00</b>	<b>38.360.000,00</b>
<b>75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente</b>					
<b>001 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental	0,00	162.000,00	829.000,00	991.000,00
18.122	Administracao Geral	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160.1197	Manutencao Fundo Municipal do Meio Ambiente	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
1000000	Recursos Ordinários		150.000,00		150.000,00
18.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundema	0,00	0,00	823.000,00	823.000,00
1000000	Recursos Ordinários			823.000,00	823.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	12.000,00	6.000,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
18.541.0160.2304	Atividades e Ações de Preservação, Controle e Cons	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 15 / 15

**75 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente****001 - Fundacao Municipal de Meio Ambiente**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
18.541.0163.1153	Programa de Educação Ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários		12.000,00		12.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>829.000,00</b>	<b>991.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>162.000,00</b>	<b>829.000,00</b>	<b>991.000,00</b>

**80 - Samae****001 - Samae**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Gestão administrativa do samae	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300.1193	Construção, Ampl. e Refor. da Sede Administrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
2000000	Rec. Prop. Samae		0,00		0,00
04.122.0300.2291	Manutenção Moder. dos Serviços Administrativos	0,00	0,00	6.450.000,00	6.450.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			6.450.000,00	6.450.000,00
04.122.0300.2292	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	320.000,00	320.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			320.000,00	320.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.770.000,00</b>	<b>6.770.000,00</b>

**002 - Tecnica**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512.0301	Abastecimento de água	0,00	1.980.000,00	19.075.000,00	21.055.000,00
17.512.0301.1191	Ampl. Reform e Reparos do Sistema de Água	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		650.000,00		650.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0301.1192	Construcao, Ampliacao e Reforma Unid. Cap. e Elev. Tratamento de Agua	0,00	1.310.000,00	0,00	1.310.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		1.290.000,00		1.290.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
6000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0301.2293	Oper. Manutenção do Sistema de Agua - Samae	0,00	0,00	19.075.000,00	19.075.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			19.065.000,00	19.065.000,00
6000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
2890000	Alienação Bens Outros Programas			10.000,00	10.000,00
17.512.0302	Sistema de esgoto	0,00	25.000,00	115.000,00	140.000,00
17.512.0302.1194	Cons. Ampl. e Ref. do Sis. de Esgoto	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
6000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		5.000,00		5.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0302.2294	Operacao Manutencao Sistema de Esgoto	0,00	0,00	115.000,00	115.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			115.000,00	115.000,00
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999.9999.2999	Reserva de Contigencia	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			5.000,00	5.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>2.005.000,00</b>	<b>19.195.000,00</b>	<b>21.200.000,00</b>

**003 - Samae - Precatorio**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303	Precatorios	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303.2295	Precatorios Samae	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			100.000,00	100.000,00
6000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>2.005.000,00</b>	<b>26.065.000,00</b>	<b>28.070.000,00</b>

**90 - Reserva de Contingencia****099 - Reserva de Contingencia**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
99.999.9999.2999	Reserva de Contigencia	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>88.739.391,00</b>	<b>369.838.873,06</b>	<b>458.578.264,06</b>



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 1 / 13

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001	Administração e processo legislativo	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara de Vereadores e Atividades Le	0,00	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00
0	Registro inexistente necessário			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			8.500.000,00	8.500.000,00
04	Administração	0,00	4.265.000,00	33.764.850,00	38.029.850,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	15.000,00	2.917.000,00	2.932.000,00
04.062.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	15.000,00	2.917.000,00	2.932.000,00
04.062.0005.1195	Manutenção Fundo Procuradoria	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
1000000	Recursos Ordinários		15.000,00		15.000,00
04.062.0005.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	2.917.000,00	2.917.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.917.000,00	2.917.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
04.121.0010.2015	Manutenção do Depto de Finanças e Contabilidade	0,00	0,00	2.345.000,00	2.345.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.345.000,00	2.345.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	4.250.000,00	20.805.850,00	25.055.850,00
04.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	11.817.350,00	11.817.350,00
04.122.0005.2002	Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria	0,00	0,00	1.572.000,00	1.572.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.572.000,00	1.572.000,00
04.122.0005.2004	Manutenção da Controladoria Municipal-controle Int	0,00	0,00	427.000,00	427.000,00
1000000	Recursos Ordinários			427.000,00	427.000,00
04.122.0005.2012	Manutenção e Aquisição de Equipamentos e Veículos	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
04.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral	0,00	0,00	8.146.000,00	8.146.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas			500.000,00	500.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.646.000,00	7.646.000,00
04.122.0005.2308	Manut. das Ativ. da Secret. de Gov. e Gestão Estra	0,00	0,00	1.372.350,00	1.372.350,00
1000000	Recursos Ordinários			1.372.350,00	1.372.350,00
04.122.0005.2322	Gestao Fundo - Fhis	0,00	0,00	270.000,00	270.000,00
1000000	Recursos Ordinários			270.000,00	270.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			0,00	0,00
04.122.0195	Serviços gerais	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
04.122.0195.2056	Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra	0,00	0,00	156.000,00	156.000,00
1000000	Recursos Ordinários			156.000,00	156.000,00
04.122.0225	Gestão administrativa	0,00	0,00	2.059.000,00	2.059.000,00
04.122.0225.2008	Manutenção do Depto de Suprimentos, Compras e Lici	0,00	0,00	947.000,00	947.000,00
1000000	Recursos Ordinários			947.000,00	947.000,00
04.122.0225.2011	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	0,00	0,00	1.112.000,00	1.112.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.112.000,00	1.112.000,00
04.122.0300	Gestão administrativa do samae	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300.1193	Construção, Ampl. e Refor. da Sede Administrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
2000000	Rec. Prop. Samae			0,00	0,00
04.122.0300.2291	Manutenção Moder. dos Serviços Administrativos	0,00	0,00	6.450.000,00	6.450.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			6.450.000,00	6.450.000,00
04.122.0300.2292	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	320.000,00	320.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			320.000,00	320.000,00
04.122.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	4.250.000,00	3.500,00	4.253.500,00
04.122.0330.1017	Programa Modernização Administrativa Financeira e	0,00	4.250.000,00	0,00	4.250.000,00
1000000	Recursos Ordinários		250.000,00		250.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00		4.000.000,00
04.122.0330.2054	Manutenção Conselhos Municipais	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00
1000000	Recursos Ordinários			3.500,00	3.500,00
04.126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250	Modernização da administração pública	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
04.126.0250.2033	Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação/c	0,00	0,00	655.000,00	655.000,00
1000000	Recursos Ordinários			655.000,00	655.000,00
04.129	Administração de Receitas	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010	Administração geral e fazendária	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
04.129.0010.2014	Manutenção do Depto de Tributação e Fiscalização	0,00	0,00	5.053.000,00	5.053.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.053.000,00	5.053.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
04.131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.820.000,00	1.820.000,00
04.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135	Gestão de trânsito e transporte urbano	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
04.452.0135.2318	Manutenção das Atividades Administrativas da Secre	0,00	0,00	169.000,00	169.000,00
1000000	Recursos Ordinários			169.000,00	169.000,00
05	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122	Administracao Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00	0,00
05.122.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
06	Segurança Pública	0,00	1.114.100,00	7.634.900,00	8.749.000,00
06.181	Policiamento	0,00	444.100,00	1.426.900,00	1.871.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-BLFF-213378041 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:40





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 2 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06.181.0150	Ações da segurança pública	0,00	444.100,00	1.426.900,00	1.871.000,00
06.181.0150.1106	Instalações e Equipamentos P/ Polícia Militar	0,00	444.100,00	0,00	444.100,00
1000000	Recursos Ordinários		320.000,00		320.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00		0,00
3000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
3890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00		0,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		124.100,00		124.100,00
06.181.0150.2057	Manutenção Convênio Ssp. Trânsito/detran	0,00	0,00	511.000,00	511.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
1110000	Convênio de Trânsito - Civil			510.000,00	510.000,00
06.181.0150.2206	Manutenção do Fummpom - Polícia Militar	0,00	0,00	915.900,00	915.900,00
1000000	Recursos Ordinários			510.000,00	510.000,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar			405.900,00	405.900,00
06.182	Defesa Civil	0,00	670.000,00	1.801.000,00	2.471.000,00
06.182.0150	Ações da segurança pública	0,00	670.000,00	840.000,00	1.510.000,00
06.182.0150.1101	Instalações e Equipamentos P/ Corpo de Bombeiros	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
1000000	Recursos Ordinários		670.000,00		670.000,00
06.182.0150.2211	Manut. do Fundo M. Reequip. Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	840.000,00	840.000,00
1000000	Recursos Ordinários			840.000,00	840.000,00
06.182.0230	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			311.000,00	311.000,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 3 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1000000	Recursos Ordinários			650.000,00	650.000,00
06.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325	Paz no trânsito	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
06.452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos	0,00	0,00	4.407.000,00	4.407.000,00
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura			2.240.000,00	2.240.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.167.000,00	2.167.000,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	7.476.097,07	7.476.097,07
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	983.000,00	983.000,00
08.243.0108	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	0,00	0,00	983.000,00	983.000,00
08.243.0108.2231	Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança	0,00	0,00	588.000,00	588.000,00
1000000	Recursos Ordinários			588.000,00	588.000,00
08.243.0108.2234	Desenvolvimento das Atividades e Projetos do FIA	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
1000000	Recursos Ordinários			295.000,00	295.000,00
1090000	FIA Imposto de Renda			100.000,00	100.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	6.493.097,07	6.493.097,07
08.244.0255	Gestão municipal da política de assistência social	0,00	0,00	6.491.597,07	6.491.597,07
08.244.0255.2250	Economia Solidária	0,00	0,00	323.000,00	323.000,00
1000000	Recursos Ordinários			8.000,00	8.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			315.000,00	315.000,00
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social			0,00	0,00
08.244.0255.2325	Brusque Carinhosa	0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
1000000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
08.244.0255.2326	Gestão Suas	0,00	0,00	3.254.743,27	3.254.743,27
1350500	SUAS/União - Acessuas			12.610,00	12.610,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350801	SUAS/União - PFMC II			166.680,00	166.680,00
3350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família			0,00	0,00
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família			78.000,00	78.000,00
1350700	SUAS/União - IGD Suas			6.173,27	6.173,27
1351200	SUAS/União - Aprimora Rede			0,00	0,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			37.200,00	37.200,00
1350802	SUAS/União - PTMC			31.080,00	31.080,00
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			108.000,00	108.000,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			2.815.000,00	2.815.000,00
08.244.0255.2327	Proteção Social Especial - Média Complexidade	0,00	0,00	186.301,80	186.301,80
1350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
3350803	SUAS/União - AEPETI			0,00	0,00
1350802	SUAS/União - PTMC			20.720,00	20.720,00
1350801	SUAS/União - PFMC II			111.120,00	111.120,00
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC			0,00	0,00
3350802	SUAS/União - PTMC			0,00	0,00
3350801	SUAS/União - PFMC II			0,00	0,00
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC			0,00	0,00
1352301	FEAS - Média/Investimento			31.412,80	31.412,80
1352302	FEAS - Média/Custeio			23.049,00	23.049,00
08.244.0255.2328	Proteção Social Especial - Alta Complexidade	0,00	0,00	977.512,00	977.512,00
1352101	FEAS - Alta/Investimento			33.264,00	33.264,00
1000000	Recursos Ordinários			890.000,00	890.000,00
1352102	FEAS - Alta/Custeio			29.448,00	29.448,00
3351000	SUAS/União - PSE/AC			0,00	0,00
1351000	SUAS/União - PSE/AC			24.800,00	24.800,00
1352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC			0,00	0,00
08.244.0255.2329	Proteção Social Básica	0,00	0,00	1.570.040,00	1.570.040,00
1000000	Recursos Ordinários			1.415.800,00	1.415.800,00





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 4 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1352402	FEAS - Basica/Custeio			15.600,00	15.600,00
3350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1352401	FEAS - Basica/Investimento			36.400,00	36.400,00
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais			9.500,00	9.500,00
1352400	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS PSB			0,00	0,00
3350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350902	SUAS/União - SCFV			0,00	0,00
1351100	SUAS/União - BPC/Escola			0,00	0,00
1350500	SUAS/União - Acessuas			20.740,00	20.740,00
1350901	SUAS/União - PBF			0,00	0,00
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB			72.000,00	72.000,00
08.244.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2077	Manutenção das Atividades do Comad - Cons. Anti Dr	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500,00	1.500,00
08.244.0330.2321	Integração Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
09	Previdência Social	0,00	0,00	38.360.000,00	38.360.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272.0205	Previdência social	0,00	0,00	22.809.078,11	22.809.078,11
09.272.0205.2312	Manutenção das Atividades - Ibperv	0,00	0,00	1.107.000,00	1.107.000,00
6030000	Contribuição para RPPS			0,00	0,00
2030000	Contribuição para RPPS			1.050.000,00	1.050.000,00
1000000	Recursos Ordinários			57.000,00	57.000,00
09.272.0205.2314	Compensação Previdenciaria	0,00	0,00	69.000,00	69.000,00
2030000	Contribuição para RPPS			69.000,00	69.000,00
09.272.0205.2315	Concessão de Benefícios Previdenciarios	0,00	0,00	20.930.000,00	20.930.000,00
6030000	Contribuição para RPPS			0,00	0,00
2030000	Contribuição para RPPS			13.250.000,00	13.250.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.680.000,00	7.680.000,00
09.272.0205.2317	Reserva Administrativa	0,00	0,00	703.078,11	703.078,11
2030000	Contribuição para RPPS			703.078,11	703.078,11
09.997	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205	Previdência social	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205.2316	Reserva do RPPS	0,00	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
2037500	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar			4.878.160,51	4.878.160,51
2030000	Contribuição para RPPS			10.672.761,38	10.672.761,38
10	Saúde	0,00	1.503.291,00	79.416.297,61	80.919.588,61
10.032	Controle Externo	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
10.032.0330.2283	Atividades do Conselho Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	4.620,00	4.620,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			4.620,00	4.620,00
10.122	Administracao Geral	0,00	0,00	7.544.702,15	7.544.702,15
10.122.0009	Clinica Veterinária Animal	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
10.122.0009.2051	Construção e Manutenção da Clínica Veterinária	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			200.000,00	200.000,00
10.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
10.122.0220.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (blges)	0,00	0,00	7.344.702,15	7.344.702,15
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			5.834.702,15	5.834.702,15
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS			20.000,00	20.000,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			1.490.000,00	1.490.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	1.503.291,00	26.014.713,18	27.518.004,18
10.301.0090	Ações gerais de saúde	0,00	145.000,00	39.200,00	184.200,00
10.301.0090.1162	Aquisição de Equipamentos (blgest)	0,00	145.000,00	0,00	145.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00		50.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde		40.000,00		40.000,00
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00		50.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		5.000,00		5.000,00
10.301.0090.2277	Promoção à Saúde (blges)	0,00	0,00	39.200,00	39.200,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			5.000,00	5.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			34.200,00	34.200,00
10.301.0275	Estratégia de saúde da família e assistência farma	0,00	0,00	25.975.513,18	25.975.513,18
10.301.0275.2271	Atenção Básica, Esf, Acs (blatb)	0,00	0,00	20.730.243,00	20.730.243,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			10.000,00	10.000,00
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF			1.055.400,00	1.055.400,00
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse			0,00	0,00
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF			480.000,00	480.000,00
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE			30.000,00	30.000,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde			0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-BLFF-213378041 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:40



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 5 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB			2.403.509,00	2.403.509,00
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal			481.680,00	481.680,00
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF			1.917.840,00	1.917.840,00
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF			72.000,00	72.000,00
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS			2.202.408,00	2.202.408,00
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ			2.450.800,00	2.450.800,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			9.626.606,00	9.626.606,00
10.301.0275.2272	Manutenção Assistencia Farmaceutica (blafb)	0,00	0,00	5.245.270,18	5.245.270,18
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica			484.938,00	484.938,00
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica			0,00	0,00
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica			549.596,40	549.596,40
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			4.210.735,78	4.210.735,78
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
10.301.0340	expansão da rede de saude	0,00	1.358.291,00	0,00	1.358.291,00
10.301.0340.1171	Construção Ampl. e Reforma de Unidades de Saude (b	0,00	1.358.291,00	0,00	1.358.291,00
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde			500.000,00	500.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			75.000,00	75.000,00
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos			398.000,00	398.000,00
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		185.291,00		185.291,00
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00		200.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	43.090.909,65	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	0,00	0,00	43.090.909,65	43.090.909,65
10.302.0280.2273	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitala	0,00	0,00	42.322.729,65	42.322.729,65
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			22.248.356,09	22.248.356,09
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO			66.600,00	66.600,00
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC			513.745,56	513.745,56
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU			263.028,00	263.028,00
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO			231.000,00	231.000,00
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			19.000.000,00	19.000.000,00
3381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			0,00	0,00
10.302.0280.2275	CAPS Infantil	0,00	0,00	768.180,00	768.180,00
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC			429.000,00	429.000,00
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			339.180,00	339.180,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105.2279	Manutenção da Vigilância Sanitária (blvgs)	0,00	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária			73.665,00	73.665,00
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária			1.020.000,00	1.020.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305.0105	Vigilância em saúde	0,00	0,00	1.667.687,63	1.667.687,63
10.305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (blvgs)	0,00	0,00	733.816,19	733.816,19
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental			357.214,08	357.214,08
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			376.602,11	376.602,11
10.305.0105.2281	Manutenção do Programa Dst/aids (blvgs)	0,00	0,00	933.871,44	933.871,44
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde			830.871,48	830.871,48
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS			102.999,96	102.999,96
12	Educação	0,00	4.620.000,00	79.748.350,54	84.368.350,54
12.032	Controle Externo	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
12.032.0330.2307	Manutenção das Atividades do Conselho da Educação	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
12.122	Administracao Geral	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
12.122.0005.2022	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educaçã	0,00	0,00	6.145.000,00	6.145.000,00
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de			0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-BLFF-213378041 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:40



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 6 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1010000	Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR			6.045.000,00	6.045.000,00
1376300	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			100.000,00	100.000,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de				
	Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR				
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040	Merenda escolar	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040.2049	Manut. Prog. de Alimentação Escolar do Ensino Fund	0,00	0,00	3.419.500,00	3.419.500,00
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de			30.000,00	30.000,00
	Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE				
1000000	Recursos Ordinários			2.000.000,00	2.000.000,00



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 7 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00	12.000,00
1370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			550.000,00	550.000,00
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			320.000,00	320.000,00
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches			450.000,00	450.000,00
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			0,00	0,00
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			0,00	0,00
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00	0,00
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			0,00	0,00
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			0,00	0,00
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			0,00	0,00
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental			42.500,00	42.500,00
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio			15.000,00	15.000,00
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches			0,00	0,00
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola			0,00	0,00
12.306.0040.2306	Programa Alimentação Escolar da Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	1.646.000,00	39.228.350,54	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundamental e valorização do magistério	0,00	1.646.000,00	37.963.600,54	39.609.600,54
12.361.0025.1008	Ampliação Construção de Ginásio e Quadras Cobertas	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		80.000,00	80.000,00	80.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00	400.000,00	400.000,00
12.361.0025.1013	Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Funda	0,00	1.166.000,00	0,00	1.166.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		0,00	0,00	0,00
1360000	Salário-Educação		1.056.000,00	1.056.000,00	1.056.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00	110.000,00	110.000,00
12.361.0025.2017	Manutenção e Melhorias do Prog de Informática nas	0,00	0,00	0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		0,00	0,00	0,00
12.361.0025.2019	Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistér	0,00	0,00	37.963.600,54	37.963.600,54
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			1.900.000,00	1.900.000,00
1360000	Salário-Educação			1.265.000,00	1.265.000,00
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outras)			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			10.588.600,54	10.588.600,54
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE			0,00	0,00
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			0,00	0,00
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			24.210.000,00	24.210.000,00
12.361.0030	Transporte escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
12.361.0030.2003	Manutenção do Transporte Escolar	0,00	0,00	1.264.750,00	1.264.750,00
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			1.000.000,00	1.000.000,00
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			234.250,00	234.250,00
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE			30.500,00	30.500,00
12.362	Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045	Apoio ao ensino médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
12.362.0045.2071	Manutenção e Modernização do Ensino Médio	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			20.000,00	20.000,00
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030	Transporte escolar	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0030.2069	Auxílio ao Transporte Universitário	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.500.000,00	1.500.000,00
12.364.0050	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00	0,00
12.364.0050.2063	Apoio Financeiro ao Estudante	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
12.365	Educação Infantil	0,00	2.974.000,00	29.260.000,00	32.234.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-BLFF-213378041 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:40



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 8 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12.365.0020	Desenvolvimento da educação infantil	0,00	2.307.000,00	26.090.000,00	28.397.000,00
12.365.0020.1005	Construção Ampliação e Reforma Escolas Ens. Infant	0,00	2.307.000,00	0,00	2.307.000,00
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00		900.000,00
1360000	Salário-Educação		1.297.000,00		1.297.000,00



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 9 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00		0,00
12.365.0020.2020	Manutenção da Educação Infantil	0,00	0,00	26.090.000,00	26.090.000,00
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			600.000,00	600.000,00
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)			19.340.000,00	19.340.000,00
3360000	Salário-Educação			0,00	0,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			6.150.000,00	6.150.000,00
12.365.0335	Mais creches	0,00	667.000,00	3.170.000,00	3.837.000,00
12.365.0335.1009	Construção de Creches	0,00	667.000,00	0,00	667.000,00
1360000	Salário-Educação		557.000,00		557.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ		110.000,00		110.000,00
12.365.0335.2021	Manutencao de Creches	0,00	0,00	3.170.000,00	3.170.000,00
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Creches			120.000,00	120.000,00
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches			0,00	0,00
1360000	Salário-Educação			200.000,00	200.000,00
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			0,00	0,00
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso			115.000,00	115.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			2.735.000,00	2.735.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
12.366.0355.2319	Educacao de Jovens e Adultos	0,00	0,00	152.500,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			152.500,00	152.500,00
12.367	Educacao Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12.367.0027.2050	Manutenção da Educação Especial	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ			18.000,00	18.000,00
13	Cultura	0,00	0,00	2.047.000,00	2.047.000,00
13.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
13.122.0060.2221	Manutenção Administrativa da Fundação Cultural	0,00	0,00	1.525.000,00	1.525.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.525.000,00	1.525.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	0,00	0,00	522.000,00	522.000,00
13.392.0060.2222	Manutenção da Biblioteca	0,00	0,00	316.000,00	316.000,00
1000000	Recursos Ordinários			316.000,00	316.000,00
13.392.0060.2223	Apoio e Fomento à Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
13.392.0060.2225	Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividad	0,00	0,00	206.000,00	206.000,00
1000000	Recursos Ordinários			206.000,00	206.000,00
14	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	636.000,00	636.000,00
14.422.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
14.422.0005.2313	Manutenção das Atividades do Fundo Defesa do Consu	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00
1000000	Recursos Ordinários			14.000,00	14.000,00
14.422.0210	Defesa dos interesses sociais	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
14.422.0210.2311	Manutenção do Procon Municipal	0,00	0,00	622.000,00	622.000,00
1000000	Recursos Ordinários			622.000,00	622.000,00
15	Urbanismo	0,00	44.120.000,00	68.592.377,84	112.712.377,84
15.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005	Administração e planejamento governamental	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
15.122.0005.2018	Manut. Ativ. Instituto Brusquense Plan. e Mob.	0,00	0,00	2.221.000,00	2.221.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.221.000,00	2.221.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	44.120.000,00	40.979.500,00	85.099.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	0,00	0,00	35.408.500,00	35.408.500,00
15.451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário	0,00	0,00	35.408.500,00	35.408.500,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			5.900.000,00	5.900.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas			10.000.000,00	10.000.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			10.500.000,00	10.500.000,00
1394500	CFEM			176.000,00	176.000,00
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais			397.500,00	397.500,00
1000000	Recursos Ordinários			8.330.000,00	8.330.000,00
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE			105.000,00	105.000,00
15.451.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
15.451.0220.2330	Diretoria Geral de Infraestrutura - DGI	0,00	0,00	741.000,00	741.000,00
1000000	Recursos Ordinários			741.000,00	741.000,00
15.451.0245	Estudos, projetos e informações municipais	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
15.451.0245.2302	Elaboração de Projetos, Estudos e Informações Muni	0,00	0,00	912.000,00	912.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-BLFF-213378041 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:40



**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 10 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			900.000,00	900.000,00
15.451.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
15.451.0305.2007	Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento U	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
15.451.0305.2320	Territórios de Cidadania	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
15.451.0310	Tapete preto	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
15.451.0310.1001	Obras de Infra-estrutura Urbana Projeto Tapete Pre	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
1000000	Recursos Ordinários		3.020.000,00		3.020.000,00
15.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	0,00	41.100.000,00	0,00	41.100.000,00
15.451.0320.1010	Pac Pavimentacao	0,00	41.100.000,00	0,00	41.100.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		40.000.000,00		40.000.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.100.000,00		1.100.000,00
15.451.0330	Gestao transparente e democratica	0,00	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
15.451.0330.2249	Programa de Obras Comunitarias - Op	0,00	0,00	3.900.000,00	3.900.000,00
1000000	Recursos Ordinários			3.900.000,00	3.900.000,00





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 11 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	25.391.877,84	25.391.877,84
15.452.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	0,00	0,00	16.406.877,84	16.406.877,84
15.452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de Obras	0,00	0,00	15.571.877,84	15.571.877,84
1000000	Recursos Ordinários			15.571.877,84	15.571.877,84
15.452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equi	0,00	0,00	835.000,00	835.000,00
1000000	Recursos Ordinários			835.000,00	835.000,00
15.452.0305	Reurbaniza brusque	0,00	0,00	8.985.000,00	8.985.000,00
15.452.0305.2040	Manutenção e Implantação da Iluminação Pública	0,00	0,00	8.452.000,00	8.452.000,00
1080000	Contribuição para a COSIP			7.950.000,00	7.950.000,00
1000000	Recursos Ordinários			502.000,00	502.000,00
15.452.0305.2066	Manutenção de Praças e Jardins	0,00	0,00	533.000,00	533.000,00
1000000	Recursos Ordinários			533.000,00	533.000,00
16	Habitação	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130	Ações de habitação - nossa casa	0,00	0,00	940.000,00	940.000,00
16.482.0130.2075	Desenv. Ações e Progr. de Habitação(fhis Lei 3.178	0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			650.000,00	650.000,00
1000000	Recursos Ordinários			40.000,00	40.000,00
16.482.0130.2323	Morar Legal	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
16.482.0130.2324	Mcmv - Minha Casa Minha Vida	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
1000000	Recursos Ordinários			150.000,00	150.000,00
17	Saneamento	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512.0301	Abastecimento de água	0,00	1.980.000,00	19.075.000,00	21.055.000,00
17.512.0301.1191	Ampl. Reform e Reparos do Sistema de Água	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		650.000,00		650.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0301.1192	Construcao, Ampliacao e Reforma Unid. Cap. e Elev. Tratamento de Agua	0,00	1.310.000,00	0,00	1.310.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		1.290.000,00		1.290.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
6000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0301.2293	Oper. Manutenção do Sistema de Agua - Samae	0,00	0,00	19.075.000,00	19.075.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			19.065.000,00	19.065.000,00
6000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
2890000	Alienação Bens Outros Programas			10.000,00	10.000,00
17.512.0302	Sistema de esgoto	0,00	25.000,00	115.000,00	140.000,00
17.512.0302.1194	Cons. Ampl. e Ref. do Sis. de Esgoto	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
6000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		5.000,00		5.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0302.2294	Operacao Manutencao Sistema de Esgoto	0,00	0,00	115.000,00	115.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			115.000,00	115.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	30.112.000,00	3.212.000,00	33.324.000,00
18.122	Administracao Geral	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	150.000,00	823.000,00	973.000,00
18.122.0160.1197	Manutencao Fundo Municipal do Meio Ambiente	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
1000000	Recursos Ordinários		150.000,00		150.000,00
18.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundema	0,00	0,00	823.000,00	823.000,00
1000000	Recursos Ordinários			823.000,00	823.000,00
18.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
18.451.0320.1002	Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de	0,00	29.950.000,00	0,00	29.950.000,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00		0,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00		13.000.000,00
1000000	Recursos Ordinários		1.950.000,00		1.950.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000.000,00		15.000.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	12.000,00	2.389.000,00	2.401.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	2.389.000,00	2.389.000,00
18.541.0160.2252	Manut. da Fund. Ecológ. e Zootécnica	0,00	0,00	2.340.000,00	2.340.000,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			100.000,00	100.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.240.000,00	2.240.000,00
18.541.0160.2253	Manutenção do Laboratório de Reprod. da Flora e Fa	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
1000000	Recursos Ordinários			13.000,00	13.000,00
18.541.0160.2301	Construção e Manutenção dos Viveiros	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
1000000	Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
18.541.0160.2304	Atividades e Ações de Preservação, Controle e Cons	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários			6.000,00	6.000,00
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
18.541.0163.1153	Programa de Educação Ambiental	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL681101-11483-BLFF-213378041 - Emitido por: JESSICA KEMPNER

05/10/2016 14:40





**MUNICIPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 12 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
1000000	Recursos Ordinários		12.000,00		12.000,00
19	Ciências e Tecnologia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
19.572.0345.2248	Apoio ao Desenvolvimento de Acoes de Inovacao Tecn	0,00	0,00	11.000,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários			11.000,00	11.000,00
20	Agricultura	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155	Ações do setor agropecuário	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
20.606.0155.2028	Manut Depto de Agricultura e Apoio à Agricultura F	0,00	0,00	756.000,00	756.000,00
1000000	Recursos Ordinários			756.000,00	756.000,00
22	Indústria	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165	Desenvolvimento econômico	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
22.122.0165.2026	Man. Secret.desenv.economico Trabalho e Renda	0,00	0,00	777.000,00	777.000,00
1000000	Recursos Ordinários			777.000,00	777.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	3.657.000,00	3.657.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
23.541.0160.2257	Manutenção e Rest. Área Nutrição	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários			17.000,00	17.000,00



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade: Consolidado  
LDO: 2017

Pág 13 / 13

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23.695	Turismo	0,00	0,00	3.640.000,00	3.640.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
23.695.0160.1152	Implantação do Parque de Aventura	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	0,00	0,00	3.640.000,00	3.640.000,00
23.695.0170.2236	Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento T	0,00	0,00	13.000,00	13.000,00
1000000	Recursos Ordinários			13.000,00	13.000,00
23.695.0170.2237	Infra-estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolvement	0,00	0,00	1.335.000,00	1.335.000,00
1000000	Recursos Ordinários			335.000,00	335.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			1.000.000,00	1.000.000,00
23.695.0170.2238	Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos	0,00	0,00	590.000,00	590.000,00
1000000	Recursos Ordinários			590.000,00	590.000,00
23.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
3345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			0,00	0,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			17.000,00	17.000,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			0,00	0,00
23.695.0170.2310	Manut. da Secretaria de Turismo	0,00	0,00	1.685.000,00	1.685.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.685.000,00	1.685.000,00
27	Desporto e Lazer	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	1.000.000,00	2.285.000,00	3.285.000,00
27.812.0070	Desporto amador	0,00	0,00	2.285.000,00	2.285.000,00
27.812.0070.2024	Apoio a Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
27.812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
1000000	Recursos Ordinários			995.000,00	995.000,00
27.812.0070.2065	Manut. Atividades da Fundação Mun. de Esportes	0,00	0,00	1.290.000,00	1.290.000,00
1000000	Recursos Ordinários			1.290.000,00	1.290.000,00
27.812.0350	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
27.812.0350.1011	Vila Olimpica	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00		0,00
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00		1.000.000,00
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	12.730.000,00	12.730.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	10.330.000,00	10.330.000,00
28.843.0180	Operações especiais	0,00	0,00	10.230.000,00	10.230.000,00
28.843.0180.2055	Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatór	0,00	0,00	7.290.000,00	7.290.000,00
1000000	Recursos Ordinários			7.290.000,00	7.290.000,00
28.843.0180.2078	Pagamento de Precatórios - Ec 62/2009	0,00	0,00	2.940.000,00	2.940.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.940.000,00	2.940.000,00
3000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
28.843.0303	Precatórios	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303.2295	Precatórios Samae	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			100.000,00	100.000,00
6000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180	Operações especiais	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0180.2048	Pasep e Outras Obrigações Tributárias	0,00	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
1000000	Recursos Ordinários			2.400.000,00	2.400.000,00
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
99.999.9999	Reserva de contingência	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
99.999.9999.2999	Reserva de Contingencia	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			5.000,00	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>88.739.391,00</b>	<b>369.838.873,06</b>	<b>458.578.264,06</b>

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	Camara de Vereadores	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
	Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01				
	Acao Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031				
	Administração e processo legislativo	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031.0001				
0	Registro inexistente necessário		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.500.000,00		
02.001	Gabinete do Prefeito	1.577.000,00	0,00	1.577.000,00
	Administração	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04				
	Administracao Geral	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	1.572.000,00	0,00	1.572.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	1.572.000,00		
	Gestao transparente e democratica	3.500,00	0,00	3.500,00
04.122.0330				
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00		
	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
06				
	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Assistência Social	1.500,00	0,00	1.500,00
08				
	Assistência Comunitária	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244				
	Gestao transparente e democratica	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244.0330				
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00		
02.003	Fundo Municipal de Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
	Segurança Pública	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06				
	Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	650.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		311.000,00	
02.004	DGI - Departamento Geral de Infraestrutura	741.000,00	0,00	741.000,00
	Urbanismo	741.000,00	0,00	741.000,00
15				
	Infra-Estrutura Urbana	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451				
	Gestão estratégica	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451.0220				
1000000	Recursos Ordinários	741.000,00		
03.001	Procuradoria Geral do Municipio	3.553.000,00	0,00	3.553.000,00
	Administração	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062				
	Administração e planejamento governamental	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.917.000,00		
	Direitos da Cidadania	636.000,00	0,00	636.000,00
14				
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	636.000,00	0,00	636.000,00
14.422				
	Administração e planejamento governamental	14.000,00	0,00	14.000,00
14.422.0005				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág   2 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	14.000,00		
	Defesa dos interesses sociais	622.000,00	0,00	622.000,00
14.422.0210				
1000000	Recursos Ordinários	622.000,00		
03.002	Fundo Procuradoria Geral do Município	15.000,00	0,00	15.000,00
	Administração	15.000,00	0,00	15.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062				
	Administração e planejamento governamental	15.000,00	0,00	15.000,00
04.062.0005				
1000000	Recursos Ordinários	15.000,00		
04.001	Sec. de Governo e Gestão Estratégica	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
	Administração	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
04				
	Administracao Geral	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	1.372.350,00	0,00	1.372.350,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	1.372.350,00		
	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00
05				
	Administracao Geral	0,00	0,00	0,00
05.122				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  3 / 33				
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
05.001	Secretaria de Comunicacao Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04	Administração	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131	Comunicação Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.820.000,00		
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.032	Controle Externo	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032	Gestao transparente e democratica	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032.0330	Recursos Ordinários	5.000,00		
1000000	Administracao Geral	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122	Administração e planejamento governamental	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.045.000,00		
1010000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  4 / 33				
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		100.000,00	
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
	Alimentação e Nutrição	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306				
	Merenda escolar	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040				
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		0,00	
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		450.000,00	
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		15.000,00	
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		42.500,00	
1370300	Outras Transferências do Fundo		550.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
:				
1				
4				
4				
2				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
5				
/				
33				
	Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA		0,00	
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		0,00	
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000.000,00		
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		0,00	
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		320.000,00	
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE		30.000,00	
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		0,00	
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
1				
2				
0				
1				
6				
:				
1				
4				
4				
2				

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.361	Ensino Fundamental	11.012.850,54	29.861.500,00	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundamental e valorização do magistério	10.778.600,54	28.831.000,00	39.609.600,54
3360000	Salário-Educação		0,00	
1360000	Salário-Educação		2.321.000,00	
3180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)		0,00	
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE		0,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  7 / 33				
1180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		24.210.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	10.778.600,54		
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00	
	Transporte escolar	234.250,00	1.030.500,00	1.264.750,00
12.361.0030				
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		1.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	234.250,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE		30.500,00	
	Ensino Médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362				
	Apoio ao ensino médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362.0045				
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.000,00		
	Ensino Superior	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12.364				
	Transporte escolar	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
2				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  8 / 33				
12.364.0030				
1000000	Recursos Ordinários	1.500.000,00		
	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00
12.364.0050				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Educação Infantil	9.105.000,00	23.129.000,00	32.234.000,00
12.365				
	Desenvolvimento da educação infantil	6.260.000,00	22.137.000,00	28.397.000,00
12.365.0020				
3360000	Salário-Educação		0,00	
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil		0,00	
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.260.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		19.340.000,00	
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		1.897.000,00	
	Mais creches	2.845.000,00	992.000,00	3.837.000,00
12.365.0335				
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		0,00	
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da		120.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
Educação				
Cursos				
LDO				
2017				
Educação - FNDE - Manut. Creches				
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		115.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	2.845.000,00		
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		757.000,00	
12.366	Educação de Jovens e Adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	152.500,00		
12.367	Educacao Especial	18.000,00	0,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	18.000,00	0,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	18.000,00		
10.001	Secretaria Municipal de Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23	Comércio e Serviços	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág   10 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	2.275.000,00		
10.002	Fundo Mun. de Desenvolvimento Turístico	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23	Comércio e Serviços	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
1000000	Recursos Ordinários	348.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
11.001	Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda	788.000,00	0,00	788.000,00
19	Ciências e Tecnologia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	11.000,00	0,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários	11.000,00		
22	Indústria	777.000,00	0,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	777.000,00	0,00	777.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
			Pág	11	/	33
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7				
22.122.0165	Desenvolvimento econômico	777.000,00	0,00	777.000,00		
1000000	Recursos Ordinários	777.000,00				
11.002	Depto da Agricultura e Abastecimento	756.000,00	0,00	756.000,00		
	Agricultura	756.000,00	0,00	756.000,00		
20	Extensão Rural	756.000,00	0,00	756.000,00		
20.606	Ações do setor agropecuário	756.000,00	0,00	756.000,00		
20.606.0155						
1000000	Recursos Ordinários	756.000,00				
13.001	Secretaria de Obras e Servicos Publicos	35.741.877,84	103.028.500,00	138.770.377,84		
	Urbanismo	33.791.877,84	75.028.500,00	108.820.377,84		
15	Infra-Estrutura Urbana	16.350.000,00	67.078.500,00	83.428.500,00		
15.451	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	8.330.000,00	27.078.500,00	35.408.500,00		
15.451.0125						
1394500	CFEM		176.000,00			
1394400	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais		397.500,00			
1070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		105.000,00			

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa			Pág	12	/	33
<div> <div> <div>E</div> <div>n</div> <div>t</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>e</div> <div>:</div> <div>C</div> <div>o</div> <div>n</div> <div>s</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>L</div> <div>D</div> <div>O</div> <div>:</div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>7</div> </div> </div>						

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	35.741.877,84	103.028.500,00	138.770.377,84
15	Urbanismo	33.791.877,84	75.028.500,00	108.820.377,84
15.451	Infra-Estrutura Urbana	16.350.000,00	67.078.500,00	83.428.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	8.330.000,00	27.078.500,00	35.408.500,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		5.900.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		10.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.330.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		10.500.000,00	
15.451.0310	Tapete preto	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
1000000	Recursos Ordinários	3.020.000,00		
15.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.100.000,00	40.000.000,00	41.100.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		40.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.100.000,00		
	Gestao transparente e	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6 1 4 4 2
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
		Pág  13 / 33		
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7		
15.451.0330	democratica			
1000000	Recursos Ordinários	3.900.000,00		
	Serviços Urbanos	17.441.877,84	7.950.000,00	25.391.877,84
15.452				
	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	16.406.877,84	0,00	16.406.877,84
15.452.0125				
1000000	Recursos Ordinários	16.406.877,84		
	Reurbaniza brusque	1.035.000,00	7.950.000,00	8.985.000,00
15.452.0305				
1080000	Contribuição para a COSIP		7.950.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.035.000,00		
	Gestão Ambiental	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18				
	Infra-Estrutura Urbana	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451				
	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.950.000,00	28.000.000,00	29.950.000,00
18.451.0320				
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		15.000.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		13.000.000,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág   14 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	1.950.000,00		
14.001	Encargos Gerais do Município	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
	Encargos Especiais	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
28	Serviço da Dívida Interna	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843	Operações especiais	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843.0180				
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1000000	Recursos Ordinários	10.230.000,00		
	Outros encargos Especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846	Operações especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846.0180				
1000000	Recursos Ordinários	2.400.000,00		
15.001	Secretaria de Assist. Social e Habitação	588.000,00	0,00	588.000,00
	Assistência Social	588.000,00	0,00	588.000,00
08	Assistência à Criança e ao Adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	588.000,00		
15.002	Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia	295.000,00	100.000,00	395.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  15 / 33				
	Assistência Social	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	295.000,00		
1090000	FIA Imposto de Renda		100.000,00	
15.003	Fundo Municipal Habitação e Interesse Social	560.000,00	650.000,00	1.210.000,00
	Administração	270.000,00	0,00	270.000,00
04				
	Administracao Geral	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	270.000,00		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	0,00		
	Habitação	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16				
	Habitacao Urbana	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482				
	Ações de habitação - nossa casa	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482.0130				
1000000	Recursos Ordinários	290.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  16 / 33				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		650.000,00	
18.001	Controladoria Geral do Município - Cgm	427.000,00	0,00	427.000,00
	Administração	427.000,00	0,00	427.000,00
04	Administracao Geral	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122.0005	Recursos Ordinários	427.000,00		
1000000	Secretaria de Orçamento e Gestão	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
19.001	Administração	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
04	Planejamento e Orçamento	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121	Administração geral e fazendária	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121.0010	Recursos Ordinários	2.345.000,00		
1000000	Administracao Geral	10.141.000,00	4.500.000,00	14.641.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	7.676.000,00	500.000,00	8.176.000,00
04.122.0005	Alienação Bens Outros Programas		500.000,00	
1890000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  17 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	7.676.000,00		
	Serviços gerais	156.000,00	0,00	156.000,00
04.122.0195				
1000000	Recursos Ordinários	156.000,00		
	Gestão administrativa	2.059.000,00	0,00	2.059.000,00
04.122.0225				
1000000	Recursos Ordinários	2.059.000,00		
	Gestao transparente e democratica	250.000,00	4.000.000,00	4.250.000,00
04.122.0330				
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	250.000,00		
	Tecnologia da Informação	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126				
	Modernização da administração pública	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126.0250				
1000000	Recursos Ordinários	655.000,00		
21.001	Secretaria de Transito e Mobilidade	2.337.000,00	2.750.000,00	5.087.000,00
	Administração	169.000,00	0,00	169.000,00
04				
	Servicos Urbanos	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452				
	Gestão de trânsito e transporte urbano	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452.0135				
1000000	Recursos Ordinários	169.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  18 / 33				
	Segurança Pública	2.168.000,00	2.750.000,00	4.918.000,00
06				
	Policiamento	1.000,00	510.000,00	511.000,00
06.181				
	Ações da segurança pública	1.000,00	510.000,00	511.000,00
06.181.0150				
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00		
1110000	Convênio de Trânsito - Civil		510.000,00	
	Servicos Urbanos	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
06.452				
	Paz no transito	2.167.000,00	2.240.000,00	4.407.000,00
06.452.0325				
1120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura		2.240.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.167.000,00		
22.001	Fundação Municipal de Esportes	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27				
	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812				
	Desporto amador	2.285.000,00	0,00	2.285.000,00
27.812.0070				
1000000	Recursos Ordinários	2.285.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  19 / 33				
22.001	Fundação Municipal de Esportes	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
27.812.0350				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
23.001	Secretaria da Fazenda	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
	Administração	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04				
	Administração de Receitas	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129				
	Administração geral e fazendária	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129.0010				
1000000	Recursos Ordinários	5.053.000,00		
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10				
	Controle Externo	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032				
	Gestao transparente e democratica	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032.0330				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	4.620,00		

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  20 / 33				
	Administracao Geral	6.034.702,15	1.510.000,00	7.544.702,15
10.122	Clinica Veterinária Animal	200.000,00	0,00	200.000,00
10.122.0009				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	200.000,00		
	Gestão estratégica	5.834.702,15	1.510.000,00	7.344.702,15
10.122.0220				
1382200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Gestão do SUS		20.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	5.834.702,15		
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		1.490.000,00	
	Atenção Básica	13.986.541,78	13.531.462,40	27.518.004,18
10.301				
	Ações gerais de saúde	74.200,00	110.000,00	184.200,00
10.301.0090				
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		10.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	74.200,00		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		50.000,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		50.000,00	
	Estratégia de saúde da família e assistência farma	13.837.341,78	12.138.171,40	25.975.513,18
10.301.0275				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  21 / 33				
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS		2.202.408,00	
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		549.596,40	
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF		1.917.840,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	13.837.341,78		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		2.450.800,00	
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF		1.055.400,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		2.403.509,00	
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		480.000,00	
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		0,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		0,00	
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica		484.938,00	
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		30.000,00	
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal		481.680,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1635500	Transferências de Convênios -		10.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		Pág  22 / 33			
		Estado/Saúde					
1671300		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF		72.000,00			
3381400		Prog. Saúde na Escola - Pse		0,00			
		expansão da rede de saude		75.000,00		1.283.291,00	
10.301.0340						1.358.291,00	
1380800		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		185.291,00			
1335400		Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00			
1635500		Transferências de Convênios - Estado/Saúde		500.000,00			
1382300		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		398.000,00			
1020000		Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde		75.000,00			
10.302		Assistência Hospitalar e Ambulatorial		22.587.536,09		20.503.373,56	
						43.090.909,65	
10.302.0280		Ações em saúde de média e alta complexidade		22.587.536,09		20.503.373,56	
						43.090.909,65	
1381100		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO		231.000,00			
3381700		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		0,00			
1381700		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		19.429.000,00			
1671700		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC		513.745,56			
1671100		Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO		66.600,00			
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  23 / 33				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	22.587.536,09		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU		263.028,00	
	Vigilância Sanitária	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304	Vigilância em saúde	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105				
1060100	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária		1.020.000,00	
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária		73.665,00	
	Vigilância Epidemiológica	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305	Vigilância em saúde	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305.0105				
1382000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental		357.214,08	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  24 / 33				
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS		102.999,96	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	1.207.473,59		
30.001	Fundo Municipal de Assistencia Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08	Assistência Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244	Assistência Comunitária	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244.0255	Gestão municipal da política de assistência social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
1350803	SUAS/União - AEPETI		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	5.308.800,00		
1351100	SUAS/União - BPC/Escola		0,00	
1352100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC		0,00	
3350902	SUAS/União - SCFV		0,00	
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		315.000,00	
1351200	SUAS/União - Aprimora Rede		0,00	
3350803	SUAS/União - AEPETI		0,00	
3350600	SUAS/União - Igd Bolsa Família		0,00	
1350902	SUAS/União - SCFV		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág   25 / 33				
1350500	SUAS/União - Acessuas		33.350,00	
1352402	FEAS - Basica/Custeio		15.600,00	
1352102	FEAS - Alta/Custeio		29.448,00	
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social		0,00	
1352101	FEAS - Alta/Investimento		33.264,00	
3351000	SUAS/União - PSE/AC		0,00	
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC		0,00	
3350802	SUAS/União - PTMC		0,00	
3350801	SUAS/União - PFMC II		0,00	
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC		0,00	
1352301	FEAS - Media/Investimento		31.412,80	
1350700	SUAS/União - IGD Suas		6.173,27	
1352302	FEAS - Media/Custeio		23.049,00	
1350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família		78.000,00	
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais		9.500,00	
3350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350801	SUAS/União - PFMC II		277.800,00	
1352400	Transferências do Sistema Único		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

	<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág  26 / 33	
	E n t r e d a d e : : C o n s o : : d a d o : : L D O : : 2 0 1 7		

	de Assistência Social - FEAS PSB			
1350802	SUAS/União - PTMC		51.800,00	
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB		180.000,00	
1351000	SUAS/União - PSE/AC		62.000,00	
1352401	FEAS - Basica/Investimento		36.400,00	
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.283.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1645500	Transferências de Convênios -		100.000,00	

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)				
Comércio e Serviços				
23		34.000,00	0,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	17.000,00	0,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
23.695	Turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
50.001	Inst. Brusquense de Planej. e	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  28 / 33				
	Mobilidade			
	Urbanismo	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
15				
	Administracao Geral	2.221.000,00	0,00	2.221.000,00
15.122				
	Administração e planejamento governamental	2.221.000,00	0,00	2.221.000,00
15.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.221.000,00		
	Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	900.000,00	930.000,00
15.451				
	Estudos, projetos e informações municipais	12.000,00	900.000,00	912.000,00
15.451.0245				
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		900.000,00	
	Reurbaniza brusque	18.000,00	0,00	18.000,00
15.451.0305				
1000000	Recursos Ordinários	18.000,00		
55.001	Fummpom- Fdo Mun. Melhoria Policia Militar	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
	Segurança Pública	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
06				
	Policiamiento	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
06.181				
	Ações da segurança pública	830.000,00	530.000,00	1.360.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
05710720161442				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  29 / 33				
06.181.0150				
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		530.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	830.000,00		
3890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
60.001	Fumrebom- Fdo Mun. Reeq. Corpo Bombeiros	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
	Segurança Pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06	Defesa Civil	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182	Ações da segurança pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182.0150				
1000000	Recursos Ordinários	1.510.000,00		
65.001	Fundacao Cultural de Brusque	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
	Cultura	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
13	Administracao Geral	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122	Cultura, arte e patrimônio histórico	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122.0060				
1000000	Recursos Ordinários	1.525.000,00		
	Difusão Cultural	522.000,00	0,00	522.000,00
13.392				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  30 / 33				
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	522.000,00	0,00	522.000,00
1000000	Recursos Ordinários	522.000,00		
70.001	Ibprev	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
	Previdência Social	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
09	Previdência do Regime Estatutário	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272	Previdência social	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272.0205				
6030000	Contribuição para RPPS		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	7.737.000,00		
2030000	Contribuição para RPPS		15.072.078,11	
09.997	Reserva do RPPS	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205	Previdência social	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
2030000	Contribuição para RPPS		10.672.761,38	
2037500	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar		4.878.160,51	
75.001	Fundacao Municipal de Meio Ambiente	991.000,00	0,00	991.000,00
	Gestão Ambiental	991.000,00	0,00	991.000,00
18	Administracao Geral	973.000,00	0,00	973.000,00
18.122				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  31 / 33				
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	973.000,00	0,00	973.000,00
1000000	Recursos Ordinários	973.000,00		
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	0,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	6.000,00	0,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários	6.000,00		
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	12.000,00	0,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
80.001	Samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04	Administração	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Gestão administrativa do samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		6.770.000,00	
80.002	Tecnica	0,00	21.200.000,00	21.200.000,00
17	Saneamento	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512.0301	Abastecimento de água	0,00	21.055.000,00	21.055.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		Pág		32	/	33
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7						
6000000	Recursos Ordinários			0,00				
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE			20.000,00				
2890000	Alienação Bens Outros Programas			10.000,00				
2000000	Rec. Prop. Samae			21.005.000,00				
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE			20.000,00				
17.512.0302	Sistema de esgoto	0,00		140.000,00	140.000,00			
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE			10.000,00				
2000000	Rec. Prop. Samae			120.000,00				
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE			10.000,00				
6000000	Recursos Ordinários			0,00				
99	Reserva de Contingência	0,00		5.000,00	5.000,00			
99.999	Reserva de contingência	0,00		5.000,00	5.000,00			
99.999.9999	Reserva de contigência	0,00		5.000,00	5.000,00			
2000000	Rec. Prop. Samae			5.000,00				
80.003	Samae - Precatorio	0,00		100.000,00	100.000,00			
	Encargos Especiais	0,00		100.000,00	100.000,00			
28	Serviço da Dívida Interna	0,00		100.000,00	100.000,00			

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
90.099	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999.9999				
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
<b>Total Geral</b>		192.224.251,99	266.354.012,07	458.578.264,06

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)						R\$ 1,00
Especificação	Metas Previstas Em 2015 (a)	% PIB (a) / PIB x 100)	Metas Realizadas Em 2015 (b)	% PIB (b) / PIB x 100)	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	%(c/a) x 100
Receita Total	494.354.661,62	213,1447 %	348.837.690,99	150,4040 %	(145.516.970,63)	(29,44)
Receitas Primárias (I)	395.953.866,62	170,7184 %	321.316.481,69	138,5380 %	(74.637.384,93)	(18,85)
Despesa Total	494.354.661,62	213,1447 %	320.515.016,76	138,1924 %	(173.839.644,86)	(35,16)
Despesas Primárias (II)	489.654.661,62	211,1182 %	314.736.495,61	135,7010 %	(174.918.166,01)	(35,72)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(93.700.795,00)	-40,3998 %	6.579.986,08	2,8370 %	100.280.781,08	(107,02)
Resultado Nominal	8.519.401,46	3,6732 %	27.787.102,98	11,9806 %	19.267.701,52	226,16
Dívida Pública Consolidada	63.126.238,43	27,2173 %	63.126.238,43	27,2173 %	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	27.787.102,98	11,9806 %	27.787.102,98	11,9806 %	0,00	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
FONTE: Sistema		Atende.Net - IPM		Unidade Responsável:		MUNICIPIO DE BRUSQUE
Data Emissão:		05/out/2016		Hora de Emissão:		14h e 52m
Nota Explicativa:						

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	368.495.992,98
Receita Tributária	60.425.439,20
IPU	16.500.000,00
ISS	19.240.000,00
ITBI	7.904.000,00
IRRF	7.425.600,00
Outras Receitas Tributárias	9.355.839,20
Receita de Contribuições	16.684.214,92
Receita Patrimonial	10.424.847,80
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	1.658.800,00
Receita de Serviços	26.989.000,00
Transferências Correntes	236.492.744,87
Cota-Parte do FPM	39.071.760,00
Cota-Parte do ICMS	86.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	19.240.000,00
Cota-Parte do ITR	6.416,80
Transferências da LC 87/1996 - Desoneração	365.456,00
Transferências da LC 61/1989 - Ipi Exportação	1.083.600,00
Transferências do FUNDEB	45.300.000,00
Outras Transferências Correntes	45.425.512,07
Outras Receitas Correntes	15.820.946,19
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	38.106.008,92
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	8.884.214,92
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	544.280,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	28.677.514,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	330.389.984,06

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)							R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
			2017	2018	2019		
Total			0,00	0,00	0,00		
FONTE: Sistema			Unidade Responsável:				
Data Emissão:			Hora Emissão:				
Nota Explicativa:							

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)				R\$ 1,00			
Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%	
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	699.310.972,19	100,00 %	198.927.796,36	100,00 %	
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	
Resultado Acumulado	739.069.104,37	100,00 %	300,00	0,00 %	300,00	0,00 %	
TOTAL	739.069.104,37	100,00 %	699.311.272,19	100,00 %	198.928.096,36	100,00 %	
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%	
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	
TOTAL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	
FONTE:		Sistema Atende.Net - IPM		Unidade Responsável		MUNICIPIO DE BRUSQUE	
Data Emissão:		05/out/2016		Hora de emissão:		14:59	
Nota Explicativa:							

Dotação		%
Órgão	1 - Câmara de Vereadores	
	5.310.000,00	1,16
1.1.0001.0031.0001.2001.3319000000000000.01000000		
1.1.0001.0031.0001.2001.3319100000000000.01000000	300.000,00	0,07
1.1.0001.0031.0001.2001.3335000000000000.01000000	15.000,00	0,00
1.1.0001.0031.0001.2001.3339000000000000.00000000	0,00	0,00
1.1.0001.0031.0001.2001.3339000000000000.01000000	1.797.500,00	0,39
1.1.0001.0031.0001.2001.3339100000000000.01000000	2.500,00	0,00
1.1.0001.0031.0001.2001.3449000000000000.01000000	1.075.000,00	0,23
<b>Total Órgão</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>1,85</b>
2 - Gabinete do Prefeito		%
Órgão		
	1.450.000,00	0,32
2.1.0004.0122.0005.2002.3319000000000000.01000000		
2.1.0004.0122.0005.2002.3319100000000000.01000000	20.000,00	0,00
2.1.0004.0122.0005.2002.3339000000000000.01000000	100.000,00	0,02
2.1.0004.0122.0005.2002.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
2.1.0004.0122.0330.2054.3339000000000000.01000000	2.500,00	0,00
2.1.0004.0122.0330.2054.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,00
2.1.0006.0182.0230.2035.3339100000000000.01000000	0,00	0,00
2.1.0008.0244.0330.2077.3339000000000000.01000000	1.500,00	0,00
2.1.0008.0244.0330.2321.3339000000000000.01000000	0,00	0,00
2.1.0008.0244.0330.2321.3449000000000000.01000000	0,00	0,00
2.3.0006.0182.0230.2035.3319000000000000.01000000	460.000,00	0,10
2.3.0006.0182.0230.2035.3319100000000000.01000000	20.000,00	0,00
2.3.0006.0182.0230.2035.3339000000000000.01000000	150.000,00	0,03
2.3.0006.0182.0230.2035.3449000000000000.01000000	20.000,00	0,00
2.3.0006.0182.0230.2035.3449000000000000.01345400	311.000,00	0,07
2.4.0015.0451.0220.2330.3319000000000000.01000000	600.000,00	0,13
2.4.0015.0451.0220.2330.3319100000000000.01000000	90.000,00	0,02
2.4.0015.0451.0220.2330.3339000000000000.01000000	50.000,00	0,01
2.4.0015.0451.0220.2330.3449000000000000.01000000	1.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>3.279.000,00</b>	<b>0,72</b>
3 - Procuradoria Geral do Município		%
Órgão		
	2.015.000,00	0,44
3.1.0004.0062.0005.2005.3319000000000000.01000000		
3.1.0004.0062.0005.2005.3319100000000000.01000000	150.000,00	0,03
3.1.0004.0062.0005.2005.3339000000000000.01000000	750.000,00	0,16
3.1.0004.0062.0005.2005.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0005.2313.3339000000000000.01000000	7.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0005.2313.3449000000000000.01000000	7.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0210.2311.3319000000000000.01000000	575.000,00	0,13
3.1.0014.0422.0210.2311.3319100000000000.01000000	30.000,00	0,01
3.1.0014.0422.0210.2311.3339000000000000.01000000	15.000,00	0,00
3.1.0014.0422.0210.2311.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
3.2.0004.0062.0005.1195.3339000000000000.01000000	10.000,00	0,00
3.2.0004.0062.0005.1195.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>3.568.000,00</b>	<b>0,78</b>
4 - Secretaria de Governo e Gestão Estratégica		%
Órgão		
	1.215.000,00	0,26

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
	Pág  2 / 29	
	E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7	
4.1.0004.0122.0005.2308.3319000000000000.01000000		
4.1.0004.0122.0005.2308.3319100000000000.01000000	4.350,00	0,00
4.1.0004.0122.0005.2308.3339000000000000.01000000	150.000,00	0,03
4.1.0004.0122.0005.2308.3449000000000000.01000000	3.000,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3319000000000000.01000000	0,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3319100000000000.01000000	0,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3339000000000000.01000000	0,00	0,00
4.1.0005.0122.0220.2330.3449000000000000.01000000	0,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>1.372.350,00</b>	<b>0,30</b>
Órgão	5 - Secretaria de Comunicacao Social	
	600.000,00	0,13
5.1.0004.0131.0145.2006.3319000000000000.01000000		
5.1.0004.0131.0145.2006.3319100000000000.01000000	17.000,00	0,00
5.1.0004.0131.0145.2006.3339000000000000.01000000	1.200.000,00	0,26
5.1.0004.0131.0145.2006.3449000000000000.01000000	3.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>1.820.000,00</b>	<b>0,40</b>
	9 - Secretaria Municipal de Educacao	
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

05  
10  
20  
16  
14  
47



MUNICIPIO DE BRUSQUE		Pág  4 / 29	
Planejamento e Orçamento			
LDO - Demonstrativo da Despesa			
E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7			
9.1.0012.0306.0040.2049.3339000000000000.03370500	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.3339000000000000.03370600	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2049.3339000000000000.03370700	0,00	0,00	
9.1.0012.0306.0040.2306.3339000000000000.01000000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.3319000000000000.01325400	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.3335000000000000.01010000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.3339000000000000.01010000	60.000,00	0,01	
9.1.0012.0361.0025.1008.3339000000000000.01325400	50.000,00	0,01	
9.1.0012.0361.0025.1008.3449000000000000.01010000	20.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1008.3449000000000000.01325400	350.000,00	0,08	
9.1.0012.0361.0025.1013.3339000000000000.01010000	100.000,00	0,02	
9.1.0012.0361.0025.1013.3339000000000000.01360000	756.000,00	0,16	
9.1.0012.0361.0025.1013.3449000000000000.01010000	10.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1013.3449000000000000.01325400	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.1013.3449000000000000.01360000	300.000,00	0,07	
9.1.0012.0361.0025.2017.3339000000000000.01010000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2017.3449000000000000.01010000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319000000000000.01010000	9.165.514,64	2,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319000000000000.01180000	22.150.000,00	4,83	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319000000000000.01190000	1.400.000,00	0,31	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319000000000000.03180000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319000000000000.03190000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319100000000000.01010000	300.000,00	0,07	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319100000000000.01180000	2.060.000,00	0,45	
9.1.0012.0361.0025.2019.3319100000000000.01190000	500.000,00	0,11	
9.1.0012.0361.0025.2019.3339000000000000.01010000	1.088.085,90	0,24	
9.1.0012.0361.0025.2019.3339000000000000.01360000	550.000,00	0,12	
9.1.0012.0361.0025.2019.3339000000000000.03360000	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3339100000000000.01010000	15.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3339100000000000.01360000	100.000,00	0,02	
9.1.0012.0361.0025.2019.3449000000000000.01010000	20.000,00	0,00	
9.1.0012.0361.0025.2019.3449000000000000.01360000	615.000,00	0,13	
9.1.0012.0361.0025.2019.3449000000000000.01620200	0,00	0,00	
9.1.0012.0361.0030.2003.3319000000000000.01010000	150.000,00	0,03	
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

05  
10  
20  
16  
14  
47

05  
10  
20  
36  
44  
47

MUNICIPIO DE BRUSQUE			
Planejamento e Orçamento			
LDO - Demonstrativo da Despesa			
		Pág	7 / 29
E n t r a d a d e  C o n s o r t a d o  L D O  2 0 1 7			
10.1.0023.0695.0170.2310.3319000000000000.01000000		1.315.000,00	0,29
10.1.0023.0695.0170.2310.3319100000000000.01000000		50.000,00	0,01
10.1.0023.0695.0170.2310.3339000000000000.01000000		300.000,00	0,07
10.1.0023.0695.0170.2310.3449000000000000.01000000		20.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.3319000000000000.01000000		0,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.3335000000000000.01000000		0,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.3339000000000000.01000000		10.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2236.3449000000000000.01000000		3.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2237.3335000000000000.01000000		30.000,00	0,01
10.2.0023.0695.0170.2237.3339000000000000.01000000		300.000,00	0,07
10.2.0023.0695.0170.2237.3449000000000000.01000000		5.000,00	0,00
10.2.0023.0695.0170.2237.3449000000000000.01345400		1.000.000,00	0,22
<b>Total Órgão</b>		<b>3.623.000,00</b>	<b>0,79</b>
Órgão	11 - Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda		
		0,00	0,00
11.1.0019.0572.0345.2248.3335000000000000.01000000			
11.1.0019.0572.0345.2248.3339000000000000.01000000		10.000,00	0,00
11.1.0019.0572.0345.2248.3449000000000000.01000000		1.000,00	0,00
11.1.0022.0122.0165.2026.3319000000000000.01000000		575.000,00	0,13
11.1.0022.0122.0165.2026.3319100000000000.01000000		40.000,00	0,01
11.1.0022.0122.0165.2026.3339000000000000.01000000		160.000,00	0,03
11.1.0022.0122.0165.2026.3449000000000000.01000000		2.000,00	0,00
11.2.0020.0606.0155.2028.3319000000000000.01000000		630.000,00	0,14
IPM Sistemas Ltda			
Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
		Pág  8 / 29
	E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7	
11.2.0020.0606.0155.2028.3319100000000000.01000000		65.000,00 0,01
11.2.0020.0606.0155.2028.3339000000000000.01000000		60.000,00 0,01
11.2.0020.0606.0155.2028.3449000000000000.01000000		1.000,00 0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>1.544.000,00 0,34</b>
Órgão	13 - Secretaria de Obras e Servicos Publicos	
		2.550.000,00 0,56
13.1.0015.0451.0125.2036.3319000000000000.01000000		
13.1.0015.0451.0125.2036.3319100000000000.01000000		180.000,00 0,04
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01000000		4.850.000,00 1,06
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01070000		105.000,00 0,02
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01394400		397.500,00 0,09
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01394500		176.000,00 0,04
13.1.0015.0451.0125.2036.3339000000000000.01645500		300.000,00 0,07
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01000000		750.000,00 0,16
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01345400		10.500.000,00 2,29
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01645500		5.600.000,00 1,22
13.1.0015.0451.0125.2036.3449000000000000.01830000		10.000.000,00 2,18
13.1.0015.0451.0310.1001.3319000000000000.01000000		400.000,00 0,09
13.1.0015.0451.0310.1001.3319100000000000.01000000		20.000,00 0,00
13.1.0015.0451.0310.1001.3339000000000000.01000000		2.450.000,00 0,53
13.1.0015.0451.0310.1001.3449000000000000.01000000		150.000,00 0,03
13.1.0015.0451.0320.1010.3449000000000000.01000000		1.100.000,00 0,24
13.1.0015.0451.0320.1010.3449000000000000.01830000		40.000.000,00 8,72
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE			
Planejamento e Orçamento			
LDO - Demonstrativo da Despesa			
		Pág	9 / 29
E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7			
13.1.0015.0451.0330.2249.3339000000000000.01000000		3.000.000,00	0,65
13.1.0015.0451.0330.2249.3449000000000000.01000000		900.000,00	0,20
13.1.0015.0452.0125.2037.3319000000000000.01000000		13.696.877,84	2,99
13.1.0015.0452.0125.2037.3319100000000000.01000000		650.000,00	0,14
13.1.0015.0452.0125.2037.3339000000000000.01000000		1.200.000,00	0,26
13.1.0015.0452.0125.2037.3339100000000000.01000000		20.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0125.2037.3449000000000000.01000000		5.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0125.2038.3339000000000000.01000000		800.000,00	0,17
13.1.0015.0452.0125.2038.3449000000000000.01000000		35.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2040.3319000000000000.01000000		475.000,00	0,10
13.1.0015.0452.0305.2040.3319000000000000.01080000		400.000,00	0,09
13.1.0015.0452.0305.2040.3319100000000000.01000000		15.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0305.2040.3319100000000000.01080000		30.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2040.3339000000000000.01000000		10.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0305.2040.3339000000000000.01080000		6.674.000,00	1,46
13.1.0015.0452.0305.2040.3449000000000000.01000000		2.000,00	0,00
13.1.0015.0452.0305.2040.3449000000000000.01080000		846.000,00	0,18
13.1.0015.0452.0305.2066.3319000000000000.01000000		380.000,00	0,08
13.1.0015.0452.0305.2066.3319100000000000.01000000		31.000,00	0,01
13.1.0015.0452.0305.2066.3339000000000000.01000000		120.000,00	0,03
13.1.0015.0452.0305.2066.3449000000000000.01000000		2.000,00	0,00
13.1.0018.0451.0320.1002.3339000000000000.01000000		250.000,00	0,05
13.1.0018.0451.0320.1002.3339000000000000.01345400		0,00	0,00
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01000000		1.700.000,00	0,37
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01345400		15.000.000,00	3,27
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01645500		0,00	0,00
13.1.0018.0451.0320.1002.3449000000000000.01830000		13.000.000,00	2,83
<b>Total Órgão</b>		<b>138.770.377,84</b>	<b>30,26</b>
Órgão	14 - Encargos Gerais do Município		
		100.000,00	0,02

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE																																																		
Planejamento e Orçamento																																																		
LDO - Demonstrativo da Despesa																																																		
	E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7	Pág  10 / 29																																																
<table> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2055.3319000000000000.01000000</td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2055.3329000000000000.01000000</td><td>2.900.000,00</td><td>0,63</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2055.3339000000000000.01000000</td><td>20.000,00</td><td>0,00</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2055.3449000000000000.01000000</td><td>20.000,00</td><td>0,00</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2055.3469000000000000.01000000</td><td>4.250.000,00</td><td>0,93</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2078.3319000000000000.01000000</td><td>2.240.000,00</td><td>0,49</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2078.3339000000000000.01000000</td><td>200.000,00</td><td>0,04</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.01000000</td><td>500.000,00</td><td>0,11</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.03000000</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr> <tr> <td>14.1.0028.0846.0180.2048.3339000000000000.01000000</td><td>2.400.000,00</td><td>0,52</td></tr> <tr> <td><b>Total Órgão</b></td><td><b>12.630.000,00</b></td><td><b>2,75</b></td></tr> <tr> <td>Órgão</td><td>15 - Secretaria de Assist.social e Habitação</td><td></td></tr> <tr> <td></td><td>515.000,00</td><td>0,11</td></tr> <tr> <td>15.1.0008.0243.0108.2231.3319000000000000.01000000</td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>15.1.0008.0243.0108.2231.3319100000000000.01000000</td><td>25.000,00</td><td>0,01</td></tr> <tr> <td>15.1.0008.0243.0108.2231.3339000000000000.01000000</td><td>45.000,00</td><td>0,01</td></tr> </table>			14.1.0028.0843.0180.2055.3319000000000000.01000000			14.1.0028.0843.0180.2055.3329000000000000.01000000	2.900.000,00	0,63	14.1.0028.0843.0180.2055.3339000000000000.01000000	20.000,00	0,00	14.1.0028.0843.0180.2055.3449000000000000.01000000	20.000,00	0,00	14.1.0028.0843.0180.2055.3469000000000000.01000000	4.250.000,00	0,93	14.1.0028.0843.0180.2078.3319000000000000.01000000	2.240.000,00	0,49	14.1.0028.0843.0180.2078.3339000000000000.01000000	200.000,00	0,04	14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.01000000	500.000,00	0,11	14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.03000000	0,00	0,00	14.1.0028.0846.0180.2048.3339000000000000.01000000	2.400.000,00	0,52	<b>Total Órgão</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>2,75</b>	Órgão	15 - Secretaria de Assist.social e Habitação			515.000,00	0,11	15.1.0008.0243.0108.2231.3319000000000000.01000000			15.1.0008.0243.0108.2231.3319100000000000.01000000	25.000,00	0,01	15.1.0008.0243.0108.2231.3339000000000000.01000000	45.000,00	0,01
14.1.0028.0843.0180.2055.3319000000000000.01000000																																																		
14.1.0028.0843.0180.2055.3329000000000000.01000000	2.900.000,00	0,63																																																
14.1.0028.0843.0180.2055.3339000000000000.01000000	20.000,00	0,00																																																
14.1.0028.0843.0180.2055.3449000000000000.01000000	20.000,00	0,00																																																
14.1.0028.0843.0180.2055.3469000000000000.01000000	4.250.000,00	0,93																																																
14.1.0028.0843.0180.2078.3319000000000000.01000000	2.240.000,00	0,49																																																
14.1.0028.0843.0180.2078.3339000000000000.01000000	200.000,00	0,04																																																
14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.01000000	500.000,00	0,11																																																
14.1.0028.0843.0180.2078.3449000000000000.03000000	0,00	0,00																																																
14.1.0028.0846.0180.2048.3339000000000000.01000000	2.400.000,00	0,52																																																
<b>Total Órgão</b>	<b>12.630.000,00</b>	<b>2,75</b>																																																
Órgão	15 - Secretaria de Assist.social e Habitação																																																	
	515.000,00	0,11																																																
15.1.0008.0243.0108.2231.3319000000000000.01000000																																																		
15.1.0008.0243.0108.2231.3319100000000000.01000000	25.000,00	0,01																																																
15.1.0008.0243.0108.2231.3339000000000000.01000000	45.000,00	0,01																																																
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6 1 4 4 7																																																

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
		Pág  11 / 29
	E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7	
15.1.0008.0243.0108.2231.3449000000000000.01000000		3.000,00 0,00
15.2.0008.0243.0108.2234.3335000000000000.01000000		250.000,00 0,05
15.2.0008.0243.0108.2234.3335000000000000.01090000		30.000,00 0,01
15.2.0008.0243.0108.2234.3339000000000000.01000000		45.000,00 0,01
15.2.0008.0243.0108.2234.3339000000000000.01090000		70.000,00 0,02
15.3.0004.0122.0005.2322.3319000000000000.01000000		150.000,00 0,03
15.3.0004.0122.0005.2322.3319100000000000.01000000		20.000,00 0,00
15.3.0004.0122.0005.2322.3339000000000000.01000000		70.000,00 0,02
15.3.0004.0122.0005.2322.3339100000000000.01010000		0,00 0,00
15.3.0004.0122.0005.2322.3449000000000000.01000000		30.000,00 0,01
15.3.0016.0482.0130.2075.3449000000000000.01000000		40.000,00 0,01
15.3.0016.0482.0130.2075.3449000000000000.01345400		650.000,00 0,14
15.3.0016.0482.0130.2323.3339000000000000.01000000		100.000,00 0,02
15.3.0016.0482.0130.2323.3449000000000000.01000000		0,00 0,00
15.3.0016.0482.0130.2324.3339000000000000.01000000		100.000,00 0,02
15.3.0016.0482.0130.2324.3449000000000000.01000000		50.000,00 0,01
<b>Total Órgão</b>		<b>2.193.000,00 0,48</b>
Órgão	18 - Controladoria Geral do Município - Cgm	
		390.000,00 0,09
18.1.0004.0122.0005.2004.3319000000000000.01000000		
18.1.0004.0122.0005.2004.3319100000000000.01000000		21.000,00 0,00
18.1.0004.0122.0005.2004.3339000000000000.01000000		15.000,00 0,00
18.1.0004.0122.0005.2004.3449000000000000.01000000		1.000,00 0,00
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



05  
10  
20  
36  
44  
47

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
E		
n		
t		
i		
d		
a		
d		
e		
C		
o		
n		
s		
o		
d		
a		
d		
o		
L		
D		
O		
2		
0		
1		
7		
Pág		
13		
/		
29		
19.1.0004.0122.0195.2056.3319100000000000.01000000	13.500,00	0,00
19.1.0004.0122.0195.2056.3339000000000000.01000000	22.000,00	0,00
19.1.0004.0122.0195.2056.3449000000000000.01000000	5.500,00	0,00
19.1.0004.0122.0225.2008.3319000000000000.01000000	875.000,00	0,19
19.1.0004.0122.0225.2008.3319100000000000.01000000	45.000,00	0,01
19.1.0004.0122.0225.2008.3339000000000000.01000000	25.000,00	0,01
19.1.0004.0122.0225.2008.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
19.1.0004.0122.0225.2011.3319000000000000.01000000	975.000,00	0,21
19.1.0004.0122.0225.2011.3319100000000000.01000000	105.000,00	0,02
19.1.0004.0122.0225.2011.3339000000000000.01000000	30.000,00	0,01
19.1.0004.0122.0225.2011.3449000000000000.01000000	2.000,00	0,00
19.1.0004.0122.0330.1017.3339000000000000.01000000	100.000,00	0,02
19.1.0004.0122.0330.1017.3339000000000000.01830000	1.000.000,00	0,22
19.1.0004.0122.0330.1017.3449000000000000.01000000	150.000,00	0,03
19.1.0004.0122.0330.1017.3449000000000000.01830000	3.000.000,00	0,65
19.1.0004.0126.0250.2033.3319000000000000.01000000	570.000,00	0,12
19.1.0004.0126.0250.2033.3319100000000000.01000000	50.000,00	0,01
19.1.0004.0126.0250.2033.3339000000000000.01000000	30.000,00	0,01
19.1.0004.0126.0250.2033.3449000000000000.01000000	5.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>17.641.000,00</b>	<b>3,85</b>
Órgão	21 - Secretaria de Transito e Mobilidade	
	118.000,00	0,03
21.1.0004.0452.0135.2318.3319000000000000.01000000		
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

	MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da Despesa	Pág 14 / 29	
	E n t r a d a d e  C o n s o r t a d o  L D O  2 0 1 7		
21.1.0004.0452.0135.2318.33191000000000.01000000		11.000,00	0,00
21.1.0004.0452.0135.2318.33390000000000.01000000		35.000,00	0,01
21.1.0004.0452.0135.2318.34490000000000.01000000		5.000,00	0,00
21.1.0006.0181.0150.2057.33390000000000.01110000		355.900,00	0,08
21.1.0006.0181.0150.2057.34490000000000.01000000		1.000,00	0,00
21.1.0006.0181.0150.2057.34490000000000.01110000		154.100,00	0,03
21.1.0006.0452.0325.2303.33190000000000.01000000		1.950.000,00	0,43
21.1.0006.0452.0325.2303.33191000000000.01000000		164.000,00	0,04
21.1.0006.0452.0325.2303.33390000000000.01000000		50.000,00	0,01
21.1.0006.0452.0325.2303.33390000000000.01120000		1.540.000,00	0,34
21.1.0006.0452.0325.2303.34490000000000.01000000		3.000,00	0,00
21.1.0006.0452.0325.2303.34490000000000.01120000		700.000,00	0,15
Total Órgão		5.087.000,00	1,11
Órgão	22 - Fundação Municipal de Esportes		
		0,00	0,00
22.1.0027.0812.0070.2024.33350000000000.01000000			
22.1.0027.0812.0070.2025.33350000000000.01000000		300.000,00	0,07
22.1.0027.0812.0070.2025.33390000000000.01000000		690.000,00	0,15
22.1.0027.0812.0070.2025.34490000000000.01000000		5.000,00	0,00
22.1.0027.0812.0070.2065.33190000000000.01000000		875.000,00	0,19
22.1.0027.0812.0070.2065.33191000000000.01000000		45.000,00	0,01
22.1.0027.0812.0070.2065.33390000000000.01000000		350.000,00	0,08
22.1.0027.0812.0070.2065.33391000000000.01000000		5.000,00	0,00
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da Despesa		
<div> <div>Pág</div> <div>15</div> <div>/</div> <div>29</div> </div>		
<div> <div> <div>22.1.0027.0812.0070.2065.3449000000000000.01000000</div> <div>15.000,00</div> <div>0,00</div> </div> <div> <div>22.1.0027.0812.0350.1011.3449000000000000.01345400</div> <div>1.000.000,00</div> <div>0,22</div> </div> <div> <div>22.1.0027.0812.0350.1011.3449000000000000.01890000</div> <div>0,00</div> <div>0,00</div> </div> <div> <div>Total Órgão</div> <div>3.285.000,00</div> <div>0,72</div> </div> </div>		
<div> <div>Órgão</div> <div>23 - Secretaria da Fazenda</div> </div>		
<div> <div>4.250.000,00</div> <div>0,93</div> </div>		
<div> <div>23.1.0004.0129.0010.2014.3319000000000000.01000000</div> <div>500.000,00</div> <div>0,11</div> </div>		
<div> <div>23.1.0004.0129.0010.2014.3319100000000000.01000000</div> <div>300.000,00</div> <div>0,07</div> </div>		
<div> <div>23.1.0004.0129.0010.2014.3339000000000000.01000000</div> <div>3.000,00</div> <div>0,00</div> </div>		
<div> <div>Total Órgão</div> <div>5.053.000,00</div> <div>1,10</div> </div>		
<div> <div>Órgão</div> <div>25 - Fundo Municipal de Saude</div> </div>		
<div> <div>3.300,00</div> <div>0,00</div> </div>		
<div> <div>IPM Sistemas Ltda</div> <div>Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div> </div>		

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7		
Pág	16	29
25.1.0010.0032.0330.2283.3339000000000000.01020000		
25.1.0010.0032.0330.2283.3449000000000000.01020000	1.320,00	0,00
25.1.0010.0122.0009.2051.3339000000000000.01020000	150.000,00	0,03
25.1.0010.0122.0009.2051.3449000000000000.01020000	50.000,00	0,01
25.1.0010.0122.0220.2276.3319000000000000.01020000	3.387.982,72	0,74
25.1.0010.0122.0220.2276.3319100000000000.01020000	646.719,43	0,14
25.1.0010.0122.0220.2276.3339000000000000.01020000	1.800.000,00	0,39
25.1.0010.0122.0220.2276.3339000000000000.01382200	15.000,00	0,00
25.1.0010.0122.0220.2276.3449000000000000.01382200	5.000,00	0,00
25.1.0010.0122.0220.2276.3449000000000000.01635500	1.490.000,00	0,32
25.1.0010.0301.0090.1162.3449000000000000.01020000	40.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0090.1162.3449000000000000.01380800	50.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0090.1162.3449000000000000.01381600	50.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0090.1162.3449000000000000.01382300	5.000,00	0,00
25.1.0010.0301.0090.2277.3339000000000000.01020000	15.000,00	0,00
25.1.0010.0301.0090.2277.3449000000000000.01020000	19.200,00	0,00
25.1.0010.0301.0090.2277.3449000000000000.01382300	5.000,00	0,00
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01020000	8.700.000,00	1,90
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01380800	978.650,00	0,21
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01381000	1.667.840,00	0,36
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01381200	1.979.009,15	0,43
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01381300	399.948,40	0,09
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01381500	345.901,16	0,08
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01381600	2.050.921,49	0,45
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01671000	1.055.400,00	0,23
25.1.0010.0301.0275.2271.3319000000000000.01671300	72.000,00	0,02
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01020000	600.406,00	0,13
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01380800	44.859,00	0,01
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01381000	200.000,00	0,04
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01381200	163.398,85	0,04
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01381300	35.000,00	0,01
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01381500	65.778,84	0,01

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6 1 4 4 7
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da Despesa		Pág 17  /  29			
		E n t r e d a d e s a  C o n s o r t a d o  L D O  2 0 1 7			
25.1.0010.0301.0275.2271.3319100000000000.01381600		119.878,51		0,03	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01020000		300.000,00		0,07	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01380800		1.300.000,00		0,28	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01381000		50.000,00		0,01	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01381200		60.000,00		0,01	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01381300		25.051,60		0,01	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01381400		20.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01381500		70.000,00		0,02	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339000000000000.01381600		230.000,00		0,05	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339100000000000.01020000		19.200,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3339100000000000.01380800		60.000,00		0,01	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01020000		7.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01335400		0,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01380800		20.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01381300		20.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01381400		10.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01381600		50.000,00		0,01	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.01635500		10.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2271.3449000000000000.03381400		0,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2272.3319000000000000.01020000		344.897,94		0,08	
25.1.0010.0301.0275.2272.3319100000000000.01020000		39.837,84		0,01	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339000000000000.01000000		0,00		0,00	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339000000000000.01020000		3.100.000,00		0,68	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339000000000000.01382100		274.798,20		0,06	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339000000000000.01672100		242.469,00		0,05	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339300000000000.01020000		726.000,00		0,16	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339300000000000.01382100		274.798,20		0,06	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339300000000000.01672100		242.469,00		0,05	
25.1.0010.0301.0275.2272.3339300000000000.03382100		0,00		0,00	
25.1.0010.0301.0340.1171.3339000000000000.01020000		20.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0340.1171.3339000000000000.01380800		185.291,00		0,04	
25.1.0010.0301.0340.1171.3339000000000000.01382300		5.000,00		0,00	
25.1.0010.0301.0340.1171.3449000000000000.01020000		55.000,00		0,01	
25.1.0010.0301.0340.1171.3449000000000000.01335400		200.000,00		0,04	
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE		Planejamento e Orçamento	
LDO - Demonstrativo da Despesa		Pág	18 / 29
E n t r a d a d e  C o n s o r t a d o  L D O  2 0 1 7			
25.1.0010.0301.0340.1171.3449000000000000.01380800		0,00	0,00
25.1.0010.0301.0340.1171.3449000000000000.01382300		393.000,00	0,09
25.1.0010.0301.0340.1171.3449000000000000.01635500		500.000,00	0,11
25.1.0010.0302.0280.2273.3317100000000000.01020000		75.000,00	0,02
25.1.0010.0302.0280.2273.3319000000000000.01020000		9.762.649,96	2,13
25.1.0010.0302.0280.2273.3319000000000000.01381100		143.032,65	0,03
25.1.0010.0302.0280.2273.3319000000000000.01385700		163.798,00	0,04
25.1.0010.0302.0280.2273.3319100000000000.01020000		958.832,52	0,21
25.1.0010.0302.0280.2273.3319100000000000.01381100		7.967,35	0,00
25.1.0010.0302.0280.2273.3319100000000000.01385700		35.000,00	0,01
25.1.0010.0302.0280.2273.3335000000000000.01020000		77.000,00	0,02
25.1.0010.0302.0280.2273.3337100000000000.01020000		25.000,00	0,01
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.01020000		10.820.873,61	2,36
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.01381100		80.000,00	0,02
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.01381700		19.000.000,00	4,14
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.01385700		64.230,00	0,01
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.01671100		66.600,00	0,01
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.01671700		513.745,56	0,11
25.1.0010.0302.0280.2273.3339000000000000.03381700		0,00	0,00
25.1.0010.0302.0280.2273.3339300000000000.01020000		500.000,00	0,11
25.1.0010.0302.0280.2273.3447100000000000.01020000		4.000,00	0,00
25.1.0010.0302.0280.2273.3449000000000000.01020000		25.000,00	0,01
25.1.0010.0302.0280.2275.3319000000000000.01020000		200.000,00	0,04
25.1.0010.0302.0280.2275.3319100000000000.01020000		99.180,00	0,02
25.1.0010.0302.0280.2275.3339000000000000.01020000		20.000,00	0,00
25.1.0010.0302.0280.2275.3339000000000000.01381700		429.000,00	0,09
25.1.0010.0302.0280.2275.3449000000000000.01020000		20.000,00	0,00
25.1.0010.0304.0105.2279.3319000000000000.01060100		723.326,78	0,16
25.1.0010.0304.0105.2279.3319100000000000.01060100		126.673,22	0,03
25.1.0010.0304.0105.2279.3339000000000000.01060100		150.000,00	0,03
25.1.0010.0304.0105.2279.3339000000000000.01381900		63.665,00	0,01
25.1.0010.0304.0105.2279.3449000000000000.01060100		20.000,00	0,00
25.1.0010.0304.0105.2279.3449000000000000.01381900		10.000,00	0,00
25.1.0010.0305.0105.2274.3319000000000000.01020000		289.060,74	0,06
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
	Pág	19 / 29
E n t r a d a d e  C o n s o r t a d o  L D O  2 0 1 7		
25.1.0010.0305.0105.2274.3319000000000000.01382000	269.293,01	0,06
25.1.0010.0305.0105.2274.3319100000000000.01020000	42.541,37	0,01
25.1.0010.0305.0105.2274.3319100000000000.01382000	27.921,07	0,01
25.1.0010.0305.0105.2274.3339000000000000.01020000	40.000,00	0,01
25.1.0010.0305.0105.2274.3339000000000000.01382000	50.000,00	0,01
25.1.0010.0305.0105.2274.3449000000000000.01020000	5.000,00	0,00
25.1.0010.0305.0105.2274.3449000000000000.01382000	10.000,00	0,00
25.1.0010.0305.0105.2281.3319000000000000.01020000	707.609,34	0,15
25.1.0010.0305.0105.2281.3319100000000000.01020000	103.262,14	0,02
25.1.0010.0305.0105.2281.3339000000000000.01020000	15.000,00	0,00
25.1.0010.0305.0105.2281.3339000000000000.01381800	92.999,96	0,02
25.1.0010.0305.0105.2281.3449000000000000.01020000	5.000,00	0,00
25.1.0010.0305.0105.2281.3449000000000000.01381800	10.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>80.919.588,61</b>	<b>17,65</b>
Órgão	30 - Fundo Municipal de Assistencia Social	
	8.000,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2250.3339000000000000.01000000		
30.1.0008.0244.0255.2250.3339000000000000.01345400	300.000,00	0,07
30.1.0008.0244.0255.2250.3339000000000000.03315400	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2250.3449000000000000.01345400	15.000,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2325.3319000000000000.01000000	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2325.3339000000000000.01000000	180.000,00	0,04
30.1.0008.0244.0255.2326.3319000000000000.01000000	2.500.000,00	0,55
IPM Sistemas Ltda		
Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		



05  
10  
20  
36  
44  
47

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
E		
n		
t		
i		
d		
a		
d		
e		
C		
o		
n		
s		
o		
i		
d		
a		
d		
o		
L		
D		
O		
2		
0		
1		
7		
30.1.0008.0244.0255.2327.3449000000000000.01352301	31.412,80	0,01
30.1.0008.0244.0255.2328.3335000000000000.01000000	140.000,00	0,03
30.1.0008.0244.0255.2328.3335000000000000.01352100	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3335000000000000.01352102	19.435,68	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01000000	750.000,00	0,16
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01351000	24.800,00	0,01
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01352100	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.01352102	10.012,32	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3339000000000000.03351000	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3449000000000000.01352100	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2328.3449000000000000.01352101	33.264,00	0,01
30.1.0008.0244.0255.2329.3319000000000000.01000000	5.800,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3335000000000000.01000000	400.000,00	0,09
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01000000	950.000,00	0,21
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350500	20.740,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350900	72.000,00	0,02
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350901	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01350902	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01351100	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01352000	9.500,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01352400	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.01352402	15.600,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.03350901	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339000000000000.03350902	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3339100000000000.01000000	10.000,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3449000000000000.01000000	50.000,00	0,01
30.1.0008.0244.0255.2329.3449000000000000.01352400	0,00	0,00
30.1.0008.0244.0255.2329.3449000000000000.01352401	36.400,00	0,01
<b>Total Órgão</b>	<b>6.491.597,07</b>	<b>1,42</b>
Órgão	40 - Fundacao Ecologica e Zoobotanica de Brusque	
	1.475.000,00	0,32

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6 1 4 4 7
-------------------	---	--

05710720161447

05  
10  
20  
36  
44  
47

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
	E n t r e d a d e s a s	Pág  24 / 29
	C o n s o r t a d o	
	L D O	
	2 0 1 7	
55.1.0006.0181.0150.1106.33390000000000.01000000		
55.1.0006.0181.0150.1106.34490000000000.01000000		310.000,00 0,07
55.1.0006.0181.0150.1106.34490000000000.01100000		124.100,00 0,03
55.1.0006.0181.0150.1106.34490000000000.01890000		0,00 0,00
55.1.0006.0181.0150.1106.34490000000000.03000000		0,00 0,00
55.1.0006.0181.0150.1106.34490000000000.03890000		0,00 0,00
55.1.0006.0181.0150.2206.33390000000000.01000000		500.000,00 0,11
55.1.0006.0181.0150.2206.33390000000000.01100000		405.900,00 0,09
55.1.0006.0181.0150.2206.34490000000000.01000000		10.000,00 0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>1.360.000,00 0,30</b>
Órgão	60 - Fumrebom- Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros	
		670.000,00 0,15
60.1.0006.0182.0150.1101.34490000000000.01000000		
60.1.0006.0182.0150.2211.33390000000000.01000000		835.000,00 0,18
60.1.0006.0182.0150.2211.33391000000000.01000000		5.000,00 0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>1.510.000,00 0,33</b>
Órgão	65 - Fundacao Cultural de Brusque	
		1.075.000,00 0,23
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

05  
10  
20  
36  
44  
47

05  
10  
20  
36  
44  
47

MUNICIPIO DE BRUSQUE		
Planejamento e Orçamento		
LDO - Demonstrativo da Despesa		
		Pág  27 / 29
	E n t r e d a d e C o n s o r t a d o L D O 2 0 1 7	
75.1.0018.0122.0160.2216.3339000000000000.01000000		85.000,00 0,02
75.1.0018.0122.0160.2216.3339100000000000.01000000		2.000,00 0,00
75.1.0018.0122.0160.2216.3449000000000000.01000000		1.000,00 0,00
75.1.0018.0541.0160.2304.3335000000000000.01000000		0,00 0,00
75.1.0018.0541.0160.2304.3339000000000000.01000000		5.500,00 0,00
75.1.0018.0541.0160.2304.3449000000000000.01000000		500,00 0,00
75.1.0018.0541.0163.1153.3339000000000000.01000000		10.000,00 0,00
75.1.0018.0541.0163.1153.3449000000000000.01000000		2.000,00 0,00
<b>Total Órgão</b>		<b>991.000,00 0,22</b>
<b>Órgão</b>	<b>80 - Samae</b>	
	0,00	0,00
80.1.0004.0122.0300.1193.3449000000000000.02000000		
80.1.0004.0122.0300.2291.3319000000000000.02000000		3.700.000,00 0,81
80.1.0004.0122.0300.2291.3319100000000000.02000000		350.000,00 0,08
80.1.0004.0122.0300.2291.3339000000000000.02000000		2.300.000,00 0,50
80.1.0004.0122.0300.2291.3449000000000000.02000000		100.000,00 0,02
80.1.0004.0122.0300.2292.3339000000000000.02000000		320.000,00 0,07
80.2.0017.0512.0301.1191.3449000000000000.02000000		650.000,00 0,14
80.2.0017.0512.0301.1191.3449000000000000.02345400		10.000,00 0,00
80.2.0017.0512.0301.1191.3449000000000000.02645500		10.000,00 0,00
80.2.0017.0512.0301.1192.3449000000000000.02000000		1.290.000,00 0,28
80.2.0017.0512.0301.1192.3449000000000000.02345400		10.000,00 0,00
80.2.0017.0512.0301.1192.3449000000000000.02645500		10.000,00 0,00
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	



05  
10  
20  
36  
44  
47

90.99.0099.0999.9999.2999.3999000000000000.01000000		
<b>Total Órgão</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Geral</b>	<b>458.578.264,06</b>	<b>100,00</b>

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL491101-11483-GFEL-213378439 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	487.255.778,06	106,25
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	368.495.992,98	80,36
Receitas correntes				
	4110000000000000	S	60.425.439,20	13,18
Receita tributária				
	4111000000000000	S	51.071.815,20	11,14
Impostos				
	4111200000000000	S	31.829.600,00	6,94
Impostos sobre o patrimônio e a renda				
	4111202000000000	A	16.500.000,00	3,60
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana				
	4111204000000000	S	7.425.600,00	1,62
Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza				
	4111204310000000	A	7.384.000,00	1,61
Imposto de renda retido nas fontes sobre os rendimentos do trabalho				
	4111204340000000	A	41.600,00	0,01
Imposto de renda retido nas fontes sobre outros rendimentos				
	4111208000000000	A	7.904.000,00	1,72
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis				
	4111300000000000	S	19.242.215,20	4,20
Impostos sobre a produção e a circulação				
	4111303000000000	S	2.215,20	0,00
Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários				
	4111303010000000	A	2.215,20	0,00
Imposto sobre comercialização do ouro				
	4111305000000000	S	19.240.000,00	4,20
Imposto sobre serviços de qualquer natureza				
	4111305010000000	A	19.240.000,00	4,20
Imposto sobre serviços de qualquer natureza				
	4112000000000000	S	9.347.384,00	2,04
Taxas				
	4112100000000000	S	3.771.216,00	0,82
Taxas pelo exercício do poder de polícia				
	4112117000000000	A	1.020.000,00	0,22
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária				
	4112121000000000	A	235.000,00	0,05
Taxa de controle e fiscalização ambiental				
	4112125000000000	A	2.236.000,00	0,49
Taxa de licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, indústrias e prestadoras de serviços				
	4112129000000000	A	176.800,00	0,04
Taxa de licença para execução de obras				
	4112132000000000	A	4.628,00	0,00
Taxa de aprovação do projeto de construção civil				
	4112135000000000	A	57.200,00	0,01
Taxa de alinhamento e nivelamento				
	4112199000000000	A	41.588,00	0,01
Outras taxas pelo exercício do poder de polícia				
	4112200000000000	S	5.576.168,00	1,22

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  2 / 37				
Taxas pela prestação de serviços	4112221000000000	A	108.160,00	0,02
Taxas de serviços cadastrais	4112228000000000	A	104.000,00	0,02
Taxa de cemitérios	4112299000000000	S	5.364.008,00	1,17
Outras taxas pela prestação de serviços	411229900010000	A	780.000,00	0,17
Taxa de Segurança Ostensiva	411229900020000	A	1.040.000,00	0,23
Taxa de Manut.do Funrebom	411229900040000	A	350.000,00	0,08
Taxa de Analise de Projetos e Vistorias	411229900090000	A	10.920,00	0,00
Taxa de Manutencao de Praça	411229900100000	A	2.152.016,00	0,47
Taxas e Tarifas Diversas				

IPM Sistemas Ltda			Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6 1 4 4 5
-------------------	--	--	---	--

05  
10  
20  
16  
14  
45

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita LDO				
<div> <div>Pág</div> <div>4</div> <div>/</div> <div>37</div> </div>				
<div> <div>E</div> <div>n</div> <div>t</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>e</div> <div>:</div> <div>C</div> <div>o</div> <div>n</div> <div>s</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>G</div> <div>r</div> <div>a</div> <div>u</div> <div>:</div> <div>l</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>L</div> <div>D</div> <div>O</div> <div>:</div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>7</div> </div>				
Contribuições para o regime próprio de previdência do servidor público				
Contribuição do servidor ativo civil para o regime próprio	412102907000000	S	8.733.714,92	1,90
Contribuição do Servidor Ativo para o Regime Próprio de Previdência	412102907010000	A	8.733.714,92	1,90
Contribuições do servidor inativo civil para o regime próprio	412102909000000	S	146.000,00	0,03
Contribuição do Servidor Inativo para o Regime Próprio de Previdência	412102909010000	A	146.000,00	0,03
Contribuições de pensionista civil para o regime próprio	412102911000000	S	4.500,00	0,00
	412102911010000	A	4.500,00	0,00
<div> <div>IPM Sistemas Ltda</div> <div>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div> </div>				
<div> <div>0</div> <div>5</div> <div>7</div> <div>1</div> <div>0</div> <div>7</div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>6</div> <div>1</div> <div>4</div> <div>4</div> <div>5</div> </div>				

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>C</div><div>o</div><div>n</div><div>s</div><div>o</div><div>:</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>o</div><div>G</div><div>r</div><div>a</div><div>u</div><div>:</div><div>l</div><div>o</div><div>L</div><div>D</div><div>O</div><div>:</div><div>2</div><div>0</div><div>1</div><div>7</div></div><div><div>Pág</div><div>5</div><div>/</div><div>37</div></div></div>				
Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio de Previdência	4123000000000000	A	7.800.000,00	1,70
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	4130000000000000	S	10.424.847,80	2,27
Receita patrimonial	4132000000000000	S	10.160.927,80	2,22
Receitas de valores mobiliários	4132500000000000	S	2.290.927,80	0,50
Remuneração de depósitos bancários	4132501000000000	S	832.432,80	0,18
Remuneração depósitos de recursos vinculados	4132501010000000	A	12.500,00	0,00
Receita de rem. dep. banc. rec. vinc.-royalties	4132501020000000	A	150.000,00	0,03
<div><div>IPM Sistemas Ltda</div><div>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div></div>				

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da Receita</div><div>Receita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>a</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>C</div><div>o</div><div>n</div><div>s</div><div>o</div><div>:</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>o</div><div>G</div><div>r</div><div>a</div><div>u</div><div>:</div><div>l</div><div>o</div><div>L</div><div>D</div><div>O</div><div>:</div><div>2</div><div>0</div><div>1</div><div>7</div></div><div><div>Pág</div><div>6</div><div>/</div><div>37</div></div></div>				
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fundeb	413250109000000	A	5.000,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-cide	413250110000000	A	21.500,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fnas	413250199000000	A	643.432,80	0,14
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	413250200000000	S	1.458.495,00	0,32
Remuneração depósito de recursos não vinculados	413250299000000	A	1.458.495,00	0,32
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	413280000000000	S	7.870.000,00	1,72
Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor				
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			05710720161445



05  
10  
20  
36  
44  
45

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Outras receitas de concessões e permissões direitos de uso de bens públicos	413900000000000	S	163.248,00	0,04
Outras receitas patrimoniais	413900000010000	A	163.248,00	0,04
Cessao de Uso Bens Publicos	415000000000000	S	1.658.800,00	0,36
Receita industrial	415200000000000	S	5.200,00	0,00
Receita da indústria de transformação	415209900000000	S	5.200,00	0,00
Outras receitas da indústria de transformação	415209900010000	A	5.200,00	0,00
Receita Ind. e Com. de Art. Cimento	415900000000000	S	1.653.600,00	0,36
Outras receitas industriais				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05710720161445

05  
10  
20  
36  
44  
45

05  
10  
20  
36  
44  
45

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  11 / 37				
Expediente	416004100020400	A	3.000,00	0,00
Afericao de Hidrometro	416004100020500	A	62.000,00	0,01
Receitas Diversas	416004800000000	A	120.000,00	0,03
Serviços de religamento de água	417000000000000	S	236.492.744,87	51,57
Transferências correntes	417200000000000	S	233.005.744,87	50,81
Transferências intergovernamentais	417210000000000	S	78.659.787,51	17,15
Transferências da união	417210100000000	S	39.078.176,80	8,52
Participação na receita da união	417210102000000	S	39.071.760,00	8,52
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	
--------------------------	---	--

		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita		<div>Pág13 / 37</div>	
		LDO			
		E			
		n			
		t			
		d			
		a			
		d			
		e			
		:			
		C			
		o			
		n			
		s			
		o			
		:			
		d			
		a			
		d			
		o			
		:			
		G			
		r			
		a			
		u			
		:			
		l			
		o			
		:			
		L			
		D			
		O			
		:			
		2			
		0			
		:			
		1			
		7			
	417213300000000	S	31.278.031,44	6,82	
Transferência de recursos do sistema único de saúde SUS repasses fundo a fundo					
	417213300020000	A	549.596,40	0,12	
Farmacia Basica					
	417213300030000	A	712.680,00	0,16	
Saude Bucal - Psf Odonto					
	417213300060000	A	19.429.000,00	4,24	
Media e Alta Complexidade - Mac					
	417213300080000	A	263.028,00	0,06	
Serviço de Atendimento Móvel - Samu					
	417213300110000	A	533.879,04	0,12	
Vigilancia Sanitaria					
	417213300120000	A	6.759.048,00	1,47	
Piso de Atencao Fixo - Pab					
	417213300130000	A	20.000,00	0,00	
Gestão Sus					
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	
--------------------------	---	--



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
15				
/				
37				
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar pnae	417213503000000	A	1.409.500,00	0,31
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar pnate	417213504000000	A	30.000,00	0,01
Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação fnde	417213599000000	A	315.000,00	0,07
Transferência financeira do ICMS desoneração l.c. nº 87/96	417213600000000	A	365.456,00	0,08
Outras transferências da união	417219900000000	S	104.000,00	0,02
Fex - Auxílio Financeiro para	417219900040000	A	104.000,00	0,02
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
5				

$$\begin{array}{c} 0 \\ 5 \\ \hline 1 \\ 0 \\ \hline 2 \\ 0 \\ \hline 1 \\ 6 \\ \hline 1 \\ 4 \\ \hline 4 \\ 5 \end{array}$$

05  
10  
20  
36  
44  
45

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita LDO				
		Pág	18	/ 37
<div> <div>E</div> <div>n</div> <div>t</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>e</div> <div>:</div> <div>C</div> <div>o</div> <div>n</div> <div>s</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>G</div> <div>r</div> <div>a</div> <div>u</div> <div>:</div> <div>l</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>L</div> <div>D</div> <div>O</div> <div>:</div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>7</div> </div>				
Transferencia Estado Beneficio Eventual	417229900040000	A	52.461,80	0,01
Transferencia Estado Media/investimento	417229900060000	A	52.000,00	0,01
Transferencia Estado Basica/custeio	417240000000000	S	45.300.000,00	9,88
Transferências multigovernamentais	417240100000000	A	45.300.000,00	9,88
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação FUNDEB	417600000000000	S	3.487.000,00	0,76
Transferências de convênios	417610000000000	S	2.415.000,00	0,53
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Transferências de convênios da união e de suas entidades	417610100000000	A	200.000,00	0,04
Transferências de convênios da união para o sistema único de saúde SUS	417619900000000	A	2.215.000,00	0,48
Outras transferências de convênios da união	417620000000000	S	1.072.000,00	0,23
Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	417620200000000	A	972.000,00	0,21
Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	417629900000000	A	100.000,00	0,02
Outras transferências de convênio dos estados	419000000000000	S	15.820.946,19	3,45
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05/10/2016 14:45

05  
10  
20  
36  
44  
45

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>C</div><div>o</div><div>n</div><div>s</div><div>o</div><div>:</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>o</div><div>:</div><div>G</div><div>r</div><div>a</div><div>u</div><div>:</div><div>l</div><div>o</div><div>:</div><div>L</div><div>D</div><div>O</div><div>:</div><div>2</div><div>0</div><div>1</div><div>7</div></div><div><div>Pág</div><div>21</div><div>/</div><div>37</div></div></div>				
Multas e juros de mora de outros tributos	419119901000000	A	213.928,00	0,05
Multa e juros de mora da dívida ativa dos tributos	419130000000000	S	1.728.396,80	0,38
Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana IPTU	419131100000000	A	1.300.000,00	0,28
Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a transmissão inter-vivos de bens imóveis ITBI	419131200000000	A	41.860,00	0,01
Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISS	419131300000000	A	186.992,00	0,04
	419139900000000	S	199.544,80	0,04
<div>IPM Sistemas Ltda</div> <div>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div> <div>05710720161445</div>				

05  
10  
20  
36  
44  
45



<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>C</div><div>o</div><div>n</div><div>s</div><div>o</div><div>:</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>o</div><div>G</div><div>r</div><div>a</div><div>u</div><div>:</div><div>l</div><div>o</div><div>L</div><div>D</div><div>O</div><div>:</div><div>2</div><div>0</div><div>1</div><div>7</div></div><div><div>Pág</div><div>23</div><div>/</div><div>37</div></div></div>				
Multas e juros de mora da dívida ativa de outras contribuições principal	419149901000000	A	2.756,00	0,00
Multa e juros de mora da dívida ativa de outras receitas	419150000000000	S	9.363,20	0,00
Outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas	419159900000000	S	9.363,20	0,00
Outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas principal	419159901000000	S	9.363,20	0,00
Multa Divida Ativa	419159901010000	A	7.863,20	0,00
Juros divida Ativa	419159901020000	A	1.000,00	0,00
AtualizacaoMonetaria	419159901030000	A	500,00	0,00
<div><div>IPM Sistemas Ltda</div><div>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</div></div>				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
24				
/				
37				
Multas e juros de mora de outras receitas	419180000000000	S	233.331,20	0,05
Outras Multas e Juros de Mora	419189900000000	S	233.331,20	0,05
Outras multas e juros de mora - primárias	419189901000000	A	232.000,00	0,05
Outras multas e juros de mora - financeiras	419189902000000	A	1.331,20	0,00
Multas de outras origens	419190000000000	S	3.180.404,39	0,69
Multas previstas na legislação de trânsito	419191500000000	A	3.100.000,00	0,68
Multas por auto de infração	419195000000000	A	80.404,39	0,02
Indenizações e restituições	419200000000000	S	1.961.280,00	0,43
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
5				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
25				
/				
37				
Indenizações	419210000000000	S	65.000,00	0,01
Outras indenizações	419219900000000	S	65.000,00	0,01
Outras Indenizacoes	419219900040000	A	65.000,00	0,01
Restituições	419220000000000	S	1.896.280,00	0,41
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	419221000000000	S	544.280,00	0,12
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores principal	419221001000000	A	544.280,00	0,12
Outras restituições	419229900000000	S	1.352.000,00	0,29
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
5				

05  
10  
20  
36  
44  
45

05  
10  
20  
36  
44  
45

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da Receita</div><div>Receita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>a</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>C</div><div>o</div><div>n</div><div>s</div><div>o</div><div>:</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>a</div><div>:</div><div>G</div><div>r</div><div>a</div><div>u</div><div>:</div><div>l</div><div>o</div><div>:</div><div>L</div><div>D</div><div>O</div><div>:</div><div>2</div><div>0</div><div>1</div><div>7</div></div></div>				
		<div>Pág28 / 37</div>		
Receita da dívida ativa - Contribuição de Melhorias	419320000000000	S	120.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não tributária	419329900000000	S	120.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas	419329901000000	S	120.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas principal	419329901010000	A	120.600,00	0,03
Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas principal - Vínculos Diversos	419900000000000	S	2.602.461,00	0,57
Receitas diversas	419900100000000	A	60.216,00	0,01
Receita de parcelamentos outras receitas				
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			05710720161445

<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	<p>0 5 1 0 2 0 1 6  1 4 4 4 5</p>
--------------------------	---	---

05  
10  
20  
36  
44  
45



<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	
--------------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
32				
/				
37				
Transferências de convênios	42470000000000	S	36.583.000,00	7,98
Transferência de convênios da união e de suas entidades	42471000000000	S	28.694.000,00	6,26
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	42471020000000	S	1.300.000,00	0,28
Transf. Convenio Educação	424710200010000	A	1.300.000,00	0,28
Transferências de convênios da união destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	42471050000000	A	15.984.000,00	3,49
Outras transferências de convênios da união	42471990000000	A	11.410.000,00	2,49
Transferências de convênios dos	42472000000000	S	7.889.000,00	1,72
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
5				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
estados e do distrito federal e de suas entidades	424720100000000	A	2.000.000,00	0,44
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	424720500000000	A	5.889.000,00	1,28
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	470000000000000	S	14.228.785,08	3,10
Receitas correntes intra-orçamentárias	472000000000000	S	13.868.785,08	3,02
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	472100000000000	S	13.868.785,08	3,02
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	472102900000000	S	13.868.785,08	3,02
Contribuições previdenciárias do				
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			05710720161445

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
34				
/				
37				
regime próprio	472102901000000	S	13.868.785,08	3,02
Contribuição patronal de servidor ativo civil	472102901010000	S	8.990.624,57	1,96
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	472102901010100	A	8.990.624,57	1,96
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	472102901020000	S	4.878.160,51	1,06
Contribuição Patronal Servidor Ativo Aliquota Suplementar	472102901020100	A	4.878.160,51	1,06
Contribuição Patronal Servidor Ativo Aliquota Suplementar	476000000000000	S	360.000,00	0,08
Receita de serviços - intra-orçamentárias	476009900000000	S	360.000,00	0,08
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
5				

05710720161445

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
LDO - Demonstrativo da Receita				
LDO				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
G				
r				
a				
u				
:				
l				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág				
36				
/				
37				
participação na receita da união	917210102000000	A	(7.400.000,00)	(1,61)
(r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm	917210105000000	A	(1.234,00)	0,00
(r) Dedução da receita do imposto s/ a propriedade territorial rural - ITR	917213600000000	A	(70.280,00)	(0,02)
(r) Dedução da receita do ICMS desoneração - lc 87/96	917220000000000	S	(21.206.000,00)	(4,62)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220100000000	S	(21.206.000,00)	(4,62)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220101000000	A	(17.100.000,00)	(3,73)
(r) Dedução da receita do ICMS				

IPM Sistemas Ltda			Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
				0
				5
				7
				1
				0
				7
				2
				0
				1
				6
				1
				4
				4
				5

		<div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div> <div>Planejamento e Orçamento</div> <div>LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita</div> <div>LDO</div> <div>E</div> <div>n</div> <div>t</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>e</div> <div>:</div> <div>C</div> <div>o</div> <div>n</div> <div>s</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>o</div> <div>G</div> <div>r</div> <div>a</div> <div>u</div> <div>:</div> <div>l</div> <div>o</div> <div>L</div> <div>D</div> <div>O</div> <div>:</div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>7</div>			
				Pág 37 / 37	
	917220102000000	A	(3.848.000,00)	(0,84)	
(r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA					
	917220104000000	A	(258.000,00)	(0,06)	
(r) Dedução da receita do IPI - exportação					
Total:			458.578.264,06	100,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-MUHD-213378341 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00	
<b>EVENTOS</b>		<b>Valor Previsto para 2017</b>	
Aumento Permanente da Receita		35.269.191,79	
(-)Transferências Constitucionais		2.700.328,87	
(-)Transferências ao FUNDEB		2.679.400,00	
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)		29.889.462,92	
REDUÇÃO PERMANENTE DE DESPESA (II)		0,00	
MARGEM BRUTA (III=I+II)		29.889.462,92	
SALDO UTIL. DA MARGEM BRUTA (IV)		15.963.066,45	
Novas DOCC		15.963.066,45	
Novas DOCC Geradas por PPP		0,00	
MARGEM LIQ. EXPANSÃO DE DOCC (III-IV)		13.926.396,47	
<b>FONTE: Sistema</b>	Atende.Net - IPM	<b>Unidade Responsável:</b>	MUNICIPIO DE BRUSQUE
<b>Data Emissão:</b>	05/10/2016	<b>Hora Emissão:</b>	15:07
<b>Nota Explicativa:</b>			



 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES - R\$						RS 1,00
	2014	2015	%	2016	%	2017	
Receita Total	487.154.431,00	494.354.661,62	1,48	457.934.243,02	(7,37)	458.578.264,06	6,00
Receitas Primárias	355.209.102,00	395.953.866,62	11,47	378.209.068,02	(4,48)	380.907.336,26	6,00
(I)							6,00
Despesa Total	480.094.431,00	494.354.661,62	2,97	462.934.243,02	(6,36)	458.578.264,06	6,00
Despesas Primárias	474.694.431,00	489.654.661,62	3,15	456.184.243,02	(6,84)	451.428.264,06	5,92
(II)							5,92
Resultado Primário	(119.485.329,00)	(93.700.795,00)	(21,58)	(77.975.175,00)	(16,78)	(70.520.927,80)	5,48
(III) = (I-II)							(78.849.718,75)
Resultado Nominal	(2.402.930,58)	8.519.401,46	(454,54)	8.356.827,69	(1,91)	1.427.407,41	6,00
Dívida Pública	47.578.104,88	63.126.238,43	32,68	82.064.109,96	30,00	75.303.575,24	6,00
Consolidada							6,00
Dívida Consolidada	19.267.701,52	27.787.102,98	44,22	36.143.930,67	30,07	25.217.531,02	6,00
Líquida							6,00
Receitas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
advindas de PPP							0,00
(IV)							0,00
Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
geradas por PPP (V)							0,00
Impacto do saldo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
das PPP (VI) = (IV-V)							0,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES - R\$							2019	%	2018	%	2017	%	2016	%	2015	2014		
Receita Total	539.133.808,79	519.715.055,76	(3,60)	457.934.243,02	(11,89)	458.578.264,06	0,14	486.092.959,90	6,00	517.689.002,31	6,00	517.689.002,31	6,00	430.006.291,92	6,00	430.006.291,92	6,00		
Receitas Primárias (I)	393.109.913,18	416.266.299,98	5,89	378.209.068,02	(9,14)	380.907.336,26	0,71	403.761.776,43	6,00	430.006.291,92	6,00	430.006.291,92	6,00	517.689.002,31	6,00	517.689.002,31	6,00		
Despesa Total	531.320.506,79	519.715.055,76	(2,18)	462.934.243,02	(10,93)	458.578.264,06	(0,94)	486.092.959,90	6,00	517.689.002,31	6,00	517.689.002,31	6,00	508.856.010,67	5,92	508.856.010,67	6,42		
Despesas Primárias (II)	525.344.326,79	514.773.945,76	(2,01)	456.184.243,02	(11,38)	451.428.264,06	(1,04)	478.149.797,33	5,92	508.856.010,67	5,92	508.856.010,67	5,92	78.849.718,75	5,48	78.849.718,75	6,00		
Resultado Primário (II) = (I-II)	(132.234.413,60)	(98.507.645,78)	(25,51)	(77.975.175,00)	(20,84)	(70.520.927,80)	(9,56)	(74.388.020,90)	6,00	1.603.834,99	6,00	1.603.834,99	6,00	84.611.097,14	6,00	84.611.097,14	6,00		
Resultado Nominal	(2.659.323,27)	8.956.446,75	(436,79)	8.356.827,69	(6,69)	1.427.407,41	(82,92)	1.513.051,86	6,00	1.603.834,99	6,00	1.603.834,99	6,00	84.611.097,14	6,00	84.611.097,14	6,00		
Dívida Pública Consolidada	52.654.688,67	66.364.614,46	26,04	82.064.109,96	23,66	75.303.575,24	(8,24)	79.821.789,75	6,00	84.611.097,14	6,00	84.611.097,14	6,00	28.334.417,87	6,00	28.334.417,87	6,00		
Dívida Consolidada Líquida	21.323.565,27	29.212.581,36	37,00	36.143.930,67	23,73	25.217.531,02	(30,23)	26.730.582,88	6,00	28.334.417,87	6,00	28.334.417,87	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FONTE: Sistema																		MUNICÍPIO DE BRUSQUE	
Data Emissão:																		14:53	
Nota Explicativa:																			

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	47.578.104,88	63.126.238,43	70.548.044,74	68.714.390,84	71.822.529,81	75.345.650,39
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	31.189.456,83	50.493.916,86	59.855.335,25	57.745.669,40	61.753.218,86	66.038.892,25
Precatórios Poster. a 05.05.2000	10.545.055,57	11.299.147,46	9.963.519,70	8.767.897,33	7.715.749,64	6.789.859,68
Opç. Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	1.333.174,11	96.887,20	1.524.639,72	1.630.449,72	1.743.602,93
Outras Dívidas	5.843.592,48	0,00	632.302,59	676.184,39	723.111,59	773.295,53
	28.227.581,21	35.280.014,84	18.830.133,51	41.131.578,34	45.237.985,47	49.479.152,19
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível	34.721.974,82	41.610.533,41	25.246.073,22	47.586.486,76	50.888.988,94	54.420.684,77
Haveres Financeiros	784.758,69	135.345,40	123.861,80	154.783,21	165.525,16	177.012,61
(-) Restos a Pagar Processados	7.279.152,30	6.465.863,97	6.539.801,51	6.609.691,63	5.816.528,63	5.118.545,19
	19.350.523,67	27.846.223,59	51.717.911,23	27.582.812,50	26.584.544,34	25.866.498,20
DÍV CONSOL. LÍQUIDA (DCL)						
(II) = (I - II)						
<b>FONTE: Sistema</b>	<b>Atende Net - IPM</b>	<b>Unidade Responsável:</b>	<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b>			
<b>Data Emissão:</b>	<b>05/10/2016</b>	<b>Hora Emissão:</b>	<b>15:08</b>			

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			Valores R\$
<b>Receitas Realizadas</b>	<b>2015 (a)</b>	<b>2014 (b)</b>	<b>2013 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL (I)	4.763.997,54	2.768.681,10	633,70
Alienação de Bens Móveis	967.693,75	9.837,90	633,70
Alienação de Bens Imóveis	3.796.303,79	2.758.843,20	0,00
Total	4.763.997,54	2.768.681,10	633,70
<b>Despesas Executadas</b>	<b>2015 (d)</b>	<b>2014 (e)</b>	<b>2013 (f)</b>
APLICAÇÃO ALIENAÇÃO DE BENS (II)	2.515.028,40	2.520.525,74	84.974,39
DESPESAS DE CAPITAL	2.515.028,40	2.520.525,74	84.974,39
Investimentos	2.515.028,40	2.520.525,74	84.974,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Total	2.515.028,40	2.520.525,74	84.974,39
<b>Saldo Financeiro</b>	<b>(g) = ((Ia-IIId) + h)</b>	<b>(h) = ((Ib-IIe) + i)</b>	<b>(i) = (Ic-IIf)</b>
	2.518.871,60	269.902,46	21.747,10
<b>FONTE: Sistema</b>	Atende.Net - IPM	<b>Unidade Responsável:</b>	MUNICIPIO DE BRUSQUE
<b>Data Emissão:</b>	05/out/2016	<b>Hora de emissão:</b>	15:00
<b>Nota Explicativa:</b>			

**Pessoal e encargos sociais**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	135.319.182,00	0,00
2015	166.020.022,24	22,69
2016	168.901.445,55	1,74
2017	200.966.189,96	18,98
2018	201.228.504,27	0,13
2019	224.915.395,85	11,77

**Juros e encargos da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	2.800.000,00	0,00
2015	2.000.000,00	-28,57
2016	2.500.000,00	25,00
2017	2.900.000,00	16,00
2018	3.099.384,86	6,88
2019	3.312.478,11	6,88

**Outras despesas correntes**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	109.047.320,00	0,00
2015	127.855.711,76	17,25
2016	130.147.955,26	1,79
2017	113.646.277,30	-12,68
2018	143.770.048,53	26,51
2019	153.895.712,62	7,04

**Investimentos**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	217.998.439,00	0,00
2015	183.254.437,62	-15,94
2016	146.852.148,64	-19,86
2017	120.456.796,80	-17,97
2018	115.756.395,16	-3,90
2019	111.548.254,54	-3,64

**Inversões financeiras**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	0,00	0,00
2015	0,00	0,00
2016	0,00	0,00
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00

**Amortização da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	2.600.000,00	0,00
2015	2.700.000,00	3,85
2016	4.250.000,00	57,41
2017	4.250.000,00	0,00
2018	4.843.777,71	13,97
2019	5.520.513,53	13,97

**Reserva do RPPS**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	12.074.490,00	0,00
2015	12.074.490,00	0,00
2016	10.177.693,57	-15,71
2017	16.254.000,00	59,70
2018	17.289.321,47	6,37
2019	18.390.589,20	6,37

**Reserva de contingência**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2014	255.000,00	0,00
2015	450.000,00	76,47
2016	105.000,00	-76,67
2017	105.000,00	0,00
2018	105.527,90	0,50
2019	106.058,46	0,50

<b>FONTE: Sistema</b>	Atende.Net - IPM	<b>Unidade Responsável:</b>	MUNICIPIO DE BRUSQUE
<b>Data Emissão:</b>	05/10/2016	<b>Hora Emissão:</b>	15:11

Receita Tributária		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	52.624.000,00	0,00
2015	59.786.820,00	13,61
2016	61.453.980,00	2,79
2017	60.425.439,20	-1,67
2018	64.050.965,55	6,00
2019	68.214.278,32	6,50
Cota-Parte FPM		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	35.000.000,00	0,00
2015	40.000.000,00	14,29
2016	37.569.000,00	-6,08
2017	39.071.760,00	4,00
2018	41.416.065,60	6,00
2019	44.108.109,86	6,50
Transferências de Recurso do SUS - FMS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	23.226.208,00	0,00
2015	33.725.274,00	45,20
2016	32.751.812,00	-2,89
2017	31.278.031,44	-4,50
2018	33.154.713,32	6,00
2019	35.309.769,69	6,50
Cota-Parte do ICMS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	82.000.000,00	0,00
2015	91.000.000,00	10,98
2016	85.500.000,00	-6,04
2017	86.000.000,00	0,58
2018	91.160.000,00	6,00
2019	97.085.400,00	6,50
Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	13.204.100,00	0,00
2015	12.446.916,00	-5,73
2016	14.320.108,45	15,05
2017	15.820.946,19	10,48
2018	16.770.202,96	6,00
2019	17.860.266,15	6,50
Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2014	192.930.239,00	0,00
2015	159.454.291,62	-17,35
2016	129.992.000,00	-18,48
2017	104.531.000,00	-19,59
2018	110.802.860,00	6,00
2019	118.005.045,90	6,50
<b>FONTE: Sistema</b> Atende.Net - IPM <b>Unidade Responsável:</b> MUNICIPIO DE BRUSQUE <b>Data Emissão:</b> 05/10/2016 <b>Hora Emissão:</b> 15:21		

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1,00		
RECEITAS	2013	2014	2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	4.877.867,40	7.643.058,73	9.958.869,59	
RECEITAS CORRENTES	5.393.107,22	7.643.058,73	9.958.869,59	
Receita de Contrib. dos Segurados	4.474.754,84	5.865.478,36	6.808.760,19	
Pessoal Civil	4.474.754,84	5.865.478,36	6.808.760,19	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	875.925,89	1.741.696,12	3.112.803,85	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	42.426,49	35.884,25	37.305,55	
Compensação Prev. RGPS para RPPS	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	42.426,49	35.884,25	37.305,55	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Dir. e Ativos	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	515.239,82	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.897.622,47	8.172.013,14	9.979.686,84	
RECEITAS CORRENTES	5.897.622,47	8.172.013,14	9.979.686,84	
Receita de Contribuições	5.897.622,47	8.172.013,14	9.979.686,84	
Patronal	5.897.622,47	8.172.013,14	9.979.686,84	
Pessoal Civil	5.897.622,47	8.172.013,14	9.979.686,84	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	
Regime de Déb. e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS PREV. (III) = (I+II)	10.775.489,87	15.815.071,87	19.938.556,43	
DESPESAS	2013	2014	2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.397.424,04	11.679.234,37	14.584.702,67	
ADMINISTRAÇÃO	511.565,57	874.097,08	1.835.275,38	
Despesas Correntes	447.898,41	854.399,67	1.835.275,38	
Despesas de Capital	63.667,16	19.697,41	0,00	
PREVIDÊNCIA	8.885.858,47	10.805.137,29	12.749.427,29	
Pessoal Civil	8.885.858,47	10.805.137,29	12.749.427,29	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Compensação Prev. RGPS para RPPS	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DESPESAS PREV. (VI) = (IV+V)	9.397.424,04	11.679.234,37	14.584.702,67	
RESULTADO PREV. (VII) = (III-VI)	1.378.065,83	4.135.837,50	5.353.853,76	
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015	
TOTAL DOS APORTES PARA RPPS	0,00	0,00	0,00	
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	
Recursos Cobertura Insuf. Finan.	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	
Recursos Cobertura Déficit Finan.	0,00	0,00	0,00	
Recursos Cobertura Déficit Atuar.	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	
FONTE: Sistema		Unidade Responsável:		
Data Emissão:	05/out/2016	Hora de emissão:	15:01	
Nota Explicativa:				

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	Valores - R\$	
						2019 (g)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	47.578.104,88	63.126.238,43	82.064.109,96	75.303.575,24	79.821.789,75		84.611.097,14
DEDUÇÕES (II)	28.310.403,36	35.339.135,45	45.920.179,29	50.086.044,22	53.091.206,87		56.276.679,27
Ativo Disponível	34.788.915,11	41.653.762,01	54.149.890,61	26.491.436,55	28.080.922,74		29.765.778,10
Haveres Financeiros	800.679,30	151.266,01	175.949,02	27.864.375,37	29.536.237,89		31.308.412,16
(-) Restos a Pagar Processados	7.279.191,05	6.465.892,57	8.405.660,34	4.269.767,70	4.525.953,76		4.797.510,99
DIV/CONSOL/LÍQUIDA(DCL)	19.267.701,52	27.787.102,98	36.143.930,67	25.217.531,02	26.730.582,88		28.334.417,87
(II)=(I-II)							
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI=III+IV-V)	19.267.701,52	27.787.102,98	36.143.930,67	25.217.531,02	26.730.582,88		28.334.417,87
RESULTADO NOMINAL	(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)	
	(2.402.930,58)	8.519.401,46	8.356.827,69	1.427.407,41	1.513.051,86	1.603.834,99	
<b>FONTE: Sistema</b>	Atende Net - IPM		Unidade Responsável:		MUNICÍPIO DE BRUSQUE		
<b>Data Emissão:</b>	05/10/2016		Hora Emissão:		15:12		



Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	294.224.192,00	334.900.370,00	332.942.243,02	354.047.264,06	375.290.099,90	399.683.956,41
Receta Tributária	52.624.000,00	59.786.820,00	61.453.980,00	60.425.439,20	64.050.965,55	68.214.278,32
Receta de Contribuição	21.789.490,00	21.789.490,00	22.779.693,57	30.553.000,00	32.386.180,00	34.491.281,70
Receta Patrimonial	3.219.915,00	3.211.810,00	6.733.175,00	10.424.847,80	11.050.338,67	11.768.610,68
Aplicações Financeiras (II)	3.074.315,00	3.011.810,00	6.465.175,00	10.160.927,80	10.770.593,47	11.470.671,39
Outras Receitas Patrimoniais	145.600,00	200.000,00	248.000,00	263.920,00	279.755,20	297.939,29
Transferências Correntes	202.119.687,00	241.491.134,00	229.448.016,00	236.492.744,87	250.682.309,56	266.976.659,69
Receta de Serviços	21.420.000,00	23.953.000,00	25.589.000,00	26.989.000,00	28.608.340,00	30.467.882,10
Demais Receitas Correntes	17.164.100,00	15.857.916,00	16.115.108,45	17.839.746,19	18.910.130,96	20.139.289,47
(-) Dedução da Receta Corrente	24.113.000,00	30.659.800,00	29.176.730,00	28.677.514,00	30.398.164,84	32.374.045,55
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (II)-(I)	291.149.877,00	331.888.560,00	326.457.068,02	343.886.336,26	364.519.516,43	388.213.285,02
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	192.930.239,00	159.454.291,62	124.992.000,00	104.531.000,00	110.802.860,00	118.005.045,90
Operações de Crédito (V)	128.811.014,00	91.878.985,00	71.230.000,00	67.000.000,00	71.020.000,00	75.636.300,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	60.000,00	3.510.000,00	2.010.000,00	510.000,00	540.600,00	575.739,00
Transferência de Capital	64.059.225,00	64.065.306,62	51.752.000,00	37.021.000,00	39.242.260,00	41.793.006,90
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V)-(VII)	64.059.225,00	64.065.306,62	51.752.000,00	37.021.000,00	39.242.260,00	41.793.006,90
RECEITAS PRIMÁRIAS (X)=(II)+(VIII)	355.209.102,00	395.953.866,62	378.209.068,02	380.907.336,26	403.761.776,43	430.006.291,92
DESPESAS CORRENTES (X)	247.166.502,00	295.875.734,00	301.549.400,81	317.512.467,26	348.097.937,66	382.123.586,58
Pessoal e Encargos Sociais	135.319.182,00	166.020.022,24	168.901.445,55	200.966.189,96	201.228.504,27	224.915.395,85
Juros e Encargos da Dívida (XI)	2.800.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00	2.900.000,00	3.099.384,86	3.312.478,11
Outras Despesas Correntes	109.047.320,00	127.855.711,76	130.147.955,26	113.646.277,30	143.770.048,53	153.895.712,62
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	244.366.502,00	293.875.734,00	299.049.400,81	314.612.467,26	344.998.552,80	378.811.108,47
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	220.598.439,00	185.954.437,62	151.102.148,64	124.706.796,80	120.600.172,87	117.068.768,07
Investimentos	217.998.439,00	183.254.437,62	146.852.148,64	120.456.796,80	115.756.395,16	111.548.254,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.600.000,00	2.700.000,00	4.250.000,00	4.250.000,00	4.843.777,71	5.520.513,53
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	217.998.439,00	183.254.437,62	146.852.148,64	120.456.796,80	115.756.395,16	111.548.254,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.329.490,00	12.524.490,00	10.282.693,57	16.359.000,00	17.394.849,37	18.496.647,66
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII)+(XV)+(XVI)	474.694.431,00	489.654.661,62	456.184.243,02	451.428.264,06	478.149.797,33	508.856.010,67
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(X)+(XVI)-(XVII)	(119.485.329,00)	(93.700.795,00)	(77.975.175,00)	(70.520.927,80)	(74.388.020,90)	(78.848.718,75)
FONTE: Sistema						
Data Emissão:						
Atende.Net - IPM			Unidade Responsável:		MUNICÍPIO DE BRUSQUE	
05/10/2016			Hora Emissão:		15:18	

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	Camara de Vereadores	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
	Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01				
	Acao Legislativa	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031				
	Administração e processo legislativo	8.500.000,00	0,00	8.500.000,00
01.031.0001				
0	Registro inexistente necessário		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.500.000,00		
02.001	Gabinete do Prefeito	1.577.000,00	0,00	1.577.000,00
	Administração	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04				
	Administracao Geral	1.575.500,00	0,00	1.575.500,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	1.572.000,00	0,00	1.572.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	1.572.000,00		
	Gestao transparente e democratica	3.500,00	0,00	3.500,00
04.122.0330				
1000000	Recursos Ordinários	3.500,00		
	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
06				
	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	0,00	0,00	0,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Assistência Social	1.500,00	0,00	1.500,00
08				
	Assistência Comunitária	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244				
	Gestao transparente e democratica	1.500,00	0,00	1.500,00
08.244.0330				
1000000	Recursos Ordinários	1.500,00		
02.003	Fundo Municipal de Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
	Segurança Pública	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06				
	Defesa Civil	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182				
	Prevenção em situações de risco e salvamento	650.000,00	311.000,00	961.000,00
06.182.0230				
1000000	Recursos Ordinários	650.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		311.000,00	
02.004	DGI - Departamento Geral de Infraestrutura	741.000,00	0,00	741.000,00
	Urbanismo	741.000,00	0,00	741.000,00
15				
	Infra-Estrutura Urbana	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451				
	Gestão estratégica	741.000,00	0,00	741.000,00
15.451.0220				
1000000	Recursos Ordinários	741.000,00		
03.001	Procuradoria Geral do Municipio	3.553.000,00	0,00	3.553.000,00
	Administração	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04				
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062				
	Administração e planejamento governamental	2.917.000,00	0,00	2.917.000,00
04.062.0005				
1000000	Recursos Ordinários	2.917.000,00		
	Direitos da Cidadania	636.000,00	0,00	636.000,00
14				
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	636.000,00	0,00	636.000,00
14.422				
	Administração e planejamento governamental	14.000,00	0,00	14.000,00
14.422.0005				

057107201614345

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  3 / 33				
05.122.0220	Gestão estratégica	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
05.001	Secretaria de Comunicacao Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04	Administração	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131	Comunicação Social	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
04.131.0145	Publicidade, comunicação social e institucional	1.820.000,00	0,00	1.820.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.820.000,00		
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.032	Controle Externo	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032	Gestao transparente e democratica	5.000,00	0,00	5.000,00
12.032.0330	Recursos Ordinários	5.000,00		
1000000	Administracao Geral	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122	Administração e planejamento governamental	6.045.000,00	100.000,00	6.145.000,00
12.122.0005	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.045.000,00		
1010000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  4 / 33				
1376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		100.000,00	
3376300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PAR		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
	Alimentação e Nutrição	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306				
	Merenda escolar	2.000.000,00	1.419.500,00	3.419.500,00
12.306.0040				
3370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		0,00	
1370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		450.000,00	
1370600	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Médio		15.000,00	
1370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		42.500,00	
1370300	Outras Transferências do Fundo		550.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
:				
1				
4				
4				
2				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
	Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental			
3370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA		0,00	
3370400	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Creches		0,00	
3370700	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Mais Educação Fundamental		0,00	
1000000	Recursos Ordinários	2.000.000,00		
3370000	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		0,00	
1370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		320.000,00	
1370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE		30.000,00	
3370100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Pré-Escola		0,00	
3370300	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/Ensino Fundamental		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
2				
0				
1				
6				
:				
1				
4				
4				
2				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		Pág  6  / 33	
3370200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/AEE			0,00	
1370500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNAE/EJA			12.000,00	
	Ensino Fundamental	11.012.850,54		29.861.500,00	40.874.350,54
12.361					
	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54		28.831.000,00	39.609.600,54
12.361.0025					
3190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)			0,00	
1190000	Transferências do Fundeb-(aplic.outas)			1.900.000,00	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09.001	Secretaria Municipal de Educacao	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12	Educação	29.858.350,54	54.510.000,00	84.368.350,54
12.361	Ensino Fundamental	11.012.850,54	29.861.500,00	40.874.350,54
12.361.0025	Ensino fundametal e valorização do magistério	10.778.600,54	28.831.000,00	39.609.600,54
3360000	Salário-Educação		0,00	
1360000	Salário-Educação		2.321.000,00	
3180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		0,00	
1620200	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE		0,00	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  7 / 33				
1180000	Transferências do Fundeb- (aplic.profis)		24.210.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	10.778.600,54		
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		400.000,00	
	Transporte escolar	234.250,00	1.030.500,00	1.264.750,00
12.361.0030				
3625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		0,00	
1625500	Transferências de Convênios - Estado/Educação		1.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1370900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Caminhos da Escola		0,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	234.250,00		
1376100	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - PNATE		30.500,00	
	Ensino Médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362				
	Apoio ao ensino médio	20.000,00	0,00	20.000,00
12.362.0045				
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	20.000,00		
	Ensino Superior	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12.364				
	Transporte escolar	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
0				
5				
7				
1				
0				
7				
2				
0				
1				
6				
1				
4				
4				
2				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  8 / 33				
12.364.0030				
1000000	Recursos Ordinários	1.500.000,00		
	Apoio a educação superior	0,00	0,00	0,00
12.364.0050				
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
	Educação Infantil	9.105.000,00	23.129.000,00	32.234.000,00
12.365				
	Desenvolvimento da educação infantil	6.260.000,00	22.137.000,00	28.397.000,00
12.365.0020				
3360000	Salário-Educação		0,00	
3376500	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Manut. Educação Infantil		0,00	
1325400	Transferências de Convênios - União/Educação		900.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	6.260.000,00		
1180000	Transferências do Fundeb-(aplic.profis)		19.340.000,00	
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		1.897.000,00	
	Mais creches	2.845.000,00	992.000,00	3.837.000,00
12.365.0335				
3370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		0,00	
1376200	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da		120.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  9 / 33				
	Educação - FNDE - Manut. Creches			
1370800	Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso		115.000,00	
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	2.845.000,00		
1620100	Recursos Educação/fnde - Manut. Creches		0,00	
1360000	Salário-Educação		757.000,00	
12.366	Educação de Jovens e Adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
12.366.0355	Educacao de jovens e adultos	152.500,00	0,00	152.500,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	152.500,00		
12.367	Educacao Especial	18.000,00	0,00	18.000,00
12.367.0027	Apoio a educação especial	18.000,00	0,00	18.000,00
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	18.000,00		
10.001	Secretaria Municipal de Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23	Comércio e Serviços	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695	Turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	2.275.000,00	0,00	2.275.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  10 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	2.275.000,00		
10.002	Fundo Mun. de Desenvolvimento Turístico	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23	Comércio e Serviços	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695	Turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	348.000,00	1.000.000,00	1.348.000,00
1000000	Recursos Ordinários	348.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
11.001	Sec. Desenv. Economico Trabalho e Renda	788.000,00	0,00	788.000,00
19	Ciências e Tecnologia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	11.000,00	0,00	11.000,00
19.572.0345	Brusque.com	11.000,00	0,00	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários	11.000,00		
22	Indústria	777.000,00	0,00	777.000,00
22.122	Administracao Geral	777.000,00	0,00	777.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

<p>IPM Sistemas Ltda</p>	<p>Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER</p>	
--------------------------	---	--

<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa			Pág	12	/	33
E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7						

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	35.741.877,84	103.028.500,00	138.770.377,84
15	Urbanismo	33.791.877,84	75.028.500,00	108.820.377,84
15.451	Infra-Estrutura Urbana	16.350.000,00	67.078.500,00	83.428.500,00
15.451.0125	Melhorias e manutenção da malha viária municipal	8.330.000,00	27.078.500,00	35.408.500,00
1645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		5.900.000,00	
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		10.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	8.330.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		10.500.000,00	
15.451.0310	Tapete preto	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
1000000	Recursos Ordinários	3.020.000,00		
15.451.0320	Pac macrodrenagem/pavimentacao	1.100.000,00	40.000.000,00	41.100.000,00
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		40.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	1.100.000,00		
	Gestao transparente e	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	0 5 7 1 0 7 2 0 1 6  1 4 4 2
-------------------	---	--

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  14 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	1.950.000,00		
14.001	Encargos Gerais do Município	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
	Encargos Especiais	12.630.000,00	0,00	12.630.000,00
28				
	Serviço da Dívida Interna	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843				
	Operações especiais	10.230.000,00	0,00	10.230.000,00
28.843.0180				
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1000000	Recursos Ordinários	10.230.000,00		
	Outros encargos Especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846				
	Operações especiais	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
28.846.0180				
1000000	Recursos Ordinários	2.400.000,00		
15.001	Secretaria de Assist. Social e Habitação	588.000,00	0,00	588.000,00
	Assistência Social	588.000,00	0,00	588.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	588.000,00	0,00	588.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	588.000,00		
15.002	Fundo Mun. P/a Infancia e Adolescencia	295.000,00	100.000,00	395.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				
05710720161442				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  15 / 33				
	Assistência Social	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08				
	Assistência à Criança e ao Adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243				
	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	295.000,00	100.000,00	395.000,00
08.243.0108				
1000000	Recursos Ordinários	295.000,00		
1090000	FIA Imposto de Renda		100.000,00	
15.003	Fundo Municipal Habitação e Interesse Social	560.000,00	650.000,00	1.210.000,00
	Administração	270.000,00	0,00	270.000,00
04				
	Administracao Geral	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122				
	Administração e planejamento governamental	270.000,00	0,00	270.000,00
04.122.0005				
1000000	Recursos Ordinários	270.000,00		
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	0,00		
	Habitação	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16				
	Habitacao Urbana	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482				
	Ações de habitação - nossa casa	290.000,00	650.000,00	940.000,00
16.482.0130				
1000000	Recursos Ordinários	290.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  16 / 33				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		650.000,00	
18.001	Controladoria Geral do Município - Cgm	427.000,00	0,00	427.000,00
	Administração	427.000,00	0,00	427.000,00
04	Administracao Geral	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	427.000,00	0,00	427.000,00
04.122.0005	Recursos Ordinários	427.000,00		
1000000	Secretaria de Orçamento e Gestão	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
19.001	Administração	13.141.000,00	4.500.000,00	17.641.000,00
04	Planejamento e Orçamento	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121	Administração geral e fazendária	2.345.000,00	0,00	2.345.000,00
04.121.0010	Recursos Ordinários	2.345.000,00		
1000000	Administracao Geral	10.141.000,00	4.500.000,00	14.641.000,00
04.122	Administração e planejamento governamental	7.676.000,00	500.000,00	8.176.000,00
04.122.0005	Alienação Bens Outros Programas		500.000,00	
1890000				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  17 / 33				
1000000	Recursos Ordinários	7.676.000,00		
	Serviços gerais	156.000,00	0,00	156.000,00
04.122.0195				
1000000	Recursos Ordinários	156.000,00		
	Gestão administrativa	2.059.000,00	0,00	2.059.000,00
04.122.0225				
1000000	Recursos Ordinários	2.059.000,00		
	Gestao transparente e democratica	250.000,00	4.000.000,00	4.250.000,00
04.122.0330				
1830000	Oper. Crédito Int. Outros Programas		4.000.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	250.000,00		
	Tecnologia da Informação	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126				
	Modernização da administração pública	655.000,00	0,00	655.000,00
04.126.0250				
1000000	Recursos Ordinários	655.000,00		
21.001	Secretaria de Transito e Mobilidade	2.337.000,00	2.750.000,00	5.087.000,00
	Administração	169.000,00	0,00	169.000,00
04				
	Servicos Urbanos	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452				
	Gestão de trânsito e transporte urbano	169.000,00	0,00	169.000,00
04.452.0135				
1000000	Recursos Ordinários	169.000,00		
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
t				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág  19 / 33				
22.001	Fundação Municipal de Esportes	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27	Desporto e Lazer	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.285.000,00	1.000.000,00	3.285.000,00
	Vila olimpica	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
27.812.0350				
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		1.000.000,00	
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
23.001	Secretaria da Fazenda	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
	Administração	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04				
	Administração de Receitas	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129				
	Administração geral e fazendária	5.053.000,00	0,00	5.053.000,00
04.129.0010				
1000000	Recursos Ordinários	5.053.000,00		
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10				
	Controle Externo	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032				
	Gestao transparente e democratica	4.620,00	0,00	4.620,00
10.032.0330				
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	4.620,00		

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

057107201614345

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  21 / 33				
1381200	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - ACS		2.202.408,00	
1382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		549.596,40	
1381000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSF		1.917.840,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	13.837.341,78		
1381600	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PMAQ		2.450.800,00	
1671000	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - PSF		1.055.400,00	
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		2.403.509,00	
1381300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - NASF		480.000,00	
3382100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Farmácia Básica		0,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		0,00	
1672100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Farmácia Básica		484.938,00	
1381400	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PSE		30.000,00	
1381500	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Saúde Bucal		481.680,00	
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
1635500	Transferências de Convênios -		10.000,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s				
C o n s o l i d a d o				
L D O				
2 0 1 7				
Pág  22 / 33				
	Estado/Saúde			
1671300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - NASF		72.000,00	
3381400	Prog. Saúde na Escola - Pse		0,00	
	expansão da rede de saúde	75.000,00	1.283.291,00	1.358.291,00
10.301.0340				
1380800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - PAB		185.291,00	
1335400	Transferências de Convênios - União/Saúde		200.000,00	
1635500	Transferências de Convênios - Estado/Saúde		500.000,00	
1382300	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Investimentos		398.000,00	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	75.000,00		
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302				
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1381100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - CEO		231.000,00	
3381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		0,00	
1381700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - MAC		19.429.000,00	
1671700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - MAC		513.745,56	
1671100	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - CEO		66.600,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág   23 / 33	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	22.587.536,09		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
25.001	Fundo Municipal de Saude	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10	Saúde	43.820.873,61	37.098.715,00	80.919.588,61
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
10.302.0280	Ações em saúde de média e alta complexidade	22.587.536,09	20.503.373,56	43.090.909,65
1385700	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - SAMU		263.028,00	
	Vigilância Sanitária	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304	Vigilância em saúde	0,00	1.093.665,00	1.093.665,00
10.304.0105	Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária		1.020.000,00	
1381900	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária		73.665,00	
	Vigilância Epidemiológica	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305	Vigilância em saúde	1.207.473,59	460.214,04	1.667.687,63
10.305.0105	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Ep. e Ambiental		357.214,08	

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--



MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  24 / 33				
1381800	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - DST/AIDS		102.999,96	
1020000	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	1.207.473,59		
30.001	Fundo Municipal de Assistencia Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
	Assistência Social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08	Assistência Comunitária	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244	Gestão municipal da política de assistência social	5.308.800,00	1.182.797,07	6.491.597,07
08.244.0255	SUAS/União - AEPETI		0,00	
1350803	Recursos Ordinários	5.308.800,00		
1000000	SUAS/União - BPC/Escola		0,00	
1351100	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS AC		0,00	
1352100	SUAS/União - SCFV		0,00	
3350902	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		315.000,00	
1345400	SUAS/União - Aprimora Rede		0,00	
1351200	SUAS/União - AEPETI		0,00	
3350803	SUAS/União - Igd Bolsa Família		0,00	
3350600	SUAS/União - SCFV		0,00	
1350902			0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág 25 / 33				
1350500	SUAS/União - Acessuas		33.350,00	
1352402	FEAS - Basica/Custeio		15.600,00	
1352102	FEAS - Alta/Custeio		29.448,00	
3315400	Transferências de Convênios - União/Assistência Social		0,00	
1352101	FEAS - Alta/Investimento		33.264,00	
3351000	SUAS/União - PSE/AC		0,00	
1352300	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - FEAS MC		0,00	
3350802	SUAS/União - PTMC		0,00	
3350801	SUAS/União - PFMC II		0,00	
1350800	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSE/MC		0,00	
1352301	FEAS - Media/Investimento		31.412,80	
1350700	SUAS/União - IGD Suas		6.173,27	
1352302	FEAS - Media/Custeio		23.049,00	
1350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350600	SUAS/União - IGD Bolsa Família		78.000,00	
1352000	FEAS/Estado - Benefícios Eventuais		9.500,00	
3350901	SUAS/União - PBF		0,00	
1350801	SUAS/União - PFMC II		277.800,00	
1352400	Transferências do Sistema Único		0,00	
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

		<b>MUNICIPIO DE BRUSQUE</b> Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa	Pág  26 / 33	

	de Assistência Social - FEAS PSB			
1350802	SUAS/União - PTMC		51.800,00	
1350900	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União - PSB		180.000,00	
1351000	SUAS/União - PSE/AC		62.000,00	
1352401	FEAS - Basica/Investimento		36.400,00	
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.283.000,00		

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
40.001	Fund. Ecologica e Zoobotanica de Brusque	2.317.000,00	100.000,00	2.417.000,00
18	Gestão Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	2.283.000,00	100.000,00	2.383.000,00
1645500	Transferências de Convênios -		100.000,00	

IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	--	--	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E				
n				
d				
a				
d				
e				
:				
C				
o				
n				
s				
o				
:				
d				
a				
d				
o				
:				
L				
D				
O				
:				
2				
0				
1				
7				
Pág   27 / 33				
	Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)			
23	Comércio e Serviços	34.000,00	0,00	34.000,00
23.541	Preservação e Conservação Ambiental	17.000,00	0,00	17.000,00
23.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
23.695	Turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
23.695.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	0,00	0,00	0,00
1000000	Recursos Ordinários	0,00		
23.695.0170	Promoção e desenvolvimento do turismo	17.000,00	0,00	17.000,00
1000000	Recursos Ordinários	17.000,00		
1345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3345400	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
50.001	Inst. Brusquense de Planej. e	2.251.000,00	900.000,00	3.151.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

05/10/2016 14:42

05710720161442

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  29 / 33				
06.181.0150				
1890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
3000000	Recursos Ordinários	0,00		
1100000	Convênio de Trânsito - Militar		530.000,00	
1000000	Recursos Ordinários	830.000,00		
3890000	Alienação Bens Outros Programas		0,00	
60.001	Fumrebom- Fdo Mun. Reeq. Corpo Bombeiros	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
	Segurança Pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06	Defesa Civil	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182	Ações da segurança pública	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
06.182.0150				
1000000	Recursos Ordinários	1.510.000,00		
65.001	Fundacao Cultural de Brusque	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
	Cultura	2.047.000,00	0,00	2.047.000,00
13	Administracao Geral	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122	Cultura, arte e patrimônio histórico	1.525.000,00	0,00	1.525.000,00
13.122.0060				
1000000	Recursos Ordinários	1.525.000,00		
	Difusão Cultural	522.000,00	0,00	522.000,00
13.392				
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  30 / 33				
13.392.0060	Cultura, arte e patrimônio histórico	522.000,00	0,00	522.000,00
1000000	Recursos Ordinários	522.000,00		
70.001	Ibprev	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
	Previdência Social	7.737.000,00	30.623.000,00	38.360.000,00
09	Previdência do Regime Estatutário	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272	Previdência social	7.737.000,00	15.072.078,11	22.809.078,11
09.272.0205	Contribuição para RPPS		0,00	
6030000	Recursos Ordinários	7.737.000,00		
1000000	Contribuição para RPPS		15.072.078,11	
2030000	Reserva do RPPS	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997	Previdência social	0,00	15.550.921,89	15.550.921,89
09.997.0205	Contribuição para RPPS		10.672.761,38	
2030000	Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar		4.878.160,51	
2037500	Fundacao Municipal de Meio Ambiente	991.000,00	0,00	991.000,00
75.001	Gestão Ambiental	991.000,00	0,00	991.000,00
18	Administracao Geral	973.000,00	0,00	973.000,00
18.122				
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER		

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
E n t r e d a d e s : C o n s o l i d a d o L D O : 2 0 1 7				
Pág  31 / 33				
18.122.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	973.000,00	0,00	973.000,00
1000000	Recursos Ordinários	973.000,00		
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	0,00	18.000,00
18.541.0160	Preservação do meio ambiente e sustentabilidade	6.000,00	0,00	6.000,00
1000000	Recursos Ordinários	6.000,00		
18.541.0163	Responsabilidade ambiental	12.000,00	0,00	12.000,00
1000000	Recursos Ordinários	12.000,00		
80.001	Samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04	Administração	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Gestão administrativa do samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		6.770.000,00	
80.002	Tecnica	0,00	21.200.000,00	21.200.000,00
17	Saneamento	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512.0301	Abastecimento de água	0,00	21.055.000,00	21.055.000,00
IPM Sistemas Ltda				
Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER				



		MUNICIPIO DE BRUSQUE Planejamento e Orçamento Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa		Pág		32	/	33
		E n t r e d a d e :  C o n s o r t a d o  L D O :  2 0 1 7						
6000000	Recursos Ordinários			0,00				
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE			20.000,00				
2890000	Alienação Bens Outros Programas			10.000,00				
2000000	Rec. Prop. Samae			21.005.000,00				
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE			20.000,00				
	Sistema de esgoto	0,00		140.000,00	140.000,00			
17.512.0302								
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE			10.000,00				
2000000	Rec. Prop. Samae			120.000,00				
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE			10.000,00				
6000000	Recursos Ordinários			0,00				
	Reserva de Contingência	0,00		5.000,00	5.000,00			
99								
	Reserva de contingência	0,00		5.000,00	5.000,00			
99.999								
	Reserva de contingência	0,00		5.000,00	5.000,00			
99.999.9999								
2000000	Rec. Prop. Samae			5.000,00				
80.003	Samae - Precatorio	0,00		100.000,00	100.000,00			
	Encargos Especiais	0,00		100.000,00	100.000,00			
28								
	Serviço da Dívida Interna	0,00		100.000,00	100.000,00			

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	
-------------------	---	--

MUNICIPIO DE BRUSQUE				
Planejamento e Orçamento				
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa				
		<div>Pág  33 / 33</div>		
		<div> <div>E</div> <div>n</div> <div>t</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>e</div> <div>:</div> <div>C</div> <div>o</div> <div>n</div> <div>s</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>d</div> <div>a</div> <div>d</div> <div>o</div> <div>:</div> <div>L</div> <div>D</div> <div>O</div> <div>:</div> <div>2</div> <div>0</div> <div>1</div> <div>7</div> </div>		
28.843				
	Precatórios	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303				
6000000	Recursos Ordinários		0,00	
2000000	Rec. Prop. Samae		100.000,00	

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
90.099	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
	Reserva de Contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999				
	Reserva de contingência	100.000,00	0,00	100.000,00
99.999.9999				
1000000	Recursos Ordinários	100.000,00		
<b>Total Geral</b>		192.224.251,99	266.354.012,07	458.578.264,06

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL691101-11483-QRKH-213378172 - Emitido por: JESSICA KEMPNER	

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	Previsão - R\$		
	2017	2018	2019
Despesas correntes (I)	317.512.467,26	348.097.937,66	382.123.586,58
Pessoal e encargos sociais	200.966.189,96	201.228.504,27	224.915.395,85
Juros e encargos da dívida	2.900.000,00	3.099.384,86	3.312.478,11
Outras despesas correntes	113.646.277,30	143.770.048,53	153.895.712,62
Despesas de capital (II)	124.706.796,80	120.600.172,87	117.068.768,07
Investimentos	120.456.796,80	115.756.395,16	111.548.254,54
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	4.250.000,00	4.843.777,71	5.520.513,53
Reserva de Contingência (III)	16.359.000,00	17.394.849,37	18.496.647,66
Reserva do RPPS	16.254.000,00	17.289.321,47	18.390.589,20
Reserva de contingência	105.000,00	105.527,90	106.058,46
<b>Total (IV) = (I + II + III)</b>	<b>458.578.264,06</b>	<b>486.092.959,90</b>	<b>517.689.002,31</b>
<b>FONTE: Sistema</b>	Atende.Net - IPM	<b>Unidade Responsável:</b>	MUNICIPIO DE BRUSQUE
<b>Data Emissão:</b>	05/10/2016	<b>Hora Emissão:</b>	15:10

Especificação	Previsão - R\$		
	2017	2018	2019
Receita Orçamentária	487.255.778,06	516.491.124,74	550.063.047,86
Receitas correntes	368.495.992,98	390.605.752,56	415.995.126,49
Receita tributária	60.425.439,20	64.050.965,55	68.214.278,32
Impostos	51.071.815,20	54.136.124,11	57.654.972,18
Taxas	9.347.384,00	9.908.227,04	10.552.261,80
Contribuição de melhoria	6.240,00	6.614,40	7.044,34
Receitas de contribuições	16.684.214,92	17.685.267,82	18.834.810,23
Contribuições sociais	8.884.214,92	9.417.267,82	10.029.390,23
Contribuições de intervenção no domínio econômico	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.800.000,00	8.268.000,00	8.805.420,00
Receita patrimonial	10.424.847,80	11.050.338,67	11.768.610,68
Receitas imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de valores mobiliários	10.160.927,80	10.770.583,47	11.470.671,39
Receita de concessões e permissões	100.672,00	106.712,32	113.648,62
Compensações financeiras	0,00	0,00	0,00
Receita decorrente do direito de exploração de bens públicos em áreas de domínio público	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00
Outras receitas patrimoniais	163.248,00	173.042,88	184.290,67
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita da produção vegetal	0,00	0,00	0,00
Receita da produção animal e derivados	0,00	0,00	0,00
Outras receitas agropecuárias	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	1.658.800,00	1.758.328,00	1.872.619,32
Receita da indústria extrativa mineral	0,00	0,00	0,00
Receita da indústria de transformação	5.200,00	5.512,00	5.870,28
Receita da indústria de construção	0,00	0,00	0,00
Outras receitas industriais	1.653.600,00	1.752.816,00	1.866.749,04
Receita de serviços	26.989.000,00	28.608.340,00	30.467.882,10
Transferências correntes	236.492.744,87	250.682.309,56	266.976.659,69
Transferências intergovernamentais	233.005.744,87	246.986.089,56	263.040.185,39
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
Transferências de pessoas	0,00	0,00	0,00
Transferências de convênios	3.487.000,00	3.696.220,00	3.936.474,30
Transferências para o combate à fome	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	15.820.946,19	16.770.202,96	17.860.266,15
Multas e juros de mora	5.509.671,59	5.840.251,88	6.219.868,25
Indenizações e restituições	1.961.280,00	2.078.956,80	2.214.088,99
Receita da dívida ativa	5.747.533,60	6.092.385,62	6.488.390,69
Receitas decorrentes de aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00
Receitas decorrentes de compensações ao RGPS	0,00	0,00	0,00
Receitas diversas	2.602.461,00	2.758.608,66	2.937.918,22
Receitas de capital	104.531.000,00	110.802.860,00	118.005.045,90
Operações de crédito	67.000.000,00	71.020.000,00	75.636.300,00
Operações de crédito internas	67.000.000,00	71.020.000,00	75.636.300,00
Operações de crédito externas	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	510.000,00	540.600,00	575.739,00
Alienação de bens móveis	510.000,00	540.600,00	575.739,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	37.021.000,00	39.242.260,00	41.793.006,90
Transferências intergovernamentais	438.000,00	464.280,00	494.458,20
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
Transferências de pessoas	0,00	0,00	0,00
Transferência de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00
Transferências de convênios	36.583.000,00	38.777.980,00	41.298.548,70
Transferências para o combate à fome	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Integralização do capital social	0,00	0,00	0,00
Resultado do banco central do Brasil	0,00	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro nacional	0,00	0,00	0,00
Receita da dívida ativa proveniente de amortização de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00
Receita da dívida ativa da alienação de estoques de café - funcafé	0,00	0,00	0,00
Receita auferida por detentores de títulos do tesouro nacional resgatados	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienação de certificados de potencial adicional de construção - cepac	0,00	0,00	0,00
Outras receitas	0,00	0,00	0,00
Registro inexistente necessário	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes intra-orçamentárias	14.228.785,08	15.082.512,18	16.062.875,47
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00

		Pág	2	/ 2

**LEI Nº 4.023/2016 - ANEXOS REL. LDO SAMAE**

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			
Receita Orçamentária		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas correntes		Despesas correntes	25.850.000,00
Receita tributária	28.070.000,00	Pessoal e encargos sociais	12.950.000,00
Receitas de contribuições	27.640.000,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	260.000,00	Outras despesas correntes	12.900.000,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	250.000,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	26.830.000,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	300.000,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	360.000,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	360.000,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Deduções da receita	0,00		
(r) Deduções da receita corrente	0,00		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	0,00		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária			
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias			
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias			
<b>Total das Receitas Correntes</b>	28.000.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	25.850.000,00
<b>Déficit</b>	0,00	<b>Superávit</b>	2.150.000,00
<b>Soma</b>	28.000.000,00	<b>Soma</b>	28.000.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	2.150.000,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	0,00
Receitas de capital	70.000,00	Despesas de capital	2.215.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	2.215.000,00
Alienação de bens	10.000,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	60.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária			
(r) Outras receitas capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	70.000,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	2.215.000,00

054

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas correntes			25.850.000,00
31000000000000	Pessoal e encargos sociais		12.950.000,00	
31900000000000	Aplicações diretas	11.850.000,00		
31910000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	1.100.000,00		
33000000000000	Outras despesas correntes		12.900.000,00	
33710000000000	Transferências a consórcios públicos	100.000,00		
33900000000000	Aplicações diretas	12.670.000,00		
33930000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	130.000,00		
40000000000000	Despesas de capital			2.215.000,00
44000000000000	Investimentos		2.215.000,00	
44900000000000	Aplicações diretas	2.215.000,00		
90000000000000	Reserva de contingência			5.000,00
99000000000000	Reserva de contingência		5.000,00	
99900000000000	Reserva de contingência	5.000,00		
<b>Total</b>				28.070.000,00

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000	Receitas correntes			27.640.000,00
11000000000000	Receita tributária		260.000,00	
11200000000000	Taxas	260.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		250.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários	250.000,00		
16000000000000	Receita de serviços		26.830.000,00	
19000000000000	Outras receitas correntes		300.000,00	
19100000000000	Multas e juros de mora	234.000,00		
19200000000000	Indenizações e restituições	65.000,00		
19300000000000	Receita da dívida ativa	1.000,00		
20000000000000	Receitas de capital			70.000,00
22000000000000	Alienação de bens		10.000,00	
22100000000000	Alienação de bens móveis	10.000,00		
24000000000000	Transferências de capital		60.000,00	
24200000000000	Transferências intergovernamentais	30.000,00		
24700000000000	Transferências de convênios	30.000,00		
70000000000000	Receitas correntes intra-orçamentárias			360.000,00
76000000000000	Receita de serviços - intra-orçamentárias		360.000,00	
<b>Total</b>				28.070.000,00



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Saneamento	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
80 - Smae	6.770.000,00	21.195.000,00	100.000,00	5.000,00	28.070.000,00
Total	6.770.000,00	21.195.000,00	100.000,00	5.000,00	28.070.000,00

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
4	Administração	122	Administracao Geral
17	Saneamento	512	Saneamento Básico Urbano
28	Encargos Especiais	843	Serviço da Dívida Interna
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985

**80 - Samae****001 - Samae**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Administração	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04	Administracao Geral	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Gestão administrativa do samae	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Construção, Ampl. e Refor. da Sede Administrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
04.122.0300.1193	Manutenção Moder. dos Serviços Administrativos	0,00	0,00	6.450.000,00	6.450.000,00
04.122.0300.2291	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	320.000,00	320.000,00
04.122.0300.2292					
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.770.000,00</b>	<b>6.770.000,00</b>

**002 - Tecnica**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Saneamento	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17	Saneamento Básico Urbano	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512	Abastecimento de água	0,00	1.980.000,00	19.075.000,00	21.055.000,00
17.512.0301	Ampl. Reform e Reparos do Sistema de Água	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
17.512.0301.1191	Construcao, Ampliacao e Reforma Unid. Cap. e Elev. Tratamento de Agua	0,00	1.310.000,00	0,00	1.310.000,00
17.512.0301.1192	Oper. Manutenção do Sistema de Agua - Samae	0,00	0,00	19.075.000,00	19.075.000,00
17.512.0301.2293	Sistema de esgoto	0,00	25.000,00	115.000,00	140.000,00
17.512.0302	Cons. Ampl. e Ref. do Sis. de Esgoto	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
17.512.0302.1194	Operacao Manutencao Sistema de Esgoto	0,00	0,00	115.000,00	115.000,00
17.512.0302.2294	Reserva de Contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99	Reserva de contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999.9999	Reserva de Contigencia	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999.9999.2999					
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>2.005.000,00</b>	<b>19.195.000,00</b>	<b>21.200.000,00</b>

**003 - Samae - Precatorio**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
	Encargos Especiais	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843	Precatorios	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303	Precatorios Samae	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303.2295					
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>2.005.000,00</b>	<b>26.065.000,00</b>	<b>28.070.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>2.005.000,00</b>	<b>26.065.000,00</b>	<b>28.070.000,00</b>

## ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300	Gestão administrativa do samae	0,00	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300.1193	Construção, Ampl. e Refor. da Sede Administrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
2000000	Rec. Prop. Samae		0,00		0,00
04.122.0300.2291	Manutenção Moder. dos Serviços Administrativos	0,00	0,00	6.450.000,00	6.450.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			6.450.000,00	6.450.000,00
04.122.0300.2292	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	320.000,00	320.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			320.000,00	320.000,00
17	Saneamento	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	2.005.000,00	19.190.000,00	21.195.000,00
17.512.0301	Abastecimento de água	0,00	1.980.000,00	19.075.000,00	21.055.000,00
17.512.0301.1191	Ampl. Reform e Reparos do Sistema de Água	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		650.000,00		650.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
17.512.0301.1192	Construcao, Ampliacao e Reforma Unid. Cap. e Elev. Tratamento de Agua	0,00	1.310.000,00	0,00	1.310.000,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
6000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		1.290.000,00		1.290.000,00
17.512.0301.2293	Oper. Manutenção do Sistema de Agua - Samae	0,00	0,00	19.075.000,00	19.075.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			19.065.000,00	19.065.000,00
6000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
2890000	Alienação Bens Outros Programas			10.000,00	10.000,00
17.512.0302	Sistema de esgoto	0,00	25.000,00	115.000,00	140.000,00
17.512.0302.1194	Cons. Ampl. e Ref. do Sis. de Esgoto	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
6000000	Recursos Ordinários		0,00		0,00
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00		10.000,00
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00		10.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae		5.000,00		5.000,00
17.512.0302.2294	Operacao Manutencao Sistema de Esgoto	0,00	0,00	115.000,00	115.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			115.000,00	115.000,00
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303	Precatorios	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303.2295	Precatorios Samae	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
2000000	Rec. Prop. Samae			100.000,00	100.000,00
6000000	Recursos Ordinários			0,00	0,00
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999	Reserva de contingência	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00

054

## Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
80.001	Samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
	Administração	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04				
	Administracao Geral	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122				
	Gestão administrativa do samae	0,00	6.770.000,00	6.770.000,00
04.122.0300				
2000000	Rec. Prop. Samae		6.770.000,00	
80.002	Tecnica	0,00	21.200.000,00	21.200.000,00
	Saneamento	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17				
	Saneamento Básico Urbano	0,00	21.195.000,00	21.195.000,00
17.512				
	Abastecimento de água	0,00	21.055.000,00	21.055.000,00
17.512.0301				
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		20.000,00	
2000000	Rec. Prop. Samae		21.005.000,00	
2890000	Alienação Bens Outros Programas		10.000,00	
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		20.000,00	
6000000	Recursos Ordinários		0,00	
	Sistema de esgoto	0,00	140.000,00	140.000,00
17.512.0302				
2645500	Transferências de Convênios - Estado/Outros - SAMAE		10.000,00	
2000000	Rec. Prop. Samae		120.000,00	
6000000	Recursos Ordinários		0,00	
2345400	Transferências de Convênios - União/Outros -SAMAE		10.000,00	
	Reserva de Contingência	0,00	5.000,00	5.000,00
99				
	Reserva de contingência	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999				
	Reserva de contingência	0,00	5.000,00	5.000,00
99.999.9999				
2000000	Rec. Prop. Samae		5.000,00	
80.003	Samae - Precatorio	0,00	100.000,00	100.000,00
	Encargos Especiais	0,00	100.000,00	100.000,00
28				
	Serviço da Dívida Interna	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843				
	Precatorios	0,00	100.000,00	100.000,00
28.843.0303				
6000000	Recursos Ordinários		0,00	
2000000	Rec. Prop. Samae		100.000,00	
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>28.070.000,00</b>	<b>28.070.000,00</b>

Dotação		%
Órgão	80 - Samae	
	0,00	0,00
80.1.0004.0122.0300.1193.34490000000000.02000000		
80.1.0004.0122.0300.2291.33190000000000.02000000	3.700.000,00	13,18
80.1.0004.0122.0300.2291.33191000000000.02000000	350.000,00	1,25
80.1.0004.0122.0300.2291.33390000000000.02000000	2.300.000,00	8,19
80.1.0004.0122.0300.2291.34490000000000.02000000	100.000,00	0,36
80.1.0004.0122.0300.2292.33390000000000.02000000	320.000,00	1,14
80.2.0017.0512.0301.1191.34490000000000.02000000	650.000,00	2,32
80.2.0017.0512.0301.1191.34490000000000.02345400	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0301.1191.34490000000000.02645500	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0301.1192.34490000000000.02000000	1.290.000,00	4,60
80.2.0017.0512.0301.1192.34490000000000.02345400	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0301.1192.34490000000000.02645500	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0301.1192.34490000000000.06000000	0,00	0,00
80.2.0017.0512.0301.2293.33190000000000.02000000	8.100.000,00	28,86
80.2.0017.0512.0301.2293.33191000000000.02000000	750.000,00	2,67
80.2.0017.0512.0301.2293.33371000000000.02000000	50.000,00	0,18
80.2.0017.0512.0301.2293.33390000000000.02000000	10.000.000,00	35,63
80.2.0017.0512.0301.2293.33390000000000.06000000	0,00	0,00
80.2.0017.0512.0301.2293.33393000000000.02000000	65.000,00	0,23
80.2.0017.0512.0301.2293.34490000000000.02000000	100.000,00	0,36
80.2.0017.0512.0301.2293.34490000000000.02890000	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0301.2293.34490000000000.06000000	0,00	0,00
80.2.0017.0512.0302.1194.34490000000000.02000000	5.000,00	0,02
80.2.0017.0512.0302.1194.34490000000000.02345400	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0302.1194.34490000000000.02645500	10.000,00	0,04
80.2.0017.0512.0302.1194.34490000000000.06000000	0,00	0,00
80.2.0017.0512.0302.2294.33371000000000.02000000	50.000,00	0,18
80.2.0017.0512.0302.2294.33393000000000.02000000	65.000,00	0,23
80.2.0099.0999.9999.2999.39990000000000.02000000	5.000,00	0,02
80.3.0028.0843.0303.2295.33190000000000.02000000	50.000,00	0,18
80.3.0028.0843.0303.2295.33390000000000.02000000	50.000,00	0,18
80.3.0028.0843.0303.2295.33390000000000.06000000	0,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>28.070.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>28.070.000,00</b>	<b>100,00</b>

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
	4000000000000000	S	28.070.000,00	100,00
Receita Orçamentária				
	4100000000000000	S	27.640.000,00	98,47
Receitas correntes				
	4110000000000000	S	260.000,00	0,93
Receita tributária				
	4112000000000000	S	260.000,00	0,93
Taxas				
	4112200000000000	S	260.000,00	0,93
Taxas pela prestação de serviços				
	4112299000000000	S	260.000,00	0,93
Outras taxas pela prestação de serviços				
	411229900120000	S	260.000,00	0,93
Outras Taxas pela Prestacao de Servicos				
	411229900120100	A	260.000,00	0,93
Outras Taxas pela Prestacao de Servicos				
	4130000000000000	S	250.000,00	0,89
Receita patrimonial				
	4132000000000000	S	250.000,00	0,89
Receitas de valores mobiliários				
	4132500000000000	S	250.000,00	0,89
Remuneração de depósitos bancários				
	4132502000000000	S	250.000,00	0,89
Remuneração depósito de recursos não vinculados				
	4132502990000000	A	250.000,00	0,89
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros				
	4160000000000000	S	26.830.000,00	95,58
Receita de serviços				
	4160041000000000	S	26.710.000,00	95,15
Serviços de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água				
	416004100010000	S	26.436.000,00	94,18
Servicos de Captacao, Aducao, Tratamento				
	416004100010100	A	21.600.000,00	76,95
Tarifa de Agua Residencial				
	416004100010200	A	4.270.000,00	15,21
Tarifa de Agua Comercial e Industrial				
	416004100010300	A	31.000,00	0,11
Tarifa de Agua Mista				
	416004100010400	A	535.000,00	1,91
Tarifa de Agua Publica				
	416004100020000	S	274.000,00	0,98
Outras Receitas Correntes				
	416004100020100	A	254.000,00	0,90
Ligacao				
	416004100020200	A	6.000,00	0,02
Desligacao				
	416004100020300	A	1.000,00	0,00
Expediente				
	416004100020400	A	3.000,00	0,01
Afericao de Hidrometro				
	416004100020500	A	10.000,00	0,04
Receitas Diversas				
	4160048000000000	A	120.000,00	0,43
Serviços de religamento de água				
	4190000000000000	S	300.000,00	1,07
Outras receitas correntes				
	4191000000000000	S	234.000,00	0,83
Multas e juros de mora				
	4191500000000000	S	2.000,00	0,01
Multa e juros de mora da dívida ativa de outras receitas				
	4191599000000000	S	2.000,00	0,01



MUNICIPIO DE BRUSQUE						
Planejamento e Orçamento						
LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita						
LDO						
E						
n						
t						
i						
d						
a						
d						
e						
:						
8						
5						
0						
3						
-						
S						
E						
R						
V						
I						
C						
O						
A						
U						
T						
O						
N						
O						
M						
O						
M						
U						
N						
I						
C						
I						
P						
A						
L						
D						
E						
A						
G						
U						
A						
E						
E						
S						
G						
O						
T						
O						
Outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas	419159901000000	S		2.000,00	0,01	
Outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas principal	419159901010000	A		500,00	0,00	
Multa Divida Ativa	419159901020000	A		1.000,00	0,00	
Juros divida Ativa	419159901030000	A		500,00	0,00	
AtualizacaoMonetaria	419180000000000	S		232.000,00	0,83	
Multas e juros de mora de outras receitas						
IPM Sistemas Ltda						
Identificador: WPL121101-11483-GPPG-213376632 - Emitido por: JESSICA KEMPNER						

MUNICIPIO DE BRUSQUE						
Planejamento e Orçamento						
LDO - Demonstrativo da Receita						
LDO						
E						
n						
t						
i						
d						
a						
d						
e						
:						
8						
5						
0						
3						
-						
S						
E						
R						
V						
I						
C						
O						
A						
U						
T						
O						
N						
O						
M						
U						
N						
I						
C						
I						
P						
A						
L						
D						
E						
A						
G						
U						
A						
E						
S						
G						
O						
T						
O						
Outras Multas e Juros de Mora	419189900000000	S			232.000,00	0,83
Outras multas e juros de mora - primárias	419189901000000	A			232.000,00	0,83
Indenizações e restituições	419200000000000	S			65.000,00	0,23
Indenizações	419210000000000	S			65.000,00	0,23
Outras indenizações	419219900000000	S			65.000,00	0,23
Outras Indenizacoes	419219900040000	A			65.000,00	0,23
	419300000000000	S			1.000,00	0,00
IPM Sistemas Ltda						
Identificador: WPL121101-11483-GPPG-213376632 - Emitido por: JESSICA KEMPNER						

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da Receita</div><div>Receita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>r</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>8</div><div>5</div><div>0</div><div>3</div><div>-</div><div>S</div><div>E</div><div>R</div><div>V</div><div>I</div><div>C</div><div>O</div><div>A</div><div>U</div><div>T</div><div>O</div><div>N</div><div>O</div><div>M</div><div>O</div><div>M</div><div>U</div><div>N</div><div>I</div><div>C</div><div>I</div><div>P</div><div>A</div><div>L</div><div>D</div><div>E</div><div>A</div><div>G</div><div>U</div><div>A</div><div>E</div><div>S</div><div>G</div><div>O</div><div>T</div><div>O</div></div><div><div>Pág</div><div>4</div><div>/</div><div>7</div></div></div>						
Receita da dívida ativa	419320000000000	S			1.000,00	0,00
Receita da dívida ativa não tributária	419329900000000	S			1.000,00	0,00
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas	419329901000000	S			1.000,00	0,00
Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas principal	419329901010000	A			1.000,00	0,00
Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas principal - Vínculos Diversos						
IPM Sistemas Ltda						
Identificador: WPL121101-11483-GPPG-213376632 - Emitido por: JESSICA KEMPNER						

<div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da Receita</div><div>Receita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>8</div><div>5</div><div>0</div><div>3</div><div>-</div><div>S</div><div>E</div><div>R</div><div>V</div><div>I</div><div>C</div><div>O</div><div>A</div><div>U</div><div>T</div><div>O</div><div>N</div><div>O</div><div>M</div><div>O</div><div>M</div><div>U</div><div>N</div><div>I</div><div>C</div><div>I</div><div>P</div><div>A</div><div>L</div><div>D</div><div>E</div><div>A</div><div>G</div><div>U</div><div>A</div><div>E</div><div>S</div><div>G</div><div>O</div><div>T</div><div>O</div></div>						
					Pág	5 / 7
	420000000000000		S		70.000,00	0,25
Receitas de capital	422000000000000		S		10.000,00	0,04
Alienação de bens	422100000000000		S		10.000,00	0,04
Alienação de bens móveis	422150000000000		A		5.000,00	0,02
Alienação de veículos	422190000000000		A		5.000,00	0,02
Alienação de outros bens móveis	424000000000000		S		60.000,00	0,21
Transferências de capital	424200000000000		S		30.000,00	0,11
Transferências						
IPM Sistemas Ltda		Identificador: WPL121101-11483-GPPG-213376632 - Emitido por: JESSICA KEMPNER			05	

<div><div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da ReceitaReceita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>i</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>8</div><div>5</div><div>0</div><div>3</div><div>-</div><div>S</div><div>E</div><div>R</div><div>V</div><div>I</div><div>C</div><div>O</div><div>A</div><div>U</div><div>T</div><div>O</div><div>N</div><div>O</div><div>M</div><div>O</div><div>M</div><div>U</div><div>N</div><div>I</div><div>C</div><div>I</div><div>P</div><div>A</div><div>L</div><div>D</div><div>E</div><div>A</div><div>G</div><div>U</div><div>A</div><div>E</div><div>E</div><div>S</div><div>G</div><div>O</div><div>T</div><div>O</div></div><div><div>Pág</div><div>6</div><div>/</div><div>7</div></div></div>						
intergovernamentais	424220000000000	S			30.000,00	0,11
Transferências dos estados	424229900000000	S			30.000,00	0,11
Outras transferências dos estados	424229900030000	A			30.000,00	0,11
Outras Transferencias dos Estados Saneamento	424700000000000	S			30.000,00	0,11
Transferências de convênios	424710000000000	S			30.000,00	0,11
Transferência de convênios da união e de suas entidades	424719900000000	A			30.000,00	0,11
IPM Sistemas Ltda						
Identificador: WPL121101-11483-GPPG-213376632 - Emitido por: JESSICA KEMPNER						

<div><div>MUNICIPIO DE BRUSQUE</div><div>Planejamento e Orçamento</div><div>LDO - Demonstrativo da Receita</div><div>Receita</div><div>LDO</div><div>E</div><div>n</div><div>t</div><div>d</div><div>a</div><div>d</div><div>e</div><div>:</div><div>8</div><div>5</div><div>0</div><div>3</div><div>-</div><div>S</div><div>E</div><div>R</div><div>V</div><div>I</div><div>C</div><div>O</div><div>A</div><div>U</div><div>T</div><div>O</div><div>N</div><div>O</div><div>M</div><div>O</div><div>M</div><div>U</div><div>N</div><div>I</div><div>C</div><div>I</div><div>P</div><div>A</div><div>L</div><div>D</div><div>E</div><div>A</div><div>G</div><div>U</div><div>A</div><div>E</div><div>S</div><div>G</div><div>O</div><div>T</div><div>O</div></div>						
<div>Pág7 / 7</div>						
Outras transferências de convênios da união	4700000000000000	S			360.000,00	1,28
Receitas correntes intra-orçamentárias	4760000000000000	S			360.000,00	1,28
Receita de serviços - intra-orçamentárias	4760099000000000	S			360.000,00	1,28
Outras receitas de serviços	4760099000100000	A			360.000,00	1,28
Tarifa de Agua Publica Municipal						
Total:					28.070.000,00	100,00
IPM Sistemas Ltda	Identificador: WPL121101-11483-GPPG-213376632 - Emitido por: JESSICA KEMPNER					05

# Caçador

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA – 31 -10- 2016- RETIFICAÇÃO

Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador -SC

Retificação da Convocação para Assembleia Ordinária – 31 -10- 2016

A Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador - SC - ASPPC, através de sua presidente, convoca a todos os membros associados para Assembleia Ordinária, que fará realizar no dia 31 de outubro de 2016, na sede da Prefeitura de Caçador, Fundos e Fundações, a partir das 13:30horas, onde será realizado a eleição da nova diretoria; Conforme previsto no estatuto da Associação, somente poderão concorrer a cargos eletivos os associados efetivos com mais de 02(dois anos) de contribuição Art. 9, Par 2º.

Denise Chiarello Hartmann  
Presidente ASPPC

### PORTARIA Nº 27.261

PORTARIA Nº 27.261, de 06 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 99 e 108, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, alta médica, readaptação ou afastamento definitivo, conforme perícias médicas realizadas pelos médicos nomeados pela Portaria nº 27.132, de 26 de julho de 2016, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Dias de Afastamento	Início do Afastamento
2506	Celso Oliveira da Silva	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	60	01/09/2016
1023	Iraci Salete Sebem	Auxiliar Serviços Gerais	Readaptada	-
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar Serviços Gerais	36	01/09/2016
596	Marilene Salete Setti	Professor Ensino Fundamental I	180	01/09/2016
10765	Marinez Aparecida Bertotto	Auxiliar Serviços Gerais	90	01/09/2016
10535	Marisa Aparecida Alves Moreira	Professor Ensino Fundamental I	60	01/09/2016
7777	Rosana Kormann Martins de Oliveira	Secretário Escolar	180	01/09/2016
1293	Rosani de Fátima Sabini	Auxiliar Serviços Gerais	60	01/09/2016
918	Samuel Flores Alves	Encanador	90	01/09/2016
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	Apta	-
3265	Valdicléia Aparecida Ferreira	Psicólogo	180	01/09/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de setembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.349**

PORTARIA Nº 27.349, de 13 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
9198	Eliane do Amaral	Auxiliar Serviços Gerais	08	01/10/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.350**

PORTARIA Nº 27.350, de 13 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal LAÍS SOUZA DE MORAES, matrícula 34, lotada na Fundação Municipal de Esportes, no cargo de Professor Educação Física 40h, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de seu filho Lucca Corrêa de Mello, ocorrido no dia 26 de setembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.



# Camboriú

## PREFEITURA

### **TERMO DE ERRATA CONTRATO 073/2014**

TERMO DE ERRATA  
CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração vem comunicar que na publicação do contrato 073/2014 da Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 07 de julho de 2014:

- Onde lê-se: R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).

- Leia-se: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Camboriú SC, 13 de outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de outubro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de larvicida biológico para aplicação em rios e córregos para combate ao inseto borrachudo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e a empresa e a empresa MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA, CNPJ: 76.612.506/0001-13, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 79/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	40	Galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria BTI bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração de 1,2%, potência 1200 Bt UTI/MG, suspensão aquosa concentrada. CEPA SA3A ou CEPA AM65-52, Galão com 10 litros. Validade mínima de 18 meses. Com registro na ANVISA.	869,50	34.780,00
VALOR TOTAL				R\$ 34.780,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

CRUSVALDINO BELLORINI MESALIRA

MM Distribuidora de Produtos Veterinários LTDA

Representante legal

### DECRETO Nº 10.032 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.032 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 233.489,25 (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais, vinte e cinco centavos) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 59.927,52
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 91.824,48
319113.00.141 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 40.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	



310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 11.737,25
319113.00.139 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 30.000,00
	TOTAL	R\$ 233.489,25

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental.	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental.	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 21.192,09
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 161.637,72
319013.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 100,00
319013.00.141 -	Obrigações Patronais	R\$ 100,00
319094.00.139 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 815,52
319094.00.141 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 926,92
319113.00.141 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 6.979,75
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 11.737,25
319094.00.139 -	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 30.000,00
	TOTAL	R\$ 233.489,25

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de outubro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.033 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.033 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 410,00	
	Total	R\$ 1.410,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 350,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 410,00	
	Total	R\$ 1.410,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de outubro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 13.513 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.513 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 000750, Registro no Sistema sob nº 955338, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 19 de setembro de 2016 a 19 de outubro de 2016.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 19 de setembro de 2016 a 03 de outubro de 2016; já o período de 04 de outubro de 2016 a 19 de outubro de 2016 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 19 de setembro de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de outubro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.514 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.514 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, SÉRGIO DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000449, Registro no Sistema sob o nº 954399, ocupante do Cargo Público de Fiscal, exercendo a Função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, por motivo de doença, pelo período de 04 de outubro de 2016 a 20 de janeiro de 2017.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 04 de outubro de 2016 a 18 de outubro de 2016; já o período de 19 de outubro de 2016 a 20 de janeiro de 2017 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 04 de outubro de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de outubro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.515 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.515 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ROSMARI DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000859, Registro no Sistema sob nº 955558, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 08 de outubro de 2016 a 30 de novembro de 2016.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 08 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2016; já o período de 23 de outubro de 2016 a 30 de novembro de 2016 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 08 de outubro de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de outubro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### RETIFICA E PRORROGA EDITAL 36/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1835/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO VALOR DO OBJETO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Retifica valor do objeto e Prorroga prazo de abertura do:

Processo Licitatório n.º 1835/2016 – Pregão Presencial n.º 36/2016

O Município de Campo Erê - SC, através de seu Prefeito Sr. Rudimar Borcioni, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O VALOR DO OBJETO DO EDITAL 17/2016, cujo objeto é a Seleção de instituição financeira para processamento e gerenciamento dos créditos de proventos da folha de pagamento dos servidores, alterando o valor mínimo da proposta, passando de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) o valor mínimo da proposta de preço, e, DETERMINA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO para o dia 27 de Outubro de 2016 às 08:30horas. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao Pregoeiro Oficial do Município no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site. [www.campoere.sc.gov.br](http://www.campoere.sc.gov.br), ou e-mail: [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê-SC, 13/10/2016. Rudimar Borcioni – Prefeito Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 7.596/16 DE 13/10/2016 AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO EM LINHA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.596/16 DE 13/10/2016

AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO EM LINHA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art.100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

Considerando a necessidade da prestação de serviços essenciais à população de Campos Novos e que temos o escopo de oferecer transporte eficiente aos cidadãos da nossa cidade;

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a Transportes e Turismo Manfredi S/A, autorização para exploração do serviço de transporte coletivo de passageiros em nova linha (reativação) a seguir descrita:

I- Itinerário: Linha Assentamento São José;

II- Horário: Saída de São José às 07:30horas e 18:50horas

Saída de Campos Novos às 06:30horas e às 18:00horas

III- Valor Tarifa: R\$ 10,46 (dez reais e quarenta e seis centavos)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.597/16 DE 13/10/2016 AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO EM LINHA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.597/16 DE 13/10/2016

AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO EM LINHA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art.100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

Considerando a necessidade da prestação de serviços essenciais à população de Campos Novos e que temos o escopo de oferecer transporte eficiente aos cidadãos da nossa cidade;

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a Transportes e Turismo Manfredi S/A, autorização para exploração do serviço de transporte coletivo de passageiros em nova linha (reativação) a seguir descrita:

I- Itinerário: Linha da Corredeira;

II- Horário: Saída da Corredeira às 02:20horas e às 13:25horas

Saída de Campos Novos às 01:00horas e às 12:40horas

III- Valor Tarifa: R\$ 12,00 (doze reais)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.598/16 DE 13/10/2016 AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO EM LINHA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.598/16 DE 13/10/2016

AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO EM LINHA NOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art.100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

Considerando a necessidade da prestação de serviços essenciais à população de Campos Novos e que temos o escopo de oferecer transporte eficiente aos cidadãos da nossa cidade;

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a Transportes e Turismo Manfredi S/A, autorização para exploração do serviço de transporte coletivo de passageiros em nova linha (reativação) a seguir descrita:

I- Itinerário: Linha Assentamento 30 de Outubro;

II- Horário: Saída do Assentamento às 04:00horas, às 07:00horas, 15:30 horas e às 19:40horas;

Saída de Campos Novos às 03:30horas, 06:30 horas, 15:00horas e às 19:00horas;

III- Valor Tarifa: R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



# ATA DE REGISTRO DE PREÇO 22/16 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA DECORAÇÃO DE NATAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/13

Processo Nº.: 91/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2016

No dia 13 do mês de Outubro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 41/2016, Processo Licitatório nº. 91/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA DECORAÇÃO DO NATAL CELEIRO DA PAZ 2016 NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10792	ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME	5, 6, 7, 8, 10, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 74, 75, 82, 83, 87, 92
11551	AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	
10726	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	36, 37, 39, 66, 67, 85
11550	JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME	1, 3, 21, 32, 40, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84
8922	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	86, 89
10191	PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 68, 69, 70, 72
10462	RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	
8887	SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁ. LTDA - ME	2, 4, 38, 41, 61, 71, 73, 88, 90, 91

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME	07.258.181/0001-08	CELSON DE MORAES	025.326.239-93
AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	41.748.138/0001-50		- - -
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	15.984.883/0001-99	JOSÉ RICARDO BARBOSA VAZ	206.500.350-20
JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME	19.031.062/0001-99	JEAN CARLOS MORAES	044.235.159-38
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	07.336.749/0001-53	PAULO DELFINO PINTO	639.561.289-15
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	08.932.456/0001-00	MARCOS AURÉLIO MIGLIOLI	527.900.709-97
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	13.709.256/0001-14	RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA	058.823.429-02
SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁ. LTDA - ME	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA DECORAÇÃO DO NATAL CELEIRO DA PAZ 2016 NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8887 - SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁ. LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ARAME GALVANIZADO LISO Nº 14 BWG	KG		8,000	10,0000	80,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/13  
 Processo Nº.: 91/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**Fornecedor: 8887 - SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁ. LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ARAME GALVANIZADO LISO Nº 8 BWG	KG		65,000	9,4000	611,00
38	CORDÃO COM 700 LEDS BRANCOS DE ALTO BRILHO, ESTÁTICOS, ISOLAÇÃO BRANCA, CONSUMO DE 35W, TENSÃO 220V, 50 METROS DE COMPRIMENTO E 0,75 METROS DE CABO DE FORÇA. USO COMPATÍVEL COM USO EM AMBIENTES EXTERNOS, EXPOSTO A INTEMPÉRIES. MATERIAL ANTICHAMA.	UN		20,000	199,0000	3.980,00
41	CORDÃO PARALELO 2 X 2,5 MM.	M		600,000	0,8000	480,00
61	FITA ISOLANTE PLÁSTICA ANTICHAMA 19X20000MM, CAPACIDADE DE ADERÊNCIA AO CONDUTOR A TODA PROVA	UN		50,000	3,5000	175,00
71	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA, POTÊNCIA 14W, TENSÃO 220V, COR 6400K.	UN		12,000	14,3000	171,60
73	REFLETOR DE LED VERDE 30W, 220V, EM ALUMÍNIO. DIM. 225 X 185 X 155MM	UN		4,000	109,0000	436,00
88	DECORAÇÃO NATALINA DA PRAÇA ARLINDO BESS COLOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA E DECORAÇÃO DE DOIS PINHEIROS DE FESTÃO SUSPENSOS, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO COLOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE QUATRO LAÇOS LUMINOSOS COM ARMAÇÃO METÁLICA NOS POSTES CENTRAIS DA PRAÇA, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA PARA OS DOIS PINHEIROS DE GUIRLANDA, UM COM 5 X 6 METROS E OUTRO COM 3 X 4 METROS. COLOCAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 90 GUIRLANDAS DISTRIBUÍDAS NAS DUAS ESTRUTURAS DOS PINHEIROS, FESTÃO ARAMADO VERDE E CORDÕES LUMINOSOS DE PVC EXTRUDADO E ESTRELA LUMINOSA DE 5 PONTAS NO TOPO, INSTALAÇÃO DE REFLETORES DE LED VERDE. CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. COLOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS ARTIGOS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO DA CASA DO ARTESANATO E PORTAIS, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. APRESENTAR ANEXADA A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA NO CREA, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE RESPONDERÁ PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME AS ATRIBUIÇÕES DO CONFEA.	UN		1,000	4.000,0000	4.000,00
90	DECORAÇÃO NATALINA DO PORTAL DA JK COLOCAÇÃO DOS ITENS DECORATIVOS E INSTALAÇÃO DOS ELEMENTOS DE ILUMINAÇÃO, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. ELABORAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO COM EMISSÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART INCLUINDO TODOS OS PONTOS LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINDAUTO (MUNK), COM LANÇA TELESCÓPICA ENTRE 21 E 22 METROS COM CESTO AÉREO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 250KG E BASE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3 TONELADAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NUM TOTAL DE 48 HORAS, PARA AUXÍLIO NA MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS ESTRUTURAS E DECORAÇÃO NATALINA EM TODOS OS LOCAIS ONDE FOR NECESSÁRIO A UTILIZAÇÃO. APRESENTAR ANEXADA A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA NO CREA, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE RESPONDERÁ PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME AS ATRIBUIÇÕES DO CONFEA.	UN		1,000	800,0000	800,00
91	ELABORAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO COM EMISSÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART INCLUINDO TODOS OS PONTOS APRESENTAR ANEXADA A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA NO CREA, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE RESPONDERÁ PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO DE TODOS OS PONTOS, CONFORME AS ATRIBUIÇÕES DO CONFEA.	UN		1,000	1.500,0000	1.500,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/13  
 Processo Nº.: 91/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**Fornecedor: 8922 - LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
86	DECORAÇÃO NATALINA DA PRAÇA LAURO MULLER COLOCAÇÃO DE 600 METROS DE CORDÕES DE LED EM PVC EXTRUDADO NAS PALMEIRAS DA PRAÇA COLOCAÇÃO E LIGAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 190 CORDÕES DE LÂMPADAS LED COM 8 METROS DE COMPRIMENTO CADA NAS ÁRVORES E PERGOLADOS DA PRAÇA COLOCAÇÃO DE CASCATAS DE LED NA CASA DO PAPAI NOEL, CORDÕES LUMINOSOS DE LED EM PVC EXTRUDADO NO TRENÓ E RENAS, CORDÕES DE LÂMPADAS LED NAS CAIXAS DECORATIVAS E FESTÕES DA CASA DO PAPAI NOEL E INSTALAÇÃO DO REFLETOR DE LED. CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. COLOCAÇÃO DE CONJUNTO DE GLOBOS LUMINOSOS NA ARAUCÁRIA, (DEVERÁ SER REALIZADA A REVISÃO DO MATERIAL E SUBSTITUIÇÃO DAS PEÇAS DEFEITUOSAS COM MATERIAL FORNECIDO PELA COMISSÃO DO NATAL ANTES DA COLOCAÇÃO NA ÁRVORE) COLOCAÇÃO DE 100 ORNAMENTOS DECORATIVOS NOS POSTES ORNAMENTAIS DA PRAÇA. COLOCAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 80 ESTRELAS LUMINOSAS EM LED DISTRIBUÍDAS NAS COPAS DE ALGUMAS ÁRVORES. INSTALAÇÃO DE 1 TRAVESSIA LUMINOSA EM ARMAÇÃO METÁLICA NAS PALMEIRAS, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. COLOCAÇÃO DE CORDÃO COM 200 LÂMPADAS LED COM 15 METROS, CASCATA DE LED COM 4 METROS E REFLETOR DE LED NO PRESÉPIO, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. COLOCAÇÃO DE 4 CORDÕES DE 5 METROS COM 96 LEDS EM CADA PÓRTICO, TOTALIZANDO 16 CORDÕES DE 5 METROS. INSTALAÇÃO DE 8 ANJOS DE 1,90 X 1,70M LUMINOSOS EM ARMAÇÃO METÁLICA, DOIS EM CADA PÓRTICO. COLOCAÇÃO DOS FESTÕES DECORADOS NOS PÓRTICOS, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. INSTALAÇÃO DOS ORNAMENTOS E LUZES DA ÁRVORE DE NATAL CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO ESPECÍFICO, APRESENTAR ANEXADA A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA NO CREA, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE RESPONDERÁ PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME AS ATRIBUIÇÕES DO CONFEA.	UN	ENERGIZA	1,000	11.400,0000	11.400,00
89	DECORAÇÃO NATALINA DO TREVO DA COPERCAMPOS COLOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 6 CONJUNTOS DECORATIVOS EM ARMAÇÃO METÁLICA DE LAÇOS E SINOS ILUMINADOS NOS POSTES, CONFORME LOCALIZAÇÃO INDICADA NO PROJETO ARQUITETÔNICO. COLOCAÇÃO DA ESTRUTURA DE DUAS ÁRVORES NATALINAS COM DIÂMETRO DE 6 METROS E ALTURA DE 6 METROS, CONFORME LOCALIZAÇÃO INDICADA NO PROJETO ARQUITETÔNICO. DECORAÇÃO DAS ÁRVORES NATALINAS E INSTALAÇÃO DOS ELEMENTOS DE ILUMINAÇÃO, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. APRESENTAR ANEXADA A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA NO CREA, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE RESPONDERÁ PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME AS ATRIBUIÇÕES DO CONFEA.	UN	ENERGIZA	1,000	1.900,0000	1.900,00

**Fornecedor: 10191 - PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 10CM NA COR AMARELA.	UN	SC	55,000	3,7500	206,25
12	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 10CM NA COR AZUL.	UN	SC	55,000	3,7500	206,25
13	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 10CM NA COR VERDE.	UN	SC	55,000	5,2500	288,75
14	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 10CM NA COR VERMELHA.	UN	SC	55,000	3,7500	206,25
15	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 20CM NA COR VERMELHA.	UN	SC	6,000	32,0000	192,00
17	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 25CM NA COR AZUL.	UN	SC	48,000	22,5500	1.082,40
18	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 25CM NA COR PRATA.	UN	SC	48,000	32,9900	1.583,52
19	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 25CM NA COR VERMELHA.	UN	SC	48,000	32,9900	1.583,52
20	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 6CM NA COR PRATA.	UN	SC	100,000	2,7900	279,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/13

Processo Nº.: 91/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**Fornecedor: 10191 - PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
68	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA, POTÊNCIA 14W, TENSÃO 220V, COR AZUL.	UN	GOLDEN	15,000	15,0000	225,00
69	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA, POTÊNCIA 14W, TENSÃO 220V, COR VERDE.	UN	GOLDEN	15,000	15,0000	225,00
70	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA, POTÊNCIA 14W, TENSÃO 220V, COR VERMELHA.	UN	GOLDEN	15,000	15,2000	228,00
72	REFLETOR DE LED AZUL, 30W, 220V. REFLETOR EM ALUMÍNIO. DIMENSÕES 225 X 185 X 155MM.	UN	BL	2,000	128,0000	256,00

**Fornecedor: 10726 - ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	CORDÃO COM 100 LÂMPADAS LED BRANCO, SEM SEQUENCIADOR, 8W DE POTÊNCIA, TENSÃO DE 220V. FIO TRANSPARENTE, 8 METROS DE COMPRIMENTO. USO EM AMBIENTES EXTERNOS EXPOSTO A INTEMPÉRIES. INCLUIR PLUGUE MACHO/FÊMEA.	UN	MUNDILUX	190,000	27,8600	5.293,40
37	CORDÃO COM 200 LÂMPADAS LED BRANCO, SEM SEQUENCIADOR, 16W DE POTÊNCIA, TENSÃO DE 220V. FIO TRANSPARENTE, 15,6 METROS DE COMPRIMENTO. USO EM AMBIENTES EXTERNOS EXPOSTO A INTEMPÉRIES. INCLUIR PLUGUE MACHO/FÊMEA.	UN	MUNDILUX	7,000	69,8600	489,02
39	CORDÃO COM 96 LEDS AZUIS DE ALTO BRILHO, ESTÁTICOS, ISOLAÇÃO DOS FIOS EM CRISTAL TRANSPARENTE, CONSUMO DE 10W, TENSÃO 220V, 5 METROS DE COMPRIMENTO E 0,75 METROS DE CABO DE FORÇA. USO COMPATÍVEL COM EM AMBIENTES EXTERNOS, EXPOSTO A INTEMPÉRIES. MATERIAL ANTICHAMA.	UN	MUNDILUX	16,000	27,8600	445,76
66	LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA BRANCA DO TIPO FIXAÇÃO COM PARAFUSOS, CONSUMO DE 10W, TENSÃO 220V, COM EMISSÃO DE APROXIMADAMENTE 60 FLASHES DE LUZ BRANCA POR MINUTO. USO EM AMBIENTE EXTERNO.	UN	MUNDILUX	74,000	23,6600	1.750,84
67	LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL BRANCA, POTÊNCIA 14W, TENSÃO 220V, COR AMARELA.	UN	TASCHIBRA	15,000	15,4000	231,00
85	CORDÃO LUMINOSO EM PVC FLEXÍVEL EXTRUDADO TRANSPARENTE DE LED NA COR BRANCA, DIÂMETRO DE 13MM, DOIS FILAMENTOS, 30 LEDS POR METRO, CONSUMO DE 3W POR METRO, TENSÃO 220V, USO COMPATÍVEL COM AMBIENTE EXTERNO EXPOSTO A INTEMPÉRIES. ROLO DE 50 METROS.	UN	LUZTOL	52,000	343,0000	17.836,00

**Fornecedor: 10792 - ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ARMAÇÃO BIDIMENSIONAL EM AÇO CHATO GALVANIZADO 3/8X1/8" NO FORMATO FLOCO DE NEVE, COM DIMENSÕES DE 150X150CM. PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA. DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CONTORNO EM CORDÃO LUMINOSO DE LED BRANCO, ? 13MM, DOIS FILAMENTOS, POTÊNCIA 3W/METRO, TENSÃO 220V E COM A LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA FIXADA (O CORDÃO LUMINOSO E A LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA SERÃO FORNECIDOS PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO).	UN	ACMM	25,000	123,0000	3.075,00
6	ARMAÇÃO BIDIMENSIONAL EM AÇO CHATO GALVANIZADO 3/8X1/8" NO FORMATO FLOCO DE NEVE, COM DIMENSÕES DE 75X75CM. PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA. DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CONTORNO EM CORDÃO LUMINOSO DE LED BRANCO, ? 13MM, DOIS FILAMENTOS, POTÊNCIA 3W/METRO, TENSÃO 220V E COM A LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA FIXADA (O CORDÃO LUMINOSO E A LÂMPADA ESTROBOSCÓPICA SERÃO FORNECIDOS PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO).	UN	ACMM	42,000	78,7000	3.305,40
7	ARMAÇÃO BIDIMENSIONAL EM VERGALHÃO DE AÇO 8MM, NO FORMATO DE ARABESCOS, COM DIMENSÕES DE 2,00X1,00 METROS. PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA. DEVERÁ SER ENTREGUE CONTORNADO COM CORDÃO LUMINOSO DE LED AZUL, 13MM, DOIS FILAMENTOS, 30 LEDS POR METRO, 3W/M, 220V (O CORDÃO LUMINOSO SERÁ FORNECIDO PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO).	UN	ACMM	2,000	270,0000	540,00
8	ARMAÇÃO BIDIMENSIONAL EM VERGALHÃO DE AÇO 8MM, NO FORMATO DE ARABESCOS, COM DIMENSÕES DE 3,40X1,20 METROS. PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA. DEVERÁ SER ENTREGUE CONTORNADO COM CORDÃO LUMINOSO DE LED AZUL, 13MM, DOIS FILAMENTOS, 30 LEDS POR METRO, 3W/M, 220V (O CORDÃO LUMINOSO SERÁ FORNECIDO PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO).	UN	ACMM	5,000	340,0000	1.700,00
10	BLOCO DE POLIESTIRENO 100X50X25CM	UN	ISOFAMA	5,000	82,0000	410,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/13  
 Processo Nº.: 91/2016  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**Fornecedor: 10792 - ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	BOLA NATALINA METÁLICA LISA BRILHANTE, DIÂMETRO DE 25CM NA COR AMARELA.	UN	CROMOS	48,000	34,0000	1.632,00
22	CAIXA DE PRESENTE AMARELA EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 120X120	UN	ACMM	1,000	249,0000	249,00
23	CAIXA DE PRESENTE AMARELA EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 30X30 CM	UN	ACMM	6,000	68,0000	408,00
24	CAIXA DE PRESENTE AZUL EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 120X120 CM	UN	ACMM	1,000	199,0000	199,00
25	CAIXA DE PRESENTE AZUL EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 60X60 CM	UN	ACMM	6,000	79,0000	474,00
26	CAIXA DE PRESENTE LARANJA EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 40X40 CM	UN	ACMM	6,000	69,0000	414,00
27	CAIXA DE PRESENTE LARANJA EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 75X75 CM	UN	ACMM	1,000	79,0000	79,00
28	CAIXA DE PRESENTE VERDE EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 30X30 CM	UN	ACMM	6,000	69,0000	414,00
29	CAIXA DE PRESENTE VERDE EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 75X75 CM	UN	ACMM	1,000	79,0000	79,00
30	CAIXA DE PRESENTE VERMELHA EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 150X150 CM	UN	ACMM	1,000	290,0000	290,00
31	CAIXA DE PRESENTE VERMELHA EM MDF 15MM, DIMENSÕES DE 80X80 C	UN	ACMM	6,000	99,0000	594,00
33	CHAPA EM MDF 15MM BRANCA PARA FIXAR NO BEIRAL DA CASINHA DO PAIÃO NOEL, NO FORMATO DE NEVE ESCORRENDO DO TELHADO. APROXIMADAMENTE 22,4 METROS LINEARES COM 0,5 M DE ALTURA, DIVIDIDOS EM 4 CHAPAS DE 2,10X0,5M E 4 CHAPAS DE 3,50X0,5 METROS	UN	ACMM	1,000	1.240,0000	1.240,00
34	CINTA ABRAÇADEIRA EM NYLON 6.6, BRANCA, 30CM DE LARGURA.	UN	FRONTEC	5.000,000	0,0500	250,00
35	CONJUNTO DE UM LAÇO TRIDIMENSIONAL COM 3 METROS DE COMPRIMENTO E DOIS SINOS TRIDIMENSIONAIS COM APROXIMADAMENTE 2 METROS DE DIÂMETRO E 2 METROS DE ALTURA CADA. CONFECCIONADO EM VERGALHÃO DE AÇO 8MM E TRAVAMENTO COM AÇO 5MM, PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA. INTERNAMENTE DEVERÃO SER PREENCHIDAS COM TELA HEXAGONAL 28 BWG. O CONJUNTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM CONTORNO EM CORDÃO LUMINOSO DE LED BRANCO, ? 13MM, DOIS FILAMENTOS, POTÊNCIA 3W/METRO, TENSÃO 220V E PREENCHIDO COM CORDÃO DE 700 LÂMPADAS LED DE 50 METROS (O CORDÃO DE LED E AS LÂMPADAS LEDS SERÃO FORNECIDAS PELA COMISSÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO). (OBS: SERÁ NECESSÁRIO A CONFECCÃO DE APENAS 4 LAÇOS, JÁ QUE 2 PODERÃO SER REAPROVEITADOS, NO ENTANTO, DEVE RETIRAR A ARMAÇÃO QUE REPRESENTA A FITA DO LAÇO E FAZER A MONTAGEM DO CONJUNTO).	UN	ACMM	6,000	350,0000	2.100,00
42	ESTRELA DE CINCO PONTAS BIDIMENSIONAL EM ARMAÇÃO DE AÇO GALVANIZADO CHATO COM 3/8X1/8", DIM. 1,20 X 1,20M, PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA, DEVERÁ SER ENTREGUE CONTORNADA COM CORDÃO LUMINOSO EM PVC FLEXÍVEL EXTRUDADO TRANSPARENTE DE LED AMARELO, DIÂMETRO DE 13MM, DOIS FILAMENTOS, 30 LEDS POR METRO, CONSUMO DE 3W POR METRO, TENSÃO 220V. (O CORDÃO LUMINOSO DE LED SERÁ FORNECIDO PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO).	UN	ACMM	2,000	230,0000	460,00
43	ESTRUTURA METÁLICA PARA ÁRVORE DE NATAL COM BASE EM FORMATO CIRCULAR COM DIÂMETRO DE 3 METROS E ALTURA DE 4 METROS. BASE EM PERFIL U DE CHAPA DE FERRO 3/8", TUBO CILÍNDRICO DIÂMETRO 175CM, ARMAÇÃO DE FERRO CIRCULAR 10MM.	UN	ACMM	1,000	2.260,0000	2.260,00
44	ESTRUTURA METÁLICA PARA ÁRVORE DE NATAL COM BASE EM FORMATO CIRCULAR COM DIÂMETRO DE 5 METROS E ALTURA DE 6 METROS. BASE EM PERFIL U DE CHAPA DE FERRO 3/8", TUBO CILÍNDRICO DIÂMETRO 175CM, ARMAÇÃO DE FERRO CIRCULAR 10MM.	UN	ACMM	1,000	2.260,0000	2.260,00
45	ESTRUTURA METÁLICA PARA ÁRVORE DE NATAL COM BASE EM FORMATO CIRCULAR COM DIÂMETRO DE 6 METROS E ALTURA DE 6 METROS.	UN	ACMM	2,000	2.000,0000	4.000,00
46	FELTRO LISO 1MM NA COR AMARELA, MANTA COM 100 X 140CM.	UN	SO NATAL	8,000	14,9000	119,20
47	FELTRO LISO 1MM NA COR AZUL ROYAL, MANTA COM 100 X 140CM.	UN	SO NATAL	8,000	14,9000	119,20
48	FELTRO LISO 1MM NA COR VERDE BANDEIRA, MANTA COM 100 X 140CM	UN	SO NATAL	6,000	14,9000	89,40
49	FELTRO LISO 1MM NA COR VERMELHA, MANTA COM 100 X 140CM	UN	SO NATAL	11,000	14,9000	163,90

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/13

Processo Nº.: 91/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**Fornecedor: 10792 - ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
50	FESTÃO RAMIFICADO BRANCO, 30 A 35CM DE LARGURA, 200CM DE COMPRIMENTO. PRODUZIDO COM MATERIAL ANTICHAMA.	M	SO NATAL	780,000	19,0000	14.820,00
51	FESTÃO RAMIFICADO PRATA, 20 A 25CM DE LARGURA, 200 CM DE COMPRIMENTO. PRODUZIDO COM MATERIAL ANTICHAMA.	M	SO NATAL	370,000	14,0000	5.180,00
52	FIGURA BIDIMENSIONAL EM MDF 15 MM NO FORMATO DE AJUDANTE OU DUENDE DO PAPEL NOEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 90 X 160CM. MOLDE CORTADO COM FRESADORA CNC, IMPRESSÃO A LASER NO MÍNIMO 1200 DPI. BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA METÁLICA DE FERRO 1/8" COM PINTURA VERDE.	UN	ACMM	1,000	759,0000	759,00
53	FIGURA BIDIMENSIONAL EM MDF 15 MM NO FORMATO DE BONECO BISCOITO NATALINO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 120 X 180 CM. MOLDE CORTADO COM FRESADORA CNC, IMPRESSÃO A LASER NO MÍNIMO 1200 DPI. BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA METÁLICA DE FERRO 1/8" COM PINTURA VERDE.	UN	ACMM	1,000	900,0000	900,00
54	FIGURA GEOMÉTRICA BIDIMENSIONAL EM ARMAÇÃO DE VERGALHÃO DE AÇO 8MM, NO FORMATO DE ANJO TOCANDO TROMBETA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,90 X 1,70M, COM PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA, DEVERÁ SER ENTREGUE CONTORNADO COM CORDÃO LUMINOSO DE LED BRANCO, ? 13MM, DOIS FILAMENTOS, POTÊNCIA 3W/METRO, TENSÃO 220V. (O CORDÃO LUMINOSO SERÁ FORNECIDO PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.)	UN	ACMM	8,000	370,0000	2.960,00
55	FITA DE CETIM VERMELHO LISA COM 10 CM DE LARGURA.	M	MATSON	50,000	2,8500	142,50
56	FITA DE VELUDO VERMELHO LISA COM 10 CM DE LARGURA.	M	MATSON	400,000	5,8500	2.340,00
57	TECIDO LAMÉ BROcado, COR AMARELO CANÁRIO. COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER. LARGURA 1,20M.	M	GESSNER TE	5,000	11,5000	57,50
58	TECIDO LAMÉ BROcado, COR PRATA. COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER. LARGURA 1,20M.	M	GESSNER TE	35,000	11,5000	402,50
59	TECIDO LAMÉ BROcado, COR VERDE BANDEIRA. COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER. LARGURA 1,20M	M	GESSNER TE	5,000	11,5000	57,50
60	TECIDO LAMÉ BROcado, COR VERMELHA. COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER. LARGURA 1,20M.	M	GESSNET TE	5,000	11,5000	57,50
62	FLORES ARTIFICIAIS DO TIPO BICO DE PAPAGAIO VERMELHAS COM APROXIMADAMENTE 25 CM.	UN	CROMOS	40,000	4,8500	194,00
63	GLITTER DOURADO EM PÓ PARA ARTESANATO.	KG	LANTECOR	3,000	87,0000	261,00
64	GLITTER PRATA EM PÓ PARA ARTESANATO.	KG	LANTECOR	2,000	87,0000	174,00
65	GLITTER VERMELHO EM PÓ PARA ARTESANATO.	KG	LANTECOR	2,000	87,0000	174,00
74	RENAS EM MDF 15MM, DIMENSÕES 167 X 117CM, MOLDE CORTADO EM FRESADORA CNC. BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA METÁLICA GALVANIZADA.	UN	ACMM	2,000	1.249,0000	2.498,00
75	TECIDO ESPUMA LAMINADA DE POLIURETANO BRANCA, 10MM DE ESPESSURA EM MANTA COM DIMENSÕES DE 100X140CM	UN	DECOKASSA	30,000	27,5000	825,00
82	TRAVESSIA ARMAÇÃO EM VERGALHÃO DE AÇO 8MM, NO FORMATO DE ARABESCOS, COM DIMENSÕES DE 4,20 X 1,20 METROS, DEVERÁ SER ENTREGUE CONTORNADO COM CORDÃO LUMINOSO DE LED AZUL, 13MM, DOIS FILAMENTOS, 30 LEDS POR METRO, 3W/M, 220V. COM UMA ARMAÇÃO BIDIMENSIONAL EM AÇO CHATO GALVANIZADO 3/8 X 1/8" NO FORMATO FLOCO DE NEVE, COM DIMENSÕES DE 75 X 75CM, O QUAL DEVERÁ SER CONTORNO EM CORDÃO LUMINOSO DE LED BRANCO, ? 13MM, DOIS FILAMENTOS, POTÊNCIA 3W/METRO, TENSÃO 220V. ESTRUTURA COM PINTURA ELETROSTÁTICA PRATA. SUSTENTAÇÃO COM 3 CABOS DE AÇO 1/4" E DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS COM REGULAGEM E CINTA EMBORRACHADA PARA PROTEÇÃO DA ÁRVORE. (OS CORDÕES DE LED PARA O CONTORNO SERÃO FORNECIDOS PELA COMISSÃO DO NATAL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.)	UN	ACMM	1,000	1.050,0000	1.050,00
83	TRENÓ DO PAPEL NOEL EM MDF 15MM, DIMENSÕES 205X100X 135CM. NA COR VERMELHA COM DETALHES EM VERDE E DOURADO, COM BANCO INTERNO EM MDF 15MM. MOLDE CORTADO EM FRESADORA CNC. BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA METÁLICA GALVANIZADA.	UN	ACMM	1,000	1.719,0000	1.719,00
87	MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA DA ÁRVORE DE NATAL EM ESTRUTURA METÁLICA COM 22 METROS DE ALTURA E COLOCAÇÃO DA ESTRELA TRIDIMENSIONAL DE 8 PONTAS NO TOPO, CONFORME PROJETO FORNECIDO. LOCAL: PRAÇA LAURO MULLER APRESENTAR ANEXADA A PROPOSTA DE PREÇOS CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA NO CREA, EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE RESPONDERÁ PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, CONFORME AS ATRIBUIÇÕES DO CONFEA.	UN	ACMM	1,000	7.000,0000	7.000,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/13

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 91/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**Fornecedor: 10792 - ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
92	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINDAUTO (MUNK), COM LANÇA TELESCÓPICA ENTRE 21 E 22 METROS COM CESTO AÉREO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 250KG E BASE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3 TONELADAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NUM TOTAL DE 48 HORAS, PARA AUXÍLIO NA MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS ESTRUTURAS E DECORAÇÃO NATALINA EM TODOS OS LOCAIS ONDE FOR NECESSÁRIO A UTILIZAÇÃO.	UN	ACMM	1,000	4.500,0000	4.500,00

**Fornecedor: 11550 - JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADESIVO VINILICO DISPERSO EM AGUA DE COR BRANCA, ODOR CARACTERISTICO E MÉDIA VISCOSIDADE QUE APOS SECO APRESENTA UMA PELICULA TRANSPARENTE, PLASTIFICADA, DE ALTA RESISTENCIA AO DESCOLAMENTO. (COLA BRANCA). GALÃO 5KG.	UN	FIRMEX	1,000	87,9000	87,90
3	ARAME GALVANIZADO LISO Nº 16 BWG	KG	JOMARCA	26,000	8,7000	226,20
21	CABO FLEXÍVEL PP 2X2,5mm	M	MEGATRON	400,000	1,5900	636,00
32	CASCATA EM QUEDA ASSIMÉTRICA COM 200 LEDS ESTÁTICOS BRANCOS, FIO TRANSPARENTE, CONSUMO DE 16W, POTÊNCIA DE 220 V. USO COMPATÍVEL COM AMBIENTES EXTERNOS EXPOSTOS A INTEMPÉRIES, PRODUZIDO EM MATERIAL ANTICHAMA. DIMENSÕES DE 4,00X0,60M. INCLUIR PLUGUE MACHO-FÊMEA.	UN	GLIGHT	8,000	70,0000	560,00
40	CORDÃO LUMINOSO EM PVC FLEXÍVEL EXTRUDADO TRANSPARENTE DE LED NA COR AZUL, DIÂMETRO DE 13MM, DOIS FILAMENTOS, 30 LEDS POR METRO, CONSUMO DE 3W POR METRO, TENSÃO 220V. USO COMPATÍVEL COM AMBIENTE EXTERNO EXPOSTO A INTEMPÉRIES. ROLO DE 50 METROS.	UN	MUNDI LUX	13,000	360,0000	4.680,00
76	TINTA ACRÍLICA BRANCA ACABAMENTO SEMIBRILHO. LATA 18 LITROS	UN	ISABELA	1,000	174,0000	174,00
77	TINTA AZUL EM SPRAY. LATA 500ML	UN	MUNDIAL	5,000	17,8000	89,00
78	TINTA CINZA EM SPRAY PARA USO EM ISOPOR. LATA 500ML.	UN	MUNDIAL	1,000	17,9000	17,90
79	TINTA METALIZADA DOURADA EM SPRAY. LATA 500ML.	UN	MUNDIAL	10,000	17,9900	179,90
80	TINTA METALIZADA PRATA EM SPRAY. LATA 500ML.	UN	MUNDIAL	5,000	17,9900	89,95
81	TINTA VERMELHA EM SPRAY. LATA 500ML.	UN	MUNDIAL	10,000	17,9900	179,90
84	VERNIZ EM SPRAY ACABAMENTO BRILHANTE. LATA 300 ML	UN	MUNDIAL	10,000	17,9900	179,90

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/13  
Processo Nº.: 91/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/13  
Processo Nº.: 91/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 10/13  
Processo Nº.: 91/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 11/13  
Processo Nº.: 91/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 12/13  
Processo Nº.: 91/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 13 de Outubro de 2016.

**NELSON CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA ME	CNPJ: 07.258.181/0001-08	_____
AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	CNPJ: 41.748.138/0001-50	_____
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	CNPJ: 15.984.883/0001-99	_____
JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME	CNPJ: 19.031.062/0001-99	_____

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 13/13  
Processo Nº.: 91/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 13 de Outubro de 2016.

\_\_\_\_\_  
**NELSON CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME

CNPJ: 07.336.749/0001-53

PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA

CNPJ: 08.932.456/0001-00

RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME

CNPJ: 13.709.256/0001-14

SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁ. LTDA - ME

CNPJ: 07.038.642/0001-29

# Capinzal

## PREFEITURA

### **RESOLUÇÃO 03/2016/CMS**

RESOLUÇÃO 03/2016/CMS

Capinzal (SC), 10 de outubro de 2016.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2015, Ata Nº 24/CMS/2015 no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei municipal nº 1.831/94 de 13/06/94 e alterada pelas leis nº 1.990/96 e 2.310/2001 e o art. 36 da Lei no 8.080, de 1990 e:

Considerando os relatórios de prestação de contas apresentados pela administração municipal no ano de 2015.

RESOLVE:

Art 1º - Emitir PARECER pela APROVAÇÃO do Relatório de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde relativo ao ano de 2015.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir da data da sua publicação.

LUCIANA MENDES RAPOZO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

# Catanduvas

## CÂMARA MUNICIPAL

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 058/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 058/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede a Prefeita Municipal de Catanduvas a licença para tratamento de saúde pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme atestado em anexo.

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

**DECRETA:**

Art. 1º. Autoriza a Prefeita Municipal de Catanduvas, a ausentar-se do Município, pelo período de trinta (30) dias, para tratamento de saúde, conforme atestado em anexo.

Art. 2º. O presente período inicia a partir do dia 06 de outubro de 2016 a 04 de novembro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Catanduvas (SC), 11 de outubro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

MONALISA RUARO

Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 059/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 059/2016, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

“Dispõe sobre luto oficial de três dias pelo falecimento de Gilberto Carlos Torcato”

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

CONSIDERANDO: que o Senhor Gilberto Carlos Torcato foi vereador junto do Município de Catanduvas (SC) legislatura 1983 – 1988;

CONSIDERANDO: o seu falecimento na data de hoje – 11/10/2016;

CONSIDERANDO: a relevância dos serviços prestados e o legado de contribuição para o desenvolvimento deste Município, deixando como exemplo e modelo de dignidade a sua história de vida;

**DECRETA:**

Art. 1º- Luto oficial por 03 (três) dias, no âmbito do Poder Legislativo a partir desta data (11 de outubro de 2016).

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas (SC), 11 de outubro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

MONALISA RUARO

Presidente

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº06-2016-FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.06/2016.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA/ PESSOA FÍSICA TIAGO GIACHINI ANTONIETTI NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL;

Contrato que entre si celebram a(o) MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, Através do Fundo Municipal de Saúde, com endereço na(o) Rua Cristiano Peroza nº,307, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.414.598/0001-81, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor ACIR LOURENÇO ROSSETTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa/Pessoa Física Sr(a) TIAGO GIACHINI ANTONIETTI, com sede na(o) Rua Guaporé nº280 "E", MUNICIPIO DE Chapeco/SC, inscrita no CPF sob o nº. 085.606.239-14, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial Nº. 12/2016, homologado em 13/10/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/02, Lei Complementar 123/2006, Lei Orgânica Municipal e alterações posteriores, e ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL;  
0.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1 - O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2016. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até de 60(sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão expressa no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - O início deve se dar em até 05(cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

2.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

2.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

2.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Pela prestação dos serviços previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 13.950,00( treze mil novecentos e cinquenta reais).

3.2. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal dos serviços prestados, mensalmente, no 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte aos serviços prestados, à qual deverá Sair em no nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-SC, responsável pela fiscalização dos serviços prestados.

3.3. A CONTRATANTE efetuará o pagamento dos serviços efetuados pela CONTRATADA, Conforme Ordem Cronológica de Empenhos por DR até o 10º dia subsequente aos serviços prestados.

3.4. O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal, devidamente certificado por servidor do MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC ou pela fiscalização do contrato, observando-se antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

3.5. A critério da Contratante poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

3.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1.INPC (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR) ou outro que vier à substituir.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente:

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

6.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação das especificações para melhor adequação aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

6.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento do serviço.

6.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida à prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

7.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso,



até o limite de 6% (seis por cento).

7.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 9.1.1.

7.1.3 - Advertência

7.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto ao MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

7.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. ACIR LOURENÇO ROSSETTO, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

7.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 9.1.1. e 9.1.2. será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

7.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

7.4 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA;

7.5 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscais, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

7.6 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.6.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

7.7 - Fica a CONTRATANTE responsável em reter em nome e no CPF OU CNPJ: no caso de pessoa física ou jurídica o montante de 5% como retenção de ISS da CONTRATADA e demais taxas e impostos de obrigações fiscais e trabalhistas pela prestação de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.1. São obrigações da CONTRATADA durante o período de execução dos serviços:

8.1.1. Executar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados neste Contrato.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais fiscais, quer municipais, estaduais ou federais.

8.1.3. Aceitar, integralmente, a fiscalização a ser adotada pela CONTRATANTE.

8.1.4. A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações que porventura possam ocorrer.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido na Cláusula Quinta, desde que a execução do objeto deste Contrato tenha sido devidamente aprovada pelo depto responsável da CONTRATANTE.

8.1.2. Fiscalizar os serviços prestados pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

9.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

9.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

9.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;

c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas/Pessoas, ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

9.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

9.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

9.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

9.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

9.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

10.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

10.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Fiscalizar e controlar desde o início a prestação dos serviços

11.2- Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações

11.3 - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas

11.4 - Cumprir as condições de pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NOVAÇÃO

12.1 A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

14.1 Para as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/- SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes.

CAXAMBU DO SUL-SC, 13 de Outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

TIAGO GIACHINI ANTONIETTI

CONTRATADA

Assessoria Jurídica.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº06-2016-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato No.:	06/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratado.:	TIAGO GIACHINI ANTONIETTI
Objeto	"COTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM ODONTOLOGIA."
Valor	R\$ 13.950,00)treze mil novecentos e cinquenta reais.
Vigência	
..... :	Início : 13/10/2016 Término : 31/12/2016.
Licitação	PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2016-FMS.
..... :	
CAXAMBU DO SUL, 13 de Outubro de 2016.	
ACIR LOURENÇO ROSSETTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

#### LEI Nº 1.390/2016

LEI N.º 1.390, de 13 de outubro de 2016.

"Dispõe sobre autorização para suplementação de dotação orçamentária no orçamento programa 2016 do município e dá outras e dá outras providências".

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz Saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 122.770,00 (cento e vinte dois mil, setecentos e setenta reais), a serem distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0
Encargos Especiais	Parcelamentos INSS	0.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor
(9)	Aplicação Direta – 3.2.90	01.00 - Recursos Ordinários
		30.000,00

(10)	Aplicação Direta – 4.6.90	01.00 - Recursos Ordinários	10.000,00
Valor Total R\$:			40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO		3
Unidade	Departamento de Administração		1
Função	Administração Geral		4
Sub-função	Administração		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		3
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(18)	Aplicação Direta – 3.3.93	01.00 - Recursos Ordinários	2.770,00
Valor Total R\$:			2.770,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Manutenção Geral do Transporte Escolar		2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(41)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	60.000,00
Valor Total R\$:			60.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Manutenção do Programa Merenda Escolar		2.015
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(58)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, no valor total R\$ 122.770,00 (cento e vinte dois mil, setecentos e setenta reais), será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração	1
Função	Encargos Especiais	28
Sub-função	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0
Encargos Especiais	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	0.001

Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(5)	Aplicação Direta – 4.6.90	01.00 - Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO		3
Unidade	Departamento de Administração		1
Função	Administração Geral		4
Sub-função	Administração		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		3
Atividade	Manutenção Geral da Secretaria de Administração		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(19)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 - Recursos Ordinários	22.770,00
Valor Total R\$:			22.770,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Projeto	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		1.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(31)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Reforma de Parques Infantis e Aquisição de 01 Novo para Creche.		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(36)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Manutenção Geral da Pré-Escola		2.013
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor

(50)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	25.000,00
Valor Total R\$:			25.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		4
Unidade	Departamento de Educação		1
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS		6
Atividade	Manutenção Geral do Ensino Fundamental		2.014
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(54)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.01 - Receitas de Impostos e de Transferência - Educação	25.000,00
Valor Total R\$:			25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 13 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

## TERMO DE RESCISÃO CONTRATO Nº02/2016-FMS

### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Dispõe sobre a rescisão TOTAL do Contrato Administrativo nº02/2016 de 22 de setembro de 2016, visando à contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM ODONTÓLOGIA.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de CAXAMBU DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

- Considerando, a vigência do Contrato Administrativo de 22/09/2016, celebrado entre o Município de Caxambu do SUL e a Pessoa física Sr. TIAGO GIACHINI ANTONIETTI, com endereço na Rua Guaporé nº280 "E", Centro no Município de Chapeco/SC, inscrito no CPF sob o nº. 085.606.239-14 e RG Nº4.567.138, para os fins, preço e prazo nele constantes conforme contrato administrativo;

- Considerando a Lei de responsabilidade fiscal em vigor,  
- Considerando a necessidade de redução de gastos pela municipalidade;  
- Considerando a realização de processo licitatório para os serviços.  
- Considerando, ainda, o que faculta o artigo 79 da Lei nº 8666/93;  
- Considerando também o contido na CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

6.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

6.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação das especificações para melhor adequação aos seus objetivos;  
b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

6.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;  
b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;  
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por

imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento do serviço.

6.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato, do Contrato Administrativo acima mencionado.

RESOLVE; Rescindir, "por conveniência da Administração Municipal", o contrato Administrativo nº 002/2016, de 22 de Setembro de 2016, celebrado entre o Município de Caxambu do Sul e o Sr. TIAGO GIACHINI ANTONIETTI, a partir do dia 11/10/2016 nos termos da Cláusula Nona, do referido Contrato no valor mensal de R\$5.745,54 (cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), bem como o pagamento dos serviços prestados no valor de R\$3.638,84(três mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos), valendo dos dispositivos da Lei 8666/93 e alterações posteriores, aplicáveis à espécie, totalizando o valor do presente distrato no importe de R\$2.106,70(dois mil cento e seis reais e setenta centavos), bem como, dos dispositivos da Lei 8666/93 e alterações posteriores, aplicáveis à espécie.

Registre-se

Publique-se

Cientifique-se

CAXAMBU DO SUL – SC, em 11 de Outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

TIAGO GIACHINI ANTONIETTI

CONTRATADA

Janio Sadi Kulba Junior

OAB: 36255

Assessoria Jurídica



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 083, DE 13.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 083, DE 13.10.2016

Homologa Resolução nº 007/2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 007/2016, de 06 de outubro de 2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, que dispõe sobre a composição da Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, do Município de Chapadão do Lageado / SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### RESOLUÇÃO Nº007/2016

Dispõe sobre a composição da Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0629 de 18.03.2015, nomeado pela Portaria nº 170/2016 de 14.04.2016, no uso de suas atribuições legais, conforme disposições da Ata nº102/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, do Município do Município de Chapadão do Lageado /SC

Art. 2º A Comissão Intersetorial de que trata o art. 1º desta Resolução, será composta pelos seguintes representantes:

a) Lucimara da Silva de Oliveira e Mariléia M. Kempner, representante do Conselho Tutelar do Município;

b) Simone Iara da Silveira e Eva Aparecida Kempner Abreu, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

c) Dirce de Souza e Marlise Neuhaus, representantes do Conselho Municipal de Saúde;

d) Ednéia Bilk Passing e Marlise Neuhaus, representantes do

Conselho Municipal de Educação

e) Deize Regina dos Santos Cruz e Marlise Neuhaus, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

f) Claudia Lopes Sypriani e Claudia Adriana Amorim, representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

g) Jhon Lucas de Oliveira e Claudete Huller Rolling, representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

h) Adilson Heinz e Walmir Vieira Wlf Junior, representantes da Secretaria de Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

i) Juliana Maria Longen e Samara Cabral, representantes da Escola de educação Básica Otilia Muller;

j) Carlanda Kerschbaum e Emily Beatriz Franz, representando os Adolescentes da Divisão de Cultura.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal o membro do Ministério Público, o Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca e quaisquer outros representantes de órgãos públicos e/ou cidadãos que tenham relação com o objeto da presente Resolução e ou possam auxiliar e contribuir com informações imprescindíveis à elaboração do Plano Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Município de Chapadão do Lageado, 06 de outubro de 2016.

Joici Demetrio Caovilla

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

### DECRETO Nº 084, DE 13.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 084, DE 13.10.2016

Homologa Resolução nº 001/2016, do Conselho Municipal do Idoso do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 001/2016, de 07 de outubro de 2016, do Conselho Municipal do Idoso do Município de Chapadão do Lageado, que Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

RESOLUÇÃO Nº001/2016

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal do Idoso do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0654 de 11.03.2016, nomeado pela Portaria nº322/2016 de 18/08/2016, no uso de suas atribuições legais, conforme disposições da Ata nº002/2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso, do Município de Chapadão do Lageado /SC

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Município de Chapadão do Lageado, 07 de outubro de 2016.

Osmar Manoel de Souza

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CAPITULO I

CATEGORIA E FINALIDADES

Art. 1º.O Conselho Municipal do Idoso –CMI de Chapadão do Lageado, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo tem ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Chapadão do Lageado, criado pela Lei nº0654 de 11 de março de 2016, tem por finalidade, além de propor as diretrizes para estabelecer as políticas do município:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas;

II - avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da Lei Orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V – atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes públicas e privadas conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VI - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei n. 10.741/03.

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou casa-lar, nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

X – indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI – acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XII – revisar sempre que necessário, este regimento interno;

XIII - assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XIV - colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XV - assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho Municipal do Idoso é composto por 10(dez) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 05(cinco) representantes governamentais e 05 (cinco) representantes não governamentais, assim definido:

I – dois representantes da Secretaria da Assistência Social;

II – um representante da Secretaria da Saúde;

III – um representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

IV- um representante da Secretaria de Administração e Planejamento;

V – cinco representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo dois idosos indicados por entidades do meio rural, um idoso indicado por entidades do meio urbano e dois idosos indicados dentre grupos de idosos.

Art. 3º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 4º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembléias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 5º. O Mandato dos Conselheiros do CMI é de 2 anos, facultada a recondução ou a reeleição.

§ 1º Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 6º. As entidades não governamentais representadas no CMI perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 7º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida

na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;  
IV – apresentar ato incompatível com a dignidade das funções;  
V – for condenado em sentença irreversível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 8º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, as quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

## SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art. 9º. Aos membros do Conselho Municipal do Idoso cabe:

I – participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior e assinando-a;

II – justificar, sempre que possível, a ausência em reunião previamente agendada, em tempo hábil para convocação do suplente;

III - assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;

IV - solicitar à Secretaria a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;

V - debater e votar a matéria em discussão;

VI - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;

VII - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requer adiamento da votação;

VIII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;

IX - proferir declarações de voto, quando o desejar;

X - propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;

XI - propor à Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;

XII - apresentar questões de ordem na reunião;

XIII - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

XIV - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

XV - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;

XVI - votar e ser votado para cargos do Conselho;

XVII - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVIII - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais

membros;

XIX - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XX - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados ao idoso;

XXI - deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelos Grupos temáticos;

XXII - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

### SEÇÃO I DA ESTRUTURA /Diretoria

Art. 10º. O Conselho Municipal do Idoso estruturar-se-á em:

I – Assembléia;

II –Diretoria;

III – Comissões;

IV – Secretaria Executiva.

§ 1º A Diretoria é composta de Presidente e Vice-Presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§2º No que tange à Presidência e Vice-Presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§3º O Vice-Presidente do CMI substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a Presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§4º Cada membro do CMI terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade, sempre que houver empate.

Art. 11º. Compete ao Presidente:

I – cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal do Idoso;

II – representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;

III – convocar e presidir as seções da Plenária;

IV – submeter a pauta à aprovação da Plenária;

V - submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;

VI – participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;

VII – praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;

VIII – assinar resoluções e correspondências do Conselho,

aprovadas pela Assembléia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro Conselheiro;

IX – delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembléia Geral;

X – submeter à apreciação da Assembléia Geral a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;

XI - submeter à plenária o relatório anual do Conselho;

XII - propor a criação e dissolução de Grupos Temáticos, conforme a necessidade;

XIII - nomear Conselheiros para participar dos Grupos Temáticos, bem como seus respectivos integrantes;

XIV – dar publicidade às decisões do Conselho;

XV – consultar a assembléia geral quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XVI – convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da plenária;

XVII – decidir sobre questões de ordem;

XVIII – desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;

XIX – exercer o voto de qualidade, sempre que houver empate;

XX – aprovar e encaminhar, “ad referendum”, assuntos de caráter administrativo, quando não for possível reunir a Plenária para sua deliberação;

XXI – solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho.

Art. 12º. São atribuições do Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando do mandato neste último caso;

II – auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

III – exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

## SEÇÃO II DO PLENÁRIO

Art. 13º. Cabe ao Plenário do Conselho Municipal do Idoso:

I – deliberar, por maioria absoluta:

- a) nos casos de alteração do Regimento Interno;
- b) na eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente;
- c) quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso.

II – deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados à sua apreciação;

III – baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias à implantação da Política Municipal do Idoso;

IV – aprovar a criação e dissolução dos Grupos temáticos, suas respectivas competências, sua composição e prazo de duração;

V – requisitar aos órgãos da administração pública municipal e às organizações não governamentais documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;

VI – propor a convocação da Conferência Municipal do Idoso que se reunirá a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação do Conselho;

VII – deliberar a destituição de Conselheiros;

VIII – convocar o fórum para eleição dos representantes das entidades não governamentais;

IX – elaborar e aprovar, em parceria com o órgão competente, o plano de ação e aplicação dos recursos do fundo municipal da pessoa idosa;

X - analisar e aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 14º. As sessões do Conselho serão públicas e as resoluções aprovadas pela Assembléia Geral serão encaminhadas à Secretaria Executiva para publicação.

Art. 15º. O Conselho reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário ou extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 16º. As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretário-Executivo, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

I – abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II – avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;

III – outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.

Parágrafo único. A ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 17º. Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

I – verificação do quorum necessário para a instalação dos trabalhos;

II – apresentação das justificativas de ausências;

III – abertura da sessão pelo Presidente;

IV - leitura da ata anterior, pelo Secretário-Executivo, sua discussão, aprovação e assinatura pelo Presidente e demais membros do Conselho;

V – deliberações e encaminhamentos;

VI – encerramento da sessão.

§1º. Havendo número legal será iniciada a sessão.

§2º. Não havendo quorum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quorum, ficará adiada a sessão, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.



§3º. Ausente o Secretário-Executivo, o Presidente nomeará um ad hoc.

Art.18º. As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário-Executivo, onde constará a presença de cada membro do Conselho e o nome dos ausentes, com as justificativas, se apresentadas.

§1º. Os assuntos tratados serão registrados em ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

§2º. Todos os incidentes relativos às eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da sessão e, nesta serão consignados em ata.

Art. 19º. As sessões extraordinárias destinar-se-ão às mesmas competências previstas para as sessões ordinárias.

Parágrafo único. Aplicam-se às sessões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as sessões ordinárias.

### SEÇÃO III DA SECRETARIA

Art. 20º. São atribuições do Secretário-Executivo:

I – secretariar as reuniões sessões do Conselho;

II – tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;

III – encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembléia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;

IV – prestar, no Plenário, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;

V – redigir as atas das sessões do Conselho Municipal do Idoso, bem como colher as assinaturas dos presentes;

VI – controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.

VII – proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho;

VIII – providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, afixando-a em lugar de costume ou providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;

IX – receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente, afixando a pauta no lugar de costume;

X – informar aos Conselheiros o calendário das sessões aprazadas e respectivas pautas;

XI – receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;

XII – proceder à leitura da pauta das sessões;

XIII – desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia.

Art. 22º. O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de seus membros.

Art. 23º. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 07 de outubro de 2016.

ASSINATURA DOS CONSELHEIROS.

### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 26 de outubro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo para a contratação de pessoal em caráter temporário, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes. Chapadão do Lageado/SC, 14 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016  
TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 4/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 31 de outubro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a execução/construção de DECK, MIRANTE E LOCAL PARA ESTATUA NA PARADA DA SERRA, localizada na Rodovia Luiz Henrique da Silveira, Rio Lageado, Município de Chapadão do Lageado – SC, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos), cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado

ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 14 de outubro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

VI - Charles Rodrigo Michels;

VII- Luiz Cezar Sebold.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 11 de outubro de 2016.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 376/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 376/2016

- CONSIDERANDO, o requerimento de prorrogação da Licença Maternidade apresentado pela Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 31.05.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Publica MARCIA MICHELS, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde – 40 horas, , na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 13.10.2016 a 11.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 13 de outubro de 2016.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 375/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 375/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor a Comissão Organizadora da Noite Natalina, que se realizará no dia 18 de dezembro de 2016, no Município de Chapadão do Lageado, abaixo mencionados:

I- Neusa Francisco Luckmann;

II - Marlise Neuhaus;

III- Crislei Sebold;

IV- Meirelein Grach Machado;

V - Orli Carlos Paul;

# Chapecó

## PREFEITURA

### RESUMO DE DECRETOS - 14/10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

#### RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
33188	14/10/2016	Exoneração de LEOVEGILDO LESSA
33189	14/10/2016	Exoneração de CELSO LEMOS DOS SANTOS
33190	14/10/2016	Exoneração de CEZAR RODRIGUES DA LUZ
33191	14/10/2016	Exoneração de EUNICE DE RAMOS DOS SANTOS
33192	14/10/2016	Exoneração de FERNANDA EBBING RADIN
33193	14/10/2016	Exoneração de ADRIANA SALLA
33194	14/10/2016	Exoneração de LUCIMARA DE OLIVEIRA
33195	14/10/2016	Exoneração de VOLNEI LUCAS BUKOSKI
33196	14/10/2016	Exoneração de MARINO CUNICO
33197	14/10/2016	Exoneração de PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
33198	14/10/2016	Exoneração de ADRIANA REGINA MOKWA BATISTA
33199	14/10/2016	Exoneração de ALEXANDRA DE CARVALHO
33200	14/10/2016	Exoneração de SUELLYN DA SILVA LESSE
33201	14/10/2016	Exoneração de GUILHERME SILVEIRA
33202	14/10/2016	Exoneração de SANDRA MARA PAZ NOGUEIRA DOS SANTOS
33203	14/10/2016	Exoneração de JOICE MARIA VIVIAM
33204	14/10/2016	Exoneração de ROSANE EINEECK DE OLIVEIRA
33205	14/10/2016	Exoneração de ADALBERTO LEAO
33206	14/10/2016	Exoneração de GILBERTO ANTONIO SILVEIRA
33207	14/10/2016	Exoneração de JALMIR JOÃO DAL CIN
33208	14/10/2016	Exoneração de VOLMIR MOREIRA
33209	14/10/2016	Exoneração de LUCIO DA LUZ
33210	14/10/2016	Exoneração de RAFAEL FOPPA
33211	14/10/2016	Exoneração de SILVENIO MERGEN
33212	14/10/2016	Exoneração de CARLINDA FERNANDA DE OLIVEIRA
33213	14/10/2016	Exoneração de HARRI WALTER HUBNER
33214	14/10/2016	Exoneração de MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
33215	14/10/2016	Exoneração de RAFAEL ORO NATEL
33216	14/10/2016	Exoneração de SANDRO PINHEIRO
33217	14/10/2016	Exoneração de DOMINGOS GUARANI
33218	14/10/2016	Exoneração de FRANCELY DE LOURDES WANDERLEY
33219	14/10/2016	Exoneração de JOAO PEDRO DE FARIAS
33220	14/10/2016	Exoneração de ROSELEI PEDROSO
33221	14/10/2016	Exoneração de VALMOR LUIZ GONSALES
33222	14/10/2016	Exoneração de ARLINDO ROSA
33223	14/10/2016	Exoneração de DIANA CRISTINA LEMES
33224	14/10/2016	Exoneração de JAIR PESCADOR
33225	14/10/2016	Exoneração de JULIA GRACIELA DEUNER
33226	14/10/2016	Exoneração de SANDRA MARA REICHERT
33227	14/10/2016	Exoneração de SILVESTRE DE SOUZA BRASIL
33228	14/10/2016	Exoneração de VALMIR FERNANDES
33229	14/10/2016	Exoneração de ABILIO JOAQUIM
33230	14/10/2016	Exoneração de ADEMIR DOMINGOS ROSSET
33231	14/10/2016	Exoneração de ASTA VENILDA ZIMMERMANN
33232	14/10/2016	Exoneração de DEISI PAULA CARARO
33233	14/10/2016	Exoneração de JESUE NATALICIO MACHADO
33234	14/10/2016	Exoneração de JOEL JESUS FIUZA
33235	14/10/2016	Exoneração de LUIZ ANTONIO DA SILVA
33236	14/10/2016	Exoneração de CLECI ZAMIGNAN
33237	14/10/2016	Exoneração de FERNANDO CARLOS MAGRO
33238	14/10/2016	Exoneração de DJEIZON PELICOLI

33239	14/10/2016	Exoneração de ESTELAMARIS ZANCHET
33240	14/10/2016	Exoneração de NOELI VERONICA TOEBE
33241	14/10/2016	Exoneração de PAMELA REGINA GUARNIERI
33242	14/10/2016	Exoneração de ERIVELTO DE QUADROS ORTIZ
33243	14/10/2016	Exoneração de LUIS FERNANDO MAITO PRADO
33244	14/10/2016	Exoneração de MURIEL FERNANDO BARBIERI
33245	14/10/2016	Exoneração de TATIANE BORTOLETTI FERREIRA
33246	14/10/2016	Exoneração de VANUSA MAGGIONI
33247	14/10/2016	Exoneração de AUILDO LUIZ ERCICO
33248	14/10/2016	Exoneração de DAILOR JOSUE OTTO
33249	14/10/2016	Exoneração de ISRAEL CARLOS ZESUINO
33250	14/10/2016	Exoneração de IVO MATEUS
33251	14/10/2016	Exoneração de IZABEL CRISTINA DE QUADROS
33252	14/10/2016	Exoneração de JAIRO MARCOLAN
33253	14/10/2016	Exoneração de MAIARA FERREIRA DA SILVA
33254	14/10/2016	Exoneração de MARCIA INÊS DANIELI
33255	14/10/2016	Exoneração de MATHEUS GNOATTO
33256	14/10/2016	Exoneração de ADÃO DA SILVA
33257	14/10/2016	Exoneração de DILSE ROSA DA SILVA
33258	14/10/2016	Exoneração de EDUARDO MUSSNICH
33259	14/10/2016	Exoneração de ELISA FERREIRA
33260	14/10/2016	Exoneração de FABIO JUNIOR GALLON
33261	14/10/2016	Exoneração de JUÇARA APARECIDA RITA AIRES BONES
33262	14/10/2016	Exoneração de LINDOMAR ANTUNES DE ALMEIDA
33263	14/10/2016	Exoneração de MARIA VERONICA CARVALHO
33264	14/10/2016	Exoneração de MARLI LOPES DA COSTA
33265	14/10/2016	Exoneração de MICHELI MICHELON
33266	14/10/2016	Exoneração de NELSON LUIZ DE BAIRRO
33267	14/10/2016	Exoneração de NELSO GRAFITI
33268	14/10/2016	Exoneração de NELSON FRANÇA JUNIOR
33269	14/10/2016	Exoneração de NILVA DE SOUZA COL
33270	14/10/2016	Exoneração de PLINIO VEZARO
33271	14/10/2016	Exoneração de REANI MARIA LORENZETTI
33272	14/10/2016	Exoneração de ROSMARI DO NASCIMENTO SILVA
33273	14/10/2016	Exoneração de SILVIA REGINA BAGGIO
33274	14/10/2016	Exoneração de SIMONI MARIA DE BARROS
33275	14/10/2016	Exoneração de CAROLINA MALVESSI
33276	14/10/2016	Exoneração de CLEUSA BOLSONI PERON
33277	14/10/2016	Exoneração de GRAZIELLI ANGELA PANTE KAIBERS
33278	14/10/2016	Exoneração de ISABEL CRISTINA SANTIN
33279	14/10/2016	Exoneração de JOSEANA MENDES
33280	14/10/2016	Exoneração de ORLANDINA RIBEIRO DA SILVA
33281	14/10/2016	Exoneração de RAFAEL FONTANA CIGERZA
33282	14/10/2016	Exoneração de SIDINEI AUGUSTO BENTACH MIRANDA
33283	14/10/2016	Exoneração de AGENOR DOS SANTOS ROBALDO
33284	14/10/2016	Exoneração de ALCINDA MACHADO DA SILVA BERNARDI
33285	14/10/2016	Exoneração de AMARILDO ANTONIO ENGEL
33286	14/10/2016	Exoneração de JANDIR JOSE FIDELIS
33287	14/10/2016	Exoneração de JULIANA JORIATTI
33288	14/10/2016	Exoneração de KAREN DETONI MUNARINI

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 25/FMS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: TREDE MEDICAL COMÉCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/FMS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/FMS/2016.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos de enfermagem, no atendimento ao município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 27/09/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 92.696,00 (noventa e dois mil e seiscentos e noventa e seis reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 70/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: DISTRIMEL – MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de materiais elétricos para iluminação pública, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 26/07/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 54.035,00 (cinquenta e quatro mil e trinta e cinco reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 75/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens e imóveis (material de construção, material elétrico, ferragens, tintas e afins), para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 12/09/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 62.521,50 (sessenta e dois mil e quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### LEI N. 1.320

LEI N. 1.320, de 13 de outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2017 DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal, em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e disposições pertinentes da lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2014/2017, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2017 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, do SAMAE e dos Fundos e Fundações Municipais;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;

VIII – as disposições gerais.

#### I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2017 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, constantes desta Lei, sendo:

I – Demonstrativo I – Metas Anuais;

II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III- Das Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (sem valores a informar face à vinculação ao RGPS);

VII – Demonstrativo VI-a Projeção Atuarial do RPPS (sem valores a informar face à vinculação ao RGPS);



VIII – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X – Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;

XI – Anexo II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas – Total das Despesas;

XII – Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XIII – Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XIV – Anexo V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas anuais para o Montante da Dívida;

XV – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVI – Anexo VII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

XVII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XVIII – Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio;

XIX – Demonstrativo das Metas Fiscais por Ações; e

XX – Relatório das Metas e Prioridades das despesas por Programas.

Parágrafo único. O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017**  
Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categoria de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar, se for o caso;

X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro, de outorga onerosa e de amortização de empréstimos;

XII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Fundações Municipais e a Autarquia e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas

(Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2017. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2017. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo e Fundação com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “1.00” – Ordinários, do orçamento fiscal.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo, a Autarquia e seus Fundos e Fundações. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

§ 1º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, para atendimento dos dispositivos da Lei Federal nº 12.608/2012 e regulamentos pertinentes.

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o

crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV – Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII do artigo 2º desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor,

conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO VII do artigo 2º desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados ou utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º Por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do Anexo VIII - Demonstrativo VII, do art. 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regulamente. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observadas, no que couberem, as disposições da Lei Federal Nº 13.019/2014 (Lei das



Parcerias Voluntárias).

§ 3º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 18 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados em anexo próprio, descrito no artigo 2º desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI, da CF).

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde,

entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo VI do PPA, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter estimativa de receita e fixação de despesas por conta da contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;  
II – eliminação das despesas com horas extras;  
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;  
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;  
V – acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38. Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cocal do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42. Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição

Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos comprovadamente involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46. O Executivo Municipal, durante o exercício de 2017, está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 47. Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 48. No decorrer do exercício de 2017, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, fundações, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 49. O Sistema de Controle Interno do Município será regulamentado e operacionalizado na forma da Instrução Normativa Nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e regulamentos pertinentes.

Art. 50. No exercício de 2017 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de outubro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL DE LEILÃO Nº 1/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO

EDITAL DE LEILÃO Nº 1/2016

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: alienação de bens móveis de propriedade do Município e considerados inservíveis e antieconômicos, conforme relação constante no Anexo Único deste Edital, tendo sido a presente alienação devidamente autorizada pelo Decreto nº 6.140, de 23 de setembro de 2016.

Em face ao acima informado e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, os prazos do presente edital não apresentam alterações.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 13 de outubro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA DE PERMISSÃO DE USO Nº 9/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 9/2016 PMC

Permissão de Uso

Objeto: Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso, a título precário, da sala nº 11, guichê com 14,20m², nas instalações do Terminal Rodoviário, com a finalidade exclusiva de exploração de venda de bilhetes e passagens e carga e descarga de materiais.

Tipo: Maior Oferta Mensal.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/11/2016.

Abertura: dia 16/11/2016, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-000 Concórdia – SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 011/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

AD BIAZI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ 11.934.183/0001-39 Rua Santa Catarina, 345 - Nazaré – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 290/2016 de 25/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47.

ADAIR SEBASTIÃO NOGUEIRA CNPJ 19.977.688/0001-92 Rua João Suzin Marini, 9 - Sunti – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 331/2016 de 27/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

ADÃO ANTONIO ZANELLA CNPJ 02.251.372/0001-16 Rua 29 de Julho, 3089 - Itaíba – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 342/2016 de 27/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.009,81; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 927,96; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 844,03.

ADELIO WAIRICH CNPJ 16.976.283/0001-41 Rua Canadá, 355 – das Nações – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 279/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

AEW TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 07.237.988/0001-56 Rua Heleodoro de Moraes Branco, s/n - Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 434/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 447,66.

ANTENOR MAXIMINO GIORDANI CPF 607.578.259-15 Rua Ramos da Cruz, 337 – Nova Brasília – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 240/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 135,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 120,89; ; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2013 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9 – Valor: R\$ 406,46; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 502,11; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências



1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 456,67.

ARIELE FATIMA BERNARDI 06678226909 CNPJ 21.385.308/0001-72 Rua Colômbia, 98 – das Nações – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 283/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 614,68. AVANTE – GARDE ENTRETENIMENTO LTDA CNPJ 21.213.122/0001-36 Rua Romano Anselmo Fontana, 675 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 77/2016 de 10/06/2016: ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competência 12 – Valor: R\$ 98,90. BALDI PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ 04.329.816/0001-14 Rua Amantino Furlaneto, 83 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 53/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 326,79; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

BETO BOSCATO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ 13.420.652/0001-27 Rodovia SC 283, 4580 - Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 478/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

CARLOS ALBERTO BELLAVER & CIA LTDA ME CNPJ 06.132.338/0001-83 Rua das Palmeiras, 27 - Floresta – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 264/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcela única – Valor: R\$ 209,72.

CAROLINE LIMA DOS SANTOS CNPJ 13.340.002/0001-71 Rua Marcelino Ramos, 220 - Imperial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 308/2016 de 25/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

CC TRANSPORTES EIRELI - ME CNPJ 01.010.273/0001-80 Rua Estrada Rural, s/n - Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 406/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 357,58; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

CLAUDEMIR GASPARI ME CNPJ 09.348.305/0001-63 Rua Mario Dalfovo, 106 – Vista Alegre - Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 161/2016 de 18/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

CLAUDETE MANFE DE MELLO CPF 024.303.139-44 Rua Para, 58 – dos Estados – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 87/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 386,67; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competência 12 – Valor: R\$ 436,55.

CLAUDIO REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ 06.975.439/0001-16 Rua Angelo Ary Biazus, 62 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 556/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 389,14; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 375,92; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 313,81.

CLAUDIONEI CORREA 82698007915 CNPJ 17.772.704/0001-85 Rua Diniz de Oliveira Filho, 73 - Cristal – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 229/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

CLAUDIONEI CORREA CPF 826.980.079-15 Rua Diniz de Oliveira Filho, 73 - Cristal – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 239/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 80,27; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 416,88. CLAUDIONEI SOMARIVA DA SILVA CPF 027.122.079-12 Rua Marcos Bento de Souza, 183 - Liberdade – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 203/2016 de 18/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 120,89; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2013 – competência 11 – Valor: R\$ 60,73; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 416,88; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 627,17.

CLEOMAR ANTONIO EBERTZ CNPJ 08.706.846/0001-53 Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, 2031 - Cristal – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 57/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcela 3 – Valor: R\$ 307,02.

CLEUSA F. DO AMARAL ME CNPJ 20.920.524/0001-08 Rua Anselmo Ficanha, 135 - Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 190/2016 de 18/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 350,98.

CLICK TRANSPORTES LTDA - ME CNPJ 12.542.198/0001-14 Rua Colômbia, 110 – das Nações – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 265/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

CLOVIS DARCI POLINSKI 00428921043 CNPJ 20.453.948/0001-00 Rua Wilson Roberto Marcanson, 81 – Catarina Fontana – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 218/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

CREDICON SOLUÇÕES CADASTRAIS LTDA ME CNPJ 16.758.589/0001-21 Rua José Venâncio Finger, 61 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 773/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 377,06; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 516,38.

DAL PIZZOL E SILVA TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 19.071.990/0001-87 Rua das Bergamoteiras, 52 - Petrópolis – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 83/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

DARLAN PERES MENDES CPF 029.487.749-50 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 885 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 562/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 352,60;

ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 1.818,52.

DJC CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA CNPJ 14.378.288/0001-47 Rua das Camélias, 203 - Jardim – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 386/2016 de 27/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

DOUGLAS DELPUBEL CNPJ 14.419.038/0001-08 Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 930 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 68/2016 de 10/06/2016: ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 11 e 12 – Valor: R\$ 2.072,82; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 5, 11 e 12 – Valor: R\$ 834,00.

EDER LUIS SCHEMES CPF 045.983.559-99 Rua Domenico Vivan, 280 - Arvoredo – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 21/2016 de 19/05/2016: ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 338,24.

EDIANO ODAIRDES CAGLIARI CNPJ 15.323.245/0001-27 Rua Fortunato Zoleti, 148 – Santa Cruz – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 41/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 432,53; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 5, 7, 9 e 10 – Valor: R\$ 368,66; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competência 4 – Valor: R\$ 32,75.

ELIANDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA 95273697034 CNPJ 17.921.004/0001-05 Rua Severino Andognini, 195 - Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 188/2016 de 18/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60.

ELISANDRA LOPES MACHADO ME CNPJ 20.094.594/0001-54 Rua Angelo Ary Biazus, 279 - Imigrantes – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 189/2016 de 18/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

ELISEU RIBEIRO CNPJ 12.233.361/0001-67 Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 554 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 693/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 516,38.

ESTOFARIA CONTORNO LTDA ME CNPJ 14.952.549/0001-90 Rodovia Caetano Chiuchetta, 6840 – Colinas – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 210/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcela 3 – Valor: R\$ 181,04.

F.A.C. TRANSPORTES LTDA - ME CNPJ 07.356.873/0001-80 Rua Fiorelo Sunti, 345 - Sunti – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 324/2016 de 27/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES & CIA LTDA CNPJ 09.178.022/0001-10 Rua Lauro Muller, 225 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 561/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2013 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7

– Valor: R\$ 480,02; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 4, 6, 7, 8, 10 e 12 – Valor: R\$ 3.009,06; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competência 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 – Valor: R\$ 2.160,63.

FILIPPE AUGUSTO DA ROSA CPF 082.008.979-66 Travessa Piaui, 27 – dos Estados – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 88/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 120,89; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 11 e 12 – Valor: R\$ 110,60; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 626,73.

FLAVIO ANDRE KAHER CPF 540.567.649-72 Rua Romano Anselmo Fontana, 815 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 554/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 387,62; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 1.999,60.

FRANCISCO LUIZ DINIZ SILVA CNPJ 18.192.494/0001-19 Rua Marcelino Ramos, 457 - Imperial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 317/2016 de 25/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 357,58; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

FRIGO E RITTER TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 85.208.171/0001-63 Rua Jairo Goss, 66 – dos Industriários – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 354/2016 de 27/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

GABRIEL LIMA DOS SANTOS CNPJ 12.906.649/0001-55 Rua Marcelino Ramos, 220 - Imperial – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 307/2016 de 25/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 317,24; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 291,55; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 266,71.

GERCI DA SILVA BRINO ME CNPJ 15.750.879/0001-66 Rua Romano Anselmo Fontana, 783 - Centro – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 771/2016 de 09/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 712,98. GERSON SCHMIDT HAUFF CNPJ 17.242.153/0001-48 Rua João Romani, 258 – da Gruta – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 227/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

GILBERTO BUSSMANN 62682512968 CNPJ 20.920.933/0001-04 Rua Rio de Janeiro, 565 – dos Estados – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 106/2016 de 16/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

GILVANO RODRIGUES DE SOUZA ME CNPJ 15.283.798/0001-01 Rua Catharina Mafessoni, 345 – da Gruta – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 225/2016 de 19/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.



OI S.A. CNPJ 76.535.764/0322-66 Rua Oreste Farina, 25 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 630/2016 de 09/06/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 296,65.

PANSERA TRANSPORTES EIRELI CNPJ 21.442.806/0001-00 Rua Antonio Brunetto, 122 - das Nações - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 284/2016 de 19/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcela 3 - Valor: R\$ 98,08.

PANZERA E LOPES MIERES TRANSPORTES LTDA - ME CNPJ 18.770.380/0001-09 Rua Nédio Dazzi, 26 - Floresta - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 260/2016 de 19/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 323,82.

PAULO ROBERTO CECCHI ME CNPJ 09.160.238/0001-59 Travessa do Sol, 34 - Natureza - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 110/2016 de 16/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 296,65.

PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME CNPJ 23.569.895/0001-85 Rua Aníta Garibaldi, 270 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 793/2016 de 09/06/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 831,74.

POSTO ALTO BRILHO LTDA - ME CNPJ 04.783.843/0001-62 Rua Marechal Deodoro, 1878 - Centro - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 598/2016 de 09/06/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 617,80; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 567,71; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 516,38.

PR REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 05.365.810/0001-65 Rua Vittorio Emanuele, 327 - Guilherme Reich - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 37/2016 de 27/05/2016: ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2015 - competências 8, 9, 10 e 11 - Valor: R\$ 897,09.

QUERUBIM TRANSPORTES LTDA - ME CNPJ 97.533.590/0001-50 Rua Paraná, 446 - dos Estados - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 95/2016 de 16/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 326,79; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 296,65.

R. R. SERVIÇOS E REPAROS LTDA ME CNPJ 08.748.742/0001-01 Rua Sassafrás, 25 - Arvoredo - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 204/2016 de 19/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 233,04.

RAFAEL ROBSON ROSA CNPJ 12.152.022/0001-56 Rua Marcelino Ramos, 161 - Imperial - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 304/2016 de 25/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 461,00; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 423,64.

RAIMUNDO MARMORES E GRANITOS LTDA ME CNPJ 18.817.218/0001-07 Estrada Rural, s/n - Interior - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 510/2016 de 30/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 877,58.

RENATO BERTA - ME CNPJ 04.336.261/0001-38 Rua João José de

Vargas, 145 - dos Industriários - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 356/2016 de 27/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 327,60. RODOMARFE TRANSPORTES LTDA ME CNPJ 07.846.938/0001-76 Estrada Rural, s/n - Interior - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 433/2016 de 30/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 327,60; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 296,65. ROGOWSKI - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA CNPJ 04.826.387/0001-90 Rua Emilio Thomaz Farina, 147 - Imigrantes - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 183/2016 de 18/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 323,82.

ROSANA MODAS LTDA CNPJ 79.878.922/0001-56 Rua Santo Colla, 123 - Santa Cruz - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 44/2016 de 16/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 291,15; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 266,89; TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 244,74.

SANDRA REGINA SCHWEDER CPF 594.425.579-04 Travessa Anselmo Domingos Pagnocelli, 10 - Vista Alegre - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 174/2016 de 18/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 2 e 3 - Valor: R\$ 234,12; ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - Referente ao exercício 2015 - competências 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 - Valor: R\$ 1.502,86.

SANTO BARBOSA CNPJ 19.946.370/0001-44 Rua João Fontana Sobrinho, 103 - Vista Alegre - Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 171/2016 de 18/05/2016: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 - parcelas 1, 2 e 3 - Valor: R\$ 296,65.

Concórdia, 11 de outubro de 2016

GREICE KELLEN MORCHE

Fiscal de Tributos

JOAQUIM PEDRO BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 116/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 116/2016.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente Transferência Direta Apoio a Creches FNDE/BRASIL CARINHOSO, no valor de R\$ 40.065,57 (Quarenta mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

Concórdia SC, 13 de outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2016

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Orélio Strochio, Diretor de Urbanismo, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 11 de outubro de 2016, para a aquisição de gavetas mortuárias subterrâneas, localizadas em Cemitério Particular, no Município de Concórdia, a favor da empresa SB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME, no valor total de R\$93.720,00 (noventa e três mil e setecentos e vinte reais).

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**EXTRATO DO 4º TA CONTRATO Nº 108/2016-PMC**

Contrato Nº : 108/2016

Aditivo Nº : 4TA CTR 108/2016/2016

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 15/11/2016

Assinatura : 19/09/2016

Valor acrescido R\$ : 4.688,66 (Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta e Oito Reais e Sessenta e Seis Centavos )

Valor suprimido R\$ 10.938,31 (dez mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos).

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 544/2016

DECRETO Nº 544/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 09 (nove) dias, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. LOIVA CECÍLIA DAL PIVA ocupante do cargo de Procurador Geral, carga horária integral, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 06/10/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 545/2016

DECRETO Nº 545/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal DEIVA SIDONIA EBERHARDT ZANONI, no cargo de Enfermeira – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 10/10/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### EXTRATO AO CONTRATO ADM. 48/2016

Extrato DO CONTRATO ADM N. 48/2016  
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 47/2013

Processo de Licitação n. 31/2013

Tomada de Preços n. 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: O objeto do presente Termo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 47/2013, estendendo seus efeitos até 31 de dezembro de 2016.

Signatários: Alceu Mazzioni e Adierso Marcos Bianchi.  
Cordilheira Alta, SC, em 13/09/2016.

### EXTRATO AO CONTRATO ADM. 47/2016

Extrato DO CONTRATO ADM N. 47/2016

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 79/2013

Pregão Presencial n. 22/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Pelas razões de interesse público acima elencadas e também demais circunstâncias afetas à conveniência e oportunidade administrativa, a CONTRATANTE resolve migrar o sistema de Escriuração do ISS via internet e sistema de Atendimento ao Cidadão via internet, atualmente em uso, para as novas respectivas versões disponibilizadas pela CONTRATADA, devendo atender aos seguintes requisitos técnicos, em acréscimo ao disposto no Anexo I – Projeto Básico do Pregão Presencial n.º 22/2013:

Sistema de Atendimento ao Cidadão via internet:

1. Permitir atendimento ao contribuinte em ambiente web, utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado de HTTPS;
2. Possibilitar o acesso através dos seguintes navegadores Google Chrome 30 ou superior, Mozilla Firefox 25 ou superior, Microsoft Internet Explorer 9 a 11, Safari 6 ou superior
3. Possuir cadastro de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas) com, no mínimo, os seguintes campos, Nome/Razão Social, CPF/CNPJ, Telefone/Celular, e-mail, Endereço completo, Senha, anexos.
4. Possuir cadastro de logotipos de bancos para emissão das guias e carnês de pagamentos
5. Possuir controle de acesso de usuários nas respectivas funcionalidades considerando o perfil de cada usuário para o acesso a estas funcionalidades;
6. Possuir logon interativo, que possibilite aos contribuintes acessar vários serviços on-line disponibilizados pela entidade através do CPF, ou CNPJ, ou código do contribuinte, ou código do econômico, ou código do imóvel, ou inscrição imobiliária.
7. Possuir logon interativo, que possibilite a alteração da senha de acesso, e a solicitação de reenvio da senha por e-mail em caso de esquecimento.
8. Possibilitar aos contribuintes cadastrar seus dados no cadastro de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas) utilizando assinatura digital e anexar arquivos digitais em PDF. (cópias de documentos)
9. Possibilitar aos contribuintes o acompanhamento da respectiva situação do cadastro fiscal permitindo consulta de débitos, emissão de extratos, carnês e certidões com valores atualizados.
10. Possibilitar aos contribuintes acompanhar a situação do cadastro fiscal dos imóveis e econômicos do Município, permitindo consulta de débitos, emissão de extratos, carnês e certidões com valores atualizados.
11. Possibilitar aos contribuintes consultar os créditos tributários disponíveis do exercício vigente e anteriores.



12. Possibilitar aos contribuintes solicitar serviços diversos disponibilizados pela entidade. Ex. taxa de coleta de lixo, taxa de demolição, taxa de resíduos sólidos.
13. Possibilitar aos contribuintes emitir e gerar as guias de pagamento de Alvará de Licença e Localização e/ou funcionamento, Alvará de Licença do corpo de bombeiros, Alvará de Licença da vigilância Sanitária, Alvará de Meio Ambiente.
14. Possibilitar aos contribuintes gerar o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para imóveis urbanos ou rurais, informando dados da transação.
15. Possibilitar aos contribuintes consultar as solicitações de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para imóveis urbanos ou rurais realizadas anteriormente com possibilidade de filtrar por código e ano da solicitação, código do imóvel, situação da solicitação, CPF/CNPJ do comprador vendedor ou responsável, e data de solicitação.
16. Possibilitar aos contribuintes gerar a certidão e guia de pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para imóveis urbanos ou rurais, em sendo rural, sem necessidade deste estar cadastrado no sistema tributário do município.
17. Possibilitar aos contribuintes emitir a Certidão de Baixa de atividade, informando o CPF, CNPJ ou código de contribuinte, ou código econômico.
18. Permitir aos contribuintes emitir e confirmar a veracidade das CND através do código de controle gerado automaticamente. (Certidão Negativa de Débitos Municipais: Certidão Negativa, Positiva ou Positiva com efeito de Negativa).
19. Possibilitar aos contribuintes emitir a 2ª via da Certidão de Isenção, informando o CPF, CNPJ ou código de contribuinte.
20. Possibilitar aos contribuintes emitir a guia de pagamento de débitos de ISS.
21. Possibilitar aos contribuintes emitir a guia de pagamento de débitos diversos.
22. Possibilitar aos contribuintes solicitar a coleta seletiva para seu imóvel, com possibilidade de benefício de redução da taxa de coleta do lixo.
23. Possibilitar aos contribuintes solicitar a emissão de carnês via internet isentando o pagamento da taxa referente a emissão e impressão dos carnês.
24. Possibilitar aos contribuintes apontar os imóveis que receberão benefícios de créditos tributários disponíveis.
25. Possibilitar aos contribuintes do tipo Contador, Imobiliária e Cartório consultar informações de seus clientes.
26. Permitir a configuração de vínculo e acesso ao cadastro de imóveis e econômicos para os Contadores, Imobiliárias e Cartórios respectivos.
27. Permitir a emissão de guias de pagamento de tributos municipais, permitindo emissão parcelada ou parcela única, com descontos e acréscimos, com valores atualizados.
28. Permitir a configuração do acesso aos serviços disponibilizados ao contribuinte: (CPF/CNPJ, Código dos referentes, exigência ou não de senha).
29. Possuir área para que a entidade vincule hiperlinks aos principais serviços a serem disponibilizados aos contribuintes para acesso nos sites que a entidade julgar necessário.
30. Permitir a configuração das solicitações de serviços a serem disponibilizadas aos contribuintes, possibilitando informar quais deverão ser tramitados com registro de protocolo.
31. Permitir a configuração da forma de cadastro de contribuintes em automática ou condicionada ao deferimento de servidor da entidade, possibilitando informar exigência de assinatura digital ou ainda anexo de arquivos digitais (cópias de documentos).
32. Permitir configuração dos layouts das certidões municipais e alvarás conforme modelo específico da entidade.
33. Permitir configuração das certidões de contribuinte e imóvel possibilitando informar a exibição de imóveis englobados.
34. Permitir configuração das guias de pagamento possibilitando informar quais dados do endereço do sacado deverão ser exibidos.
35. Permitir configuração dos alvarás de bombeiro, da vigilância

- sanitária e de licença e localização, possibilitando condicionar a emissão à verificação do lançamento do exercício com situação de aberto, pago, isento, imune ou ainda sem esta verificação para Microempreendedor individual em respeito à Lei Complementar 147.
36. Permitir configuração dos alvarás de bombeiro, da vigilância sanitária e de licença e localização, possibilitando definir a validade do documento em data fixa ou intervalo de tempo.
37. Permitir configuração da solicitação de coleta seletiva, possibilitando cadastrar critérios dos imóveis exigidos para esta solicitação.
38. Permitir configuração da solicitação de emissão de carnês via internet, possibilitando cadastrar critérios dos imóveis exigidos para esta solicitação.
39. Permitir configuração da solicitação de abatimentos dos créditos tributários, possibilitando cadastrar critérios dos imóveis exigidos para esta solicitação.
40. Permitir a configuração de fórmulas para cálculo de multas, juros, correção monetária, descontos para pagamentos antecipados e ainda para controle de emissão de documentos.
41. Permitir a configuração de mensagens fixas aos contribuintes para fins de obtenção de senha de acessos.
42. Permitir a configuração de quais informações devem ser apresentadas nas consultas de informações cadastrais de imóveis e econômicos.
43. Possibilitar o cadastro de cabeçalhos para apresentação dos documentos emitidos pela internet.
44. Possibilitar a configuração da verificação da situação dos lançamentos de Alvará como requisito para emissão do documento pela internet.
45. Possibilitar a configuração da verificação de pendências de sócios ou responsáveis para emissões de Certidões Negativas de Débitos.

#### Sistema de Escrituração do ISS via internet:

1. Permitir o gerenciamento da Fiscalização Fazendária em ambiente web, utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado de HTTPS;
  2. Promover o gerenciamento de informações para combater a sonegação visando apoiar a fiscalização do ISS
  3. Coletar Informações fiscais relativas ao Imposto sobre prestação de serviços, permitindo que todas as operações sejam realizadas via internet, inclusive a declaração de entrega e emissão de guias;
  4. Efetuar cruzamento de notas fiscais emitidas e recebidas, ou outros documentos de registro de prestação de serviços, fornecendo informações sobre as irregularidades encontradas;
  5. Controlar os serviços declarados, prestado e tomados, pelas pessoas jurídicas estabelecidas no município.
  6. Permitir o controle dos aspectos referentes ao conceito de substituto tributário, através de declaração com substituição tributária e relatórios;
  7. Possibilitar a identificação dos maiores contribuintes com declaração diferenciada.
  8. Integrar-se ao Módulo de Fiscalização, proporcionando grande eficiência no setor de fiscalização do ISS no município;
  9. Integrar-se ao Módulo de Arrecadação / Tributação, visando o controle e a contabilização dos pagamentos, por parte dos contribuintes, das guias do ISS representativas do imposto devido.
  10. Possibilitar a busca dos valores em aberto e não fiscalizados da dívida ativa e/ou ISS;
  11. Possibilitar emissão de relatórios gerenciais por atividade, endereço para seleção dos contribuintes a serem fiscalizados;
  12. Permitir a emissão e gerenciamento de notas avulsas;
  13. Permitir o gerenciamento e controle do período de fiscalização do contribuinte
  14. Permitir o controle de contribuintes em fiscalização ou fiscalizado.
  15. Possibilitar a emissão de relatórios com valores em aberto, informados via ISS on-line, e divergências entre valores pagos e informados (Conta Corrente).
1. Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação por

doze meses da vigência do Contrato Administrativo n. 79/2013, que possui o seguinte objeto: "locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, de softwares e sistemas".

VALOR: Ao preço certo e ajustado do sistema de Escrituração Eletrônica do ISS via internet acresce-se o valor mensal de R\$ 100,56 (cem reais e cinquenta e seis centavos), passando o valor mensal do aplicativo para R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), e ao sistema de Atendimento ao Cidadão via internet acresce-se o valor mensal de R\$ 31,96 (trinta e um reais e noventa e seis centavos), passando o valor mensal do aplicativo para R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) respeitando o limite legal previsto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2020; Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Ernesto Muniz de Souza Jr.

Cordilheira Alta, SC, em 01/09/2016.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7574A/2016

DECRETO Nº. 7.574A, 01 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar Nº 64/90 e Lei Municipal N. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida a descompatibilização para pleito político a servidora Isaura Candida Provin, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 02 de Julho de 2016, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 02/07/2016.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7589/2016

DECRETO Nº. 7.589, 09 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 53/2016, CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 3/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 53/2016 – Concorrência para Obras e Serviços de engenharia Nº. 3/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Rinovi Construtora Ltda - ME, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 966.781,47

( Novecentos e sessenta e seis mil e setecentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7590/2016

DECRETO Nº. 7.590, 09 de Agosto de 2016.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2015/2016, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

DECRETA

Art. 1º. Designar o servidor Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o exercício de 2015/2016.

Art. 2º. Designar a servidora Priscila Stanga, matrícula municipal sob o nº. 1252, CPF nº. 066.146.999-97, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças, para atuar como Pregoeira Substituta da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I – Clarice Ana Tessaro Zucco, matrícula municipal sob o nº. 1330, CPF nº. 753.138.809-00, ocupante do cargo de Secretaria de Administração e Finanças.

II – Cassiane Ficagna Carvalho, matrícula municipal sob o nº. 1231, CPF nº. 010.300.929-90, ocupante do cargo de Técnico em Administração.

III – Sidney Gerson Rosalen - matrícula municipal sob o nº. 04780, CPF nº. 833.854.799/91, ocupante do cargo de marceneiro.

IV – Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o disposto no Decreto N. 7.385/2015.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7591/2016**

DECRETO Nº. 7.591, 09 de Agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.152/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Médica Do Servidor Municipal de Coronel Freitas, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.00–Fundo Municipal de Assistência Médica Do Servidor Municipal de Coronel Freitas .

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores.

Função: 10- Saúde.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica Do Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7592/2016**

DECRETO Nº. 7.592, 09 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.153/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Sec. Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12- Educação.

Sub-função: 361 – ensino fundamental

Programa: 0005 – todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.

Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 260.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7593/2016**

DECRETO Nº. 7.593, 09 de Agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 45.509,05 (quarenta e cinco mil e quinhentos e nove reais e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub - função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 0.000 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Do Elemento 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.509,05

Do Elemento 3.2.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Para Elemento: 4.6.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 45.509,05

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7594/2016

DECRETO Nº. 7.594, 11 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 57/2016, TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 3/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 57/2016 – Tomada de Preço para Obras e Serviços de engenharia Nº. 3/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: WK SERVIÇOS E OBRAS EIRELI - ME, com o lote: 1 no valor de R\$ 26.411,10 ( Vinte e seis mil e quatrocentos e onze reais e dez centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7595/2016

DECRETO Nº. 7.595, 15 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2016, CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 56/2016 – Concorrência para Obras e Serviços de engenharia Nº. 5/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: AZ3 CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- ME, com o item: 1 no valor de R\$ 49.499,99 ( Quarenta e nove mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7596/2016

DECRETO Nº.7.596. 16 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.154/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015 no orçamento do município, o valor de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais) e por anulação de dotação no valor de R\$ 634.310,00 (Seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos e dez reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.

Ação: 2.012 – Manutenção do Administrativo de Educação.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 259.000,00

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento De Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana.



Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.  
 Ação: 2.051 – Manutenção da coleta e Destino do Lixo Urbano.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
 Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
 Função: 12 – Educação.  
 Sub-função: 365 – Educação Infantil.  
 Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
 Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 229.000,00  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 321.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 56.300,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0024 – Proteção Social Especial de Média Complexidade.  
 Ação: 2.065 – Manutenção do Programa SCFV.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0652 – Aplicações Diretas. R\$ 10.010,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais), são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016 e para cobertura dos créditos suplementares por anulação de dotação no valor de R\$ 634.310,00 (Seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos e dez reais), são provenientes de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.  
 Unidade: 06.02 – Departamento De Transportes e Obras.  
 Função: 26 – Transporte.  
 Sub-função: 782– Transporte Rodoviário.  
 Programa: 0013 – Estradas Vicinais.  
 Ação: 1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 100.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
 Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
 Função: 12 – Educação.  
 Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.  
 Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
 Ação: 1.009 – Construção e Reforma das Quadras Esportivas nas Escolas.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
 Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
 Função: 12 – Educação.  
 Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
 Ação: 1.011 – Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil e Fundamental.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
 Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
 Função: 12 – Educação.  
 Sub-função: 365 – Educação Infantil.  
 Programa: 0008 – Creches – Auxiliando as Famílias.  
 Ação: 1.031 – Construção de Creches.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
 Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
 Função: 12 – Educação.  
 Sub-função: 364 – Educação Superior.  
 Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
 Ação: 2.013 – Atendimento alunos do 2º  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
 Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
 Função: 12 – Educação.  
 Sub-função: 366 – Educação de jovens e Adultos.  
 Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
 Ação: 2.015 – Educação de Jovens e Adultos.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.  
 Unidade: 06.02 – Departamento De Transportes e Obras.  
 Função: 26 – Transporte.  
 Sub-função: 122– administração Geral.  
 Programa: 0013 – Estradas Vicinais.  
 Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais..  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 180.000,00  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 40.000,00

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito.  
 Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete.  
 Função: 04 – Administração.  
 Sub-função: 122– Administração Geral.  
 Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior.  
 Ação: 2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito.  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 110.000,00

Órgão: 05.00 – Sec. De Agricultura e Meio Ambiente.  
 Unidade: 05.01 – Departamento De Agricultura.  
 Função: 20 – Agricultura.  
 Sub-função: 606 – Extensão Rural.  
 Programa: 0010 – Agricultura.  
 Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas . R\$ 90.000,00

Órgão: 11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.  
 Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.  
 Função: 04 – Administração.  
 Sub-função: 122 – Administração Geral.  
 Programa: 0031 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço.  
 Ação: 2.056 – Manutenção da Secretaria.  
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 1.074 – Aquisição de Veículo, Imobilizado Geral e Equipamentos.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 1.250,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0652 – Aplicações Diretas R\$ 10.010,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 1.077 – Construção de Prédio do CRAS.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 500,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 241 – Assistência ao Idoso.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 1.078 – Construção de um Centro Dia para Idosos.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 225,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente.  
 Programa: 0024 – Proteção Social Especial de Média complexidade.  
 Ação: 2.063 – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento do PSC/LA.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0024 – Proteção Social Especial de Média Complexidade.  
 Ação: 2.065 – Manutenção do Programa SCFV.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 3.650,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0025 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade.  
 Ação: 2.067 – Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$

14.800,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 5.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social  
 Função: 08 – Assistência Social  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.071 – Implantar o Programa de Monitoramento e Avaliação Informatizado.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social  
 Função: 08 – Assistência Social  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.073 – Manutenção do CRAS/PAIF.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 3.500,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.074 – Implantação da Cooperativa de Reciclagem de Lixo.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 125,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.075 – Programa de Atenção a Mulher.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 500,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.076 – Apoio as Organizações Comunitária.  
 Elemento: 3.3.50.0000000000.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas  
 R\$ 250,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.077 – Programa de Inclusão Produtiva e Projetos de Enfrentamento à Pobreza.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 250,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 2.080 – Dinamizar o CRAS.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 5.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
Função: 08 – Assistência Social.  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7597/2016

DECRETO Nº 7.597. 16 DE AGOSTO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.155/2016. DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 301– Atenção Básica.  
Programa: 0021 – Saúde Bucal.  
Ação: 2.102 – Manutenção do Programa Saúde Bucal.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 0019 – Saúde para Todos.  
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 182.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 0019 – Saúde para Todos.  
Ação: 2.084 – Manutenção do Programa das ACS.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0064 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos

suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 019 – Saúde para Todos.  
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0064 – Aplicações Diretas. R\$ 170.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde,  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 301– Atenção Básica.  
Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.  
Ação: 1.081 – Construção do ESF IV.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 1.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 301– Atenção Básica.  
Programa: 0019 – Saúde para Todos.  
Ação: 1.085 – Construção de garagem para veículos da saúde.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 28.500,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 301– Atenção Básica.  
Programa: 0019 – Saúde para todos.  
Ação: 2.082 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em geral.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 25.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 0019 – Saúde para todos.  
Ação: 2.083 – Aquisição de Medicamentos.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 150.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 0032 – Saúde Mental.  
Ação: 2.103 – Implantar o CAPS com parceria de outros municípios.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 2.500,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.



Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7598/2016**

DECRETO Nº. 7.598, 16 de Agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica cancelada a partir do dia 15/08/2016, a licença remunerada para atividade política ao servidor municipal Assis Fagundes, ocupante do cargo efetivo de auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na S.M.T.O.S.U - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a qual foi concedida através do Decreto Nº 7567/2016, pelo motivo de não ter efetuado o registro da candidatura para as eleições de 2016, do Partido PDT do município de Coronel Freitas-SC, pelo qual iria concorrer.

Art.2º. Fica determinado o retorno imediato do servidor as suas atividades no município.

Art.3º. Fica revogado o Decreto Nº 7.567/2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7599/2016**

DECRETO Nº. 7.599, 16 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.120/2015.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 28.274,66 (vinte e oito mil e duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança Pública.

Sub-função: 182 – Defesa Civil.

Programa: 0017 – Trânsito Seguro.

Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do Trânsito.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0055 – Aplicações Diretas R\$ 28.274,66.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7600/2016**

DECRETO Nº. 7.600, 16 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.120/2015.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 547,73 (quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e três centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de transportes e Obras.

Função: 26 – transporte

Sub-função: 782 – transporte Rodoviário.

Programa: 0004 – Melhoria de pontes, pontilhões e bueiros.

Ação: 1.008 – Recuperação de bueiros e pontes.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0024 – Aplicações Diretas R\$ 547,73.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7601/2016**

DECRETO Nº. 7.601, 24 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE ESTAGIÁRIO QUE MENCIONA. DETERMINA PAGAMENTO DE ATRASADOS. E, DETERMINA A NOTIFICAÇÃO PARA RETOMAR O CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE ESTÁGIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo ordenamento jurídico vigente:

Considerando a necessidade de rever a rescisão contratual da estagiária Patrícia Carvalho Moura;

Considerando, que a justificativa da rescisão foi a contenção de despesas;

Considerando, que nas demissões por contenção de despesas, deve ser obedecida a ordem cronológica de chamamento do processo seletivo, demitindo-se de trás para frente os contratados;

Considerando, que a estagiária Patrícia Carvalho Moura não foi a última a ser chamada;

Considerando, o erro administrativo e a possibilidade legal de corrigi-lo;

Considerando, o poder de Autotutela da Administração Pública como prerrogativa para revisão de seus atos;

**DECRETA**

Art. 1º. Anular a rescisão da estagiária Patrícia Carvalho Moura, inscrita no CPF sob o número 106.985.499-96, formalizada no dia 22/07/2016, referente ao Termo de Compromisso de Estágio Nº 186.080.

Art. 2º. Determina o pagamento atrasado integral do salário/vencimento desde a data da rescisão.

Art. 3º. Notificar a estagiária para retomar a sua função junto ao município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a rescisão alhures.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7602/2016**

DECRETO Nº. 7.602, 24 de Agosto de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a pedido o servidor público municipal Marcelo José Ritter, ocupante do cargo de Contador Geral Do Município, nomeado pelo Decreto nº. 6.984/2014, a partir de 01 de Setembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7603/2016**

DECRETO Nº. 7.603, 24 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.120/2015.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 365 – Educação Infantil.

Programa: 00045 – Todas as crianças e adolescentes na escola.

Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0005 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola.

Ação: 2.020 – Manutenção de ensino Fundamental.

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0058 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Agosto de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7604/2016**

DECRETO Nº 7.604, 25 de agosto de 2016.  
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto nas Leis Municipais Nº. 871/95 e 1.807/2011.

DECRETA

Art. 1º. A composição representativa das diversas entidades, previstas em Lei, para compor o Conselho Municipal de Educação – 2016/2018, será a seguinte:

I – Departamento Municipal de Educação:  
Silvana Teresinha Bernieri – titular.  
Jair Antonio Cavalli - suplente.

II – Representantes dos professores Municipais:  
João Carlos Bernieri – titular.  
Tiago Tosetto – titular.  
Cleusa de Moura – suplente.

III – Secretaria de Estado da Educação:  
Katia Terezinha Pitt – titular  
Samanta Mezzomo - suplente

IV - Representante das Associações de Pais e Professores:  
Gélci Martinelli - titular  
Ledovino Piassetta - suplente.

V – Representantes dos Diretores Municipais:  
Cristiane Zanetti – titular  
Lediane Catarina Martarello Giachini - suplente.

VI - Representantes do Conselho Municipal dos Diretos da Criança e Adolescentes:  
Arejane Bresolim Mezzomo - titular  
Kenia Munaretti Frozza - suplente.

VII - Representante do Conselho Escolar:  
Gislani Lurdes Bonetti Lanfredi – titular  
Julcimara de Carli Zambiasi - suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 6.894/2014.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7605/2016**

DECRETO Nº 7.605, 25 de Agosto de 2016.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS TRANSFERIDOS PELO ESTADO DE FUNDO A FUNDO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.  
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.  
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.  
Função: 10 – Saúde.  
Subfunção: 122 –Administração Geral.  
Programa: 0019 – Saúde para todos.  
Ação: 2.083– Aquisição de Medicamentos.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0967 – Assistência Farmacêutica Básica - Estado R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0967 – Assistência Farmacêutica Básica – Estado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Agosto de 2016.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal  
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 7606/2016**

DECRETO Nº. 7.606, 29 de Agosto de 2016.  
Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de Setembro de 2016, o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocupada pela servidora pública municipal Noeli Pompelli, a pedido, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 176.900.461-8 e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7607/2016**

DECRETO Nº. 7.607, 29 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO COM RECURSO DO CONVÊNIO COM TRÂNSITO PARTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, com recurso do Convênio com Trânsito parte do município, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança Pública.

Sub-função: 182 – Defesa Civil.

Programa: 0017 – Trânsito Seguro.

Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do Trânsito.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0056 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7608/2016**

DECRETO Nº. 7.608, 29 de Agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei

Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 07.00 – fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub - função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0021 – Saúde Bucal.

Ação: 2.102 – Manutenção do Programa Saúde Bucal.

Do Elemento 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 7609/2016**

DECRETO Nº. 7.609, 02 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº.60/2016 – Pregão Presencial Nº. 21/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: RB Papelaria E Bazar - ME, com os itens: 3, 4, 6, 8, 11, 13, 15 a 18, 20, 22 a 26, 32, 33, 36, 37, 40 e 41, no valor de R\$ 1.278,82 (Um mil e duzentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos). Telecopy Equipamentos Ltda, com os itens: 1, 2, 5, 7, 9, 10, 12, 14, 19, 21, 28 a 31, 34, 35, 38, no valor de R\$ 16.230,31 (dezesesseis mil e duzentos e trinta reais e trinta e um centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.



Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7610/2016**

DECRETO Nº. 7.610, 02 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº.58/2016 – Pregão Presencial Nº. 20/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Agroindustrial Freitas Eireli - ME, com os itens: 1 e 6 no valor de R\$ 22.850,00 (Vinte e dois mil e oitocentos e cinquenta reais). Agropata Comercio de Equipamentos Ltda - EPP, com os itens: 2 e 5, no valor de R\$ 45.970,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e setenta reais). Jean Pyer Vivian Eireli - EPP com o item: 3, no valor de R\$ 2.185,00 (dois mil e cento e oitenta e cinco reais). Terra Viva Comercio e Representações Eireli- EP com o item: 4, no valor de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7611/2016**

DECRETO Nº. 7.611, 02 de Setembro de 2016.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO RESULTADO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 005/2015.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o resultado do Edital de Processo Seletivo Público nº. 005/2015 até 22 de Outubro de 2017, conforme previsto no Edital de Homologação do Concurso.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7612/2016**

DECRETO Nº. 7.612, 02 de Setembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DOS EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Orgânica Municipal, Art. 217.

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado conforme o Art. 217, da Lei Orgânica Municipal, que os equipamentos rodoviários municipais, deverão ter suas atividades suspensas a partir do dia 15/09/2016 até 02/10/2016.

Art. 2º. Não haverá prejuízo das demais atividades, ficando os funcionários obrigados a permanecerem no seu local de trabalho, durante todo o seu expediente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7613/2016**

DECRETO Nº 7.613, 02 de Setembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DA COSIP NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da COSIP, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 47.660,20 (Quarenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais e vinte centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 25 – Energia

Subfunção: 752 – Energia Elétrica.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.049 – Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0017 – COSIP R\$ 47.660,20

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0017 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7614/2016

DECRETO Nº. 7.614, 02 de Setembro de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub - função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

Do Elemento 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7615/2016

DECRETO Nº 7.615, 02 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DA INSTALAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO PARA INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Portaria nº 1813, de 11 de novembro de 2015 do Ministério de Estado da

Saúde que declara a Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e demais relacionadas à matéria.

Considerando a Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pelo MS em 12 de novembro de 2015;

Considerando a Diretriz Geral SNCC/2015 que cria o Sistema de Coordenação e Controle para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito.

Considerando a Diretriz SNCC nº 1 que orienta Estados e Municípios para a intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pelo Ministério da Saúde em 11 de novembro de 2015.

Considerando a Diretriz SNCC nº 2/2015 que orienta Estados e Municípios no emprego das Forças Armadas para a intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pelo Ministério da Saúde em 11 de novembro de 2015.

Considerando o número de casos registrados de dengue em 2015 no Estado de Santa Catarina, bem como do risco de introdução e disseminação de febre de chikungunya e zika vírus, e suas complicações dentre elas a microcefalia em recém nascidos, torna-se imprescindível a intensificação das ações de controle vetorial no município de Coronel Freitas, este considerado um dos municípios infestados pelo Aedes Aegypti.

Considerando que para o combate ao Aedes Aegypti é necessário o envolvimento de diversos setores da sociedade civil e múltiplos órgãos governamentais, além da mudança comportamental da população, estabeleceu-se o Plano Estadual de Intensificação das Ações de Mobilização e combate ao Mosquito Aedes Aegypti, alinhado ao Plano Nacional, para auxiliar Municípios na organização e execução de atividades com o propósito prioritário de reduzir a infestação e a possibilidade de ocorrência de epidemias de dengue, chikungunya e zika vírus no município de Coronel Freitas.

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a instalação da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, no período de 01/07/2016 à 31/12/2016 onde terá como sala física a unidade do CTA-DENGUE, situada na Rua Minas Gerais, nº 361, Centro, município de Coronel Freitas, email:combatedengue@coronelfreitas.sc.gov.br , telefone para contato nº (49) 3347-0098 e (49) 3347-1324.

Parágrafo Único. A Sala de Situação do município de Coronel Freitas terá como objetivos:

1. Planejar a execução das ações de mobilização e de combate ao mosquito em seu município;
2. Mobilizar pessoal, insumos, equipamentos e logística para a intensificação da campanha de combate ao mosquito;
3. Coordenar, monitorar e supervisionar a execução das ações de mobilização e combate ao mosquito em seu município;
4. Intensificar as ações de combate ao vetor;
5. Gerenciar os estoques de aduclidas e larvicidas;
6. Informar à Sala Estadual de Coordenação e Controle as necessidades logísticas para o pronto cumprimento da mobilização e combate ao mosquito;
7. Realizar os levantamentos de dados para os indicadores;
8. Consolidar dados e informações sobre a intensificação da campanha de combate ao mosquito;
9. Remeter dados às Salas de Coordenação e controle;
10. Integrar as equipes de agentes de endemias e comunitários de saúde nas atividades de mobilização e combate ao mosquito;
11. Engajar as equipes de saúde para a conscientização e orientação da população;
12. Envolver professores e alunos das instituições de ensino nas atividades de conscientização e orientação da população;

13. Envolver o Ministério Público e o Poder Judiciário na intensificação da campanha;  
 14. Incentivar a participação da sociedade civil organizada;  
 15. Conscientizar a sociedade sobre a importância da atuação de cada cidadão nos cuidados preventivos necessários para evitar a proliferação do mosquito nos ambientes;  
 16. Avaliar resultados da intensificação da campanha para orientar a continuidade das ações.

Art. 2º. A Coordenação da Sala de Situação para intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti, será de responsabilidade do servidor público municipal, Rafael Dal Cortivo.

Art. 3º. Serão membros participantes da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, as seguintes instituições representadas pelas seguintes pessoas:

Nome	Instituição
Mauri José Zucco	Prefeito Municipal de Coronel Freitas
Jaime Antonio Favareto	Defesa Civil do Município de Coronel Freitas
Alex Sandre Massolini	Secretaria Municipal de Saúde
Luis Carlos Oss	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
Claci De Fatima Glanert Mazetto	Secretaria Municipal de Educação
Clarice Ana Tessaro Zucco	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Nelcir João Zardo	Secretaria Municipal de Esportes
Alexandre Luiz Graciani	Secretaria Municipal de Agricultura
Marizete Casagrande	Secretaria Municipal de Assistência Social
Olir Malfatti	Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária
Cleomar Pagnussat	Agente de Saúde Pública, Vigilância Epidemiológica
Darlea De Cezaro	Enfermeira, Atenção Básica em Saúde
Guimar Alberto Silvestrim	Escoteiro
Alixandre Antonio Appi	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos -DMER
Eliane Bee Farias Bento	Monitor Social I, Cras

Art. 4º. As despesas com a organização e realização das atividades da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto N. 7.574/2016.

Gabinete do Prefeito, 02 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7616/2016

DECRETO Nº. 7.616 12 de Setembro de 2016.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 30 de Setembro de 2016, o cargo de Professora, ocupado pela servidora pública municipal Miriam Serraglio Dallagasperina, a pedido, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 1740629253 e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7617/2016

DECRETO Nº. 7.617, 16 de Setembro de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, em todas as repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 07 de Outubro de 2016.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7618/2016

DECRETO Nº. 7.618, 16 de Setembro de 2016.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Prorroga – a nomeação de Marizete Casagrande, para o cargo de Secretária de Assistência Social, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2079/2015 e suas alterações, de 01 de Outubro

de 2016 até 31 de Outubro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 7.494/2016.

Gabinete do Prefeito, 16 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7619/2016

DECRETO Nº. 7.619, 16 de Setembro de 2016.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CONVITES, TOMADAS DE PREÇOS, CONCORRENCIAS E LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Julgamento de Convites, Tomadas de Preços, Concorrências e Leilão, da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2016.

Art. 2º. A comissão criada por este Decreto será regida pelo disposto neste ato e pelas normas previstas na Lei Nº. 8.666/93.

Art. 3º. A referida Comissão é formada pelos seguintes membros: Flavia rolim de Moura, Cassiane Ficagna Carvalho, Clarice ana Tessaro Zucco, Sidney Gerson Rosalen, Paulo Cesar Strada, que sob a presidência do primeiro, designados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 1º. A designação de que trata o caput deste artigo será pelo prazo de 01 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente.

Parágrafo 2º. As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 4º. São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

- I - Autuar o processo licitatório quando da sua instauração;
- II - registrar os procedimentos nos livros próprios conforme prevê a Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21/06/93 e 8.883/94, de 08/06/94;
- III - elaborar o ato convocatório e a minuta do contrato;
- IV - enviar o ato convocatório e a minuta do contrato para apreciação pela assessoria jurídica do Município;
- V - providenciar a publicação do ato convocatório;
- VI - receber a documentação de habilitação;
- VII - julgar a documentação de habilitação;

VIII - julgar as propostas;

IX - após a conclusão do processo licitatório, encaminhar ao Executivo Municipal para homologação.

Art. 5º. A autenticação dos documentos dos processos licitatórios ficam restritos aos membros: Flávia Rolim de Moura.

Art. 6º. As sessões da Comissão Permanente de Licitação serão realizadas na sala de reuniões no paço municipal, sito à Avenida Santa Catarina, 1022, nos dias e horários previstos no ato convocatório do processo licitatório, podendo a Comissão funcionar com somente 03 (três) membros permanentes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 7.375/2015.

Gabinete do Prefeito, 16 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 7620/2016

DECRETO Nº. 7.620, 22 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº.61/2016 – Pregão Presencial Nº. 22/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: AP Oeste Distribuidora De alimentos LTDA, com os itens: 6 a 9 e 12 no valor de R\$ 5.004,25 (cinco mil e quatro reais e vinte e cinco centavos). Nutri SC Comércio De alimentos Ltda - ME, com os itens: 4,11,13,17 e 18, no valor de R\$ 4.979,80 (quatro mil e novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). SIPROLIMP – Simionato Produtos De Limpeza LTDA - ME com os itens: 1 a 3, 5, 10,14 a 16 no valor de R\$ 4.527,00 (quatro mil e quinhentos e vinte e sete reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.



**DECRETO Nº 7621/2016**

DECRETO Nº. 7.621, 22 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO COM RECURSO DO FUNDAM.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, com recurso do FUNDAM, no valor de R\$ 55.628,61 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana.

Programa: 0015 – Urbanização Da Cidade.

Ação: 1.057 – Asfaltamento de Vias Urbanas.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0024 – Aplicações Diretas R\$ 55.628,61

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 7622/2016**

DECRETO Nº. 7.622, 26 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 59/2016, CONCORRÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 6/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº.59/2016 – Concorrência para Compras e Serviços Nº. 6/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Incorporadora e Construtora Malfatti LTDA, com o item: 1 no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 7623/2016**

DECRETO Nº 7.623, 26 de Setembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO PDDE NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da PDDE, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 390,00 (Trezentos e noventa reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 365 – Educação Infantil.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0059 – PDDE R\$ 390,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0059 – Programa Dinheiro Direto Na Escola – PDDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

**LEI Nº 2.152/2016**

LEI MUNICIPAL Nº. 2.152, 09 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições

que lhe são conferidas por Lei

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Médica Do Servidor Municipal de Coronel Freitas, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.00–Fundo Municipal de Assistência Médica Do Servidor Municipal de Coronel Freitas .

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores.

Função: 10- Saúde.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica Do Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.153/2016**

LEI MUNICIPAL Nº. 2.153, 09 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Sec. Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12- Educação.

Sub-função: 361 – ensino fundamental

Programa: 0005 – todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.

Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 260.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que

trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.154/2016**

LEI MUNICIPAL Nº. 2.154, 16 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015 no orçamento do município, o valor de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais) e por anulação de dotação no valor de R\$ 634.310,00 (Seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos e dez reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.

Ação: 2.012 – Manutenção do Administrativo de Educação.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 259.000,00

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento De Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.051 – Manutenção da coleta e Destino do Lixo Urbano.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 365 – Educação Infantil.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.

Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 229.000,00

Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 321.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 56.300,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
Função: 08 – Assistência Social.  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
Programa: 0024 – Proteção Social Especial de Média Complexidade.  
Ação: 2.065 – Manutenção do Programa SCFV.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0652 – Aplicações Diretas. R\$ 10.010,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais), são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016 e para cobertura dos créditos suplementares por anulação de dotação no valor de R\$ 634.310,00 (Seiscentos e trinta e quatro mil e trezentos e dez reais), são provenientes de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade: 06.02 – Departamento De Transportes e Obras.  
Função: 26 – Transporte.  
Sub-função: 782– Transporte Rodoviário.  
Programa: 0013 – Estradas Vicinais.  
Ação: 1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 100.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
Função: 12 – Educação.  
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.  
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
Ação: 1.009 – Construção e Reforma das Quadras Esportivas nas Escolas.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
Função: 12 – Educação.  
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.  
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
Ação: 1.011 – Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino Infantil e Fundamental.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
Função: 12 – Educação.  
Sub-função: 365 – Educação Infantil.  
Programa: 0008 – Creches – Auxiliando as Famílias.  
Ação: 1.031 – Construção de Creches.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
Função: 12 – Educação.

Sub-função: 364 – Educação Superior.  
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
Ação: 2.013 – Atendimento alunos do 2º  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. De Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade: 04.05 – Departamento De Educação.  
Função: 12 – Educação.  
Sub-função: 366 – Educação de jovens e Adultos.  
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.  
Ação: 2.015 – Educação de Jovens e Adultos.  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade: 06.02 – Departamento De Transportes e Obras.  
Função: 26 – Transporte.  
Sub-função: 122– administração Geral.  
Programa: 0013 – Estradas Vicinais.  
Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais..  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 180.000,00  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 40.000,00

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito.  
Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete.  
Função: 04 – Administração.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior.  
Ação: 2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 110.000,00

Órgão: 05.00 – Sec. De Agricultura e Meio Ambiente.  
Unidade: 05.01 – Departamento De Agricultura.  
Função: 20 – Agricultura.  
Sub-função: 606 – Extensão Rural.  
Programa: 0010 – Agricultura.  
Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas . R\$ 90.000,00

Órgão: 11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.  
Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.  
Função: 04 – Administração.  
Sub-função: 122– Administração Geral.  
Programa: 0031 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço.  
Ação: 2.056 – Manutenção da Secretaria.  
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
Função: 08 – Assistência Social.  
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
Ação: 1.074 – Aquisição de Veículo, Imobilizado Geral e Equipamentos.  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 1.250,00  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0652 – Aplicações Diretas R\$

10.010,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 1.077 – Construção de Prédio do CRAS.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 500,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 241 – Assistência ao Idoso.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 1.078 – Construção de um Centro Dia para Idosos.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 225,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente.  
 Programa: 0024 – Proteção Social Especial de Média complexidade.  
 Ação: 2.063 – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento do PSC/LA.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0024 – Proteção Social Especial de Média Complexidade.  
 Ação: 2.065 – Manutenção do Programa SCFV.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 3.650,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0025 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade.  
 Ação: 2.067 – Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 14.800,00  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 5.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social  
 Função: 08 – Assistência Social  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.071 – Implantar o Programa de Monitoramento e Avaliação Informatizado.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social  
 Função: 08 – Assistência Social  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.073 – Manutenção do CRAS/PAIF.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$

3.500,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.074 – Implantação da Cooperativa de Reciclagem de Lixo.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 125,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.075 – Programa de Atenção a Mulher.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 500,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.076 – Apoio as Organizações Comunitária.  
 Elemento: 3.3.50.0000000000.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 250,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0026 – Atenção Integral a Família.  
 Ação: 2.077 – Programa de Inclusão Produtiva e Projetos de Enfrentamento à Pobreza.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 250,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 2.080 – Dinamizar o CRAS.  
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 5.000,00

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
 Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.  
 Função: 08 – Assistência Social.  
 Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.  
 Programa: 0023 – Proteção Social Básica.  
 Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.  
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 5.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.  
 Mauri José Zucco  
 Prefeito Municipal



**LEI Nº 2.155/2016**

LEI MUNICIPAL Nº. 2.155, 16 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301– Atenção Básica.

Programa: 0021 – Saúde Bucal.

Ação: 2.102 – Manutenção do Programa Saúde Bucal.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 182.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.084 – Manutenção do Programa das ACS.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0064 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0064 – Aplicações Diretas. R\$ 170.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde,

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301– Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 1.081 – Construção do ESF IV.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 1.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301– Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 1.085 – Construção de garagem para veículos da saúde.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 28.500,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301– Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para todos.

Ação: 2.082 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em geral.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 25.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0019 – Saúde para todos.

Ação: 2.083 – Aquisição de Medicamentos.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 150.000,00

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0032 – Saúde Mental.

Ação: 2.103 – Implantar o CAPS com parceria de outros municípios.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Aplicações Diretas. R\$ 2.500,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.156/2016**

LEI MUNICIPAL Nº. 2.156, 15 DE SETEMBRO DE 2016.

cria O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico no âmbito do Município de Coronel Freitas/SC, com fundamento na Lei Federal nº 11.445/2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”.

Art. 2º O Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico instituído por essa lei é um órgão colegiado de caráter consultivo na formulação, planejamento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico:

- I – debater e fiscalizar a Política Municipal de Saneamento Básico e a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II – diagnosticar a situação e prestar as informações necessárias para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III - encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviços;

§1º As competências do Conselho aplicam-se a base territorial do Município de Coronel Freitas/SC.

§2º O Município fornecerá ao Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§3º O Conselho deve atuar com autonomia, sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato de seus membros.

§4º A reunião do Conselho será pública e seu agendamento deverá ser divulgado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias nos meios de divulgação do Município.

§5º Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§5º A nomeação de seus membros será realizada pelo Prefeito Municipal através de decreto.

Art. 4º O Conselho será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

IV - 01 (um) representante da Associação Empresarial e Comercial de Coronel Freitas/SC - AECCF;

V - 01 (um) Estudante de curso superior (3º grau), que tenha interesse em participar;

VI - 02 (dois) habitantes com no mínimo 02 anos de residência no Município que tenham interesse em participar representando os cidadãos enquanto pessoa física.

§1º Os membros descritos nos incisos I, II, III deste artigo são de nomeação obrigatória pelo Prefeito Municipal, enquanto os demais são facultativos, devendo o Conselho funcionar mesmo que não tenham interessados em participar como representantes dos incisos IV, V e VI.

§2º O presidente será escolhido pelos próprios membros.

Art. 5º A atuação no Conselho de Controle Social de Saneamento Básico é considerada atividade de relevante interesse público, não cabendo qualquer espécie de remuneração aos seus membros.

Art. 6º As reuniões do Conselho de Controle Social de Saneamento Básico serão realizadas ao menos uma vez a cada 03 meses e as extraordinárias sempre que convocadas por seu Presidente ou por um terço de seus membros.

Art. 7º É assegurado ao Conselho de Controle Social de Saneamento Básico o acesso a quaisquer documentos e informações produzidas por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, observado o disposto no § 1º do artigo 33 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

Art. 8º Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de custeio por parte do Poder Público.

Art. 9º Aplica-se subsidiariamente a esta Lei os dispositivos das Leis Federais nº 6.938/1981, nº 11.445/2007 e 12.305/2010, bem como aos Decretos Federais nº 7.217/2010 e nº 7.404/2010.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Setembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 162, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 162, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL PARA ANALISAR, REVISAR E ATUALIZAR AS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação e Atualização das Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico que trata a Lei Municipal nº 590, de 06 de dezembro de 2012, composta pelos seguintes membros:

- 1) Evandro Belatto – Sec. Mun. De Adm., Planej. E Finanças
- 2) Katia Ramos de Amaral - Chefe de Gabinete
- 3) Gilson Eduardo Pahl - Engenheiro Agrônomo.
- 4) Geneci da Costa Pertussatti – Fiscal de Tributos.
- 5) Talita Scheffer Gitrone – Enfermeira
- 6) Cleusa Menegat Belatto – Agente de Combate à Endemias.

Art. 2º. A Comissão ora constituída, para fazer a atualização das metas, deverá fazer:

I - o levantamento das ações executadas ou não no PMSB ligadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II – o levantamento dos resultados financeiros no Município;

III – a revisão das projeções populacionais;

IV – o levantamento da evolução dos indicadores de saneamento, nos termos da Lei nº 590/2012, até o prazo de 16 de setembro de 2016 para após fazer a consolidação dos relatórios de acompanhamento e redistribuição de metas do PMSB e aprovação em forma de Lei ou Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins (SC),  
14 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 165 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 165 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

#### Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	65	01.0000	500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 500,00 (quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	63	01.0000	500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 14 de setembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 155 DE 01 DE SETEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 155 DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público nº. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. MARIZETE PASA DO PRADO, para exercer o Cargo de SERVENTE – 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 – Serviços Operacionais – SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de setembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 156 DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 156 DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público nº. 001/2013;

DECRETA:



Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), a Sra. SIDINEIA bIAZIN, para exercer o Cargo de SERVENTE – 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 – Serviços Operacionais – SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 157 DE 05 DE SETEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 157 DE 05 DE SETEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de processo seletivo 001/2015;

Considerando o gozo de licença prêmio da servidora Sr.<sup>a</sup> Rute de Jesus Balen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora - Área III, pelo período de 01/09/2016 a 30/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através do edital de processo seletivo 001/2015, a servidora abaixo relacionada, iniciando as atividades em 05/09/2016 até 30/09/2016, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
Munique Gallina	PROFESSORA ÁREA II – SERIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA	20hrs

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 05 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 167, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 167, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O ESCALONAMENTO DA REVISÃO DE VENCIMENTOS PREVISTA NA LEI MUNICIPAL N. 676/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando as disposições e limites rígidos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal em relação aos gastos com pessoal e encargos sociais visando o equilíbrio financeiro e orçamentário e ainda o ajuste do fluxo de caixa dos entes federativos;

Considerando que é imprescindível a adequação das despesas à receita, sob pena de resultar em déficit financeiro e/ou orçamentário ao

final do exercício;

Considerando as dificuldades financeiras decorrentes da crise interna e externa do País, que afetam os setores produtivos, com consequente queda da arrecadação de receitas nas três esferas governamentais, incluído o Estado de Santa Catarina e também o Município de Coronel Martins;

DECRETA:

Art. 1º A parcela relativa à revisão geral na ordem de 5,50% prevista para este mês de setembro de 2016 conforme disposições da Lei Municipal n. 676/2016, de 04 de abril de 2016, ficará restrita aos servidores efetivos, admitidos em caráter temporário e ocupantes de cargo em comissão, não abrangendo os Agentes Políticos vinculados ao Poder Executivo (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 15 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 149, DE 12 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº. 149, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA COBRIR DESPESAS URGENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 236/2003, pelos artigos 28 e 44 da Resolução do Tribunal de Contas Nº 16/94, pelos artigos 65 e 68 da Lei 4.320, e pelo artigo 7º do ato das Disposições Organizacionais Transitórias da Lei Orgânica Municipal do Município, e pelos § 3º e 4º do artigo 40, § 3º e 4º do artigo 47, artigo 48 e 54 da Lei nº 234/2003, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Responsáveis pelo Regime de Adiantamento de Recursos para cobrir despesas urgentes relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde – FUNSAU os Servidores Mareci Antonio Alvaristo– Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública e Marivania de Oliveira Silva – Diretora Geral dos Serviços de Saúde Preventiva, para efetuarem pagamentos de despesas consideradas urgentes, nos termos de Legislação em vigor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial ao decreto nº. 018 de 08 de Janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 12 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 151 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº. 151 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor

3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	01.0052	2.000,00
-----------------	--------------------	----	---------	----------

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	66	01.0052	2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 24 de agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 152 DE 30 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº. 152 DE 30 DE AGOSTO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	01.0052	2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	66	01.0052	2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 30 de agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 153 DE 31 DE AGOSTO DE 2016.**

DECRETO Nº. 153 DE 31 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Marli Borges, ocupante de cargo Temporário de Servente, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 31 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 154 DE 05 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 154 DE 05 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.027,53 (um mil, vinte e sete reais e cinquenta e três centavos) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	84	0613	1.027,53

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.027,53 (um mil, vinte e sete reais e cinquenta e três centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0613 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 05 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 158 DE 06 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 158 DE 06 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção Bloco Repasse do Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0267	1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção Bloco Repasse do Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0267	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 06 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 159 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 159 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço aos servidores públicos efetivos abaixo relacionados, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Edenilce Pagnoncelli Chittó	02/09/1996	7%	8%
Claudimar Antonio Mores	01/09/2003	1%	2%
Veldecir de Souza	01/09/2009	1%	2%
Volnei Bottega	01/09/2009	1%	2%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 14 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 163 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 163 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 14 de setembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 164 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 164 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 574,12 (quinhentos e setenta e quatro reais e doze centavos) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	01.0052	574,12

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 574,12 (quinhentos e setenta e quatro reais e doze centavos) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	75	01.0052	574,12

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 14 de setembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 166 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 166 DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção do Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0267	9.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção do Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0067	9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 14 de setembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº. 170 DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 170 DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	01.0052	2.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	66	01.0052	2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 28 de setembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 171 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 171 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Munique Gallina, ocupante de cargo Temporário de PROFESSORA ÁREA II – SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de outubro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº. 174 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 174 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0001	13.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	19	01.0001	12.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	21	01.0001	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 05 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 175 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 175 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22	01.0001	8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	01.0001	8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 05 de outubro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 147 DE 04 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº 147 DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Vanderlei Erculino Consoli, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista, do Município de Coronel Martins/SC, para prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir do mês de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 04 de agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 148 DE 04 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº. 148 DE 04 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 80 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

Considerando a Portaria nº 102 de 13 de junho de 2016 que designa o Servidor ao mosquito Aedes Aegypti no Município.

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. EGIDIO REGINATTO, ocupante do cargo de Vigia, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude da prestação de seus serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos retroativos a partir de junho de 2016 a setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 04 de Agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 149 DE 04 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº. 149 DE 04 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 80 da Lei Complementar 040/2014 de 29 de Abril de 2014, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade ao Servidor Público Municipal, Sr. VANDERLEI ERCULINO CONSOLI, ocupante do cargo de Motorista, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, em virtude da prestação de seus serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de agosto de 2016 a setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 04 de Agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 150 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 150 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Sandra Regina Farinella Biazin, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Assessora de Secretaria, por um período de 05 (cinco) dias, a partir do dia 08 de agosto a 12 de agosto de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 08 de agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 151 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 151 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Maria Nilce Marmentini Somavila, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 08 de agosto a 17 de agosto de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 08 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 152 DE 08 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº. 152 DE 08 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/08/2016 à 30/08/2016.

Nome Cargo Referência  
Josiane Silvestre Auxiliar de Saúde Bucal 02/06/2015 a 01/06/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 08 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 153 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 153 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando que a Servidora Sra. Priscila Debastiani de Barros, contratada temporariamente para desempenhar suas funções junto à Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, necessitou ausentar-se na data de 08/08/2016 por motivos de saúde;

Considerando que a Servidora Sra. Rafaela Nischak dos Santos Marconssoni, ocupante do Cargo Efetivo de Farmacêutica, encontra-se em gozo de férias;

Considerando a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Saúde Sra. Fabiane Knispel Burato;

Considerando que a Unidade Básica de Saúde do Município não pode ficar desassistida deste profissional;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno da Servidora, Sra. Rafaela Nischak dos Santos Marconssoni, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica, no dia 08 de agosto de 2016, em virtude da falta de profissional justo à Unidade Básica.

Parágrafo único – Este dia poderá ser compensado após o período de gozo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 08 de agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 154 DE 12 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº. 154 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:  
01 – Para gozo de 10 (dez) dias no período de 22/08/2016 à 31/08/2016.

Nome Cargo Referência  
Marivânia de Oliveira Silva Diretora Geral dos Serviços de Saúde Preventiva 01/04/2015 a 31/03/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 12 de agosto de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 155 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 155 DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**REQUISITA:**

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Mareci Antonio Alvaristo, ocupante do Cargo de provimento em Comissão de, a partir do dia 15 de agosto de 2016, para que faça a transmissão de dados e produção da Secretaria Municipal de Saúde para o Ministério da Saúde, conforme solicitação e justificativa (anexa) da Secretária Municipal de Saúde Sra. Fabiane Knispel Burato.

Parágrafo único – O restante do período das férias será gozado em outra data a ser definida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 08 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 156 DE 15 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA Nº. 156 DE 15 DE AGOSTO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, nos períodos e referências que especificam.

01 – Para gozo de 35 (trinta e cinco) dias no período de 15/08/2016 à 19/09/2016.

Nome Cargo Referência  
Aldinha Carmen Severgnini Técnica em Contabilidade 03/1995 a 03/2000  
03/2003 a 03/2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 15 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 157 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 157 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Loreni Castro dos Santos, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Servente, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 15 de agosto a 24 de agosto de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 15 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 159 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 159 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**REQUISITA:**

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Ivair Carlos Baldissera, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, no do dia 19 de agosto de 2016, o dia todo, para participar importante reunião de trabalho, conforme cópia do Ofício Cir. nº 020/2016 (anexa) para convocação urgente, no auditório da ADR de Xanxerê, apresentado pela Secretária Municipal de Saúde Sra. Fabiane Knispel Burato.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias, em dia subsequente ao do Término previsto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 19 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

# Corupá

## PREFEITURA

### **ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO 163/16**

#### **I - ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO**

##### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2016**

O Presidente da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, errata referente ao extrato de contrato nº 163/2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios – SC, no dia 11/10/2016 edição nº 2100.

Onde se lê:

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 12.474,68 (quatorze mil quatrocentos e setenta e quatro reais sessenta e oito centavos).

Leia-se:

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 12.474,68 (doze mil quatrocentos e setenta e quatro reais sessenta e sessenta e oito centavos).

Corupá, 13 de outubro de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Presidente da Comissão de Licitação.

### **ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO 166/16**

#### **I - ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO**

##### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2016**

O Presidente da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, errata referente ao extrato de contrato nº 166/2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios – SC, no dia 11/10/2016 edição nº 2100.

Onde se lê:

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$45.959,00 (Quarenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais).

Leia-se:

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$45.959,00 (Quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e nove reais).

Corupá, 13 de outubro de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Presidente da Comissão de Licitação.

### **ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2016**

#### **I - ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO**

##### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2016**

O Presidente da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, errata referente ao extrato de contrato nº 167/2016 publicado no Diário Oficial dos Municípios – SC, no dia 11/10/2016 edição nº 2100.

Onde se lê:

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 18.454,93 (Trinta mil e oitocentos e vinte e dois reais e dezoito centavos).

Leia-se:

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 18.454,93 (Dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos).

Corupá, 13 de outubro de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Presidente da Comissão de Licitação.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2016

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, situada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos – SC, será realizada a Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço global, para a execução do objeto abaixo descrito. A Licitação será regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores, e subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.2 - Os documentos para habilitação, bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da empresa, e o número da licitação, e o tipo de envelope – proposta de preço ou habilitação), às 13:30 horas do dia 26 de Outubro de 2016, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação. O início da sessão ocorrerá às 15:00 horas do dia 26 de Outubro de 2016, na sala de Reunião do Setor de Licitações e Contratos.

1.3 - Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.3.1. – Termo de Referência - Anexo I.

1.3.2. - Formulário Padronizado de Proposta - Anexo II.

1.3.3 – Modelo Declaração do licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 – Anexo III.

1.3.4 - Modelo de Declaração de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação - IV.

1.3.5 – Modelo de Carta de Credenciamento – Anexo V

1.3.6 – Modelo de Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação – Anexos VI.

1.3.7 – Modelo de Declaração de que é “microempresa ou empresa de pequeno porte” - Anexo VII.

1.3.8 – Minuta de Contrato.

2 - DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Reestruturação e Modernização para a Gestão Territorial, Fiscal e Tributária Municipal conforme especificações e características contidas no presente anexo, parte integrante e indivisível do Edital da licitação.

Obs: Os serviços deverão ser realizados por empresas autorizadas e/ou especializadas. Não é permitido subestabelecer encargos.

Curitibanos, 13 de Outubro de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 171/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 171/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TACÓGRAFOS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA USO NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTES, OBRAS, VICINAIS E MEIO AMBIENTE, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 26/10/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 26/10/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 13 de Outubro de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira.

Contratado: Mecânica Budega – Adilson & Anice Ltda.

Objeto: Fornecimento de peças, para manutenção dos veículos utilizados no Transporte Escolar... Origem: Processo Licitatório 042/2016 - Pregão: 042/2016. PMDC. (Por esse instrumento fica aditivado o valor previsto de aquisição do ITEM 003 - Fornecimento de peças em 15% do Valor no contrato principal - Valor R\$ 6.210,00. Dionísio Cerqueira - 13/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 101/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira.

Contratado: Dallagnol e Gasperin Com. de Mat. de Construção Ltda.

Objeto: Aquisição de reservatório de água capacidade 20.000 litros para o sistema de abastecimento na Linha Gleba União, interior do Município... Origem: Processo Licitatório 119/2016 - Tomada e Preço: 119/2016. PMDC. - Valor R\$ 14.800,00. Vigência: 14/10/2016 à 14/11/2016 - Dionísio Cerqueira - 14/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE CREDENCIAMENTO.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: .062/2016

MODALIDADE: Edital de Credenciamento nº .062/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a partir das 08:00 horas do dia 17/10/2016 o PROCESSO Nº 062/2016 – Para credenciamento – OBJETO: Prestação de serviços na área de fisioterapia, destinados aos pacientes do Município, através de clínicas de Fisioterapia em alterações obstétricas, neonatais e uroginecologias, em alterações pneumo-funcionais, disfunções músculo esquelético e alterações em neurologia Valor: R\$ 17,00 (Dezessete reais) por seção. Vigência: 31/12/2016. N.413.

Dionísio Cerqueira, 14/10/2016

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo Pregão nº 038/2016, Processo 038/2016, Objeto: Aquisição de móveis para a Cozinha do Hospital Municipal . Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 27/10/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.41.Dionísio. Cerqueira, 14/10/2016.

Maria C. Wagner Schirmbech. – Gestora do HMDC

### PROCESSO SELETIVO 002\_2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA – ENSALAMENTO – Retificado\*

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Sr. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, torna público o ENSALAMENTO dos candidatos, cujas inscrições foram homologadas, para os cargos previstos no Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, e informa que:

1. DATA DA PROVA: 29 de outubro de 2016.

2. HORÁRIO: das 09h30min às 12 horas.

3. ABERTURA DOS PORTÕES: às 08h30min.

4. FECHAMENTO DOS PORTÕES: às 09h10min.

5. LOCAL DE PROVA: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA DR. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, nº 380, Avenida Adelino Mangini esquina com a rua Nilson Verona, Dionísio Cerqueira – SC. (Alterado conforme 1ª Retificação de 13.10.2016)

## SALA 01 - 26 candidatos

Auxiliar de Serviços Gerais - Letra A até I			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	440302	Adriana De Oliveira	SALA 01
2	443149	Adriana Chaves De Jesus	SALA 01
3	440894	Ana Cris Binsfeld	SALA 01
4	441706	Ana Paula Amaro	SALA 01
5	442682	Andressa Silva Duarte	SALA 01
6	441177	Clelia Fraide	SALA 01
7	439997	Cristiani Da Costa Silva	SALA 01
8	441555	Dayane Barbosa	SALA 01
9	443183	Denise Rodrigues Da Silva	SALA 01
10	441248	Edilaine De Fatima Graminha	SALA 01
11	440634	Edina Sinara Fernandes Finger	SALA 01
12	444734	Elisa Santos	SALA 01
13	444732	Elizete Bueno Portes	SALA 01
14	440775	Eliziane De Fatima Da Costa	SALA 01
15	444060	Eliziane Marlete Renner	SALA 01
16	441591	Elton Jose Eberhard	SALA 01
17	442182	Erecilda Fatima Waldraff Morandin	SALA 01
18	440488	Erineide De Arruda Motta	SALA 01
19	440925	Ester Nascimento Da Silva	SALA 01
20	444685	Eunice Lopes Leal De Lara	SALA 01
21	440792	Everaldo Mateus Morais Alves	SALA 01
22	442688	Fabio Bon Da Costa	SALA 01
23	440604	Gessica Gois Perins	SALA 01
24	446199	Girlene Andrade Brum	SALA 01
25	439703	Ivania Martello Silveira	SALA 01
26	442305	Ivanilda Aparecida Pimentel Rodrigues	SALA 01

## SALA 02 - 27 candidatos

Auxiliar de Serviços Gerais - Letra J até R			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	440812	Jane Ribeiro Dias	SALA 02
2	442333	Jaqueline Bohnenberger Prado	SALA 02
3	441052	Jean Oliveira Da Silva	SALA 02
4	441129	Jeferson Felipe Brites	SALA 02
5	445986	Jeferson Luiz Costenaro	SALA 02
6	442760	Josiane da Silva Maier	SALA 02
7	440895	Juciane Mantovani Prunzel	SALA 02
8	440924	Juliana Santos	SALA 02
9	444400	Lacir Do Nascimento	SALA 02
10	442690	Leticia Oliveira Antunes	SALA 02
11	444873	Marcia Aparecida Chzuchmann	SALA 02
12	443633	Marcilei Elanir Roos	SALA 02
13	445886	Maria Cleci De Camargo	SALA 02

14	443095	Maria Lucia De Christo	SALA 02
15	444133	Marilei Kaisekamp Bino	SALA 02
16	446351	Marines Chiogna	SALA 02
17	438801	Marines Alves Ferreira	SALA 02
18	440432	Marli Pires Da Silva	SALA 02
19	440319	Miria De Souza Amaral	SALA 02
20	440286	Monica Samara Gomes	SALA 02
21	439819	Nelson Mendes da Silva Andrade	SALA 02
22	445877	Noeli Fatima Do Nascimento	SALA 02
23	446217	Patricia Dos Santos Iesqui	SALA 02
24	439853	Raquel Roberto Da Silva Castillo	SALA 02
25	446202	Rilde Rosa Dutra De Campos	SALA 02
26	442188	Rosa Gomes	SALA 02
27	444976	Roselaine De Oliveira Mendes	SALA 02

## SALA 03 - 26 candidatos

--	--	--	--

## Auxiliar de Serviços Gerais - Letra R até Z

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	443087	Rosenilda De Melo	SALA 03
2	439313	Rosenilda Dos Santos Bettin	SALA 03
3	443626	Rozeli Do Couto	SALA 03
4	444705	Sandro Bohnenberger	SALA 03
5	439480	Silvana Guadalupe Fernandes	SALA 03
6	445024	Simone Argenta	SALA 03
7	441049	Solange Rodrigues	SALA 03
8	444726	Tatiane Do Couto	SALA 03
9	440855	Vanderlei Cardoso Amaro	SALA 03
10	443126	Vanusa Severio Correa	SALA 03
11	442366	Viviane Sutel Maier	SALA 03
12	445832	Zanete Norberto	SALA 03
13	444691	Zenir Martins Maciel Da Costa	SALA 03

## Monitor de Creche - Letra A

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	445734	Adriane Alberton	SALA 03
2	444680	Adriane Ines Klein Barroni	SALA 03
3	444966	Adriely Dressler	SALA 03
4	445808	Alexsandra Barbosa Moura	SALA 03
5	441122	Aline Caroline Da Silva	SALA 03
6	440746	Aline Lilian Putrick	SALA 03
7	440566	Aline Mieres Pazini	SALA 03
8	440326	Alzemara Helena Carminatti Do Nascimento Delgado	SALA 03
9	443203	Ana Andrea Pessoa	SALA 03
10	443376	Ana Paula Paini	SALA 03
11	443251	Andreia De Carli	SALA 03
12	445251	Andressa Regina Do Nascimento	SALA 03
13	445744	Angela Maria Oliveira	SALA 03

## SALA 04 - 28 candidatos

Monitor de Creche - Letra B até G			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	442185	Bernadete Roberta Taglian	SALA 04
2	443766	Bernardete Mallmann	SALA 04
3	446336	Bruna Leticia Zich Gaspar	SALA 04
4	445991	Camila Gomes De Oliveira Welter	SALA 04
5	446258	Camila Tais Bina	SALA 04
6	445806	Carla Roberta Mendanha Bruno Roberta	SALA 04
7	446248	Celia Domingues Woiciekoski	SALA 04
8	445644	Cibeli Karine De Bairro Terra	SALA 04
9	445424	Claudete Marinez Pinheiro Conterno	SALA 04
10	438410	Claudia Reichert	SALA 04
11	442851	Clecimara Soares Dos Santos	SALA 04
12	446321	Cleonir Pereira Dos Santos Almeida	SALA 04
13	441564	Crisliane Vasques Dos Santos	SALA 04
14	439218	Cristina Zanardi	SALA 04
15	444118	Daniela Rodrigues Weiss Ramos	SALA 04
16	446206	Deisiane Beatriz Stefan	SALA 04
17	440623	Eliane Verfer Chies	SALA 04
18	444082	Elis Cristina De Moraes Padilha	SALA 04
19	443768	Elizane Rosa Sapper	SALA 04
20	438531	Erojane Gage	SALA 04
21	446015	Ester Claudia Schenkel	SALA 04
22	444032	Fernanda Cristina Reichert	SALA 04
23	445659	Gabrieli Beal Siminkoski	SALA 04
24	444404	Geni Alves Dos Santos	SALA 04
25	443248	Gessica Pricila Leite	SALA 04
26	444100	Giovana Correa De Lima	SALA 04
27	445829	Gizeli Caroline Da Costa	SALA 04
28	438825	Graciele Binsfeld	SALA 04

## SALA 05 - 26 candidatos

Monitor de Creche - Letra I até S			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	445305	Ivonete Teresinha Dos Santos	SALA 05
2	442397	Janinha De Fatima Meneguel	SALA 05
3	446203	Jessica Daiane De Campos Stefan	SALA 05
4	443133	Juciane De Almiron Banfi	SALA 05
5	441409	Juliane Maria De Souza	SALA 05
6	439984	Keila Mara Silva Moraes	SALA 05
7	445376	Kelli De Moura Matteus	SALA 05
8	439906	Ketlin Schuler	SALA 05
9	440983	Leidiane De Oliveira	SALA 05
10	442756	Leticia Adriana Roesler	SALA 05
11	443559	Liciane Hart	SALA 05

12	444585	Luana Hoffmann Vidi	SALA 05
13	442378	Luiza Andrea Mariano	SALA 05
14	440242	Maiara May Nava	SALA 05
15	444579	Marcia Juliana Goes De Lima	SALA 05
16	446197	Maria Luiza Leorato Marques Da Silva Faquinello	SALA 05
17	445594	Marlene Eggres	SALA 05
18	446254	Marta Regina Woiciekoski Machado	SALA 05
19	443954	Milena Teobaldi	SALA 05
20	445801	Neli Battisti	SALA 05
21	444717	Paola Caroline Barp	SALA 05
22	444403	Patricia Jaqueline Schneider	SALA 05
23	444885	Poliana Teobaldi	SALA 05
24	443219	Regiane Cristina Krieger	SALA 05
25	445871	Shaiane Do Nascimento De Lima	SALA 05
26	440387	Silvia Maiara Machado	SALA 05

## SALA 06 - 27 candidatos

Monitor de Creche - Letra T até V			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	444774	Tainara Sibeli Da Costa	SALA 06
2	442289	Tatiane Henicka De Vargas	SALA 06
3	440392	Thais Aparecida Hart Ribeiro	SALA 06
4	443475	Vanessa Da Silva Camargo	SALA 06
5	442727	Vera Marilei Becker Becker	SALA 06
6	443167	Viviane Kuntz	SALA 06
7	446276	Viviane Marcelino	SALA 06

## Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	445821	Andrieli Tainara Tomazi	SALA 06
2	442583	Claudimiro Camargo	SALA 06
3	444724	Debora Dos Santos	SALA 06
4	441028	Giovane Oliveira Da Silva	SALA 06
5	439764	Guilherme Matheus Christo	SALA 06
6	438287	Helena Kollenberg	SALA 06
7	441509	Jose Henrique Ties	SALA 06
8	442278	Jusiane De Oliveira Siqueira	SALA 06
9	441256	Marcelo Assuncao De Camargo	SALA 06
10	440000	Mateus Bruch De Araujo	SALA 06
11	444405	Mateus Rodrigo Leidens	SALA 06
12	440268	Sander Celio Santos Da Silva	SALA 06
13	440310	Thais Fernanda De Moraes Siqueira	SALA 06
14	446300	Valdir Leus Ribeiro Hart Filho	SALA 06

## Professor de Artes – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	444899	Andreia Ribeiro Marconsoni	SALA 06

2	443660	Andressa Carolini Johann	SALA 06
3	444765	Fabiane Goncalves	SALA 06
4	444761	Grasiela De Campos	SALA 06
5	440230	Heric Gabriel Vieira Dos Santos	SALA 06
6	445257	Julio da Silva Camargo	SALA 06

## SALA 07 - 26 candidatos

Professor de Séries Iniciais - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	444712	Ana Carla Bortolini	SALA 07
2	440391	Ana Claudia Hart Ribeiro	SALA 07
3	444052	Andressa Sagrillo	SALA 07
4	443309	Cassia Erica De Freitas	SALA 07
5	443435	Cleureci Goncalves Fortes Siqueira	SALA 07
6	445738	Edimilson Portes De Moura Da Silva	SALA 07
7	441505	Elisa Dalla Vecchia Urban	SALA 07
8	440436	Epiphania Aparecida Barleta	SALA 07
9	440023	Erinea Duarte	SALA 07
10	439314	Estefani Doss	SALA 07
11	441203	Fernanda Aparecida Lovis	SALA 07
12	438260	Gabriely De Coll	SALA 07
13	441294	Ivarlei Borsato	SALA 07
14	443468	Ivonete De Camargo Pavin	SALA 07
15	446177	Ivonete Do Carmo Rosa	SALA 07
16	444037	Joseane Batista	SALA 07
17	442255	Lidiane Fatima Jacomelli Zuffo	SALA 07
18	439739	Lusenmara Lima Da Rosa	SALA 07
19	442569	Maieli Nicole Kerkhoven	SALA 07
20	444039	Marcia Aparecida De Godoi	SALA 07
21	444985	Marilei Petry	SALA 07
22	440744	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	SALA 07
23	444838	Marli Zorzi	SALA 07
24	439770	Patricia De Camargo	SALA 07
25	444134	Rosenilda Da Silva	SALA 07
26	441159	Tainara Borges Faquinello	SALA 07

## SALA 08 - 26 candidatos

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado - Letra A até K			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	439061	Aline Beal	SALA 08
2	440403	Ana Carolina Medina Medina	SALA 08
3	438433	Ana Claudia De Lara	SALA 08
4	443894	Bruna Cecilia Pauli	SALA 08
5	443573	Claudinara Da Silva	SALA 08
6	439056	Claudineia Conforti	SALA 08
7	440694	Cleonara De Lima Vieira	SALA 08
8	439048	Cristieli Karla Lauxen	SALA 08

9	440636	Dananja Ardenghi	SALA 08
10	444681	Debora Cristina Kunh	SALA 08
11	446287	Debora Medeiros De Souza	SALA 08
12	442758	Emilia Roziane Bronstrup	SALA 08
13	445797	Fabiane Cristina Marques Da Silva	SALA 08
14	444554	Fernanda Iarai Wajand	SALA 08
15	439051	Fernanda Urban	SALA 08
16	445973	Geovani Maria Andrade Brum	SALA 08
17	441440	Gilvana Loff Cenci Cenci	SALA 08
18	440829	Gizeli Dos Santos	SALA 08
19	444652	Ilda Teresinha Boscato	SALA 08
20	440103	Ivanilde Lourdes Mees Liesenfeld	SALA 08
21	444042	Ivete Maria Von Dentz	SALA 08
22	441508	Jessica Liciane Schenkel Roos	SALA 08
23	440854	Josiane Bolico Da Silva	SALA 08
24	445937	Juliane Perosso Kempka	SALA 08
25	440358	Karine Andrea Liesenfeld	SALA 08
26	440937	Kettlyn Iamaia Silva	SALA 08

## SALA 09 - 28 candidatos

--	--	--	--

## Professor de Artes - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	444676	Andreia Aparecida Agatti	SALA 09
2	444889	Barbara Zanini	SALA 09
3	444163	Denize Cristina Dias	SALA 09
4	439967	Edson Daniel Siqueira Da Veiga	SALA 09
5	439817	Geni De Almeida Gaipe	SALA 09
6	441045	Marizane Cavalheiro Martins Avila	SALA 09
7	439328	Tauana Benini Schwinn	SALA 09
8	443923	Vilson Jose Prestes	SALA 09

## Professor de Educação Infantil - Não Habilitado - Letra L até Z

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	440980	Lais Tatiane Pereira De Oliveira	SALA 09
2	445773	Luana Deckann	SALA 09
3	439760	Luana Claudia Conterno	SALA 09
4	440264	Magna Alecia Dorneles De Carvalho	SALA 09
5	440223	Marcia Adriana Hoeflinger	SALA 09
6	440247	Marilucia De Christo Barp	SALA 09
7	443166	Marta Vaz	SALA 09
8	445506	Marujanes Kelen Vieira	SALA 09
9	440164	Neiva Cristine Silva	SALA 09
10	440700	Nelize Aparecida De Oliveira	SALA 09
11	444996	Patricia de Conto da Silva	SALA 09
12	440523	Rosane Rodrigues De Moraes Franck	SALA 09
13	442299	Roseli Maria Wagner	SALA 09
14	440327	Rute Borges Da Silva	SALA 09



15	445751	Sirlei Girardi	SALA 09
16	440352	Sirlene Sell	SALA 09
17	444094	Tatiane Oliveira De Camargo	SALA 09
18	440394	Tauana Cristina Da Silva Moraes	SALA 09
19	445993	Thaynnara Catarina Schenckel Bueno	SALA 09
20	444463	Zilda Rodrigues Dos Santos Pinheiro	SALA 09

## SALA 10 - 28 candidatos

Professor de Educação Infantil - Habilitado - Letra A até M			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	444576	Ana Maria Varela	SALA 10
2	441492	Angela Vargas Priebe	SALA 10
3	444731	Daiane Raquel Regner	SALA 10
4	439361	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	SALA 10
5	445803	Edina Salla Fenali	SALA 10
6	439883	Eliane Gheno Haefliger	SALA 10
7	440275	Eliane Kollenberg	SALA 10
8	441491	Elisane Barbieri	SALA 10
9	443618	Elizabete Vallezi Bissani	SALA 10
10	438541	Evani Goularte	SALA 10
11	440472	Fabiele Aparecida Martinazzo	SALA 10
12	444984	Gabriela Seffrin	SALA 10
13	444088	Gilvane Formagini	SALA 10
14	445275	Glaucia Ferreira Cabral Marcante	SALA 10
15	443615	Ines Salete Cavalheiro De Martins	SALA 10
16	443144	Iraci Ines Da Costa Schuler	SALA 10
17	444986	Janete Juliana Melo Do Nascimento	SALA 10
18	445758	Jaqueline Luzia Kureck Wust	SALA 10
19	440779	Judite Muller	SALA 10
20	440994	Katia De Almeida	SALA 10
21	444132	Lidiane Cezar	SALA 10
22	440344	Marcieli Liliani Schmitt	SALA 10
23	445067	Maria Roseli Israel Da Silva	SALA 10
24	440520	Maristela Aparecida Da Silva	SALA 10
25	440141	Maristela Cristina Albuquerque Santana	SALA 10
26	443490	Marizete Ruviero	SALA 10
27	440794	Marlei Loreni Baptistella De Camargo	SALA 10
28	444756	Micheli Cristina Woiciekoski	SALA 10

## SALA 11 - 27 candidatos

Professor de Educação Infantil - Habilitado - Letra N até V			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	440313	Nelvi Rauber Da Costa	SALA 11
2	440872	Noemi Verfer Da Silva	SALA 11
3	444398	Odete De Lara Lima	SALA 11
4	444989	Patricia De Marchi Mattos	SALA 11
5	440133	Rita Andrea Dos Santos	SALA 11

Professor de Séries Iniciais - Habilitado - Letra A até K			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	445732	Aderlaine Mognon	SALA 11
2	445724	Adriane Jaqueline Kroth Hermes	SALA 11
3	440920	Bruna Dos Santos Tiburski	SALA 11
4	439867	Claudete De Jesus Dombroski	SALA 11
5	445723	Claudia Cristina Silveira Bortolini Bortolini	SALA 11
6	443402	Edina Alves Da Rosa	SALA 11
7	440828	Eunice De Camargo	SALA 11
8	445247	Evelin Carini De Quevedo Albrecht	SALA 11
9	438181	Gisele Aparecida Da Veiga	SALA 11
10	443258	Gislaine Fatima Dos Anjos Souza	SALA 11
11	439858	Juliana De Avila Mees	SALA 11
12	446174	Kelen Juliane Faquinello	SALA 11

Professor de Séries Iniciais - Habilitado - Letra L até Z			
Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	441795	Leci Roseclei Schrader	SALA 12
2	445754	Loiva Santa Catarina Busch	SALA 12
3	440277	Luciana Moreira Da Silva	SALA 12
4	439428	Marcela Siqueira	SALA 12
5	439969	Marcia Adriane De Bairro Da Veiga	SALA 12
6	437990	Marines Machado De Barros Weirich	SALA 12
7	445645	Marivone Berwian	SALA 12
8	441473	Marli Claudete Alves Delgado	SALA 12
9	440967	Marli Corti Corti	SALA 12
10	445243	Marzeli Da Silva	SALA 12
11	440128	Neiva Zorzi Fae Fae	SALA 12
12	442687	Nilcemar Fatima De Oliveira	SALA 12
13	445285	Nilsa Marilei Schuler Schenkel	SALA 12
14	444399	Ozirda De Lara	SALA 12
15	439811	Patricia Cabral	SALA 12
16	446229	Paula Juliana Aita De Sa	SALA 12
17	440990	Rosane Dos Santos	SALA 12
18	444280	Rosani Gisch Allebrandt	SALA 12

19	443516	Sandra Puttkamer	SALA 12
20	444297	Silvana Aparecida Silva	SALA 12
21	442349	Simoni Ester Schrader	SALA 12
22	441686	Tania Regina Bedin Oliveira	SALA 12
23	446228	Tatiane Deeter Do Nascimento	SALA 12
24	445233	Tatiane Dos Santos Righi	SALA 12
25	442498	Veridiana Sigolin Dutra	SALA 12
26	439453	Veronica Borges Da Silva	SALA 12
27	439079	Zanete Beal	SALA 12

## SALA 13 - 26 candidatos

--	--	--	--

## Professor de Educação Física - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	440791	Adriane Fae	SALA 13
2	443671	Alex Junior Machado	SALA 13
3	441776	Aline Pauli Da Veiga	SALA 13
4	444876	Eduardo Da Rosa Duarte	SALA 13
5	441298	Elsiane Machado	SALA 13
6	445317	Franciele Matiolo	SALA 13
7	445286	Jeane Keli Da Silva	SALA 13
8	446330	Junior Giovanaz	SALA 13
9	442438	Lucimar Isoton	SALA 13
10	445926	Marcio De Camargo	SALA 13
11	440274	Monique Maria Tressoldi	SALA 13
12	440265	Osvaldo Odair Urban	SALA 13
13	444411	Paulo De Almeida	SALA 13
14	446148	Samara Jessica Da Veiga	SALA 13
15	444679	Sidineia Carvalho De Freitas Alberti	SALA 13
16	440266	Volmar Vanini	SALA 13

## Professor de Língua Espanhola - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	445535	Anderson Ongaro	SALA 13
2	441016	Deise Cristiane Da Silva Da Fonseca	SALA 13
3	446237	Enadete Aparecida De Carvalho	SALA 13
4	444114	Jessica Thais Da Silva	SALA 13
5	445727	Luana Da Silva	SALA 13
6	441437	Luciana Medeiros Guimaraes	SALA 13
7	445000	Marli Alves Ferreira	SALA 13
8	444435	Tatiane Dos Santos De Miranda	SALA 13

## Professor de Língua Espanhola - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SALA
1	444703	Claudio Da Silva Camargo	SALA 13
2	444612	Glaucia Andrade Strunkis	SALA 13

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

**PROCESSO SELETIVO 002\_2016**

RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Orgânica Municipal nº 4.472/2016, Lei Nº3499/2004, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, SOFREU RETIFICAÇÃO, a saber: devido a excessiva quantidade de candidatos homologados para o Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, se faz necessário a alteração do local de aplicação das provas, conforme segue:

**ONDE SE LÊ:**

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 29/10/2016, nas dependências da Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

**ANEXO I**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

**CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Prova Objetiva	29/10/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada, nas dependências da Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br">www.dionisiocerqueira.sc.gov.br</a> A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min. O fechamento dos portões será às 09h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h30min e término às 12h.

**LEIA-SE:**

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 29/10/2016, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, Nº 380, AVENIDA ADELINO MANGINI ESQUINA COM A RUA NILSON VERONA, DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

**ANEXO I**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

**CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Prova Objetiva	29/10/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, Nº 380, Avenida Adelino Mangini esquina com a Rua Nilson Verona, Dionísio Cerqueira – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br">www.dionisiocerqueira.sc.gov.br</a> A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min. O fechamento dos portões será às 09h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h30min e término às 12h.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

**PROCESSO SELETIVO 002\_2016**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

(\*) Retificado - Retificação nº 01 – Texto Compilado

BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DEMAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Orgânica Municipal nº 4.472/2016, Lei Nº3499/2004, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado a compor cadastro de reserva para contratação por tempo determinado, para substituir servidores efetivos em licença, férias ou investidos em função de confiança, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS****1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal nº 4.472/2016, Lei Nº3499/2004 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Dionísio Cerqueira - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira – SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

1.1.6. O Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017, podendo ser prorrogado por mais um ano a critério da administração.

1.1.7. São condições para participação no presente PROCESSO SELETIVO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA e TÍTULOS para os cargos de professores previstos no Quadro I e II.

1.1.10. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA para os cargos do Quadro III.

**1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:**

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSORES HABILITADOS

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento 20hrs semanais	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.253,54	Nível superior completo na área de atuação. Pedagogia – Habilitação Educação Infantil.	Objetiva e Títulos
Professor de Séries Iniciais	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.253,54	Nível superior completo na área de atuação. Pedagogia – Séries Iniciais.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.253,54	Nível superior completo na área de atuação.	Objetiva e Títulos

Professor de Língua Espanhola	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.253,54	Nível superior completo na área de atuação	Objetiva e Títulos
**Professor de Educação Física	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.253,54	Nível superior completo na área de atuação	Objetiva e Títulos

\*CR – Cadastro de Reserva

QUADRO II - PROFESSORES NÃO HABILITADOS					
Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento 20hrs semanais	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.069,61	Magistério e/ou Cursando nível superior específico na área de atuação - Pedagogia	Objetiva e Títulos
Professor de Séries Iniciais	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.069,61	Magistério e/ou Cursando nível superior específico na área de atuação – Pedagogia	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.069,61	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Língua Espanhola	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.069,61	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Física	CR*	10/20/30/40h	R\$ 1.069,61	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos

\*CR – Cadastro de Reserva

QUADRO III - DEMAIS CARGOS					
Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento 40hrs semanais	Habilitação	Tipo de Prova
Monitor de Creche	CR*	40h	R\$ 929,69	Ensino Médio completo.	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	CR*	40h	R\$ 929,69	Ensino Fundamental completo.	Objetiva

\*CR – Cadastro de Reserva

1.2.2. A oferta de vagas é de 20hs/aula. Surgindo a necessidade a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, poderá alterar para maior ou menor quantidade de horas/semanais.

1.2.3. Faltando professores para o preenchimento de vagas em aulas de Artes, Educação Física e Língua Espanhola, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, poderá contratar ou alterar carga horária para professores com habilitação em Pedagogia ou outras áreas

específicas.

1.2.4. A contratação dos professores se dará conforme a Constituição Federal no seu Artigo 37, inciso IX e X.

1.2.5. A escolha de vagas dos candidatos não habilitados somente deverá ocorrer após a chamada de todos os candidatos habilitados classificados.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela INTERNET, PRESENCIAL ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 28/07/2016 às 23h59min do dia 30/08/2016.

### 2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos;

b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 31/08/2016.

f) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição VIA PRESENCIAL on line sendo que para tanto deverão se dirigir a Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira, sita à Rua Santos Dumont, 413, de Dionísio Cerqueira – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições on line via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições on line presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassadas pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição presencial on line será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 31/08/2016.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições presencial on line dos candidatos que se dirigirem a Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira, sita à Rua Santos Dumont, 413, de Dionísio Cerqueira – SC, durante o período das inscrições, no horário compreendido entre as 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h até o último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

### 2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via postal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Caixa Econômica Federal e efetuar um depósito IDENTIFICADO E EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal

Agência: 2896

Conta Corrente: 146-2

Código Banco: 104

Convênio: 598921

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Dionísio Cerqueira –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do



candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Dionísio Cerqueira – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se para APENAS UM (01) CARGO que trata o edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.6. Em caso de inscrições erradas e pagamento dessas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo ao qual pretende concorrer corretamente.

2.7. O valor da Taxa de Inscrição para o Processo Seletivo será de:

Cargos	Valor R\$
Cargos de Nível Superior	R\$ 70,00
Cargos de Nível Médio	R\$ 50,00
Cargos de Nível Fundamental	R\$ 30,00

2.8. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.9.1. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.9.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br) do deferimento ou não do pedido.

2.10. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.11. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.11.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.11.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.11.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, e entregue do dia 28/07/2016 a 17/08/2016, no endereço da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados da Secretaria de Educação, em horário de expediente, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;

c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC até no máximo dia 19/08/2016.

2.11.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br) até o dia 25/08/2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.11.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 31/08/2016, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, na Lei Nº. 7.853/89, no Decreto Nº. 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, ser-lhes-á reservado o percentual de



10% (dez cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do processo seletivo.

3.2. O candidato portador de deficiência, amparado pela legislação vigente e sob sua inteira responsabilidade, concorre em igualdade de condições com todos os candidatos, resguardadas as ressalvas legais vigentes e, ainda, o percentual aqui estabelecido.

3.2.1. O candidato portador de deficiência será inicialmente classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o cargo que concorre. Caso não esteja situado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando as vagas reservadas a portadores de deficiência no cargo que concorre, caso existam.

3.3. Somente serão considerados portadores de deficiência aqueles que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º, do Decreto 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2005.

3.4. A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para a função, de acordo com o expresso nos subitens.

3.5. Os portadores de deficiência física somente poderão disputar cargos e funções cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores

3.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.7. O portador de deficiência não está isento do recolhimento da taxa de inscrição.

3.8. Não haverá prova em braile, o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.

3.9. O candidato portador de deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste Capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

3.10. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.11. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sita à Rua Santos Dumont nº 413, Dionísio Cerqueira, aos cuidados da Secretaria de Educação em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Dionísio Cerqueira – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.12. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sita à Rua Santos Dumont nº 413, Cep 89950-000, centro de Dionísio Cerqueira – SC, aos cuidados da Secretaria de Educação, por meio de cópia autenticada em cartório. Neste caso, os documentos devem estar na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira até às 17hrs do último dia de inscrição.

3.13. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.14. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.15. O candidato que, no dia da prova, necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

#### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

#### 5. DAS PROVAS

5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 29/10/2016, nas dependências da Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br) (Alterado pela Retificação nº 01, de 13.10.2016)

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 29/10/2016, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA DR. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, Nº 380, AVENIDA ADELINO MANGINI ESQUINA COM A RUA NILSON VERONA, DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br) (Redação dada pela Retificação nº 01, de 13.10.2016)

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC, não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 09h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.

5.1.4.2. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.3. A prova será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática conforme tabela abaixo para os cargos do QUADRO III: Monitor de Creche e Auxiliar de Serviços Gerais deste edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2. Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3. Matemática	03	0,35	1,05	
TOTAL	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática), conforme tabela acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática conforme o tabela abaixo, para todos os cargos previsto nos QUADROS I e II: Professores Habilitados e Professores Não Habilitados deste edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,50	6,00	4,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	05	0,28	1,40	
3 <input type="checkbox"/> Matemática	03	0,20	0,60	
TOTAL	20	-	8,00	

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.4. DA PROVA DE TÍTULOS (Modalidade C): - A prova de Títulos conforme a tabela abaixo será para todos os cargos previsto no QUADRO I: Professores Habilitados deste edital. Valendo 2,00 (dois) pontos, sendo considerado:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Professor Habilitado: Curso completo de Pós-Graduação em nível de Especialização na área de Educação.	01	0,50	0,50
Professor Habilitado: Comprovação de Conclusão de Graduação (específica na área de atuação).	01	0,50	0,50
Professor habilitado: Comprovação de conclusão de Magistério.	01	0,30	0,30
Professor Habilitado: Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária mínima de 20 horas/ máximo de 80 horas – realizados nos anos de 2014 e 2015/ cada 20 horas terá valor de 0,1	04	0,10	0,40
Professor Habilitado: Tempo de serviço na área de professor por anos (máximo 03 anos)	3 anos	0,10	0,30
TOTAL			Total 2,00

5.5. DA PROVA DE TÍTULOS (Modalidade D): - A prova de Títulos conforme a tabela abaixo será para todos os cargos previsto no QUADRO II: Professores Não Habilitados deste edital. Valendo 2,00 (dois) pontos, sendo considerado:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Professor Não Habilitado: Declaração do período de graduação que está cursando (específica na área de atuação). Para fins de pontuação, serão contados apenas os períodos já concluídos.	8 períodos	0,10	0,80
Professor Não Habilitado: Comprovação de conclusão de Magistério.	01	0,50	0,50
Professor Não Habilitado: Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária mínima de 20 horas/ máximo de 80 horas – realizados nos anos de 2014 e 2015/ cada 20 horas terá valor de 0,1	04	0,10	0,40
Professor Não Habilitado: Tempo de serviço por anos (máximo 03 anos)	03 anos	0,10	0,30
<b>TOTAL</b>			<b>Total 2,00</b>

5.6. A prova de títulos para Professores Habilitados e Professores Não Habilitados consiste na entrega de cópias dos documentos que comprovem a titulação e o tempo de serviço, juntamente com a original para conferência.

5.6.1. As cópias dos documentos para a PROVA DE TÍTULOS juntamente com o formulário (modelo anexo) preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Dionísio Cerqueira – SC, sito na Rua Santos Dumont, nº 431, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5.6.2. A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, por meio de SEDEX a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, do Município de Dionísio Cerqueira, sito na Rua Santos Dumont, nº 431, CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório. Neste caso os documentos devem estar na Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira até às 17h do último dia de inscrição.

5.6.3. Os cursos de Pós-graduação incompletos não têm validade para a Prova de Títulos neste Processo Seletivo.

5.6.4. Os títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento conforme anexo deste edital. O candidato que não entregar o formulário devidamente preenchido e assinado não terá computada a pontuação referente à prova de Títulos.

5.6.5. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos implicará a imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

5.6.6. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

5.6.7. A não entrega dos títulos pelo candidato no período estabelecido importará em renúncia do candidato a esta prova e lhe será atribuída nota 0 (zero), na prova de títulos.

5.6.8. Os candidatos que estejam cursando licenciatura deverão comprovar a matrícula e o período de frequência atualizado.

**5.7. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:**

5.7.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.7.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (09h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.7.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.7.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.7.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.7.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.7.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.7.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.7.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.7.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão

identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.7.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.7.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.7.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.7.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.7.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.7.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.7.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.7.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.7.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.7.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.7.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.6.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.7.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.7.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.7.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.7.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.7.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.7.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

5.7.20. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

#### 5.8. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) lápis preto e borracha;
- e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.7.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.8.3. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

#### 5.9. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) fumar;
- c) comunicação entre os candidatos;
- d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

#### 5.10. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;



- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.10.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

#### 6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste – SC, às 09 horas do dia 01/11/2016, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação dos candidatos.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da Prova de Títulos (Professores).

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Dionísio Cerqueira e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

#### 7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- b) possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- c) possuir maior número de pontos na prova de Matemática;
- d) for jurado (art. 444, do Código de Processo Penal);
- e) o candidato de maior idade;
- f) sorteio.

#### 8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

#### 9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva e prova prática;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos
- b) acessar a “Área do Candidato”;
- c) clicar em “recursos e requerimentos”;
- d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;
- e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de recurso via postal, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);
- b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont nº 413, Cep 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, aos cuidados do Departamento da Secretaria Municipal de Educação de Dionísio Cerqueira.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sita à Rua Santos Dumont nº 413, CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação de Dionísio Cerqueira, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

## 10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Para atribuição da nota final para o cargo de professor, o resultado da prova objetiva acrescido do resultado das provas de títulos e de tempo de serviço, será calculado conforme fórmula abaixo:

Nota Final = Nota Prova Objetiva + Nota Prova de Títulos.

10.1.1 Para o cargo de Professor serão publicadas duas listas:

a) Professor com licenciatura na área de inscrição (habilitado).

b) Professor que esteja cursando licenciatura na área de inscrição (não-habilitado).

10.2. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de notas obtidas.

## 10. DA ESCOLHA DAS VAGAS

10.1. A escolha de vagas será realizada antes do início do ano letivo de 2017, conforme definição e divulgação da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo à ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha, envolvendo todas as unidades escolares municipais.

10.2. A carga horária dos candidatos classificados será determinada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

10.3 A escolha de vagas será realizada conforme a necessidade e divulgação pela Prefeitura, 05 dias de antecedência da escolha, nos seguintes órgãos oficiais de comunicação:

10.3.1. No Mural de divulgação dos Atos Oficial da Prefeitura, localizado no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira;

10.3.2. No site oficial do Município de Dionísio Cerqueira.

10.4. Os candidatos ao cargos de professores aprovados serão classificados em 2 listas, com base nas tabelas do item 1.2.4. – Professores Habilitados e Professores Não Habilitados, discriminada por função, conforme aquela escolhida no ato da realização da referida inscrição.

10.4.1. A primeira lista contemplará os Professores Habilitados com nível superior completo, na sua ordem de classificação.

10.4.2. A terceira lista contemplará os Professores Não Habilitados, na sua ordem de classificação.

10.5. A escolha das vagas iniciará sempre pela lista dos Habilitados, respeitando a cada escolha a ordem do último que escolheu, que deverá ficar registrado em ata.

10.6. A escolha de vagas dos candidatos Não Habilitados somente poderá ocorrer após a chamada de todos os candidatos classificados como Habilitados, (professores com curso superior) respeitando também sempre a ordem do último que escolheu.

10.7. O candidato no momento da escolha da vaga está optando em assumir o compromisso de corresponder com todas as atividades pedagógicas e ou atribuições do cargo, independente da carga horária escolhida, sob a pena da aplicação das leis cabíveis.

10.8. O candidato que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível, ou não estiver presente no horário e local da convocação, permanecerá em sua posição na ordem de classificação.

10.9. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da lista de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga, na área ou no cargo em que foi a desistência.

10.10. O candidato que escolher a vaga deverá assumi-la em data fixada na ata de escolha, não podendo ele em hipótese alguma colocar substituto por conta própria, sob pena de ocorrer sua exclusão da listagem de classificação.

10.11. A escolha de vaga deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por procuração.

10.12. O candidato deverá apresentar toda a documentação exigida por este edital no momento da escolha, para sua admissão.

10.13. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não haver candidato excedente no Processo Seletivo, as admissões serão feitas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de Edital de Chamada Pública, em caráter emergencial transitório, para não prejudicar a oferta regular do Ensino.

## 11. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

11.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior;

f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

11.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

11.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

11.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017, podendo ser prorrogado por mais um ano a critério da administração.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

12.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br)

12.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

12.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

12.5. O Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

12.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC.

12.5. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Formulário de Prova de Títulos;

ANEXO V – Requerimento de Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO VI – Requerimento de Portadores de Necessidades Especiais;

ANEXO VII – Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviar inscrição via correio);

ANEXO VIII – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO IX – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora do Município;

ANEXO X – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora da Ameosc.

12.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, SC 27 de julho de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Paulo Cesar Gnoatto

OAB/SC 10.106-A

Assessor Jurídico Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

## ANEXO I

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

#### CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital.	27/07/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira até o dia 17/08/2016
Inscrições.	28/07 a 30/08/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos	28/07 a 30/08/2016	Durante o prazo de inscrição, junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Dionísio Cerqueira, sito a Rua Santos Dumont, 413, Dionísio Cerqueira, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	28/07 a 30/08/2016	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação do Município de Dionísio Cerqueira, sito a Rua Santos Dumont, 413, Dionísio Cerqueira, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, os documentos especificados no item 3.11 do edital.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requerem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue).	28/07 a 17/08/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue).	25/08/2016	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br">www.dionisiocerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue).	26/08 a 31/08/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>

Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	09/09/2016	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	10 a 12/09/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	19/09/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> . A partir das 17 horas.
Publicação das Notas da Prova de Títulos	21/09/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos	22 e 23/09/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova Títulos	03/10/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Publicação do Ensalamento	10/10/2016	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Prova Objetiva	29/10/2016	<p>A PROVA OBJETIVA será aplicada, nas dependências da Escola Castro Alves, sito a Avenida Adelino Mangini, no Município de Dionísio Cerqueira - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> (Alterado pela Retificação nº 01, de 13.10.2016)</p> <p>A PROVA OBJETIVA será aplicada, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA DR. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, Nº 380, Avenida Adelino Mangini esquina com a Rua Nilson Verona, Dionísio Cerqueira – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> (Redação dada pela Retificação nº 01, de 13.10.2016)</p> <p>A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.</p> <p>O fechamento dos portões será às 09h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.</p> <p>A prova terá início às 09h30min e término às 12h.</p>
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva.	31/10/2016	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	01 a 03/11/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões e identificação dos candidatos por cargo.	01/11/2016	Às 09hrs, na AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva.	01/11/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar Prova Objetiva.	02 a 04/10/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar.	22/11/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	23/11/2016	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final.	24/11/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.dionisicerqueira.sc.gov.br">www.dionisicerqueira.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.



**ANEXO II****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS: PROFESSORES HABILITADOS E NÃO HABILITADOS****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

**II - MATEMÁTICA:**

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

- Processos de ensino e aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, procedimentos metodológicos e teoria da atividade.
- A infância e sua singularidade na educação básica: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem.
- Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos.
- Os referenciais curriculares nacionais da educação infantil.
- Diretrizes curriculares nacionais da educação infantil.
- Papel do professor de educação infantil.
- Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Jussara Hofmann.
- Conceitos da primeira infância.
- Literatura infanto-juvenil.
- Ludicidade.
- Letramento na infância.
- Cuidado e educação.
- Projetos de ensino na educação infantil.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009.

**PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS:**

- Processos de ensino aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos.
- Mediação professor-aluno, procedimentos metodológicos e teoria da atividade.
- Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento.
- A infância e sua singularidade na educação básica: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem.
- Direitos de aprendizagem do aluno.
- Sequências didáticas.
- Projetos de ensino nas séries iniciais.
- Diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental I.
- Parâmetros curriculares nacionais (PCNs) e do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC).
- Tendências pedagógicas, segundo os autores: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro e seus seguidores.
- Conceito e diferenças entre: hipóteses de escrita, hipóteses de leitura, estratégias de leitura e de heterogeneidade.
- Metodologias diferenciadas na sala de aula para atender especificidades sobre as demandas de aprendizagem.
- Eixos temáticos de língua portuguesa: oralidade, leitura, escrita, produção textual, valorização da cultura escrita, alfabetização, letramento e gêneros textuais orais e escritos.
- Processo de avaliação: avaliação diagnóstica, avaliação do/no processo de alfabetização e letramento.
- Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas.
- Educação Física e o desenvolvimento humano.
- Metodologia para o ensino da educação física no ensino fundamental.
- Treinamento desportivo geral.
- Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol.
- Biologia do esporte: condicionamento físico e saúde.
- Tratado de fisiologia do exercício.
- Educação física na educação infantil.
- Recreação.
- Crescimento e desenvolvimento neuro-psico-motor.
- Atividades rítmicas.
- Fisiologia do esforço e socorros de urgência.
- Parâmetros curriculares nacionais de educação física.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009.

**PROFESSOR DE ARTES:**

- A especialidade do conhecimento artístico e estético.
- A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, cultura.
- ARTE- LINGUAGEM: O homem - ser simbólico. Arte: Sistema semiótico da representação.
- As linguagens da arte: visual, audiovisual, música, teatro e dança.
- Construção/produção de significados nas linguagens artísticas.
- Elementos e recursos das linguagens artísticas.
- ARTE E EDUCAÇÃO: O papel da arte na educação.
- O professor como mediador entre a arte e o aprendiz.
- O ensino e a aprendizagem em arte. Fundamentação teórico-metodológica.
- O fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade na sala de aula.
- Os parâmetros curriculares nacionais de Artes.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESPANHOLA:**

- Compreensão, interpretação, análise e síntese de textos.
- A produção textual oral e escrita.
- A unidade e a diversidade da língua espanhola.
- O léxico espanhol: as dificuldades específicas dos lusofalantes.
- O substantivo e o adjetivo: gênero, número e grau.
- O uso de determinantes do substantivo: o artigo, o demonstrativo e o possessivo.
- Acentuação gráfica.
- Numerais.
- Sintaxe da frase.
- Os pronomes.
- Os numerais.
- O emprego do verbo: tempos e modos.
- Os advérbios e as locuções.
- Parâmetros curriculares nacionais de língua estrangeira.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGO: MONITOR DE CRECHE****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

**II - MATEMÁTICA:**

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****MONITOR DE CRECHE:**

- Estatuto da Criança e do Adolescente - com as alterações em vigor.
- Ética e cidadania.
- Noções básicas de relações humanas no trabalho.
- Noções básicas de primeiros socorros.
- Conservação do material pedagógico.
- Relacionamento interpessoal.
- A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico.
- Noções de cuidados e higiene infantil.
- Noções de higiene pessoal e coletiva.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

**II - MATEMÁTICA:**

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

**III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

- Prevenção de acidentes no trabalho e equipamentos de proteção.
- Conservação e manutenção dos instrumentos de trabalho e mobiliários.

- Controle de estoque e requisição de materiais de limpeza.
- Zelo pelos instrumentos de trabalho, mobiliários, materiais e equipamentos de segurança.
- Higienização, limpeza e manutenção do ambiente interno e externo.
- Higienização, limpeza e manutenção dos equipamentos, aparelhos e instalações.
- Higienização de roupas.
- Higiene pessoal e vestuário adequado.
- Controle de desperdício, racionalizar o uso de produtos de limpeza.
- Produtos mais utilizados para a higienização de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos.
- Prevenção e controle de insetos e roedores.
- Coleta seletiva do lixo, destino adequado e reciclagem.

**ANEXO III****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****PROFESSORES: Conforme Lei 3499/2004**

1. Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96 (LDB);
2. Ministras aulas e orientar a aprendizagem do aluno;
3. Elaborar programas e planos de trabalho no que for de sua competência;
4. Avaliação o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados e controlar a assiduidade dos alunos;
5. Cooperar com os serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar;
6. Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino;
7. Participar de reuniões de trabalho, grupos de trabalho, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais promovidas pela Unidade Escolar e/ou Sistema de Ensino;
8. Seguir as diretrizes do ensino emanado do Sistema Municipal de Educação;
9. Fornecer dados e apresentar relatórios e suas atividades;
10. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

**MONITOR DE CRECHE:**

1. Apoiar o educador nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular; auxiliar as crianças na higiene pessoal, sempre que necessário e nos horários estabelecidos pela coordenação da creche;
2. Colaborar com o educador na hora do repouso, organizando os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas, para maior conforto das crianças;
3. Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída da creche, zelando pela sua segurança e bem-estar;
4. Fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação;
5. Oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré-estabelecidos, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária;
6. Cuidar da higienização das crianças visando à saúde e bem estar;
7. Estimular a participação das crianças nas atividades de grupo como jogos e brincadeiras, visando o desenvolvimento das mesmas;
8. Fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter as mães informadas;
9. Auxiliar nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora;
10. Zelar e controlar os objetos e roupas individuais das crianças e da creche;
11. Executar atividades correlatas.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

1. Limpa diariamente os móveis utilizando flanelas ou vassouras apropriadas;
2. Limpa as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas, carteiras e pisos de todas as dependências do prédio, utilizando água e produtos apropriados;
3. Prepara e serve o lanche e/ou cafezinho, quando necessário;
4. Retira o lixo das lixeiras e o coloca em local apropriado para recolhimento;
5. Limpa lixeiras e demais objetos das salas, corredores e banheiros;
6. Lava e seca os vidros das portas e janelas;
7. Verifica ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;
8. Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los;
9. Efetua a capinação de ervas daninhas que prejudicam o aspecto e asseio do município;
10. Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outra ou de local para outro, quando solicitado;
11. Efetua o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda quando trabalhar em escolas da rede municipal de ensino, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas, para obter melhor aproveitamento e conservação dos mesmos;
12. Seleciona os ingredientes necessários ao preparo das refeições, separando-os e medindo-os de acordo com o cardápio do dia, para facilitar a utilização dos mesmos;
13. Prepara as refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando ou cozendo alimentos diversos de acordo com orientação superior, para atender ao programa alimentar estabelecido;
14. Lava e seca louças, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato;
15. Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;
16. Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
17. Executa tarefas inerentes à cultura de mudas de árvores em viveiros;

18. Zela pela conservação e limpeza das dependências internas e externas do local de trabalho;  
19. Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

## ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS ENTREGUES – PROFESSORES HABILITADOS:

NOME: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 002/2016

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Professor Habilitado: Curso completo de Pós-Graduação em nível de Especialização na área de Educação.	01	0,50	
Professor Habilitado: Comprovação de Conclusão de Graduação (específica na área de atuação).	01	0,50	
Professor habilitado: Comprovação de conclusão de Magistério.	01	0,30	
Professor Habilitado: Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária mínima de 20 horas/ máximo de 80 horas – realizados nos anos de 2014 e 2015/ cada 20 horas terá valor de 0,10	04	0,10	
Professor Habilitado: Tempo de serviço na área de professor por anos (máximo 03 anos)	3 anos	0,10	
TOTAL	*	*	

## AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos e tempo de serviço em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em \_\_\_\_\_ pontos.

Assinatura –Resp. do recebimento Assinatura do Candidato

Dionísio Cerqueira/SC ..... de .....de 2016.

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS ENTREGUES – PROFESSORES NÃO HABILITADOS:

NOME: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 002/2016

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Professor Não Habilitado: Declaração do período de graduação que está cursando (específica na área de atuação). Para fins de pontuação, serão contados apenas os períodos já concluídos.	8 períodos	0,10	
Professor Não Habilitado: Comprovação de conclusão de Magistério.	01	0,50	

Professor Não Habilitado: Curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária mínima de 20 horas/ máximo de 80 horas – realizados nos anos de 2014 e 2015/ cada 20 horas terá valor de 0,10	04	0,10	
Professor Não Habilitado: Tempo de serviço por anos (máximo 03 anos)	03 anos	0,10	
TOTAL	*	*	

**AValiação PELA COMISSÃO EXAMINADORA:**

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos e tempo de serviço em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em \_\_\_\_\_ pontos.

Assinatura –Resp. do recebimento Assinatura do Candidato

Dionísio Cerqueira/SC ..... de .....de 2016.

**ANEXO V**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 002/2016.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

\_\_\_\_\_ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_  
2: \_\_\_\_\_  
3: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ expedido pelo \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2016, do Poder Executivo Municipal de Dionísio Cerqueira, inscrição sob nº \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_, requeiro a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de deficiência física: \_\_\_\_\_ CID nº \_\_\_\_\_

Nome do Médico \_\_\_\_\_

2 – ( ) Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2.2. ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

2.3. ( ) Leitura de Prova

2.4. ( ) Amamentação

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

2.5 ( ) Outra Necessidade Especificar: \_\_\_\_\_

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

**ANEXO VII**

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

1) Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, SOLICITO inscrição no Processo Seletivo Nº 002/2016, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, para o cargo de \_\_\_\_\_ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: \_\_\_\_\_

b) Telefone Residencial/Comercial/ Celular: \_\_\_\_\_

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: ( ) SIM ( ) NÃO

b) Necessidades Especiais: ( ) SIM ( ) NÃO. Qual \_\_\_\_\_ CID \_\_\_\_\_

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte nº \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial. Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova. Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Amamentação. Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade: Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

## ANEXO VIII

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

## FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nº Inscrição \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Tipo de Recurso:

1 – Contra o edital ( )

2 – Contra indeferimento de inscrição ( )

3 – Contra Inscrição ( )

4 – Contra questão da prova ( )

5 – Contra o Gabarito ( )

6 – Contra a Pontuação Prova ( )

7 – Contra a prova de títulos

8 – outros ( ) Especificar: \_\_\_\_\_

Razões do Recurso: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

## ANEXO IX

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

## PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO

## PORTARIA Nº 555/2016.

## CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA E NOMEIA SEUS MEMBROS.

ALTAIR CARDOSO RTTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Vigente.

## RESOLVE:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: ROSANA LUCIA CERUTTI, VÂNIA LUCIANA GRESPAN e VERA LÚCIA HERMANN THIES todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital 002/2016 referente ao TESTE SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital Nº 002/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.



Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 25/07/2016

MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos

ANEXO X

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

PORTARIA Nº 556/2016 NOMEAR COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO:

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

RESOLVE

Art.1º Designar, JUSSARA REGINATTO e UDINARA VANUSA ZANCHETTIN brasileiras, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionárias da Associação, compor a COMISSÃO DO TESTE SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Edital Teste Seletivo nº 002/2016.

Art. 2º- Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa das provas bem como aplica – las, corrige – las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando – a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º- São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 25/07/2016

MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos

## **PROCESSO SELETIVO 002\_2016**

RETIFICAÇÃO Nº 01 DO ENSALAMENTO (RELAÇÃO DAS SALAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA)

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Orgânica Municipal nº 4.472/2016, Lei Nº3499/2004, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o Ensalamento (Relação das salas para realização da prova objetiva) do Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, SOFREU RETIFICAÇÃO, a saber: devido a excessiva quantidade de candidatos homologados para o Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, se faz necessário a alteração do local de aplicação das provas, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

5. LOCAL DE PROVA: ESCOLA CASTRO ALVES, Avenida Adelino Mangini, Dionísio Cerqueira – SC.

LEIA-SE:

5. LOCAL DE PROVA: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA DR. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, nº 380, Avenida Adelino Mangini esquina com a rua Nilson Verona, Dionísio Cerqueira – SC.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

**RESULTADO LICITAÇÕES 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC comunica aos interessados que o processo licitatório 119/2016 - Tomada de Preço: 119/2016 PMDC - Objeto: aquisição de reservatório de água capacidade 20.000 litros para o sistema de abastecimento na linha gleba união, interior do município...Vencedor: Dallagnol e Gasperin Com. de Materias de Construção Ltda. Valor R\$ 14.800,00.

. Dionísio Cerqueira - 14/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal



# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 2115/2016

DECRETO 2115, de 21 de setembro de 2016.

Abre Crédito Adicional Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal n. 1424, de 21 de setembro de 2016, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Erval Velho no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJ/ATIV. 0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS  
DIVIDA/ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

19 - 4.6.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJ/ATIV. 1.011 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS PARA O ESPORTE E O LAZER

88 - 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações diretas ..... R\$ 150.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS  
PROJ/ATIV. 1.013 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA GARAGEM DA SEC.DE TRANSPORTES

95 - 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 21 de setembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 2116/2016

DECRETO 2116, de 21 de setembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 30.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária do FMS:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

16 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14 - 3.3.40.00.00.00.00.01.0002 – Transferências a Municípios .....  
..... R\$ 20.000,00

15 - 3.3.50.00.00.00.00.01.0002 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 21 de setembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 2117/2016

DECRETO 2117, de 22 de setembro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 13.114,24 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

23 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0067 - 74 - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.126,48

18 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - 17- Aplicações Diretas ..... R\$ 3.987,76

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0067-74 – MAC - Transferências do SUS/Estado e da fonte de recurso 0038-17 – MAC - Transferências do SUS/UNIÃO, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de setembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO 2118/2016**

DECRETO 2118, de 03 de outubro de 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL ABAIXO DESCRITO PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de ruas para uso público na Cidade de Erval Velho e com fundamento no DECRETO -LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i,"

Decreta:

Artigo 1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação conforme memorial descritivo, mapa e matrícula em anexo, que faz parte integrante deste decreto, área do imóvel abaixo mencionado:

I- Área de 1.200,81m2 (Hum mil e duzentos metros e oitenta um centímetros quadrados) da matrícula nº 1.781 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste- SC de propriedade da Sra. Deonice Carafa Chiamulera, ocupado pela Estrada Municipal para Linha Canhadão – EVO 437.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de outubro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 03 de outubro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 2119/2016**

DECRETO 2119, de 03 de outubro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 40.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária no Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

48 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0002.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de outubro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2119/2016, de 03 de outubro de 2016

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
Exercício de 2015

Fonte de Recurso 0000 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.094.248,84
(-) Passivo Financeiro	(677.812,58)
Superávit Financeiro	1.416.436,26
Deduções	
Decreto n.º 2051/2016	18.000,00
Decreto n.º 2062/2016	30.000,00
Decreto n.º 2066/2016	200.000,00
Decreto n.º 2072/2016	10.000,00
Decreto n.º 2076/2016	4.220,77
Decreto n.º 2078/2016	30.600,00

Decreto n.º 2084/2016	37.500,00
Decreto n.º 2087/2016	75.300,00
Decreto n.º 2089/2016	8.000,00
Decreto n.º 2091/2016	50.000,00
Decreto n.º 2093/2016	7.000,00
Decreto n.º 2094/2016	17.082,08
Decreto n.º 2095/2016	30.000,00
Decreto n.º 2096/2016	120.000,00
Decreto n.º 2100/2016	100.000,00
Decreto n.º 2103/2016	70.000,00
Decreto n.º 2107/2016	121.450,00
Decreto n.º 2114/2016	24.000,00
Decreto n.º 2119/2016	40.000,00
Saldo	423.283,41

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### DECRETO 2120/2016

DECRETO 2120, de 03 de outubro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 50.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01– DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS PROJ/ATIV – 2.026 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

210 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0001.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de outubro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2120/2016, de 03 de outubro de 2016

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2015

Fonte de Recurso 0000 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.094.248,84
(-) Passivo Financeiro	(677.812,58)
Superávit Financeiro	1.416.436,26
Deduções	
Decreto n.º 2051/2016	18.000,00
Decreto n.º 2062/2016	30.000,00
Decreto n.º 2066/2016	200.000,00
Decreto n.º 2072/2016	10.000,00
Decreto n.º 2076/2016	4.220,77
Decreto n.º 2078/2016	30.600,00
Decreto n.º 2084/2016	37.500,00
Decreto n.º 2087/2016	75.300,00
Decreto n.º 2089/2016	8.000,00
Decreto n.º 2091/2016	50.000,00
Decreto n.º 2093/2016	7.000,00
Decreto n.º 2094/2016	17.082,08
Decreto n.º 2095/2016	30.000,00
Decreto n.º 2096/2016	120.000,00
Decreto n.º 2100/2016	100.000,00
Decreto n.º 2103/2016	70.000,00
Decreto n.º 2107/2016	121.450,00
Decreto n.º 2114/2016	24.000,00
Decreto n.º 2119/2016	40.000,00
Decreto n.º 2120/2016	50.000,00
Saldo	373.283,41

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

### DECRETO 2121/2016

DECRETO 2121, de 07 de outubro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 08 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 240.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO UNIDADE 01– DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 1.007 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS – EDUC.INFANTIL

217 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0001.0001 – Aplicações Diretas ..... R\$ 240.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do

exercício de 2015 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de outubro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2121/2016, de 07 de outubro de 2016

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
Exercício de 2015

Fonte de Recurso 0000 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.094.248,84
(-) Passivo Financeiro	(677.812,58)
Superávit Financeiro	1.416.436,26
Deduções	
Decreto n.º 2051/2016	18.000,00
Decreto n.º 2062/2016	30.000,00
Decreto n.º 2066/2016	200.000,00
Decreto n.º 2072/2016	10.000,00
Decreto n.º 2076/2016	4.220,77
Decreto n.º 2078/2016	30.600,00
Decreto n.º 2084/2016	37.500,00
Decreto n.º 2087/2016	75.300,00
Decreto n.º 2089/2016	8.000,00
Decreto n.º 2091/2016	50.000,00
Decreto n.º 2093/2016	7.000,00
Decreto n.º 2094/2016	17.082,08
Decreto n.º 2095/2016	30.000,00
Decreto n.º 2096/2016	120.000,00
Decreto n.º 2100/2016	100.000,00
Decreto n.º 2103/2016	70.000,00
Decreto n.º 2107/2016	121.450,00
Decreto n.º 2114/2016	24.000,00
Decreto n.º 2119/2016	40.000,00
Decreto n.º 2120/2016	50.000,00
Decreto n.º 2121/2016	240.000,00
Saldo	133.283,41

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2015– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE  
Técnico Contábil

## DECRETO 2122/2016

DECRETO 2122, de 07 de outubro de 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1411, de 09 de dezembro de 2015 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

## DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 300.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 02 – DIRETORIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL  
PROJ/ATIV – 1.031 – CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

122 – 4.4.90.00.00.00.00.01.0034.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 300.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0034 Outras Transferências de Convênios da União, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64. Origem de Repasse FUNASA Recurso 0034 – Transferências de Convênios – União/Outros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de outubro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 1424/2016

Lei n. 1424, de 21 de setembro de 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJ/ATIV. 0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DIVIDA/ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

19 - 4.6.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJ/ATIV. 1.011 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS PARA O ESPORTE E O LAZER

88 - 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações diretas ..... R\$ 150.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS  
PROJ/ATIV. 1.013 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA GARAGEM DA SEC.DE TRANSPORTES

95 - 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 – Aplicações diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de setembro 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de setembro de 2016.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3248/2016**

PORTARIA 3248, de 22 de setembro de 2016.

Exonera Servidor e Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido o Senhor FLÁVIO FERRARI, do cargo efetivo de Operador de Máquinas, nível 04, matrícula n.833, nomeado pela Portaria n. 2505, de 16 de agosto de 2011, lotado no Quadro de Pessoal do Município, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 22 de setembro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3249/2016**

PORTARIA 3249, de 03 de outubro de 2016.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de outubro à 01 de novembro de 2016, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
José Lindomar Recalcatti	Téc.em Edificação e Manutenção	02/05/2015	A	01/05/2016

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 03 de outubro de 2016.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA 3250/2016**

PORTARIA 3250, de 03 de outubro de 2016.

Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base a servidora Maria Nelci Filippiaki, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, passando do nível 01-B para 01-C.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 03 de outubro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### 166/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 30 de Agosto de 2016.

DECRETO nº 0166/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR RELATIVO À EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.333,33 (Trinta e Três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.2017 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0064 – 117 - Aplicações Diretas – R\$ 33.333,33

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.01.0064 – Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação TCE 64 – Convênio 2016TR001111.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### 167/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 30 de agosto de 2016.

DECRETO nº 0167/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.103,26 (Quinze mil e cento e três e vinte e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.01.2.005 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0060 – 119 - Aplicações Diretas – R\$ 15.103,26

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2015 de Recursos Próprios (00.03.0060 – SUPERAVIT PNAE).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Genaro Costa Keske

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### 168/2016

Faxinal dos Guedes – SC, 01 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0168/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A OPERAÇÃO DE CRÉDITO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7, Inciso IV da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015 e Lei Municipal Número 2282/2013 de 15/05/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 313.315,90 (Trezentos e Treze mil e trezentos e quinze reais e noventa centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

05.03.2.013 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0083 – 101 - Aplicações Diretas – 313.315,90

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016, de Operações de Créditos (00.01.0083 – Operações de Créditos Internas – Outros Programas), Relativo a Construção do Centro Esportivo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Genaro Costa Keske

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**169/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 08 de Setembro de 2016.

DECRETO nº 0169/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.397,19 (Oitenta e cinco mil e trezentos e noventa e sete reais e dezenove centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1.008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0623 – 100 - Aplicações Diretas – R\$ 85.397,19

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2015 de Recursos Vinculados (00.03.623 – SUPERAVIT Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação TCE 64 – Do Convênio 2014TR002771

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Genaro Costa Keske  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**170/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 08 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0170/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.068,06 (Doze mil e sessenta e oito reais e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1.008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0000 – 120 - Aplicações Diretas – R\$ 12.068,06

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2015 de Recursos Próprios (00.03.000 – SUPERAVIT FINANCEIRO RECURSOS ORDINÁRIOS).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Genaro Costa Keske  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**171/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 15 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0172/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADADO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 93.687,00 (noventa e três mil e seiscentos e oitenta e sete reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0064 – 116 - Aplicações Diretas – R\$ 93.687,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.01.0064 – Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação TCE 64 – Convênio 2016TR000426 – Mobiliário Centro de Eventos.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**172/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 15 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0172/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADADO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 62.197,24 (Sessenta e dois mil e cento e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE



**EVENTOS**

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0064 – 116 - Aplicações Diretas – R\$ 62.197,24

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016 de Recursos Vinculados (00.01.0064 – Transferência Convênios - Estado/Outros) – Especificação TCE 64 – Convênio 2016TR000426 – Mobiliário Centro de Eventos.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**173/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 15 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0173/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.229,92 (Setenta e dois mil e duzentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.2028 – MANUTENÇÃO DO BLOCO REPASSE DO ESTADO

3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0094 – 20 - Aplicações Diretas – R\$ 72.229,92

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2015 de Recursos Vinculados (00.03.0094 – SUPERAVIT Transferência SUS/Estado) – Especificação TCE 67 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**174/2016**

Faxinal dos Guedes, 15 de setembro de 2016.

DECRETO Nº 0174/2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 136.000,00(Cento e trinta e seis mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde;

Projeto Atividade 2.023 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA;

Aplicações Diretas – 3.1.90.00 – 00.01.0064 - 6 – R\$ 136.000,00

Adiciona para a Dotação:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde;

Projeto Atividade 2.023 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA;

Aplicações Diretas – 3.3.90.00 – 00.01.0064 - 7 – R\$ 136.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**176/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 28 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0176/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A OPERAÇÃO DE CRÉDITO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7, Inciso IV da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015 e Lei Municipal Número 2282/2013 de 15/05/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 267.718,68 (Duzentos e sessenta e sete mil e setecentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

05.03.2.013 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0083 – 101 - Aplicações Diretas – 267.718,68

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016, de Operações de Créditos (00.01.0083 – Operações de Créditos Internas – Outros Programas), Relativo a Construção do Centro Esportivo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Genaro Costa Keske  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**177/2016**

Faxinal dos Guedes – SC, 29 de setembro de 2016.

DECRETO nº 0177/2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A OPERAÇÃO DE CRÉDITO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7, Inciso IV da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015 e Lei Municipal Número 2365/2015 de 30/06/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 183.423,56 (Cento e oitenta e três mil e quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

06.01.1015 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0083 – 121 - Aplicações Diretas – 183.423,56

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação do Exercício de 2016, de Operações de Créditos (00.01.0083 – Operações de Créditos Internas – Outros Programas), Relativo a Pavimentação de Vias Públicas – CONTRATO BADESC NºP2015012901.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Genaro Costa Keske  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**178/2016**

Faxinal dos Guedes, SC, 29 de setembro de 2016.

DECRETO nº 178/2016.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENARO COSTA KESKE, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal do Idoso, os seguintes componentes:

I – por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social –  
Titular: Micheli Pergher  
Suplente: Mônica Vaccaro Padovan

b) Secretaria Municipal de Saúde –  
Titular: Camila Maran  
Suplente: Magali Rossett

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes –  
Titular: Antenor Sandi Junior  
Suplente: Sirlei Trevisan

d) Secretaria Fazenda e Administração –  
Titular: Maiane Oldoni  
Suplente: Hilén Funini

e) Secretaria de Agricultura –  
Titular: Tais Conci  
Suplente: Rafael Dalla Rosa

II – por 05 (cinco) representantes de entidades não governamentais, representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento de pessoa idosa, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

a) 03 (três) representantes de Organizações de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizada e em atividade.

Titular: Ari Angonese (Grupo de Idosos Arco Ires)  
Suplente: Ilmo Guarneri

Titular: Sueli Sbardella (Grupo Danúbio Azul)  
Suplente: Nair Habeck

Titular: Angelina Lussani (Grupo de Unidos da Melhor Idade)  
Suplente: Lucia Rubini

b) 01 (um) representante do Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso.

Titular: Noeli Maria Barella  
Suplente: Raquel Gusbert

c) 01 (um) representante de outras entidades que comprovem possuir políticas relativas ao idoso.

Titular: Angelina Lussani  
Suplente: Lucia Rubini

Art. 2º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados a comunidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,  
em 29 de Setembro de 2016.  
GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**2.390/2016**

LEI nº 2.390/2016

AUTORIZA A BAIXA DE BEM PATRIMONIAL INSERVÍVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, a proceder a baixa do patrimônio do Município do bem AUTOMÓVEL UNO MILLE WAY ECONOIC – 4 PORTAS, FIAT, ANO 2011, COR BRANCA DE PLACAS 6265, PATRIMÔNIO 8145, veículo sinistrado com perca total, recolhido pela Seguradora Porto Seguros.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,  
em 04 de outubro de 2016.  
GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

## **2.391/2016**

LEI nº 2.391/2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO RECEBER IMÓVEL POR DOAÇÃO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, a receber por doação para fins de utilidade pública, o imóvel de Matrícula nº 29.628, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Xanxerê, SC, sito - Lote nº 01-A, da quadra 13, com área de 1.001,49m², localizado no lado par da Rua 07 de Setembro, esquina com o lado ímpar da Travessa Ernesto Zortea, no Distrito da Barra Grande, município de Faxinal dos Guedes, SC, confrontando: ao NORDESTE, com a Rua 07 de Setembro em 31,93 metros; ao SUDOESTE, com o lote nº 01-E em 19,46 metros, e, com a Travessa Vergínio Bragagnolo em 15,75 metros; ao SUDESTE, com o lote nº 01-B em 23,99 metros, e, com o lote 01-E em 15,87 metros; e, ao NOROESTE, com a Travessa Ernesto Zortea, em 36,60 metros.

Parágrafo único. Os dados foram extraídos da matrícula de nº 29.628 e do mapa que passa a integrar a presente Lei, para todos os fins de direito.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Outubro de 2016.  
GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

## **D 175/2016**

Faxinal dos Guedes, 28 de setembro de 2016.

DECRETO Nº 0175/2016.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genaro Costa Keske, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 9 e 10 da Lei Municipal n. 2.378 de 01 de dezembro de 2015;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 8.000,00(Oito mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;  
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde;  
Projeto Atividade 2.023 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA;

Aplicações Diretas – 3.1.90.00 – 00.01.0064 - 6 – R\$ 8.000,00

Adiciona para a Dotação:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;  
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde;  
Projeto Atividade 2.023 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA;  
Aplicações Diretas – 3.3.90.00 – 00.01.0064 - 7 – R\$ 8.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENARO COSTA KESKE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISÃO Nº. 001/2016 - GLOBAL

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº. 056/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si fazem:

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, inscrito no CNPJ: 01.566.621/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROGÉRIO PERIN, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39.

A empresa GLOBAL ASSESSORIA E SERVIÇOS S/S EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.204.224/0001-76, com sede na Rua Duque de Caxias, nº. 585 na cidade de Maravilha – SC.

As partes de comum acordo resolvem nesta data por fim ao Termo Aditivo nº. 001/2016 do contrato nº. 056/2016, celebrado em 28 de setembro de 2016 com o objeto de prorrogação no prazo de 30 (trinta dias) dias o processo Licitatório nº. 845/2016 na modalidade de Tomada de Preço nº. 07/2016 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Pelo fato do funcionário efetivo retornar a sua função de contador do município.

O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura.

E por assim, estarem certos e acordados assinaram o presente termo de RESCISÃO, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Flor do Sertão (SC), aos 10 dias do mês de outubro de 2016.

ROGERIO PERIN	VILSON LUIZ WILDNER
Prefeito Municipal	Contratado

LEANDRO NEUHAUS  
Testemunha

DIOGO DE BEM  
Testemunha

# Forquilha

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 188, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 188, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA LILIAN ARNS PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NÍVEL DAS-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada LILIAN ARNS para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária de Assistência Social, Nível DAS-1.

Art. 2º A servidora acima nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, § 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 06 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de outubro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 190, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 190, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

FIXA NOVO VALOR DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº. 1.026, de 29 de dezembro de 2003;

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha firmou termo aditivo ao Contrato PMF nº 01/2005 de Concessão para Prestação de Serviços Municipais de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus com o objeto prorrogar o prazo da concessão, tendo em vista acordo firmado entre os Contratantes com relação ao montante do déficit e critérios de remuneração, juntamente com o cumprimento do princípio da modicidade tarifária;

CONSIDERANDO que, conforme Termo Aditivo PMF 122/2015, foi adotado sistemática substitutiva do modelo atual de cálculo da tarifa de remuneração, fundamentado na metodologia do custo médio desagregado (GEIPOT/MT), para composição do custo do SISTEMA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO do Município de Forquilha e amortização do déficit tarifário, adotando sistemática de reajuste com base em equação paramétrica e equilíbrio econômico e financeiro baseado em fluxo de caixa, apoiado em Taxa de Retorno de Capital (TRC), definida no percentual de 9,01% (nove inteiros e um centésimo percentual), conforme critério técnico apresentado no Anexo I do Termo Aditivo;

CONSIDERANDO que, conforme Termo Aditivo PMF 122/2015, o Valor da Tarifa Técnica (ou Tarifa de Remuneração), será reajustado com intervalo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da Proposta conforme estabelecido no Edital nº 053/2005. A tarifa paga pelo usuário será definida pelo CONTRATANTE, de acordo com o valor da tarifa técnica, considerando o reajuste cabível e deverá considerar a mesma data de referência para o reajuste da tarifa técnica.

O valor da Tarifa de Remuneração deverá ser reajustado, utilizando-se a equação paramétrica explicitada a seguir:

Onde:

VT: Índice de variação total dos fatores de correção;

V1: Índice de variação do preço do diesel;

P1: Participação sobre o custo/Km dos itens relativos ao combustível e lubrificante;

V2: Índice de variação média do preço de pneus;  
P2: Participação sobre o custo/Km médio dos itens relativos à rodagem;  
V3: Índice de correção estabelecido no acordo coletivo;  
P3: Participação sobre o custo/Km dos itens relativos e vinculados à pessoal e benefícios;  
V4: Índice de variação média ponderada do preço dos ônibus em função do quantitativo cadastrado por tipo de ônibus;  
P4: Participação sobre o custo/Km dos itens relativos a peças e acessórios e depreciação;  
V5: Índice inflacionário do Governo Federal;  
P5: Participação sobre o custo/Km dos itens relativos a rentabilidade e custos administrativos.  
0,5%: Percentual de desconto para compor a modicidade tarifária, de conformidade com o item referente à Modicidade da Tarifa;  
VIPKe: Variação do Índice de Passageiros por Quilômetro equivalente da média dos 12 (doze) meses anteriores ao cálculo e da média dos 12 (doze) meses anteriores ao mês em que foi definido o valor da Tarifa que está sendo objeto de reajuste.

Em razão do estudo de viabilidade acostado em anexo ao termo aditivo, Anexo I, a distribuição percentual por grupo de custos, para efeito de composição de equação paramétrica, é dada por:

Distribuição Percentual por Grupo de Custos		
Pesos	Grupo	Participação %
P1	Participação sobre o custo/Km dos itens relativos ao combustível e lubrificante.	28,95%
P2	Participação sobre o custo/Km médio dos itens relativos à rodagem.	3,56%
P3	Participação sobre o custo/Km dos itens relativos e vinculados à pessoal e benefícios.	41,61%
P4	Participação sobre o custo/Km dos itens relativos a peças e acessórios e depreciação	15,98%
P5	Participação sobre o custo/Km dos itens relativos a rentabilidade e custos administrativos.	9,89%
Soma do percentual dos pesos:		100%

O Cálculo de Reajuste do valor da tarifa é dado da seguinte forma:

Onde:  
TR: Tarifa de Remuneração;  
TRv: Tarifa de Remuneração em Vigor;  
VT: Índice de variação total dos fatores de correção.

Os 5 (cinco) fatores de correção utilizados para a correção do custo do quilômetro serão dados por:

- Diesel – variação do preço unitário do litro de Diesel, considerado o último valor de compra;
- Rodagem – variação do preço unitário vinculado exclusivamente aos tipos de pneus utilizados em cada tipo de ônibus; considerando o último valor de compra;
- Acordo Coletivo – variação do valor do salário base conforme convenção ou acordo coletivo da categoria profissional de motorista, com correção do valor absoluto da despesa referente a pessoal e vinculações;
- Ônibus – variação dos preços dos ônibus considerando o orçamento de compra à vista de veículos de mesma categoria ou equivalentes;
- Índice Inflacionário Oficial, adotados pelo Governo Federal – IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que venha a substituí-lo.

Chegando-se ao seguinte cálculo:

Período: ago/2015 a ago/2016							
Participações - ago/2015			Preços de Referência (R\$)				(P%) x (Δv%)
Peso	R\$/km	%	ago-15	ago-16	Variação	ΔV	
P1	1,3168	28,95%	2,5324	2,60	V1	0,0267	0,77%
P2	0,1620	3,56%	1.298,57	1.520,00	V2	0,1705	0,61%
P3	1,8932	41,61%	1.541,00	1.694,60	V3	0,0997	4,15%
P4	0,7272	15,98%	350.982,29	380.013,14	V4	0,0827	1,32%
P5	0,4502	9,89%	IPCA		V5	0,0874	0,86%
Soma	4,5495	100%	Índice de Variação dos Preços de Insumos Básicos				7,71%
					IPK 1 - ago/2015		1,0202
					IPK 2 - ago/2016		1,1563
		Variação do IPKe					1,13%



	Modicidade Tarifária	0,5%
	Índice de Variação Total dos Fatores de Correção	6,81%
	Preço da Tarifa Vigente* (R\$/pass.)	3,2000
* Decreto Municipal nº 136 de 04 de agosto de 2015.		
	Preço da Tarifa Reajustada (R\$/pass.)	3,4007

Chegando-se ao preço da Tarifa em R\$ 3,6767 para atingir a Taxa de Retorno de Capital (TRC), definida no percentual de 9,01% (nove inteiros e um centésimo percentual), conforme critério técnico apresentado no Anexo I o Termo Aditivo;

CONSIDERANDO que, conforme Termo Aditivo PMF 122/2015, o Cálculo do Reajuste do Valor da Tarifa Técnica será feito pela CONTRATADA e previamente submetido ao CONTRATANTE para verificação da sua correção;

CONSIDERANDO que a CONTRATADA apresentou requerimento solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão reajustando o valor da Tarifa para o valor de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) por passageiro transportado;

CONSIDERANDO que O Conselho Municipal de Transporte Urbano e Trânsito de Forquilha, estabelecido pelo Decreto nº 124 de 06 de julho de 2015, aprovou o reajuste para o preço da passagem (Tarifa Pública),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da passagem do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Forquilha, em todos os percursos e linhas do serviço regular básico no valor de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos).

§ 1º Fica estabelecido o valor da passagem do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Forquilha para usuários estudantes, durante o ano letivo de 2016, também em todos os percursos e linhas do serviço regular, em R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos) por passageiro estudante transportado, que corresponde a um desconto de 30% em relação ao preço da passagem inteira, conforme alínea 'b' do § 3º do art. 36 da Lei nº 1.026/2003, com redação dada pela Lei nº 2.138/2015.

§ 2º Fica estabelecido o valor da passagem do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Forquilha para usuários estudantes, durante o ano letivo de 2017, também em todos os percursos e linhas do serviço regular, em R\$ 2,92 (dois reais e noventa centavos) por passageiro estudante transportado, que corresponde a um desconto de 20% em relação ao preço da passagem inteira, conforme alínea 'c' do § 3º do art. 36 da Lei nº 1.026/2003, com redação dada pela Lei nº 2.138/2015.

Art. 2º A empresa-concessionária manterá afixada em local visível, em cada ônibus e nas bilheterias, cartelas ou tabuletas, em que estejam indicados, em caracteres de fácil percepção, o novo valor estabelecido para a passagem.

Art. 3º O valor da passagem fixada neste decreto entrará em vigor a partir da 00h00min (zero hora) do dia 16 de outubro de 2016, cumprindo desde logo, ao concessionário, a adoção de medidas que se fizerem necessárias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de outubro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### PUBLICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 2014

#### PUBLICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 2014

A Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento da Contribuição de Melhoria, referente ao exercício fiscal de 2014.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO
29549	13/10/2016	4.148,58	GLORIA BENTA AMERICO	IMÓVEL: 2569 – 01.02.029.0240.001
29550	13/10/2016	1.380,45	BRUNO BECKHAUSER	IMÓVEL: 2600 – 01.02.030.0303.001
29551	13/10/2016	3.511,46	FIDELIS HOEPERS	IMÓVEL: 16536 – 01.02.031.0071.001
29552	13/10/2016	3.511,46	FIDELIS HOEPERS	IMÓVEL: 16540 – 01.02.031.0127.001
29553	13/10/2016	3.733,64	FIDELIS HOEPERS	IMÓVEL: 16541 – 01.02.031.0169.001

29554	13/10/2016	2.074,40	ADAIR JUNIOR MONSANI	IMÓVEL: 10194 – 01.04.012.0269.001
29555	13/10/2016	1.499,09	JUANIVAL RODRIGUES GOMES	IMÓVEL: 10213 – 01.04.013.0249.001
29556	13/10/2016	1.499,09	MARIA CLARA MARIANO	IMÓVEL: 10215 – 01.04.013.0276.001
29557	13/10/2016	2.354,20	ANTONIO CARLOS DE MEDEIROS	IMÓVEL: 10361 – 01.04.023.0027.001
29558	13/10/2016	2.071,12	CLEMILSON DA ROSA LEANDRO	IMÓVEL: 10366 – 01.04.023.0095.001
29559	13/10/2016	2.832,58	REACI FERREIRA CAMPANA	IMÓVEL: 27103 – 01.04.089.0474.001

Forquilha/SC, 13 de Outubro de 2016

Ademir Brandieli Pedro  
Secretario de Adm. e Finanças.



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2016-PMF RP 0023

Aviso do Pregão Presencial nº 0031/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0023/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha, e outros, para uso no Fundo Municipal de Saúde, com entregas parceladas durante o período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017. Vigência/Validade da Ata: outubro de 2016 a fevereiro de 2017. Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 26.10.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de outubro de 2016.

Nilce Pinz – Secretária Municipal de Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0140/2016-PMF RP 0090

Aviso do Pregão Presencial nº 0140/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0090/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de materiais elétricos e outros, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), e dos Órgãos Participantes (FME, FMS e SANEFRAI), durante os meses de outubro de 2016 a março de 2017. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 13:45 horas do dia 01.11.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0141/2016-PMF RP 0091

Aviso do Pregão Presencial nº 0141/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0091/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de tintas para demarcação viária, tachões e cola para tachões, que será usado na sinalização viária, para uso do Órgão Executivo de Trânsito do Município (ORTFRAI). Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 16:00 horas do dia 27.10.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 16:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 16:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185.

Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 248/2016

DECRETO Nº 248, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	50.000,00
0.1.0300 (63)		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0300 (86)		
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	20.000,00
0.1.0200 (111)		
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	10.000,00
0.1.0200 (143)		
Total	R\$	100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M.	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1801/2016**

PORTARIA Nº 1801, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0016 de 05 de Abril de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1268/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 24 horas semanais substituindo a professora ANGELA BALESTRIN, que assumiu as aulas da professora MARIA CRISTINA SILVA que encontra-se de férias;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SHEILA CHELLI DE MEDEIROS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 845.377.609-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES com carga horária de 24 horas semanais, no período de 14 de outubro de 2016 até 05 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1802/2016**

PORTARIA Nº 1802, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de Setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1266/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

Considerando que está por 20 horas substituindo a professora MARLENE FORTES, que encontra-se em Auxílio-doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANE DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.176.679-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de outubro de 2016 até 28 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1803/2016**

PORTARIA Nº 1803, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de Setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1267/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

Considerando que está por 40 horas substituindo a professora MARLETE PALMIRA SCHNEIDER, que aposentou-se;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 613.497.049-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1804/2016**

PORTARIA Nº 1804, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora IARA CAMPAGNARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 083.209.929-58, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de outubro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2102

Sexta-feira - 14 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Grão Pará.....	56	Penha.....	109
Anchieta.....	3	Guaramirim.....	57	Pinheiro Preto.....	110
Antônio Carlos.....	4	Herval d'Oeste.....	58	Planalto Alegre.....	111
Arabutã.....	5	Ibiam.....	59	Pomerode.....	112
Arroio Trinta.....	6	Imbituba.....	60	Ponte Serrada.....	113
Ascurra.....	7	Indaial.....	61	Porto União.....	114
Barra Bonita.....	8	Ipumirim.....	62	Presidente Nereu.....	117
Bela Vista do Toldo.....	9	Irineópolis.....	63	Princesa.....	118
Biguaçu.....	10	Itá.....	64	Rio das Antas.....	119
Blumenau.....	13	Itaiópolis.....	65	Rio dos Cedros.....	122
Bom Retiro.....	17	Itapiranga.....	66	Rio do Sul.....	120
Botuvera.....	18	Itapoá.....	67	Romelândia.....	123
Braço do Trombudo.....	19	Ituporanga.....	68	Santa Terezinha do Progresso.....	124
Brunópolis.....	20	Jaraguá do Sul.....	69	São Bento do Sul.....	125
Brusque.....	21	Joaçaba.....	72	São Carlos.....	130
Caçador.....	23	Lages.....	74	São Domingos.....	131
Camboriú.....	24	Laguna.....	75	São João do Oeste.....	132
Campo Alegre.....	25	Lauro Muller.....	76	São João do Sul.....	133
Campo Erê.....	26	Lebon Regis.....	77	São José.....	134
Campos Novos.....	27	Leoberto Leal.....	79	São José do Cedro.....	135
Capinzal.....	28	Lindóia do Sul.....	80	São Lourenço do Oeste.....	136
Catanduvas.....	29	Lontras.....	81	São Miguel do Oeste.....	137
Caxambu do Sul.....	30	Luzerna.....	82	São Pedro de Alcântara.....	138
Chapadão do Lageado.....	31	Macieira.....	83	Schroeder.....	140
Chapecó.....	32	Mafra.....	84	Seara.....	141
Cocal do Sul.....	33	Maravilha.....	85	Serra Alta.....	142
Concórdia.....	34	Massaranduba.....	86	Sul Brasil.....	143
Cordilheira Alta.....	35	Meleiro.....	87	Tigrinhos.....	144
Coronel Freitas.....	36	Modelo.....	88	Timbé do Sul.....	145
Coronel Martins.....	39	Mondai.....	90	Timbó.....	146
Corupá.....	42	Navegantes.....	91	Três Barras.....	147
Curitibanos.....	43	Nova Trento.....	92	Treze Tilias.....	148
Dionísio Cerqueira.....	44	Novo Horizonte.....	93	Trombudo Central.....	149
Eral Velho.....	45	Orleans.....	94	Tunápolis.....	150
Faxinal dos Guedes.....	46	Ouro Verde.....	95	Turvo.....	152
Flor do Sertão.....	48	Palhoça.....	96	União do Oeste.....	153
Forquilha.....	49	Palmitos.....	103	Vargeão.....	154
Fraiburgo.....	50	Papanduva.....	104	Videira.....	155
Frei Rogério.....	51	Paraíso.....	105	Vitor Meireles.....	156
Galvão.....	52	Passo de Torres.....	106	Xanxerê.....	157
Garopaba.....	53	Passos Maia.....	107	Xavantina.....	158
Gaspar.....	54	Paulo Lopes.....	108	Xaxim.....	159

### Associações

AMERIOS.....	160
--------------	-----

### Consórcios

CIMCATARINA - Consórcio.....	161	CIS/AMMVI - Consórcio Itajaí.....	161
CIMVI - Consórcio.....	161		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **PRAZO DE VALIDADE DA ATA 02/2016 = SERVIÇOS FUNERÁRIOS**

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 02/2016, provenientes do processo licitatório nº 03/216, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2016, Registro de Preços nº 02/2016, do Fundo Municipal de Assistência Social, firmada no dia 15/04/2016, com o seguinte fornecedor: CENTRAL DE SERVIÇOS FUNERARIOS LTDA – ME, encontra-se dentro de seu prazo de validade, com vencimento previsto para o dia 14 de abril de 2017.

Copia da ata em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 do e-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br) e ou [licitacao@freirogerio.sc.gov.br](mailto:licitacao@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério, 14 de outubro de 2016  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2016 - 153 A 167

DECRETO Nº 153/2016

CONCEDE LICENÇA AUXÍLIO MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, resolve e;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença auxílio maternidade, para a servidora Luciane Freschi Bernardo, ocupante do cargo de enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 150 dias, com efeitos a partir do dia 20 de setembro de 2016 e término previsto para o dia 16 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de setembro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 154/2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, MESMA ENTIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015 de 09/11/2015, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do corrente exercício de 2016, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Galvão, Estado de Santa Catarina, crédito no valor de R\$ 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

12.361.1201 – 2.034 – 3190000000 – 01.0018 - Ap. Diretas R\$ 377.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito especificado no Artigo 1º, serão utilizados conforme segue:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

12.361.1201 – 2.034 – 3190000000 – 01.0019 - Ap. Diretas R\$ 377.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de setembro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 155/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, o pedido formulado pelo servidor, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor João Maria Cordeiro, ocupante do cargo em comissão de Coordenador, nomeado através do Decreto nº 014/2013 de 21/01/2013, exonerado de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 30 de setembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 156/2016

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor Antonio Carlos Loureiro, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, nomeado para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, com efeitos a partir do dia 04 de outubro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 157/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa



Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pelo servidor;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 184/2013 de 28/06/2013, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência – proporcional, para o servidor Ivalcir José Paris, ocupante do cargo de operador de trator agrícola, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 01 (um) mês, com efeitos a partir do dia 06 de outubro de 2016 e término previsto para o dia 05 de novembro de 2016, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2003 até 09/02/2008.

Parágrafo Único. Fica encerrado o respectivo período aquisitivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 158/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pelo servidor, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Ivalcir José Paris, ocupante do cargo de operador de trator agrícola, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 06 de novembro de 2016 e término previsto para o dia 05 de fevereiro de 2017, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2008 até 09/02/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 159/2016**

**DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as

Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica encerrada a contratação da servidora Letícia Maria Piassoli, ocupante do cargo de professor, contratada em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Municipal nº 083/2016 de 09/05/2016, com efeitos a partir do dia 05 de outubro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 160/2016**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Delaide Aparecida de Lara, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 06 (seis) meses, sendo no período matutino, equivalendo a 03 (três) meses consecutivos, com efeitos a partir do dia 05 de novembro de 2016 e término previsto para o dia 04 de maio de 2017, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 20/03/2001 até 19/02/2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 161/2016**

**DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIDOR CONTRATADO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005 e 520/2005, considerando o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público de SC em 25/06/2015, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica encerrada a contratação do servidor Mário Ernesto de Quadros, ocupante do cargo de agente de vigilância sanitária, contratado por tempo determinado, por excepcional interesse público, através do Decreto Municipal nº 200/2014 de 01/10/2014, lotado

na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir do dia 10 de novembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 162/2016

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIDORA CONTRATADA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005 e 520/2005, considerando o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público de SC em 25/06/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrada a contratação da servidora Greice Wosnes, ocupante do cargo de agente de vigilância sanitária, contratada por tempo determinado, por excepcional interesse público, através do Decreto Municipal nº 202/2014 de 01/10/2014, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir do dia 10 de novembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 163/2016

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o servidor Angelo Sebastião Barbosa, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, nomeado através do Decreto Municipal nº 005/92 de 06/01/1992, obteve a concessão de aposentadoria, pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

CONSIDERANDO o disposto da Lei Complementar nº 520/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais), que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal que veda a investidura em cargo público sem a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que a permanência deste servidor público no cargo, após a concessão de aposentadoria, implica em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago 01 (um) Cargo Público de Operador de Máquinas Rodoviárias, integrante do Plano de Cargos do Município

de Galvão-SC, em função da concessão de aposentadoria ao servidor Angelo Sebastião Barbosa, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o Município, a partir do dia 07 de outubro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 164/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015 de 09/11/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, crédito no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura

26.782.2601 – 2.043 – 3390000000 – 01.0007 – Ap. Diretas R\$ 10.500,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Receita 417220113000000, Fonte de Recursos nº 01.0007, no valor de R\$ 10.500,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 165/2016

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estipulado que a partir do dia 17 de outubro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016, as repartições públicas municipais abaixo relacionadas, atenderão em expediente/turno único de 06 (seis) horas diárias consecutivas, sendo com início às 07h00min e término às 13h00min, conforme segue:

- Sec. Mun. de Administração e Gestão (Centro Administrativo);
- Sec. Mun. de Infra Estrutura (Estradas / Urbanismo);
- Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Fica ainda, determinado que não existam mudanças nos horários de atendimento das Secretarias Municipais de Saúde,

Educação e Desenvolvimento Social, por se tratar de serviços essenciais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

#### DECRETO Nº 166/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015 de 09/11/2015, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 58.599,36 (cinquenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal da Saúde

10.305.1001 – 2.029 – 33900000000 – 01.0038 – Ap. Diretas R\$ 3.920,00

10.304.1001 – 2.030 – 33900000000 – 01.0038 – Ap. Diretas R\$ 5.049,33

10.301.1001 – 2.031 – 33900000000 – 01.0038 – Ap. Diretas R\$ 384,65

10.301.1001 – 2.053 – 33900000000 – 01.1067 – Ap. Diretas R\$ 18.100,00

10.302.1001 – 2.028 – 33900000000 – 01.0038 – Ap. Diretas R\$ 31.145,38

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 58.599,36 (cinquenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), das seguintes receitas: 413550103060000, Fonte 01.0038; 413250103070000, Fonte 01.0038; 413250103080000, Fonte 01.0038; 417213307000000, Fonte 01.0038; 417213308000000, Fonte 01.0038; 417213324000000, Fonte 01.0038; 417223301000000, Fonte 01.1067.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

#### DECRETO Nº 167/2016

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL COM VISTAS A AVALIAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a transição de mandato que ocorrerá no final do exercício 2016, em decorrência das eleições municipais, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma comissão municipal para avaliação do inventário público do Município de Galvão-SC, com o objetivo de identificar individualmente os bens públicos municipais móveis e imóveis, com vistas à transição de mandato que ocorrerá no final do exercício 2016, composta conforme segue:

Servidor (a) Função na Comissão  
Ednilson Erasmo Bitencourt Presidente  
Sandra Maria Turmina Secretário  
Denis Albert Spricigo Membro  
Roberval Dalla Cort Membro

Art. 2º. Fica estipulado o prazo até o dia 30 de novembro de 2016, para o término dos trabalhos da comissão ora nomeada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de outubro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE044/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega em parcela única, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a aquisição de equipamentos necessários para implantação do projeto "Brincando com Música", desenvolvido pelo Conselho Municipal de Assistência Social e equipamentos para a Secretaria de Assistência Social. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h10min do dia 26/10/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h20min do dia 26/10/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE050/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 050/2016

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, Controlados e de demandas judiciais. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 26/10/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 26/10/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 13 de outubro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 169/2016

DECRETO N.º 169, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 71.568,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.999 de 13/10/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 71.568,00 (setenta e um mil e quinhentos e sessenta e oito reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	71.568,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	10.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	10.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	31.568,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	16.568,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	30.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 71.568,00 (setenta e um mil e quinhentos e sessenta e oito reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	71.568,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	6.568,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	6.568,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	45.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 170/2016

DECRETO N.º 170, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 172.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.000 de 13/10/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), no Orçamento

vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15.000,00
04422142.033 - Apoio ao Conselho Tutelar	15.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	14.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	14.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	14.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	143.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	143.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	143.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	30.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	30.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	40.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	20.000,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	20.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	42.000,00
12361281.015 - Aquisição de Veículos Escolares	1.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12361281.016 - Construção de Biblioteca	4.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
13392281.017 - Construção do Museu Municipal	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	1.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	10.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
13392282.027 - Apoio a Cultura	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	40.000,00
20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PE Nº 40/2016

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 40/2016

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016, que teve por objeto a aquisição de aterro, para uso da secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

Garopaba, 04 de outubro de 2016  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1999, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 1.999, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 71.568,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 71.568,00 (setenta e um mil e quinhentos e sessenta e oito reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	71.568,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	10.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	10.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	31.568,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	16.568,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	30.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 71.568,00 (setenta e um mil e quinhentos e sessenta e oito reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	71.568,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	6.568,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	6.568,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	45.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## LEI Nº 2000, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.000, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 172.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15.000,00
04422142.033 - Apoio ao Conselho Tutelar	15.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	14.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	14.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	14.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	143.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	143.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	143.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	30.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	30.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	40.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	20.000,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	20.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	42.000,00
12361281.015 - Aquisição de Veículos Escolares	1.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12361281.016 - Construção de Biblioteca	4.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
13392281.017 - Construção do Museu Municipal	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	1.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	10.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
13392282.027 - Apoio a Cultura	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	40.000,00
20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## PORTARIA N.º 939/2016

PORTARIA N.º 939, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, BEATRIZ DOS SANTOS PIRES, CPF n.º 089.975.379-54, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, do Gabinete do Prefeito, a partir de 17 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## PORTARIA N.º 942/2016

PORTARIA N.º 942, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, EDEVALDO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, CPF n.º 068.892.519-70, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE HABITAÇÃO, da Secretaria de Assistência Social, a partir de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 157/2016

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2016

OBJETO: Registro de Preços de Materiais de Construção. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 26/10/2016, no Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 13/10/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.174, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.174, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA RICARDO PEREIRA DO CARGO DE COORDENADOR GERAL DE OFICINA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, RICARDO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 940.341.509-63, do cargo em comissão Coordenador Geral de Oficina, ref.50, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.008, de 31 de maio de 2016, a partir de 06 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 06 de outubro de 2016.

Gaspar, 06 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.177, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.177, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA LUIS ALVARO OTIQUIR PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR GERAL DE OFICINA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 07 de outubro de 2016, o servidor LUIS ALVARO OTIQUIR, inscrito no CPF sob o nº 486.403.289-00, para o exercício de cargo em comissão de Coordenador Geral de Oficina, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ref. 50, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de outubro de 2016.

Gaspar, 06 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

### DECRETO Nº 7.192, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.192, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA THAISA CARLA DOS SANTOS PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARA ASSUNTOS DA JUVENTUDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 07 de outubro de 2016, a servidora THAISA CARLA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 022.036.869-44, para o exercício de cargo em comissão de Assessora para Assuntos da Juventude, lotada na Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, ref. 33.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de outubro de 2016.

Gaspar, 10 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

### DECRETO Nº 7.193, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.193, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA LARISSA STEFANY CRUZ LOPES DO CARGO DE COORDENADOR MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, LARISSA STEFANY CRUZ LOPES, inscrita no CPF sob o nº 102.126.839-93, do cargo em comissão de Coordenador Municipal de Defesa do Consumidor-PROCON, ref.33, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.898, de 1º de abril de 2016, a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de outubro de 2016.

Gaspar, 10 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.194, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.194, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA PEDRO PEREIRA DO CARGO DE SUPERINTENDENTE DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, PEDRO PEREIRA, inscrito no CPF



sob o nº 889.766.539-04, do cargo em comissão de Superintendente da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor-PROCON, ref.70, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 6.899, de 1º de abril de 2016, a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de outubro de 2016.

Gaspar, 10 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 7.195, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 7.195, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 11 de outubro de 2016, o servidor ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 036.638.489-90, para o exercício de cargo em comissão de Superintendente da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, lotado na Procuradoria, ref. 70, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de outubro de 2016.

Gaspar, 10 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.196, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 7.196, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA PEDRO PEREIRA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR -PROCON.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 11 de outubro de 2016, o servidor PEDRO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 889.766.539-04, para o exercício de cargo em comissão de Coordenador Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, lotado na Procuradoria, ref. 33, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de outubro de 2016.

Gaspar, 10 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito de Gaspar

### **INEXIGIBILIDADE Nº 232/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade nº 232/2016

OBJETO: Contratação da empresa de transporte coletivo atuante no Município de Gaspar, para o fornecimento de vales-transportes para servidores e/ou funcionários lotados na Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI – COLETIVO CATURANI (CNPJ nº 13.679.560/0001-66). Valor Total Julgado: R\$ 2.190,00 (dois mil, cento e noventa reais). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

### **PORTARIA Nº 5.041, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 5.041 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA M.I. DE A.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991, Considerando o teor do Ofício nº 234/2016, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e do Ofício nº 228/2016, da Secretaria Municipal de Educação, bem como o boletim de ocorrência nº 00035-2016-05264,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade da servidora M.I. de A., ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, inscrita sob a matrícula n. 11.874, por suposta agressão física na criança Y.V.B. da S. de 03 anos de idade. O fato teria ocorrido no interior do local onde a servidora é lotada, no dia 15 de setembro de 2016.

Art. 2º O Processo Administrativo Disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovadas as ocorrências dos fatos denunciados, estará a servidora sujeita à penalização, com fundamento no artigo 146, incisos I, III, e XI e artigo 162, inciso VII, ambos da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 5.044, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 5.044, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

APLICA PENALIDADE DE SUSPENSÃO À SERVIDORA LUCIANE ERONDINA VIEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 171, inciso II da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, com fulcro no art. 157, II da mesma lei, em conformidade com o Julgamento Administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2016, instaurado pela Portaria nº 3.983, de 30 de março de 2016, e reinstaurado pela Portaria nº 4.089, de 05 de agosto de 2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Suspensão por 40 (quarenta) dias, a partir de 17 de outubro de 2016, à servidora pública municipal LUCIANE ERONDINA VIEIRA, matrícula nº 13.064, ocupante do cargo efetivo cirurgia dentista, por transgressão ao artigo 146, incisos III e X, com fundamento no artigo 162, inciso III combinado com o artigo 169, todos da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, uma vez que restou comprovado que a servidora praticou os fatos descritos na portaria instauradora do processo administrativo disciplinar.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos realize os devidos registros funcionais e adote as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**TOMADA DE PREÇOS Nº 224/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 224/2016

OBJETO: implantação de projeto preventivo do CDI Tia Maria Elisa. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 01/11/2016. ABERTURA: dia 01/11/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar(SC), 13/10/2016.

MARLENE ALMEIDA – Secretária Municipal de Educação

**TOMADA DE PREÇOS Nº 230/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 230/2016

OBJETO: reforma da cozinha do CDI Dorvalina Fachini. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 04/11/2016. ABERTURA: dia 04/11/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar(SC), 13/10/2016.

MARLENE ALMEIDA – Secretária Municipal de Educação

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**PORTARIA N. 92 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA N. 92 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR RUI CARLOS DESCHAMPS

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor RUI CARLOS DESCHAMPS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados ANM-I-A, referente ao período aquisitivo de 01/01/2010 a 31/12/2015, que será gozada a partir de 13/10/2016 a 10/01/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 13 de outubro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Grão Pará

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 57-2016 (CELSO DE BONA)

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 57/2016, DATADO DE 07 DE JUNHO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CELSO DE BONA DA SILVA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA, SINALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E MEIOS-FIOS, NA RUA TEODORO E. WESSLING, COM ÁREA DE 2.373,41M², EXTENSÃO DE 388,59M, NA VILA RODOLFO MARTINHO MEURER, NA LOCALIDADE DE RIO PEQUENO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa CELSO DE BONA DA SILVA EPP, estabelecida na Rod Sc 438, KM 42, Interior, São Ludgero, 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.109.878/0001-60, representada, neste ato, pelo, Sr CELSO DE BONA DA SILVA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.201.606 e inscrito (a) no CPF sob o n. 907.643.829-34, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 57/2016, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V – Do Preço Global, conforme descrito a seguir: a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 31.590,98 (trinta e um mil, quinhentos e noventa reais e noventa e oito centavos), passando o valor global da obra de R\$ 145.736,75 (Cento e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 177.327,73 (cento e setenta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos).

Tais incrementos se fazem necessários para garantir a melhor qualidade da obra, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de outubro de 2016.

AMILTON ASCARI	CELSO DE BONA DA SILVA
Prefeito Municipal	Diretor Comercial

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 57-2016 EXEC(CELSO DE BONA)

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 57/2016, DATADO DE 07 DE JUNHO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A CELSO DE BONA DA SILVA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA, SINALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E MEIOS-FIOS, NA RUA TEODORO E. WESSLING, COM ÁREA DE 2.373,41M², EXTENSÃO DE 388,59M, NA VILA RODOLFO MARTINHO MEURER, NA LOCALIDADE DE RIO PEQUENO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa CELSO DE BONA DA SILVA EPP, estabelecida na Rod Sc 438, KM 42, Interior, São Ludgero, 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.109.878/0001-60, representada, neste ato, pelo, Sr CELSO DE BONA DA SILVA, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 3.201.606 e inscrito (a) no CPF sob o n. 907.643.829-34, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 57/2016, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 04 (quatro) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 08 (oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 07 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 07 de outubro de 2016.

AMILTON ASCARI	CELSO DE BONA DA SILVA
Prefeito Municipal	Administrador da Contratada

#### T E S T E M U N H A S

### PR 02/2016 SAMAE COMBUSTÍVEL

serviço autônomo municipal de água e esgoto- samae

Estado de Santa Catarina

município de grão-pará

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 03/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2016-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 e 2017. Data e Horário de Abertura: 04/11/2016, às 14h. Local: Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Grão Pará - SC, 88890-000, Sede do Samae. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1248,

ou pelo email samaegpa@brturbo.com.br.

Grão-Pará/ SC, 13 de outubro de 2016.  
ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO  
DIRETOR – SAMAE

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - SUPER LIDER**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Super Líder Alimentos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário a continuidade do fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA

Ordens de Pagamento: 3691, 4619, 4141, 4233, 1487, 1413, 1415, 1431, 1471, 1511, 4614, 4617, 4234, 4235, 4236, 1518.

Valor: R\$ 7.752,23

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 13 de outubro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
refeito Municipal



# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 52/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 52/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 145/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO, TIPO VAN FURGÃO, ZERO KM, ADAPTADO COMO AMBULÂNCIA, ATRAVÉS DE RECURSOS DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO Nº 000276/2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.093.163/0001-21, estabelecida na Rod. BR 376, Km 188,5 s/nº, bairro Jardim Santa Izabel, município de Marialva, Estado do Paraná.

Valor: R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito reais).

Data da Assinatura: 11/10/2016 Vigência: 11/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 13/10/2016  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº. 04/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04 /2016/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação de inscrição de entidades no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE GUARAMIRIM, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.638 de 26 de outubro de 2009, pelo Regimento Interno do CMDCA de 27 de Agosto de 2012 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 05 de Setembro de 2016,

Considerando:

- A necessidade de regulamentar os procedimentos com vistas à inscrição dos programas de atendimento às crianças e/ou adolescentes executados pelas Entidades Governamentais e Não governamentais, de conformidade com o artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o registro da entidade Fundação Projeto Pescar/ Dibrape Guaramirim no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 04 de outubro 2016.  
JANDIRA VRÉS FREITAG  
PRESIDENTE DO CMDCA

### RETIFICAÇÃO EDITAL 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM  
EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 56/2016  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no município de Guaramirim.

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Lauro Frohlich, torna público para o conhecimento dos interessados na licitação Concorrência nº 56/2016, que está promovendo alterações no Edital, nos seguintes aspectos: Anexo II – Projeto Básico e Edital item 7.1.4. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem a formulação das propostas, esta administração publica comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: DATA, HORA e LOCAL: até às 09h00 min do dia 17 de novembro de 2016, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

O Edital versão II e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 08:00h às 14:00h, fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM (SC), 11/10/2016  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 77 - LUCIA CATARINA ALVES DE JESUS CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora LUCIA CATARINA ALVES DE JESUS, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 613.254.149-72, aprovada em 77º lugar no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.526/2016, de 01 de junho de 2016, para o Cargo de Professor de Educação Infantil, para assumir vaga de 20h, período vespertino, na EBM Estação Luzerna em substituição a servidora Gigliola Raquel Bizinela Meneguini que se encontra de atestado médico.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 14 de outubro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LUCIA CATARINA ALVES DE JESUS

### LICITAÇÃO DESERTA TP Nº 005/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa Especializada para a execução de sistema de controle de quedas de rochas para proteção de encosta instável, localizada na Rua Francisco Porto Moreira, Bairro Santo Antonio com fornecimento de material e mão de obra.

### LICITAÇÃO DESERTA

Tendo em vista que nenhuma empresa apresentou interesse em participar do certame licitatório em epígrafe, Declaro o Processo Licitatório nº 0056/2016, como "Deserto".

Determino ao setor competente que sejam tomadas as providências necessárias para novo processo Licitatório.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 13 de outubro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1136/2016

PORTARIA Nº 1136/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR por motivo de falecimento conforme Certidão de Óbito ocorrido em 10 de outubro de 2016, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pelo Servidor ALCIDES JARENTCHUK (Matr. 591), o qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "E", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar de 10 de Outubro de 2016, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1137/2016

PORTARIA Nº 1137/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 13 de outubro de 2016, do servidor ANTONIO NELSON ROMUALDO (Matr. 447), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "I", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1138/2016**

PORTARIA Nº 1138/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1184/2015, da Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Telefonista, Nível – 6/2, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2014, para serem gozadas a partir de 13 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1139/2016**

PORTARIA Nº 1139/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 280/2016, da Servidora ALICE VANAZZI (Matr. 2752), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2014 e 05 de maio de 2015, para serem gozadas a partir de 13 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1140/2016**

PORTARIA Nº 1140/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 380/2016, da Servidora MARIA INÊS MOROZINI (Matr. 3181), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16

de março de 2014 e 15 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 13 de outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1141/2016**

PORTARIA Nº 1141/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 30 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 13 de outubro de 2016 a 11 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1142/2016**

PORTARIA Nº 1142/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora EDI SPIER EBERT (Matr. 3714), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 03 de setembro de 2013 a 14 de outubro de 2016, com interstício de 42 (quarenta e dois) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### CONTRATO 011/2016

CONTRATO 011/2016- FMS

Processo 011/2016 FMS

Que entre si fazem o FUNDO Município de SAÚDE DE Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.250.761/0001-18, situado na Avenida 20 de Julho, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa Espaço CASA DAISY EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.219.246/0001-23, sediado Rua Saul Brandalise, 1169, centro – Videira- SC - CEP 89.560-000, neste ato representado por Joana Paravisi Ceron, inscrito no CPF 058.257.799-30, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Saul Brandalise, nº 1169, Centro – Videira- SC - CEP 89.560-000 doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de mobiliário para secretaria de Saúde, do município de Ibiam.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: PREÇO, PAGAMENTO.

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 4.296,00 (quatro mil duzentos e noventa e seis reais), a ser pago após a entrega total dos itens.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA

1. Após a solicitação formal por parte do Fundo Município de Saúde de Ibiam, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 30(trinta) dias, para fornecimento do item.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 16

Detalhamento complemento: 44905242

4.2. Os recursos financeiros serão do Ministério da Saúde o PMAQ, do exercício financeiro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

#### CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato

nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento ) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos - trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto, respeitando o prazo da cláusula terceira.

#### CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 03 de Outubro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO

CASA DAISY EIRELI – ME

Joana Paravisi Ceron

CNPJ: 09.219.246/0001-23

Testemunhas:

Eudes Vilmar Trindade

CPF nº 509.352.839-00

Olivo Ceron

CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

**DECRETO Nº 2958/2016**

DECRETO Nº 2958, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL"

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros, titular e suplente, para integrarem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

Representante do Poder Executivo:

Titular - Célio Lucas Ramos

Suplente – José Luiz Lizot

Representante dos Trabalhadores Rurais:

Titular – Romeo Pirolli

Suplente – Neivo José Pocera

Representante do Banco do Brasil:

Titular - Charles Munsfeld

Suplente – Alvaro Mauricio Maciel Ceron

Suplente – Juverlandi Aguiar Neris

Representante da EPAGRI:

Titular – João Luiz Ricciardi

Comunidade de São Pascoal:

Titular – Luciano Ceron

Suplente – Mário Sérgio Becker

Comunidade de São Sebastião:

Titular – Adriano Raizer de Souza

Suplente – Sélio Cardoso Raizer

Suplente - Marcelo da Costa Slongo

Comunidade Santo Alécio:

Titular – Sidnei Elias Strapazzon

Suplente – Daniel Rossato

Comunidade Linha Nova:

Titular – Francisco Danielewz

Suplente – Jamir Titon

Comunidade Linha Trevisol:

Titular – Elizeo Antonio Trevisol

Suplente – Eloí João Giusti

Comunidade Linha Gaúcha:

Titular - Carlos Possera

Suplente - Jackline Dalmolin Odorizzi

Suplente – Cleber Dissegna

Comunidade Linha União:

Titular – Edenilso Adair Piovesan

Suplente – Neulcimar Dalmilin Dal Bosco

Comunidade Linha Central:

Titular – Sandro Tonello Possera

Suplente – Alfonso Dalmolin

Comunidade Linha Rui Barbosa

Titular – Geraldo Antonio Dalmolin

Suplente – Antonio Sonda

Comunidade Linha Cerro Azul:

Titular – Renato Wille

Suplente – Juarez Gonçalves Walter

Comunidade Linha Gramadinho:

Titular – Waldemiro Thomé

Suplente – Amauri Zanin

Suplente - Luiz Dalazen

Comunidade Linha Gheno:

Titular – José Carlos Gheno

Suplente – Sales Clair Slongo

Art. 2º. Os membros do Conselho de Desenvolvimento Rural terão mandato de dois anos.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 2550 de 30 de outubro de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 de outubro de 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº 01/2016 (ADOLESC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEAST

PROCESSO Nº 04/2016

DISPENSA Nº 01/2016

Objeto: contratação de faculdade e/ou instituto, para prestar serviços de assessorias especializadas para a secretaria de assistência social.

Empresa: Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

CPF: 08.940.383/0001-90

Valor Total: R\$ 13.900,00 (Treze mil e novecentos Reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de outubro de 2016.

Viviane Marques Bezerra

Secretária Interina SEAST

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO Nº 93/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 93/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 26 de outubro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de telhas para uso na reforma do Ginásio de Esportes da Escola Hermínia de Souza Marques. "

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link portal da transparência.

Imbituba, 14 de outubro de 2016.

Izabel da Fonseca Cavalcante

Secretária Municipal de Educação - SEDUC

### PUBLICAÇÃO DE EXTRATO REABERTURA DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 85/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 85/2016, que tem como objeto a "contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coordenação, supervisão, controle e de subsídios à fiscalização de obras rodoviárias, obras estas que compreenderão terraplanagem, drenagem, obras de arte correntes, pavimentação, sinalização e serviços complementares, bem como a fiscalização e controle de materiais utilizados na VAP - Via Arterial Principal (Av. Marieta Konder Bornhausen e rua Manoel Florentino Machado), na cidade de Imbituba/SC".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 31 de outubro de 2016, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 14 de outubro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Presidente da CPL

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 046/2016**

Ato da Presidência nº 046/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 34ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 17 de outubro de 2016 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
081	PL nº 4.867/2016	13/10/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 388/2016	13/10/2016	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 13 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2147/16

. DECRETO Nº 2147/16

. De 13 de outubro de 2016

Delega atribuições / Patrícia Nickhorn e Silva / Márcio Antônio Ferrari

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando o afastamento do titular,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegada a PATRÍCIA NICKHORN E SILVA, Arquiteta, atribuição para responder as questões técnicas da Secretaria de Planejamento e Habitação, cumulativamente com as atribuições do seu cargo, a partir de 13 de outubro de 2016.

Art. 2º - Fica delegado a MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI, Secretário de Administração e Finanças, atribuição para responder as questões administrativas financeiras e assinar a documentação pertinente da Secretaria de Planejamento e Habitação, cumulativamente com as atribuições do seu cargo, a partir de 13 de outubro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 13 de outubro de 2016.

Município de Indaial, em 13 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 136/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 136/2016

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na rua Anelio Nicocelli, nº 1.720, bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, sócio/proprietário, inscrito no CPF sob nº 638.924.309/00 e Cédula de Identidade nº 2.191.067-7, residente à Rua Germano Marquardt, nº 187, bairro Vila Lalau, cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da pavimentação asfáltica da Rua Uruguai, com extensão de 334,46 metros (início: Avenida Maria Simão – estaca 0+0,00 PP; término: Rua das Nações – estaca 16+14,46 PF), passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 01 de outubro de 2016 até 29 de novembro 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 30 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
--	--

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC nº 5.824
--	---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 137/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 137/2016

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na rua Anelio Nicocelli, nº 1.720, bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim – Estado de Santa Catarina, representada neste ato



por seu Representante Legal, Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, sócio/proprietário, inscrito no CPF sob nº 638.924.309/00 e Cédula de Identidade nº 2.191.067-7, residente à Rua Germano Marquardt, nº 187, bairro Vila Lalau, cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da pavimentação asfáltica da Rua Paraguai, com extensão de 317,88 metros (início: Avenida Maria Simão – estaca 0+0,00 PP; término: Rua das Nações – estaca 15+17,88 PF), passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 03 de outubro de 2016 até 01 de dezembro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 03 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 145/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 145/2016

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito

no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFESSÃO LUTERANA EM INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.716.469/0001-97, estabelecida à Rua Oswaldo Cruz, nº 98, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua representante legal MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, por seu representante Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49, RG sob nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 110/2016 – Termo de Dispensa nº 001/2016 – 19208, com as seguintes cláusulas e condições:

Considerando equívoco nos cálculos, quando da confecção do contrato, que tem como objeto a locação de um imóvel, com características de sala comercial, com área de 285,00 m<sup>2</sup>, em alvenaria, contendo 01 (uma) sala, 03 (três) banheiros, além de 03 (três) vagas de estacionamento na área externa. Edificação em imóvel registrado no Livro de Transcrição das Transmissões no 3-E, folha 78. Registro anterior sob no 4.564 de Blumenau, o presente Termo Aditivo visa a retificação dos referidos valores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$3.058,70 (três mil cinquenta e oito reais e setenta centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 36.704,40 (trinta e seis mil setecentos e quatro reais e quarenta centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 20 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Sérgio Almir dos Santos Adriane Machado Ferrari  
Locatário Locatário

MAPA IMOBILIÁRIA LTDA  
Rogério Isnar Patrício  
Locador

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Tânia Lúcia Petters  
Assessora Jurídica  
OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

# Ipumirim

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 27/10/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 27/10/2016. Objeto da licitação: aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 13/10/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 54, PP Nº 28-2016/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2016 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 54/2016 <b>Data do Processo:</b> 26/09/2016
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 35/2016 (Sequência: 2)**

Ao(s) 11 de Outubro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 54/2016, Licitação nº 28/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME e QUARK ENGENHARIA LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº NEIVALDO ZAMPRONIO sócio proprietário da empresa NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME e o Srº BERNARDO VARGAS DE SOUZA procurador da empresa QUARK ENGENHARIA LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Micro empresa somente a empresa NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME se credenciou como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante:** 9320 - NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Mão de obra e serviço manutenção e instalação rede Iluminação Pública	H	400,00	FLAMA	0,0000	26,00	10.400,00
2	Braço comum IP 25x1000mm	UN	30,00	TAKT GTN	0,0000	14,00	420,00
3	Braço comum IP 25x3000mm	UN	30,00	TAKT GTN	0,0000	55,00	1.650,00
4	Chave IP 1x50A 250V	UN	25,00	EXATRON	0,0000	166,00	4.150,00
5	Chave IP 2x30A 250V	UN	10,00	EXATRON	0,0000	180,00	1.800,00
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v	M	200,00	CORFIO	0,0000	0,85	170,00
7	Fita isolante adesiva 20m	UN	50,00	FAME	0,0000	3,00	150,00
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m	UN	20,00	PRISMYAN	0,0000	10,00	200,00
9	Lâmpada VS 150W	UN	100,00	EMPALUX	0,0000	18,00	1.800,00
10	Lâmpada VS 250W	UN	150,00	EMPALUX	0,0000	19,00	2.850,00
11	Lâmpada VS 400W	UN	40,00	EMPALUX	0,0000	25,00	1.000,00
12	Lâmpada VS 70w	UN	350,00	PHILIPS	0,0000	12,00	4.200,00
13	Luminária fechada integrada e-27	UN	15,00	EMPALUX	0,0000	226,00	3.390,00
14	Luminária fechada integrada e-40	UN	30,00	EMPALUX	0,0000	326,00	9.780,00
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP	UN	100,00	DEMAPE	0,0000	60,00	6.000,00
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP	UN	150,00	DEMAPE	0,0000	65,00	9.750,00
17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP	UN	50,00	DEMAPE	0,0000	72,00	3.600,00
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP	UN	250,00	DEMAPE	0,0000	40,00	10.000,00
19	Receptáculo porcelana E-27	UN	20,00	GEMER	0,0000	4,00	80,00
20	Relé fotoelétrico com base NF 220V	UN	320,00	EXATRON	0,0000	12,00	3.840,00
21	Base para rele Fotoelétrico	UN	80,00	EXATRON	0,0000	5,00	400,00
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm	UN	50,00	MECRIL	0,0000	5,00	250,00
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm	UN	50,00	MECRIL	0,0000	5,00	250,00
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm	UN	50,00	MECRIL	0,0000	5,00	250,00
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm	UN	50,00	JOARB	0,0000	6,00	300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 28/2016 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 54/2016  
Data do Processo: 26/09/2016

Folha: 2/2

**LOTE: 1****Participante: 9320 - NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	Conector cunha tipo I	UN	50,00	JOARB	0,0000	6,00	300,00
27	Conector cunha tipo B	UN	50,00	JOARB	0,0000	5,00	250,00
28	Arruela quadrada 38x38	UN	50,00	MECRIL	0,0000	0,77	38,50

**Total do Participante ———>** 77.268,50**Total Geral —————>** 77.268,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 11 de Outubro de 2016

**COMISSÃO:**

LAUDECI R FRANCO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 54, PP Nº 28-2016/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2016 - PR</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 54/2016 Data do Processo: 26/09/2016
	<div>Folha: 1/2</div>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2016  
b) Licitação Nr.: 28/2016-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 13/10/2016  
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****NEIVALDO ZAMPONIO e CIA LTDA-ME (9320)**

1	Mão de obra e serviço manutenção e instalação rede Iluminação Pública - Marca: FLAMA	H	400,00	0,0000	26,00	10.400,00
2	Braço comum IP 25x1000mm - Marca: TAKT GTN	UN	30,00	0,0000	14,00	420,00
3	Braço comum IP 25x3000mm - Marca: TAKT GTN	UN	30,00	0,0000	55,00	1.650,00
4	Chave IP 1x50A 250V - Marca: EXATRON	UN	25,00	0,0000	166,00	4.150,00
5	Chave IP 2x30A 250V - Marca: EXATRON	UN	10,00	0,0000	180,00	1.800,00
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v - Marca: CORFIO	M	200,00	0,0000	0,85	170,00
7	Fita isolante adesiva 20m - Marca: FAME	UN	50,00	0,0000	3,00	150,00
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m - Marca: PRISMYAN	UN	20,00	0,0000	10,00	200,00
9	Lâmpada VS 150W - Marca: EMPALUX	UN	100,00	0,0000	18,00	1.800,00
10	Lâmpada VS 250W - Marca: EMPALUX	UN	150,00	0,0000	19,00	2.850,00
11	Lâmpada VS 400W - Marca: EMPALUX	UN	40,00	0,0000	25,00	1.000,00
12	Lâmpada VS 70w - Marca: PHILIPS	UN	350,00	0,0000	12,00	4.200,00
13	Luminária fechada integrada e-27 - Marca: EMPALUX	UN	15,00	0,0000	226,00	3.390,00
14	Luminária fechada integrada e-40 - Marca: EMPALUX	UN	30,00	0,0000	326,00	9.780,00
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	100,00	0,0000	60,00	6.000,00
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	150,00	0,0000	65,00	9.750,00

Ipumirim, 13 de Outubro de 2016.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 28/2016 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 54/2016  
**Data do Processo:** 26/09/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 1****NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME (9320)**

17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	50,00	0,0000	72,00	3.600,00
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	250,00	0,0000	40,00	10.000,00
19	Receptáculo porcelana E-27 - Marca: GEMER	UN	20,00	0,0000	4,00	80,00
20	Relé fotoelétrico com base NF 220V - Marca: EXATRON	UN	320,00	0,0000	12,00	3.840,00
21	Base para relé Fotoelétrico - Marca: EXATRON	UN	80,00	0,0000	5,00	400,00
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	5,00	250,00
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	5,00	250,00
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	5,00	250,00
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm - Marca: JOARB	UN	50,00	0,0000	6,00	300,00
26	Conector cunha tipo I - Marca: JOARB	UN	50,00	0,0000	6,00	300,00
27	Conector cunha tipo B - Marca: JOARB	UN	50,00	0,0000	5,00	250,00
28	Arruela quadrada 38x38 - Marca: MECRIL	UN	50,00	0,0000	0,77	38,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>77.268,50</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>77.268,50</b>

Ipumirim, 13 de Outubro de 2016.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 55, DL Nº 17-2016/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 17/2016 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 55/2016 Data do Processo: 10/10/2016
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2016  
b) Licitação Nr.: 17/2016-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 10/10/2016  
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para construção de uma cobertura em policarbonato 6mm e instalação de corrimão na Creche Municipal Danilo João Cason.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ESQUADRIAS METALICAS SB LTDA (6025)**

1 construção de cobertura em policarbonato 6mm fume, com estrutura metálica e instalação de corrimão com tubo redondo 2" x 1,50 x 1, instalado na obra	UN	1,00	0,0000	6.570,00	6.570,00
--	----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 6.570,00**

**Total Geral: 6.570,00**

Ipumirim, 10 de Outubro de 2016.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 59/2016 - PM

CONTRATO Nº 59/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pavimentação nº 40/2016, com pedra irregular, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões, nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 23ªR 827.405 SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.970.164/0001-44, com sede a rua Bento Gonçalves, nº 1755, Centro, Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, CEP 89.380-000, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 23/2016, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 07/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e acordado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Quinta do Contrato nº. 40/2016, conforme Ofício nº 564/2016 de 14 de setembro de 2016, do Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31/12/2016.

### CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 07 de outubro de 2016.

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS JULIANO POZZI PEREIRA	CONSTRUTORA E ARTEFATOS DE CONCRETO PLANALTINA LTDA ME SIRINEU RATOCHINSKI
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Gessica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Marcia Maria Kerscher  
CPF: 780.532.939-72



# Itá

## PREFEITURA

### EDITAL 006/2016 - PROCESSO SELETIVO 002/2016

Edital 006 do Processo Seletivo 002/2016

#### CONVOCAÇÃO

Fica convocado o classificado no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecer dia 13 de outubro de 2016 às 14h na Secretaria Municipal de Educação.

#### Estagiário

Posição	Nome	Assinatura
7	Elaine Hilda Freyer	
8	Gabriel Bender	

Itá, 13 de outubro de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO. Processo Licitatório Nº 15/2016, Pregão Presencial nº 10/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Filmes, Revelador e Fixador para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Data para recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 03 de novembro de 2016. Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 03 de novembro de 2016 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, Av. Getúlio Vargas, 308, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 14/10/2016. Nair Veronica Pivovar, Administradora Hospitalar.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Homologa Inscrições para o Concurso Público para preenchimento de vaga da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, e demais legislação vigente;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos no Edital de Concurso Público nº 01/2016 da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga/SC, conforme segue:

CONTADOR			
Nº	Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	447596	Ademir Da Luz	HOMOLOGADA
2	449376	Adriane Giombelli	HOMOLOGADA
3	456090	Aline Ines Etges	HOMOLOGADA
4	447883	Ana Paula Matte	HOMOLOGADA
5	447792	Anderson Basso	HOMOLOGADA
6	457186	Andressa Serafim De Quadros	HOMOLOGADA
7	457139	Cladis Ternus	HOMOLOGADA
8	455150	Clarice Ines Weth Endler	HOMOLOGADA
9	453508	Claudia Bellan Kist	HOMOLOGADA
10	451450	Cristiane Groth	HOMOLOGADA
11	446933	Daiane Sehnem	HOMOLOGADA
12	456339	Dalvan Dias Liria	HOMOLOGADA
13	451456	Diana Carla Barth	HOMOLOGADA
14	456197	Diara Andreia Tiecher Colle	HOMOLOGADA
15	455746	Diele Marasca	HOMOLOGADA
16	454502	Dione Wiggers Jung	HOMOLOGADA
17	457181	Edemar Jose Epping	HOMOLOGADA
18	453600	Eliane Thums	HOMOLOGADA
19	455740	Evandro Rocesski	HOMOLOGADA
20	447487	Fernanda Thomas	HOMOLOGADA
21	455656	Franciele Barp	HOMOLOGADA
22	456403	Giane Finger	HOMOLOGADA
23	455958	Greice Altenhofen Ludwig	HOMOLOGADA
24	457114	Jaime Rockenbach	HOMOLOGADA
25	457343	Janice Maria Braun	HOMOLOGADA
26	446823	Jaqueline Epping	HOMOLOGADA
27	449406	Jenaine De Azevedo	HOMOLOGADA
28	453485	Juliano Martins Dahm	HOMOLOGADA
29	451771	Karin Maria Lunardi Ribeiro	HOMOLOGADA
30	456094	Keli Aparecida De Valle	HOMOLOGADA
31	449277	Keli Fatima Griebler	HOMOLOGADA
32	455991	Kelly Cristina Favretto Acorsi	HOMOLOGADA
33	457236	Leila Cristina Kruger	HOMOLOGADA

34	450806	Leonardo Rutkowski Bernardes	HOMOLOGADA
35	447180	Leticia Andrieli Dalla Vecchia	HOMOLOGADA
36	457135	Lori Fusieger	HOMOLOGADA
37	447868	Luana Caterine Thome	HOMOLOGADA
38	453454	Luciani Haas	HOMOLOGADA
39	449278	Luciano Haas	HOMOLOGADA
40	447610	Marceli Wendling Klein (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
41	455874	Michele Cristiane Kunzler	HOMOLOGADA
42	449574	Michele Soethe Klein	HOMOLOGADA
43	449111	Nayara Alves Mota	HOMOLOGADA
44	456560	Otaviano Jose Amaro Guerra	HOMOLOGADA
45	456516	Paula Cristina Bruch	HOMOLOGADA
46	456877	Paulinne Lenz	HOMOLOGADA
47	447505	Paulo Isidoro Lorencini	HOMOLOGADA
48	456552	Roberto Cemin	HOMOLOGADA
49	457262	Roberto Knebel Klein	HOMOLOGADA
50	453233	Sabrina Soder Matte	HOMOLOGADA
51	448071	Simone Frare Biegelmeier (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
52	449818	Tais Regina Sasso	HOMOLOGADA
53	455826	Tatiane De Paula Nascimento Machado	HOMOLOGADA
54	447094	Tatiane Henn	HOMOLOGADA
55	451686	Thais Renata Welter	HOMOLOGADA
56	457199	Wellington Costa Da Silva	HOMOLOGADA

Art. 2º - Foram homologadas todas as inscrições que cumpriram com as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 01/2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga/SC.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de outubro de 2016.

Marino Spies

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Anelise Eich

Diretora Geral

## **DECRETO Nº 176, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 176, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

03.03 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos – Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, anulação total/parcial da seguinte dotação:

03.03 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos – Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das atividades do Setor de Urbanismo  
31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 10 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### **ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 144/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FMS

Errata da Edição do dia 04/10/2016:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2016 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Inovamed Comércio De Medicamentos Ltda - EPP.

Onde se lê:

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

Leia-se:

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item 86 do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das Unidades Básicas de Saúde, para distribuição aos pacientes do município.

Itapiranga – SC., 03 de outubro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2016/R.H

PARTES: Município de Itapiranga e MARCIA BECKER SOHN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2016.

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviço por Tempo Determinado, em 40 horas semanais, como Servente.

Nível salarial: 585

Classe - Referência: A - 03

VIGÊNCIA: 06/10/2016 até 31/10/2016

Itapiranga – SC, 06 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 130/2016**

Portaria nº 130 de 13 de outubro de 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento aos Professores Municipais abaixo relacionados, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

NOME DO SERVIDOR MATRÍCULA DO SERVIDOR

Luis Schaefer	4168/01
Isolde Fuchs Heck	3991/01

Marlene Simon	10145/01
Liane Diniz Knak	14214/05
Lourdes Simon Schlickmann	7416/01
Ivete Fuhr Petry	4024/01
Marlise Soehn	1619/14

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no mês de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 47/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo terceiro dia do mês de outubro de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA E MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 29/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS DE 1º LINHA, PARA VIATURAS POLICIAIS UTILIZADAS EM SERVIÇO OPERACIONAL NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	JOÃO MARCO KRIECK DE SOUZA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, após negociação o representante credenciado informou que o máximo de desconto que poderia oferecer é o valor de seu lance conforme o Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Registra-se foi solicitado a empresa a comprovação dos itens 1, 2 e 3, da marca JOYROAD, para verificação de atendimento ao Edital quanto a nomeação de 1ª linha, após encaminhado via e-mail pela empresa o certificado do INMETRO, foi declarada aceita. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	1	R\$ 5.256,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 13 de outubro de 2016.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro
MARIZA APARECIDA FILLA Membro	

#### Licitantes:

TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA JOÃO MARCO KRIECK DE SOUZA
--

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMOS DE CONVOCAÇÃO Nº 155 DO EDITAL 046/2015**

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 155/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 17/10/2016, às 8h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
48	20	Educação Infantil	Andrea da S. Oliveira Coelho	21/10/2016	04/12/2016

Itapoá, 13 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMOS DE CONVOCAÇÃO Nº 156 DO EDITAL 046/2015**

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 156/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 17/10/2016, às 10h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
49	20	Educação Infantil	Sandra Mara Berté	21/10/2016	04/12/2016

Itapoá, 13 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 79**

PORTARIA Nº79, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Férias À Servidora Daniele Cristina Vidal Peres

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 17 de outubro de 2016 a 16 de novembro de 2016, à servidora DANIELE CRISTINA VIDAL PERES, matrícula 51078-01, investida no cargo de Assessora Parlamentar, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 12/01/2015 à 11/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 10 de outubro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

**PORTARIA 80**

PORTARIA Nº80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Férias Ao Servidor Marco Aurélio Tavares

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 17 de outubro de 2016 a 16 de novembro de 2016, ao servidor MARCO AURÉLIO TAVARES, matrícula 51058-01, investido no cargo de Assessor Parlamentar, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos

nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 16/01/2015 à 15/01/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 10 de outubro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

**PORTARIA 81**

PORTARIA Nº81, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Férias À Servidora Neusa Maria Gomes Lopes

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 17 de outubro de 2016 a 16 de novembro de 2016, à servidora NEUSA MARIA GOMES LOPES, matrícula 51067-01, investida no cargo de Assessora Parlamentar, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 16/04/2015 à 15/04/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 10 de outubro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente



# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL Nº 035/2016 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL "DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL - EDITAL Nº001/2014"**

EDITAL Nº 035/2016 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidato classificado no Concurso Público Municipal - Edital nº001/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA os candidatos relacionados no Anexo I do Edital 001/2014, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga,/SC, do dia 13 de outubro a 11 de novembro 2016, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital 001/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado os candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 13 de outubro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

CONVOCAÇÃO

CARGO: MOTORISTA (40h)

Ser alfabetizado, apresentar comprovante de CNH categoria "D", além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

#### CLASSIFICAÇÃO CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
11	Fernando de Souza

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.057/2016

D E C R E T O Nº 11.057/2016

Autoriza Permissão de Uso de Bem Público Municipal ao CONDOMÍNIO DOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL (CONDOCOOPER), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no artigo 99, c/c §§ 3º e 5º, do artigo 102, ambos da LOM, e disposições contidas na Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, e 5.869/2011, de 17/02/2011; e

CONSIDERANDO o interesse público nas atividades estatutárias desenvolvidas pelo Condomínio dos Cooperados da Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul (CONDOCOOPER);

#### DECRETA :

Art.1º Fica autorizada a permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de uma área de 23.995,50m², parte do imóvel contendo a área total de 50.544,40m², edificada com galpão em alvenaria (Matadouro) com 492,75m², curral com 195,45m², BWC com 22,50m², com os demais dados identificativos na MI Nº 38.356, do CRI desta Comarca, avaliada em R\$ 814.887,73 (Oitocentos e catorze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), cadastrada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 64073, situada em ambos os lados da Estrada Cacilda, distante 22km do Centro, Localidade - Garibaldi, neste Município, ao CONDOMÍNIO DOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL (CONDOCOOPER), CNPJ/MF Nº 02.851.647/0001-52.

Parágrafo único. A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar ao Permissionário um espaço destinado ao desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

Art.2º A permissão de uso terá prazo indeterminado, contado a partir da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas ao Permissionário, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.3º O Termo de Permissão de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Permissão, o Permissionário deverá restituir a área em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.4º As construções ou benfeitorias que forem lançadas na área incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.5º A conservação, zelo e segurança da área constituem obrigação indeclinável e permanente do Permissionário, respondendo

civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.6º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 271 / 2016

EXTRATO DO CONVÊNIO

Nº 271 / 2016

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL e o CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO. OBJETO: A cooperação entre o MUNICÍPIO e o CLARETIANO para a concessão de estágio obrigatório e não obrigatório nas dependências da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal 5.922 / 2011 e subsidiariamente a Lei Federal 11.788 / 2008. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do Convênio correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO, vigentes em cada exercício financeiro. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência do Convênio é de 03 (três) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes. DENÚNCIA: O MUNICÍPIO e o CLARETIANO poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do Convênio, se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral. DISPOSIÇÕES GERAIS: Para o cumprimento do Convênio, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre a Coordenadora de Estágios, em nome do CLARETIANO, e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO. FORO: Jaraguá do Sul – SC. DATA DE ASSINATURA: 26 de setembro de 2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul; KELLY DOS REIS CANAVEZ, Coordenadora de Estágios do CLARETIANO.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016**

EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

PROCESSO: Pregão Presencial nº 09/2016-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA:MLC RESTAURANTE E COZINHA INDUSTRIAL LTDA-ME

DO OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para fornecimento de refeições prontas transportadas em Hot Box isotérmicos para serem servidas em buffet térmico, destinadas a alimentação das pessoas abrigadas na Casa de Passagem - Centro de Resgate Social, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços do PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid	Produto	Valor un	Valor total
01	4.700	un	Refeição pronta no sistema de Self Service servido em balcão térmico apropriado tipo "buffet".	8,58	40.320,00

DOS PAGAMENTOS, PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA- Os pagamentos serão realizados na segunda sexta-feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido e apresentação da nota fiscal no Setor Financeiro da Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente. PRAZO PARA EXECUÇÃO: Será ao longo de 12(doze) meses correspondente à vigência da Ata de Registro de Preços. FORMA DE EXECUÇÃO: Imediato. Todos os dias da semana, segunda-feira à domingo, ao longo de 12(doze) meses. Obs: As autorizações de fornecimento poderão ser entregues ao fornecedor no prazo máximo de até 15(quinze) horas antes da entrega. QUANTIDADES, LOCAIS E HORÁRIOS DE ENTREGA: De 13 à 14 refeições por dia, podendo chegar em casos excepcionais à 30 refeições diárias, que serão comunicadas previamente ao fornecedor, conforme o item 4.3 Local de execução:

Centro de Resgate Social:

Rua João Januário Ayroso, nº 1.855, bairro Jaraguá Esquerdo

Horário: Distribuição das refeições "Self-Service" em Hot Box no horário das 11h às 12h30min, devendo a mesma ser entregue no local entre 10h30min e 11h. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas referentes presente ata de registro de preços, no exercício de 2016 serão as seguintes:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – Aplicações Diretas	34	Próprio
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Estadual
08.244.0853.2.815	Manutenção das atividades do Abrigo Institucional Casa da Passagem para adulto e família	3.3.90 – Aplicações Diretas	36	Federal

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: JEAN CARLO LEUTPRECHT E ROSELI BASTOS GRILLO

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

**EXTRATO DE CONTRATO 107/2016-FC**

Extrato de Contrato 107/2016-FC

CONTRATO Nº 107/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL – SC e a EMPRESA RONDA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME

ORIGEM: Compra Direta nº 194/2016 – Autorização de Fornecimento nº 299/2016.

DO OBJETO - Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de vigilância e segurança, através de serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto, atendimento, locação e assistência técnica, através de sistema de Alarme Telemonitorado, com transmissão de sinais por linha telefônica discada comutada (Tático Móvel), e contratação de empresa especializada para prestação de serviço de circuito fechado de TV (CFTV), abrangendo o fornecimento e instalação dos equipamentos, de cabeamento estruturado, o gerenciamento, a instalação, a operação e a manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema, ao longo de 12 meses, em conformidade com os locais abaixo relacionados:

Nº	UNIDADE-LOCAIS	ENDEREÇO	Nº SENSORES
01	FUNDAÇÃO CULTURAL	Av. Getúlio Vargas, 405	08
02	MERCADO PÚBLICO	Av. Getúlio Vargas, 513	02
03	BIBLIOTECA PÚBLICA	Av. Getúlio Vargas, 245	16
04	MUSEU EMÍLIO SILVA	Av. Mal. DEODORO DA FONSECA, 247	16
05	ARQUIVO HISTÓRICO	RUA: WALTER MARQUARDT, 1725	10
06	CASA DO COLONIZADOR	RUA: WALDEMAR GRUBBA, 1.811	06
		TOTAL SENSORES	58

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1 – Os recursos orçamentários correrão por conta de verba própria do orçamento de 2015, conforme segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.122.0300.4.102	Manutenção Patrimonial - Fundação Cultural	3.3.90 – Aplicações Diretas	6	Próprios

DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO- A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, pela locação dos equipamentos e prestação dos serviços de monitoramento, atendimento e assistência técnica, o valor total de R\$ 3.363,50 (Três mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), sendo: 1 parcela de R\$ 1.121,16 (Hum mil cento e vinte e um reais e dezesseis centavos) e 2 parcelas no valor de R\$ 1.121,17 (Hum mil, cento e vinte e um reais e dezessete centavos). Os pagamentos serão efetuados 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, entregues na Fundação Cultural.

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO - O prazo deste Contrato é de 03 (três) meses, iniciando em 01/10/2016 a 31/12/2016, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no inciso II do art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante acordo entre as partes; DO FORO - Foro da Comarca de Jaraguá do Sul

DA ASSINATURA: Jaraguá do Sul (SC), 01 de outubro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Fundação Cultural – Sidnei Marcelo Lopes e Ronda Vigilância e Segurança Privada Ltda ME - Edmilson José da Silva

**EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 281/2016**

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 281/2016

PERMITENTE: Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal da Administração. PERMISSIONÁRIO: CONDOMÍNIO DOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL (CONDOCOOPER). DO OBJETO: A permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de uma área de 23.995,50m², parte do imóvel contendo a área total de 50.544,40m², edificada com galpão em alvenaria (Matadouro) com 492,75m², curral com 195,45m², BWC com 22,50m², com os demais dados identificativos na MI Nº 38.356, do CRI desta Comarca, avaliada em R\$ 814.887,73 (Oitocentos e catorze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), cadastrada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 64073, situada em ambos os lados da Estrada Cacilda, distante 22km do Centro, Localidade - Garibaldi, neste Município, ao CONDOMÍNIO DOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL (CONDOCOOPER), CNPJ/MF Nº 02.851.647/0001-52. DA FINALIDADE: A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar ao PERMISSIONÁRIO um espaço destinado ao desenvolvimento de suas finalidades estatutárias. DO VALOR: A permissão de uso dar-se-á a título gratuito. A gratuidade não elide as obrigações de caráter fiscal ou tributário a que o PERMISSIONÁRIO poderá estar sujeito pelo uso e ocupação, respeitada a imunidade tributária decorrente da propriedade da área do PERMITENTE (IPTU e Contribuição de Melhorias). DA VIGÊNCIA: A permissão de uso terá prazo indeterminado, contado a partir da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município. Na hipótese de revogação do ato de permissão, o PERMISSIONÁRIO terá o prazo de 30 dias para a entrega do local. As benfeitorias que forem lançadas na área incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito à indenização ou retenção. Na devolução da área, reverterão automaticamente ao Patrimônio Público as construções ou benfeitorias de caráter permanente realizadas no imóvel, vedado o pagamento de indenização. DA RESCISÃO, MODIFICAÇÃO E CADUCIDADE: A permissão de uso é outorgada de forma precária e sem prazo de duração, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir, ou em caso de descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer uma de suas cláusulas, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 dias. O PERMISSIONÁRIO obriga-se a utilizar o imóvel, exclusivamente, para os fins previstos no Termo de Permissão de Uso, sob pena de caducidade da permissão. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: A permissão de uso será acompanhada e fiscalizada por servidor da Secretaria Municipal da Administração, ou outra que a suceder, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar o uso adequado da área permitida, com prerrogativas para adoção das medidas alinhadas no Termo de Permissão de Uso. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 10/10/2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito; ADEMAR POSSAMAI, Secretário Municipal da Administração; e SERENO ZILSE, Presidente do Condomínio dos Cooperados da Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul (CONDOCOOPER).

DIETER JANSSEN

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**FC - 111 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO RIO DA LUZ SALAO BARG**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 111/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 59/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RIO DA LUZ (SALÃO BARG)

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28º Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**PRAZO:** O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

**DATA DA ASSINATURA:** 13/10/2016

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Sidnei Marcelo Lopes e Celso Hille.

## FC - 112 EXTRATO TERMO COMPROMISSO SOCIEDADE ESP RECREATIVA HANSA HUMBOLDT

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 112/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 60/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA HANSA HUMBOLDT

**OBJETO:** O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**REMUNERAÇÃO:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28º Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**PRAZO:** O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

**DATA DA ASSINATURA:** 13/10/2016

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Sidnei Marcelo Lopes e Magali Teresinha Tomanine Bierende



**FC - 113 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE ATIRADORES RIBEIRAO GRANDE DA LUZ**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 113/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 61/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE DE ATIRADORES RIBEIRÃO GRANDE DA LUZ

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Fino Rasch

**FC - 114 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO VIEIRENSE**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 114/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 62/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA VIEIRENSE

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Valdir Hornburg

**FC - 115 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE VITORIA**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 115/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 63/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA VITÓRIA

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Sido Hornburg

**FC - 116 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE RIO DA LUZ II CENTENARIO**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 116/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 64/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE DESPORTIVA RECREATIVA RIO DA LUZ II - SALÃO CENTENÁRIO

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Olivio Kath

**FC - 117 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE ALVORADA**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 117/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 65/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA ALVORADA

Rua Gustavo Gumz nº 289 - Bairro Rio Cerro II - Jaraguá do Sul-SC

CNPJ nº 83.784.546/0001-08

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Viviane Raquel Wolodasczyk

**FC - 118 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE ALIANÇA**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 118/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 66/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.488.627/0001-60

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores



DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Mirson Baumgartel

**FC - 119 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO ASSOCIACAO DESP RECREATIVA AMIZADE**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 119/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 67/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA AMIZADE

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Reno Weller

**FC - 120 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE INDEPENDENCIA**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 120/2016-FC

PROCESSO: oriem: INEXIGIBILIDADE 68/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA INDEPENDÊNCIA

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016  
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.  
SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Osmar Schmidt

**FC - 121 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE 25 DE JULHO**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 121/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 69/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA E DESPORTIVA 25 DE JULHO

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016  
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.  
SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Gilmar Bier

**FC - 122 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO CLUBE ATLETICO BAEPENDI**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 122/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 70/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: CLUBE ATLÉTICO BAEPENDI

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Egon Trapp Junior

### FC - 123 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE GUARANY

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 123/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 71/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SSOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Almiro Weiss

### FC - 124 TERMO DE COMPROMISSO SOCIEDADE BANDEIRANTES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 124/2016-FC

PROCESSO: origem: INEXIGIBILIDADE 72/2016-FC ao Chamamento Público nº Nº 049/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA BANDEIRANTES

OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016", a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

REMUNERAÇÃO: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

PRAZO: O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

**DATA DA ASSINATURA:** 13/10/2016

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Sidnei Marcelo Lopes e Edson Lindner

## **FC - 125 EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO ASSOCIACAO DESPORTIVA ATIRADORES GUARAMIRIM**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 125/2016-FC

**PROCESSO:** origem: INEXIGIBILIDADE 73/2016-FC ao Chamamento Público nº 049/2016-FC

**CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATIRADORES DE GUARAMIRIM

**OBJETO:** O presente Termo de Compromisso tem por objeto a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo bem como das ritualísticas de Festa de Rei e Rainha para o evento público denominado “Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016”, a realizar-se de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**REMUNERAÇÃO:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA(O) fará jus a remuneração de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), em parcela única.

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento da remuneração correspondente a prestação dos serviços culturais e esportivos, descritos na Cláusula Quarta deste Termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Fundação Cultural, em até 30 (trinta) dias após o término da 28ª Schützenfest – Edição 2016, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, condicionado ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**PRAZO:** O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo, será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2016, a ser repassada a CONTRATADA pela CCO 2015-2016.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Termo de Compromisso, será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias, de comum acordo entre as partes.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A presente contratação, correrá por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2016 abaixo referidas:

Classificação Funcional Programática	Projeto Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
2701.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador Schützenfest	Aplicações Diretas	28	080 Recursos próprios
			29	0427 Recursos Arrecadados
			50	1427 Recursos Arrecadados de Exercícios Anteriores

**DATA DA ASSINATURA:** 13/10/2016

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Sidnei Marcelo Lopes e Carlos Guilherme Denker



**PORTARIA Nº 843/2016**

PORTARIANº 843/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1276/2016/Cogem, de 06/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/09/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 021/2015, instaurado pela Portaria Nº 859/2015, de 02/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/09/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 844/2016**

PORTARIANº 844/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1277/2016/Cogem, de 06/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/10/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa Nº 021/2016, instaurada pela Portaria Nº 702/2016, de 10/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 845/2016**

PORTARIANº 845/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1282/2016/Cogem, de 07/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 20/10/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão

de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 022/2014, instaurado pela Portaria Nº 1572/2014, de 06/10/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 846/2016**

PORTARIANº 846/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 047/2016/CAEDep, de 10/10/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a partir de 11/10/2016, MARIA ISABEL BENTO DE ARAÚJO, matrícula 10507, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO SUPERIOR, lotada na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do artigo 17, §2º, item b, da Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 847/2016**

PORTARIANº 847/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1110/2016/Semsa, de 29/09/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR os servidores públicos municipais RODRIGO FERREIRA DE SOUZA, como membro titular; e DORA MARIA DA SILVA SOUZA, como membro suplente, para compor o COMITÊ MUNICIPAL DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO INFANTIL E DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL, constituído pela Portaria Nº 592/2016, de 08/07/2016, em substituição a Dora Maria da Silva Souza e Nello Chescon Neto.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 848/2016**

PORTARIANº 848/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1283/2016/Cogem, de 10/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/10/2016, por mais 20 (vinte) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 007/2016, instaurado pela Portaria Nº 320/2016, de 04/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 849/2016**

PORTARIANº 849/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 036/2016/Controle Social, de 11/10/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal LUIS FERNANDO OLEGAR para compor a COMISSÃO INTERSETORIAL PARA DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca), constituída pela Portaria Nº 239/2016, de 11/04/2016, em substituição a Valdemar Mannes.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016**

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 34/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de veículos novos, zero quilômetro, em conformidade com as normas do CONTRAN, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Unid.	Quant.	Descrição do veículo	Valor unitário do item (R\$)
01	E.J.C. VEÍCULOS LTDA	03	Unid.	Veículos novos, tipo passeio, zero quilômetro, ano de fabricação 2016 e modelo 2016 ou 2017, com assistência técnica, apto a trafegar em rodovias, estradas e vias urbanas, destinados para o uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, em conformidade com as normas do CONTRAN, com as seguintes características e capacidades mínimas descritas abaixo: POTENCIA MÍNIMA: 95CV; CILINDRADA MÍNIMA: 1.587 CM3; COMBUSTÍVEL: BI-COMBUSTÍVEL; INJEÇÃO ELETRÔNICA; TRANSMISSÃO MÍNIMA COM CINCO MARCHAS SINCRONIZADAS A FRENTE E UMA RÉ; AR CONDICIONADO DE FÁBRICA; DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELÉTRICA; 02 (DUAS) PORTAS LATERAIS A FRENTE; 01 PORTA DESLIZANTE DO LADO DO PASSAGEIRO. 02 (DUAS) PORTAS TRASEIRA; APARELHO DE RÁDIO AM/FM COM ENTRADA USB; COR BRANCA; RODAS ARO 14 OU 15 COM CALOTAS, ORIGINAIS DE FÁBRICA; PNEUS ORIGINAIS DE FÁBRICA PROTETOR DE CARTER; TAPETES; PELÍCULA PARA CONTROLE SOLAR CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação e montagem; MARCA: FIAT MODELO: DOBLO ESSENCE 1.8 7 lugares	80.000,00

Jaraguá do Sul, SC, 06 de outubro de 2016.

Rosinei Aparecida Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016****RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 35/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
01	DESERTO	22 D.A	Caixas	ABIRATERONA, ACETATO 250MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS- CÓDIGO 33888	XXXXX
02	DESERTO	02 Fração do item 01	Caixas	ABIRATERONA, ACETATO 250MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS- CÓDIGO 33888	XXXXX
03	DESERTO	24	Frascos	ACETATO DE PREDNISOLONA 10MG/ML – SUSP. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 10ML – CÓDIGO 19281	XXXXX
04	MAURO MARCIANO	360	Sachês	ACETILCISTEÍNA 600MG – SACHÊS COM 5G – CÓDIGO 27697	1,15
05	MAURO MARCIANO	40	Unidades	ÁCIDO FUSÍDICO CREME – BISNAGA DE 15 G – CÓDIGO 33674	25,70
06	DESERTO	12	Caixas	ÁCIDO TIÓTICO 600MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21688	XXXXX
07	DESERTO	17 D.A.	Caixas	ADALIMUMABE 40MG 0,8ML – CAIXAS COM 02 SERINGAS – CÓDIGO 17293	XXXXX
08	DESERTO	01 Fração do item 07	Caixas	ADALIMUMABE 40MG 0,8ML – CAIXAS COM 02 SERINGAS – CÓDIGO 17293	XXXXX
09	DESERTO	06	Caixas	ADEFOVIR DIPIVOXILA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22400	XXXXX
10	DIMACI SC	12	Caixas	AGULHA BD ULTRAFINE P/ CANETA 8MM X 0,25MM – CAIXAS COM 100 UNIDADES – CÓDIGO 27729	89,66
11	INFINITY (EPP)	20	Caixas	AGULHA NOVOFINE 30G P/ CANETA 0,3MM X 8MM – CAIXAS COM 100 UNIDADES – CÓDIGO 18061	65,00
12	DESERTO	06	Caixas	ALENTHUS XR 150MG (CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29672	XXXXX
13	DESERTO	12	Caixas	ALENTHUS XR 75MG (CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29673	XXXXX
14	DESERTO	06	Caixas	ALPRAZOLAM 1MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23086	XXXXX
15	DESERTO	12	Caixas	ARISTAB 10MG (ARIPRAZOL 10MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29674	XXXXX
16	DESERTO	36	Caixas	ARISTAB 15MG (ARIPRAZOL 15MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29675	XXXXX
17	DESERTO	30	Unidades	AZOPT COLÍRIO (BRINZOLAMIDA 10MG/ML) – FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 21272	XXXXX
18	DESERTO	720	Compr.	BESILATO DE LEVANLODIPINO 2,5MG – CÓDIGO 33915	XXXXX
19	DESERTO	20	Unidades	BIMATOPROSTA 0,01% - FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 24882	XXXXX
20	MAURO MARCIANO	20	Unidades	BIMATOPROSTA 0,03% - FRASCOS COM 3ML – CÓDIGO 16532	41,00
21	PHARMA LOG	60	Unidades	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5MCG/DOSE SOL. INAL. 4ML – RESPIMAT – CÓDIGO 22013	203,31
22	DIMACI SC	06	Caixas	CATETER ACCU CHEK TENDER LINK 17/60 – CÓDIGO 18637	547,73
23	DESERTO	12	Unidades	CENTRUM POLIVITAMINICO – FRASCOS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19030	XXXXX
24	DESERTO	05	Unidades	CENTRUM SELESC – POLIVITAMINICO – FRASCOS COM 100 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 30220	XXXXX
25	DESERTO	06	Caixas	CICLOSPORINA 0,05% EMULSÃO OFTÁLMICA – CAIXAS COM 30 FLACONETES – CÓDIGO 28603	XXXXX
26	PHARMA LOG	12	Caixas	CICLOSPORINA 100MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9687	249,50
27	PHARMA LOG	24	Caixas	CICLOSPORINA 50MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CODIGO 9686	147,00
28	DESERTO	12	Frascos	CITALOPRAM 25MG – FRASCOS COM 90 COMPRIMIDOS - CÓDIGO 28620	XXXXX
29	PHARMA LOG	12	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 16537	14,88
30	PHARMA LOG	24	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 20MG (RITALINA LA) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 12001	152,10
31	PHARMA LOG	12	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 30MG (RITALINA LA) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21612	159,75
32	MAURO MARCIANO	360	Compr.	CLORTALIDONA 50MG – CÓDIGO 33917	0,24
33	DESERTO	30	Frascos	COMBIGAN – TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% SOL. OFTÁLMICA – 10MG – CÓDIGO 19351	XXXXX

34	DESERTO	500	Caixas	CURATIVO ADPTIC 7,5CM X 7,5CM – CÓDIGO 32912	XXXXX
35	DESERTO	600	Unidades	CURATIVO POLYMEN STÉRIO S/ADESIVO 8CM X 8CM – CÓDIGO 32409	XXXXX
36	MAURO MARCIANO	20	Caixas	DEFLAZACORT 30MG – CAIXAS COM 10 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 11905	55,00
37	DESERTO	12	Unidades	DEXPANTENOL 50MG – GEL OFTÁLMICO 10G – CÓDIGO 33626	XXXXX
38	MAURO MARCIANO	40	Unidades	DEXPANTENOL 50MG – POMADA – BISNAGA COM 30G – CÓDIGO 32610	7,80
39	PHARMA LOG	12	Caixas	DIACEREINA 50MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19419	93,45
40	DESERTO	360	Compr.	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 50MG – CÓDIGO 33910	XXXXX
41	PHARMA LOG	24	Caixas	EMPAGLIFLOZINA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33598	133,15
42	DESERTO	06	Caixas	ENTECAVIR 0,5MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 17420	XXXXX
43	SULMEDIC	120	Unidades	ERITROPOENTINA 4.000 UI SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO/AMPOLA – CÓDIGO 9701	49,00
44	DESERTO	12	Frascos	FEXOFENADINA, CLORIDRATO 6MG/ML - FRASCOS COM 150MG - CÓDIGO 26169	XXXXX
45	MAURO MARCIANO	48	Caixas	FUMARATO DE QUETIAPINA 100MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CODIGO 27570	31,50
46	DESERTO	10	Caixas	FUMARATO DE QUETIAPINA 200MG COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO PRO-LONGADA – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33681	XXXXX
47	DESERTO	08	Caixas	FUMARATO DE QUETIAPINA 50MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33680	XXXXX
48	MAURO MARCIANO	48	Caixas	GABAPENTINA 300MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 15404	29,80
49	MAURO MARCIANO	378	Caixas	GABAPENTINA 600MG – CAIXAS COM 27 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33678	66,00
50	DESERTO	60	Frascos	GANFORT – BIMATOPROSTA 0,03% + TIMOLOL 0,5% - SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 3ML – CÓDIGO 21271	XXXXX
51	DESERTO	24	Frascos	GATIFLOXACINO 3MG/ML – COLÍRIO (ZYMAR) – FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 34122	XXXXX
52	DESERTO	84	Caixas	GLIFAGE XR 750MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 24694	XXXXX
53	PHARMA LOG	08	Caixas	HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA 27MG – CAIXAS COM 30 ADESIVOS – CÓDIGO 27170	365,58
54	DESERTO	06	Caixas	HIALURONATO DE SÓDIO 1MG/ML – FRASCOS 10ML – CÓDIGO 28604	XXXXX
55	PHARMA LOG	12	Caixas	HIDRALAZINA 50MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32418	5,24
56	DESERTO	50	Unidades	HIDRATANTE RAPARADOR CICAPLAST BAUME – EMBALAGENS COM 40ML – CÓDIGO 32334	XXXXX
57	MAURO MARCIANO	06	Unidades	HIDROXIZINA 2MG/ML – FRASCOS COM 100ML – CÓDIGO 27423	7,50
58	PHARMA LOG	12	Caixas	INDACATEROL 150MCG (ONBRIZE) – CAIXAS COM 30 CÁPSULAS PARA INALAÇÃO – CÓDIGO 28377	77,74
59	PHARMA LOG	12	Caixas	INDACATEROL 300MCG (ONBRIZE) – CAIXAS COM 30 CÁPSULAS PARA INALAÇÃO – CÓDIGO 27069	77,74
60	DESERTO	200	Canetas	INSULINA GLARGINA SOLUSTAR 100UI/ML (LANTUS) – CANETAS COM 3ML – CÓDIGO 20038	XXXXX
61	FRUSTRADO	30	Canetas	INSULINA LIRAGLUTIDA 6MG/ML – CANETAS COM 3ML – CÓDIGO 28685	XXXXX
62	DESERTO	12	Unidades	INVEGA SUSTENHA 110MG – AMPOLAS COM 1ML – CÓDIGO 32041	XXXXX
63	DESERTO	12	Caixas	IRBESARTANA 300MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33527	XXXXX
64	MAURO MARCIANO	600	Unidades	ISOTRENTINOÍNA 20MG – CÓDIGO 9710	2,95
65	DESERTO	336	Compr.	IVABRADINA, CLORIDRATO 7,5MG – CÓDIGO 33979	XXXXX
66	PHARMA LOG	36	Caixas	LACOSAMIDA 100MG (VIMPAT) – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32913	137,30
67	PHARMA LOG	36	Caixas	LINAGLIPTINA 5MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32419	132,31
68	DESERTO	720	Compr.	MESACOL MMX 1.200MG – CÓDIGO 29683	XXXXX
69	MAURO MARCIANO	12	Caixas	MESALAZINA 800MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 27698	34,20
70	DESERTO	12	Caixas	METADONA 10MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 28991	XXXXX
71	PHARMA LOG	10	Caixas	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33679	607,15
72	FRUSTRADO	1.440	Unidades	MICOFENOLATO MOFETILA 500MG – CÓDIGO 9688	XXXXX
73	PHARMA LOG	12	Caixas	MODAFINILA 200MG – STAGIVILE – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23379	134,75
74	PHARMA LOG	36	Caixas	MUNVINLAX – CAIXAS COM 20 SACHÊS – CÓDIGO 28058	24,32
75	PHARMA LOG	08	Caixas	MYFORTIC 360MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32043	1214,34
76	PHARMA LOG	06	Frascos	OMALIZUMABE 150MG/2ML PÓ INJETÁVEL – 1 FRASCO + DILUENTE 2MG – CÓDIGO 33702	1591,98
77	DESERTO	10	Caixas	OMEPRAZOL MAGNÉSICO 10MG – CAIXAS COM 14 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19766	XXXXX
78	MAURO MARCIANO	15	Caixas	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33675	56,40
79	DESERTO	12	Caixas	PALIPERIDONA 3MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 24627	XXXXX



80	DESERTO	360	Compr.	PITAVASTATINA 2MG – CÓDIGO 33916	XXXXX
81	MAURO MARCIANO	12	Caixas	PRAVASTATINA 20MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22042	29,00
82	PHARMA LOG	06	Frasco/ Ampola	RANIBIZUMABE 10MG/ML SOLUÇÃO PARA INJEÇÃO 1 FRASCO-AMPOLA COM 0,23ML (LUCENTIS) – CÓDIGO 21980	2997,66
83	DESERTO	40	Unidades	REPELENTE (OFF KIDS LOÇÃO REPELENTE DE INSETOS) – COM 117ML – CÓDIGO 20569	XXXXX
84	DESERTO	12	Caixas	RIVAROXABAN 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33219	XXXXX
85	DESERTO	12	Caixas	RIVAROXABAN 15MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32914	XXXXX
86	DESERTO	20	Caixas	RIVAROXABAN 20MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29823	XXXXX
87	DESERTO	12	Caixas	ROFLUMILASTE 500MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 31341	XXXXX
88	DIMACI SC	10	Caixas	SET DE CARTUCHO PLÁSTICO 3,15ML CAIXAS COM 25 UNIDADES – CÓDIGO 18638	475,63
89	DIMACI SC	20	Caixas	SET DE INFUSÃO ACCU CHEK FLEXLINK I 08MM/60 C/ CATETER (ROCHE) CAIXAS COM 10 UNIDADES – CÓDIGO 26691	704,33
90	DESERTO	200	Frascos	SOMATROPINA RECOMBINANTE HUMANA 12UI (GEL) PÓ LIÓFILO INJETÁVEL, FRASCOS COM VIDRO – CODIGO 33682	XXXXX
91	DESERTO	42	Caixas	TACROLIMUS 1MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9690	XXXXX
92	DESERTO	24	Unidades	TALCO LÍQUIDO (AMILIA) 80G – CÓDIGO 26277	XXXXX
93	ASLI COMERCIAL	27 D.A	Caixas	TEMOZOLAMIDA 140MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22048	2000,00
94	DESERTO	03 Fração do item 93	Caixas	TEMOZOLAMIDA 140MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22048	XXXXX
95	DESERTO	06	Frascos	TESTOSTERONA 2% SOLUÇÃO – 30MG/1,5ML – FRASCOS COM 110ML – CÓDIGO 33683	XXXXX
96	DESERTO	06	Ampolas	TESTOSTERONA, UNDECANOATO 250MG – 01 AMPOLA COM 4ML – CÓDIGO 23323	XXXXX
97	DESERTO	12	Caixas	TICAGRELOR 90MG (BRILINTA 90MG) – CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 28602	XXXXX
98	DESERTO	06	Unidades	TRASTUZUMAB 440MG (HERCEPTIN) – CAIXA COM 01 FRASCO-AMPOLA + DILUENTE COM 20ML – CÓDIGO 16445	XXXXX
99	PHARMA LOG	24	Caixas	TRIMETAZIDINA 35MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 20353	39,95
100	DESERTO	12	Frascos	URÉIA 10% (UREMOL FLUID) – FRASCOS COM 120ML – CÓDIGO 26171	XXXXX
101	DESERTO	150	Caixas	URSACOL 150MG (ÁCIDO URSODESOXICOLICO 150MG) – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19307	XXXXX
102	DESERTO	150	Caixas	URSACOL 300MG (ÁCIDO URSODESOXICOLICO 300MG) – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18933	XXXXX
103	DESERTO	32	Caixas	VECASTEN 26,7MG (EXTRATO SECO, MELILOUTUS OFFICINALIS) – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18589	XXXXX
104	PHARMA LOG	12	Caixas	VIDAGLIPTINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG – CAIXAS COM 56 CÁPSULAS – CÓDIGO 22545	133,23
105	DESERTO	12	Caixas	VITALUX PLUS – CAIXAS COM 40 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21687	XXXXX
106	FRUSTRADO	22 D.A	Caixas	VOTRIENT 400MG (CLORIDRATO DE PAZOPANIBE 400MG) CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 25296	XXXXX
107	DESERTO	02 Fração do item 106	Caixas	VOTRIENT 400MG (CLORIDRATO DE PAZOPANIBE 400MG) CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 25296	XXXXX
108	DESERTO	12	Caixas	WELLBUTRIN XL 150MG (CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29678	XXXXX
109	DESERTO	06	Caixas	WELLBUTRIN XL 300MG (CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29679	XXXXX
110	DESERTO	12	Caixas	ZOLPIDEM 6,25MG LIBERAÇÃO PROLONGADA – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33684	XXXXX
111	DESERTO	36	Caixas	BROMIDRATO DE DARIFENACINA 15MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19159	XXXXX

Jaraguá do Sul, SC, 04 de outubro de 2016.

Rosinei Aparecida Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**SEMED - PORTARIA Nº 822/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 822/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, JONAS FURLAN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nas Séries Finais, na disciplina de Matemática, a partir de 14/10/2016 até 16/12/2016, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Prof. Francisco Solamon	8M	3	19
EMEB Antônio E. Ayroso	8M		

Jaraguá do Sul, 13 de outubro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 823/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 823/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010.

**RESOLVE:**

RETIFICAR a data das Portarias abaixo relacionadas:

- nº 818/2016, que admitiu KARINE DA COSTA, considerando correto "Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016";
- nº 819/2016, que admitiu DENISE DE FÁTIMA GIRELLI, considerando correto "Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016";
- nº 820/2016, que admitiu ANDREIA GARBARI ODORIZZI, considerando correto "Jaraguá do Sul, 10 de outubro de 2016".

RETIFICAR o nome constante na Portaria nº 819/2016, considerando correto "DENISE DE FÁTIMA GIRELI".

Jaraguá do Sul, 13 de outubro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 88/2016****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS 88/2016**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 88/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.035/2016 e Decreto nº 11.051/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 88/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 457.276,54 (quatrocentos e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 07 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO****TOMADA DE PREÇOS Nº 88/2016**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.035/2016 e Decreto nº 11.051/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 88/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 561 Alwin Meier, no Bairro Jaraguá 99, com extensão de 466,28 m (quatrocentos e sessenta e seis vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 457.276,54 (quatrocentos e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 07 de outubro de 2016.  
Ivan Andréias Wolter  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto nº 11.035/2016 e Decreto nº 11.051/2016

## PROCON - PESQUISA - TAXAS BANCÁRIAS - OUTUBRO 2016



## TAXAS DE JUROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – OUTUBRO DE 2016

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	BANCO DO BRASIL		BANRISUL		BRADESCO		C.E.F.		ITAÚ		SANTANDER	
	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)
Serviço												
Cartão de Crédito	1,98	16,28%	4,90%	17,00%	4,70%	17,99%	9,48%	12,99%	1,99%	15,89%	6,99%	16,99%
Cheque Especial	4,51%	13,04%	8,85%	12,50%	10,31%	13,55%	4,78%	12,59%	7,91%	12,14%	4,99%	15,49%
CDC	-%	-%	2,50%	5,20%	4,07%	6,19%	4,43%	5,50%	1,93%	3,99%	1,39%	2,69%
Empréstimo Consignado	2,29%	5,48%	1,60%	3,20%	1,99%	5,80%	1,52%	3,14%	1,93%	3,99%	1,75%	3,75%
Empréstimo Pessoal	3,16%	7,40%	5,25%	15,31%	6,67%	7,78%	2,29%	2,63%	2,19%	8,78%	1,69%	9,99%
Financiamento de Veículos	1,50%	3,18%	2,04%	3,68%	1,90%	3,66%	1,24%	2,04%	1,40%	2,90%	1,37%	2,54%
LEASING	2,15%	4,22%	2,20%	4,00%	3,95%	5,67%	-%	-%	-%	-%	1,18%	2,54%

Serviço	Menor Taxa	Maior Taxa
Cartão de Crédito	1,98%	17,99%
Cheque Especial	4,51%	15,49%
CDC	1,39%	6,19%
Empréstimo Consignado	1,52%	5,80%
Empréstimo Pessoal	1,69%	15,31%
Financiamento de Veículos	1,24%	3,68%
LEASING	1,18%	4,22%

Pesquisa realizada nos dias 10 e 11 de OUTUBRO de 2016.

# Joaçaba

## PREFEITURA

**AVISO PL 71/2016/PMJ - TP 19/2016/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 19/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 71/2016/PMJ – tomada de preço nº 19/2016/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em concreto armado da Rua Augusto Arbugeri, bairro Monte Belo, no Município de Joaçaba, SC.”, a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento da proposta está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 13 de outubro de 2016.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

**DECRETO Nº 5.006 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.006 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil, quatrocentos reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA (44) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0620  
Valor: R\$ 39.400,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 11 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**DECRETO Nº 5.007 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.007 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
“NOMEIA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe

são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (SC) – PLASS para o biênio 2016/2018, de que trata o artigo 52 da Lei Complementar nº 90/2004, a seguir identificados:

**a) SERVIDORES EFETIVOS ELEITOS****a.1 - TITULARES**

1. Ivone Zanatta
2. Daniele Galvão Rodrigues
3. Paulo José Palla
4. Locemar Ferrari
5. Valdesir Spier
6. Nivia Moreira Barretto
7. Luci Terezinha Heberle

**a.2 - SUPLENTE:**

1. Fabiano Colombo
2. Auriel Parizotto
3. Elizete Marques
4. Diana Aparecida Gotardo
5. Lurdes Foppa Pantti
6. Juliana Gasparini Mott
7. Sulany de Fátima B. Welter

**b) SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

1. Marilde Terezinha Bittencourt
2. Eulo Antônio Balvedi

Art. 2º O mandato dos membros será de dois anos, permitida a recondução e a reeleição sucessiva.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**PORTARIA N.º 6601**

PORTARIA Nº 6.601 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
“EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) LEONARDO RAFAEL MOSLINGER, Diretor Administrativo, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6602**

PORTARIA Nº 6.602 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) IVETE APARECIDA FACIN, Gerente da Melhor Idade, nível CC-3, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6603**

PORTARIA Nº 6.603 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ELI MARTINS, Chefe de Gabinete, nível CC-1, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6604**

PORTARIA Nº 6.604 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
"RETIFICAR A PORTARIA N.º 6.594/2016".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – RETIFICAR A PORTARIA N.º 6.594/2016 na qual prorroga o contrato de trabalho, até o 21 de abril de 2017 do(a) Servidor(a) Sr.(a) MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 01/2016/SMS, conforme memorando n.º 603/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Onde lê-se: prorroga o contrato de trabalho, até o 21 de abril de 2017 do(a) Servidor(a) Sr.(a) MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 01/2016/SMS, conforme memorando n.º 603/2016 da Secretaria Municipal de Saúde. Leia-se: PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o 21 de abril de 2017 do(a) Servidor(a) Sr.(a) Adilson Leandro de Souza, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 01/2016/SMS, conforme memorando n.º 603/2016 da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 06 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6605**

PORTARIA Nº 6.605 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 635/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de janeiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de outubro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6606**

PORTARIA Nº 6.606 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MAIARA LAYS MORO-SINI, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 635/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 17 de setembro de 2014 a 16 de setembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de outubro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de outubro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6607**

PORTARIA Nº 6.607 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 635/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de junho de 2015 a 31 de maio de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de outubro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de outubro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6608**

PORTARIA Nº 6.608 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SULANY DE FATIMA B. WELTER, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 635/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de outubro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de outubro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6609**

PORTARIA Nº 6.609 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016  
"AFASTA PREVENTIVAMENTE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º - AFASTAR PREVENTIVAMENTE o servidor RODRIGO PEREIRA SILVA, conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, até a conclusão e emissão do parecer final pertinente ao processo administrativo instaurado pela portaria n.º 6.451/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de outubro de 2016, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 12/2016 DE CHAMADA PÚBLICA DE AUXILIARES DE SERVIÇOS INTERNOS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 12/2016 DE CHAMADA PÚBLICA DE AUXILIARES DE SERVIÇOS INTERNOS

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - Consta no ANEXO I a classificação final do Edital de Chamada Pública de Auxiliares de Serviços Internos.

Art. 2º - Em consonância com a legislação vigente, à vista do

resultado final do Edital de Chamada Pública nº 12/2016, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes à todo processo; fica HOMOLOGADO o Resultado do Edital nº 12/2016 de Chamada Pública, surtindo todos os efeitos legais.

Art. 3º - As Convocações serão realizadas por todos os meios disponíveis, conforme a necessidade da Administração Pública e na Ordem de Classificação em Anexo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será publicado no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Joaçaba, 11 de Outubro de 2016.

Marilde Terezinha Bittencourt  
Secretária de Educação

Rafael Laske  
Prefeito

#### ANEXO I

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS		
CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1	JANAÍNA MEDEIROS DE LIMA DA SILVA DUARTE	1,5
2	LUCIANE NICHELATTI	1,0
3	ELIS REGINA DALL'ACOSTA	1,0
4	ELAINE BRANDO DOS SANTOS	0,0
5	IVANIA DE FATIMA RIBEIRO	0,0
6	MARIA GORETI FELIPE	0,0
7	DAIANA GODOY	0,0
	CINTIA MEDEIROS DE LIMA RIBEIRO	0,0
DESCCLASSIFICADA	PAULINA DE OLIVEIRA	Descumprimento ao item 5.1, "c" do referido Edital
DESCCLASSIFICADA	ANDRÉIA EMA DE AVIZ	Descumprimento ao item 5.1, "c" do referido Edital



## PLASS

## BALANCETE FINANCEIRO AGOSTO/2016

Santa Catarina



## PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Agosto  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>455.817,02</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>249.914,85</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	209.640,74	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	241.964,71
RECEITA PATRIMONIAL	168.579,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.762,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	77.596,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	237.201,87
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.950,14</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.950,14
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>274.599,02</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>289.341,14</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.666,75	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.262,27
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	249.932,27	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	265.078,87
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>13.663.418,54</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>13.854.578,59</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	13.663.368,54	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	13.854.528,59
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.393.834,58</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.393.834,58</b>

Joacaba, 27/09/2016

JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO  
Contador

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 279/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 279/2016 DE 30.09.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LÉO AUGUSTO MENDES, Auxiliar de Operações, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 2844/2016 de 30 de setembro de 2016, referente ao período aquisitivo de 01.01.2015 à 31.12.2015(12 dias) para serem fruídos no período de 13.10.2016 a 24.10.2016, de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de outubro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de setembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2014 FMAS

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: MARIA DA GRAÇA GONÇAVES E SOUZA, inscrita no CPF sob o n.179.173.529-00, RG nº255.667 com sede à Rua Estrada Manoel Leôncio de Souza Brito nº 4.657 – Bairro Vargem Pequena – Florianópolis/SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um Imóvel sito a Rua Frei Gabriel, 848 – Centro na cidade de Lages, que servirá para o Centro POP e Serviço de Acolhimento para pessoas em Situação de Rua, com terreno de 708m2 e 31 cômodos.

Fica reajustado o Contrato, com base no Índice IGP-M (FGV) referente ao período 02/2015 passando para R\$ 4.495,70 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos) mensal.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 26 de Fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito de Lages

### EXTRATO ARP 01/2016 LAGESPREVI

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO Nº 02/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia de Informação para fornecimento, em regime de locação de um SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, para atender as áreas citadas abaixo, em versão Windows e com um único Gerenciador de Banco de Dados Relacional para todo o sistema, com instalação, conversão, testes, customização, treinamento, acompanhamento permanente que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas no software, atendimento e suporte técnico para este software quando solicitado, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

#### CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGES – LAGESPREVI não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

Prefeito Municipal.

#### CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 01/2016.

O Valor registrado é de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), sendo:

DUETO TECNOLOGIA LTDA – CNPJ 04.311.157/0001-99 AV. PERNANBUCO, 1328 SALAS 202 E 206 BAIRRO NAVEGANTES PORTO ALEGRE/RS.

Lages, 13 de outubro de 2016.

Rafael Monarim - Presidente - LAGESPREVI

# Laguna

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO - EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 024/2016 – PML/FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

REPUBLICAÇÃO - EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 024/2016 – PML/FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 27/10/2016, as 14:00 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM BALANÇO PATRIMONIAL, INCLUINDO SERVIÇOS DE LOCALIZAR, QUANTIFICAR, AVALIAR, DEPRECIAR, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA. A FIM DE REGULARIZAR O PATRIMÔNIO MUNICIPAL (dentro dos critérios exigidos pela legislação pertinente). Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail [central@laguna.sc.gov.br](mailto:central@laguna.sc.gov.br) - [laguna.central@gmail.com](mailto:laguna.central@gmail.com) ou no portal da transparência no site [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br) pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 14 de Outubro de 2016

Waldir José de Souza

Pregoeiro Oficial do Município.

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 108/2016

DECRETO Nº 108/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 09

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 110/2016

DECRETO Nº 110/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados no Processo Seletivo – Edital nº 003/2016, citados abaixo, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Vetterli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM (SAMU)

- Dulcinea Aparecida Anastácio Oliveira

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 111/2016

DECRETO Nº 111/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois)

anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 004/2016, citados abaixo, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Vetterli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL

- Débora de Oliveira Espindola

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PE05/2016

#### HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PE05/2016 Processo Nº41/2016

OBJETO: A presente licitação visa à compra de EQUIPAMENTOS HOSPITALARES conforme descrição detalhada do ANEXO I- Termo de referência. Data de Homologação: 13/10/2016. Licitantes Homologados: Item 01 METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES Valor total R\$ 60.800,00. Item 02 -DESERTO. Item 03 RLP DE ANGELI - COMERCIAL – ME Valor Total R\$51.400,00.

Lebon Régis, 13/10/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 299/2016

PORTARIA Nº 299 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

#### CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária THAIS FERREIRA DE SOUZA GARCIA, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 09/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 300/2016

PORTARIA Nº 300 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

#### CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária SERLI CASTRO DOS SANTOS, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 09/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 301/2016

PORTARIA Nº 301 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

#### CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CHAIANE DA SILVA LORENA, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 09/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 302/2016

PORTARIA Nº 302 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

#### CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ANDRIELE GONÇALVES, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 09/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças



**PORTARIA Nº 303/2016**

PORTARIA Nº 303 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário CRISTYAN ANDREY PIERDONÁ, Técnico em Informática, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 12/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 304/2016**

PORTARIA Nº 304 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária IVONETE MOREIRA DE SOUZA, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 305/2016**

PORTARIA Nº 305 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ERICA FERNANDES RIBEIRO CORDEIRO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos

Servidores, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 306/2016**

PORTARIA Nº 306 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ISOLENE TEIXEIRA DE ARAUJO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 307/2016**

PORTARIA Nº 307 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária FRANCIELE DAS GRAÇAS DOS SANTOS, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças



**PORTARIA Nº 308/2016**

PORTARIA Nº 308 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário OTAVIO RAFAELI JUNIOR, Pintor, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 309/2016**

PORTARIA Nº 309 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária NEUSA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA MARINS, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 310/2016**

PORTARIA Nº 310 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária DANIELLE GHILARDI, Enfermeiro, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 04/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**RETIFICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 98/2013**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 98/2013 Tomada de preços TP6/2013

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS – SC

Contratado: INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DE POLITICAS FINANCEIRAS E TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS – IDETRIM.

ONDE SE LÊ: Fica alterada a Cláusula nona do Contrato em epígrafe para aditar o prazo de vigência em mais 12 meses, ou seja, fica prorrogado até 15/09/2017, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

LEIA-SE: Fica alterada a Cláusula nona do Contrato em epígrafe para aditar o prazo de vigência, ficando prorrogado até 31/12/2016, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 10 de outubro de 2016.

Ludovino Labas- Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 094/2016

Portaria nº 094, de 02 de setembro de 2016.

“Instaura Processo Administrativo, e designa a Comissão e dá outras providências.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e do que prevê a Lei Orgânica no art. 66, VII, IX e XV e Lei 418/90, referente ao Processo/ Protocolo nº 1188/16,

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo, a fim de apurar os fatos constantes no Processo/Protocolo n.º 1188/2016, concretizado de acordo com o requerimento do senhor Jaime Germano Sezerino, anexada neste Processo na pagina 02, do Processo/Protocolo nº 1188/2016:

Art. 2º Para conduzir o presente Processo Administrativo, designo a seguinte COMISSÃO, composta pelos servidores estáveis:

I – Nome: DAURI PEDRO MEIRA;

Cargo: Mecânico

Matrícula nº 374

Data de nomeação: 04 de abril de 2000

I I – Nome: VALDIR LONGEN;

Cargo: Mecânico

Matrícula nº 1256

Data de nomeação: 22 de fevereiro de 2010

III – Nome: DAIANI ANDRÉ MEURER;

Cargo: Analista de Patrimônio

Matrícula nº 1671

Data de nomeação: 05 de janeiro de 2015

IV – Nome: MAYARA CARLA GUCHERT;

Cargo: Recepcionista

Matrícula nº 1254

Data de nomeação: 22 de fevereiro de 2010

V – Nome: MARCIO LOPES;

Cargo: Assistente Administrativo

Matrícula nº 69

Data de nomeação: 03 de julho de 1990

Art. 3º O prazo de conclusão deste Processo Administrativo é de 60 (sessenta) dias, após o recebimento desta Portaria pela Comissão acima nomeada.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 057, de 19 de abril de 2016.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 095/2016**

Portaria nº 095 de 02 de setembro de 2016.

“ Concede Afastamento aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64 de 18 de maio de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder afastamento a título de desincompatibilização, para concorrer ao cargo eletivo no município de Leoberto Leal – SC, na forma da Lei Complementar Federal nº 64 de 18 de maio de 1990, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Cargo
01	1321	Daiana Caide Lopes	Vereadora
02	1246	Edson Lopes	Vereador
03	0056	Vitor Norberto Alves	Prefeito

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 15/08/2016, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 096/2016**

Portaria nº 096 de 02 de setembro de 2016.

“ Concede Férias aos Servidores Municipal e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418 de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	1310	Aginaldo C. dos Santos	2015 a 2016	05.09.16 a 04.10.16
02	1274	Antonio F. de Melo	2015 a 2016	01.09.16 a 30.09.16
03	361	Jaqueline R. G. Hoffmann	2015 a 2016	14.09.16 a 13.10.16
04	599	Marcio Kraus	2015 a 2016	12.09.16 a 11.10.16
05	1331	Mirele Ap. Filippus Leal	2015 a 2016	01.09.16 a 30.09.16
06	1279	Olimpio A. Pierandt	2014 a 2015	06.09.16 a 05.10.16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/09/2016, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 097/2016**

Portaria n.º 097, de 02 de setembro de 2016.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ROSILENE KRAUZE, portadora do CPF nº 038.390.489-74 e RG nº 4.011.574, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 028, de 1º de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/08/2016, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 098/2016**

Portaria n.º 098, de 02 de setembro de 2016.  
"Nomeia Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e da outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os membros que constituirão a Equipe Técnica que subsidiará a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação Instituída através do Decreto nº 085 de 30 de agosto de 2016:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação:  
ELIANA DE OLIVEIRA AGUIAR – Mat. 993

II – Representante da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças:  
DÉBORA VENTURIN – Mat. 1668

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:  
ROBERTA OTTO – Mat. 1654

IV – Representante do Ensino Público Municipal:  
CAROLINA PATRÍCIA DA CUNHA – Mat. 1673

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 099/2016**

Portaria n.º 099, de 19 de setembro de 2016.  
"Contrata Dentista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor LUCAS CARLOS DE MEDEIROS, portador do CPF nº 010.228.649-39 e RG nº 4.271.628, para desempenhar as funções de Odontólogo 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 029, de 19 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 19 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 100/2016**

PORTARIA Nº 100, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016.  
Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ARY HILÁRIO GUCHERT, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 148/2000, à dependente presumida PALMIRA KREUSCH GUCHERT, com efeitos a partir de 15/09/2016, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo ARY HILÁRIO GUCHERT, brasileiro, casado, ex-portador do RG nº 346.867-4 SSP/SC, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41

da Lei nº 148/2000, à dependente presumida PALMIRA KREUSCH GUCHERT (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Pensão por Morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 3.303,73 (três mil trezentos e três reais e setenta e três centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPRELL.

Parágrafo Único. O valor dos proventos de pensão por morte serão revisados nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004, observada a aplicação da decisão cautelar proferida pelo STF na ADIn 4582.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 15/09/2016 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 29 de setembro de 2016.  
Tatiane Dutra Alves da Cunha  
Prefeita Municipal

#### **PORTARIA Nº 101/2016**

Portaria n.º 101, de 30 de setembro de 2016.

“Exonera servidor municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o Senhor IVANOR COELHO, servidor inscrito sob a matrícula nº 1519, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Jurídico, com lotação no Gabinete da Prefeita, a partir de 30 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de setembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 47/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de grama em leiva, mudas de arvores, no dia 27 de outubro de 2016, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 13 de outubro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.821/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.821/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora VILMA DE SOUZA, das funções de Conselheira Tutelar, que substituiu a Conselheira Irma Lourdes Bonissoni Volpato, durante sua Licença para atividade política, a partir de 13 de Outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de Outubro de 2016

Édem Luiz Tumelero

Auditor Interno

### DECRETO Nº 2.822/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.822/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor RAULINO DA SILVA, das funções de Conselheiro Tutelar, que substituiu a Conselheira Joice Dall'Acqua Pagno, durante sua Licença para atividade política, a partir de 13 de Outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de Outubro de 2016

Édem Luiz Tumelero

Auditor Interno

### PORTARIA Nº 282/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 282/2016, de 13 de Outubro de 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, por motivo de retorno de licença política de professor titular, a servidora Pública Municipal, senhorita Marciele Scapini, das funções de Professora, contratada em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 13 de Outubro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero

Auditor Interno

**PORTARIA Nº 283/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 283/2016, de 13 de Outubro de 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

I - Exonerar, por motivo de retorno de licença política de professor titular, o servidor Público Municipal, senhor Giovan Canton, das funções de Professor, contratado em caráter temporário, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 13 de Outubro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero  
Auditor Interno

# Lontras

## PREFEITURA

**EDITAL Nº 098/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 098/2016

CREDENCIAMENTO

OBJETO: Credenciamento de Laboratório(s) para prestação de serviços de análises clínicas (exames de laboratório). Entrega dos Envelopes: A partir das 08 horas do dia 14/10/2016. Maiores Informações e aquisição do edital, junto ao Departamento de Licitações, sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 10 de outubro de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.



# Luzerna

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO A ARP PML 140.15

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDOS ESPECIAIS E GRUPAMENTO POLICIAL MILITAR DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Doze de Maio, 152, sala 020, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 1, classificada para o fornecimento descrita no Edital de Processo Licitatório PML nº 081/2015, Pregão Presencial nº 053/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO ACRÉSCIMO E DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, sem aplicação de reajuste e com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da presente ARP PML nº 140.2015, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2016 e acrescer em 25% (vinte e cinco) no quantitativo dos itens licitados alterando assim o item 1.1 da Cláusula Primeira da presente Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados na Ata de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 06 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	PAULO DELFINO PINTO LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉ- TRICAS LTDA ME FORNECEDOR 1
--	---

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 066.15

1º TERMO DE ADITIVO  
CONTRATO FMS Nº 066/2015

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por sua Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e a empresa CONTRATANTE e TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.732.272/0001-98 com endereço a Avenida Alcides D'Agostini, nº 080, sala 02, Setor Industrial da cidade de Maravilha/SC CEP 89874-000, representada por JULEIDE INES D'AGOSTINI, brasileira, maio e capaz, casada, contadora, portadora da cédula de identidade nº 2.030.718 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 589.785.859-49, denominado CONTRATADO; resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de nº PML.066.15 para fazer constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA SUPRESSÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes e em atendimento ao teor do Ofício-Recomendação nº 0799/2016/02PJ/JOA, exarado pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, sob a lavra do Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça Jorge Eduardo Hoffmann SUPRIMIR do Contrato FMS 066/15, o item 2 (Resíduos de serviços de saúde provenientes do Hospital São Roque Sociedade Beneficente (Lei n. 1408 de 17 de novembro de 2015)), no valor mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais) a partir de 10 de outubro de 2016, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO  
GESTORA DO FMS  
CONTRATANTE

JULEIDE INES D'AGOSTINI  
TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**CONTRATO PML Nº 092.16**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 092/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 085/2016

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 057/2016

Aos 10 (dez) dias do mês de Outubro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 085/2016, Pregão Presencial nº 057/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 – BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.743.603/0001-08 com endereço a Rua Frei João nº 06, em Luzerna, CEP 89609-000 representada por EDUARDO BELEGANTE, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.883.734 e inscrito no CPF/MF sob nº 590.402.629-34 residente e domiciliado na Rua Guilherme Zamoner Centro nº 77, em Joaçaba, doravante denominado FORNECEDOR 1.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	15,00	UN	Abraçadeira 16x19 (5/8x3/4)	1,89	28,35
2	10,00	UN	Abraçadeira 200 x 4,8	15,90	159,00
3	10,00	UN	Abraçadeira rosca sem fim 1.1/4 x 1.3/4	1,79	17,90
4	15,00	UN	Abraçadeira rsf 13x16	1,79	26,85
5	10,00	UN	Abraçadeira tipo "u" 3/4	0,37	3,70
10	10,00	UN	Adesivo 17 gr	1,99	19,90
12	15,00	UN	Adesivo de contato 730 g	24,90	373,50
13	15,00	UN	Adesivo epoxi massa 100g	6,95	104,25
14	50,00	UN	Adesivo para madeira extra 1 kg	16,65	832,50
15	2,00	PC	Alicate universal 8isol 1000v	29,40	58,80
16	200,00	M	Arame 16	8,89	1.778,00
20	30,00	KG	Arame recozido nº 18	8,89	266,70
21	20,00	SC	Argamassa c/ 20 kg	8,70	174,00
22	25,00	KG	Argamassa colante acii	19,60	490,00
23	25,00	KG	Argamassa colante aciii	28,80	720,00
25	50,00	M2	Azulejo para parede 30 x 30 cm	14,90	745,00
27	10,00	UN	Bandeja p/ pintura, 2,7 lt	4,70	47,00
29	120,00	UN	Bocal e-40	4,70	564,00
30	40,00	UN	Bocal pendent c/ rabicho	2,90	116,00
31	10,00	UN	Boia	7,80	78,00
32	10,00	UN	Bracadeira de aperto	1,80	18,00
33	600,00	UN	Bracadeira com bucha e parafuso	0,69	414,00
34	10,00	UN	Bracadeira de 1/2 polegada	0,30	3,00
35	15,00	UN	Broca aço rapido 4,50mm	3,68	55,20
36	2,00	UN	Broca ar 4,5mm	3,68	7,36
37	100,00	UN	Bucha nº 06	0,08	8,00
38	200,00	UN	Bucha nº 10	0,10	20,00
41	12,00	CX	Cabo de rede utpcat 5e (caixa 305 metros)	285,00	3.096,00
47	5,00	UN	Cachimbo para torneiras	1,25	6,25
48	15,00	UN	Cadeado 30 mm	15,45	231,75
50	15,00	UN	Cadeado 40mm	19,20	288,00
51	15,00	UN	Cadeado 45 mm	20,70	310,50
52	15,00	UN	Cadeado 50mm	28,20	423,0
53	30,00	UN	Caixa de descarga controlada 9lt	22,30	669,00
56	50,00	SC	Cal hidratado 20 kg	12,85	642,50
57	100,00	SC	Cal para pintura com 8kg	10,40	1.040,00
58	50,00	SC	Cal virgem 20 kg	15,30	765,00
66	100,00	M3	Pedra de mão	69,80	6.980,00
68	20,00	UN	Chapa de madeirite10mm - 1,10x2,20 m	27,90	558,00
69	20,00	UN	Chapa de madeirite12mm - 1,10x2,20 m	42,90	858,00

70	30,00	UN	Chapa de madeirite 14mm - 1,10x2,20 m	52,90	1.587,00
71	20,00	UN	Chapa de madeirite 15mm - 1,10x2,20 m	62,90	1.258,00
72	20,00	UN	Chapa de madeirite 5mm - 1,10x2,20 m	23,90	478,00
73	315,00	SC	Cimento saco com 50kg	32,50	10.237,50
75	30,00	UN	Conjunto fechadura e fechadura p/ banheiro	20,00	600,00
77	300,00	UN	Corante liquido varias cores	3,20	960,00
89	30,00	UN	Engate rápido 1/2	4,95	148,50
90	12,00	UN	Enxada leve com olho de 42x32mm, com cabo de madeira de 130cm.	22,80	273,60
92	5,00	UN	Escada de aluminio com 05 degraus	110,00	550,00
93	20,00	UN	Esmalte sintetico 3,6 litros	65,90	1.318,00
94	10,00	UN	Espátula de aço polido 12cm	7,89	78,90
96	50,00	BR	Ferro de construção 1/2 (12mm) - 12 metros	49,80	2.490,00
97	150,00	BR	Ferro de construção 1/4 (6mm) - 12 metros	14,80	2.220,00
98	80,00	BR	Ferro de construção 3/16 (5mm) - 12 metros	8,80	704,00
99	65,00	BR	Ferro de construção 3/8 (10mm) - 12 metros	32,80	2.132,00
100	100,00	BR	Ferro de construção 4.2 mm - 12 metros	6,75	675,00
101	100,00	BR	Ferro de construção 5/16 (8mm) - 12 metros	21,85	2.185,00
102	20,00	BR	Ferro de construção 5/8 - 12 metros	75,95	1.519,00
105	30,00	RL	Fio flexivel 2,5mm azul (rolo 100m)	107,50	3.225,00
111	100,00	UN	Fita adesiva dupla face, fixa forte 12mm x 2m	6,89	689,00
112	10,00	UN	Fita antiderrapante preta para segurança em escadas e pisos 20 mts	49,00	490,00
113	70,00	UN	Fita isolante 19 x 20 m - preta	4,60	322,00
114	20,00	UN	Fita isolante de 20 m - preta	5,45	109,00
117	50,00	UN	Fita veda rosca 18x50mt	6,30	315,00
118	30,00	UN	Fita zebrada s/ adesivo 70mm com 100m	11,00	330,00
119	50,00	UN	Fixador para pintura em cal	1,39	69,50
120	2,00	UN	Foice roçadeira com cabo 1,00m, olho de 35mm.	23,90	47,80
121	50,00	M2	Forro pvc frisado 20cm, 6 metros, branco.	14,80	740,00
122	5,00	UN	Fundo zarcao antiferrugem p/ estrutura metalica	79,90	399,50
124	15,00	KG	Grampo fixa fio c/ prego	3,45	51,75
127	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 200mm x 8"	39,90	789,00
141	10,00	UN	Kit acionamento para válvula de descarga completo 1.1/2	31,00	310,00
149	1,00	UN	Lima	9,90	9,90
150	20,00	FL	Lixa 100	2,89	57,80
151	20,00	FL	Lixa 120	2,89	57,80
152	20,00	FL	Lixa 60	2,89	57,80
153	300,00	UN	Lixa para ferro nº 60	2,89	867,00
154	600,00	M2	Lona preta	0,90	540,00
156	5,00	UN	Luva de correr soldável 50mm	7,65	38,25
170	200,00	MT	Mangueira flex de 1/2 para jardim	2,00	400,00
171	300,00	M	Mangueira flexivel preta de 1/2 polegada	1,15	345,00
172	2,00	UN	Marreta de 05 kg com cabo de madeira	120,00	240,00
175	1,00	UN	Martelo pena 200g cabo fibra	22,80	22,80
176	20,00	UN	Miolo de porta/ cilindro	13,90	278,00
177	2,00	UN	Pa com cabo	26,90	53,80
178	2,00	UN	Pa de corte reto com cabo 70m	25,50	51,00
181	600,00	UN	Parafusos pequenos	0,13	78,00
182	1,00	UN	Picareta com cabo de madeira de 90cm	59,00	59,00
183	10,00	UN	Pino 2 x 20	5,90	59,00
184	10,00	UN	Pino adaptador 2p + t universal	6,00	60,00
185	10,00	UN	Pino de porcelana 3 x 30	11,90	119,00
186	50,00	M2	Piso ceramicapei 3 30 x 30 cm	12,40	620,00
187	50,00	M2	Piso ceramicapei 3 40 x 40 cm	15,90	795,00
188	100,00	UN	Plug engate rápido	3,90	390,00
189	200,00	UN	Plug fêmea 2p 10a + t	3,50	700,00
190	130,00	UN	Plug macho 10a + t	3,30	429,00
192	50,00	UN	Porta lâmpada fluorescente	2,50	125,00
193	50,00	UN	Porta lâmpada fluorescente + porta start	1,59	79,50
194	4,00	PC	Prego 20x42.	7,90	31,60
195	4,00	PC	Prego 22x48.	9,20	36,80
196	4,00	PC	Prego 25 x 54	9,90	39,60
197	4,00	PC	Prego 25 x 72	9,50	38,00
198	10,00	PC	Prego com cabeça 12 x 12 - 1kg	10,20	102,00
199	4,00	PC	Prego com cabeça 16 x 24 - 1kg	8,50	34,00

200	4,00	PC	Prego com cabeça 17 x 27 - 1kg	8,90	35,60
201	4,00	PC	Prego com cabeça 18x 30 - 1kg	8,85	35,40
202	2,00	PC	Prego com cabeça 19 x 39 - 1kg	8,49	16,98
203	4,00	PC	Prego com cabeça dupla 18 x 30 - 1kg	10,25	41,00
204	100,00	PC	Prego de aço 12x9 - pacote com 100 un.	3,90	390,00
205	20,00	KG	Prego p/ caibro	9,99	199,80
206	20,00	UN	Prolongador p/ torneira 4mm	9,85	197,00
207	6,00	UN	Rastelo leve com cabo	10,80	64,80
208	20,00	UN	Reator eletrônico 1x40w	21,00	420,00
209	20,00	UN	Reator eletrônico 2x20w	23,90	478,00
211	50,00	UN	Recptáculo p/ lâmpada fluourescente cjto ref.27	1,55	77,50
217	5,00	UN	Regador plástico 10 litros	14,30	71,50
219	10,00	PC	Rejunte c/ 01 kg	3,00	30,00
221	50,00	UN	Rolo de lâ 23 cm	14,00	700,00
222	50,00	UN	Serra aço rápido	4,20	210,00
225	50,00	UN	Silicone incolor 280gr	12,50	625,00
226	15,00	UN	Silicone incolor 50gr	4,60	69,00
227	50,00	UN	Solvente 5 litros	44,00	2.200,00
228	150,00	UN	Star fs4 - 40w	1,19	178,50
229	150,00	UN	Tee adaptador	5,99	898,50
232	30,00	UN	Tee esgoto 200x200mm	53,00	1.590,00
236	70,00	UN	Telha ondulada 2,13x1,10x 6mm	49,90	3.493,00
237	10,00	UN	Telha ondulada 2,44x0,50x4mm	14,95	149,50
238	10,00	UN	Telha plástica 2,44x0,50	36,85	368,50
239	10,00	UN	Telha plástica 2,44x1,10	85,85	858,50
240	50,00	UN	Thinner 5 lt	59,85	2.992,50
241	50,00	UN	Thinner c/ 900 ml	10,00	500,00
242	3.000,00	UN	Tijolo 6 furos 9x14x24cm	0,74	2.220,00
243	5.000,00	UN	Tijolo maciço 10x6x22cm	1,28	6.400,00
244	50,00	UN	Tinta acrílica 18,000 litros - cores diversas - premium	128,90	6.445,00
245	50,00	UN	Tinta esmalte 3,6 lt - cores diversas - premium	51,00	2.550,00
246	50,00	UN	Tinta esmalte 900 ml - cores diversas - premium	18,00	900,00
247	300,00	UN	Tinta xadrez pó c/500 gr	14,95	4.485,00
250	10,00	UN	Tomada de porcelana 2x20	9,89	98,90
252	50,00	UN	Tomada de telefone universal	5,89	294,50
255	20,00	UN	Torneira abre fecha 1/4 de volta metálica	46,00	920,00
256	5,00	UN	Torneira com encaixe para mangueira	23,00	115,00
257	5,00	UN	Torneira elétrica de bancada	110,00	550,00
258	10,00	UN	Torneira elétrica de parede	120,00	1.200,00
259	30,00	UN	Torneira p/ jardim	19,00	570,00
261	5,00	UN	Trincha 1 1/2 pincel	3,89	19,45
262	10,00	UN	Trincha 2 pincel	4,89	48,90
263	5,00	UN	Trincha 2.1/2" pincel	6,45	32,25
264	5,00	UN	Trincha 395 3 pincel	9,40	47,00
265	1,00	UN	Troques	20,89	20,89
277	10,00	UN	Vassoura de rua e cabo	19,89	198,90
278	20,00	UN	Veda calha alumínio 285 gr	16,85	337,00
279	20,00	UN	Veda rosca 18mmx10m	2,49	49,80
280	1,00	PC	Vira macho reto n.1 1/16 a 3/8 p/ macho 1/16 a 5/16	52,00	52,00
281	40,00	M3	Areia média	136,00	5.440,00
282	160,00	UN	Travessa de madeira de eucalipto dunis 8x15x420 cm	52,90	8.464,00
283	40,00	UN	Prancha de madeira de eucalipto dunis 4x30x420 cm	52,90	2.116,00
284	5,00	DZ	Tabua 1" de madeira 3¾/4"	534,00	2.670,00
285	2.000,00	UN	Bloco de concreto 14 x 19 x 29 cm	3,15	6.300,00
286	200,00	UN	Bloco de concreto tipo canaleta "u" 14x19x19cm	3,36	672,00
287	10,00	UN	Aditivo para concreto 1 litro	7,14	71,40
288	20,00	UN	Spot duplo	23,80	476,00
290	10,00	UN	Broxa para pintura	6,89	68,90
291	15,00	UN	Filtro de linha com 6 tomadas com protetor contra surtos- bivolt	31,00	465,00
293	20,00	UN	Tinta acrílica 18,000 litros - cores diversas - premium	195,00	3.900,00

O FORNECEDOR 1-, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 142.211,18 (cento e quarenta e dois mil duzentos e onze reais e dezoito centavos);

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem

a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas da realização da solicitação de compras;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do município de Luzerna.

1.9. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:



- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
  - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
  - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
  - 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
  - 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
  - 5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;
- 6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto e/ou Atividade:

- Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração
- Atividade: 06.001.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha
- Atividade: 06.001.06.181.0010.2011 – Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros
- Atividade: 06.001.06.181.0010.2012 – Manutenção do Convênio FUNPOM
- Atividade: 06.001.06.181.0010.2013 – Manutenção do Convênio FUNPOC
- Atividade: 07.001.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar
- Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil
- Atividade: 08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental
- Atividade: 08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
- Atividade: 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
- Atividade: 10.001.20.661.0058.2046 – Manutenção dos Serviços de Incentivo a Indústria
- Atividade: 11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
- Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
- Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
- Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação:

Dotação: 3.3.90 – Aplicações diretas – Outras despesas correntes

Fontes:

- 1.00 e 3.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários
- 1.00 e 3.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários
- 1.00 e 3.00 – Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros
- 1.00 e 3.00 – Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha
- 1.10 e 3.10 – Detalhamento: 010 – Convênio de Trânsito - Militar
- 1.11 e 3.11 – Detalhamento: 011 – Convênio de Trânsito – Civil
- 1.12 e 3.12 – Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito – Prefeitura

1.01 – Detalhamento: 001 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Educação  
1.02 – Detalhamento: 002 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Saúde  
1.38 e 3.38 – Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 – Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.35 e 3.35 – Detalhamento: 303 – PBF CLÁUSULA NONA  
DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.  
9.2.Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, NOMEIA-SE COMO FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO oriundas do presente Procedimento Licitatório os Servidores ANDRÉ DIESEL E JULIANA CORBANI, à quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.  
10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.  
10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.  
10.4.Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de outubro de 2016.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

EDUARDO BELEGANTE  
BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA-EPP  
FORNECEDOR 1  
TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### **CONTRATO PML Nº 093.16**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 093/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 085/2016  
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 057/2016

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 087/2016, Pregão Presencial nº 057/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 – LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.336.749/0001-53 com endereço a Rua 12 de Maio, nº152, em cidade(Bairro Vila Alemanha Luzerna -SC), CEP 89.609-000 representada por seu/sua cargo, PAULO DELFINO PINTO brasileiro(a), casado, contador, portador(a) da cédula de identidade nº 1.704.431 e inscrito(a) no CPF/MF 639.561.289-15 residente e domiciliado(a) na Rua, Mario Quintana,nº27, Bairro Flor da Serra em Joaçaba doravante denominado FORNECEDOR 2.



# CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo e conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	10,00	UN	Adaptador int. Polietileno 3/4	0,60	6,00
7	20,00	UN	Adaptador soldável 20 x 1/2	0,32	6,40
8	20,00	UN	Adaptador soldável 25 x 3/4	0,40	8,00
9	70,00	UN	Adaptadores 1" 1/2	2,00	140,00
11	10,00	UN	Adesivo 75gr	3,95	39,50
17	30,00	KG	Arame galvanizado nº 12	12,40	372,00
18	30,00	KG	Arame galvanizado nº 14	13,40	402,00
19	30,00	KG	Arame galvanizado nº 16	14,35	430,50
24	15,00	UN	Assento sanitário	19,90	298,50
26	50,00	M2	Azulejo para parede 30 x 60 cm	14,80	740,00
28	6,00	UN	Barra apoio em alumínio 60 cm para idoso/cadeirantes	100,00	600,00
39	200,00	UN	Bucha redução rosc. 3/4 x 1/2	0,29	58,00
40	200,00	UN	Bucha redução soldável curta 25x20 mm	0,30	60,00
42	12,00	CX	Cabo de rede utpcat6 (caixa 305 metros)	549,00	6.588,00
43	250,00	M	Cabo pp 0,6/1kv 2x1,5 mm	1,60	400,00
44	250,00	M	Cabo pp 0,6/1kv 2 x 2,5 mm	2,40	600,00
45	100,00	UN.	Cabo pp 2 x4	4,00	400,00
46	1.000,00	M	Cabo pp v 4 x 6,0 mm	9,90	9.900,00
49	15,00	UN	Cadeado 35mm	15,55	233,25
54	10,00	UN	Caixa distribuição 1 disjuntor sobrepor	6,35	63,50
55	35,00	UN	Caixa de passagem 4" x 2"	1,00	35,00
59	80,00	UN	Canaleta 20x1022200 c/ divisória	4,45	356,00
60	80,00	UN	Canaleta com divisória sistema x	4,75	380,00
61	80,00	UN	Canaleta sem divisória sistema x 20mm x 2,00mt	4,35	348,00
62	10,00	UN	Caps pvc esgoto 100mm	2,88	28,80
63	10,00	UN	Caps pvc esgoto 75mm	2,45	24,50
64	10,00	UN	Caps pvc esgoto 50mm	1,45	14,50
65	10,00	UN	Caps pvc esgoto 40mm	0,98	9,80
67	1,00	UN	Cavadeira articulada com cabo de madeira de 150 cm	32,35	32,35
74	50,00	UN	Conexão sistema x	1,12	56,00
76	30,00	UN	Conjunto/parafuso/bucha p/ telha fibrocim.	0,63	18,90
78	30,00	UN	Curva eletroduto 180 mm 1	2,39	71,70
79	20,00	UN.	Curva eletroduto 90° 1/2	1,48	29,60
80	100,00	UN	Curva soldável 20 mm 90°	0,90	90,00
81	5,00	UN	Disjuntor monofasico 30 x15	10,90	54,50
82	5,00	UN	Disjuntor trifásico 60w	86,50	432,50
83	10,00	UN	Disjuntor umipolar 50ª	16,90	169,00
84	50,00	UN	Disjuntores 30 a	10,80	540,00
85	5,00	UN	Emendas 1/2 polegadas	0,60	3,00
86	100,00	UN	Engate flexível 30 cm	1,95	195,00
87	100,00	UN	Engate flexível 50 cm	2,45	245,00
88	10,00	UN	Engate flexível 50mm	2,45	24,50
91	2,00	UN	Enxada estreita com olho de 38mm e cabo de madeira de 130cm.	38,50	77,00
95	2,00	UN	Facão de aço carbono 12"	14,30	28,60
103	250,00	M	Fio flexível 10mm	3,75	937,50
104	600,00	M	Fio flexível 2,5mm	0,87	522,00
106	250,00	M	Fio flexível 4,0 mm	1,35	337,50
107	800,00	M	Fio flexível 6 mm	1,98	1.584,00
108	300,00	M	Fio fone par (um par)	0,40	120,00
109	6,00	RL	Fio paralelo 2 x 2,5 mm, 300 v, 100 m, branco	156,80	940,80
110	6,00	RL	Fio paralelo 2 x 4 mm, branco, 50 m	230,00	1.380,00
115	100,00	UN	Fita multi-uso asfáltica auto adesiva 10cm x 10m	3,20	320,00
116	50,00	UN	Fita veda rosca 18x25mt	4,75	237,50
123	30,00	UN	Garfo p/ rolo de lã 23cm	6,85	205,50
125	30,00	UN	Interruptor simples com placa	4,75	142,50
126	15,00	UN	Isolamento roldana plástica com prego 30x30	0,24	3,60

128	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 50mm	0,83	16,60
129	30,00	UN	Joelho esgoto 90° 100mm	2,42	72,60
130	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 150mm	17,30	346,00
131	10,00	UN	Joelho esgoto 90° 40mm	0,40	4,00
132	20,00	UN	Joelho esgoto 90° 75mm	2,00	40,00
133	20,00	UN	Joelho lxr 2 25 x 1/2	0,88	17,60
134	20,00	UN	Joelho lxr 20 x 1/2	0,68	13,60
135	5,00	UN	Joelho lxr 25 x 3/4	0,95	4,75
136	10,00	UN	Joelho soldável 90° 32 mm	0,95	9,50
137	20,00	UN	Joelho soldável 45° 20 mm	0,38	7,60
138	20,00	UN	Joelho soldável 90° 20 mm	0,18	3,60
139	40,00	UN	Junção simples esgoto 100x75cm	5,85	234,00
140	10,00	UN	Junção simples esgoto 50 x 50 mm	3,75	37,50
143	100,00	UN	Lampadaeconomica15w	9,35	935,00
144	200,00	UN	Lâmpada econômica 25w	9,90	1.980,00
145	100,00	UN	Lâmpada econômica espiral 15w	9,70	970,00
146	150,00	UN	Lâmpada fluorescente 20w / 220v	6,00	900,00
147	800,00	UN	Lâmpada fluorescente 40w / 220v	6,50	5.200,00
148	50,00	UN	Lâmpada mista 250 w	26,30	1.315,00
155	50,00	UN	Luva de correr soldável 20mm	4,50	225,00
157	10,00	UN	Luva lxr 25 x 1/2	0,68	6,80
158	10,00	UN	Luva lxr 20 x 1/2	0,58	5,80
159	10,00	UN	Luva simples esgoto 75mm	2,45	24,50
160	20,00	UN	Luva simples para esgoto 100mm	2,45	49,00
161	20,00	UN	Luva simples para esgoto 40 mm	0,58	11,60
162	10,00	UN	Luva simples para esgoto 50 mm	0,88	8,80
163	20,00	UN	Luva simples para esgoto 150mm	11,80	236,00
164	100,00	UN	Luva soldável 20mm	0,23	23,00
165	10,00	UN	Luva soldável 25mm	0,28	2,80
166	5,00	UN	Luva soldável 32mm	0,88	4,40
167	30,00	UN	Luva soldável 50mm	1,58	47,40
168	250,00	M	Mangueira corrugada 3/4	0,88	220,00
169	250,00	M	Mangueira corrugada 1"	0,88	220,00
173	10,00	UN	Martelo 27mm	24,80	248,00
174	1,00	UN	Martelo bola 200g 910-200	24,80	24,80
179	300,00	UN	Parafuso 3,2 x 30 madeira	0,19	57,00
180	50,00	UN	Parafuso para vaso sanitário	2,08	104,00
191	100,00	UN	Plugue roscável 3/4	0,29	29,00
210	100,00	UN	Reator eletrônico 2x40w	26,00	2.600,00
212	5,00	UN	Redução 50x40 mm	0,68	3,40
213	100,00	UN	Redução 100x75 mm	3,28	328,00
214	2,00	UN	Reducao de 3/4 para meia	0,30	0,60
215	5,00	UN	Redução esgoto 150x100mm	11,90	59,50
216	5,00	UN	Redução esgoto 200 x 150mm	27,90	139,50
218	50,00	UN	Registro pressão 20mmpvc	7,00	350,00
220	30,00	UN	Relê foto célula	18,00	540,00
223	1,00	UN	Serrote com cabo de madeira 20"	20,95	20,95
224	5,00	UN	Sifão sanfonado	4,90	24,50
230	150,00	UN	Tee esgoto 100x100mm	5,15	772,50
231	100,00	UN	Tee esgoto 150 x 100	21,50	2.150,00
233	100,00	UN	Teelxr 25 x3/4	1,50	150,00
234	20,00	UN	Tee soldável 20mm	0,40	8,00
235	5,00	UN	Tee soldável 50mm	3,00	15,00
248	200,00	UN	Tomada 2p + t sistema x dupla	9,70	1.940,00
249	50,00	UN	Tomada de embutir 2p + t	6,95	347,50
251	30,00	UN	Tomada de sobrepor 2p	3,40	102,00
253	15,00	UN	Tomada fone sobrepor	4,49	67,35
254	70,00	UN	Tomada rede rj45 8v c/p	17,50	1.225,00
260	30,00	UN	Torneira plástica - preta	2,24	67,20
266	300,00	M	Tubo de esgoto 100 mm	6,65	1.995,00
267	300,00	M	Tubo de esgoto 150 mm	15,50	4.650,00
268	300,00	M	Tubo de esgoto 200 mm	29,70	8.910,00
269	300,00	M	Tubo de esgoto 40 mm	2,20	660,00
270	300,00	M	Tubo de esgoto 75 mm	5,70	1.710,00

271	800,00	M	Tubo soldavel 20 mm	1,15	920,00
272	300,00	M	Tubo esgoto 50 mm	3,90	1.170,00
273	300,00	M	Tubo soldável 50 mm	6,30	1.890,00
274	10,00	UN	Uniao ½ polietileno	0,57	5,70
275	50,00	UN	Luva eletroduto 1/2	0,50	25,00
276	20,00	UN	Válvula p/ lavatorio	2,00	40,00
289	5,00	UN	Hidroasfaltoliquido 18 kg	85,00	425,00
292	20,00	UN	Luminaria de emergencia com 30 leds bivolt	23,00	460,00

O FORNECEDOR 2- LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 78.767,75 (setenta e oito mil e setecentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

1.2.O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas da realização da solicitação de compras;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5.Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8.Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do município de Luzerna.

1.9. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do FORNECEDOR documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

## CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5.A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

## CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Projeto e/ou Atividade:

Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade: 06.001.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Atividade: 06.001.06.181.0010.2011 – Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Atividade: 06.001.06.181.0010.2012 – Manutenção do Convênio FUNPOM

Atividade: 06.001.06.181.0010.2013 – Manutenção do Convênio FUNPOC

Atividade: 07.001.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil

Atividade: 08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental

Atividade: 08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Atividade: 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Atividade: 10.001.20.661.0058.2046 – Manutenção dos Serviços de Incentivo a Indústria

Atividade: 11001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos



Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação:

Dotação: 3.3.90 – Aplicações diretas – Outras despesas correntes

Fontes:

1.00 e 3.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.00 e 3.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.00 e 3.00 – Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros

1.00 e 3.00 – Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha

1.10 e 3.10 – Detalhamento: 010 – Convênio de Trânsito - Militar

1.11 e 3.11 – Detalhamento: 011 – Convênio de Trânsito – Civil

1.12 e 3.12 – Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito – Prefeitura

1.01 – Detalhamento: 001 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Educação

1.02 – Detalhamento: 002 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos Saúde

1.38 e 3.38 – Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica

1.38 e 3.38 – Detalhamento: 208 – PMAQ

1.35 e 3.35 – Detalhamento: 303 – PBF CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2.Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, NOMEIA-SE COMO FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO oriundas do presente Procedimento Licitatório os Servidores ANDRÉ DIESEL E JULIANA CORBANI, à quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4.Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA-ME

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**DECRETO 2270 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

DECRETO Nº 2270 de 11 de outubro de 2016.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, A SUPLEMENTAÇÃO PELO SUPERÁVIT DE 2015, A SUPLEMENTAÇÃO PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1471 de 11 de outubro de 2016,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica - 4.4.30 - Transferências Estados e ao Distrito Federal

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 7.330,14

Detalhamento de Recursos - 103 - Rádio Patrulha

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.001.06.181.0010.2011 - Man. do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 3.00 - S.F. Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Detalhamento: 102 - Corpo de Bombeiros

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE ..... R\$ 100,00

Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 35 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União....R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 303 - PBF Piso Básico Fixo

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União...R\$ 1.400,00

Detalhamento de Recursos - 306 - SCFV

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 13.001.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 4.250,00

Detalhamento de Recursos: 212 - Vigilância em Saúde

Parágrafo Único - A Dotação de Fonte 3.00 - S.F. Recursos Ordinários, do detalhamento 102 - Corpo de Bombeiros, autorizada a anulação por este artigo é a Suplementada pelo Decreto Executivo nº 2224 de 14 de junho de 2016.

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.330,14

Detalhamento de Recursos - 103 - Rádio Patrulha

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos - 103 - Rádio Patrulha

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.001.06.181.0010.2011 - Man. do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 3.00 - S.F. Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Detalhamento: 102 - Corpo de Bombeiros

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Operação Especial: 06.001.28.845.0000.0014 - Pagamento de contribuição ao PASEP

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 07 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE ..... R\$ 100,00

Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral

Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 35 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União....R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 303 - PBF Piso Básico Fixo

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral

Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União...R\$ 1.400,00

**Detalhamento de Recursos - 306 - SCFV**

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
 Atividade: 13.001.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
 Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
 Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União ..... R\$ 4.250,00  
 Detalhamento de Recursos: 212 - Vigilância em Saúde

Art.3º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 14.426,24 (quatorze mil e quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:  
 1.1.2.1.99.00.01.00 - Taxa de análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros  
 1.1.2.1.99.06.00.00 - Taxa de Segurança contra Sinistros  
 1.3.2.5.02.99.03.00 - Rendimentos Corpo de Bombeiros (46366)  
 Detalhamento de Recursos: 102 - Corpo de Bombeiros  
 Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 14.426,24

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.001.06.181.0010.2011 - Man. do Convênio do Corpo de Bombeiros  
 Categoria Econômica - 4.4.90. - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 14.426,24  
 Detalhamento: 102 - Corpo de Bombeiros  
 Paragrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação deste detalhamento (102 - Corpo de Bombeiros).

Art.4º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 4.001,81 (quatro mil e um reais e oitenta e um centavos), à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, já descontados os recursos utilizados pelo Decreto nº 2182, 2208 e 2258 na forma do disposto no inciso II, do art.43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:  
 1.3.2.5.01.03.25.00 - Rendimentos NASF Estadual (46711)  
 1.7.2.2.33.00.07.00 - NASF Estadual  
 Detalhamento de Recursos: 221 - NASF Estadual  
 Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 15.206,38

Valores de Excesso já utilizados:  
 Decreto 2.182 - R\$ 8.175,15  
 Decreto 2.208 - R\$ 353,42  
 Decreto 2.258 - R\$ 2.676,00  
 Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 11.204,57

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
 Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
 Fonte: 67 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado ..... R\$ 4.001,81  
 Detalhamento de Recursos: 221 - NASF Estadual  
 Paragrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação, deste detalhamento (221 - NASF Estadual).

Art.5º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 11.630,15 (onze mil e seiscentos e trinta reais e quinze

centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.001.06.181.0010.2011 - Man. do Convênio do Corpo de Bombeiros  
 Categoria Econômica - 4.4.90. - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 3.00 - S.F. Recursos Ordinários ..... R\$ 11.630,15  
 Detalhamento: 102 - Corpo de Bombeiros

Art.6º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do Convênio FUNPOC  
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 3.11 - S. F. Convênio de Trânsito Militar - FUNPOC ..... R\$ 6.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 011 - Convênio de Transito Civil - FUNPOC

Art.7º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 14.260,33 (quatorze mil e duzentos e sessenta reais e trinta e três centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Atividade: 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral  
 Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
 Fonte: 335 S. F. Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União ..... R\$ 14.260,33  
 Detalhamento de Recursos: 309 - IGDBF - Índice de Gestão do Bolsa Família

Art.8º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de outubro de 2016.  
 MOISES DIERSMANN  
 Prefeito de Luzerna

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 087/2016 - PP 059/2016 - MEDALHAS E TROFEUS - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA  
 EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
 Processo Licitatório 087/2016 - PML  
 Pregão Presencial nº 059/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 087/2016, nos seguintes termos:
- Modalidade: Pregão Presencial
  - Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados aos eventos esportivos e culturais desenvolvidos



pela Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* PIRAMIDE COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA – ME;

\* SCHNEIDER & CIA LTDA;

\* TOTAL SPORTS LTDA ME;

\* ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA – ME.

- Valor total: R\$ 41.405,00

Luzerna (SC), 13 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### PORTARIA 142/16

PORTARIA Nº 142/16 de 06 de outubro de 2016.

“ATRIBUI JORNADA ESPECIAL DE HORA-AULA EXCEDENTE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUI temporariamente, até 22 de dezembro de 2016, JORNADA ESPECIAL DE HORAS-AULA EXCEDENTES a servidora EDILENE REGINA KOCHHANN DE MEDEIROS, Professora III, Classe “B”, 25 horas semanais, no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano de 02 horas-aula semanal, conforme comunicação da Unidade Escolar, para atender aos alunos com transtornos de aprendizagem que encontram-se em distorção ano/idade, a partir de 06 de outubro de 2016, com fundamento no §4º do art. 13 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, alterado pela Lei Complementar nº 122 de 10 de dezembro de 2013.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de outubro de 2016.

Luzerna(SC), 06 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 143/16

PORTARIA Nº 143/16 de 06 de outubro de 2016.

“ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 31 de outubro de 2016, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 04 horas semanais, totalizando 12 horas mensais, à servidora ANDREA DALLA LANA VIEIRA, Professora III, Classe “G”, 25 horas semanais, designada Coordenadora do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, para atender aos alunos com transtornos de aprendizagem que encontram-se em distorção ano/idade, em conformidade com o inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, a partir de 06 de outubro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de outubro de 2016.

Luzerna(SC), 06 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### RESOLUÇÃO 003/2016

Resolução nº 003/2016

“ALTERA CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA O ANO DE 2016”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Alterar o CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) para o ano de 2016 conforme Calendário em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de outubro de 2016.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

### CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Mês	Pagamento Férias	Pagamento Mensal
Janeiro	13	26
Fevereiro	01	24
Março	01	28
Abril	04	26
Mai	02	25
Junho	01	27
Julho	04	26
Agosto	01	25
Setembro	01	27
Outubro	03	25
Novembro	01	25
Dezembro	01	21
13º Salário - 1ª parcela		24/06
13º Salário - 2ª parcela		13/12

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1594

DECRETO Nº 1594, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam a matéria, e;

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

III - CONSIDERANDO, que todos os órgãos do Governo Estadual também adotaram horário especial de funcionamento.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de trabalho nos órgãos da Administração Pública Municipal, a ser cumprido em turno único, das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 17 de outubro de 2016 a 16 de janeiro de 2017, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. Ficam excluídas, do horário especial estabelecido neste artigo, as Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, Cultura e Esportes, bem como os demais serviços públicos essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL.

### decreto 1595

DECRETO Nº 1595, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. May S. C. Silveira: Ortopedista, CRM 13377; Dra Caroline Cecilia Finkler Schimidt: Endocrinologista, CRM 13320 Dr. Joaquin Miranda Silveira: Clínico Geral, CRM 18807 Clínico Geral, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde da Servidora Tereza de Jesus Moraes, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 05 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### decreto 1596

DECRETO Nº 1596, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

"ALTERA DATA PRÉ-FIXADA COMO PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam a matéria, e;

#### CONSIDERANDO QUE:

- O calendário dos pontos facultativos e feriados do município de Macieira estabeleceu como dia 28 de outubro de 2016 ponto facultativo relativo ao "dia do funcionário público";

- Neste exercício financeiro de 2016 tal dia cairá na última sexta-feira do mês de outubro;

- O feriado de 02 de novembro de 2016 (finados), cairá na quarta-feira da semana seguinte;

- A situação financeira dos municípios pequenos está precária, devido forte queda nas transferências constitucionais provocado pela crise econômica que assola o nosso País; e

- Há necessidade de tomadas de decisões voltadas à contenção e/ou redução das despesas constantes de manutenção da máquina pública,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido o ponto facultativo do dia do funcionário público, de 28/10/16 para 31/10/16 e, por conseguinte, fica estabelecido como ponto facultativo o dia 01/11/16, para ligação com o feriado de finados, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as de situações de emergência.

Parágrafo único. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando de forma excepcional e parcialmente o decreto nº1546/16.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 13 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL.

# Mafra

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 50/2016**

PORTARIA Nº 50/2016, de 13 de outubro de 2016.

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador Ednilson Schelbauer, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, no Regimento Interno, e no art. 99 da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença sem Remuneração ao servidor ALVARO SCHAFASCHECK, ocupante de cargo de Guarda Patrimonial, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 13 de outubro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

# Maravilha

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 106/2016 – Modalidade de Concorrência Pública n. 006/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na Modalidade de Concorrência Pública n. 006/2016, para concessão de direito real de uso, em caráter precário, com cláusula de reversão, de lote urbano localizado no Município de Maravilha – SC, tipo melhor oferta, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006, Lei Complementar Municipal n. 034/2010 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 07 de dezembro de 2016, às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13h às 19 horas. Maravilha - SC, 13 de outubro de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO 10.2016 PP 08.2016 (FASS) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAIS DE ARTESANATO**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE ARTESANATO DESTINADOS AOS GRUPOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DO CRAS, NO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) E PAIF (PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 27/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 27/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 14 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

### **PROCESSO LICITATÓRIO 117.2016 PP 77.2016 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: SAPATOS E AVENTAIS PROFISSIONAIS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAPATOS PROFISSIONAIS ANTIDERRAPANTES E AVENTAIS DE COZINHA DESTINADOS ÀS SERVENTES E MERENDEIRAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 26/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 26/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 14 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

### **PROCESSO LICITATÓRIO 121.2016 PP 80.2016 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: CONCRETO USINADO**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 26/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 26/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 14 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº065-2016

DECRETO Nº 065/2016

TRATA DA CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC.

JONNEI ZANETTE, PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica Constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2016, da Secretaria Municipal de Educação, integrada pelos Senhores, DAIANI MACARINI, ANELIZE TOLDO FRANCISCO e VILMAR MOTA TRISTÃO, para sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no Quadro de Pessoal da Administração Direta Municipal.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, SC 11 de outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra

JAIRO LUIZ CANELA

Secretaria de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0262/2016

DECRETO Nº 0262/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Reforma Administrativa e demais normas legais pertinentes,  
Considerando a comemoração ao Dia do Servidor Público,  
Considerando as disposições da Portaria nº 630/2015, de 31 de dezembro de 2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal que estabelece feriados e pontos facultativos de 2016,  
Considerando a Lei Municipal nº 1663/2006 que dispõe sobre os feriados municipais,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Modelo - SC, no dia 01 de novembro de 2016, terça-feira, em decorrência do dia 28 de outubro de 2016, Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Não haverá expediente de atendimento ao público no dia 31 de outubro de 2016, em virtude do Feriado Municipal do Dia da Reforma, previsto na Lei Municipal nº 1663/2006, e no dia 02 de novembro, em virtude do Feriado Nacional de Finados.

Parágrafo Único - Não haverá expediente de atendimento ao público nos Departamentos Municipais e não haverá aula na Rede Municipal de Ensino do Município de Modelo – SC, nos dias mencionados nos Artigos 1º e 2º deste Decreto, conforme abaixo descrito:

- I – 31 de outubro, Dia da Reforma (Feriado Municipal)
- II – 01 de novembro, Dia do Servidor Público (Ponto Facultativo)
- III – 02 de novembro, Finados (Feriado Nacional)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 11 de outubro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MULLER  
Contadora

### PORTARIA Nº 0163/2016

PORTARIA Nº 0163/2016 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANICE GAVINESKI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 07 (sete) dias,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal VANICE GAVINESKI, matrícula nº 2057-5, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, com carga horária de 40 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Saúde, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 10.10.2016 a 16.10.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 10 de outubro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**RGF ANEXO 01 SET-2015 - AGO-2016**

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:06

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Setembro/2015 a Agosto/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.417.416,07	-
Pessoal Ativo	7.257.605,47	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	159.810,60	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.417.416,07	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.593.233,75	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	7.417.416,07	50,83
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	8.755.940,25	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.318.143,24	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	7.880.346,23	54,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 11/Out/2016, 14h e 41m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.



## RGF ANEXO 02 JAN-AGO 2016

Página: 1 de 2  
30/09/2016 15:09

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Agosto de 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e não Pagos	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)¹	1.043.345,08	1.225.495,26	190.396,49	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.121.421,85	2.260.049,85	2.077.857,76	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	78.076,77	1.034.554,59	1.887.461,27	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>-1.043.345,08</b>	<b>-1.225.495,26</b>	<b>-190.396,49</b>	<b>-</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.140.198,71	14.342.215,22	14.593.233,75	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	-	-	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-7,38	-8,54	-1,30	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>				
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	-	-	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	6.652.666,15	6.188.998,38	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

Página: 2 de 2  
30/09/2016 15:09

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Agosto de 2016

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 11/Out/2016, 14h e 42m.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

**RGF ANEXO 03 JAN-AGO 2016**

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:09

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto de 2016

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS(II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	14.140.198,71	14.342.215,22	14.593.233,75	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS(VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 11/Out/2016, 14h e 43m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

**RGF ANEXO 04 JAN-AGO 2016**

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:10

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Operações de Crédito**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto de 2016

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.593.233,75	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 11/Out/2016, 14h e 43m.

## RGF ANEXO 05 JAN-AGO 2016

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:08

Prefeitura Municipal do Modelo - SC - Poder Executivo  
RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Agosto de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A) - (B+C+D+E)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	1.446.808,02	-	894.335,21	-	-	27.419,98	525.052,83	4.710.498,41	-

R\$ 1,00

Página: 1 de 2  
30/09/2016 15:08

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Poder Executivo  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Agosto de 2016

RGE - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A) - (B+C+D+E)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)					
TOTAL DOS RECURSOS VINICULADOS(I)	1.446.808,02	-	894.335,21	-	27.419,98	525.052,83	4.710.498,41	-	RS 1,00
Assistência Farmacêutica - Bloco BLAFB - Recursos FNS	5.835,91	-	2.316,40	-	-	3.519,51	1.885,98	-	
Atenção Básica - Bloco BLATB - Recursos FNS	-81.386,10	-	29.201,42	-	-	-112.589,22	46.833,70	-	
Cofinanciamento de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Bloco BLACB - Recursos FNS	-1.50	-	10.824,00	-	1,50	-10.827,00	39.660,76	-	
Convenio União MTUR Pavimentação rural - Asfaltamento - Social	6.736,99	-	-	-	-	6.736,99	1.449,00	-	
Convenio Estado - Saúde	3.124,39	-	-	-	-	17.505,06	2.531.973,87	-	
Convenio Ministério da Agricultura - PRODESA	-998,69	-	5.504,00	-	-	-6.922,69	92.316,70	-	
Convenio Minist. das Cidades e MIN - Min.Integr.Nacional/De	337.934,43	-	243.750,00	-	-	157.364,43	-	-	
Convenio Transito - Civil	-2.378,24	-	-	-	-	-2.378,24	0,01	-	
Convenio Transito - Militar	-55,71	-	834,45	-	-	-890,16	-	-	
Convenio Transporte Escolar - Estado	-1,35	-	-	-	-	-1,35	-	-	
Crítica - Ativo Financeiro	5.743,37	-	5.700,82	-	-	42,55	13.209,77	-	
FUNDEB - Educação - Outras despesas	857.589,70	-	-	-	-	857.589,70	-	-	
FUNDEB Profissionais da Educação	-4.352,88	-	40.000,59	-	78.076,77	-78.076,77	-	-	
IGD DO SUAS - GESTÃO	46.266,71	-	23.156,15	-	2.686,23	-47.039,70	6.563,21	-	
PBA-SCFV - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	3.272,46	-	-	-	5.400,83	17.709,73	-	-	
PISO BASICO FIXO PSB - CRAS	14.034,12	-	5.401,97	-	27,96	3.272,46	-	-	
PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEXIDADE PTMC - PSE	45.563,33	-	3.721,13	-	142,86	8.604,19	57.894,26	-	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2.128,17	-	-	-	-	41.699,34	10.745,35	-	
Programa: PBVII - Piso Básico Variáv. II - Idosos e Crianças	-64,61	-	2.200,74	-	-	2.128,17	-	-	
Recursos Convênio - Merenda Escolar PNAE União	37.234,57	-	4.562,77	-	-	-2.265,35	6.867,84	-	
Recursos de Impostos - SAÚDE	1.726,08	-	67.197,31	-	5.581,87	-35.544,61	23.196,80	-	
Recursos Operações de Crédito - BADESC	-7.641,62	-	6.203,99	-	-	-4.477,91	387.739,36	-	
Salário Educação	-711.631,48	-	72.648,55	-	-	-7.641,62	28.688,38	-	
Transf. Convênios - Educação	337.202,66	-	220.939,82	-	10.489,81	-794.769,84	117.627,65	-	
Transf. Recursos - FNDE	239.840,79	-	39.033,43	-	-	116.262,84	410.497,60	-	
Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI	108,19	-	-	-	-	200.807,36	140.403,56	-	
Transf. de Convênios - Saúde	258,24	-	-	-	-	108,19	403.996,98	-	
Transferência União para Centro Eventos	115.481,52	-	-	-	-	258,24	2.120,00	-	
Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos p	1,22	-	-	-	-	115.481,52	-	-	
Vigilância em Saúde - Bloco: BLVS - Recursos FNS	-31.155,03	-	154,73	-	-	1,22	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINICULADOS(II)	-48,60	-	-	-	-	-48,60	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINICULADOS(III)	615.111,75	-	985.510,86	-	215.525,88	-585.924,99	1.475.359,97	-	
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	16,38	-	-	-	-	16,38	-	-	
Recursos Ordinários	600.220,48	-	984.560,53	-	215.525,88	-599.865,93	1.475.359,97	-	
Taxas FUNREBOM	14.874,89	-	950,33	-	-	13.924,56	-	-	
TOTAL (III) = (I+II)	2.061.919,77	-	1.879.846,67	-	242.945,86	-60.872,16	6.185.858,38	-	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-	-	-	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 11/Out/2016, 14h e 45m.

Página: 2 de 2  
30/09/2016 15:08

**RGF ANEXO 06 2º QUADRIM. 2016**Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:12

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Poder Executivo  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
2º Quadrimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	14.593.233,75

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	6.929.507,24	47,48
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	7.880.346,23	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	7.486.328,91	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 11/Out/2016, 14h e 45m.

## RREO ANEXO 01 BIM. JUL-AGO 2016

Página: 1 de 3  
30/09/2016 15:01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

PREÇO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
	INICIAL			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	32.788.705,69		32.788.705,69	11,16	11.369.508,28	34,68	21.419.197,41
RECEITAS CORRENTES	23.356.324,60		23.356.324,60	10,45	9.578.703,91	41,01	13.777.620,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.907.276,00		1.907.276,00	6,91	744.833,18	39,05	1.162.442,82
IMPOSTOS	1.215.414,00		1.215.414,00	9,77	602.587,22	49,58	612.826,78
TAXAS	329.362,00		329.362,00	3,78	138.128,14	41,94	191.233,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	362.500,00		362.500,00	0,16	4.117,82	1,14	358.382,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	853.994,00		853.994,00	0,41	83.765,86	9,81	770.228,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	672.494,00		672.494,00	-	-	-	672.494,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	181.500,00		181.500,00	1,92	83.765,86	46,15	97.734,14
RECEITA PATRIMONIAL	142.011,00		142.011,00	13,42	67.279,77	47,38	74.731,23
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	135.961,00		135.961,00	14,02	67.183,74	49,41	68.777,26
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	6.050,00		6.050,00	-	96,03	1,59	5.953,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.050,00		6.050,00	-	-	-	6.050,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	6.050,00		6.050,00	-	-	-	6.050,00
RECEITA INDUSTRIAL	12.100,00		12.100,00	-	-	-	12.100,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	12.100,00		12.100,00	-	-	-	12.100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	210.800,00		210.800,00	7,93	71.179,40	33,77	139.620,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.868.244,60		19.868.244,60	11,36	8.539.508,45	42,98	11.328.736,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.834.372,10		18.834.372,10	10,90	8.200.060,06	43,54	10.634.312,04
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	60.500,00		60.500,00	6,03	39.463,39	65,23	21.036,61
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	973.372,50		973.372,50	20,55	299.985,00	30,82	673.387,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	355.849,00		355.849,00	3,38	72.137,25	20,27	283.711,75
MULTAS E JUROS DE MORA	232.430,00		232.430,00	3,79	38.472,43	16,55	193.957,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.200,00		24.200,00	-	32,78	0,14	24.167,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	81.069,00		81.069,00	3,74	31.645,54	39,04	49.423,46



Página: 2 de 3  
30/09/2016 15:01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			%	Até o Bimestre	%	SALDO
			No Bimestre	%	(c)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS DIVERSAS	18.150,00	18.150,00	183,71	1,01	1.986,50	10,94	1.986,50	10,94	16.163,50
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.432.381,09</b>	<b>9.432.381,09</b>	<b>1.219.726,16</b>	<b>12,93</b>	<b>1.790.804,37</b>	<b>18,99</b>	<b>1.790.804,37</b>	<b>18,99</b>	<b>7.641.576,72</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	331.500,00	331.500,00	-	-	111.460,00	33,62	111.460,00	33,62	220.040,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	181.500,00	181.500,00	-	-	111.460,00	61,41	111.460,00	61,41	70.040,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-	-	-	12.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.056.381,09	8.056.381,09	1.219.726,16	15,14	1.679.344,37	20,84	1.679.344,37	20,84	6.377.036,72
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.099.781,09	4.099.781,09	838.327,61	20,45	1.297.945,82	31,66	1.297.945,82	31,66	2.801.835,27
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.956.600,00	3.956.600,00	381.398,55	9,64	381.398,55	9,64	381.398,55	9,64	3.575.201,45
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	532.400,00	532.400,00	-	-	-	-	-	-	532.400,00
OUTRAS RECEITAS	532.400,00	532.400,00	-	-	-	-	-	-	532.400,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)</b>	<b>32.788.705,69</b>	<b>32.788.705,69</b>	<b>3.660.172,55</b>	<b>11,16</b>	<b>11.369.508,28</b>	<b>34,68</b>	<b>11.369.508,28</b>	<b>34,68</b>	<b>21.419.197,41</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUB-TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>32.788.705,69</b>	<b>32.788.705,69</b>	<b>3.660.172,55</b>	<b>11,16</b>	<b>11.369.508,28</b>	<b>34,68</b>	<b>11.369.508,28</b>	<b>34,68</b>	<b>21.419.197,41</b>
<b>DÉFICIT(VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(VII)=(V+VI)</b>	<b>32.788.705,69</b>	<b>32.788.705,69</b>	<b>3.660.172,55</b>	<b>11,16</b>	<b>12.478.470,10</b>	<b>38,06</b>	<b>12.478.470,10</b>	<b>38,06</b>	<b>20.310.235,59</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>436.288,04</b>	<b>-</b>	<b>436.288,04</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>436.288,04</b>	<b>-</b>	<b>436.288,04</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RREO - ANEXO II(LEI, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Página: 3 de 3  
30/09/2016 15:01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RS 1.000									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)	(g)=(e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(l)=(e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	32.782.255,69	33.274.108,73	4.138.842,88	18.667.468,48	14.606.640,25	3.894.710,68	12.478.470,10	20.795.638,63	10.591.008,83
DESPESAS CORRENTES	20.795.988,00	21.052.096,33	2.347.519,35	12.433.815,79	8.618.280,54	2.623.013,08	10.032.355,42	11.019.740,91	8.828.217,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.989.772,00	8.336.422,00	1.131.281,67	5.076.149,97	3.260.272,03	1.200.257,91	4.929.523,91	3.406.898,09	4.769.149,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.500,00	60.500,00	-	-	60.500,00	-	-	60.500,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.745.716,00	12.655.174,33	1.216.237,68	7.357.665,82	5.297.508,51	1.422.755,17	5.102.831,51	7.552.342,82	4.059.068,27
DESPESAS DE CAPITAL	11.756.367,69	11.992.112,40	1.791.323,53	6.233.652,69	5.758.459,71	1.271.697,60	2.446.114,68	9.545.997,72	1.762.791,10
INVESTIMENTOS	11.495.867,69	11.736.612,40	1.791.323,53	6.143.652,69	5.592.959,71	1.271.697,60	2.361.638,30	9.374.974,10	1.678.314,72
INVERSÕES FINANCEIRAS	60.500,00	55.500,00	-	-	55.500,00	-	-	55.500,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	-	90.000,00	110.000,00	-	-	115.523,62	84.476,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.900,00	229.900,00	-	-	229.900,00	-	-	229.900,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	32.782.255,69	33.274.108,73	4.138.842,88	18.667.468,48	14.606.640,25	3.894.710,68	12.478.470,10	20.795.638,63	10.591.008,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XIII)=(X+XII)	32.782.255,69	33.274.108,73	4.138.842,88	18.667.468,48	14.606.640,25	3.894.710,68	12.478.470,10	20.795.638,63	10.591.008,83
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XIII+XIII)	32.782.255,69	33.274.108,73	4.138.842,88	18.667.468,48	14.606.640,25	3.894.710,68	12.478.470,10	20.795.638,63	10.591.008,83

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 08m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 08m.

JANICE MARTINI MULLER CONTADORA	RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI CONTRALADOR INTERNO
------------------------------------	---	--

## RREO ANEXO 02 BIM. JUL-AGO 2016

Página: 1 de 3  
30/09/2016 15:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		%	Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>32.782.255,69</b>	<b>33.274.108,73</b>	<b>4.138.842,88</b>	<b>18.667.468,48</b>	<b>100,00</b>	<b>3.894.710,68</b>	<b>12.478.470,10</b>	<b>100,00</b>	<b>20.795.638,63</b>
Legislativa	888.000,00	888.000,00	104.839,73	416.563,53	2,23	106.399,73	413.423,53	3,31	474.576,47
Ação Legislativa	888.000,00	888.000,00	104.839,73	416.563,53	2,23	106.399,73	413.423,53	3,31	474.576,47
Administração	2.274.870,00	2.274.870,00	237.130,24	1.537.425,99	8,24	329.464,34	1.298.392,08	10,41	976.477,92
Administração Geral	1.616.670,00	1.616.670,00	173.012,36	1.252.750,34	6,71	260.769,98	1.014.520,63	8,13	602.149,37
Administração Financeira	627.950,00	627.950,00	64.117,88	284.675,65	1,53	68.694,36	283.871,45	2,27	344.078,55
Administração de Receitas	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.250,00
Segurança Pública	169.800,00	169.800,00	19.983,99	74.390,79	0,40	20.073,99	72.270,79	0,58	97.529,21
Policimento	84.200,00	84.200,00	15.169,20	39.926,51	0,21	13.049,20	37.806,51	0,30	46.393,49
Defesa Civil	85.600,00	85.600,00	4.814,79	34.464,28	0,18	7.024,79	34.464,28	0,28	51.135,72
Assistência Social	1.315.000,00	1.364.794,95	177.804,50	633.463,56	3,39	123.745,44	482.555,40	3,87	882.239,55
Assistência ao Idoso	40.535,00	40.535,00	2.036,40	9.069,90	0,05	536,40	7.569,90	0,06	32.965,10
Assistência à Criança e ao Adolescente	257.290,00	288.760,24	55.409,61	134.704,53	0,72	40.364,01	105.266,13	0,84	183.494,11
Assistência Comunitária	1.017.175,00	1.035.499,71	120.358,49	489.689,13	2,62	82.845,03	369.719,37	2,96	665.780,34
Saúde	5.858.636,00	5.914.201,00	643.413,55	3.152.772,07	16,89	624.575,55	2.528.184,11	20,26	3.386.016,89
Atenção Básica	4.752.852,00	4.808.417,00	630.247,37	2.597.624,47	13,92	556.931,69	2.089.827,19	16,75	2.718.589,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	922.620,00	922.620,00	1.000,00	490.037,56	2,63	54.287,68	376.666,88	3,02	545.953,12
Suporte Profilático e Terapêutico	10.082,00	10.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.082,00
Vigilância Sanitária	113.135,00	113.135,00	12.166,18	50.702,34	0,27	12.056,18	50.432,34	0,40	62.702,66
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	0,00	12.826,92	0,07	1.300,00	10.226,92	0,08	3.083,08
Alimentação e Nutrição	26.430,00	26.430,00	0,00	32,78	0,00	0,00	32,78	0,00	26.397,22
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.207,00	20.207,00	0,00	1.548,00	0,01	0,00	998,00	0,01	19.209,00
Educação	7.175.048,60	7.387.901,69	523.155,90	3.098.184,34	16,60	715.054,84	2.527.635,80	20,26	4.860.265,89
Ensino Fundamental	4.867.578,60	5.077.578,60	323.433,55	1.877.919,69	10,06	480.760,37	1.494.374,86	11,98	3.583.203,74
Ensino Médio	58.080,00	58.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.080,00
Ensino Superior	48.400,00	48.400,00	0,00	15.000,00	0,08	0,00	15.000,00	0,12	33.400,00

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

Página: 2 de 3  
30/09/2016 15:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Educação Infantil	2.048.530,00	2.051.383,09	196.265,47	1.127.394,31	6,04	923.988,78	219.837,59	962.390,60	7,71	1.088.992,49	
Educação de Jovens e Adultos	31.460,00	31.460,00	3.456,88	11.870,34	0,06	19.589,66	3.456,88	11.870,34	0,10	19.589,66	
Educação Especial	121.000,00	121.000,00	0,00	66.000,00	0,35	55.000,00	11.000,00	44.000,00	0,35	77.000,00	
Cultura	234.740,00	234.740,00	5.596,26	81.376,73	0,44	153.363,27	13.096,26	66.376,73	0,53	168.363,27	
Difusão Cultural	234.740,00	234.740,00	5.596,26	81.376,73	0,44	153.363,27	13.096,26	66.376,73	0,53	168.363,27	
Direitos da Cidadania	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00	
Administração Financeira	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Urbanismo	3.109.801,09	3.109.801,09	181.504,33	2.420.987,94	12,97	688.813,15	442.482,46	1.586.319,70	12,71	1.523.481,39	
Infra-Estrutura Urbana	2.116.050,00	2.116.050,00	180.620,33	1.568.403,85	8,40	547.646,15	186.379,99	881.617,17	7,07	1.234.432,83	
Serviços Urbanos	10.470,00	10.470,00	0,00	0,00	0,00	10.470,00	0,00	0,00	0,00	10.470,00	
Habitação Urbana	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	
Turismo	32.000,00	32.000,00	884,00	10.516,32	0,06	21.483,68	884,00	10.516,32	0,08	21.483,68	
Transporte Rodoviário	939.181,09	939.181,09	0,00	842.067,77	4,51	97.113,32	255.218,47	694.186,21	5,56	244.994,88	
Habitação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	
Habitação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	
Saneamento	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	
Saneamento Básico Urbano	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	
Gestão Ambiental	314.600,00	314.600,00	1.500,00	25.984,33	0,14	288.615,67	2.498,22	12.250,47	0,10	302.349,53	
Saneamento Básico Urbano	314.600,00	314.600,00	1.500,00	25.984,33	0,14	288.615,67	2.498,22	12.250,47	0,10	302.349,53	
Agricultura	2.610.110,00	2.783.750,00	161.598,80	1.589.344,57	8,51	1.194.405,43	522.223,39	1.310.069,70	10,50	1.473.680,30	
Recursos Hídricos	137.250,00	137.250,00	0,00	12.508,00	0,07	124.742,00	2.908,00	12.508,00	0,10	124.742,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	
Extensão Rural	1.410.430,00	1.497.250,00	158.681,59	819.300,61	4,39	677.949,39	217.745,29	625.631,65	5,01	871.618,35	
Promoção da Produção Agropecuária	986.200,00	1.073.020,00	2.917,21	757.535,96	4,06	315.484,04	301.570,10	671.930,05	5,38	401.089,95	
Defesa Agropecuária	64.130,00	64.130,00	0,00	0,00	0,00	64.130,00	0,00	0,00	0,00	64.130,00	

Página: 3 de 3  
30/09/2016 15:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Indústria	302.500,00	302.500,00	3.800,00	11.300,00	0,06	291.200,00	3.800,00	11.300,00	0,09	291.200,00
Promoção Industrial	229.900,00	229.900,00	3.800,00	11.300,00	0,06	218.600,00	3.800,00	11.300,00	0,09	218.600,00
Produção Industrial	72.600,00	72.600,00	0,00	0,00	0,00	72.600,00	0,00	0,00	0,00	72.600,00
Transporte	5.674.950,00	5.674.950,00	1.881.535,62	4.723.353,03	25,30	951.596,97	789.146,49	1.644.121,24	13,18	4.030.828,76
Transporte Rodoviário	5.674.950,00	5.674.950,00	1.881.535,62	4.723.353,03	25,30	951.596,97	789.146,49	1.644.121,24	13,18	4.030.828,76
Desporto e Lazer	2.027.700,00	2.027.700,00	196.979,96	701.821,60	3,76	1.325.878,40	190.551,20	360.439,03	2,89	1.667.260,97
Turismo	1.560.000,00	1.560.000,00	168.763,40	459.586,49	2,46	1.100.413,51	146.789,62	146.789,62	1,18	1.413.210,38
Desporto Comunitário	467.700,00	467.700,00	28.216,56	242.235,11	1,30	225.464,89	43.761,58	213.649,41	1,71	254.050,59
Encargos Especiais	466.200,00	466.200,00	0,00	200.500,00	1,07	265.700,00	11.598,77	165.131,52	1,32	301.068,48
Serviço da Dívida Interna	260.500,00	260.500,00	0,00	90.000,00	0,48	170.500,00	0,00	84.476,38	0,68	176.023,62
Transferências	205.700,00	205.700,00	0,00	110.500,00	0,59	95.200,00	11.598,77	80.655,14	0,65	125.044,86
Reserva de Contingência	229.900,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00
Reserva de Contingência	229.900,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>32.782.255,69</b>	<b>33.274.108,73</b>	<b>4.138.842,88</b>	<b>18.667.468,48</b>	<b>100,00</b>	<b>14.606.640,25</b>	<b>3.894.710,68</b>	<b>12.478.470,10</b>	<b>100,00</b>	<b>20.795.638,63</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 09m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORIA

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
CONTRALADOR INTERNO

## RREO ANEXO 03 SET.2015 - AGO.2016

Página: 1 de 2  
30/09/2016 15:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Setembro/2015 a Agosto/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES								Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016
		Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016				
		Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016				
	RECEITAS CORRENTES (I)	1.398.995,56	1.321.056,78	1.264.365,90	1.677.783,92	1.391.544,94	1.393.640,96				
	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.162.801,60	1.455.220,49	1.447.185,58	1.413.368,89	1.573.985,35	1.189.078,65			26.127.084,60	
		66.628,78	131.432,73	53.889,12	44.450,64	55.696,45	33.282,54				
		74.552,53	262.511,21	80.317,46	106.724,85	69.408,17	62.339,97			1.907.276,00	
	IPTU	15.439,30	6.539,38	4.308,99	-11.368,38	-	-				
		23.859,55	133.814,41	7.107,28	4.644,62	4.357,24	5.712,05			294.560,00	
	ISS	20.181,67	59.632,02	18.104,43	30.861,76	11.593,22	13.348,38				
		14.558,98	16.755,99	17.943,56	15.110,06	16.658,90	20.626,96			288.827,00	
	ITBI	8.900,50	24.946,69	7.927,16	8.943,61	14.143,70	12.903,34				
		9.495,14	13.503,68	29.058,77	14.484,32	41.575,99	29.768,61			235.400,00	
	IRRF	12.630,57	11.718,87	17.929,31	26.951,51	22.264,56	-				
		-	31.356,29	17.635,21	60.306,41	-	-			396.627,00	
	Outras Receitas Tributárias	9.476,74	28.595,77	5.619,23	-10.937,86	7.694,97	7.030,82				
		26.638,86	67.080,84	8.572,64	12.179,44	6.816,04	6.232,35			691.862,00	
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.127,95	13.119,80	12.277,73	13.813,00	-	-				
		25.398,69	13.693,22	40.354,52	830,25	1.988,64	1.500,54			853.994,00	
	RECEITA PATRIMONIAL	4.608,20	74.329,70	24.211,14	24.360,13	5.152,40	3.495,77				
		3.347,18	6.432,88	15.070,66	14.723,92	10.657,89	8.399,07			142.011,00	
	RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-			6.050,00	
		-	-	-	-	-	-				
	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-			12.100,00	
		-	-	-	-	-	-				
	RECEITA DE SERVIÇOS	11.616,47	4.805,95	3.881,08	12.071,39	6.942,88	9.799,85				
		14.208,07	5.007,32	6.451,07	12.052,04	8.266,67	8.451,50			210.800,00	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.221.338,97	1.072.050,47	1.163.904,48	1.428.509,21	1.317.271,31	1.338.177,22				
		1.030.179,09	1.150.800,12	1.298.729,14	1.272.446,29	1.479.755,32	1.100.272,51			22.639.004,60	
	Cota-Parte do FPM	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36				
		396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	375.635,93	465.840,62			7.803.376,00	
	Cota-Parte do ICMS	325.641,28	333.552,83	344.681,45	330.677,37	412.964,58	337.186,03				

Página: 2 de 2  
30/09/2016 15:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Setembro/2015 a Agosto/2016

RREO - ANEXO III (LRF, Art.53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016
		Setembro/2015 Março/2016	Outubro/2015 Abril/2016	Novembro/2015 Maio/2016	Dezembro/2015 Junho/2016	Janeiro/2016 Julho/2016	Fevereiro/2016 Agosto/2016						
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITAS CORRENTES (I)	1.398.995,56	1.321.056,78	1.264.365,90	1.677.783,92	1.391.544,94	1.393.640,96						
	Cota-Parte do IPVA	341.018,29	350.622,52	339.149,25	335.077,59	345.800,32	341.561,39						5.267.475,00
		27.690,14	27.480,08	13.689,29	10.885,55	18.122,32	28.009,03						
	Cota-Parte do ITR	37.955,14	28.955,70	41.509,03	35.071,91	36.173,45	35.873,57						378.730,00
		843,62	3.295,45	602,69	221,57	13,02	-						
		221,70	669,41	30,40	106,09	-	-						14.518,60
	Transferências da LC 87/1996	1.404,35	1.404,35	1.404,35	1.404,35	1.439,38	1.439,38						48.400,00
		1.439,38	1.439,38	1.439,38	1.439,38	1.439,38	1.439,38						
	Transferências da LC 61/1989	3.951,45	6.528,84	3.685,26	6.075,54	9.870,93	7.477,64						96.800,00
		3.815,12	2.969,51	5.699,29	3.391,33	4.462,30	4.668,70						
DEDUÇÕES (II)	Transferências do FUNDEB	141.961,75	126.292,31	124.982,71	128.453,65	150.388,30	137.052,55						2.337.720,00
		124.740,52	162.639,89	138.089,45	135.310,57	138.205,74	134.162,72						
	Outras Transferências Correntes	348.306,12	150.622,21	197.400,35	401.768,82	202.751,69	173.893,23						
		124.272,09	131.892,57	145.683,34	243.939,28	578.038,20	116.726,13						6.691.985,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	82.675,19	25.318,13	6.202,35	154.579,55	6.481,90	8.885,58						
		15.116,04	16.775,74	6.262,73	6.591,54	3.908,66	8.115,06						355.849,00
		144.514,91	159.863,15	167.468,95	175.825,31	190.851,90	207.420,32						
	Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	155.539,95	171.946,43	201.457,05	198.289,29	152.731,15	169.886,46						2.770.760,00
		144.514,91	159.863,15	167.468,95	175.825,31	190.851,90	207.420,32						
		155.539,95	171.946,43	201.457,05	198.289,29	152.731,15	169.886,46						2.770.760,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		1.254.480,65	1.161.193,63	1.096.896,95	1.501.958,61	1.200.693,04	1.186.220,64						23.356.324,60
		1.007.261,65	1.283.274,06	1.245.728,53	1.215.079,60	1.421.254,20	1.019.192,19						

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 09m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

CARLA L. A. MARTINI  
CONTROLADOR INTERNO

**RREO ANEXO 05 BIM. JUL-AGO 2016**

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:02

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 30/Jun/2016	Em 31/Ago/2016
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	1.043.345,08	260.552,69	190.396,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.121.421,85	1.657.334,83	2.077.857,76
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	78.076,77	1.396.782,14	1.887.461,27
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.043.345,08	-260.552,69	-190.396,49
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.043.345,08	-260.552,69	-190.396,49

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	70.156,20	852.948,59

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 30/Jun/2016	Em 31/Ago/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 09m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
CONTRALADOR INTERNO



**RREO ANEXO 06 BIM. JUL-AGO 2016**

Página: 1 de 2  
30/09/2016 15:12

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	23.220.363,60	9.511.520,17	9.094.656,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.907.276,00	744.833,18	717.833,59
IPTU	294.560,00	179.495,15	168.681,48
ISS	288.827,00	126.596,05	138.997,47
ITBI	235.400,00	164.933,55	129.537,74
IRRF	396.627,00	131.562,47	129.408,34
Outras Receitas Tributárias	691.862,00	142.245,96	151.208,56
Receita de Contribuição	853.994,00	83.765,86	87.022,66
Receita Previdenciária	672.494,00	-	-
Outras Contribuições	181.500,00	83.765,86	87.022,66
Receita Patrimonial Líquida	6.050,00	96,03	-
Receita Patrimonial	142.011,00	67.279,77	35.685,76
(-)Aplicações Financeiras	135.961,00	67.183,74	35.685,76
Transferências Correntes	19.868.244,60	8.539.508,45	7.954.489,50
Cota-Parte do FPM	6.161.455,00	3.205.845,79	3.256.295,75
Cota-Parte do IPVA	301.290,00	209.336,77	206.858,53
Cota-Parte do ICMS	4.248.024,00	2.242.704,65	2.225.595,83
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	9.157.475,60	2.881.621,24	2.265.739,39
Demais Receitas Correntes	584.799,00	143.316,65	335.310,66
Dívida Ativa	81.069,00	31.645,54	12.234,55
Diversas Receitas Correntes	503.730,00	111.671,11	323.076,11
RECEITAS DE CAPITAL(II)	9.432.381,09	1.790.804,37	1.058.981,62
Operações de Crédito(III)	500.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	12.100,00	-	-
Alienação de Bens(V)	331.500,00	111.460,00	281.920,00
Transferências de Capital	8.056.381,09	1.679.344,37	777.061,62
Convênios	3.956.600,00	381.398,55	150.000,00
Outras Transferências de Capital	4.099.781,09	1.297.945,82	627.061,62
Outras Receitas de Capital	532.400,00	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	8.588.781,09	1.679.344,37	777.061,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	31.809.144,69	11.190.864,54	9.871.718,03

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES(VIII)	21.052.096,33	12.433.815,79	11.515.849,91	10.032.355,42	9.224.271,77

Página: 2 de 2  
30/09/2016 15:12

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
Pessoal e Encargos Sociais	8.336.422,00	5.076.149,97	4.422.388,59	4.929.523,91	4.310.269,02
Juros e Encargos da Dívida(IX)	60.500,00	-	71,50	-	71,50
Outras Despesas Correntes	12.655.174,33	7.357.665,82	7.093.389,82	5.102.831,51	4.913.931,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	20.991.596,33	12.433.815,79	11.515.778,41	10.032.355,42	9.224.200,27
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	11.992.112,40	6.233.652,69	5.028.450,83	2.446.114,68	1.203.572,22
Investimentos	11.736.612,40	6.143.652,69	5.019.075,83	2.361.638,30	1.194.197,22
Inversões Financeiras	55.500,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	55.500,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	200.000,00	90.000,00	9.375,00	84.476,38	9.375,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	11.792.112,40	6.143.652,69	5.019.075,83	2.361.638,30	1.194.197,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	229.900,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	33.013.608,73	18.577.468,48	16.534.854,24	12.393.993,72	10.418.397,49
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-1.204.464,04	-7.386.603,94	-6.663.136,21	-1.203.129,18	-546.679,46
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				436.288,04	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VL. CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				-	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 10m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

CARLA MARTINI  
CONTROLADOR INTERNO

RREO ANEXO 07 BIM. JUL-AGO 2016

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:02

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	R\$ 1,0	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados			Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)														
EXECUTIVO														
DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC		-	14.896,77	14.896,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DEPART.GERAL DA AGRICULTURA		-	63.180,00	63.180,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL		-	78.076,77	78.076,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
LEGISLATIVO														
CAMARA DE VEREADORES		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL(I)		-	78.076,77	78.076,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 10m.														

RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL	JANICE MARTINI MULLER CONTADORA	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI CONTRALADOR INTERNO
---	------------------------------------	--

**RREO ANEXO 08 BIM. JUL-AGO 2016**

Página: 1 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre	%
				(b)	(c)=(b/a)x100
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.311.003,00	1.311.003,00		619.436,78	47,25
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	345.379,00	345.379,00		192.785,32	55,82
1.1.1-IPTU	378.000,00	378.000,00		304.276,76	80,50
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	14.520,00	14.520,00		1.490,59	10,27
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	30.249,00	30.249,00		14.444,49	47,75
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.050,00	6.050,00		1.978,26	32,70
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	83.440,00	83.440,00		129.404,78	155,09
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	241.450,00	241.450,00		164.933,55	68,31
1.2.1-ITBI	235.400,00	235.400,00		165.797,55	70,43
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	6.050,00	6.050,00		0,18	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-		-	-
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-		-	-
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-		864,18	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	327.547,00	327.547,00		130.155,44	39,74
1.3.1-ISS	288.827,00	288.827,00		126.596,05	43,83
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.100,00	12.100,00		789,71	6,53
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	24.200,00	24.200,00		2.805,31	11,59
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.420,00	2.420,00		103,60	4,28
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-		139,23	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	396.627,00	396.627,00		131.562,47	33,17
1.4.1-IRRF	412.720,00	412.720,00		131.562,47	31,88
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-		-	-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-		-	-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-		-	-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-		-	-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	16.093,00	16.093,00		-	-
1.5.1-ITR	-	-		-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-		-	-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-		-	-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-		-	-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-		-	-

Página: 2 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1-Cota-Parte FPM	13.609.299,60	13.609.299,60	7.149.844,73	52,54
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.803.376,00	7.803.376,00	4.029.884,13	51,64
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.803.376,00	7.803.376,00	4.029.884,13	51,64
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS	5.267.475,00	5.267.475,00	2.803.379,97	53,22
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	48.400,00	48.400,00	11.515,04	23,79
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	96.800,00	96.800,00	42.354,82	43,75
2.5-Cota-Parte ITR	14.518,60	14.518,60	1.040,62	7,17
2.6-Cota-Parte IPVA	378.730,00	378.730,00	261.670,15	69,09
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.920.302,60	14.920.302,60	7.769.281,51	52,07

Página: 3 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre
			(b)	(c)=(b)/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.254.470,00	1.254.470,00	488.553,70	38,95
5.1 - Transferências do Salário-Educação	229.900,00	229.900,00	124.311,12	54,07
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	77.440,00	77.440,00	34.806,00	44,95
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	87.120,00	87.120,00	15.703,96	18,03
5.5 - Outras Transferências do FNDE	846.700,00	846.700,00	302.474,51	35,72
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.310,00	13.310,00	11.258,11	84,58
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.500,00	60.500,00	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	60.500,00	60.500,00	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	94.380,00	94.380,00	26.307,67	27,87
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.409.350,00	1.409.350,00	514.861,37	36,53

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	%
			(b)	(c)=(b)/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.770.760,00	2.770.760,00	1.448.122,55	52,26
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.641.921,00	1.641.921,00	824.038,34	50,19
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.019.451,00	1.019.451,00	560.675,32	55,00
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	9.679,00	9.679,00	2.302,96	23,79
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	19.366,00	19.366,00	8.510,05	43,94
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	2.903,00	2.903,00	208,09	7,17
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	77.440,00	77.440,00	52.333,38	67,58
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.349.820,00	2.349.820,00	1.124.872,21	47,87
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.337.720,00	2.337.720,00	1.120.589,74	47,94
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.100,00	12.100,00	4.282,47	35,39
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-433.040,00	-433.040,00	-327.532,81	75,64

Página: 4 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 5 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.536.700,00	1.231.700,00	864.829,17	70,21	864.829,17 70,21
13.1-Com Educação Infantil	786.500,00	481.500,00	418.880,15	86,99	418.880,15 86,99
13.2-Com Ensino Fundamental	750.200,00	750.200,00	445.949,02	59,44	445.949,02 59,44
14-OUTRAS DESPESAS	813.120,00	1.118.120,00	397.427,43	35,54	390.864,22 34,96
14.1-Com Educação Infantil	133.100,00	438.100,00	163.742,50	37,38	163.742,50 37,38
14.2-Com Ensino Fundamental	680.020,00	680.020,00	233.684,93	34,36	227.121,72 33,40
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	2.349.820,00	2.349.820,00	1.262.256,60	53,72	1.255.693,39 53,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
16.1 - FUNDEB 60%					-
16.2 - FUNDEB 40%					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					1.191,63
17.1 - FUNDEB 60%					-
17.2 - FUNDEB 40%					1.191,63
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					1.191,63
INDICADORES DO FUNDEB					
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.254.501,76
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-[(16.1+17.1)]/(11)x100)%					76,88
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-[(16.2+17.2)]/(11)x100)%					34,64
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%					-11,52



Página: 6 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1.00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

VALOR

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	1.191,63
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²	1.191,63

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)³	3.730.075,65	3.730.075,65	1.942.320,38	52,07

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.831.940,00	1.834.793,09	1.033.850,10	56,35	914.635,13	49,85
23.1-Creche	399.300,00	587.153,09	241.888,64	41,20	203.783,24	34,71
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	48.400,00	233.400,00	10.247,17	4,39	10.247,17	4,39
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	350.900,00	353.753,09	231.641,47	65,48	193.536,07	54,71
23.2-Pré-Escola	1.432.640,00	1.247.640,00	791.961,46	63,48	710.851,89	56,98
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	871.200,00	686.200,00	572.375,48	83,41	572.375,48	83,41
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	561.440,00	561.440,00	219.585,98	39,11	138.476,41	24,66
24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.804.288,60	3.804.288,60	1.380.425,85	36,29	1.105.338,25	29,06
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.430.220,00	1.430.220,00	679.633,95	47,52	673.070,74	47,06
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.374.068,60	2.374.068,60	700.791,90	29,52	432.267,51	18,21
25-ENSINO MÉDIO	36.300,00	36.300,00	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	48.400,00	48.400,00	15.000,00	30,99	15.000,00	30,99
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	44.770,00	44.770,00	39.963,88	89,26	32.231,55	71,99
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	5.765.698,60	5.768.551,69	2.469.239,83	42,81	2.067.204,93	35,84

Página: 7 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-327.532,81
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	4.282,47
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	1.191,63
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-322.058,71
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	2.342.032,09
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/((3)x100))	30,14

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	234.740,00	444.740,00	93.234,28	20,96	91.114,28	20,49
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.174.610,00	1.174.610,00	535.710,23	45,61	369.316,59	31,44
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.409.350,00	1.619.350,00	628.944,51	38,84	460.430,87	28,43
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	7.175.048,60	7.387.901,69	3.098.184,34	41,94	2.527.635,80	34,21
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2016 (g)			
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-

Página: 8 de 8  
30/09/2016 14:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.191,63
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.120.589,74
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.192.536,65
49.1-Orçamentário do Exercício	1.192.536,65
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.282,47
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-66.472,81

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 11m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL	JANICE MARTINI MULLER CONTADORA	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI CONTRALADOR INTERNO
---	------------------------------------	--

RREO ANEXO 09 BIM. JUL-AGO 2016

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	500.000,00	-			500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	11.992.112,40	6.233.652,69	2.446.114,68		5.758.459,71
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDA (II)	11.992.112,40	6.233.652,69	2.446.114,68		5.758.459,71
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-11.492.112,40	-6.233.652,69	-	-	-5.258.459,71

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 10h e 11m.

Notas:  
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

RICARDO LUIS WALDANER PREFEITO MUNICIPAL	JANICE MARTINI MULLER CONTADORA	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI CONTRALADOR INTERNO
---	------------------------------------	--

**RREO ANEXO 11 BIM. JAN-AGO 2016**

Página: 1 de 1  
30/09/2016 15:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto/2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	(b)					SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	331.500,00	111.460,00					220.040,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	-					150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	181.500,00	111.460,00					70.040,00

  

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (lb - (lle+ llf))	SALDO ATUAL (j) = (llh + llj)
VALOR (III)		111.460,00	111.460,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 14h e 03m.

RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL	JANICE MARTINI MULLER CONTADORA	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI CONTRALADOR INTERNO
---	------------------------------------	--

**RREO ANEXO 12 BIM. JUL-AGO 2016**

Página: 1 de 3  
30/09/2016 15:03

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.311.003,00	1.311.003,00	619.436,78	47,25
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	294.560,00	294.560,00	179.495,15	60,94
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	235.400,00	235.400,00	164.933,55	70,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	288.827,00	288.827,00	126.596,05	43,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	396.627,00	396.627,00	131.562,47	33,17
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	32.670,00	32.670,00	1.616,64	4,95
Dívida Ativa dos Impostos	54.449,00	54.449,00	13.895,80	25,52
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.470,00	8.470,00	1.337,12	15,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.609.299,60	13.609.299,60	7.149.844,73	52,54
Cota-Parte FPM	7.803.376,00	7.803.376,00	4.029.884,13	51,64
Cota-Parte ITR	14.518,60	14.518,60	1.040,62	7,17
Cota-Parte IPVA	378.730,00	378.730,00	261.670,15	69,09
Cota-Parte ICMS	5.267.475,00	5.267.475,00	2.803.379,97	53,22
Cota-Parte IPI-Exportação	96.800,00	96.800,00	42.354,82	43,76
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	48.400,00	48.400,00	11.515,04	23,79
Desoneração ICMS (LC 87/96)	48.400,00	48.400,00	11.515,04	23,79
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>14.920.302,60</b>	<b>14.920.302,60</b>	<b>7.769.281,51</b>	<b>52,07</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.886.422,00	1.886.422,00	778.691,84	41,28
Provenientes da União	1.644.422,00	1.644.422,00	726.425,84	44,18
Provenientes dos Estados	242.000,00	242.000,00	52.266,00	21,60
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	678.810,00	678.810,00	299.985,00	44,19
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	14.520,00	14.520,00	3.495,14	24,07
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.579.752,00</b>	<b>2.579.752,00</b>	<b>1.082.171,98</b>	<b>41,95</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.984.346,00	5.286.411,00	3.131.886,96	59,24	2.507.299,00	47,43
Pessoal e Encargos Sociais	2.178.000,00	2.116.000,00	1.286.743,44	60,81	1.146.584,24	54,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.806.346,00	3.170.411,00	1.845.143,52	58,20	1.360.714,76	42,92
DESPESAS DE CAPITAL	874.290,00	627.790,00	20.885,11	3,33	20.885,11	3,33
Investimentos	874.290,00	627.790,00	20.885,11	3,33	20.885,11	3,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>5.858.636,00</b>	<b>5.914.201,00</b>	<b>3.152.772,07</b>	<b>53,31</b>	<b>2.528.184,11</b>	<b>42,75</b>

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.565.232,00	2.620.797,00	1.187.536,44	37,67	973.446,08	38,50
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.885.212,00	1.885.212,00	908.409,87	28,81	786.636,21	31,11
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	680.020,00	735.585,00	279.126,57	8,85	186.809,87	7,39
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	8.470,00	8.470,00	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>2.573.702,00</b>	<b>2.629.267,00</b>	<b>1.187.536,44</b>	<b>37,67</b>	<b>973.446,08</b>	<b>38,50</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>3.284.934,00</b>	<b>3.284.934,00</b>	<b>1.965.235,63</b>	<b>62,33</b>	<b>1.554.738,03</b>	<b>61,50</b>
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	20,01
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100]6	389.345,80
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (não aplicado)
Total (VIII)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (não aplicado)
Total (IX)	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	4.752.852,00	4.808.417,00	2.597.624,47	82,39	2.089.827,19	82,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	922.620,00	922.620,00	490.037,56	15,54	376.666,88	14,90
Suporte Profilático e Terapêutico	10.082,00	10.082,00	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	113.135,00	113.135,00	50.702,34	1,61	50.432,34	1,99
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	12.826,92	0,41	10.226,92	0,40
Alimentação e Nutrição	26.430,00	26.430,00	32,78	-	32,78	-
Outras Subfunções	20.207,00	20.207,00	1.548,00	0,05	998,00	0,04
<b>TOTAL</b>	<b>5.858.636,00</b>	<b>5.914.201,00</b>	<b>3.152.772,07</b>	<b>100,00</b>	<b>2.528.184,11</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Out/2016, 14h e 05m.

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/20126
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2016/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

- 6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder da despesa empenhada.
- 7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

\_\_\_\_\_  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
CONTRALADOR INTERNO



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): ISMAEL BRUXEL ME – VALOR REGISTRADO R\$ 16.600,00 (dezesesseis mil e seiscentos reais).

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gás de cozinha destinado para utilização das Secretarias Municipais do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 079/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é até 12 de outubro de 2017.

Mondaí – SC, 13 de outubro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2016/FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação tipo EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 039/2016 – Registro de Preços (SRP).

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para coffee break quando da realização de reunião mensal do CIR (Colegiado de Intergestores Regionais de Saúde), conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h30min do dia 26 de outubro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 26 de outubro de 2016.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no sítio [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br) - Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras1@mondai.sc.gov.br](mailto:compras1@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 13 de outubro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 79/2016 - PR</b>
CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	Processo Administrativo: 111/2016 Processo de Licitação: 111/2016 Data do Processo: 29/09/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, Valmor Cemin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 111/2016  
b ) Licitação Nr.: 79/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 13/10/2016  
e ) Objeto da Licitação Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gás de cozinha destinado para utilização das Secretarias Municipais do Município, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ISMAEL BRUXEL-ME (8592)**

1	Carga de Gás P-13- Entregue no perímetro urbano - Marca: LIQUIGÁS	UN	100,00	0,0000	43,00	4.300,00
2	CARGA DE GAS P-45 - ENTREGUE NO PERÍMETRO URBANO - Marca: LIQUIGÁS	UN	60,00	0,0000	205,00	12.300,00

**Total do Fornecedor: 16.600,00**

**Total Geral: 16.600,00**

Mondai, 13 de Outubro de 2016.

\_\_\_\_\_  
Valmor Cemin  
Prefeito Municipal em Exercício

# Navegantes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 163 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 163 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3130 de 11/10/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 69.000,00 (Sessenta e nove mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 016300 – Transferências de convênios – Estado/Saúde

80 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

T O T A L ..... R\$ 69.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 21 – Fundação Hospitalar de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 55 – Atendimento Hospitalar

1.071 – Reforma e Ampliação da Unidade Hospitalar

Fonte de Recursos – 016300 – Transferências de convênios – Estado/Saúde

03 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

T O T A L ..... R\$ 69.000,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 11 de Outubro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de Outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### DECRETO Nº 164 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 164 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3131 de 11/10/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 13701 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógico

12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – Ensino Infantil

105 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 45.500,00

Total R\$ 45.500,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 13701 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógico

12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – Ensino Fundamental

103 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 45.500,00

Total R\$ 45.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 11 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

**DECRETO Nº 165 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 165 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3132 de 11/10/2016:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários  
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
01 – Diretoria de Programas Sociais  
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais  
64 - 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógico  
12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
102 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – Ensino Infantil  
104 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários  
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
03 – Diretoria de Pavimentações  
26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas  
180 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 250.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2016

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 11 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

**DECRETO Nº 166 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
---

DECRETO Nº 166 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 105.685,68 (Cento e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 13200 – Transferências de Convênios/Educação  
13 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
03 – Diretoria de Projetos Educacionais  
12.365.0007 – 2.056 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - EI  
132 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 105.685,68

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária de Administração e Logística

**EXTRATO DA ATA 98/2016 PMN**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 98/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 98/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) DOS EQUIPAMENTOS (PONTOS BIOMÉTRICOS) DAS SECRETARIAS LOCALIZADAS NO PAÇO MUNICIPAL, DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC Conforme Pregão Presencial nº 98/2016 PMN.

Fornecedor: M. Schmitt Comércio de Equipamentos Eletrônicos

Valor: R\$ 117.850,00

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de outubro de 2016.

**EXTRATO DA ATA Nº 105/2016 PMN**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016 PMN  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 105/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 105/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (PARQUE INFANTIS) PARA AS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 105/2016 PMN.

Fornecedor: Brinquedos Criativos WH Ltda

Valor: R\$ 107.500,00

Fornecedor: Brubring Ind. E Com. De Brinquedos Ltda

Valor: R\$ 41.550,00

Vigência: 13/10/2017

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de outubro de 2016.

**LEI Nº 3130 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 3130 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 69.000,00 (Sessenta e nove mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 016300 – Transferências de convênios – Estado/Saúde

80 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

T O T A L ..... R\$ 69.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 21 – Fundação Hospitalar de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 55 – Atendimento Hospitalar

1.071 – Reforma e Ampliação da Unidade Hospitalar

Fonte de Recursos – 016300 – Transferências de convênios – Estado/Saúde

03 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

T O T A L ..... R\$ 69.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 11 de Outubro de 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3131 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 3131 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 13701 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógico

12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – Ensino Infantil

105 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 45.500,00

Total R\$ 45.500,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 13701 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógico

12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – Ensino Fundamental

103 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 45.500,00

Total R\$ 45.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 11 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

**LEI Nº 3132 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 3132 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) das seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

64 - 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógico

12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – Ensino Fundamental

102 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – Ensino Infantil

104 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

03 – Diretoria de Pavimentações

26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas

180 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 250.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE OUTUBRO DE 2016

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 11 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

**RESULTADO PARCIAL AMOSTRAS PREGÃO 03/2016 FMV**

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Delegacia Geral de Polícia Civil

Delegacia de Polícia da Comarca de Navegantes

Ofício nº 1753 /2016/ DIST Navegantes, 13 de outubro de 2016.

Senhor Prefeito,

Através deste, encaminho o Ofício nomeando os PRODUTOS do Pregão da Nr nº 3/2016.

ITEM	NOME	APROVADO OU REPROVADO	MOTIVO
9	Álcool	APROVADO	Boa qualidade
8	Álcool em Gel	REPROVADO	Má qualidade
4	Detergente Líquido	REPROVADO	Má qualidade
29	Lustra moveis	REPROVADO	Má qualidade
3	Água Sanitária	REPROVADO	Má qualidade
13	Espanja de louça	REPROVADO	Má qualidade

2	Sacola de Lixo 30 e 50 mm	REPROVADO	Má qualidade
28	Lixeira de plástico	APROVADO	Boa qualidade
25	Cafeteira de Alumínio	APROVADO	Boa qualidade
16	sabão em pó	REPROVADO	Má qualidade
6	vassoura	APROVADO	Boa qualidade
7	rodo	REPROVADO	Má qualidade
12	desinfetante	REPROVADO	Má qualidade
5	Limpa vidro	REPROVADO	Má qualidade
21	Luva descartável	REPROVADO	Má qualidade

Sem mais para o momento, reiteramos votos de consideração e apreço.

Rodrigo Coronha  
Delegado de Polícia

Ilmo. Prefeito  
Sr. Roberto Carlos de Souza  
Prefeitura Municipal de Navegantes  
Navegantes/ SC

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 22 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 022/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora JÉSSICA SILVA DE MOURA inscrita no CPF nº 091.615.639-78, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 07 de outubro de 2016.

Alicio Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 635/2016

PORTARIA Nº 635/ 2016  
Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal ZENAIDE VALENTINA CORSI VANINI, matrícula 5575, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Escolar CM 2, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Servidores Comissionados do Magistério Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 03 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 639/2016

PORTARIA Nº 639/ 2016  
Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal DAIANE FACHIN TILL, matrícula nº 6733, concursada, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de setembro de 2016 a 14 de novembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 30/09/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 640/2016

PORTARIA Nº 640/ 2016  
Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal JANETE DUARTE TAVARES, matrícula nº 7044, concursada no cargo de Professor Nível III (Educação Infantil - Creche), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Espirado/ Creche Municipal Santo Antonin / Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 20 de setembro de 2016 a 09 de outubro de 2016, conforme resultado pericial datado de 03/10/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

#### TERMO ADITIVO DE PRAZO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 071/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Prefeito Municipal em Exercício, Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Adérico Edílio Dalri, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217, representada pelo Sr. AVELINO ALVAREZ, inscrito no CPF nº 573.025.967-00, doravante denominada de CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 071/2014, para dele constar a seguinte alteração:

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 071/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que



dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

#### Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 13 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito Contratante	TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI Contratada
--	---

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Lorena Polli
---	--------------------------

#### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 087/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRA DENOMINADA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DO MORRO DA CRUZ, KM 2+600, KM 2+800, KM 3+400 E DRENAGEM PROFUNDA COM PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PÚBLICA NOSSA SENHORA DO BOM SOCORRO, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Prefeito Municipal em Exercício, Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Adérico Edílio Dalri, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 00.853.660/0001-15, estabelecida na Rua Dr. Heitor Blum, 373, Sala 03, Estreito – cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.075-110, doravante denominada CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 087/2014, para dele constar a seguinte alteração:

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 087/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93 e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

#### Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias

de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 13 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito Contratante	CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA ME Contratada
--	--

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Lorena Polli
---	--------------------------

#### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 088/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E O SR. RINALDO MANOEL DA SILVEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AUXILIO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO A ÓRGÃOS FEDERAIS DE OBRA DENOMINADA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DO MORRO DA CRUZ, KM 2+600, KM 2+800, KM 3+400 E DRENAGEM PROFUNDA COM PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PÚBLICA NOSSA SENHORA DO BOM SOCORRO, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO."

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Prefeito Municipal em Exercício, Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Adérico Edílio Dalri, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado o Sr. RINALDO MANOEL DA SILVEIRA, CPF 654.626.969-49, CREA Nº 031.576-7, estabelecido na Rua Frederico Afonso, 4036 – cidade de São José/SC, CEP 88.200-000, doravante denominado CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 088/2014, para dele constar a seguinte alteração:

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 088/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

#### Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 13 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito Contratante	RINALDO MANOEL DA SILVEIRA Contratada
--	--

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Aprigio José Botameli

2. \_\_\_\_\_  
Lorena Polli

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 011, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 011, de 11 de outubro de 2016.

Convoca a servidora Lourdes de Macedo contadora da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC para trabalhar excepcionalmente no dia 13 de outubro de 2016.

JOSÉ IVANIR DALANORA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a) e com base no artigo 8º inciso II, § 01º da Lei complementar Nº. 037/2009, de 05/01/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVOCAR, a servidora LOURDES DE MACEDO contadora da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC para trabalhar excepcionalmente no dia 13 de outubro de 2016 tendo em vista que a mesma encontra-se em período de férias entre o dia 07/10/2016 à 21/10/2016, haja vista que houve necessidade de realizar procedimentos contábeis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 11 /10/2016.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Orleans

## PREFEITURA

**CONTRATO 54/2016**

Contrato Nº: 54/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Objeto: ATIVIDADES DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NO ÂMBITO DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Vigência do Contrato: 05/09/2016 até 05/09/2021

Obs: CONTRATO DE PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REGULATÓRIA, O MESMO NÃO GERA CUSTO PARA A ADMINISTRAÇÃO.

Orleans, 13 de Outubro de 2016

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2809

DECRETO Nº. 2.809/2016

“Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, anulação de dotação e da outras providencias”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 968/2016 de 20 de setembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coordenadoria de Administração e Gestão		
Função	12	Educação		
Subfunção	306	Alimentação Nutrição		
Programa	1004	Alimentação Suplementar		
Ação	2.13	Manutenção da Alimentação Escolar – Ensino Fundamental		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 21	R\$	12.500,00
Ação	2.14	Manutenção da Alimentação Escolar – Ensino Infantil		
Fonte	0101	Recursos Ordinários		
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 23	R\$	5.500,00
Unidade Orçam.	7001	Secretaria/Coordenadoria de Infraestrutura		
Função	15	Urbanismo		
Subfunção	452	Serviços Urbanos		
Programa	1502	Serviços de Utilidade Pública		
Ação	2.37	Manutenção dos Serviços Urbanos		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 71	R\$	100.000,00
		T o t a l .....	R\$	118.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação citada no antigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	2001	Secretaria/Coordenadoria de Administração e Gestão		
Função	4	Educação		
Subfunção	122	Alimentação Nutrição		
Programa	401	Alimentação Suplementar		
Ação	2.4	Manutenção da Alimentação Escolar – Ensino Fundamental		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 3	R\$	18.000,00
Unidade Orçam.	6001	Secretaria/Coordenadoria de Agricultura		
Função	20	Agricultura		
Subfunção	606	Extensão Rural		
Programa	2001	Assistência ao Produtor		
Ação	2.33	Manutenção das Atividades Agropecuárias		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 63	R\$	90.000,00
Unidade Orçam.	7001	Secretaria/Coordenadoria de Infraestrutura		
Função	26	Transporte		
Subfunção	782	Transporte Rodoviário		
Programa	2601	Estradas Vicinais		
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 83	R\$	10.000,00
		T o t a l .....	R\$	118.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de Setembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão



**DECRETO Nº2810**

DECRETO N.º 2810/2016

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido a servidora pública municipal Sra. ARLI CATAPAN TRONCO, ocupante do cargo Efetivo de Professor 40:00 hs. semanais, em virtude de Concessão de Aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 10 de outubro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**DECRETO Nº2811**

DECRETO N.º 2811/2016

Dispõe sobre a convocação da Audiência Pública para apreciação e aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando.

· A Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

· A Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº 171, que "Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013";

· A necessidade de apreciação e aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Ouro Verde.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica convocada a Audiência Pública, a ser realizada no dia 23 de Novembro de 2016, às 13:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Ouro Verde, tendo como pauta central: apreciação e aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Ouro Verde.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do FIA de Ouro Verde.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde – SC, em 11 de outubro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**DECRETO Nº2812**

DECRETO N.º 2812/2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE 0334 (Transf. de Conv. – União/Outros E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso II do Artigo 7º da Lei Municipal nº. 941/2015, de 24 de Novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 542,04 (Quinhentos e quarenta e dois reais e quatro centavos) destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
15-451-1501-1.36 – Construção de Obras de Infraestrutura Urbana		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0334	R\$	542,04

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do Superávit na Fonte de Recursos 0334, referente ao Repasse Financeiro do CT 0336915-63/2010 – Convênio 747743/2010 M Cidades.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de Outubro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**PORTARIA Nº0105**

PORTARIA N.º 0105/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Rose Ferrarin, Lotada junto a Secretária Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 30/06/2013 a 29/06/2014, que serão gozadas no período de 01/09/2016 a 30/09/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 01/10/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de agosto de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0106**

PORTARIA N.º 0106/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal Sra. Ivonete Lazaroto Selig, por período de 28 (vinte e oito) dias, conforme atestados Médico, a partir de 22 de agosto de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de setembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0107**

PORTARIA N.º 0107/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal Sr. Celso da Rosa, por período Indeterminado, conforme atestados Médico, a partir de 25 de agosto de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de setembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO



# Palhoça

## PREFEITURA

**ATO Nº. 331/2016**

ATO Nº. 331/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.991, de 01 de março de 2016, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

**ATO Nº. 333/2016**

ATO Nº. 333/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

DESIGNAR VITOR SODRE DIAS, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Saúde, Nível NC, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 29/08/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 334/2016**

ATO Nº. 334/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANA CAROLINE BOSSLE, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta

Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 335/2016**

ATO Nº. 335/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ADRIANO CAMPOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 336/2016**

ATO Nº. 336/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARIA EDUARDA ESPINDOLA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**ATO Nº. 337/2016**

ATO Nº. 337/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ALEX SANDRO PEREIRA, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/08/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 338/2016**

ATO Nº. 338/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANTONIO LOHN, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 339/2016**

ATO Nº. 339/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LEONEL LUCHI WIETHORN, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 05/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 340/2016**

ATO Nº. 340/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JULIANA SABRINA MARTINS, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.975, de 01 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 05/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 341/2016**

ATO Nº. 341/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ALEX SANDRO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Assessor I, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.975, de 01 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 342/2016**

ATO Nº. 342/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR SERGIO JOÃO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.991, de 01 de março de 2016, com efeitos a contar de 12/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 343/2016**

ATO Nº. 343/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR BRUNO DE QUADRA ARAUJO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 2033, de 19 de julho de 2016, a contar de 12/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 344/2016**

ATO Nº. 344/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO HYANN RAFAEL LEMOS, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 26 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 351/2016**

ATO Nº. 351/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JULIANA MEDEIROS DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.975, de 01 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 16/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 352/2016**

ATO Nº. 352/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR GRAZIELLA DE SÁ LOPES, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.975, de 01 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 19/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 353/2016**

ATO Nº. 353/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

DESIGNAR RANATA ADRIANO CAVALHEIRO, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, pelo período de 01/09/2016 a 30/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 354/2016**

ATO Nº. 354/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR AUGUSTO WERLICH CORREA JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 19/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 355/2016**

ATO Nº. 355/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR PAULO SERGIO ONISHI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 02/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 356/2016**

ATO Nº. 356/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TRANSPOR SANDRA APARECIDA MATOS RIBEIRO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.975, de 01 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 19/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 357/2016**

ATO Nº. 357/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TRANSPOR MARCELA PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 19/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 358/2016**

ATO Nº. 358/2016.

ISNARDO LUIS BRANT, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TRANSPOR JEANE MATTOS TEIXEIRA COSTA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.991, de 01 de março de 2016, com efeitos a contar de 15/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 359/2016**

ATO Nº. 359/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MILEYD MARIA JORDÃO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/09/2016.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ETAPA DOS LANCES 117/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO RP Nº 117/2016

O Município de Palhoça torna público que a etapa dos lances do Pregão Presencial RP nº 117/2016, fica apazado para o dia 19 de outubro de 2016, às 08:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e materiais de higiene para atender às necessidades da Prefeitura de Palhoça, bem como de seus Fundos e Autarquias, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 13 de outubro de 2016. Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 3551/2016**

PORTARIA Nº. 3551/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ONDINA DE SOUZA, matrícula nº. 800567-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 16/09/2016 à 16/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3552/2016**

PORTARIA Nº. 3552/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILENE PATRICIA DE SOUZA, matrícula nº. 800897-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2016 à 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3553/2016**

PORTARIA Nº. 3553/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA APARECIDA DA LUZ, matrícula nº. 190043-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de



Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/11/2008 a 10/11/2013, por 01 (um) mês, a contar de 05/09/2016 à 05/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3554/2016**

PORTARIA Nº. 3554/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR VALTER ROSA DA CRUZ, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3555/2016**

PORTARIA Nº. 3555/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR ALDO MARCELO DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3556/2016**

PORTARIA Nº. 3556/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
EXONERAR AURELIO ZACHARIAS ADÃO FILHO, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3557/2016**

PORTARIA Nº. 3557/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 1697 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SIMONE TERESINHA CHINI ESPINDOLA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/06/2016 a 09/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3558/2016**

PORTARIA Nº. 3558/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO MARISA CAPRARO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3559/2016**

PORTARIA Nº. 3559/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/09/2016 a 11/09/2017.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3560/2016**

PORTARIA Nº. 3560/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2790 de 30 de junho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MERIANE VIEIRA GONÇALVES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/09/2016 a 01/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3566/2016**

PORTARIA Nº. 3566/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MILENE DOMINGUES BATISTA SANTINI, matrícula nº. 800423-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Vó Laura da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3567/2016**

PORTARIA Nº. 3567/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2788 de 30 de junho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ELIZABETE APARECIDA MAFIOLETTI, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/09/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3568/2016**

PORTARIA Nº. 3568/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2867 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ALINE DE ABREU DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/11/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3569/2016**

PORTARIA Nº. 3569/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2864 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora GRAZIELA GOULART PEREIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/09/2016 a 25/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3570/2016**

PORTARIA Nº. 3570/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2865 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ALTINA AMELIA DA COSTA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/09/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3571/2016**

PORTARIA Nº. 3571/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2841 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora KAROLINE MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2016 a 20/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3572/2016**

PORTARIA Nº. 3572/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2854 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ELAINE CRISTINA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2016 a 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3573/2016**

PORTARIA Nº. 3573/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3532 de 29 de agosto de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CLAUDETE MANOEL DOS PASSOS NUNES, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2016 a 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3574/2016**

PORTARIA Nº. 3574/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2860 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ADRIANA DA FONSECA JORGE, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/08/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3575/2016**

PORTARIA Nº. 3575/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2789 de 30 de junho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora PRISCILA MARIA ELEUTERIO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/09/2016 a 12/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3576/2016**

PORTARIA Nº. 3576/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ELIZABETE APARECIDA MAFIOLETTI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Guilherme W. Filho, a contar de 04/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3577/2016**

PORTARIA Nº. 3577/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) KAROLINE MARTINS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Bolinhas de Sabão, a contar de 06/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3578/2016**

PORTARIA Nº. 3578/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ELAINE CRISTINA DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Bolinhas de Sabão, a contar de 06/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 3579/2016**

PORTARIA Nº. 3579/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Margarete da Silva	ACS	15	25/08/16	I –
Alessandra Lidia Vanelli e Silva	Agente Administrativo Auxiliar	30	24/08/16	I – F 31-6
Ana Paula Monteiro	Merendeira	180	24/08/16	I –
Ana Paula Simiano de Oliveira	ASO	09	29/08/16	I – M 54-5, II – M 75-5
Andre João Alves	Artífice	03	31/08/16	I – Z 54-0
Andressa Diana Loch Farias	ACS	04	30/08/16	I –
Andreza Terezinha de Souza	ASO	02	04/08/16	I –
Andreza Terezinha de Souza	ASO	02	25/08/16	I –
Antonia Sebastiana Pinto de Souza	ASO	30	27/08/16	I – S 92-5
Aurora Irinesia Lamim Schutz	ASO	30	25/08/16	I – M 23-9, II – M 68-8
Carlos Alberto da Silva	ASO	90	30/08/16	
Claiton Jose Souza Peixoto	Professor	04	30/08/16	I – M 75-1
Claudia Maria Weingartner	Professor	07	22/08/16	I –
Claudiana Aparecida Back Fuck	Assistente Administrativo	07	30/08/16	
Cristiane Salette Lourenço	Professor	03	18/08/16	I – J 65-0, II – R 10, III – B 35-8
Denise Gonçalves Pinheiro	Assistente Administrativo	30	25/08/16	I –
Djeovana da Silva Raulino	Professor	02	30/08/16	
Doris Cristina da Silva	ASO	166	13/09/16	
Dulce Sperber	ACS	30	25/08/16	I – M 54-5
Edelane Heidemann	Assistente Administrativo	30	27/08/16	
Elaine Cristina Mendes L. Goulart	Professor	03	22/08/16	I – Z 76-3, II – R 51
Eliana Pereira da Silva Branco	ACS	02	25/08/16	I – S 34-5
Evanir Pedroso da Silva Pereira	ASO	60	26/08/16	I – M 66-4
Fabio Linder de Souza	Motorista	90	13/08/16	I –
Gabriela de Oliveira	Professor	07	24/08/16	I –
Grasielli Pires da Silva Schmitz	Professor	90	16/08/16	I – C 50-9
Graziela Nazaré Nunes	Enfermeiro	30	26/08/16	I – E 66
Irene Michaels Kovalenko	Orientador Educacional	05	29/08/16	I – M 23-9
Jean Carlos Marques da Silva	ACS	05	25/08/16	I – J 34
João Lehmkuhl	ASO	180	26/08/16	I –
Joice de Souza Pereira	Farmacêutico	18	25/08/16	I – F 43, II – M 77-1
Jucileia dos Santos Schiessl	Enfermeiro	03	22/08/16	I –
Lilian Aparecida Luiz	Merendeira	09	24/08/16	I – J 45-8, II – J 45, III – J 45
Lilian Aparecida Luiz	Merendeira	05	05/09/16	I – J 45-8, II – J 45, III – J 45
Luana Magali Patrício	Professor	03	15/08/16	I – Z 76-3
Luana Magali Patrício	Professor	03	29/08/16	I – Z 76-3
Luciane Mari dos S. da Silveira	ACS	02	18/08/16	I – Z 76-3
Luciane Mari dos S. da Silveira	ACS	02	25/08/16	I – Z 76-3
Lucimar Xavier Bremm	Monitor	30	29/08/16	I – N 81-1
Luziania Meurer Geraldo	Professor	30	31/08/16	I –
Maria Augusta Martins	ACS	10	29/08/16	I – M 25-8
Maria de Fátima Cardoso	ASO	04	08/08/16	I – M 54-8
Maria de Fátima Cardoso	ASO	85	24/08/16	I – Z 76-3
Maria Eni Valente da Silva	ASO	10	22/08/16	I – F 34
Maria Jussara Bairros de Mello	Assistente Social	189	26/08/16	I – S 32-0
Maria Terezinha Espindola Martins	ACS	08	23/08/16	I – M 54-5
Michelle Paula Santiago	Merendeira	04	29/08/16	I –

Michelle Paula Santiago	Merendeira	07	04/09/16	I –
Michelly Lucia Soares de Abreu	Professor	13	30/08/16	I – M 79-6, II – M 25-5
Neuri Osorio Jose da Cruz	Motorista	30	22/08/16	I – M 54-5
Ronaldo Cesar Amandio	ASO	15	29/08/16	I – M 75-1
Rosangela Maria dos S. Rajpoot	ACS	07	30/08/16	I – H 10-3
Sabrina Aparecida Silva	Assistente Social	08	30/08/16	I – Z 34
Sabrini Santana Pereira	Merendeira	04	29/08/16	I – Z 76-3
Sandra Regina Matos da Cunha	Professor	30	29/08/16	I – M 54-3
Sevasty Nair Rosa Silva	Merendeira	90	26/08/16	I – C 82
Sheila Iolanda Coelho Mauricio	Professor	07	29/08/16	I – M 79-6, II – M 25-5
Sueli Batista Martins Steinmetz	Agente Administrativo Auxiliar	15	29/08/16	I – E 66
Tânia Soares	Professor	60	05/09/16	I – M 50-1, II – M 51-2
Thayse Aparecida dos Passos	Enfermeiro	180	07/08/16	I –
Valmira de Souza Hermann	Técnico em Enfermagem	07	28/08/16	I – M 54-2

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

### **PORTARIA Nº. 3580/2016**

PORTARIA Nº. 3580/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA MARTINS, matrícula nº. 800793-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/09/2016 à 12/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

### **PORTARIA Nº. 3581/2016**

PORTARIA Nº. 3581/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANA JUTTEL PEREIRA, matrícula nº. 124621-2, titular do cargo de Agente Administrativo II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/08/1999 a 17/08/2004, por 01 (um) mês, a contar de 14/09/2016 à 14/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3582/2016**

PORTARIA Nº. 3582/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIA PEIXOTO FERRARI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2016, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/08/2016 a 25/08/2017.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3583/2016**

PORTARIA Nº. 3583/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2016.

**ANEXO I**

Matrícula	Servidor	DE	PARA
3745738-01	Adilson Pires	469,65	487,5
124800-03	Alder de Fátima Velho	585,1	607,33
128836-01	Alessandro Mattos Pereira	746,8	775,12
129717-02	Alexandre Matos	570,85	592,55
3745290-01	Ana Paula Meura	469,7	487,5
802338-06	Anabelle Barroso de Paiva	629,7	653,6
801846-04	Andrea dos Santos Silveira Coelho	557,23	578,4
210611-01	Andreia Medeiros Kloppel	747,00	775,12
122921-03	Andreia Osvaldina Mafra	645,00	669,58
801871-01	Andreia Silverio	557,23	578,4
122560-02	Andresia da Rosa Martins	585,1	607,33
802097-07	Andreza Patrícia Zluhan	557,23	578,4
124305-03	Angela Rosa da Silva Beppler	800	813,88
800589-02	Angelita Bernardo	545,13	545,13
127750-01	Angelita Sourilda Teodomiro	864,87	897,73
210656-01	Cátia Regina Soares da Rosa	677,32	703,05
126705-01	Celina Adelina de Oliveira da Silva	864,45	897,3
121828-02	Clarete Kreuch	711,2	738,21
122165-01	Clarice Maria dos Santos Galvão	711,2	738,21
801812-01	Debora Leonia de Assunção	493,13	511,87
800607-03	Deolinda Pickler Pereira	585,1	607,33
126437-01	Devane Moura Grimauth	677,33	703,05
129563-04	Edinalda Silveira de Souza Pires	711,2	738,21
122755-01	Elane Nazaré Batista Alves	746,75	775,12
800751-04	Eliane Dílma de Azevedo Scherer	677,33	703,05
127365-01	Elisangela da Silva Landra	711,2	738,21
800830-01	Fabiana Regina da Silveira	373,38	387,56
800830-03	Fabiana Regina da Silveira	338,67	351,53
127275-03	Fátima Regina de Souza Ramos	678	703,05
127815-02	Fernanda Cristiane Rosar Patel	677,33	703,05

121606-02	Gerônimo Juttel	711,2	738,21
800623-02	Giseli Guilhermina Rodrigues	677,33	703,05
210994-01	Graziela Cardoso	746,75	775,12
801818-01	Jair Joaquim Pereira	803,65	834,16
127644-01	Josiane Cristina Couto	711,2	738,21
801843-02	Kelly Cristina Silva Lohn	557,24	578,4
802051-01	Larissa Julian de Amorim	557,24	578,4
129901-03	Lilian Regina Alves da Rosa	746,75	775,12
3745215-02	Lisandra Mello da Silva	469,65	487,5
210665-05	Luana Rufatto	469,65	487,5
122006-01	Lucilene Velho Cristiano	711,2	738,21
800793-01	Maria Aparecida Martins	711,2	738,21
122121-01	Maria Celina Jorge	677,33	703,05
121666-02	Maria Cristina Pierri	864,46	897,3
3745263-01	Maria Gabriela Abreu	469,65	487,5
80211-05	Maria Joselia Horstmann Felisbino	469,65	487,5
128090-04	Mariza Adriana do Nascimento	557,24	578,4
129296-02	Marlene Maria da Silva	823,29	854,57
125926-01	Miriam Raimundo Faust da Silva	864,46	897,3
127764-01	Nadia Farias da Costa	953,06	989,27
210993-02	Nicelene Maria Soares	823,3	854,57
210271-02	Patrícia Santos Carlos	677,33	703,05
127572-02	Paulo Valério Mendonça da Silva	765,38	794,45
801868-05	Priscila Bestetti Ibarra Barreto	557,24	578,4
211026-01	Rafaela Maria Freitas	765,38	794,45
129560-05	Rangel de Oliveira Medeiros	711,54	738,57
128793-03	Raquel Coelho	614,36	637,7
127801-02	Raquel Meira Souto	864,46	897,3
123024-02	Rodnei Alves	307,18	318,86
800296-02	Rosi Zulma Martins de Andrade	746,75	775,12
802205-09	Rosiane Altiva da Silveira	494	511,86
800294-03	Rosicleia Marli Martins	784,09	813,88
122507-02	Rosilda Maria Goulart Schutz	677,32	703,05
800390-02	Rutinéia Gonsalves Defreyn	711,2	738,21
129486-02	Samir Manoel Medeiros	557,24	578,4
801731-07	Sandra Aparecida Nogueira	557,24	578,4
210620-02	Sandra Schmidt Wagner	746,75	775,12
800820-05	Sarah Cristina Pflieger	677,33	703,05
121764-01	Sheila Iolanda Coelho Maurício	288	213,56
802052-03	Sirley Westphal Raitz	557,24	578,4
800609-03	Soenia Medeiros Liberato	645	669,6
121798-01	Sonia da Silva Homem	746,75	775,12
801811-01	Tania Martins Silva	557,24	578,4
211091-01	Tatiane Grun Lemos	645,07	669,58
125451-02	Taysi Vieira de Souza	645,07	669,58
801814-04	Terezinha Horstmann Mengarda	557,24	578,40
801772-01	Vanessa da Silva	557,24	578,40

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

## PORTARIA Nº. 3584/2016

PORTARIA Nº. 3584/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A Contar de
Ana Paula Pietro Nobre Montoro	32	40	12/09/2016 a 21/12/2016
Bernardo Villanueva de Castro Ramos	24	32	12/09/2016 a 21/12/2016
Maira de Sousa Emerick de Maria	32	24	12/09/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VERA REGINA LUCIO  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3585/2016

PORTARIA Nº. 3585/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2016.

#### ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761239-1	Daniel Vignardi	80%
401413-2	Michele Motta Pires	80%

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3586/2016

PORTARIA Nº. 3586/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para LOISELENE LUCIA FERREIRA, matrícula nº. 801801-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3587/2016

PORTARIA Nº. 3587/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA RAQUEL PEREIRA DA SILVA, Matricula 210674-11, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 3588/2016

PORTARIA Nº. 3588/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3145 de 01 de agosto de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora MIRIAN PEIXOTO DE LIMA QUEIROZ, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/08/2016 a 13/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3589/2016**

PORTARIA Nº. 3589/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para THAMMY DACOREGIO, matrícula nº. 401409-2, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3590/2016**

PORTARIA Nº. 3590/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE KLAUBERG, matrícula nº. 401398-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3591/2016**

PORTARIA Nº. 3591/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREA FEIJO, matrícula nº. 500294-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/01/2011 a

05/04/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/09/2016 à 12/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3592/2016**

PORTARIA Nº. 3592/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANILO WINCKLER, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/08/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3593/2016**

PORTARIA Nº. 3593/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KIM MARIANO DE SOZUA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 3594/2016**

PORTARIA Nº. 3594/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DIONI LIBERATO, matrícula nº. 500443-2, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/02/1999 a 12/02/2004, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/09/2016 à 19/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3595/2016**

PORTARIA Nº. 3595/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0759 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ROSANGELA DAS GRAÇAS LOPES, no cargo de ACT (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2016 a 23/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3596/2016**

PORTARIA Nº. 3596/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO RAFAELLA CARVALHO MAGALHÃES SANTOS, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3597/2016**

PORTARIA Nº. 3597/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DELEGAR como Responsável pela Defesa Civil o servidor JULIO GERMANO MARCELINO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3598/2016**

PORTARIA Nº. 3598/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DA CONCEIÇÃO CRUZ, matrícula nº. 120510-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/05/2001 a 07/05/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/09/2016 à 12/10/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3599/2016**

PORTARIA Nº. 3599/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIETE NUNES, matrícula nº. 800581-1, titular do cargo de ASO do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/01/2009 a 16/01/2014, por 02 (dois) meses, a contar de 03/10/2016 à 03/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3600/2016**

PORTARIA Nº. 3600/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE MOREIRA BONELLI, matrícula nº. 124259-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 24/11/2009 a 24/11/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 13/09/2016 à 13/12/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3601/2016**

PORTARIA Nº. 3601/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IRENE DE FATIMA NOVAK GALVAN, matrícula nº. 801472-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 05/09/2016, de acordo com às folhas 24.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3602/2016**

PORTARIA Nº. 3602/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097

de 15 de dezembro de 2010, SAMUEL PEREIRA MARCOLIN, Matrícula 3760798, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/09/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3603/2016**

PORTARIA Nº. 3603/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0928 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SIRLEI APARECIDA MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2016 a 11/11/2016.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3604/2016**

PORTARIA Nº. 3604/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CASSIO PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2016 a 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 3605/2016**

PORTARIA Nº. 3605/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANILO WINCKLER, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 007/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2016 a 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3606/2016**

PORTARIA Nº. 3606/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KIM MARIANO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/09/2016 a 11/09/2017.

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3607/2016**

PORTARIA Nº. 3607/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801801-1	Loiseleno Lucia Ferreira	R\$ 557,24

Palhoça, SC, em 29 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3608/2016**

PORTARIA Nº. 3608/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JOÃO ARI DA SILVA, matrícula nº. 800286-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 12 (doze) anos e 07 (sete) meses.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3609/2016**

PORTARIA Nº. 3609/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora KEDMA VERONICA FEDERICI DE JESUS, matrícula nº. 401517-4, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 11219/2016, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 05/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3610/2016**

PORTARIA Nº. 3610/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Maiara da Silva Ventura	20	40	14/09/2016 a 21/12/2016
Sheyla de Cassia Pereira Sampaio	30	40	12/09/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3611/2016**

PORTARIA Nº. 3611/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Agata Schutz Pereira	ASO	30	05/09/16	I – H 40-1
Alcilene Maria Silveira Batista	Merendeira	07	01/09/16	I – M 77-2, II – M 75-1, III – M 65-8
Alcilene Maria Silveira Batista	Merendeira	08	09/09/16	I – M 77-2, II – M 75-1, III – M 65-8
Aline Andrade	ASO	03	28/08/16	I – Z 76-3
Aline Andrade	ASO	03	31/08/16	I – Z 76-3
Ana Karina da Cunha	ASO	30	01/09/16	
Ângela Araujo Ottoni	Professor	06	02/09/16	I – N 84
Anisia Truppel	Professor	10	05/09/16	I – F 32
Claudia Nami Ioda	Medico	12	05/09/16	I – F 32
Clea Jucara Araujo	Merendeira	07	05/09/16	I – M 25-5
Clecinice Aparecida W. Martins	Professor	30	05/09/16	I – F 41-2
Elenir Rodrigues	ASO	05	05/09/16	I – M 54-0
Eunice Batista Martins	Auditor Fiscal de Tributos	60	01/09/16	I –
Fernanda Cristina Machado	Técnico em Enfermagem	15	30/08/16	I – O 20-0
Gabriela Campos de Souza	Orientador Educacional	02	11/08/16	I – F 41-2, II – F 43-0,
Gabriela Campos de Souza	Orientador Educacional	10	31/08/16	I – F 41-2, II – F 43-0,
Irene Michaels Kovalenko	Orientador Educacional	30	05/09/16	I – M 19-0
Ivonesia Adélia Silveira	Auxiliar de Enfermagem	03	08/08/16	I – K 12-0, II – M 4-5
Ivoneete Gonçalves da Rosa Gregório	Merendeira	90	31/08/16	I – M 54-4
João Ari da Silva	Assistente Técnico Pedagógico	08	05/09/16	I – M 54-4
Joseane Rose Cardoso	Merendeira	13	04/09/16	I – P 05-9
Karina Languinho	ASO	15	12/08/16	I – M 79-6, II – M 75-1, III – M 74-2
Larissa Goulart da Silva Santos	Professor	07	01/09/16	
Lucineia Alice Francisco	ASO	05	05/09/16	I – M 54-5, II – M 54-4
Márcia Werlang	Professor	10	31/08/16	I – M 23, II – S 88-0
Márcia Werlang	Professor	20	12/09/16	I – M 23, II – S 88-0
Maria Helena Santiago	Orientador Educacional	50	05/09/16	I – Z 54, II – C 50
Mariane Rosa Barbosa	Professor	07	04/09/16	I – S 93-4

Marlene Martins de Souza	Professor	30	01/09/16	I -
Marli da Silva	Monitor	60	02/09/16	I - I 83-9
Marlucia Cordeiro	Professor	60	05/09/16	I - S 93-2, II - M 89-0
Michele Patrícia Moreira	Orientador Educacional	45	02/09/16	I - F 33-2, II - F 60-8
Patrícia do Rosário Dantas	Professor	15	02/09/16	I - M 19
Patrícia Gomes	ACS	15	31/08/16	I - N 64, II - Z 54
Rafaella Carvalho Magalhães	Médico	05	02/09/16	I - O 20-9
Roberta Otto Martins	Professor	30	01/09/16	I - F 32-1, II - F 43
Rosilaine da Rosa Harger	Assistente Administrativo	07	27/08/16	I -
Rosilda Alves	ASO	15	02/09/16	I - M 23-2
Rosileia Cardoso Mendes	ACS	08	31/08/16	I - G 56-0
Sara Comelli Brock	Auditor Fiscal da Vigilância Sanitária	20	02/09/16	I - K 42
Thatiany Fernandes Miranda	Técnico em Enfermagem	30	31/08/16	I - F 43-0
Walquiria Alves	ASP	45	02/09/16	I - F 33-1, II - F 41-9
Wanderleia de Fátima Rossi	Assistente Administrativo	07	01/09/16	I - M 25-5
Wilmar Beato Silva	ASO	12	30/08/16	I - Z 76-3

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3612/2016**

PORTARIA Nº. 3612/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARILZA TRISTÃO, Matrícula 3745437-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3613/2016**

PORTARIA Nº. 3613/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MANUELLA DE SÁ VIEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3614/2016**

PORTARIA Nº. 3614/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOANA DARC MEDEIROS DE MENDONÇA, matrícula nº. 122405-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 26/11/2002 a 26/11/2007, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/09/2016 à 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3615/2016**

PORTARIA Nº. 3615/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
501376-4	Magda Regina Vieira	R\$ 600,00

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3616/2016**

PORTARIA Nº. 3616/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA IZABEL DA SILVA, matrícula nº. 800495-2, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/04/2002 a 15/04/2007, por 01 (um)

mês, a com efeitos a contar de 15/09/2016 à 15/10/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3617/2016**

PORTARIA Nº. 3617/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANE DI PAULA QUEIROZ, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeitos a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VERA REGINA LUCIO

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3618/2016**

PORTARIA Nº. 3618/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 4114 de 16 de novembro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado RAQUEL NARCISO RIBEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à data devida ser 15/12/2015 a 28/09/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3619/2016**

PORTARIA Nº. 3619/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 11 de setembro de 2016.

#### ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3745488-1	Eduardo Patrick Beltran	68%
3745343-2	Kim Mariano de Souza	68%
3745906-1	Ricardo Goetten de Souza	68%

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 3620/2016

PORTARIA Nº. 3620/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1571 de 05 de abril de 2016, que Contratou por Tempo Determinado ANA BEATRIZ SILVEIRA ZACCHI PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao número do Edital devida ser 019/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 3621/2016

PORTARIA Nº. 3621/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, AURINEIDE BANDEIRA DE MELO, titular do cargo de Professor (ACT), matrícula nº. 3761184-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 3622/2016

PORTARIA Nº. 3622/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SUELLEN MACHADO, titular do cargo de Professor (ACT), matrícula nº. 3761183-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 3623/2016

PORTARIA Nº. 3623/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3537 de 29 de agosto de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SARA JANE HASS MEURER, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/09/2016 a 29/09/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### PORTARIA Nº. 3624/2016

PORTARIA Nº. 3624/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3390 de 19 de agosto de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora TANIA MARA NICOLETTI,



no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/09/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3625/2016**

PORTARIA Nº. 3625/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 801487-9, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/09/2016 à 16/10/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3626/2016**

PORTARIA Nº. 3626/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON ROGERIO CHAVES, matrícula nº. 500426-5, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Planejamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/10/2006 a 17/10/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/09/2016 à 19/10/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3627/2016**

PORTARIA Nº. 3627/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDORI MARIANO TOME, matrícula nº. 100056-2, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2006 a 01/11/2011, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 01/10/2016 à 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3628/2016**

PORTARIA Nº. 3628/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINEIA IVONE DA SILVA, matrícula nº. 801860-6, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2011 a 14/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3629/2016**

PORTARIA Nº. 3629/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIO LINO DE CAMPOS, matrícula nº. 800133-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2005 a 01/03/2010, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 03/10/2016 à 03/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 36302016**

PORTARIA Nº. 36302016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDILENE MARIA GONZAGA, matrícula nº. 800584-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 17/10/2016 à 17/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 36312016**

PORTARIA Nº. 36312016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA HELENA DUARTE, matrícula nº. 124613-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 24/09/2016 à 24/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3632/2016**

PORTARIA Nº. 3632/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LOISLENE LUCIA FERREIRA, matrícula nº. 801801-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 28/09/2016 à 28/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3633/2016**

PORTARIA Nº. 3633/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTIANE PIRES GUANABARA, matrícula nº. 100379-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/09/2011 a 12/09/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 16/11/2016 à 16/12/2016.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PREGÃO PRESENCIAL 131/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 26 de outubro de 2016, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de COFFEE BREAK, para a Secretaria de Assistência Social e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, CMAS,IGD,PETI, e Centro de Conveniência da Terceira Idade), conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 13 de outubro de 2016. PREGO-EIRA.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 01 de novembro de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 132/2016, que tem por objeto a aquisição de vasilhames e recargas de gás GLP para as Unidades de Ensino, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 13 de outubro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.



# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 083/2016

DECRETO Nº 083/2016 De 05 de setembro de 2016.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.886/2015, de 10 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual.
---	---

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.006 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (12) R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.007 – Manutenção das Atividades da Administração Financeira

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (16) R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO

Unidade: 07.01 – Departamento DO Trab. Ind. Com. Serviço e Turismo

Projeto: 2.024 – Manutenção da Secretaria Trab. Ind. Com. E Serviço

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(105) R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

DECRETO Nº 083/2016

De 05 de setembro de 2016.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 2.028 – Manutenção do Convênio de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(125) R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0(168) R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.034 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002 – (10) R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMITOS

Unidade: 10.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (11) R\$ 4.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0025 – (12) R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMITOS

Unidade: 10.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.047 – Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0075 – (25) R\$ 8.500,00

TOTAL R\$ 8.500,00

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.006 – Manutenção das Atividades da Administração Geral

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (10) R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

DECRETO Nº 083/2016

De 05 de setembro de 2016.

**ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.007 – Manutenção das Atividades da Administração Financeira

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (15) R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

**ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇO E TURISMO**

Unidade: 07.01 – Departamento DO Trab. Ind. Com. Serviço e Turismo

Projeto: 2.024 – Manutenção da Secretaria Trab. Ind. Com. E Serviço

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(103) R\$ 6.520,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(106) R\$ 3.480,00

TOTAL R\$ 10.000,00

**ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

Unidade: 08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 2.028 – Manutenção do Convênio de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(129) R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0(173) R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 5º Para dar cobertura ao valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), de que trata o art. 2º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

**ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS**

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2.034– Manutenção das Atividades da Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – (6) R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 6º Para dar cobertura ao valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), de que trata o art. 3º deste Decreto, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

**ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMITOS**

Unidade: 10.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.046– Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (17) R\$ 4.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0025 – (18) R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 9.000,00

**ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMITOS**

Unidade: 10.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.047– Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0075 – (24) R\$ 8.500,00

TOTAL R\$ 8.500,00

**DECRETO Nº 083/2016**

De 05 de setembro de 2016.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de outubro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

**DECRETO 093/2016**

<p>DECRETO Nº 093/2016 De 04 de outubro de 2016.</p>	<p>APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
--	--

**DECRETA**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento dos Lotes Urbanos nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15 e 16 com área de 450,00 m² cada, Lote Urbano nº 10 com área de 492,25 m², e o Lote Urbano nº 11 com área de 505,50m², da Quadra 40, BairroBagatini, objeto da matrícula nº 6.857, do Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade dos Senhores. Mauro José Lucca e Maria Terezinha Faria Lucca, confrontando ao Norte, com Rua Sergipe, onde mede 78,00 metros; Nordeste, com a Rua Minas Gerais, onde mede 75,00 metros e com o lote urbano nº 17, onde mede 15,00 metros; Suloeste, com a Rua Pará, onde mede 145,00 metros; e Suleste, com os lotes urbanos nºs 01 e 17, onde mede 60,00 metros.

**SITUAÇÃO PROPOSTA À DESMEMBRAR**

Lote Urbano nº 02A

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 02 ..... 360,00 m²

Área ..... 360,00 m²

Noroeste com o lote urbano nº 02B, onde mede 30,00 metros;

Sudeste com o lote urbano nº 01, onde mede 30,00 metros.

Nordeste com parte do lote urbano nº 17, onde mede 12,00 metros;

Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 02B

Parte Noroeste do Lote Urbano nº 02 ..... 90,00 m²

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 03 ..... 270,00 m²

Área ..... 360,00 m²

Noroeste com o lote urbano nº 03A, onde mede 30,00 metros;

Sudeste com o lote urbano nº 02A, onde mede 30,00 metros.

Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 16A onde mede 9,00 metros e nº 17 onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 03A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 03 ..... 180,00 m<sup>2</sup>  
 Parte Sudeste do Lote Urbano nº 04 ..... 180,00 m<sup>2</sup>  
 Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

DECRETO Nº 093/2016  
 De 04 de outubro de 2016.

Noroeste com o lote urbano nº 04A, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 02B, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 15A onde mede 9,00 metros e nº 16A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 04A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 04 ..... 270,00 m<sup>2</sup>  
 Parte Sudeste do Lote Urbano nº 05 ..... 90,00 m<sup>2</sup>  
 Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 05A, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 03A, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 14A onde mede 9,00 metros e nº 15A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 05A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 05 ..... 360,00 m<sup>2</sup>  
 Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 06A, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 04A, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 13B onde mede 9,00 metros e nº 14A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 06A  
 Parte Sudeste do Lote Urbano nº 06 ..... 360,00 m<sup>2</sup>  
 Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 06B, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 05A, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 13A onde mede 9,00 metros e nº 13B onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 06B  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 06 ..... 90,00 m<sup>2</sup>  
 Parte Sudeste do Lote Urbano nº 07 ..... 270,00 m<sup>2</sup>  
 Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 07A, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 06A, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 12 onde mede 9,00 metros e nº 13A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

DECRETO Nº 093/2016  
 De 04 de outubro de 2016.

Lote Urbano nº 07A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 07 ..... 180,00 m<sup>2</sup>  
 Parte Sudeste do Lote Urbano nº 08 ..... 180,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>  
 Noroeste com o lote urbano nº 08A, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 06B, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte dos lotes urbanos nº 11 onde mede 6,00 metros e nº 12 onde mede 6,00 metros, totalizando 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 08A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 08 ..... 270,00 m<sup>2</sup>  
 Parte Sudeste do Lote Urbano nº 09 ..... 90,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>  
 Noroeste com o lote urbano nº 09A, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 07A, onde mede 30,00 metros. Nordeste com parte do lote urbano nº 11 onde mede 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 09A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 09 ..... 360,00 m<sup>2</sup>  
 Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 10, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 08A, onde mede 30,00 metros; Nordeste com parte do lote urbano nº 11 onde mede 12,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 12,00 metros.

Lote Urbano nº 10  
 Área ..... 492,25 m<sup>2</sup>  
 Norte com a Rua Sergipe, onde mede 39,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 09A, onde mede 30,00 metros; Sudoeste com a Rua Pará, onde mede 25,00 metros.

Lote Urbano nº 11  
 Área ..... 502,50 m<sup>2</sup>  
 Norte com a Rua Sergipe, onde mede 39,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 12, onde mede 30,00 metros. Sudoeste com parte dos lotes urbanos nº 07A onde mede 6,00 metros, nº 08A onde mede 12,00 metros e nº 09A onde mede 12,00 metros, totalizando 30,00 metros.

Lote Urbano nº 12  
 Área ..... 450,00 m<sup>2</sup>  
 Noroeste com o lote urbano nº 11, onde mede 30,00 metros; Sudeste com o lote urbano nº 13A, onde mede 30,00 metros.

DECRETO Nº 093/2016  
 De 04 de outubro de 2016.

Nordeste, com a Rua Minas Gerais, onde mede 15,00 metros; Sudoeste com parte dos lotes urbanos nº 06B onde mede 9,00 metros e nº 07A onde mede 6,00 metros, totalizando 15,00 metros.

Lote Urbano nº 13A  
 Parte Noroeste do Lote Urbano nº 13 .....

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 12, onde mede 30,00 metros;  
Sudeste com o lote urbano nº 13B, onde mede 30,00 metros.  
Nordeste, com a Rua Minas Gerais, onde mede 12,00 metros;  
Sudoeste com parte dos lotes urbanos nº 06A onde mede 9,00 metros e nº 06B onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros.

Lote Urbano nº 13B

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 13 ..... 90,00 m<sup>2</sup>

..... 90,00 m<sup>2</sup>

Parte Noroeste do Lote Urbano nº 14 ..... 270,00 m<sup>2</sup>

..... 270,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 13A, onde mede 30,00 metros;  
Sudeste com o lote urbano nº 14A, onde mede 30,00 metros.  
Nordeste com a Rua Minas Gerais, onde mede 12,00 metros;  
Sudoeste com parte dos lotes urbanos nº 05A onde mede 9,00 metros e nº 06A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros.

Lote Urbano nº 14A

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 14 ..... 180,00 m<sup>2</sup>

..... 180,00 m<sup>2</sup>

Parte Noroeste do Lote Urbano nº 15 ..... 180,00 m<sup>2</sup>

..... 180,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 13B, onde mede 30,00 metros;  
Sudeste com o lote urbano nº 15A, onde mede 30,00 metros.  
Nordeste com a Rua Minas Gerais, onde mede 12,00 metros;  
Sudoeste com parte dos lotes urbanos nº 04A onde mede 9,00 metros e nº 05A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros.

Lote Urbano nº 15A

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 15 ..... 270,00 m<sup>2</sup>

..... 270,00 m<sup>2</sup>

Parte Noroeste do Lote Urbano nº 16 ..... 90,00 m<sup>2</sup>

..... 90,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 14A, onde mede 30,00 metros;  
Sudeste com o lote urbano nº 16A, onde mede 30,00 metros.  
Nordeste com a Rua Minas Gerais, onde mede 12,00 metros;  
Sudoeste com parte dos lotes urbanos nº 03A onde mede 9,00 metros e nº 04A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros.

DECRETO Nº 093/2016

De 04 de outubro de 2016.

Lote Urbano nº 16A

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 16 ..... 360,00 m<sup>2</sup>

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Área ..... 360,00 m<sup>2</sup>

..... 360,00 m<sup>2</sup>

Noroeste com o lote urbano nº 15A, onde mede 30,00 metros;  
Sudeste com o lote urbano nº 17, onde mede 30,00 metros.  
Nordeste com a Rua Minas Gerais, onde mede 12,00 metros;  
Sudoeste com partes dos lotes urbanos nº 02B onde mede 9,00 metros e nº 03A onde mede 3,00 metros, totalizando 12,00 metros.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapa, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Civil CREA/SC 11.068-7, Parecer Técnico nº 270/2016, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 6.857 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 04 de outubro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

## DECRETO 094/2016

<p>DECRETO Nº 094/2016. De 05 de outubro de 2016.</p>	<p>INSTITUI TURNO ÚNICO DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor.</p>
---	---

CONSIDERANDO que a adoção do turno único de trabalho para os serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Palmitos contribuirá para a redução do custeio da máquina pública;

CONSIDERANDO também que a Administração tem o dever de buscar todos os mecanismos ao seu alcance para minimizar custos;

CONSIDERANDO que outras esferas da Administração e em outros Poderes do Estado já têm seu funcionamento fixado em tal regime; e

CONSIDERANDO, por fim, que os municípios que compõem a Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS aprovaram por unanimidade em Assembleia, a faculdade dos municípios adotarem turno único.

## DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto determinado a necessária adoção do turno único de expediente para os trabalhos da Administração Municipal, Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente com o Programa Porteira a Dentro, com o funcionamento dos seus serviços no período diário a partir do dia 17 de outubro de 2016, de segunda-feira a sexta-feira, nos dias úteis das 7h30min às 13h30min, objetivando a redução dos dispêndios orçamentários e financeiros da Administração Municipal.

Parágrafo único. O horário de funcionamento previsto no "caput" deste artigo poderá ser alterado pela Administração Municipal.

DECRETO Nº 094/2016.  
De 05 de outubro de 2016.

Art. 2º Os horários de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o Serviço De Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como o departamento de emissão de blocos para produtores rurais vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente permanecerão inalterados.

Art. 3º Os servidores públicos municipais que possuem carga horária inferior a 40 horas semanais, mantém-se o expediente normal de trabalho, não se aplicando a legislação constante no presente Decreto.

Art. 4º A partir da vigência deste Decreto fica vedado o pagamento de horas extras, exceto em casos de extrema necessidade, mediante autorização expressa do Prefeito.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17 de outubro de 2016 à 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 05 de outubro de 2016.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças.



# Papanduva

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 036/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 036/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 03.620.927/0001-12, Rua Anelio Nicocelli, 1720, Figueirinha – Guaramirim / SC, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Vogelsanger, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CPF sob Nº 638.924.309-00, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 036/2016, para constar a seguinte alteração:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 036/2016, datado de 28 de junho de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 052/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 036/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 052/2016; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 30 de novembro de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 12 de setembro de 2016

Dario Schicovski  
PELA CONTRATANTE

Mauricio Vogelsanger  
PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe  
Matricula: 2675

Marcio Wisniewski  
Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico  
OAB/SC 14035B

# Paraíso

## PREFEITURA

### DECRETO 1843/2016

DECRETO Nº 1843/2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418/2015 de 28 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 1.684,65 (hum mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.1071.2.101 – MANUT. DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0311 – Aplicações Diretas(72) R\$ 1.684,65 Total das Adições ..... R\$ 1.684,65  
(hum mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 1.684,65 (hum mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0311(TCE 38) Remuneração de Dep.deTransf.de Rec.p/Estruturação da Rede de Serviço de ABS, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418/2015 de 28/11/2015 e o inciso II, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 13 de outubro de 2016.

Erni Giacomini  
Prefeito Municipal

Garrido de Togni  
Secr Mun de Adm,Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e  
publicado na data supra  
Paraíso (SC) 13 de outubro de 2016.

Servidor Responsável

### DECRETO 1844/2016

DECRETO Nº 1844/2016

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.1071.2.086 – Manut.e Func.do Prog.Atenção à Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.203 – Aplicações Diretas(3) ..... R\$ 12.000,00  
10.301.1071.2.101 – MANUT. DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(19) ..... R\$ 60.00,00  
Total das Adições ..... R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.1071.2.086 – Manut.e Func.do Prog.Atenção à Saúde  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.203 – Aplicações Diretas(4) ..... R\$ 12.000,00  
10.301.1071.2.101 – Manut.do Prog.Saúde Família  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(24) ..... R\$ 60.00,00  
Total das Subtrações ..... R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 13 de outubro de 2016.  
Erni Giacomini  
Prefeito Municipal

Garrido de Togni  
Secretário Municipal de Administração,  
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e  
publicado na data supra  
Paraíso (SC) 13 de outubro de 2016

Servidor Responsável

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO 02/2016

Poder Legislativo de Passo de Torres

DECRETO LEGISLATIVO 02 de 13 de outubro de 2016  
CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DESTES MUNICÍPIO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

- Art. 1º - Concede título de cidadão honorário a médica MARIA DEL CARMEN OREILLYS JIMENEZ, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

•  
Parágrafo único: A outorga do título ora concedido se fará no dia 18 de outubro de 2016, em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores, às 20h.

•  
Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de outubro de 2016.  
Ademilson Batista da Silva  
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

### DECRETO LEGISLATIVO 03/2016

Poder Legislativo de Passo de Torres

DECRETO LEGISLATIVO 03 de 13 de outubro de 2016  
CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DESTES MUNICÍPIO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

- Art. 1º - Concede título de cidadão honorário ao cidadão OSNI GOSINHO, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

•  
Parágrafo único: A outorga do título ora concedido se fará no dia 18 de outubro de 2016, em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores, às 20h.

•  
Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de outubro de 2016.  
Ademilson Batista da Silva  
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

### DECRETO LEGISLATIVO 04/2016

Poder Legislativo de Passo de Torres

DECRETO LEGISLATIVO 04 de 13 de outubro de 2016  
CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DESTES MUNICÍPIO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

- Art. 1º - Concede título de cidadão honorário ao cidadão OREALIZ PEREIRA COSTA, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

•  
Parágrafo único: A outorga do título ora concedido se fará no dia 18 de outubro de 2016, em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores, às 20h.

•  
Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de outubro de 2016.  
Ademilson Batista da Silva  
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres



# Passos Maia

## PREFEITURA

**TERMO ADITIVO 0006/2016 CONTRATO N. 0097/2013**

TERMO ADITIVO 0006/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0097/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0049/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0035/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.598.562/0001-28, situada na Avenida XV de novembro, 869, centro, Município de Ponte Serrada - SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador Sr. LIRIO BARRETO, brasileiro, casado, portador da RG n. 1169286 e CPF n. 647.473.799-91, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 58, inciso I, c/c art. 65, “b”, §1º da Lei n. 8.666/93 e na cláusula sexta do Contrato Administrativo n. 0097/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a modificação do contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro do Município de Passos Maia – SC, vez que a arrecadação está muito aquém do crescimento da inflação, aliado ao fato de que a arrecadação não está atingindo a meta inicialmente prevista na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016, fatores que, indubitavelmente, vêm aumentando as despesas municipais, acarretando um déficit financeiro;

Considerando que os serviços licitados são afetos à área da saúde, sendo imprescindível para o bom atendimento dos cidadãos;

Considerando, por fim, que o contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, prevê que a Contratada deverá prestar consultas médicas especializadas e alguns procedimentos cirúrgicos.

Desse modo, em virtude da necessidade de redução do objeto contratual, adequando-o a realidade financeira do CONTRATANTE, a cláusula primeira do contrato administrativo n. 0097/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Prestação dos seguintes serviços:

I – Realização de consultas médicas especializadas na área de

obstetrícia e realizar procedimentos cirúrgicos de pequeno porte (partos e cesárias), pelo Sistema Único de Saúde – SUS;

II – A Contratada deverá atender toda a demanda do Município de Passos Maia – SC, mediante cronograma de atendimento estabelecido entre as partes.”

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL**

Considerando a redução do objeto contratual, as partes contratantes resolvem, de comum acordo, reduzir o valor contratual no percentual de 50% (cinquenta por cento), entre os meses de outubro a dezembro de 2016, em cujo período o valor mensal a ser pago pelo contratante será de R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro de Comarca de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste termo aditivo.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Passos Maia - SC, 03 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
IVANDRE BOCALON  
CONTRATANTE

CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA LTDA  
LIRIO BARRETO  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

EDSON SALVADEGO  
CPF n. 067.004.859-32

FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CPF n. 625.630.689-91

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### LEI Nº 1680/2016

LEI Nº 1680/2016

Altera anexo de metas do Plano Plurianual - PPA 2014/2017.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Metas do PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 1562, de 30 de agosto de 2013, referente ao Programa 0013 – SAÚDE – DIREITO DE TODOS, fica acrescido da Ação nº 71 – Manutenção do NASF, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e da Ação nº 72 – Manutenção do Programa Vigilância em Saúde, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três reais).

Art. 2º - A nova Ação incluída no PPA 2014/2017 correrá por conta do recebimento da Transferência do NASF, fonte 0.2.14.002012 no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e Transferência do Programa Vigilância em Saúde, fonte 0.2.14.002011 no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 14 de outubro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Joinville/SC, no Bairro Nova Brasília, na Rua Tupy, nº 1723, Telefone (47) 3433-2065, CEP nº:89214-505, inscrita sobre o CNPJ nº 03.800.317/0001-09. Banco do Brasil, Agência nº 3428-2-001 e Conta Corrente nº 16.348-1

#### 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
85	Catgut cromado 2-0 agulha 2,0cm 1/2, cx com 24 envelopes	POLYSUTURE/COVIDI.	Caixa	05	R\$: 70,80	R\$:354,00
86	Catgut cromado 3-0 agulha 2,5cm 3/8, cx com 24 envelopes	POLYSUTURE/COVIDI.	Caixa	05	R\$:70,80	R\$:354,00
115	Detergente enzimatico com 05 enzimas sendo duas carboidrases (amilase e celulase) duas proteases (savinase e liquanase) e uma lipase, a base de álcool isopropílico e tenso ativo não ionico, com pH neutro, atóxico, não corrosivo e não irritante para a pele e mucosas ação destinada a dissolver e digerir matérias orgânicas e outras sujidades de materiais de aço inoxidável, látex, silicone, PVC, vi-draria, fibroscopios, etc... Uso manual ou em lava-doras automáticas e ultrasonicas, não espumante. Embalado em material que garanta a integridade do produto, trazendo externamente informa-ções inerentes a legislação e instruções de uso. Apresentar fichas técnicas de informação de cada enzima separadamente, fornecida pelo fabricante das enzimas, para comprovação da quantidade de enzimas contidas na formulação do produto. Galão de 5lt. Apresentar na entrega do produto.	3M	Galão	08	R\$ 373,26	R\$:2.986,08
133	Equipo para alimentação enteral flexível com entrada de ar, conexão escalonada. Apresentar no envelope de proposta o Registro do produto na ANVISA, certificado de conformidade com a porta-ria 502/11 INMETRO e RDC 02 ANVISA. Apresentar amostra no ato do certame.	TKL	Unidade	1.000	R\$ 1,40	R\$ 1.400,00
Total					R\$: 5.094,08	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$: 5.094,08 (cinco mil e noventa quatro reais e oito centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

## 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

## 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes,

mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 – É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 – A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no



artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
CNPJ Nº 03.800.317/0001-09

## TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 36/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS,

Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue: METROMED- COMÉRCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, no Bairro Fundo Canoas, na Rua Boa Esperança, nº 1918, CEP nº 89163-920, Telefone (47) 35319800, inscrita sobre o CNPJ nº 83.157.032/0001-22. Banco do Brasil, Agência nº 5221-3 e Conta Corrente nº 282.126-5.

#### 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
04	Agulha 25x7: agulha em aço inoxidável, siliconizada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhão em polipropileno colorido, atóxica, epigênica descartável estraumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala estéril. Caixa com 100 unidades. Apresentar certificado de conformidade INMETRO e registro no MS no envelope de proposta.	SOLIDOR	Caixa	170	R\$ 6,19	R\$:1.052,30
09	Algodão hidrófilo pacote 500 gramas, tamanho com mínimo de 24cm de largura cor branca, puro, sem imperfeições, acondicionado em rolo com camada contínua, sobre papel apropriado, embalado individualmente. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	MELHOR-MED	pacote	100	R\$: 7,99	R\$: 799,00
19	Atadura gessada tela tipo giro inglês 100% algodão 15cmx3mt impregnada com gesso coloidal, secagem rápida cx c 20 und	NEVE	Caixa	03	R\$: 32,15	R\$: 96,45
20	Atadura gessada tela tipo giro inglês 100% algodão 20cmx4mt impregnada com gesso coloidal, secagem rápida cx c 20 und	NEVE	Caixa	03	R\$: 58,50	R\$: 175,50
26	Especulo P valvas anatomias de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fornices vaginais. Produzido em poliestireno cristal, descartável, estéril, lubrificado. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (psai), pigmentado e indeformável.	GYNUS/KOL-PLAST	Unidade	800	R\$: 0,75	R\$: 600,00
42	Seringa 3ml em polipropileno ou outro material plástico, estéril, epigênico, transparente, cilindro de corpo reto, siliconizado, parede de espessura uniforme permitindo deslize suave, bico central do tipo luer-lock com sistema de segurança retrátil acionado após o uso, no qual o embolo se conecta a agulha e puxa o conjunto para dentro do cilindro até o travamento e quebra da haste, impedindo o reuso, uso único, Conforme NR nº 32. Apresentar no envelope de propostas o certificado de conformidade com a portaria 503/11 INMETRO e RDC 03 ANVISA, na entrega do produto.	DESCAR-PACK	Unidade	20.000	R\$ 0,22	R\$:4.400,00
43	Seringa 5ml em polipropileno ou outro material plástico, estéril, epigênico, transparente, cilindro de corpo reto, siliconizado, parede de espessura uniforme permitindo deslize suave, bico central do tipo luer-lock com sistema de segurança retrátil acionado após o uso, no qual o embolo se conecta a agulha e puxa o conjunto para dentro do cilindro até o travamento e quebra da haste, impedindo o reuso, uso único, Conforme NR nº 32. Apresentar no envelope de propostas o certificado de conformidade com a portaria 503/11 INMETRO e RDC 03 ANVISA, na entrega do produto.	DESCAR-PACK	Unidade	20.000	R\$ 0,26	R\$:5.200,00

45	Seringa 20ml em polipropileno ou outro material plástico, estéril, epirogênico, transparente, cilindro de corpo reto, siliconizado, parede de espessura uniforme permitindo deslize suave, bico central do tipo luer-lock com sistema de segurança retrátil acionado após o uso, no qual o embolo se conecta a agulha e puxa o conjunto para dentro do cilindro até o travamento e quebra da haste, impedindo o reuso, uso único, Conforme NR nº 32. Apresentar no envelope de propostas o certificado de conformidade com a portaria 503/11 INMETRO e RDC 03 ANVISA, na entrega do produto.	DESCAR-PACK	Unidade	14.000	R\$: 0,95	R\$:13.300,00
54	Sonda Nasogástrica curta nº 14	BIOSANI	Unidade	14	R\$ 0,37	R\$: 5,80
55	Sonda Nasogástrica curta nº 16	BIOSANI	Unidade	15	R\$ 0,46	R\$: 6,90
56	Sonda Nasogástrica curta nº 18	BIOSANI	Unidade	15	R\$ 0,52	R\$ 7,80
57	Sonda Nasogástrica longa nº 08	BIOSANI	Unidade	16	R\$ 0,55	R\$ 8,80
58	Sonda Nasogástrica longa nº 10	BIOSANI	Unidade	16	R\$ 0,56	R\$ 8,96
59	Sonda Nasogástrica longa nº 12	BIOSANI	Unidade	16	R\$ 0,60	R\$ 9,60
60	Sonda Nasogástrica longa nº 14	BIOSANI	Unidade	16	R\$ 0,62	R\$ 9,92
61	Sonda Nasogástrica longa nº 16	BIOSANI	Unidade	16	R\$ 0,80	R\$: 12,80
62	Sonda Nasogástrica longa nº 18	BIOSANI	Unidade	14	R\$: 0,82	R\$: 11,48
63	Sonda de aspiração traqueal nº 6	BIOSANI	Unidade	20	R\$ 0,32	R\$ 7,60
64	Sonda de aspiração traqueal nº 8	BIOSANI	Unidade	20	R\$ 0,39	R\$ 7,80
65	Sonda de aspiração traqueal nº 10	BIOSANI	Unidade	20	R\$ 0,40	R\$ 8,00
66	Sonda de aspiração traqueal nº 12	BIOSANI	Unidade	20	R\$ 0,41	R\$ 8,20
67	Sonda de aspiração traqueal nº 14	BIOSANI	Unidade	14	R\$ 0,42	R\$ 5,88
68	Sonda de aspiração traqueal nº 16	BIOSANI	Unidade	14	R\$ 0,45	R\$ 6,30
69	sonda uretral 6 materias: pvc, tamanho/capacidade: nº6 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconizada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de estetização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese.	BIOSANI	Unidade	120	R\$ 0,37	R\$ 44,40
70	sonda uretral 8 materias: pvc, tamanho/capacidade: nº8 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconizada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de estetização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese.	BIOSANI	Unidade	120	R\$ 0,38	R\$ 45,60
71	sonda uretral 10 materias: pvc, tamanho/capacidade: nº10 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconizada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de estetização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese.	BIOSANI	Unidade	1000	R\$ 0,40	R\$ 400,00
72	sonda uretral 12 materias: pvc, tamanho/capacidade: nº12 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconizada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de estetização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese.	BIOSANI	Unidade	15.000	R\$ 0,42	R\$ 6.300,00



73	sonda uretral 14 materias: pvc, tamanho/capacidade: n14 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconizada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de estetização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese.	BIOSANI	Unidade	8.000	R\$ 0,44	R\$ 3.520,00
74	sonda uretral 16 materias: pvc, tamanho/capacidade: n16 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconizada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de estetização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese.	BIOSANI	Unidade	700	R\$ 0,46	R\$ 322,00
79	Gel para ultrassom - frasco 1000 ml	MULTI-GEL	Frasco	50	R\$ 4,20	R\$ 210,00
81	Poliglatina 910 3-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 3,0 3/8 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	SHALON	Caixa	20	R\$ 203,00	R\$ 4.060,00
87	Catgut cromado 4-0 agulha 2,5cm 3/8, cx com 24 envelopes	TECHNO-FIO	Caixa	05	R\$: 72,37	R\$ 361,85
88	Catgut cromado 5-0 agulha 2,0cm 1/2, cx com 24 envelopes	TECHNO-FIO	Caixa	05	R\$: 72,37	R\$ 361,85
94	Soro glicosado 250ml: solução de glicose 5%, Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente sistema fechado	SANO-BIOL	Bolsa	60	R\$ 2,27	R\$: 136,20
95	Soro glicosado 500ml: solução de glicose 5%, Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente sistema fechado.	SANO-BIOL	Bolsa	60	R\$: 2,60	R\$ 156,00
99	Solução para curativo: acido caprilico, acido caprico, acido laurico, lecetina de soja, vitamina A, vitamina E, acido caproico, óleo de girassol com 200ml, contendo os ácidos graxos essenciais,	MOPH	Frasco	100	R\$: 3,92	R\$ 392,00
107	Sulfadiazina de prata, creme 1% recipiente com 400gr	PRATI	Unidade	24	R\$: 24,84	R\$: 596,16
114	Povidine degermante 1.000 ml	RIOQUÍ-MICA	Litro	16	R\$: 12,35	R\$: 197,60
128	Micropore: fita cirurgia microporosa, poorsidade p/ proteção da pele, 2,5cm x 4,5 com capa. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS. Apresentar amostra no ato do certame.	CRAL	Unidade	500	R\$: 1,10	R\$: 550,00
166	Embalagem tubular para esterelização 08x50 PGC	ESTRE-RILCARE	Unidade	60	R\$: 1,26	R\$: 615,60
168	Embalagem tubular para esterilização 15x50 PGC	ESTRE-RILCARE	Unidade	60	R\$: 28,50	R\$: 1.710,00
171	Preservativo sem lubrificante cx 144	MADEI-TEX	Caixa	30	R\$: 32,50	R\$: 945,00
Total					R\$: 46.672,73	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$: 46.672,73 (quarenta e seis mil e seiscentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

## 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

#### 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

#### 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

#### 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

#### 7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

#### 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

#### 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

**10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES**

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

**11 - PENALIDADES**

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

METROMED- COMÉRCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
CNPJ nº 83.157.032/0001-22

## TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 37/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, no Bairro Fundo de Canos, na Estrada Boa Esperança, 2320, CEP: 89163-554 telefone (47) - 35209000, altermed@altermed.com.br, inscrita sobre o CPNJ nº 00.802.002/0001-02.

## 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
06	Agulha 40x12: agulha em aço inoxidável, siliconizada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhão em polipropileno colorido, atóxica, epigênica descartável estraumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em petala estéril. Caixa com 100 unidades. Apresentar certificado de conformidade INMETRO e registro no MS no envelope de proposta.	SR	Caixa	200	R\$: 6,65	R\$: 1.330,00
18	Atadura gessada tela tipo giro inglês 100% algodão 10cmx3mt impregnada com gesso coloidal, secagem rápida cx c 20 und	POLAR FIX	Caixa	03	R\$ 23,64	R\$: 79,92
24	Especulo G valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fornices vaginais. Produzido em poliestireno cristal, descartável, estéril, lubrificado. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (psai), pigmentado e indeformável.	CRAL	Unidade	350	R\$: 1,12	R\$: 392,00
44	Seringa 10ml em polipropileno ou outro material plástico, estéril, epigênico, transparente, cilindro de corpo reto, siliconizado, parede de espessura uniforme permitindo deslize suave, bico central do tipo luer-lock com sistema de segurança retrátil acionado após o uso, no qual o embolo se conecta a agulha e puxa o conjunto para dentro do cilindro até o travamento e quebra da haste, impedindo o reuso, uso único, Conforme NR nº 32. Apresentar no envelope de propostas o certificado de conformidade com a portaria 503/11 INMETRO e RDC 03 ANVISA, na entrega do produto.	SR	Unidade	18.000	R\$ 0,619	R\$: 11.142,00
78	Gel lubrificante íntimo. Sachet c/ 5g. Apresentar amostra no ato do certame.	CARBO-GEL	Unidade	1.000	R\$ 0,412	R\$: 412,00
96	Ringer com lactato 500ml, Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente sistema fechado.	SEGMENTA-EURO	Bolsa	500	R\$: 3,299	R\$: 1.649,50
100	Vaselina líquida, concentrada termoresistente, limpa incolor não fluorescente, inodora isenta de impurezas, frasco de 1000 ml.	VIC PHARMA	Litro	10	R\$: 12,99	R\$: 129,90
102	Saco de lixo hospitalar (infectante), branco leitoso, capacidade 40 litros, com simbologia ABNT com a inscrição " RESÍDUO INFECTANTE ". saco 0.08 micras, material plástico, gramatura normal.	RAVA	Unidade	1.000	R\$ 0,125	R\$: 125,00
108	Lidocaina gel: cada 5g contem 100mg de cloridrato de lidocaina 2% bisnagas de 30g.	PHARLAB	Unidade	200	R\$: 2,858	R\$: 571,60
110	Nitrofurasona pomada: nitrofurasona pomada 0,2% pote com 500g	PRATI DONA-DUZZI	Unidade	10	R\$ : 7,464	R\$: 74,64
111	Gliconato de Clorexidina solução degermante 2% 1 Litro	VIC PHARMA	Litro	60	R\$: 9,828	R\$: 589,68
132	Frasco para alimentação enteral esteril, 300ml	BIOBASE	Unidade	1000	R\$: 0,69	R\$: 690,00
140	Saboneteira para refil de sabote liquido/alcool gel 800ml	PREMISSE	Unidade	10	R\$: 13,746	R\$: 137,46
		Total			R\$: 17.314,70	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$ 17.314,70 (dezesete mil e trezentos e quatorze reais e setenta centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

### 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

### 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

### 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

### 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

### 7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos

MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A licitante devesse entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.
- 9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- 9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- 9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.
- 9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:
  - 9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
  - 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.
  - 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
  - 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.
  - 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
  - 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.
  - 9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
  - 9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.
  - 9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

- 10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.
- 10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 - PENALIDADES

- 11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.
- 11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.
- 11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos,

será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA  
CPNJ Nº 00.802.002/0001-02

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 39/2016 - PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:



STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, com sede na cidade do Curitiba/PR, no Bairro Novo Mundo, na Rua Benjamin Antônio Ansai, nº 180, Telefone (41) 3246-8798, CEP nº: 81030-490 Email: Star-med@terra.com.br, inscrita sobre o CNPJ nº 02.223.342/0001-04. Banco do Brasil, Agência nº 3406-1 e Conta Corrente nº 133.716-5.

# 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
10	Almotolia transparente 250ml, bico reto, confeccionada em plástico transparente ponta com tampa de proteção haste de fixação.	J. PRO-LAB	Unidade	50	R\$ 1,90	R\$: 95,00
11	Almotolia escura 250ml, bico reto, confeccionada em plástico escura ponta com tampa de proteção haste de fixação.	J. PRO-LAB	Unidade	50	R\$ 1,90	R\$: 95,00
23	Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartáveis, utilizadas para coleta de exame ginecológico, medindo aproximadamente 181mm de comprimento; 18mm de largura ;1,9mm de espessura. Pacote com 100 unidades.	THEOTO	pacote	20	R\$4,70	R\$: 94,00
27	Fixador citológico solução de propilenoglicol e álcool absoluta que possui propriedades de fixação e sustentação da integridade celular de esfregações de matérias biológicas estendidos em lamina de vidro, estes esfregações quando fixador citológico e submetidos a coloração de papanicolaou apresentam excelente característica tintoria com ausência de pseudo-acidofilias. frasco c/ 30ml.	VAGIS-PEC	Frasco	60	R\$ 3,30	R\$ 198,00
36	scalp 19: conector proximal luer lock femea com tampa rosqueavel , tudo em pvc distal, asa em pvc flexível colorido, cânula trifacetada em inox siliconizada, protetor de canula 19g, opcional injetor lateral. Embalagem: esterilizado por radiação gama ou oxido de etileno. Conforme NR nº 32. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	VITAL GOLD	Unidade	500	R\$ 0,34	R\$ 170,00
76	Cateter nasal tipo óculos adulto: cateter, nasal, para oxigênio, tipo óculos, descartável, uso adulto. Embalagem individual, em blister rígido e papel grau cirúrgico e filme termoplástico, abertura em pétala. Na embalagem devesa estar impresso dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilizado, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	MED-SONDA	Unidade	320	R\$ 0,76	R\$ 143,20
84	Poliglatina 910 5-0 fio de sutura , não absorvível pelo organismo, com agulha 1,5 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	SHALOM	Caixa	06	R\$: 205,00	R\$ 1.230,00
98	Abaixador de Língua: descartável em madeira, formato convencional liso, medindo aproximadamente 135mm de comprimento, 14mm de largura, 1,9mm de espessura. Pacote com 100 unidades.	THEOTO	Pacote	140	R\$: 2,68	R\$: 375,20
116	Lamina de bisturi 10 estéril, descartável, confeccionada em aço carbono, devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e/ ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Devesa vir com marca e tamanho gravado na lamina. Embalagem individual com calagem eficiente que garanta a integridade do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, com 100 unidades.	ADVANTIVE	Caixa	03	R\$: 19,92	R\$: 59,76

117	Lamina de bisturi 11 estéril, descartável, confeccionada em aço carbono, devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e/ ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Devera vir com marca e tamanho gravado na lamina. Embalagem individual com calagem eficiente que garanta a integridade do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, com 100 unidades.	ADVANTIVE	Caixa	08	R\$: 19,92	R\$: 159,36
118	Lamina de bisturi 12 estéril, descartável, confeccionada em aço carbono, devidamente afiada e polida, isenta de rebarbas e/ ou sinais de oxidação e perfeitamente fixada e ajustada ao cabo, permitindo tanto sua colocação quanto sua retirada, sem acidentes. Devera vir com marca e tamanho gravado na lamina. Embalagem individual com calagem eficiente que garanta a integridade do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, com 100 unidades.	ADVANTIVE	Caixa	08	R\$:19,92	R\$: 159,36
139	Papel para ECG 58mm x 30m	DARU	Rolo	20	R\$: 3,39	R\$: 67,80
141	Tubo endo-traqueal nº 2,5 sem balão	VITAL GOLD	Unidade	20	R\$: 2,67	R\$: 53,40
158	Reanimador manual adulto com mascara - Reanimador manual adulto fabricado em silicone de alta qualidade, transparente, com reservatório para O2, com balão auto inflável de silicone, válvula unidirecional, balão com alça integrada para fixar o reanimador na mão do operador. Produto totalmente isento de látex. Apresentar no envelope de proposta o catalogo e registro do produto no MS.	ADVANTIVE	Unidade	01	R\$: 131,25	R\$: 131,25
159	Reanimador manual infantil com mascara - Reanimador manual infantil fabricado em silicone de alta qualidade, transparente, com reservatório para O2, com balão auto inflável de silicone, válvula unidirecional, balão com alça integrada para fixar o reanimador na mão do operador. Produto totalmente isento de látex. Apresentar no envelope de proposta o catalogo e registro do produto no MS.	ADVANTIVE	Unidade	01	R\$: 131,25	R\$: 131,25
160	Reanimador manual neonatal com mascara - Reanimador manual neonatal fabricado em silicone de alta qualidade, transparente, com reservatório para O2, com balão auto inflável de silicone, válvula unidirecional, balão com alça integrada para fixar o reanimador na mão do operador. Produto totalmente isento de látex. Apresentar no envelope de proposta o catalogo e registro do produto no MS.	ADVANTIVE	Unidade	01	R\$: 131,25	R\$: 131,25
161	Malha tubular ortopedica 4cm x 15mt	MSO	Rolo	10	R\$: 3,11	R\$: 31,10
162	Malha tubular ortopedica 6cm x 15mt	MSO	Rolo	10	R\$: 3,77	R\$: 37,70
163	Malha tubular ortopedica 8cm x 15mt	MSO	Rolo	10	R\$: 4,55	R\$: 45,50
164	Malha tubular ortopedica 10cm x 15mt	MSO	Rolo	10	R\$: 4,93	R\$: 49,30
165	Malha tubular ortopedica 15cm x 15mt	MSO	Rolo	10	R\$: 7,67	R\$: 76,70
Total					R\$: 3.634,13	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$: 3.634,13 (três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e treze centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber,

as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

### 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

### 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

### 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

### 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

### 7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.
- 9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- 9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- 9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.
- 9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:
  - 9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
  - 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.
  - 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
  - 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.
  - 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
  - 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.
  - 9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
  - 9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.
  - 9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

- 10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.
- 10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

- 11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.
- 11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.
- 11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.



11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA  
CNPJ nº 02.223.342/0001-04

## TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 40/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 40/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

TRADE MEDICAL COMÉRCIO MATERIAS HOSPITALARES LTDA – ME, com sede na cidade de Palhoça/SC, no Bairro Aripú, na Rua Pedro Thiesen Junior, nº 478, Telefone (48) 3357-0307, CEP nº: 88.135-420, www.trademedical.com.br, inscrita sobre o CNPJ nº 06.555.143/0001-46.

Banco Caixa Econômica Federal, Agência nº: 3691 e Conta Corrente nº: 0750-2 – operação: 003.

# 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
02	Agulha 20x5,5: agulha em aço inoxidável, siliconizada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhão em polipropileno colorido, atóxica, epirogênica descartável estraumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala estéril. Caixa com 100 unidades. Apresentar certificado de conformidade INMETRO e registro no MS no envelope de proposta.	SOLIDOR	Caixa	200	R\$: 6,10	R\$:1.220,00
03	Agulha 25x6: agulha em aço inoxidável, siliconizada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhao em polipropileno colorido, atóxica, epirogênica descartável estraumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala estéril. Caixa com 100 unidades. Apresentar certificado de conformidade INMETRO e registro no MS no envelope de proposta.	SOLIDOR	Caixa	150	R\$: 6,10	R\$: 915,00
05	Agulha 30x8: agulha em aço inoxidável, siliconizada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhao em polipropileno colorido, atóxica, epirogênica descartável estraumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala estéril. Caixa com 100 unidades. Apresentar certificado de conformidade INMETRO e registro no MS no envelope de proposta.	SOLIDOR	Caixa	200	R\$: 6,20	R\$:1.240,00
12	Atadura de crepom 13 fios 06x1,80 com mínimo de 92% algodão, acrescido de poliéster, cor natural, bordas acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, atendendo as normas da ABNT14056, pte c/12. Apresentar Registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	600	R\$: 4,90	R\$:2.940,00
13	Atadura de crepom 13 fios 08x1,80 com mínimo de 92% algodão, acrescido de poliéster, cor natural, bordas acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, atendendo as normas da ABNT 14056, pte c/12. Apresentar Registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	800	R\$:6,50	R\$ 5.200,00
14	Atadura de crepom 13 fios 10x1,80 com mínimo de 92% algodão, acrescido de poliéster, cor natural, bordas acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, atendendo as normas da ABNT 14056, pte c/12. Apresentar Registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	1500	R\$ : 8,10	R\$12.150,00
15	Atadura de crepom 13 fios 12x1,80 com mínimo de 92% algodão, acrescido de poliéster, cor natural, bordas acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, atendendo as normas da ABNT 14056, pte c/12. Apresentar Registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	2.000	R\$: 9,80	R\$:19.600,00

16	Atadura de crepom 13 fios 15x1,80 com mínimo de 92% algodão, acrescido de poliéster, cor natural, bordas acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, atendendo as normas da ABNT 14056, pte c/12. Apresentar Registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	2.000	R\$: 12,20	R\$ 24.400,00
17	Atadura de crepom 13 fios 20x1,80 com mínimo de 92% algodão, acrescido de poliéster, cor natural, bordas acabadas, elasticidade adequada, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, atendendo as normas da ABNT 14056, pte c/12. Apresentar Registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	1200	R\$: 16,30	R\$:19.560,00
37	scalp 21:conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel , tudo em pvc distal, asa em pvc flexível colorido, cânula trifacetada em inox siliconizada, protetor de cânula 21g, opcional injetor lateral. Embalagem: esterilizado por radiação gama ou oxido de etileno. Conforme NR nº 32. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	TKL	Unidade	1000	R\$ 0,42	R\$: 420,00
38	scalp 23:conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel , tudo em pvc distal, asa em pvc flexível colorido, cânula trifacetada em inox siliconizada, protetor de cânula 23g, opcional injetor lateral. Embalagem: esterilizado por radiação gama ou oxido de etileno. Conforme NR nº 32. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	TKL	Unidade	8000	R\$ 0,42	R\$ 3.360,00
39	scalp 25:conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel , tudo em pvc distal, asa em pvc flexível colorido, cânula trifacetada em inox siliconizada, protetor de cânula 25g,opcional injetor lateral. Embalagem: esterilizado por radiação gama ou oxido de etileno. Conforme NR nº 32. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	TKL	Unidade	500	R\$ 0,42	R\$ 210,00
40	scalp 27:conector proximal luer lock fema com tampa rosqueavel , tudo em pvc distal, asa em pvc flexível colorido, cânula trifacetada em inox siliconizada, protetor de cânula 27g,opcional injetor lateral. Embalagem: esterilizado por radiação gama ou oxido de etileno. Conforme NR nº 32. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	TKL	Unidade	300	R\$ 0,42	R\$:126,00
46	sonda de demora 10: borracha de silicone, tam/capacidade: n 10 característica adicionais :2 vias com balão 3 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	50	R\$: 10,40	R\$ 520,00
47	sonda de demora 12:borracha de silicone, tam/capacidade: n12 característica adicionais: 2 vias com balão 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	50	R\$ 9,70	R\$ 485,00
48	sonda de demora 14: borracha de silicone, tam/capacidade: n14característica adicionais:2 vias com balão 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orifício laterais em lados oposto e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	50	R\$ 9,70	R\$ 485,00

49	sonda de demora 16: borracha de silicone, tam/capacidade: n14característica adicionais:2 vias com balao 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orificio laterais em lados oposto e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	40	R\$ 9,70	R\$ 388,00
50	sonda de demora 18: borracha de silicone, tam/capacidade: n14característica adicionais:2 vias com balao 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orificios laterais em lados opostos e na mesma altura, forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	32	R\$ 9,70	R\$ 310,40
51	sonda de demora 20: borracha de silicone, tam/capacidade: n 20 características adicionais: 2 vias com balão 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orificios laterais em lados opostos e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	20	R\$ 9,70	R\$ 194,00
52	sonda de demora 22: borracha de silicone, tam/capacidade: n 22 características adicionais: 2vias com balão 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orificios laterais em lados oposto e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	20	R\$ 9,70	R\$ 194,00
53	sonda de demora 24: borracha de silicone, tam/capacidade: n 24 características adicionais: 2vias com balão 5 ml, com duas vias na extremidade distal e a extremidade proximal (ponta) arredondada com dois orificios laterais em lados oposto e na mesma altura., forma de apresentar : embalagem individual acondicionada em papel grau cirúrgico e abertura em pétala	MD	Unidade	04	R\$ 9,70	R\$ 38,80
75	Cateter nasal tipo óculos infantil: cateter, nasal, para oxigênio, tipo óculos, descartável, uso infantil. Embalagem individual, em blister rígido e papel grau cirúrgico e filme termoplastico, abertura em pétala. Na embalagem devesa estar impresso dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilizado, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	BIOSANI	Unidade	50	R\$ 1,04	R\$: 52,00
80	Poliglatina 910 2-0 fio de sutura, não absorvível pelo organismo, com agulha 4,0 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em petala.	SHALON	Caixa	16	R\$: 200,00	R\$ 3.200,00
82	Poliglatina 910 4-0 fio de sutura , não absorvível pelo organismo, com agulha 2,0 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	SHALON	Caixa	16	R\$: 210,00	R\$: 3.360,00
83	Poliglatina 910 4-0 fio de sutura , não absorvível pelo organismo, com agulha 2,5 1/2 circulo, caixa com 36 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala.	SHALON	Caixa	06	R\$: 210,00	R\$ 1.260,00
125	Esparadrapo hipoalergico com capa 10cm x 4,5m. registro MS apresentar na entrega do produto. Apresentar amostra no ato do certame.	MISSNER	Unidade	800	R\$ 6,20	R\$ 4.960,00



130	Compressa de gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 com 13 fios. Características: confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. Cor branca, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamentos, isento de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embaladas em pacote plástico com 500 unidades, constando externamente os dados de identificação e procedência, sem fios radiopacos e demais características conforme ABNT. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS. Apresentar amostra no ato do certame.	BIOTEX-TIL	Pacote	18.000	R\$ 17,00	R\$:306.000,00
134	Equipo tipo macrogotas para solução parenteral. Características: Câmara flexível, gotejadoras macrogotas (20 gotas /ml) transparente, filtro de partículas de 15µ que retém partículas em suspensão, regulador de fluxo de alta precisão que permite rigoroso controle de gotejamento, sem causar dano ou deterioração entre o regular do fluxo e o tubo, entrada de ar com filtro de partículas, hidrófobo e bacteriológicos de 0,22µ, lanceta perfurante trifacetada, padrão ISO, para conexão ao recipiente de solução com tampa protetora, tubo flexível em PVC, sem efeito memória, transparente de 1,5m, atóxico e epirogênico. Pinça clamp que proporcione uma oclusão rápida do fluxo sem rompimento do tubo ou efeito memória. Injetor lateral em Y com suporte para os dedos. Item de segurança conforme NR 32. Conexão distal luer slip, ou luer lock rotativo, dispositivo de acesso venoso, que atenda a integral a Portaria nº502, de 29/12/2011 - INMETRO. A embalagem deverá conter na rotulagem dados como, equipo de uso único, data de validade, data de fabricação, lote e estéril. Embalado em papel grau cirúrgico, não permitindo colar após abertura. Apresentar no envelope de proposta o Registro do produto na ANVISA, certificado de conformidade com a portaria 502/11 INMETRO e RDC 02 ANVISA. Apresentar amostra no ato do certame.	TKL	Unidade	45.000	R\$ 2,85	R\$ 128.250,00
137	Eletro para ECG com gel, adulto pct c/ 30 und	MAXICOR	Pacote	20	R\$: 7,86	R\$ 157,20
138	Eletro para ECG com gel, infantil pct c/ 30 und	MAXICOR	Pacote	20	R\$ 7,86	R\$ 157,20
142	Tubo endo-traqueal nº 3,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$: 3,40	R\$: 68,00
143	Tubo endo-traqueal nº 3,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$: 3,40	R\$: 68,00
144	Tubo endo-traqueal nº 4,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$: 3,40	R\$: 68,00
145	Tubo endo-traqueal nº 4,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$: 3,40	R\$: 68,00
146	Tubo endo-traqueal nº 5,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$: 3,40	R\$ : 68,00
147	Tubo endo-traqueal nº 5,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ : 3,40	R\$ 68,00
148	Tubo endo-traqueal nº 6,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
149	Tubo endo-traqueal nº 6,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
150	Tubo endo-traqueal nº 7,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
151	Tubo endo-traqueal nº 7,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00

152	Tubo endo-traqueal nº 8,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
153	Tubo endo-traqueal nº 8,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
154	Tubo endo-traqueal nº 9,0 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
155	Tubo endo-traqueal nº 9,5 com balão	CIRU-TRAQUE	Unidade	20	R\$ 3,40	R\$ 68,00
157	Dispositivo 5 para incontinência urinária em látex com fita dupla face hipoalérgica com extensão, estéril. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	BIOSANI	Unidade	600	R\$ 3,30	R\$: 1.980,00
Total					R\$: 544.284,60	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$: 544.284,60 (quinhentos e quarenta e quatro mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

## 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

## 4 - DO PRAZO

4.1– Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

- 6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.
- 6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 – RESPONSABILIDADES

- 7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.
- 7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.
- 7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.
- 7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.
- 7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.
- 7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.
- 9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- 9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- 9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.
- 9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:
  - 9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
  - 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.
  - 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
  - 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.
  - 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
  - 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.
  - 9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:



TRADE MEDICAL COMÉRCIO MATERIAS HOSPITALARES LTDA – ME  
CNPJ nº 06.555.143/0001-46

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTOS E EQUIPAMENTO LTDA-ME, com sede na cidade de São José/SC, no Bairro Flor de Nápolis, na Rua Treze de Junho, nº 795, Telefone (48) 3035-7175, Email: Luiz-sebold@hotmail.com, inscrita sobre o CNPJ nº 09.196.745/0001-42. Banco do Brasil, Agência nº 5448-8 e Conta Corrente nº 128479-7.

#### 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUAT. UNITÁRIO	PREVISÃO DE CUSTO	
					GLOBAL	
08	Álcool etílico hidratado 70% com gel carbopol e glicerina BAG IN BOX, com pico dosador bolsa de 800ml	SAUBA	Bolsa	100	R\$: 7,89	R\$: 789,00
Total					R\$: 789,00	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$: 789,00 (setecentos e oitenta e nove reais)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

#### 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

#### 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

#### 4 - DO PRAZO

4.1– Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

**13 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.
- 13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.
- 13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.
- 13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

**14 – TOLERÂNCIA**

- 14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

**15 - DO FORO**

- 15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:**

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTOS E EQUIPAMENTO LTDA-ME  
CNPJ Nº 09.196.745/0001-42

**TESTEMUNHAS:**

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 42/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 42/2016 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, no bairro Itoupava Norte, na Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, Nº 1515, CEP: 89052-381, Telefone (47) -3144-9700/3144-9714, licitacao@olimed.com.br, inscrita sobre o CPNJ nº 3.033.589/0001-12. Banco do Brasil, Agência nº 2869-X e Conta Corrente nº 66477-4.

**1 - DO OBJETO**

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	



01	Agulha 13x4,5: agulha em aço inoxidável, siliconizada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhão em polipropileno colorido, atóxica, epirogênica descartável e a traumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala estéril. Caixa com 100 unidades. Apresentar certificado de conformidade INMETRO e registro no MS no envelope de proposta.	SR	Caixa	200	R\$:6,00	R\$1.200,00
29	Luvas cirúrgicas, estéreis, descartáveis, nº 6,5 confeccionadas em látex natural, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, lubrificada com produto atóxico. O produto deve ser hipoalérgico. Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar. A embalagem externa em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até momento de sua utilização e permita sua transferência com técnica asséptica. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS e certificado de conformidade com a portaria 332/12 e 451/12 INMETRO. O prazo de validade mínimo deve ser de 2/3 do prazo total na entrega do produto.	MAXI-TEX	Par	60	R\$ 0,92	R\$: 55,20
30	Luvas cirúrgicas, estéreis, descartáveis, nº 7,0 confeccionadas em látex natural, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, lubrificada com produto atóxico. O produto deve ser hipoalérgico. Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar. A embalagem externa em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até momento de sua utilização e permita sua transferência com técnica asséptica. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS e certificado de conformidade com a portaria 332/12 e 451/12 INMETRO. O prazo de validade mínimo deve ser de 2/3 do prazo total na entrega do produto.	MAXI-TEX	Par	200	R\$ 0,92	R\$: 184,00

31	Luvas cirúrgicas, estéreis, descartáveis, nº 7,5 confeccionadas em látex natural, formato anatômico, com bainha, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, lubrificada com produto atóxico. O produto deve ser hipoalérgico. Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar. A embalagem externa em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até momento de sua utilização e permita sua transferência com técnica asséptica. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS e certificado de conformidade com a portaria 332/12 e 451/12 INMETRO. O prazo de validade mínimo deve ser de 2/3 do prazo total na entrega do produto.	MAXI-TEX	Par	200	R\$: 0,92	R\$: 184,00
32	Luva para procedimento descartável tamanho PP, confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme formato anatômico, ambidestra, lubrificada em material bioabsorvível, atóxico, em quantidade adequada, com a presença de talco, resistente a tração, hipoalérgica, não estéril embalada em caixas com 100 unidades cada, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. Apresentar no envelope de propostas o certificado com as portarias 332/2012 e 451/2012 do INMETRO e CAMT.	NUGARD	Caixa	160	R\$: 13,70	R\$: 2.192,00
33	Luva para procedimento descartável tamanho P, confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme formato anatômico, ambidestra, lubrificada em material bioabsorvível, atóxico, em quantidade adequada, com a presença de talco, resistente a tração, hipoalérgica, não estéril embalada em caixas com 100 unidades cada, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. Apresentar no envelope de propostas o certificado com as portarias 332/2012 e 451/2012 do INMETRO e CAMT.	NUGARD	Caixa	200	R\$: 13,74	R\$: 2.748,00
34	Luva para procedimento descartável tamanho M, confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme formato anatômico, ambidestra, lubrificada em material bioabsorvível, atóxico, em quantidade adequada, com a presença de talco, resistente a tração, hipoalérgica, não estéril embalada em caixas com 100 unidades cada, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. Apresentar no envelope de propostas o certificado com as portarias 332/2012 e 451/2012 do INMETRO e CAMT.	NUGARD	Caixa	300	R\$: 13,74	R\$: 4.122,00
35	Luva para procedimento descartável tamanho G, confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme formato anatômico, ambidestra, lubrificada em material bioabsorvível, atóxico, em quantidade adequada, com a presença de talco, resistente a tração, hipoalérgica, não estéril embalada em caixas com 100 unidades cada, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. Apresentar no envelope de propostas o certificado com as portarias 332/2012 e 451/2012 do INMETRO e CAMT.	NUGARD	Caixa	60	R\$: 13,74	R\$: 824,40
105	Máscara cirúrgica descartável tripla proteção c/ elástico, 100% polipropileno, hipoalergênico, atóxico, cx c/ 50	OLIMED	Caixa	100	R\$: 4,49	R\$: 449,00
135	Fio guia para endotraqueal adulto (mandril)	WELLE-AD	Unidade	05	R\$: 19,99	R\$: 99,95
136	Fio guia para endotraqueal infantil (mandril)	WELLE-AD	Unidade	05	R\$: 20,10	R\$: 100,50

	Total	R\$: 12.159,05
--	-------	----------------

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$ 12.159,05 (doze mil e cento e cinquenta e nove reais e cinco centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

## 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

## 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar

o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

### 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se

assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA  
CPNJ Nº 3.033.589/0001-12

## TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 43/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscrive, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, no Bairro Salto Weissbach, na Rua Colibri, nº 425, CEP nº 89032-235, Telefone (47) 3323-5244, Email: produvale@produvale.com.br, inscrita sobre o CNPJ nº 03.505.263/0001-40. Banco do Bradesco, Agência nº 3117 e Conta Corrente nº 05720-7.

**1 - DO OBJETO**

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
21	Luva ginecológica em EVA descartável pacote com 100 unidades, transparente descartável, estéril, ambidestra, embaladas em pacotes individuais, informação impressa na embalagem sobre especificação do produto, marca, quantidade e validade.	LUPLAST	Pacote	20	R\$ 10,50	R\$ 210,00
22	Escova ginecológica descartável, estéril, pacote c/ 100 unidades.	KOL-PLAST	Pacote	20	R\$: 11,50	R\$: 230,00
28	Lamina ponta fosca, aplicação: para exames de citologia e histologia, material: laminas de vidros, características adicionais: tamanho: 26 x 76mm, espessura:1-1,2mm, unidade de fornecimento: caixa com 50 unidades	LABOR IMPORT	Caixa	40	R\$: 3,00	R\$: 120,00
41	Seringa 1ml com agulha 13x3,3 polipropileno ou outro material plástico, estéril, epirogênica, transparente, cilindro de corpo reto, uso único, siliconizado, parede de espessura uniforme permitindo deslize suave. Conforme NR32. Apresentar amostra do produto no ato do certame.	LABOR IMPORT	Unidade	30.000	R\$ 0,47	R\$:14.100,00
101	Vaselina solida, pote c/500g.	RICIE	Unidade	10	R\$: 16,33	R\$: 163,30
112	Hipoclorito de sódio 1%1000 ml	DGL	Litro	100	R\$: 2,90	R\$: 290,00
113	Solução de lugol forte 5% 1000ml	CINETICA	Bolsa	05	R\$: 99,00	R\$: 495,00
131	Campo operatório 25x23, 7gr, 13 fios, pacote com 50 unidades. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS. Apresentar amostra no ato do certame.	MB TEXTIL	Pacote	150	R\$: 31,00	R\$: 4.650,00
172	Filme para ultrsson similar Upp-110-hg (Rolo)	DURICO	Unidade	50	R\$: 51,00	R\$: 2.550,00
		Total			R\$: 22.808,30	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$ 22.808,30 (vinte e dois mil e oitocentos e oito reais e trinta centavos)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

**2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a

respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

### 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

### 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

### 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

### 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

### 7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

### 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

#### 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

#### 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.
- 9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- 9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- 9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.
- 9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:
  - 9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
  - 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.
  - 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
  - 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.
  - 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
  - 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.
  - 9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
  - 9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.
  - 9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

#### 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

- 10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.
- 10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

#### 11 - PENALIDADES

- 11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.
- 11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.
- 11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.
- 11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.



11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CNPJ Nº 03.505.263/0001-40

## TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO 44/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 44/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA, com sede na cidade de Erechim/RS, no Bairro Centro, na Avenida Maurício Cardoso, nº 706, Telefone (54) 3519-1224/(54) 3522-9210, CEP nº 99700-450, Email: plasmedic@yahoo.com.br, inscrita sobre o CNPJ nº 09.200.303/0001-22. Banco do Brasil, Agência nº 4251-x e Conta Corrente nº 20256-8.

## 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA		UNID.	QUAT. UNITÁRIO GLOBAL	PREVISÃO DE CUSTO	
07	Álcool solução a 70%, frasco de 1000ml cx c/ 12 lt	TUPI	Caixa	100	R\$:42,90	R\$:4.290,00
25	Especulo M valvas anatomias de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fornices vaginais. Produzido em poliestireno cristal, descartável, estéril, lubrificado. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (psai), pigmentado e indeformável.	KOLPLAST	Unidade	850	R\$ 0,78	R\$: 663,00
77	Acesso venoso duas vias com clamp: conexão padrão 02 vias, adulto (tipo polifix)- dispositivo estéril em plástico (pvc), transparente em forma de y, com pinça e tampas protetora extras. Pacote individual. apresentar registro MS na entrega do produto.	VITAL GOLD	Unidade	1.000	R\$ 0,50	R\$: 500,00
89	Algodão ortopédico 10x1,80 pct c/ 12	ORTOFEN	Pacote	20	R\$: 4,16	R\$: 83,20
90	Soro fisiológico 100ml (solução de cloreto de sódio a 0,9%) injetável e sem conservantes. Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente. Sistema Fechado.	JP	Bolsa	7.560	R\$: 1,60	R\$:12.096,00
91	Soro fisiológico 250ml (solução de cloreto de sódio a 0,9%) injetável e sem conservantes.Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente .Sistema Fechado	JP	Bolsa	4.500	R\$: 1,78	R\$: 8.010,00
92	Soro fisiológico 500ml (solução de cloreto de sódio a 0,9%) injetável e sem conservantes. Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente Sistema Fechado.	JP	Bolsa	2.400	R\$: 2,10	R\$: 5.040,00
93	Solução glico-fisiológico 500ml injetável e sem conservantes. Acondicionado em bolsa trilaminada isenta de látex e PVC, transparente Sistema Fechado.	JP	Bolsa	100	R\$:3,00	R\$: 300,00
97	Água deionizada para auto clave, galão de 5 litros.	AQUATEC	Galão	20	R\$: 6,02	R\$: 120,10
103	Saco de lixo hospitalar (infectante), branco leitoso, capacidade 100 litros, com simbologia ABNT com a inscrição " RESÍDUO INFECTANTE ". saco 0.08 micras, material plástico, gramatura normal.	NEKPLAST	Unidade	500	R\$ 0,25	R\$: 125,00
104	Coletor perfuro-cortante 13lts: recipiente para coleta e descarte de materias perfurocortantes, confeccionado em papelão ondulado, com capacidade 13 litros, com superfície interna impermeabilizada. caixa c/ 10 unidades.	EMBALAIRE	Caixa	200	R\$: 19,90	R\$: 3.980,00
109	Água destilada, estéril, apirogenia 1.000ml	DESYTRATER	Frasco	30	R\$: 2,73	R\$: 81,90
119	Cateter intravenoso n 14: em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epirogênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar amostra no ato do certame.	POLYMED	Unidade	450	R\$: 1,40	R\$: 630,00

121	Cateter intravenoso n 18: em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e apirogênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar amostra no ato do certame.	POLYMED	Unidade	1.500	R\$ 1,40	R\$:2.100,00
122	Cateter intravenoso n 20: em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epirogênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar amostra no ato do certame.	POLYMED	Unidade	1.000	R\$:1,40	R\$: 1.400,00
123	Cateter intravenoso n 22: em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epirogênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar amostra no ato do certame.	POLYMED	Unidade	600	R\$: 1,40	R\$: 840,00
124	Cateter intravenoso n 24: em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epirogênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar amostra no ato do certame.	POLYMED	Unidade	500	R\$: 1,40	R\$: 700,00
126	Fita para autoclave adesiva 19mm x 30m.	MASTER	Unidade	700	R\$: 2,25	R\$:1.575,00
127	Fita crepe: fita crepe adesiva 19mmx50m. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS. Apresentar amostra no ato do certame.	CIEX	Unidade	1.000	R\$: 2,00	R\$: 2.000,00
129	Micropore: fita cirurgia microporosa, poorsidade p/ proteção da pele, 5cm x 4,5 com capa. Apresentar no envelope de propostas o registro no MS. Apresentar amostra no ato do certame.	MISSNER	Unidade	500	R\$: 2,15	R\$: 1.075,00
156	Bolsa coletora de urina, 2000ml, sistema fechado	ADVANTIVE	Unidade	300	R\$: 2,49	R\$: 747,00

167	Embalagem tubular para esterelização 12x50 PGC	UNICEN-TER	Unidade	60	R\$: 22,96	R\$: 1.377,60
169	Embalagem tubular para esterilização 20x50 PGC	UNICEN-TER	Unidade	60	R\$: 36,00	R\$: 2.160,00
170	Papel lençol 70X50, branco 100% celulose. Apresentar no envelope de proposta o registro no MS e amostra do produto no ato do certame.	CLEAN	Rolo	200	R\$: 5,74	R\$: 1.148,00
Total					R\$: 51.042,10	

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$ 51.042,10 (cinquenta e um mil e quarenta e dois reais e dez centavos)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

## 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

## 4 - DO PRAZO

4.1- Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante devesse entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.



## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA  
CNPJ Nº 09.200.303/0001-22

## TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 45/2016 -- FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 - FMS

Aos 05 (cinco) dias, do mês de Outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscrive, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 10/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

STRAFER PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI-EPP, com sede na cidade de Balneário Camboriú, no Bairro das Nações, na Rua Dinamarca, nº 197 – sala 02- térreo, Telefone (47) 3363-8293, CEP nº: 88338-315, inscrita sobre o CNPJ nº 24.768.176/0001-56. Banco do Brasil, Agência nº 1489-3 e Conta Corrente nº 51838-7.

**1 - DO OBJETO**

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24/HRS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUAT. UNITÁRIO	PREVISÃO DE CUSTO	
					GLOBAL	
106	Termômetro clínico digital ponta flexível com certificação do INMETRO, apresentar na entrega do produto.	BIOLAND	Unidade	20	R\$: 10,90	R\$: 218,00
120	Cateter intravenoso n 16: em poliuretano ou teflon, cânula (agulha) em aço inoxidável, siliconizada, com bisel ultra afiada, canhão colorido, componente de união do tubo de agulha, promovendo comunicação com seu corpo, câmara que permite a confirmação da punção. Dispositivo de segurança que promova a proteção da agulha de modo passivo, sem a necessidade de ação do profissional, evitando assim qualquer tipo de contato do paciente ou profissional de saúde com agulha após a punção. Filtro hidrófobo facilita a punção, produto de uso único estéril, atóxico e epigênico. Esterilizado por oxido de etileno com validade de 5 anos a partir da data de fabricação. Apresentar amostra no ato do certame.	LABOR IMPORT	Unidade	1.000	R\$: 1,34	R\$: 1.340,00
Total				R\$: 1.558,00		

1.2 – Para a aquisição dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, o valor global estimado é de R\$: 1.558,00 (um mil e quinhentos e cinquenta e oito reais)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

**2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

**3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 10 (DEZ) dias.

**4 - DO PRAZO**

4.1– Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo

com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos de MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – Os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 10/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 – É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, e efetue a entrega dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues;
- b) efetuar o pagamento dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES entregues observar-se-á o seguinte:



9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

### 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

### 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

### 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

STRAFER PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI-EPP  
CNPJ Nº 24.768.176/0001-56

### TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

## AVISO DE SUSPENSÃO LEILÃO 01/2016

AVISO DE SUSPENSÃO - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

O município de PENHA, SC, com sede na Av. Nereu Ramos, nº 190, Centro, Penha, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, Telefone (47) 3345 0200, torna público aos interessados que o LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL realizado às 09:00 horas do dia 13 de OUTUBRO de 2016, tendo como local a CÂMARA DE VEREADORES, sito a Rua Prefeito Eugênio Krause, nº 94, Centro, Penha, SC, conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis foi suspenso por decisão judicial. Maiores informações acesse o site WWW.PENHA.SC.GOV.BR, ou ainda pelo telefone (47) 3345-0200, na Prefeitura.

Penha (SC), em 13 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA

**AVISO DE SUSPENSÃO PP40/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL SUSPENSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A POLÍCIA MILITAR DE PENHA/SC.

O processo licitatório está suspenso por motivo de decisão judicial.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 10 de setembro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 27/10/2016, licitação modalidade Pregão Presencial nº 059/2016. Objeto: Aquisição de equipamentos diversos para o Corpo Militar de Bombeiros de Tangará, Pinheiro Preto e Ibiam. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 27/10/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 290/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 290/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA 4 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PARANA EQUIPAMENTOS S.A, autorizado através do Processo nº 211/2016, Dispensa de Licitação nº. 0130/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: PARANA EQUIPAMENTOS S.A

CNPJ: 76.527.951/0008-51

Endereço: Acesso Acesso Plínio Arlindo de Nes - de 771 a 1399 - lado ímpar CEP 89810-300 - Chapecó – SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA 4 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.367,82 (dois mil, trezentos e sessenta e sete reais).
- 2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.
- 2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
PARANA EQUIPAMENTOS S.A

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 291/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 291/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A DATA 14/10/2016, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS, 1 CAMA ELÁSTICA E 1 PISCINA DE BOLINHAS NA CRECHE MUNICIPAL E 2 CAMA ELÁSTICA, TOBOGÃ PREMIUM, CASTELO PULA-PULA, TOBOGÃ PALHAÇO, MESA DE PEBOLIM COM 2 MONITORES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SALETE JUSTINA ZAMPRONNE VARGAS, autorizado através do Processo nº 212/2016, Dispensa de Licitação nº. 0131/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SALETE JUSTINA ZAMPRONNE VARGAS

CNPJ: 19.156.075/0001-94

Endereço: Rua Emilio Pergamini, 77 Bairro Frei Rogério – Tangará-SC

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente REFERENTE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A DATA 14/10/2016, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS, 1 CAMA ELÁSTICA E 1 PISCINA DE BOLINHAS NA CRECHE MUNICIPAL E 2 CAMA ELÁSTICA, TOBOGÃ PREMIUM, CASTELO PULA-PULA, TOBOGÃ PALHAÇO, MESA DE PEBOLIM COM 2 MONITORES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.



4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
SALETE JUSTINA ZAMPRONNE VARGAS

## TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 292/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 292/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NA RETROESCAVADEIRA RANDOM, ADQUIRIDA EM REVENDA/ MECÂNICA AUTORIZADA PELA FABRICANTE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, autorizado através do Processo nº 213/2016, Dispensa de Licitação nº. 0132/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: PAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 85.199.578/0001-71

Endereço: Rua Barão do Rio Branco - D - até 619/620, Nº 400,

CEP: 89.801-030 – CHAPECÓ - SC

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NA RETROESCAVADEIRA RANDOM, ADQUIRIDA EM REVENDA/MECÂNICA AUTORIZADA PELA FABRICANTE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.162,00 (dois mil, cento e sessenta e dois reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

## CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:



- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 11 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
PAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

## TESTEMUNHAS:

1) 2)  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 293/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 293/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO ONIBUS IFF0302, IFE7886 E RETROESCAVADEIRA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 214/2016, Dispensa de Licitação nº. 0133/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ-MF n.º. 81.331.308/0001-11

Endereço: Rodovia SC 453 km 53,7

Representada por: BOGART SINZKER

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO ONIBUS IFF0302, IFE7886 E RETROESCAVADEIRA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.690,76 (dois mil, seiscentos e noventa reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

## CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa

e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 05 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

## TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**DECRETO Nº 4.456, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 4.456, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.904 de 04 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 6 - Segurança Pública  
Subfunção: 181 - Policiamento  
Programa: 4 - Segurança Municipal  
Ação: 2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3.3.30.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal  
Fonte de recurso: 110 - Convênio de Trânsito – Militar  
Valor: R\$ 7.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito especial de que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 6 - Segurança Pública  
Subfunção: 181 - Policiamento  
Programa: 4 - Segurança Municipal  
Ação: 2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários  
VALOR: R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 04 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 460, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.**

PORTARIA Nº 460, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 011/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

## RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 011/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado, Calçamento com pedras irregulares nas ruas "J", à empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.428.416/0001-80, pelo preço global de R\$ 20.775,15 (vinte mil, setecentos e setenta e cinco reais e quinze centavos);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 484, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 484, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 052/2016 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 052/2016, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa a aquisição de Piso Vinílico para reforma na Unidade Básica de Saúde, e adjudica o objeto licitado à empresa CIDIMAR DA ROSA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.312.247/0001-60, pelo preço total de R\$ 53.799,98 (cinquenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE SETEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 499, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 499, DE 10 de outubro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA BARBARA VENTORIN ZUCCO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora BARBARA VENTORIN ZUCCO, ocupante do cargo efetivo de auxiliar administrativo - cras, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/05/2015 a 03/05/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 13 de outubro de 2016 a 27 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 10 de outubro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 056/2016**

TERMO ADITIVO 056/2016

CONTRATO ADITADO N.º 18/2016

Terceiro Termo aditivo ao Contrato de " PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA, autorizado através do Processo n. 01/2016, Licitação nº 001/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regime de execução integral, fornecimento parcelado, preço unitário.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA

CNPJ-MF n.º. 11.623.987/0001-17

Endereço: Rua Acesso Guilherme Mattana, s/nº Centro, Pinheiro Preto.

Representada por: JAIR RIBEIRO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Contrato com efeito retroativo a 18/08/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO**

2.1 Fica aditado o item 01 do contrato 18/2016 a seguir:

ITENS	QTDAD	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	08	Lavação completa interna e externa dos automóveis/utilitários corsa, voyage, classic, spin, jetta, gol, uno, celer.	R\$ 35,00	R\$ 280,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 18/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 03 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

**PORTARIA 094/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 094/2016

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDOR PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 05 (cinco) dias de licença por motivo de doença ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal, NEUSA FATIMA DALLACORTE, Professora de Ensino Fundamental, lotado (s) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de 10/10/2016 a 14/10/2016, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 13 de Outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



# Pomerode

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3.137, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 3.137, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE ÁREA DE INTERESSE SOCIAL E UTILIDADE PÚBLICA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Inciso III, do artigo 62 da Lei Orgânica Municipal",

CONSIDERANDO, que a Rua Hermann Guenther é uma via pública municipal, instituída através da Lei 110, datada de 14 de fevereiro de 1966;

CONSIDERANDO, que a referida via possui um gabarito total de via de 12 metros, compreendendo passeio com 2,00 (dois) metros de largura em ambos os lados da via, e uma pista de rolamento com 8,00 (oito) metros de largura, conforme comprovam parcelamentos de solo em relação a esta via;

CONSIDERANDO, que a via, em seu trecho ainda não pavimentado, não atende o gabarito mínimo;

CONSIDERANDO, que a referida via, no início de seu trecho não pavimentado, apresenta-se com gabarito estimado de 6,00 (seis) metros, sendo um trecho sinuoso, que por suas características, tem ocasionado diversos acidentes, conforme Memorando nº 075/2016, emitido pela Gerência de Trânsito conjuntamente com a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;

CONSIDERANDO, tratar-se de uma área onde há muitos anos, existe a reivindicação popular para melhoria do fluxo de veículos no trecho da Rua Hermann Guenther;

CONSIDERANDO, que a via encontra-se restrita por um lado pelo leito do Ribeirão Clara, e pelo outro lado por um talude de corte; CONSIDERANDO, que a área de intervenção, em virtude da localização junto ao Ribeirão Clara, encontra-se inserida em Área de Preservação Permanente, assim classificada pela Lei 12.651, datada de 25 de Maio de 2012 ;

CONSIDERANDO, que conforme Parecer da Coordenadoria de Defesa Civil do Município, em função do leito do supracitado Ribeirão encontrar-se obstruído com pedras e material de deslizamento proveniente de enxurradas, há a tendência de diminuição da largura da via devido a erosão;

CONSIDERANDO, que a área de intervenção encontra-se altamente antropizada, com presença de pastagem e capineiras, sem vegetação passível de classificação em estágio sucessional;

CONSIDERANDO, a existência de uma drenagem pluvial subdimensionada no local, que segundo relato de moradores, vem ocasionando alagamentos por ocasião de chuvas torrenciais;

CONSIDERANDO, a necessidade da melhoria de escoamento pluvial, em decorrência de alagamentos, bem como, para melhoria do sistema viário e como medida preventiva de riscos;

CONSIDERANDO, tratar-se de uma área situada em perímetro urbano do Município, conforme Lei Complementar 1.276, datada de 15 de março de 1996;

CONSIDERANDO, a inexistência de alternativa técnica locacional, para a implantação da obra;

CONSIDERANDO, que as obras de infraestrutura destinadas ao sistema viário e de saneamento são classificadas como de utilidade pública, conforme alínea b, Inciso VII da Lei 12.651, datada de 25 de Maio de 2012;

CONSIDERANDO, que a área próxima ao córrego não tem interesse ecológico e a intervenção necessária tem a finalidade de reduzir a situação de risco a população; e,

CONSIDERANDO, a necessidade de promover um enrocamento junto ao Ribeirão Clara, para promover a melhoria da condição de segurança de tráfego e da adequação da drenagem existente, no trecho da Rua Hermann Guenther que não possui o gabarito adequado;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de interesse social e utilidade pública, a implantação de uma obra de enrocamento na margem direita do Ribeirão Clara que margeia a Rua Hermann Guenther, entre as coordenadas geográficas 26°44'59.62"S, 49°11'10.50"O e 26°44'59.12"S, 49°11'11.30"O, com alargamento da via e melhoria na drenagem pluvial existente, conforme projeto técnico elaborado pela Secretaria de Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 06 de outubro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3.138, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 3.138, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA O DECRETO Nº 3.044 QUE FIXA O CALENDÁRIO DOS FEIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso XV do art. 1º que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º [...]"

XV - 01 de novembro, terça-feira (Ponto Facultativo);

Art. 2º É declarado Ponto Facultativo nas repartições Públicas do Município o dia 28 de outubro de 2016, em razão do Dia do Servidor Público, conforme Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. Ficam excetuados da vantagem que trata o caput os servidores da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora regidos pelo Calendário Escolar e, os serviços essenciais ou



inadiáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 13 de outubro de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### **PARA ESCOLHA DA SOCIEDADE CIVIL DO COMPED - GESTÃO 2016/2018**

A Comissão Eleitoral para Escolha da Sociedade Civil do COMPED - Gestão 2016/2018 TORNA PÚBLICA, de acordo com o Edital COMPED nº 001/2016 e Edital COMPED nº 002/2016, a relação de entidades inscritas para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED.

1. Associação Pomerodense de Deficientes - APODEF
2. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode – APAE

Pomerode, 13 de Outubro de 2016.

Comissão Eleitoral do COMPED

# Porto União

## PREFEITURA

### ATA 156/2016

ATA 156/2016

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 165/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 092/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Kunrath & Cia Ltda – ME.

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Kunrath & Cia Ltda - ME, CNPJ/MF nº 07.885.316/0001-57, Sita a Praça Alvir Riesemberg, nº 49, Centro, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-3851, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, representada pela Senhora Ana Regina Kunrath Minikovski, inscrita no CPF sob o número 702.087.609-97.

Registro de Preços para o serviço de instalação de divisórias, portas e black out na Secretaria Municipal da Saúde de Porto União, incluindo material e mão de obra, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	01	Serviço	<p><b>LOTE 1</b> Aquisição de divisórias + 10 portas para divisória + porta com sistema de abertura eletrônico + black out pvc com trilho</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO DIVISÓRIA:</b> Painéis com dimensões de 1200x211x35 mm, sendo capa de 33mm de espessura, com pintura melaninada, na cor "areia jundiá", miolo tipo colmeia feito com papel kraft de alta gramatura. Perfis de aço galvanizado com pintura epóxi.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DO TRABALHO A SER REALIZADO:</b> 1 – Sala Superintendência/Coordenação: Montagem de divisória de 3,65 larg. X 3,15 alt. com uma porta de correr e remoção da antiga porta de acesso à sala; 2 – Sala Secretário de Saúde: Montagem de divisória no corredor de acesso de 1,20 larg. X 3,15 alt., com uma porta de sistema de abertura eletrônico com imã e uma mola para fechamento da porta; 3 – Sala de Nebulização: Remoção de parede de 2,32 larg. X 2,11 alt.; 4 – Sala de Emergência: Confeccionar uma parede de 3,67 larg. X 3,15 alt., deslocamento de uma porta de abrir mudando a largura de 0,80 para 1,20 de larg., remoção de uma parede de 2,47 larg. X 3,15 alt. feita com estrutura de madeira e revestimento com compensado com acabamento; 5 – Sala de Observação: Colocação de quatro unidades de black out pvc branco com trilho especial, com 2,20 larg X 2,45 alt.; 6 – Sala Serviço Social: Confeccionar uma parede de 1,20 larg. X 3,15 alt. com perfis de alumínio; 7 – Recepção (atendimento ao público): Confeccionar duas paredes, sendo uma de 1,20 larg. X 3,15 alt. com uma porta, e outra de 4,95 larg. X 3,15 alt. com uma porta; 8 – Sala de Inalação: Confeccionar duas paredes, sendo uma de 3,25 larg. X 2,11 alt. com uma porta, e outra de 2,45 larg. X 2,11 alt. com uma porta; 9 – Sala de eletro: Confeccionar duas paredes, sendo uma de 0,90 de larg. X 3,15 alt., e outra de 1,20 larg. X 3,15 alt.; 10 – NASF: Confeccionar duas paredes, sendo uma de 2,40 larg. X 3,15 alt. com uma porta, e outra de 6,15 larg. X 3,15 alt. com uma porta;</p>	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

1.2 Integram e complementam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus



termos, às condições expressas no Pregão Presencial 092/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4 O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 092/2016.

1.5 O prazo para entrega e instalação do objeto é o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial 092/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses.

1.6 Os valores devidos pela Secretaria Municipal da Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

1.9 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.0 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 092/2016.

2.3 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Presencial 092/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.4 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Ana Regina Kunrath Minikowski, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Kunrath & Cia Ltda – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

### **EXTRATO DE CONTRATO 226/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 226/2016

Partes: Município de Porto União e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Objeto: Serviços de postagem, entrega de correspondências, documentos, serviços de caixa postal e outros serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a Prefeitura Municipal.

Valor Total: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação 036/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 29 de setembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO 232/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 232/2016

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Objeto: Execução de revitalização de ciclovia e pista de caminhada Avenida dos Ferroviários e Rua Expedicionário Eugênio Alves de Almeida, bairro Santa Rosa, com área de 3.842,66 m<sup>2</sup>, incluindo material e mão de obra.

Valor Total: R\$ 246.076,04 (duzentos e quarenta e seis mil e setenta e seis reais e quatro centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 023/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de outubro de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.  
Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO 233/2016**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 233/2016

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Objeto: Execução de revitalização dos terminais urbano e rodoviário da cidade de Porto União, centro, de uma área total de 4.370,00 m2, incluindo material e mão de obra.

Valor Total: R\$ 244.115,13 (duzentos e quarenta e quatro mil cento e quinze reais e treze centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 024/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Contratada.

### **PORTARIA Nº 565/2016 - RH**

PORTARIA Nº 565, de 12 de setembro de 2016.

Contrata por tempo determinado Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de agosto a 16 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Patrícia Laiane Boruch, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Millis, em virtude do desmembramento da turma do 1º ano.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 566/2016 - RH**

PORTARIA Nº 566, de 12 de setembro de 2016.

Contrata por tempo determinado Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de agosto a 16 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Clenir Aparecida Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com

vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, em virtude do desmembramento da turma do 3º ano.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 567/2016 - RH**

PORTARIA Nº 567, de 12 de setembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jussara Marlene Freisleben, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2016.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 568/2016 - RH**

PORTARIA Nº 568, de 12 de setembro de 2016.

Concede Licença Prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 12 setembro de 2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2011 a outubro de 2016, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora Marilda Maturizen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 569/2016 - RH**

PORTARIA Nº 569, de 16 de setembro de 2016.

Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, de acordo com o Art. 125, da Lei Municipal 2055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Dulcemar Vivian Dulz Schneider;

CONSIDERANDO o atestado médico do Sr. Laudenir Inácio Schneider;

CONSIDERANDO o Laudo Social expedido pela Assistência Social deste Município;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Jurídica do município;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 29 de agosto de 2016, pelo período de 10 (dez) dias consecutivos, de acordo com o Art. 125, da Lei Municipal 2055/94, à servidora Dulcemar Vivian Dulz Schneider, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 16 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 570/2016 - RH**

PORTARIA Nº 570, de 19 de setembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Psicólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Carol Maltauro Wechorkowski, das funções do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 571/2016 - RH**

PORTARIA Nº 571, de 23 de setembro de 2016.

Concede Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 23 de setembro de 2016, referente ao período aquisitivo de abril de 2011 a abril de 2016, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora Débora Sausen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 572/2016 - RH**

PORTARIA Nº 572, de 26 de setembro de 2016.

Contrata por tempo determinado Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de setembro a 06 de outubro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria Angelita Konkol, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Antônio Gonzaga e Colégio Nilo Peçanha, em substituição da professora efetiva Dione Dos Santos Reisdorfer, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de setembro de 2016.

Porto União - SC, em 26 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 573/2016 - RH**

PORTARIA Nº 573, de 26 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 26 de setembro a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, Mariane Trevisan Dissenha, para o emprego público de Cirurgião Dentista do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, até que o candidato aprovado em Concurso Público para o cargo assumira a vaga.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde do Bairro Santa Rosa, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 574/2016 - RH**

PORTARIA Nº 574, de 26 de setembro de 2016.

Altera a Carga horário da Professora Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 19 de setembro a 06 de outubro de 2016, a carga horária do professor contratado Adilson José Nazário, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, em substituição da professora DIONE DOS SANTOS REISDORFER, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculados à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de setembro de 2016.

Porto União, SC em 26 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA Nº 575/2016 - RH**

PORTARIA Nº 575, de 26 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "f", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, de 22 de agosto a 31 de outubro de 2016 o afastamento preventivamente da servidora GIOVANA MULLER, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, sem prejuízo da remuneração, de acordo com o Art. 243 da Lei Municipal nº 2.055 de 20 de outubro de 1994, como medida cautelar a fim de que a servidora não venha a influir na apuração dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela PORTARIA Nº 013, de 19 de maio de 2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 26 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 576/2016 - RH**

PORTARIA Nº 576, de 30 de setembro de 2016.

Prorrogar o Contrato de Trabalho nº 173/2015, do cargo de Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 173/2015, de Luiza Carolina Gruhlke, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de setembro a 30 de dezembro de 2016, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 577/2016 - RH**

PORTARIA Nº 577, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/05/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Valter Alves da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário Datilógrafo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.



Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 578/2016 - RH**

PORTARIA Nº 578, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/05/2015;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, do servidor Mario Screpecz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 579/2016 - RH**

PORTARIA Nº 579, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/05/2015;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, da servidora Jane Mara Caribatti Juraszek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 580/2016 - RH**

PORTARIA Nº 580, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 29/05/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Educacional, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 581/2016 - RH**

PORTARIA Nº 581, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Paulo Medeiros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 582/2016 - RH**

PORTARIA Nº 582, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Alfredo De Bairros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Maquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 583/2016 - RH**

PORTARIA Nº 583, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2013, do servidor Rogério Ferreira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 584/2016 - RH**

PORTARIA Nº 584, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2015, da servidora Leila De Fátima Longo Ruaro, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 585/2016 - RH**

PORTARIA Nº 585, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor Claudio Augusto Busch, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 586/2016 - RH**

PORTARIA Nº 586, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora Cristiane Ruschel Zago, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 587/2016 - RH**

PORTARIA Nº 587, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2015 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/08/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Setembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, da servidora Maria Isolete Pissaia Pinto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 092/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 165/2016

Pregão Presencial 092/2016 – Registro de Preços

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Kunrath & Cia Ltda – ME.

Porto União SC, 28 de setembro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 023/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 166/2016

Tomada de Preços 023/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Porto União SC, 03 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 024/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 167/2016

Tomada de Preços 024/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Porto União SC, 04 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2016 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 015/2016 – FAS

Pregão Presencial 012/2016

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 05 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 94/2016

DECRETO 94/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

REGULAMENTA AS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Municipal Complementar 04/2003 de 19/12/2003, considerando o artigo 3.º do Decreto Municipal 001/2004 de 05/01/2004 e considerando o que dispõe o art. 31 da Constituição Federal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Seção I

Das atribuições dos órgãos de Controle Interno

Art. 10. São atribuições dos Órgãos de Controle Interno:

I - contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os responsáveis quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;

II - acompanhar, supervisionar e avaliar:

- a) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos do Estado ou do Município, conforme o caso;
- b) os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado;
- c) o cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- d) a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000;
- e) o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000;
- f) o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar nº 101/2000;
- g) a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do ente da federação, em consonância com o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Estado ou Município;

IV - avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000;

V - fiscalizar o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal;

VI - emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo, em atendimento ao disposto no artigo 47, parágrafo único, e no artigo 51 da Lei Complementar nº 202/2000;

VII - promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;

VIII - verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 para a concessão de renúncia de receitas;

IX - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;

X - dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de dano ao erário;

XI - realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório e parecer;

XII - emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;



XIII - manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidade ou ilegitimidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;

XIV - representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;

XV - prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado à adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;

XVI - coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle exigidos pelo Tribunal em meio informatizado;

XVII - receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;

XVIII - acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou entidade sob seu controle;

XIX - verificar a correta composição da prestação de contas anual;

XX - supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na internet, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação.

## Seção II

### Das atribuições da Unidade Operacional do Sistema de Controle Interno

Art. 2o. São atribuições da Unidade Operacional do Sistema de Controle Interno, além das previstas no artigo anterior:

I- Determinar a devolução de valores pelos gestores aplicados em desconformidade com os princípios constitucionais ou normas de gestão financeira e administrativa, desde que seja:

- a) Oportunizado o contraditório e a ampla defesa aos responsáveis;
- b) Tipificado especificamente o dispositivo legal violado;
- c) Identificado o gestor e o período da gestão; e.
- d) Demonstrado por meio de cálculos o efetivo prejuízo.

II - Normatizar as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;

III – Apreciar os esclarecimentos em relatórios de auditoria, mantendo ou afastando os apontamentos, e emitir o Parecer Conclusivo.

IV - Emitir Instruções Normativas de Controle Interno.

§1o. As instruções normativas de controle interno serão elaboradas após a participação de todas as unidades administrativas e pessoas envolvidas nas rotinas e processos e comprovação de treinamento às pessoas envolvidas nos processos ou procedimentos.

§2o. As Instruções Normativas de Controle Interno terão força de regras que, em sendo descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

## CAPÍTULO II

### DA AUDITORIA

Art. 3 o. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e os Órgãos de Controle Interno, no exercício de suas funções, estabelecerão o plano e os programas de auditorias para cada exercício financeiro.

§1º. As irregularidades apuradas serão evidenciadas em relatórios de auditoria o qual será concedido prazo de 30 dias para que o gestor apresente, por escrito, seus esclarecimentos, podendo fazer uso do contraditório valendo-se de documentos e provas, ou a comprovação de regularização das falhas apontadas.

§2º. Os esclarecimentos do gestor serão apresentados e analisados pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno, o qual concluirá pela manutenção ou afastamento das falhas, podendo emitir recomendações aos gestores no Parecer Conclusivo.

§3º. Os responsáveis pelos órgãos de controle interno remeterão ao Tribunal de Contas relatórios específicos registrando irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos públicos quando não forem adotadas as medidas cabíveis para a sua regularização pela autoridade administrativa.

## CAPÍTULO III

### GARANTIAS DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

Art. 4 o. São garantias dos servidores que atuam nos órgãos de Controle Interno:

I – Autonomia profissional para o desempenho de suas atividades;

II – Acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º. Instrução Normativa de Controle Interno disporá sobre o Manual do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto 08/2004, de 06 de fevereiro de 2004.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 11 de outubro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 95/2016

DECRETO Nº. 095 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO APRESENTADO PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 01/2003, de 15 de Setembro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica homologado e tornado público o Resultado da Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos municipais de Presidente Nereu, apresentado pela Comissão de Avaliação, nomeada através da Portaria Nº. 370 de 05 de Setembro de 2016, constante no Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 13 de Outubro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

### RELATÓRIO ANALÍTICO FINAL DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO - NRO. 27-E.P. 2016

Servidor	Cargo	Dt Admissão	Concurso	Mé- dia	Classifica- ção	Status
AILTON REZINI	OPERARIO BRAÇAL	17/07/2014	001/2014	8,17	Bom	Em Está- gio
ALINE MOREIRA 2014	COORDENADOR ADMINISTRA- TIVO	08/08/2014	001/2014	8,33	Bom	Em Está- gio
ANA ROSELI BENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29/07/2014	001/2014	9,25	Ótimo	Em Está- gio
CARLINHO FRANZEN	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	13/08/2014	001/2014	8,33	Bom	Em Está- gio
CARLOS BRAND	GERENTE ADMINISTRATIVO	02/05/2014	01/2010	9,33	Ótimo	Em Está- gio
CLEIA HILDA BELEGANTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/05/2014	01/2010	8,42	Bom	Em Está- gio
DIONE STAROSCKY BURG	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	04/08/2014	001/2014	8,75	Bom	Em Está- gio
EDEMILSON JUCI PIRES	OPERARIO BRAÇAL	13/08/2014	001/2014	7,00	Bom	Em Está- gio
EDER SCHWARTZ	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	17/07/2014	001/2014	9,00	Ótimo	Em Está- gio
EDIVAN KNISS	MOTORISTA	20/08/2014	001/2014	9,00	Ótimo	Em Está- gio
ELIZABETE MICH GILLI	PROFESSOR	18/07/2014	001/2014	9,75	Ótimo	Em Está- gio
ELMAR JOSE MAURO RECH	MOTORISTA	29/07/2014	001/2014	8,67	Bom	Em Está- gio
ENIVALDO TOMIO	OPERARIO BRAÇAL	16/07/2014	001/2014	8,42	Bom	Em Está- gio



Servidor	Cargo	Dt Admissão	Concurso	Mé- dia	Classifica- ção	Status
IZALENE THEISS DA ROSA	ASSISTENTE SOCIAL	19/01/2015	001/2013	8,58	Bom	Em Está- gio
JAIMIR MANNRICH	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	15/07/2014	001/2014	8,75	Bom	Em Está- gio
JANETE KNISS	PSICÓLOGO	01/04/2014	001/2011	9,50	Ótimo	Em Está- gio
JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	14/02/2014	01/2010	9,08	Ótimo	Em Está- gio
JARBAS SCHAUFELBERGER	MOTORISTA	13/02/2014	001/2011	8,92	Bom	Em Está- gio
JOSE ZUCHI	OPERARIO BRAÇAL	08/08/2014	001/2014	6,67	Regular	Em Está- gio
JOSILEIA MEDEIROS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	04/08/2014	001/2014	8,75	Bom	Em Está- gio
LAUDICEIA MAINCHAIN DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/03/2014	01/2010	9,42	Ótimo	Em Está- gio
MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	18/08/2014	001/2014	9,92	Ótimo	Em Está- gio
MARIA LURDES DAS ALMAS OLIVEIRA 2014	PROFESSOR	04/08/2014	001/2014	9,42	Ótimo	Em Está- gio
MAYCON SEBASTIAN BUNN	MOTORISTA	17/07/2014	001/2014	8,50	Bom	Em Está- gio
ODAIR MOREIRA	OPERARIO BRAÇAL	12/08/2014	001/2014	7,67	Bom	Em Está- gio
OSNITA DE SOUZA DALPRA	MERENDEIRA	25/08/2014	001/2014	8,75	Bom	Em Está- gio
PATRICIA RESINE	PROFESSOR	18/07/2014	001/2014	9,83	Ótimo	Em Está- gio
SCHIRLEI VANDERLINDE	ENFERMEIRO	03/03/2014	001/2011	9,33	Ótimo	Em Está- gio
SONIA FELIPE EIFLER 2014	PROFESSOR	18/07/2014	001/2014	9,83	Ótimo	Em Está- gio
VALDEZIR MAFRA	OPERARIO BRAÇAL	29/07/2014	001/2014	7,42	Bom	Em Está- gio
VIVIANE FAGUNDES BACH	MERENDEIRA	24/07/2014	001/2014	8,92	Bom	Em Está- gio

**ERRATA DO PREGÃO 32/2016 DE MADEIRA DE EUCALIPTO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

ERRATA PREGÃO 32/2016

Departamento de Licitações e Compras

Objeto AQUISICAO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENCAO DE PONTES no município de Presidente Nereu horas, Onde se lê no edital: fará realizar no dia 21/10/2016 às 09:00 horas.

Lê-se: que fará realizar no dia 26/10/2016 às 14:00 horas.

Presidente Nereu, 13 de outubro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

**DECRETO 93/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 18.017.392/0001-67

Praça Dr. Rockert, 92 Centro – CEP 39440-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 38 3821-4009 – Fax: 0\*\* 38 3821-4393

Site:www.tibagi.com.br - e-mail: prefeitura@tibagi.com.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 93, de 05 de outubro de 2016

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000, de acordo com o inciso II, parágrafo 2º artigo 5º da Lei Nº 2.641, de 21 de maio de 2007.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais especial no valor de R\$ 3.200,00 ( tres mil e duzentos reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.33500000000000.01000000 3.200,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

CAMARA DE VEREADORES 01.001.0001.0031.1101.2001.31900000000000.01000000 3.200,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 05 de outubro de 2016

LAUDEMIR BACH

ALINE LESKE TILLMANN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA MUNICIPAL

## DECRETO 96/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 12/01/2016

DECRETO Nº 96, de 13 de outubro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 ( vinte mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.01020000 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$20.000,00 ( vinte mil reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.01020000 20.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 13 de outubro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

-----

# Princesa

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO 2016/31 PM

Extrato de Publicação de Contrato/Termo Aditivo

Contratada: JOACIR LUIZ GARLET FACCIN - MEI

Termo Aditivo: 2016/31-PM

Contrato Original: 98/2015-PM

Processo Licitatório: 71/2015-PM

Pregão Presencial: 55/2015-PM

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Primeiro Termo Aditivo para prorrogação do prazo do Contrato 98/2015-PM, que tem como objeto "Contratação de empresa com profissional capacitado para ministrar aulas de música (teoria e prática) a alunos (crianças, jovens, adultos) do município de Princesa/SC."

Data da Assinatura: 10/10/2016

Data da Publicação: 13/10/2016

Vigência: 15/10/2016 a 14/12/2016.

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 0002/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2016-PMRA

O município de RIO DAS ANTAS, SC, com sede na Rua do Comércio, nº 780, Centro, Rio das Antas, SC, CEP 89.550/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.074.294/0001-23, Telefone (49) 3564 0127, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ONLINE às 09:00 HORAS do dia 31 de OUTUBRO de 2016, tendo como local a CÂMARA DE VEREADORES, Rua do Comércio nº 1045, Centro, Rio das Antas, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.RIODASANTAS.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3564 0127, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital. Rio das Antas (SC), 13 de outubro de 2016./ALCIR JOSÉ BODANESE- PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 22/09/2016

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2016, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; II – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; III – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; e IV – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes. Aberta a audiência, a Secretária fez a leitura das atas das Reuniões realizadas nos dias 16 e 25 de agosto de 2016, as quais foram aprovadas em unanimidade pelos membros. O Presidente declarou aberta a audiência e, em ato contínuo, os Relatores iniciaram a leitura dos Relatórios elaborados devido aos Processos de Isenção, inicialmente indeferidos pela Comissão; apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam o voto do Relator, tanto para os Processos DEFERIDOS, quanto para os Processos INDEFERIDOS, vejamos:

Nº DO PROTO-COLO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR	VOTO
160640/2016	TEREZINHA ROSALIA FILAGRANA HARTMANN	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
159974/2016	JOSE SILVINO BAUER	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
160634/2016	JOSE GIACOMINI	-	Jonny Schmidt	INDEFERIDO
160614/2016	GILBERTO LINO NECKEL	-	Jonny Schmidt	INDEFERIDO
160757/2016	DORINHA PEREIRA	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
160544/2016	NELI TEREZINHA HASSE FIGUEREDO	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
160492/2016	HILBERTO WETZSTEIN	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
160615/2016	ALMIRA LIMAS	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
160699/2016	IVANILDE SCHWAMBACH	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO

Findo a leitura dos Processos, o Presidente solicitou que a Secretária providencie a comunicação via Ofício, para todos os processos julgados. A pedido do Presidente, faz-se constar que o Processo de número 160492/2016 do Requerente Hilberto Wetzstein, se refere a um pedido de reconsideração, haja vista, que o processo foi INDEFERIDO, por haverem unidades independentes. Que, após nova vistoria e análise da situação real do imóvel, houve reconsideração e posterior deferimento do pedido, devido ao fato de que desde 1970, a casa é utilizada apenas para moradia e não possui atividade comercial no andar térreo, o qual é constantemente atingido por enchentes. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Patricia Soares                      Ana Paula Nunes                      Jonny Schmidt

### DECRETO Nº 5561, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5561, de 13 de outubro de 2016.  
"EXONERA ADRIANA GARCIA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

#### DECRETA:

Art.1º - Exonera, a partir de 14/10/2016, a servidora ADRIANA GARCIA, do cargo em comissão de chefe Divisão Projetos e Pavimentação da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5562, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5562, de 13 de outubro de 2016.

"EXONERA ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA STRAMOSK".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a partir de 14/10/2016, o servidor ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA STRAMOSK, do cargo em comissão de Chefe Divisão Estação Resíduos Sólidos da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5566, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5566, de 13 de outubro de 2016

"NOMEIA EZEQUIAS SALLA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear EZEQUIAS SALLA, a partir de 10/10/2016, para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo Geral do quadro de servidores da Fundação Cultural, nos termos do Art. 2, item V e § 6º do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 5411, de 12 de julho de 2016

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

13 de outubro de 2016

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 08/11/2016**

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –

LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 08/11/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

PROTOCOLO	REQUERENTE	ISENÇÃO	RELATOR
161475/2016	LEONITA GONÇALVES	2012/2016	RONALDO DA ROCHA
161502/2016	MIRIAM BUSCHERMOEHLE	5908/2016	JONNY SCHMIDT
160605/2016	SULAMITA CIMARDI	2610/2016	ANA PAULA NUNES

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 13 de Outubro de 2016.

**PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 27/10/2016**  
PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –  
LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 27/10/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	RELATOR	PROCURADOR
1568/2016	IVONE ATANASIO DOS SANTOS	RONALDO DA ROCHA	
2791/2016	ANTONIO REIS	RONALDO DA ROCHA	
441/2016	INES PALHANO DE OLIVEIRA	RONALDO DA ROCHA	
1749/2016	MARLI MARIA BOSCO LADEWIG	JONNY SCHMIDT	
2671/2016	HILDA SPINDOLA CARNEIRO	JONNY SCHMIDT	
2773/2016	MELITA MULLER	JONNY SCHMIDT	
1596/2016	EUNI CASAS	JAISON FERNANDO DE SOUZA	
2098/2016	ELIANE CLARICE DOLZAN	ANA PAULA NUNES	
2833/2016	DOMICILIA DA SILVA	ANA PAULA NUNES	
2771/2016	CATIARA DE SOUZA	ANA PAULA NUNES	
2051/2016	VILMA MARIA CIMARDI	ANA PAULA NUNES	

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 13 de Outubro de 2016.

**PORTARIA Nº 1174/RH**

PORTARIA N. 1174/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 14/10/2016, a servidora MARIA ANGÉLICA MARQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMA CURRICULAR DA ESCOLA MODELO da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 1175/RH**

PORTARIA N. 1175/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 14/10/2016, a servidora JOSELA ESTOELE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo, do cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1176/RH**

PORTARIA N. 1176/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 14/10/2016, a servidora MAITARA GABRIELA DA LUZ BROERING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do cargo em comissão de DIRETOR DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1177/RH**

PORTARIA N. 1177/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 14/10/2016, a servidora LUCIENE APARECIDA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II, do cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NACIONAL da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**RESUMO DO ADITIVO 102/2016**

2º TERMO ADITIVO Nº 102/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 099/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E ATERRO DE ELEVAÇÃO DE PISTA NA ESTRADA BOM FIM, SUMARÉ EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrázia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274 inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 051/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 099, datado de 07 de julho de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO**

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 23.854,00 (vinte e três mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais), passando para o valor de R\$ 109.448,00 (cento e nove mil e quatrocentos e quarenta e oito reais), conforme justificativa através do memorando nº 062/2016 anexa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME

Sr. Dalton Borgonovo

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 879, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 879 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a Vereadora.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária a Vereadora Maria Helena Zimmermann, no valor de R\$ 170,80 (cento e setenta reais e oitenta centavos), para cumprir agenda com o Deputado Jorginho Mello, para tratar de emenda parlamentar destinada ao município de Rio do Sul, bem como para participar de reunião junto ao DENIT e Secretaria de Esportes do Estado de Santa Catarina, durante todo o dia 17 de outubro do corrente ano, na cidade de Florianópolis - SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre a cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTARIA 2017 – LOA 2017

Ata da Audiência Pública de discussão de Lei Orçamentaria 2017 – LOA 2017

Ata da Audiência Pública de discussão da Lei Orçamentaria 2017, do município de Rio dos Cedros/SC. Aos onze de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas nas dependências do Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros (antiga câmara de vereadores), sito a rua Nereu Ramos, 205, atendendo aos convites publicados na internet e mural público, e em atendimento ao disposto no artigo quarenta e oito, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizou-se a Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual - LOA – para do ano de dois mil e dezessete, com a presença da população do município de Rio dos Cedros, líderes comunitários, membros do poder Executivo. Eu, Agente de Controle Interno, abri a audiência pública cumprimentando e agradecendo a presença de todos e me colocando a disposição do público, iniciou-se então a explanação da LOA – 2017. Nas primeiras laudas foram explanadas as relações entre as leis: PPA – LDO – LOA, para que os presentes pudessem estar mais inteirados do assunto, e das ferramentas utilizadas para auxiliar a administração pública, ainda foram apresentados os valores consolidados do Orçamento Municipal 2017 que são R\$ 33.600.000,00, e da Câmara de Vereadores conforme instrução normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no ano de 2016 a Câmara Municipal de Rio dos Cedros tem sua autonomia deixando de ser uma unidade orçamentária dentro do orçamento da prefeitura e se tornando uma entidade orçamentária, tendo seu orçamento consolidado no valor de R\$ 922.589,08. Os valores orçados foram retirados do Plano Plurianual Vigente, levando em consideração as perspectivas taxas de crescimento da economia e os índices de inflação vigentes. Após o término da exposição das laudas o, solicitei aos presentes dúvidas sobre o exposto, sendo as dúvidas sanadas, informei que o orçamento será encaminhado a Câmara de Vereadores Municipal, bem como seus anexos, para apreciação e aprovação dos senhores EDIS, não tendo mais dúvidas dos participantes eu, Eduardo Osti, encerrei a audiência pública agradecendo a colaboração de todos e lavrei a presente ata, e os presentes assinaram a lista de presença anexa.

Eduardo Osti

Agente de Controle Interno

# Romelândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 86

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1724 / 2016  
EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE 1674 / 2016  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 86 / 2016

O Município de Romelândia/SC comunica a SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA MÓDULO CONTROLE INTERNO. - Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA. - Prazo: Imediato - Valor R\$: 1.050,00 (mil e cinquenta reais) Assinaturas: Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: EDSON ANTONIO VALGOI - Romelândia – SC, 03/10/2016

### CONTRATO 87

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1743 / 2016  
EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE 1693 / 2016  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 87 / 2016

O Município de Romelândia/SC comunica a SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA TROCA DE MANCAL, CORENTE E EIXO DE TRAÇÃO DA CORREIA DO DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO. - Contratada: TORNEARIA ROMELÂNDIA LTDA-ME - Prazo: Imediato - Valor R\$: 630,00 (seiscentos e trinta reais) Assinaturas: Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: RAFAEL GONÇALO AIMI – Romelândia/SC, 03/10/2016.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ALTERA DATA DE ABERTURA PL 47/2016

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATORIO Nº47/2016 Tomada de Preços nº 03/2016

Aos treze dias do mês de setembro de 2016 na sala de licitações reuniram-se os membros da comissão de licitações com o propósito de efetuar a abertura e conferência da documentação dos envelopes dos proponentes participantes do referido processo licitatório. Por problemas de ordem técnica (programa) a presente sessão foi transferida para o dia 17/10/2016 as 14:00 horas. A empresa Eletro Light Provence Ltda ME, apresentou na parte externa dos envelopes os seguintes documentos: copia do RG de Jovani Provence, termo de credenciamento, certidão simplificada da Jucesc, copia da segunda alteração contratual

Comissão de Licitações:

ADEMIR ANTONIO DETOFOL \_\_\_\_\_

ELISEU SPISCKER \_\_\_\_\_

THAIS G. F. ZANIN \_\_\_\_\_

ELISANGELA SASSI \_\_\_\_\_

FRANCIELI F. MEIRELES KEIL \_\_\_\_\_

Proponentes Participantes:

DJONATA WINKI ME \_\_\_\_\_

KEILON D. LUNEBURGUER ME \_\_\_\_\_

ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 69/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 069/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
15	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Direta	6.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
04	0102	3.1.71.00.00.0000	Transferência Consór Pub.	1.408,36
05	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Direta	4.591,64

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 13 de Outubro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 213/2016 FERIAS**

PORTARIA Nº 213/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedido 15 dias de férias regulamentares, a servidor público municipal, senhor LARI JOAO WESCHENFELDER, matr.3212/01, lotado na secretaria municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico . Período aquisitivo de 03/09/2013 a 02/09/2014, período de gozo de férias de 13/10/2016 a 27/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 13 de Outubro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1471/2016

DECRETO Nº 1471, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

CRIA comissão intersetorial para elaboração do plano decenal dos direitos humanos da criança e DO adolescente de são bento do sul

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 171/2014 do CONANDA e da Resolução nº 19/2015 do CMDCA,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersectorial para elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul e será composta da seguinte forma:

#### I – CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

Titular: Andrigo Carvalho  
Suplente: Mauricio Montiel Rodrigues

Titular: Ana Maria Del Olmo Hillesheim  
Suplente: Grazielli Eloise Schroeder

#### II – CONSELHO TUTELAR:

Titular: Célia Terezinha Gomes  
Suplente: Filipe Weihermann

Titular: Sandro Tschöke  
Suplente: Luciane Stawny Sampaio

#### III – CONSELHOS SETORIAIS, EM ESPECIAL, DE POLÍTICAS SOCIAIS:

a) Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD:  
Titular: Gilberto Nehls  
Suplente: Carlos Roberto Werlich

b) Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE:  
Titular: Bianca Felippi Chiella  
Suplente: Avelino Comim

c) Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:  
Titular: Vanilson Morgenroth  
Suplente: Maira Denice Gonçalves de Almeida

#### IV – ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS GESTORES DAS POLÍTICAS SOCIAIS:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Titular: Helenice Granemann Costa Grein  
Suplente: Alice Cleciane de Farias

Titular: Cléverson Israel Minikovsky  
Suplente: Maria Elizabeth Amaral de Souza Lima

Titular: Maiara Dufloth Pelissa  
Suplente: Viviane Aparecida Hinke

Titular: Elisabeth Maria Nardeli de Oliveira

Suplente: Vinícius de Lacerda Fendrich

b) Secretaria Municipal de Saúde:  
Titular: Etiane Plozai Linzmeyer  
Suplente: Sandra dos Santos Schreiner

c) Secretaria Municipal de Educação:  
Titular: Miriam Maria Biaobock Sadowsky  
Suplente: Carla Andreia Schier

d) Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: Jaqueline Siedschlag  
Suplente: Andreza da Silva Andrade

e) Fundação Cultural:  
Titular: Vivian Pollum  
Suplente: Marla Huebl Kaiser

f) Fundação Municipal de Desporto:  
Titular: Luis Neri Pereira  
Suplente: Luis Antonio Bohomo

g) 24ª Gerência Regional de Educação:  
Titular: Cristiane Roberge  
Suplente: Cibeles Wanessa Tureck

h) Representante das Universidades:  
Titular: Cristiane Aparecida Silva Pilz  
Suplente: Katryn Soraya Kock Baptista Fragozo

#### V – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS:

a) Instituto de Desenvolvimento Integral – IDI:  
Titular: Lilia Ribeiro  
Suplente: Liandra Marlize Lopes Oliveira Nogueira

b) Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de São Bento do Sul – Gerando Amor:  
Titular: Jucelia Dreschler Zotz  
Suplente: Tatiane Andreza Katzer

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Bento do Sul – APAE:  
Titular: Maria Goreti Ciupka Ehlke  
Suplente: Marileia do Rocio Prestes Gonçalves

d) JCI São Bento do Sul:  
Titular: Marcia Gracietti  
Suplente: Fabíola Corrêa Baldo

e) Hospital e Maternidade Sagrada Família:  
Titular: Gustavo Henrique Pasqualini  
Suplente: Scheila Teixeira

f) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC:  
Titular: Alex Luiz Mariano  
Suplente: Suelin Barboza

g) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI:  
Titular: Denise Kátia Mallon  
Suplente: Joyce Cristhiane Zellner Fietz



h) Serviço Social do Comércio – SESC:  
Titular: Simone Lourdes Haselstron Barichello  
Suplente: Marcia Alice Lange

i) Serviço Social da Indústria – Sesi:  
Titular: Tatiane Schroeder Alves  
Suplente: Adriana Maria Wiatek

j) Instituto Federal Catarinense – IFC, Campus São Bento do Sul:  
Titular: Andressa Torinelli  
Suplente: Maria de Nasaré Moraes de Oliveira

#### VI – REPRESENTANTES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

a) Secretaria Municipal de Educação:  
Representante: Lucas Henrique Fleischmann

b) 24ª Gerência Regional de Educação:  
Representante: Eduardo Henrique Koscianski

#### VII – CONVIDADOS ESPECIAIS EM CARÁTER PERMANENTE, COM DIREITO A VOZ E VOTO:

a) Poder Judiciário:  
Titular: Tiago Iraton da Silva  
Suplente: Isabel Luiza Fuck Bittencourt

b) Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD:  
Titular: Cabo Irineu Woginiack junior  
Suplente: Cabo Danilo Reni Gonçalves

c) Corpo de Bombeiros Militar:  
Titular: Sub Tenente James Russel de Souza Lima  
Suplente: Sub Tenente Amarildo de Jesus

d) Ministério Público do Trabalho:  
Titular: Procurador Marcelo Martins Dal Pont

#### VIII – PROFISSIONAIS E ESPECIALISTAS:

a) Secretaria Municipal de Finanças  
Contadora Rosilane Zelia dos Santos

COORDENADOR: Andriago Carvalho  
RELATORA: Marcia Gracietti  
SECRETÁRIO: José Tadeu de Santana Júnior

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 19 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 1472/2016

DECRETO Nº 1472, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA O DECRETO Nº 970, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. O §1º, do art. 1º, do Decreto nº 970, de 16 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º Os descontos referidos no caput ficam limitados à 72 (setenta e duas) parcelas sucessivas.” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 1473/2016

DECRETO Nº 1473, DE 13 DE OUTUBRO 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação Ensino Fundamental

(155) 3.3.90.30.00.00.00 0158 - Material de Consumo .....  
R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(314) 3.3.90.30.00.00.00 0017 - Material de Consumo .....  
R\$ 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação Ensino Fundamental

(163) 3.3.90.39.00.00.00 0158 - Outros Serv. Terc. PJ .....  
R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(310) 3.1.90.11.00.00.00 0017 - Venc. Vant. Fixas - PC .....  
R\$ 20.000,00

(316) 3.3.90.30.00.00.00 0017 - Material de Consumo .....  
R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 13 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 003/2016 - COMDE**  
EDITAL COMDE Nº 03/2016

DIVULGAÇÃO FINAL DAS ENTIDADES CANDIDATAS QUE PARTICIPARÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL – COMDE

Art. 1º A Comissão Eleitoral do Fórum de eleição para a escolha dos representantes da sociedade civil, Entidades não governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bento do Sul, por não haver pedido de impugnação e com base no § 6º do Art. 5º do Edital COMDE Nº 01/2016, torna público a divulgação final das entidades candidatas que participarão do referido Fórum que segue, por ordem alfabética, sendo:

I – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;  
II – Fundação Pró Rim;  
III – Rotary Club de São Bento do Sul – Cidade dos Moveis.

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016

Eliane Padilha Miranda  
Vice-Presidente da Comissão Eleitoral

**PORTARIA Nº 12733/2016**

PORTARIA Nº 12733, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GLAUCIA CAROLINA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 16/11/2016 a 15/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12734/2016**

PORTARIA Nº 12734, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MAICON ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Música II, na Fundação Cultural, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/11/2016 a 30/11/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12735/2016**

PORTARIA Nº 12735, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MARCOS ANDRÉ ALCÂNTARA VIANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Nefrologista, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2007/2010.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 21/11/2016 a 20/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12736/2016**

PORTARIA Nº 12736, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSANE FIEDLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, na Secretaria Municipal de Administração, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 24/11/2016 a 23/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12737/2016**

PORTARIA Nº 12737, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANDRÉ EHRLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Clarinete, na Fundação Cultural, licença prêmio relativa ao triênio 2012/2015.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 18/11/2016 a 17/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12738/2016**

PORTARIA Nº 12738, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora RAQUEL FERNANDES RAMIRO,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recreação, na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença prêmio relativa ao triênio 2010/2013.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 13/11/2016 a 12/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12756/2016**

PORTARIA Nº 12756, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal JOSMAR RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 18/09/2013 a 21/09/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12757/2016**

PORTARIA Nº 12757, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Conclusão de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal SUZIELI LAMIN, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/10/2013 a 30/09/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12758/2016**

PORTARIA Nº 12758, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Assessor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
EXONERAR, a pedido, a partir de 10 de outubro de 2016, EDSON FRANKOWIAK, do cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12759/2016**

PORTARIA Nº 12759, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
EXONERAR, a partir de 10 de outubro de 2016, VALÉRIO NAZÁRIO, do cargo de Chefe de Setor de Desportos Individuais, na Fundação Municipal de Desporto.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12760/2016**

PORTARIA Nº 12760, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Assessor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:  
NOMEAR, a partir de 10 de outubro de 2016, MARCOS ROBERTO CORREIA, no cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12761/2016**

PORTARIA Nº 12761, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
EXONERAR, a partir de 10 de outubro de 2016, OSNI VIEIRA RAMOS, do cargo de Chefe de Setor de Limpeza Urbana, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12762/2016**

PORTARIA Nº 12762, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:  
NOMEAR, a partir de 10 de outubro de 2016, MARCELO LUIZ QUOST, no cargo de Chefe de Setor de Limpeza Urbana, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12763/2016**

PORTARIA Nº 12763, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 11 de outubro de 2016, IRINÉIA MARTINS, do cargo de Chefe de Divisão de Patrimônio, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12764/2016**

PORTARIA Nº 12764, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 11 de outubro de 2016, ERICO BORBA, do cargo de Chefe de Divisão de Obras Viárias, Pavimentação Comunitária e Projetos Especiais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12765/2016**

PORTARIA Nº 12765, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 11 de outubro de 2016, ORLANDO LUIZ DE LIMA, do cargo de Chefe de Divisão de Obras Cíveis, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12766/2016**

PORTARIA Nº 12766, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Assessor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 11 de outubro de 2016, ROSICLÉIA RATZKOB, do cargo de Assessor de Gabinete II, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12767/2016**

PORTARIA Nº 12767, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de agosto de 2016, JOSÉ DELFINO LEITE, ocupante do cargo efetivo de Bioquímico, Nível II, Grupo Ocupacional 05, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12768/2016**

PORTARIA Nº 12768, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas



atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 03 de setembro de 2016, MARILENE ZOMER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, Nível I, Grupo Ocupacional 01, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12769/2016**

PORTARIA Nº 12769, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 03 de setembro de 2016, JOSÉ ALVACIR PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Motorista II – em extinção, Nível I, Grupo Ocupacional 04, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12770/2016**

PORTARIA Nº 12770, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 03 de setembro de 2016, LUIZ CARLOS ADÃO, ocupante do cargo efetivo de Motorista II – em extinção, Nível I, Grupo Ocupacional 04, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12771/2016**

PORTARIA Nº 12771, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 05 de setembro de 2016, ALICE DROSCZAKA, ocupante do cargo efetivo de Contador, Nível I, Grupo Ocupacional 05, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 12772/2016**

PORTARIA Nº 12772, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 06 de setembro de 2016, SANDRA MARIA PSCHIEDT, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Nível III, Grupo Ocupacional 04, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12773/2016**

PORTARIA Nº 12773, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 08 de setembro de 2016, TAIS SPEZIA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Nível II, Grupo Ocupacional 05, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12774/2016**

PORTARIA Nº 12774, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 09 de setembro de 2016, MARLENE TANDLER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível I, Grupo Ocupacional 04, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12775/2016**

PORTARIA Nº 12775, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 15 de setembro de 2016, JOSÉ JURANDIR DA SILVA FELICIANO, ocupante do cargo efetivo de Pintor, Nível I, Grupo Ocupacional 02, com carga horária de 40 horas semanais,

na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12776/2016**

PORTARIA Nº 12776, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 16 de setembro de 2016, MARCEL ZANON, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Nível I, Grupo Ocupacional 07, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12777/2016**

PORTARIA Nº 12777, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 20 de setembro de 2016, JAIME ROPKE, ocupante do cargo efetivo de Soldador, Nível I, Grupo Ocupacional 02, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12778/2016**

PORTARIA Nº 12778, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 22 de setembro de 2016, SEDINEI PADILHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, Nível I, Grupo Ocupacional 01, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12779/2016**

PORTARIA Nº 12779, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 25 de setembro de 2016, JONAS RENATO KIESKI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível I, Grupo Ocupacional 04, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12780/2016**

PORTARIA Nº 12780, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 29 de setembro de 2016, MARA RUBIA DE OLIVEIRA GRUNER DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de

Assistente Administrativo, Nível I, Grupo Ocupacional 04, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12781/2016**

PORTARIA Nº 12781, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais nº 344/1998 e nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 30 de setembro de 2016, MARIA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO AZEDO, ocupante do cargo efetivo de Médico Ginecologista/Obstetra, Nível I, Grupo Ocupacional 08, com carga horária de 17,05 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12782/2016**

PORTARIA Nº 12782, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 945/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 10 de setembro de 2016, MARIA HELENE BECKER FERREIRA DO AMARAL SILVA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo - Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**PORTARIA Nº 12783/2016**

PORTARIA Nº 12783, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 945/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 18 de setembro de 2016, ROSELI D'APARECIDA ALVES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo - Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12784/2016**

PORTARIA Nº 12784, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 945/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

**RESOLVE:**

Promover, a partir de 29 de setembro de 2016, SIMONE WEISS DOS PASSOS, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 12785/2016**

PORTARIA Nº 12785, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a partir de 10 de outubro de 2016, DAGUEMA JOSEANE GLATZ, no cargo de Diretora do Departamento de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 026, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 026, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"Exonera Diretor de Gestão de Pessoal e Financeiro."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Exonerar o senhor TEODOMIRO KRZESINSKI do cargo de Diretor de Gestão de Pessoal e Financeiro, Símbolo CC-3 do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de outubro de 2016.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**PORTARIA Nº 027, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 027, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"Nomeia Diretor de Gestão de Pessoal e Financeiro."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear o Senhor Marco Rodrigo Redlich ao cargo de Diretor de Gestão de Pessoal e Financeiro, Símbolo CC-3, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de outubro de 2016.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**PORTARIA Nº 028, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 028, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"Concede Licença Prêmio a servidora Geanine Caetano de Almeida Martins."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (trinta) dias à servidora Geanine Caetano de Almeida Martins, ocupante do cargo de provimento efetivo de Controlador Interno, do Quadro de Pessoal

da Câmara Municipal de São Bento do Sul, no período de 17 de outubro a 15 de novembro de 2016, de acordo com o Artigo 98 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, referente ao período aquisitivo de 10/2013 a 10/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****PORTARIA IPRESBS Nº323/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 323/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/10/2016 a 05/01/2017, a servidora MELISSA DIAS DA COSTA DA CUNHA, ocupante o cargo de provimento efetivo de Médica Clínico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/09/2016 a 14/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº324/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 324/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/09/2016 a 19/11/2016, a servidora ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS RIBAS, ocupante o cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/09/2016 a 22/09/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/09/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº325/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 325/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/10/2016 a 19/11/2016, a servidora KELI REGINA CEZÁRIO ocupante o cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/09/2016 a 02/09/2016 e 21/09/2016 a 04/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº326/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 326/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 04/10/2016 a 30/10/2016, à servidora EUNICE JORGE GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento,

referente ao período 19/09/2016 a 03/10/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº327/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 327/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/10/2016 a 16/01/2017, concedido a servidora DINAIR DE FREITAS LISBOA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 148/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.  
Paulo Roberto Scheide  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº328/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 328/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/10/2016 a 20/11/2016, a servidora ERICA ZIPPERER, ocupante o cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/09/2016 a 05/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº329/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 329/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/10/2016 a 09/11/2016, a servidora PAULO RICARDO DA COSTA LOPES, ocupante o cargo de provimento efetivo de Médico Fisiatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/09/2016 a 10/10/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº330/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 330/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 05/10/2016 a 30/11/2016, concedido a servidora CRISTIANE MOURA ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº 245/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/10/2016.

São Bento do Sul, 06/10/2016.  
Paulo Roberto Scheide  
Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº331/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 331/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/09/2016 a 14/10/2016, a servidora MARCIA CRISTIANE GARAY FIGUEIREDO RODRIGUES, ocupante o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/09/2016 a 28/09/2016, competem ao

Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/09/2016.

São Bento do Sul, 07/10/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº332/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 332/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/09/2016 a 11/10/2016, concedido a servidora DANIELE VILMIZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 161/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/09/2016.

São Bento do Sul, 07/10/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº333/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 333/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/10/2016 a 03/11/2016, concedido a servidora ANA NELLY HANSCH ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 286/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2016.

São Bento do Sul, 07/10/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº334/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 334/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2016 a 31/01/2017, concedido a servidora

DANIELE NOGUEIRA GONÇALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 059/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2016.

São Bento do Sul, 07/10/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº335/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 335/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2016 a 30/11/2016, concedido a servidora IVANILDA GOSS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 048/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2016.

São Bento do Sul, 30/09/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº336/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº. 336/2016

NOMEIA COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 2º do art. 132-B da Lei nº. 1718/2006; e de conformidade com os Incisos I a IV do art. 132-B da Lei nº 1718/2006 e Resolução do Conselho Deliberativo do IPRESBS nº 001/2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a partir de 1º. de janeiro de 2016, os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, sendo:

I – Diretor Presidente, Sr. Paulo Roberto Scheide;

II – Diretor Financeiro, Sra. Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa;

III – Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Luciane Mary Koch Scatolon;

IV – Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Marco Rodrigo Redlich;

V – Membro indicado pelo Sindicato: Sra. Irene Galkowski.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º. de janeiro de 2016.

São Bento do Sul, 13/10/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 62/2014

Contrato Nº: 61/2016 – 2º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: DRJ Comunicação Ltda

Vigência: Início: 04/10/2016 - Término: 04/11/2017

Recursos: Dotação:

(114) – 3.3.90.33.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria.

Valores: R\$ 20.987,61 (Vinte mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Um Centavos) por Mês.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



# São Carlos

## PREFEITURA

### EXT TA CONT N.43-47-48/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº.: 043/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.: ARMANDO WATTE - ME  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR  
Valor ..... R\$2.762,10(dois mil setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos)  
prazo ..... : 31.12.2016  
PROCESSO 096/2015- PREGÃO PRESENCIAL.  
SAO CARLOS, 10 de outubro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº.: 047/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.: JOSE HOSS - ME  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR  
Valor ..... R\$15.246,00(quinze mil duzentos e quarenta e seis reais)  
prazo ..... : 31.12.2016  
PROCESSO 096/2015- PREGÃO PRESENCIAL  
SAO CARLOS, 10 de outubro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº.: 048/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.: SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA ME  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR  
Valor ..... R\$13.609,30(treze mil seiscentos e nove reais e trinta centavos)  
prazo ..... : 31.12.2016  
PROCESSO 096/2015- PREGÃO PRESENCIAL  
SAO CARLOS, 10 de outubro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### TERMO ATA DE REG DE PREÇOS N.57-58/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.: 058/2016  
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada.: GL COMERCIAL EIRELI ME  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS  
Valor ..... : R\$26.320,00(vinte e seis mil trezentos e vinte reais)  
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 69/2016  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS, 11 de outubro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.: 057/2016  
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada.: ABS PEÇAS E ACESSORIOS LTDA  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS  
Valor ..... : R\$1.160,00(um mil cento e sessenta reais)  
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 69/2016  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS, 11 de outubro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 2439 DE 13 10 16 NOMEIA ELIEZE COMACHIO NO CARGO DE CONSULTOR TÉCNICO

DECRETO Nº 2439, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Elieze Comachio, para exercer o cargo de Consultor Técnico, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.04, Nível CC-02, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

### PORTARIA Nº 009-2016 CONCEDE DE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 009/2016, DE 11.10.2016.

CONCEDE DE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC, e dá outras providências,

Resolve:

Art. 1º Conceder FÉRIAS a servidora da Câmara de Vereadores, conforme segue:

SERVIDORA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Nilva Maria Rovane Demarco	Contadora	26/03/2015 à 26/03/2016	10	13/10/2016 à 22/10/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 11 de outubro de 2016.

NEUDI JOSE BURATI

Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MILTON BERTOLDI

1º Secretário

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016

Partes: Município de São João do Oeste e RTP Consultoria e Eventos Ltda- Me

ORIGEM: Dispensa Nº 26/2016

OBJETO: "Contratação de empresa para ensinar a fazer chimarrão, dissertar sobre aspectos medicinais, dicas para o manejo e suas ligações com a cultura Gaúcha".

VALOR: R\$ 4.250,00

PRAZO: 13.10.2016 até 12.12.2016

São João do Oeste – 13 de Outubro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal



# São João do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2016

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do contrato original tem por objetivo a aquisição de filtros e óleos lubrificantes, para os veículos da frota municipal distribuídos em diversos centros de custo, que serão entregues de forma parcelada de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: VALENTIM CHAVES MAGNUS EPP

VALOR: R\$ 7.328,00 – Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:	0501	–	12.361.0128.2036
– 3.3.90.30.01.00.00.00.0101;	0501	–	12.361.0128.2029
– 3.3.90.30.39.00.00.00.0101;	0301	–	04.122.0123.2004
– 3.3.90.30.01.00.00.00.0080;	0902	–	26.782.0135.2051
– 3.3.90.30.39.00.00.00.0080;	0902	–	26.782.0135.2051
– 3.3.90.30.39.00.00.00.0080;	0902	–	17.512.0135.2058
– 3.3.90.30.01.00.00.00.0080;	0802	–	08.243.0126.2019
– 3.3.90.30.01.00.00.00.0080;	1001	–	20.606.0133.2046
– 3.3.90.30.39.00.00.00.0080;	1001	–	20.606.0133.2046
– 3.3.90.30.01.00.00.00.0080.			

São João do Sul, 05 de Outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, NUM TOTAL DE 20 SEGURANÇAS PARA OS DIAS 09/10, 16/10 E 23/10 PARA O CAMPEONATO TAÇA NÉSIO PEREIRA DE SOUZA 2016. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANDERSON PADILHA SCHARDOSIM - ME

VIGÊNCIA: 07/10/2016 à 30/11/2016.

VALOR: R\$ 2.980,00 – Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	0601	–	27.812.0130.2041	–
3.3.90.39.99.00.00.00.0080.				

São João do Sul, 07 de Outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2016

OBJETO: alteração qualitativa e quantitativa referente a Pavimentação asfáltica na Rua Jaime Grundler, de acordo com o lote 01, Item 01, do contrato original.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

VALOR: O lote 01, item 01, referente a pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem, obras de arte corrente e sinalização da Rua Jaime Grundler - 713,16 m largura 8,00 m (estaca 00 até 35+13,158), terá uma supressão no valor de R\$ 29.640,00 e de adição de R\$ 66.151,63, totalizando um acréscimo no item de R\$ 36.511,63 (trinta e seis mil, quinhentos e onze reais e sessenta e três centavos), passando o valor do item de R\$ 666.970,01 para R\$ 703.481,64 Sendo que o valor total do contrato passará de R\$ 1.174.578,47 para R\$ 1.211.090,10 (Um milhão, duzentos e onze mil, noventa reais e dez centavos).

São João do Sul, 13 de Outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

### REGISTRO DE PREÇOS 11/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016

REGISTRO DE PREÇOS 11/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS (ÔNIBUS) DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC E DA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 140 B DA REDE VIÁRIA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul

CONTRATADA: CARMINATTI PEÇAS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 143.720,01

Processo Licitatório nº. 048/2016 – Pregão Presencial nº 22/2016 de 09/09/2016

São João do SUL, 21 de Setembro de 2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016 – PE 097/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016 – PE 097/2016 – Processo 355/2016 – Proc. Adm. 18042/2016 – Fornecedores: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP e SOCI-MAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS (COM SELO DO INMETRO) PARA VEÍCULOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE, CAMINHÕES E MÁQUINAS, PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO INSTALAÇÃO. Valor da ATA: R\$ 233.408,60 (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e oito reais e sessenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de setembro de 2016. Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.

### PREGÃO PRESENCIAL 008/2016 – PROCESSO Nº 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 008/2016 – Processo nº 046/2016 – Proc. Adm. 3379/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR VÍDEO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, NAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 26/10/2016 às 13h45min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/10/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### TERMO ADITIVO/TA Nº 284/2013-05 – CC 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 284/2013-05 – CC 003/2013 - Processo 205/2013 – Proc. Adm. 21006/2016 – Contratado: MAURICIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP. Objeto: ATENDIMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DAS RECLAMAÇÕES EMERGENCIAIS ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. DA PRORROGAÇÃO: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 284/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 15/10/2016. DO VALOR: O valor do contrato não sofrerá reajuste, permanecendo em R\$ 692.988,02 (seiscentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e dois centavos), conforme Deliberação nº 737/2016 do Grupo Gestor de Governo. Data da assinatura: 09 de setembro de 2016.

### TERMO ADITIVO/TA Nº 285/2013-05 – CC 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 285/2013-05 – CC 003/2013 - Processo 205/2013 – Proc. Adm. 20887/2016 – Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: ATENDIMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DAS RECLAMAÇÕES EMERGENCIAIS ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 285/2013 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 15/10/2016. Data da assinatura: 01 de setembro de 2016.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 06/2016 – Credenciamento nº 03/2016

Objeto: CREDENCIAMENTO para contratação de empresas de radiodifusão, para divulgação e acompanhamento das sessões plenárias, bem como, publicação de notas, avisos, editais e outros instrumentos convocatórios e/ou de interesse público.

Recebimento do Credenciamento: das 07h do dia 14/10/2016 às 13h do dia 19/10/2016.

Edital e seus anexos: Encontram-se à disposição dos interessados no horário das 07h às 13h de segunda a sexta-feira na Câmara Municipal de Vereadores, ou ainda disponível no endereço: <http://sjcedro.sc.gov.br/>

Informações pelo telefone: 49 3643-0348

São José do Cedro. 13 de Outubro de 2016

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO

Presidente

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.01.0001	51 Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0001	49 Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.492, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.492, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.01.0001	38 Aplicação Direta	R\$ 40.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.055.3.3.90.00.00.00.00.01.0001	36 Aplicação Direta	R\$ 40.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016 - ICSL.

Origem: inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DENOMINADO "BATORE - SIMPLES ASSIM", COM O ATOR IVANILDO GOMES NOGUEIRA, CONHECIDO PELOS PERSONAGENS DE: "CAMERA LENTA" NO PROGRAMA "VIVA A NOITE", "BATORÉ" NO PROGRAMA "A PRAÇA É NOSSA" E COMO "DELEGADO QUEIROZ" NA NOVELA "VELHO CHICO", A SER REALIZADO NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2016, NO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, ANEXO AO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Pagamento: O pagamento será realizado através de cheque nominal, após o evento, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 2/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural São Lourenço.

Data de Assinatura: 07/10/2016.

Vigência: de 07/10/2016 a 31/10/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.744/2016 -NOMEAR OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO A COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº 8.744/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da sua competência que lhe confere o inciso VII atribuições legais e amparada pelo artigo 72, da Lei Orgânica, conforme o artigo 6º incisos 1º e 2º e no artigo 7º incisos 1º, 2º e 3º, da Lei n. 7.148 de 23 de junho de 2015,

Resolve:

Art. 1º - Nomear os membros que constituirão a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Maria Bernadete Mustifaga

Suplente: Olema Teresa Trevisol

II – Representante da Comissão de Educação, Justiça e Redação da Câmara de Vereadores:

Titular: Izanir Zandoná

Suplente: Tiarajú Goldschimit

III – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Janes Terezinha Cerezer Kohnlein

Suplente: Kassiane Agostini

IV - Representante do Fórum Municipal de Educação:

Titular: Marli Ferreira Wandscheer

Suplente: Beatriz Naue

Art. 2º - Cabe à Comissão Coordenadora constuída realizar o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º- Fica a Secretaria Municipal de Educação obrigada a atender e apoiar a condução da respectiva Comissão Coordenadora.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ILIONE VANDA DE OLIVEIRA PEDROZO

Secretária de Educação

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### **EXT. CONTRATO 60.2016 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 60/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL DESTINADOS AOS PACIENTES DO AMBULATÓRIO DE DST/HIV/AIDS, SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, PACIENTES E SERVIDORES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HS, E TAMBÉM DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL.

VALOR: R\$ 3.293,00

CONTRATADO: MARCIA CASTRO SPENASSATTO - ME

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: MARCIA CASTRO SPENASSATTO

São Miguel do Oeste, SC., 28 de setembro de 2016

### **EXT. CONTRATO 61.2016 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 61/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016

CREDENCIAMENTO Nº 06/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL DESTINADOS AOS CREDENCIAMENTO DE ATENDIMENTO MEDICO NAS AREAS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, OFTALMOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA, ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL.

VALOR: R\$ 10.000,00

CONTRATADO: INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA SÃO MIGUEL LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

São Miguel do Oeste, SC., 28 de setembro de 2016

### **EXT. CONTRATO 62.2016 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 62/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 08/ 2016

CREDENCIAMENTO Nº 05/ 2016

OBJETO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, objetivando O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ATRAVÉS DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA DOMICILIAR E

AMBULATORIAL DESTINADAS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RECURSOS DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O EDITAL.

VALOR: R\$ 105.400,00

CONTRATADO: RV FISIO& ERGO LTDA ME

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: RAQUEL KRAEMER SABADIN São Miguel do Oeste, SC., 28 de setembro de 2016

#### **EXT. CONTRATO 63.2016 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 63/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2016

CREDENCIAMENTO Nº 07/2016

OBJETO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, objetivando o CREDENCIAMENTO DE EXAMES RADIOLOGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIAS, ULTRASSONOGRAFIA, EXAMES DE IMAGEM – MAMOGRAFIAS, DENSITOMETRIA OSSEA, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RECURSOS DO MUNICÍPIO DESTINADOS AOS PACIENTES DE NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 102.098,14

CONTRATADO: CLÍNICA RADIOLOGICA SÃO MIGUEL LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: HERMES FONTOURA DE GODOY JUNIOR

São Miguel do Oeste, SC., 28 de setembro de 2016

#### **EXT. CONTRATO 64.2016 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 64/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2016

CREDENCIAMENTO Nº 07/2016

OBJETO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, objetivando o CREDENCIAMENTO DE EXAMES RADIOLOGICOS, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIAS, ULTRASSONOGRAFIA, EXAMES DE IMAGEM – MAMOGRAFIAS, DENSITOMETRIA OSSEA, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RECURSOS DO MUNICÍPIO DESTINADOS AOS PACIENTES DE NOSSO MUNICÍPIO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 225.841,96

CONTRATADO: CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM DO SUL

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: SILVANO DE PARIZ

São Miguel do Oeste, SC., 05 de outubro de 2016



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 154/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO n.º 154/2016

ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de funcionamento das 07:00 as 13:00 horas, nas Repartições Públicas Municipais, a partir de 17/10/2016 até o dia 19/02/2017.

Art. 2º - Excetua-se deste horário os serviços essenciais (Unidades Básicas de Saúde, Escolas e Centros de Educação Infantil).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº01/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTOS LTDA - ME.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ nº 24.868.567/0001-42 neste ato representado por seu Presidente, Vereador Roberto Enning e de outro lado INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ nº 15.653.345/0001-11, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 110, Fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

0.1 Este contrato tem como objetivo a contratação de empresa especializada para configuração e auxílio no envio de informações ao E-S-finge ao TCE/SC, configuração e auxílio nas atividades de planejamento PPA, LDO, LOA, contabilidade, SICONFI, LRF, compras e folha de pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1 A CÂMARA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de total de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1 O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1 O prazo de vigência deste contrato será de 25/07/2016 à 28/11/2016.

4.2 Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1 Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da CÂMARA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1 As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2 Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas CÂMARA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 21 de julho de 2016.

ROBERTO ENNING Presidente da Câmara de Vereadores	INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA Contratado
--	--

**CONTRATO Nº02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro—CEP: 88125-000—Fone:48-32770122—R. 217

www.camaraspa.sc.gov.br – camara@camaraspa.sc.gov.br

**CONTRATO nº 002/2016**

Contrato que entre si celebram de um lado CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.868.567/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente, VEREADOR ROBERTO ENNING, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sra. Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Dispensa de Licitação 01/2016, homologado em 04 de agosto de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente contrato a Locação dos sistemas de informática para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara.

a) Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados a manutenção legal e corretiva durante o período contratual por meio digital e, excepcionalmente, in loco.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá duração de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1	02	Mês	Contabilidade Pública	01	320,00	640,00	
2	02	Mês	Folha	01	295,00	590,00	
3	02	Mês	Transparência Fly	ilimitados	220,00	440,00	
VALOR TOTAL R\$ 1.670,00							

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico, quando solicitado:



ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	10	Hora	Serviços Técnicos após a implantação dos aplicativos, quando solicitado	81,30	813,00
2	300	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,81	243,00
3	05	Diária	Alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	135,51	677,55
VALOR TOTAL R\$ 1.733,55					

b.1) O preço para serviços técnicos, conforme quadro acima, é de R\$ 81,30 (oitenta e um reais e trinta centavos) a hora, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$0,81 (oitenta e um centavos) por quilômetro, bem como de R\$ 135,51 (cento e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos) ao dia referente à hospedagem e alimentação do técnico, quando exigida sua presença.

b.2) A estimativa até a vigência contratual dos serviços técnicos é de 10 (dez) horas, para o deslocamento é de 300km e para a Diária referente a hospedagem e alimentação é de 05 (cinco) unidades.

c) O valor total do presente instrumento é R\$ 3.403,55 (três mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

g) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

h) Para os serviços de suporte técnico presencial, somente será computado o valor mediante solicitação da CONTRATANTE, obedecendo o limite estimado neste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.01.2001.3.3.90.39.11.00.001.00.0000. (2)

#### CLÁUSULA QUINTA: RESPONSABILIDADE DAS PARTES

##### 5.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado;
- Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.
- Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas no(s) sistema(s).
- Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) sistema(s).
- Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) sistema(s) licenciado(s), incluindo:
  - Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) sistema (s).
  - Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
  - Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

##### 5.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Prestar a execução do contrato na forma ajustada;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) sistema (s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

6.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

6.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

6.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

**CLÁUSULA SÉTIMA – RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO**

7.1- A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer a base de dados única e exclusivamente no formato TXT, quando eventualmente requisitada.

**CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1- Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2- O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

**CLÁUSULA NONA: TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

9.1- A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA: TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

10.1- A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CASOS OMISSOS**

11.1- Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Presidente da Câmara em fundamento da conveniência pública.

12.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

12.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

12.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

12.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

12.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

12.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

12.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

12.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Presidente da Câmara e exaradas em regular processo administrativo.

12.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

12.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

12.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

12.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

12.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

12.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Presidente da Câmara, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

12.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

12.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

12.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 12.1.4.1 à 12.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

12.1.5 – Também incidirá na rescisão contratual o cumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso, do art. 27, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:**

13.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

14.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 001/2016

14.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara, 05 de agosto de 2016.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
ROBERTO ENNING  
PRESIDENTE

BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67

**CONTRATO Nº03/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro-CEP: 88125-000-Fone:48-32770122-R. 217

www.camaraspa.sc.gov.br – camara@camaraspa.sc.gov.br

**CONTRATO nº 003/2016**

Contrato que entre si celebram de um lado CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.868.567/0001-42, neste ato representado pelo seu Presidente, VEREADOR ROBERTO ENNING, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sra. Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Dispensa de Licitação 01/2016, homologado em 04 de agosto de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente contrato a Locação dos sistemas de informática para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara.

a) Também faz parte do objeto a prestação dos serviços especializados a manutenção legal e corretiva durante o período contratual por meio digital e, excepcionalmente, in loco.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá duração de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1	01	Mês	Contabilidade Pública	01	320,00	320,00	
2	01	Mês	Folha	01	295,00	295,00	
3	01	Mês	Transparência Fly	ilimitados	220,00	220,00	
VALOR TOTAL R\$							
835,00							

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico, quando solicitado:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	05	Hora	Serviços Técnicos após a implantação dos aplicativos, quando solicitado	81,30	406,00
2	150	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,81	121,50
3	03	Diária	Alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	135,51	406,53
VALOR TOTAL R\$ 934,03					

b.1) O preço para serviços técnicos, conforme quadro acima, é de R\$ 81,30 (oitenta e um reais e trinta centavos) a hora, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$0,81 (oitenta e um centavos) por quilômetro, bem como de R\$ 135,51 (cento e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos) ao dia referente à hospedagem e alimentação do técnico, quando exigida sua presença.

b.2) A estimativa até a vigência contratual dos serviços técnicos é de 05 (cinco) horas, para o deslocamento é de 150km e para a Diária referente a hospedagem e alimentação é de 03 (três) unidades.

c) O valor total do presente instrumento é R\$ 1.769,03 (mil setecentos e sessenta e nove reais e três centavos).

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

g) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

h) Para os serviços de suporte técnico presencial, somente será computado o valor mediante solicitação da CONTRATANTE, obedecendo o limite estimado neste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.01.2001.3.3.90.39.11.00.001.00.0000. (2)

#### CLÁUSULA QUINTA: RESPONSABILIDADE DAS PARTES

##### 5.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado;
- Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.
- Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico e alterações específicas solicitadas no(s) sistema(s).
- Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) sistema(s).
- Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) sistema(s) licenciado(s), incluindo:
  - Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) sistema (s).
  - Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
  - Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

##### 5.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Prestar a execução do contrato na forma ajustada;
- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes dos serviços de execução do presente contrato;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) sistema (s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

6.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

6.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

6.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

**CLÁUSULA SÉTIMA – RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO**

7.1- A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer a base de dados única e exclusivamente no formato TXT, quando eventualmente requisitada.

**CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1- Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2- O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

**CLÁUSULA NONA: TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

9.1- A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA: TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

10.1- A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CASOS OMISSOS**

11.1- Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Presidente da Câmara em fundamento da conveniência pública.

12.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

12.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

12.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

12.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

12.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.

12.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

12.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

12.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Presidente da Câmara e exaradas em regular processo administrativo.

12.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

12.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

12.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:

12.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

12.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.

12.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Presidente da Câmara, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.

12.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

12.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

12.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 12.1.4.1 à 12.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

12.1.5 – Também incidirá na rescisão contratual o cumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso, do art. 27, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:**

13.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

14.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 001/2016

14.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara, 30 de setembro de 2016.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ROBERTO ENNING

PRESIDENTE

BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67

**PORTARIA Nº01/2016**

PORTARIA N.º 01/2016

“Delega Poderes para a movimentação financeira da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara.”

ROBERTO ENNING, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, caput e art. 20, II, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Para as movimentações bancárias referentes à Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, ficam delegados poderes ao Presidente e ao Vice-Presidente para:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACÕES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Pedro de Alcântara, 27 de junho de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

**PORTARIA Nº02/2016**

PORTARIA N.º 02/2016

“Nomeia SAULO FLORIANO SCHMITT para o cargo em comissão de Assessor Legislativo Auxiliar na Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara.”

ROBERTO ENNING, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições legais e em conformidade com que lhe confere o art. 19, inciso III, “a”, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SAULO FLORIANO SCHMITT para o cargo em Comissão de Assessor Legislativo Auxiliar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de maio de 2016.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 27 de junho de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

**PORTARIA Nº03/2016**

PORTARIA N.º 03/2016

“Nomeia Comissão Especial para a supervisão e o acompanhamento do Processo Seletivo para contratação temporária de Contador da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara.”

ROBERTO ENNING, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, caput e art. 20, II, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado n.º001/2016 destinado à seleção de candidato para o provimento em caráter temporário do cargo de contador da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

I- ANDRÉ MACHADO COELHO

II - FRANCINE LAURENTINO

III -CLEONICE PRIM

Art. 2º Fica a Comissão, desde logo, autorizada a estabelecer as condições com vistas à realização do mesmo, bem como, adotar todas as providências necessárias à realização do Processo Seletivo Simplificado n.º01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e será extinta após a homologação do Processo Seletivo.

São Pedro de Alcântara, 08 de julho de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

**PORTARIA Nº04/2016**

PORTARIA N.º 04/2016

“Homologa o resultado do Processo Seletivo para contratação temporária de Contador da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara. ”

ROBERTO ENNING, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, caput e art. 20, II, do Regimento Interno, CONSIDERANDO:

I- A Instrução Normativa de n.º20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, determinando que as contas das Câmaras Municipais sejam tratadas de forma autônoma;

II- A alteração promovida no sistema e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que impossibilitou qualquer empenho em nome da Câmara Municipal dentro do orçamento do Executivo Municipal;

III- Que tal situação inviabilizou todos os pagamentos efetuados pela Câmara Municipal, incluindo os proventos dos servidores e Vereadores;

IV- Que para a normalização da situação, além da adaptação administrativa é necessário serviço contábil próprio;

V- Que a função de contador, conforme descrito nos Prejulgados n.º 1277 e 1939 do TCE/SC, tem caráter personalíssimo e continuado;

VI- Que a Contadora do Município não pode cumular as funções de contabilidade, ainda que em caráter temporário;

VII- Que não há na estrutura do Município servidor habilitado em contabilidade disponível para exercer a função;

VIII- Que a urgência impede, por hora, a realização e tramitação de um concurso público para provimento do cargo em caráter efetivo;

IX- Que a contratação temporária foi autorizada através da Resolução n.º01/2016;

X- Que a não contratação implicará na paralização das atividades da Câmara Municipal, afetando diretamente a população assim como

servidores e Vereadores;

XI- Que o Artigo 73, inciso V, alínea "d" da Lei n.º 9.5404/1997 admite a contratação em caráter excepcional, visando a instalação e funcionamento de serviços públicos;

XII- Que, pelas considerações expostas, a contratação tem caráter urgente e excepcional;

#### RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º001/2016, autorizando a contratação, em caráter temporário, do senhor(a) WALCIONE DIAS GOES para a função de contador da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º A contratação se dará nos termos dos artigos 209, inciso IX, 210 e 211 da Lei Complementar n.º 05/1997 e as atribuições são aquelas determinadas pela Lei Complementar n.º 115/2016, para o cargo de contador.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de julho de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

### PORTARIA Nº05/2016

PORTARIA N.º 05/2016

"Admite em caráter temporário WALCIONE DIAS GOES para o cargo de contador da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara."

ROBERTO ENNING, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições legais e em conformidade com que lhe confere o art. 19, inciso III, "a", do Regimento Interno, Art. Em conformidade com o artigo 209, da Lei Complementar n.º 005/97 e Lei Complementar n.º 115/2016 RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, WALCIONE DIAS GOES, para o cargo e Contador da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, contrato de trabalho n.º 001/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de julho de 2016.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 01 de agosto de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

### TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Marciano Roberto Petry. Filho de José Aloisio Petry e Ivone Luzia Schmitt Petry. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Moacir José Schell, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 05 de setembro de 2016.

Roberto Enning

Marcos Rodrigo Reitz

Presidente da Câmara

Primeiro Secretário

Marciano Roberto Petry

Empossado

### TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Luciano José Kretzer. Filho de Apolinário Kretzer e Josefina Schmitt Kretzer. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Valdino Kuhn, tendo em vista a Perda de Mandato Eletivo. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.



São Pedro de Alcântara, 10 de outubro de 2016.

Roberto Enning  
Presidente da Câmara

Marcos Rodrigo Reitz  
Primeiro Secretário

Luciano José Kretzer  
Empossado

### TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Rosângela Lourena dos Santos. Filha de Nereu Camilo dos Santos e Lourena Luci dos Santos. Vereadora eleita no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular João Aloísio Zimmermann, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 03 de outubro de 2016.

Roberto Enning  
Presidente da Câmara

Marcos Rodrigo Reitz  
Primeiro Secretário

Rosângela Lourena dos Santos  
Empossada

### TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Antônio José Albino. Filho de José Manoel Albino e Maria Martinha de Souza Albino. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular João Aloísio Zimmermann, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reitz, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 15 de agosto de 2016.

Roberto Enning  
Presidente da Câmara

Marcos Rodrigo Reitz  
Primeiro Secretário

Antônio José Albino  
Empossado

### TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE do Sr. SAULO FLORIANO SCHMITT para o cargo em Comissão Assessor Legislativo Auxiliar.

Aos vinte sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores ROBERTO ENNING no Gabinete da Presidência, compareceu o Sr. SAULO FLORIANO SCHMITT, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Assessor Legislativo Auxiliar, indicado pelo Exmo. Senhor Presidente. Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos."

O empossado exerce as funções do cargo para o qual foi nomeado desde o início do ano corrente (2016) e, em virtude da transição orçamentária vivenciada pela Câmara de Vereadores, preenche a formalidade necessária neste ato.

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Presidente da Câmara e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 27 de junho de 2016.

ROBERTO ENNING  
Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara

SAULO FLORIANO SCHMITT  
Empossado

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2016-PMS

PROCESSO Nº. 179/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabeamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos da rede física e infraestrutura para atender as necessidades das Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de novembro de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 08 de novembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 14 de outubro 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 3.910/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 3.910/2016 de 11 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº 3.911/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 3.911/2016 de 11 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.240/2016 de 10 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 300,00

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 250,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 300,00

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 250,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 113/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 113/2016-PMS

Tomada de Preços nº. 13/2016-PMS - Processo nº. 159/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para construção da nova sede do PROCON, com área total de 150,67m² a ser implantada na Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório. Valor do contrato: R\$ 249.904,29 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e quatro reais e vinte e nove centavos)

Data da Assinatura: 13/10/2016 – Vigência: 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6.704/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.704/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Viviane Maria Rodrigues, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF  
Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.705/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.705/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Ademir José Pereira em 01 de setembro de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.798/2016, de 23 de junho de 2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. David Alves, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2016-PMS**  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2016-PMS**

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2016-PMS, PROCESSO Nº. 159/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para construção da nova sede do PROCON, com área total de 150,67m<sup>2</sup> a ser implantada na Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório. Vencedor: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtker, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 249.904,29 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e quatro reais e vinte e nove centavos)

Data da Assinatura: 13/10/2016 – Vigência: 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1129

DECRETO Nº 1129, de 11 de outubro de 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 70.000,00.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 108 da Lei Orgânica do Município e autorizada pela Lei nº 1883, de 11 de outubro de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1035 – Equipamentos e Materiais Permanentes para Expansão da

Assistência de Média e Alta Complexidade

Modalidade: 4 - 44900000000000.0.1.0003 – Aplicações Diretas 70.000,00

TOTAL ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 1059 – Aquisição de Bens de Capital Conv. Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 3 - 45900000000000.0.1.0000 – Aplicações Diretas 20.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 2080 – Ações de Conservação do Patrimônio Público Geral

Modalidade: 30 - 44900000000000.0.1.0000 – Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 70.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 11 de outubro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de outubro de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

### DECRETO Nº 1130

DECRETO Nº 1130, de 11 de outubro de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 149.990,20.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1844, de 18 de novembro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1798 de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1.035 Equipamentos Material Permanente para Expansão da Assistência de Média e Alta Complexidade

Modalidade: 61 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0805 Aplicação Direta ..... R\$ 99.992,00

Modalidade: 62 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0806 Aplicação Direta ..... R\$ 49.998,20

TOTAL ..... R\$ 149.990,20

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta do provável excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: 0.1.0805 – ADR/Seara Conv.2016 (TR)001733 .....R\$ 99.992,00

0.1.0806 – ADR/Seara Conv.2016 (TR)001783 .....R\$ 49.998,20

TOTAL GERAL .....R\$ 149.990,20

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 11 de outubro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 11 de outubro de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 23-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 23/2016				ANEXO I DECRETO 39/2009			
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS							
LACI GRIGOLO, Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:							
Período/Data da Liberação dos Recursos:					03 a 07 de Outubro de 2016		
ATO LEGAL		CONCEDENTE				VALOR LIBERADO	
		TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				178.209,07	
Programa		• Atenção Básica - PAB Fixo				34.010,00	
Programa		• SUS - Estado					
Programa		• Saúde da Família - PSF				26.260,00	
Programa		• Saúde da Família - NASF				20.000,00	
Programa		• Agentes Comunitários de Saúde - PACs				43.602,00	
Programa		• Epidimiologia e Controle de Doenças					
Programa		• Farmácia Básica - União				7.576,48	
Programa		• Farmácia Básica - Estado					
Programa		• Saúde Bucal				11.150,00	
Programa		• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp					
Programa		• Incentivo Hospitalar - SUS Estado					
Programa		• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ					
Programa		• PMAQ - Atenção Basica					
Programa		• SAMU - União				21.919,00	
Programa		• Media e Alta Complexidade - Mamografia				-	
Programa		• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS				4.435,72	
Programa		Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente					
Programa		• MAC - AMB Hospitalar - FAEC					
Programa		• SUS - Estado Co - Financiamento					
Programa		• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)					
Programa		• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)					
Programa		• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização				-	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA					
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Inventivo Hospitalar					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento					
Programa		• Atenção Básica - Saúde da Família				-	
Programa		• CAPS - Centro de Atenção psicossocial					
Programa		• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)				-	
Programa		• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único				9.255,87	
Programa		• Assistencia Financeira Complementar ACE - 95%					
Programa		• Forta. Das Politicas Afetivas da Estrat. ACE - 5%					
Programa		• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude				-	
Programa		Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)					



Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	-
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBF	-
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Invetimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	-
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	-
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FMAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	-
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	-
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	
Programa	• Alimentação Escolar Creche	-
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	-
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industri	
Convenio	• SDR - Seara - (TR) 241/2016 EFAICS	-
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		178.209,07
Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.		
Seara-SC,	em 13 de Outubro 2016	
Laci Grigolo		
Prefeita Municipal		



Adriana Cê Verza								
Consultora Controle Interno								
	Registra-se e Publica-se,							
	Em, 13 de Outubro de 2016							
	Claudiomar Garghetti							
	Secretário Adjunto							

**PORTARIAS 526/2016 E 528/2016**

Portaria nº. 526/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Demitir a pedido, Claudiomir Sartori, contratado em caráter temporário, para exercer a função de Operador de Máquinas Pesadas, Anexo I – Grupo C - Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 13 de outubro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 13 de outubro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de outubro de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 527/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,

Prorrogar, o prazo de vigência da Portaria nº. 430/2015, que contrata Luiz Rene Peixoto Batista, em caráter temporário, para exercer a função de Médico – 20h, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 286, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 027/2008, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 15 de outubro de 2016 a 14 de outubro de 2017, na função de Médico Avaliador e Autorizador de AIHs - Autorização de Internação Hospitalar.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 13 de outubro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de outubro de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 528/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 137 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

Convocar, Guilherme Bedin - matrícula 189101, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente, com férias registradas para o período de 03 a 22 de outubro de 2016, conforme Portaria nº. 510/2016, para retornar ao trabalho a partir de 13 de outubro de 2016, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de outubro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de outubro de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS Nº 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 046/2016

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS, COM A CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DE 70M².

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de Novembro de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01 de Novembro de 2016.

O Edital e seus anexos se encontram disponíveis no site da Prefeitura [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 14 de outubro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### PORTARIA 036/2016

PORTARIA Nº 036, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal TIAGO MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 22.04.2015 a 21.04.2016, a serem gozadas no período de 06.07.2015 a 20.07.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

13 de outubro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

#### REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

### PORTARIA 037/2016

PORTARIA Nº 037, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal PAULO CESAR HUBNER, ocupante do cargo de Contador Geral, com lotação na Secretaria de Administração e Fazenda, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2014 a 13.10.2015, a serem gozadas no período de 14.10.2016 a 23.10.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

14 de outubro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

#### REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

**PORTARIA 038/2016**

PORTARIA Nº 038, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal LORENI MARTINS, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR DEP. RECURSOS HUMANOS, com lotação na Secretaria de Administração de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2015 a 31.01.2016, a serem gozadas no período de 14.10.2016 a 23.10.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

14 de outubro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 036-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 036/2016.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2016.  
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para aquisição: DE MOBILIÁRIO GERAL E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 27/10/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 13 de Outubro de 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 201/2016

PORTARIA Nº. 201/2016.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A DIRETORA GERAL DE ESCOLA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.  
RESOLVE:  
Art.1º. Conceder a Diretora Geral de Escola Sra. IARA GOHLKE, adiantamento do equivalente a 02 (duas) diárias, no valor R\$ 438,00 cada, totalizando o valor de R\$ 876,00 (Oitocentos e setenta e seis reais), para sua viagem à São Carlos/SC, no período de 24 a 25 de Outubro de 2016, COM OBJETIVOS PARTICIPAR DA FORMAÇÃO PARA ORIENTADORES DE ESTUDOS LOCAIS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de outubro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

### PORTARIA 202/2016

PORTARIA Nº. 202/2016.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.  
RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Secretária Municipal de Educação Sra. VERA LUCIA BACZINSKI, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor de R\$ 428,25 (quatrocentos vinte e oito reais e vinte cinco centavos), para sua viagem à São Carlos/SC, no período de 26 a 27 de Outubro de 2016, COM OBJETIVOS PARTICIPAR DA FORMAÇÃO PARA COORDENADORES REGIONAIS, ESTADUAIS E LOCAIS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de outubro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **DECRETO 180/2016; ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.**

DECRETO Nº. 180, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento 2016 do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

39 – 3.3.50.00.00.00.00.00.0362

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

40 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0362

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), na dotação que abaixo especifica:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

39 – 3.3.50.00.00.00.00.00.0362 – Aplicações diretas .....  
..... R\$ 60.000,00

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

40 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0362 – Aplicações diretas .....  
..... R\$ 82.000,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior é decorrente do Provável Excesso de Arrecadação na Conta Corrente, 624.026-7, Caixa Econômica Federal, Agência 1084-7 e fonte de recursos 362/Fundo Municipal da Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 13 de Outubro de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO 181/2016; DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO**

DECRETO Nº. 181, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida á pedido, Debora Cristina de Araujo, Matrícula nº 3026, do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 13 de Outubro de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI 1814; DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.814, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Timbé do Sul, para o exercício financeiro de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a estrutura e organização dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro, de outorga onerosa e de amortização de empréstimos;

XII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º - Os programas identificarão as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único: O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição

Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

Art. 7º. A Lei do Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 8º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2014 e 2015, previsão para 2016 e estimativa para 2017, com justificativa da estimativa, acompanhado de metodologia e memória de cálculo, quando for o caso.

### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos e autarquia.

Art. 10. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 12. O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º. Constituem outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do Anexo III.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 14. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração dos recursos de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.



Art. 15. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2017 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de regulamentação em lei específica.

§ 1º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º - Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014 (Lei das Parcerias Voluntárias).

§ 3º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 18 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 17. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 18. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 19. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 20. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 21. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 consolidada.

Art. 22. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 23. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Parágrafo Único: A inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, por conta do superávit financeiro do exercício anterior ou por conta do excesso de arrecadação, não caracterizará alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial.

Art. 24. Para efeito de aplicação desta lei, fica definido que a categoria de programação de que trata o Inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, é em nível de projeto ou atividade constante no Anexo II da presente lei.

Art. 25- O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão orientados para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a

priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo apurar e acompanhar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 26- Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, para o 1º trimestre; setembro, para o 2º trimestre e fevereiro do exercício subsequente, para o 3º trimestre, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter estimativa de receita e fixação de despesas por conta da contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Parágrafo Único: A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites, as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 29. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 31 – A verificação dos limites das despesas com pessoal e outros limites previstos em lei, serão apurados ao final de cada semestre, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo,



nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2016, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os eventos fiscais imprevistos.

Art. 36. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 37. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 38. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos

quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 39. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 40 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e gestão, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade.

Art. 41 – No decorrer do exercício de 2017, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias e empresas públicas, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos já existentes.

Art. 42. No exercício de 2017 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 43 – O Sistema de Controle Interno do Município será regulamentado e operacionalizado na forma da Instrução Normativa Nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e regulamentos pertinentes.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Timbé do Sul, 13 de outubro de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 73/2016; CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL**

PORTARIA Nº. 73, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 13/10/2016 até 11/11/2016.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
Jardilene Polli Feghera	3043	Professor mag	17/06/2015 a 16/06/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 13 de outubro de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO RETIFICAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO N.º 79 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º 79/2016 PMT  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que o Edital de Tomada de Preço n.º 79/2016, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DE MANTA E PINTURA EMBORRACHADA SOBRE O TELHADO DO PAVILHÃO DE EVENTOS HENRY PAUL, sofreu correção no valor informado no subitem 8.7, por estar em dissonância do valor do orçamento, sendo correto, portanto, o valor de R\$ 64.520,43.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 01/11/2016 as 08h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h10min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 13/10/2016  
MÁRCIA DA ROCHA  
Secretária de Desenvolvimento Econômico

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2016 SAMAE**

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de uniformes destinados aos servidores do SAMAE.

EMPRESA FORNECEDORA: Confeccoes Mundo dos Uniformes Ltda – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/07/2017

Timbó, 13/07/2016  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 48 2016 PMT**

MUNICIPIO DE TIMBO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e desobstrução de tubulação de esgoto/pluvial, através de equipamento hidrojato de alta pressão e sugador de alta potência.

EMPRESA FORNECEDORA: RONALDO GEHRCKE ME

TOTAL ESTIMADO: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/12/2016.

Timbó, 14/07/2016  
ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**LEI Nº 2846, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016****LEI Nº 2846, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016**

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2017 e dá outras providências.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbó, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas (fiscais e físicas) estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades, metas fiscais e metas físicas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2014/2017 Lei nº 2.654 de 12/08/2013 e alterações posteriores:

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração, execução e alterações dos orçamentos do Município, dos poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – as disposições sobre custos e controle interno; e

VIII – as disposições gerais.

**CAPITULO I****DAS PRIORIDADES, METAS FISCAIS E METAS FÍSICAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, II, III e IV desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

a) ANEXO I – **Anexo de Riscos Fiscais:**

- Demonstrativo A – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

b) ANEXO II – **Anexo de Metas Fiscais:**

- Demonstrativo B – Metas Anuais;

- Demonstrativo C – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

- Demonstrativo D – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

- Demonstrativo E – Evolução do Patrimônio Líquido;

- Demonstrativo F – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos;

- Demonstrativo G – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

- Demonstrativo H – Projeção Atuarial do RPPS;

- Demonstrativo I – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

- Demonstrativo J– Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

c) ANEXO III – **Projeção das Receitas para o exercício de 2017;**

d) ANEXO IV - **Programas de Governo e Ações:**

- Demonstrativo L
- Programas de Governo, Gerentes de Programa, Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos;
- Programa, Ações, Produtos, Unidades de Medida, Metas Físicas Valor e Fonte de Recursos;
- Descrição das Ações e Objetivos dos Programas de Governo.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no ANEXO IV desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas Autarquias, Fundações e Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, considerado como categoria de programação, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo único. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por PROGRAMAS DE GOVERNO.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras (UG), de modo consolidado, especificando no Orçamento da Unidade Gestora Central (UGC) aquelas vinculadas a Fundos, Fundações, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, a Portaria STN nº 553 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, conforme o Vínculo com Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

X – Demonstrativo da Receita por fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

XI – Demonstrativo da estimativa de Renúncia de Receitas de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2017;

XII – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIV – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os Orçamentos da Autarquia, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central (UGC) a Prefeitura, e por Unidade Gestora (UG) as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados, no mínimo de 2013 a 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função, no mínimo dos exercícios de 2013 a 2015 e fixada para 2017, 2018 e 2019;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2013 a 2015;

VI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, obedecidas às determinações da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 atendendo em especial aos artigos 69 e 70 (Art. 212 da CF, e 60 do ADCT);

VII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde, sendo aplicação mínima de 15% da receita resultante de impostos (Art. 77 do ADCT);

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2016;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, em setembro/2016.

X – Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 7º O Orçamento para o exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Art. 1º, § 1º, Art. 4º, I, “a”, e Art. 48 da LRF).

Art. 8º O Poder Legislativo e os Fundos, Fundações e Autarquias Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no artigo 5º desta lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas do Poder Legislativo e dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando possuírem contabilidade própria.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios findos, ou seja, de 2013 a 2015 (Art. 12 da LRF).

§ 1º Até trinta (30) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2017 as memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da LRF).

§ 2º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita não atingirá as metas de arrecadação, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se o seguinte:

I - A limitação de empenhos deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - Durante todo prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV - O ato deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.



Art. 11. A expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, não excederão, no exercício de 2017, a 20% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2016. (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação em 2017 e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Direta e Indireta não orçadas, ou orçadas a menor, e, neste caso, inclusive para investimentos.

Art. 13. Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência não superiores a 2,00% (dois por cento) das Receitas Previstas para o mesmo exercício, alocadas em cada Unidade Gestora.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/99, art. 5º, e Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

§ 2º Os limites de que trata o “caput” deste artigo, não se aplicam a Reserva de Contingência/Reserva Matemática do Instituto de Previdência Social (TIMBOPREV), destinados ao cumprimento da Lei nº 9.717/98.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a doze (12) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º,§ 5º da LRF).

Art. 15. Atendendo ao disposto no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto Municipal, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 13 da LRF)

Art. 16. Os Projetos e Atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando o montante ingressado. (Art.8º,§ único da LRF).

§ 1º Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.



§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 3º A apuração do Excesso de Arrecadação dar-se-á por fonte de recursos, vínculo, e destinação de recursos.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, até o limite de 4% (quatro por cento) das receitas correntes e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, f da LRF)

Parágrafo único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal não poderão estar em débito com a Fazenda Pública Municipal, incluindo-se prestações de contas, e deverão prestar contas na forma estabelecida na legislação municipal Decreto número 3.080 e alterações.

Art. 18. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, convênios, e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. As despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes de julho/2016.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras e unidade gestora central na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 23. A Lei Orçamentária para 2017 poderá autorizar o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como, abrir crédito adicional suplementar, nos termos do art. 7º da Lei 4.320/64.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 24. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, Gerentes de Programas, Chefe do Executivo e Órgão Central de Controle Interno, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 25. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para Operações de Crédito, para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 26. A contratação de operações de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e ser autorizada por lei específica.

Art. 27. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com as Resoluções do Senado Federal.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 28. O Executivo e o Legislativo Municipal ficam autorizados a criar cargos e funções, alterar suas estruturas de carreiras e corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, além de conceder vantagens, realizar concurso público ou admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrente destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2017.

Art. 29. Ressalvada a hipótese de Revisão Geral Anual, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2017, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2016 acrescidas de até 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (Artigo 71 da LRF).

Parágrafo único. No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, de ambos os poderes, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 19 a 22 da LRF):

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - criação de cargo, emprego ou função;

IV - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

V - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal Direta e Indireta, ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização exclusiva de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

Art. 33. O total da despesa da remuneração dos vereadores e servidores do Poder Legislativo não excederá a 70% (setenta por cento) dos seus suprimentos e não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Administração Direta, excluídas:

I - a receita de contribuições de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência, mantidos pelo Município;

II - a receita proveniente de operações de crédito;

III - a receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - os recursos vinculados oriundos de transferências da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;

- V - as indenizações e restituições;
- VI - as contribuições de melhoria.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 34. O Executivo Municipal, desde que autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 37. O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - atualizar e aperfeiçoar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

II - rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - rever, a fim de melhor definir, os critérios para concessão de isenções, visando torná-los mais claros e justos;

IV - utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

V - promover a regulamentação de dispositivos que necessitam ser regulados ou sujeitos a regras complementares não especificadas e/ou detalhadas no Código Tributário Municipal;

VI - rever os conceitos e disposições constantes no Código Tributário Municipal acerca de taxas e preços públicos, buscando deixar clara a distinção entre ambos a fim de permitir as correções necessárias na LC nº 142/98;

VII - aperfeiçoar os instrumentos para lançamento dos tributos, cobrança da dívida ativa e correção de seus créditos;

VIII - implementar os processos de informatização, controle, avaliação, planejamento, atualização, treinamento, informações, integração cadastral, relativas a administração fiscal.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Legislativo.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CUSTOS E CONTROLE INTERNO**

Art. 39. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementar o Sistema de Custos, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, pela reavaliação dos Programas de Governo.

Parágrafo único. A responsabilidade da implantação, manutenção e desenvolvimento, bem como controle e demonstração do resultado bimestral, é de competência do Gerente de cada Programa de Governo, do Chefe do Poder Executivo e do Órgão Central de Controle Interno.

Art. 40. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementação do Sistema de Descentralização do Controle Interno, para facilitar a preservação do Patrimônio Público e a conscientização da responsabilidade do servidor público no processo da Administração Governamental.

Art. 41. O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos nos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo.

Parágrafo único. O Órgão Central de Controle Interno será responsável pela normatização de processos que envolvam a execução orçamentária e os efetivos resultados dos Programas de Governo.

### **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 42. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso de Arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de disponibilidade financeira, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou de interesse deste.

Art. 46. O montante de suprimentos ao Poder Legislativo não será superior a seis por cento (6%) do resultado do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais da Administração Direta do ano anterior.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares, a conta do excesso de arrecadação, será assegurado pela lei orçamentária, até o limite de 30% da despesa fixada, para a Administração Direta, inclusive a Administração Indireta e Fundos.

Parágrafo único. A lei orçamentária poderá estabelecer limites maiores para abertura de créditos suplementares na Administração Indireta e nos Fundos Municipais.

Art. 48. A Taxa de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó será de 2% ao mês para o exercício de 2017.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**, em 14 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA  
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**ANEXO I****ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO A**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2017 (ART. 4º,**  
**PARAGRAFO 3º, DA LRF)**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva Matemática	96,00%	Atender as demandas do TIMBOPREV e FASS	4.396.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	4,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	200.000,00
SUBTOTAL	100,00%	SUBTOTAL	4.596.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	0,0%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
SUBTOTAL	0,0%	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	100,00%	TOTAL	4.596.000,00

**ANEXO II**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
  
**DEMONSTRATIVO B**  
**METAS ANUAIS**  
**2017**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor	Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor	Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	Corrente			Corrente			Corrente		
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total	153.000.000,00	144.271.570,01	0,057%	162.180.000,00	153.637.741,57	0,056%	172.000.000,00	163.404.902,15	0,056%
Receitas Primárias (I)	133.342.000,00	125.735.030,65	0,050%	142.000.000,00	134.520.651,76	0,049%	150.520.000,00	142.998.289,95	0,049%
Despesa Total	153.000.000,00	144.271.570,01	0,057%	162.180.000,00	153.637.741,57	0,056%	172.000.000,00	163.404.902,15	0,056%
Despesas Primárias (II)	148.399.500,00	139.933.521,92	0,055%	158.000.000,00	149.677.908,30	0,055%	167.480.000,00	159.110.773,32	0,054%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(15.057.500,00)	-14.198.491,28	-0,006%	-16.000.000,00	-15.157.256,54	-0,006%	-16.960.000,00	-16.112.483,37	-0,005%
Resultado Nominal	2.265.196,00	2.135.969,83	0,001%	-5.044.136,24	-4.778.454,19	-0,002%	-2.290.307,97	-2.175.857,85	-0,001%
Dívida Pública Consolidada	20.100.000,00	18.933.323,90	0,007%	15.643.250,00	14.819.297,08	0,005%	12.600.000,00	11.970.359,11	0,004%
Dívida Consolidada Líquida	1.884.444,21	1.776.939,38	0,001%	-3.159.692,03	-2.993.266,42	-0,001%	-5.450.000,00	-5.177.655,33	-0,002%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: A projeção do PIB de Santa Catarina para 2017, 2018 e 2019 é respectivamente R\$ 268.715.652.000,00, R\$ 288.081.280.000,00 e R\$ 309.177.748.000,00.

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
Projeção da Inflação%	6,05	5,56	5,26
Índice p/ valores constantes	1,0605	1,0556	1,0526
RCL – Receita Corrente Líquida	126.743.500,00	134.981.827,50	143.755.646,29

Fonte: Índices extraídos da LDO/2017 do Estado de Santa Catarina



## DEMONSTRATIVO C

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	153.000.000,00	0,0630%	141,702%	131.998.181,49	0,0543%	81,728%	-21.001.818,51	-13,73%
Receitas Primárias (I)	135.847.200,00	0,0559%	125,816%	117.148.062,36	0,0482%	92,088%	-18.699.137,64	-13,76%
Despesa Total	153.000.000,00	0,0630%	141,702%	124.760.411,51	0,0514%	86,469%	-28.239.588,49	-18,46%
Despesas Primárias (II)	151.650.000,00	0,0624%	140,452%	122.701.251,40	0,0505%	87,920%	-28.948.748,60	-19,09%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-15.802.800,00	-0,0065%	-14,636%	-5.553.189,04	-0,0023%	-1942,655%	10.249.610,96	-64,86%
Resultado Nominal	-10.500.000,00	-0,0043%	-9,725%	-9.812.145,42	-0,0040%	-1099,447%	687.854,58	-6,55%
Dívida Pública Consolidada	10.800.000,00	0,0044%	10,003%	8.086.279,62	0,0033%	1334,103%	-2.713.720,38	-25,13%
Dívida Consolidada Líquida	-16.058.000,00	-0,0066%	-14,872%	-26.801.246,71	-0,0110%	-402,516%	-10.743.246,71	66,90%

Nota: PIB Estadual para 2015 R\$ 242.927.114.000,00

Fonte: Índices extraídos da LDO/2017 do Estado de Santa Catarina

RCL prevista 2015 R\$ 107.973.000,00

RCL realizada 2015 R\$ 107.879.330,21

Fonte: Anexo III do RREO 6º bimestre/2015

## DEMONSTRATIVO D

### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	Ano 2014	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019
Receita Total	122.195.528,09	131.998.181,49	8,02	142.100.000,00	7,65	153.000.000,00	7,67	162.180.000,00	6,00	172.000.000,00
Receitas Primárias (I)	110.760.222,96	117.148.062,36	5,77	124.453.500,00	6,24	133.342.000,00	7,14	142.000.000,00	6,49	150.520.000,00
Despesa Total	116.585.413,10	124.760.411,51	7,01	142.100.000,00	13,90	153.000.000,00	7,67	162.180.000,00	6,00	172.000.000,00
Despesas Primárias (II)	113.418.178,02	122.701.251,40	8,18	141.100.000,00	14,99	148.399.500,00	5,17	158.000.000,00	6,47	167.480.000,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.657.955,06	-5.553.189,04	108,93	-16.646.500,00	199,76	-15.057.500,00	-9,55	-16.000.000,00	6,26	-16.960.000,00
Resultado Nominal	-377.335,41	-9.812.145,42	2500,38	-4.096.000,00	-58,26	2.265.196,00	-155,30	-5.044.136,24	-322,68	-2.290.307,97
Dívida Pública Consolidada	4.066.191,88	8.086.279,62	98,87	13.768.163,89	70,27	20.100.000,00	45,99	15.643.250,00	-22,17	12.600.000,00
Dívida Consolidada Líquida	-17.255.156,37	-26.801.246,71	55,32	-4.731.836,11	-82,34	1.884.444,21	-139,82	-3.159.692,03	-267,67	-5.450.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	Ano 2014	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%	Ano 2019
Receita Total	130.028.261,44	146.082.387,45	12,35	142.100.000,00	-2,73	144.271.570,01	1,53	153.637.741,57	6,49	163.404.902,15
Receitas Primárias (I)	117.859.953,25	129.647.760,61	10,00	124.453.500,00	-4,01	125.735.030,65	1,03	134.520.651,76	6,99	142.998.289,95
Despesa Total	124.058.538,08	138.072.347,12	11,30	142.100.000,00	2,92	144.271.570,01	1,53	153.637.741,57	6,49	163.404.902,15
Despesas Primárias (II)	120.688.283,23	135.793.474,92	12,52	141.100.000,00	3,91	139.933.521,92	-0,83	149.677.908,30	6,96	159.110.773,32
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.828.329,98	-6.145.714,31	117,29	-16.646.500,00	170,86	-14.198.491,28	-14,71	-15.157.256,54	6,75	-16.112.483,37
Resultado Nominal	-401.522,61	-10.859.101,34	2604,48	-4.096.000,00	-62,28	2.135.969,83	-152,15	-4.778.454,19	-323,71	-2.175.857,85
Dívida Pública Consolidada	4.326.834,78	8.949.085,66	106,83	13.768.163,89	53,85	18.953.323,90	37,66	14.819.297,08	-21,81	11.970.359,11
Dívida Consolidada Líquida	-18.361.211,89	-29.660.939,73	61,54	-4.731.836,11	-84,05	1.776.939,38	-137,55	-2.993.266,42	-268,45	-5.177.655,33

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA %	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	6,41	10,67	7,59	6,05	5,56	5,26

Fonte: Índices extraídos da LDO/2017 do Estado de Santa Catarina

## DEMONSTRATIVO E EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO 2015	%	ANO 2014	%	ANO 2013	%
Patrimônio/Capital	97.666.642,80	100,00%	55.908.144,03	100,00%	64.892.160,52	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	97.666.642,80	100,00%	55.908.144,03	100,00%	64.892.160,52	100,00%
			<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO 2015		ANO 2014		ANO 2013	%
Patrimônio/Capital	(60.376.928,93)	100,00%	(58.112.478,37)	100,00%	(44.327.398,55)	100,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	(60.376.928,93)	100,00%	(58.112.478,37)	100,00%	(44.327.398,55)	100,00%

FONTE: BALANÇOS CONSOLIDADOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, ARQUIVADOS NA DIVISÃO DE CONTABILIDADE.  
RPPS É CONSIDERADO APENAS O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA.

**DEMONSTRATIVO F**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	ANO 2015 (a)	ANO 2014 (a)	ANO 2013 (b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	0,00	273.801,82	28.900,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	28.801,82	28.900,00
	0,00	245.000,00	-

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	ANO 2015 (d)	ANO 2014 (d)	ANO 2013 (e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	42.470,70	-
Inversões Financeiras	0,00	42.470,70	-
Amortização da Dívida	0,00	42.470,70	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	ANO 2015 (g)=[(Ia-Id)+IIIh]	ANO 2014 (h)=[(Ib-Ile)+IIIi]	ANO 2013 (i)=[(Ic-If)]
VALOR (III)	262.840,45	261.407,65	28.900,00

NOTA: PARA O CÁLCULO DA RECEITA FOI INCLUIDO O VALOR DA REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS ADVINDOS DA ALIENAÇÃO DOS ATIVOS NA LINHA DO SALDO.

## DEMONSTRATIVO G

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV. Alínea “a”)

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil	8.257.814,10	13.587.314,98	15.794.191,24
Ativo	2.601.501,85	2.469.565,26	2.661.831,48
Inativo	2.601.501,85	2.469.565,26	2.661.831,48
Pensionista	2.581.724,70	2.427.384,28	2.613.008,46
Militar	19.777,15	42.180,98	48.823,02
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	5.135.244,24	4.535.940,69	5.517.964,46
Ativo	5.135.244,24	4.535.940,69	5.517.964,46
Inativo	5.135.244,24	4.535.940,69	5.517.964,46
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	3.450.443,33	6.171.128,65	6.512.980,77
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.450.443,33	6.171.128,65	6.512.980,77
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.056,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	516.012,01	410.680,38	1.101.414,53
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	103.158,76	123.935,92	143.160,04
Demais Receitas Correntes	412.853,25	286.744,46	958.254,49

RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>8.257.814,10</b>	<b>13.587.314,98</b>	<b>15.794.191,24</b>	
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	
ADMINISTRAÇÃO (IV)	2.538.740,57	238.810,32	244.959,27	
Despesas Correntes	2.538.740,57	225.674,32	244.959,27	
Despesas de Capital	0,00	13.136,00	0,00	
PREVIDÊNCIA (V)	5.279.657,03	6.380.301,80	7.560.738,25	
Benefícios - Civil	5.279.657,03	6.380.301,80	7.560.738,25	
Aposentadorias	0,00	0,00	760.754,91	
Pensões	4.817.104,52	5.964.964,77	6.371.519,08	
Outros Benefícios Previdenciários	462.552,51	415.337,03	428.464,26	
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>7.818.397,60</b>	<b>6.619.112,12</b>	<b>7.805.697,52</b>	
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>439.416,50</b>	<b>6.968.202,86</b>	<b>7.988.493,72</b>	
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	
VALOR	0,00	0,00	0,00	
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	
VALOR	439.416,50	6.968.202,86	7.988.493,72	
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	

Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.513,49	14.464,76	26.773,54
Investimentos e Aplicações	52.292.346,27	59.397.602,26	67.488.714,74
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
<b>PLANO FINANCEIRO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)</b>				
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>				
ADMINISTRAÇÃO (XI)				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA (XII)				
Benefícios - Civil				
Aposentadorias				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)</b>				
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)</b>				
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				

FONTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO - TIMBOPREV



## DEMONSTRATIVO H

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV. Alínea “a”)

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2016	7.447.281,28	9.107.210,95	-1.659.929,67	65.855.558,63
2017	6.123.215,54	7.905.613,50	-1.782.397,96	64.073.160,68
2018	5.781.378,87	7.477.537,16	-1.696.158,29	62.377.002,39
2019	5.460.326,17	7.170.994,63	-1.710.668,47	60.666.333,92
2020	5.124.218,33	6.848.299,61	-1.724.081,27	58.942.252,64
2021	4.839.971,82	6.761.255,05	-1.921.283,23	57.020.969,41
2022	4.512.849,07	6.697.943,85	-2.185.094,78	54.835.874,63
2023	4.212.161,16	6.766.629,62	-2.554.468,46	52.281.406,17
2024	3.909.405,15	6.980.343,90	-3.070.938,74	49.210.467,43
2025	3.584.309,21	7.211.179,75	-3.626.870,53	45.583.596,90
2026	3.253.150,95	7.319.184,62	-4.066.033,67	41.517.563,23
2027	2.948.948,16	7.269.909,30	-4.320.961,14	37.196.602,08
2028	2.695.800,87	7.185.907,98	-4.490.107,11	32.706.494,98
2029	2.473.827,19	7.176.520,01	-4.702.692,83	28.003.802,15
2030	2.204.200,50	6.847.280,96	-4.643.080,46	23.360.721,69
2031	2.055.521,45	6.701.028,37	-4.645.506,92	18.715.214,77
2032	1.860.422,42	6.490.132,06	-4.629.709,64	14.085.505,13
2033	1.697.521,19	6.306.425,62	-4.608.904,43	9.476.600,70
2034	1.541.199,15	6.161.674,51	-4.620.475,36	4.856.125,34
2035	1.361.897,02	5.828.382,70	-4.466.485,68	389.639,65
2036	1.253.392,09	5.575.926,30	-4.322.534,21	-3.932.894,56
2037	1.132.034,01	5.322.582,18	-4.190.548,16	-8.123.442,72
2038	1.043.325,05	5.259.745,41	-4.216.420,36	-12.339.863,08
2039	904.418,74	5.144.495,66	-4.240.076,92	-16.579.940,00
2040	773.273,86	4.914.732,90	-4.141.459,04	-20.721.399,04
2041	672.855,64	4.617.508,54	-3.944.652,90	-24.666.051,94
2042	605.864,29	4.382.244,37	-3.776.380,08	-28.442.432,02
2043	524.076,57	4.103.290,44	-3.579.213,86	-32.021.645,89
2044	462.766,11	3.839.063,40	-3.376.297,28	-35.397.943,17

2045	408.061,91	3.606.889,50	-3.198.827,59	-38.596.770,76
2046	344.941,30	3.326.033,59	-2.981.092,29	-41.577.863,05
2047	302.562,02	3.055.587,73	-2.753.025,71	-44.330.888,76
2048	267.262,49	2.814.693,63	-2.547.431,15	-46.878.319,91
2049	227.722,68	2.559.945,36	-2.332.222,68	-49.210.542,59
2050	200.858,01	2.337.331,37	-2.136.473,37	-51.347.015,96
2051	172.362,45	2.130.120,33	-1.957.757,88	-53.304.773,84
2052	144.759,47	1.922.383,32	-1.777.623,85	-55.082.397,69
2053	121.920,16	1.723.483,97	-1.601.563,81	-56.683.961,50
2054	104.050,66	1.541.357,83	-1.437.307,16	-58.121.268,66
2055	87.433,07	1.375.735,97	-1.288.302,89	-59.409.571,56
2056	72.284,10	1.221.013,81	-1.148.729,71	-60.558.301,27
2057	59.141,05	1.082.412,25	-1.023.271,20	-61.581.572,47
2058	46.915,83	955.381,45	-908.465,62	-62.490.038,09
2059	35.363,57	839.015,11	-803.651,54	-63.293.689,63
2060	25.765,49	733.576,00	-707.810,51	-64.001.500,14
2061	17.218,93	638.005,81	-620.786,88	-64.622.287,02
2062	9.639,23	551.631,44	-541.992,21	-65.164.279,23
2063	2.945,30	476.017,48	-473.072,19	-65.637.351,42
2064	-2.940,61	409.568,12	-412.508,73	-66.049.860,15
2065	-8.094,02	349.985,41	-358.079,43	-66.407.939,58
2066	-12.587,82	298.070,36	-310.658,18	-66.718.597,76
2067	-16.492,06	251.490,61	-267.982,67	-66.986.580,43
2068	-19.872,12	212.357,79	-232.229,90	-67.218.810,33
2069	-22.787,58	178.057,25	-200.844,83	-67.419.655,16
2070	-25.291,90	148.226,44	-173.518,34	-67.593.173,50
2071	-27.433,88	122.535,14	-149.969,02	-67.743.142,51
2072	-29.258,07	100.575,39	-129.833,46	-67.872.975,98
2073	-30.804,43	82.071,51	-112.875,95	-67.985.851,92
2074	-32.108,74	65.987,99	-98.096,74	-68.083.948,66
2075	-33.202,97	53.188,75	-86.391,72	-68.170.340,38
2076	-34.115,39	42.537,71	-76.653,10	-68.246.993,48
2077	-34.871,02	32.476,36	-67.347,38	-68.314.340,86
2078	-35.491,75	25.535,06	-61.026,81	-68.375.367,67
2079	-35.996,93	19.164,60	-55.161,53	-68.430.529,20
2080	-36.403,93	14.753,94	-51.157,87	-68.481.687,07
2081	-36.728,42	11.298,06	-48.026,48	-68.529.713,55
2082	-36.984,57	8.731,20	-45.715,77	-68.575.429,32
2083	-37.184,64	6.629,71	-43.814,34	-68.619.243,66
2084	-37.338,93	5.201,97	-42.540,90	-68.661.784,56
2085	-37.456,25	4.134,86	-41.591,11	-68.703.375,67

2086	-37.544,16	3.321,65	-40.865,81	-68.744.241,48
2087	-37.609,08	2.750,95	-40.360,03	-68.784.601,52
2088	-37.656,39	2.347,17	-40.003,56	-68.824.605,08
2089	-37.690,48	2.055,12	-39.745,61	-68.864.350,68
2090	-37.714,75	1.849,15	-39.563,90	-68.903.914,58

FONTE: CÁLCULO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - BASE DEZ/2015

NOME DO ATUÁRIO: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER

MIBA: 2.091

# **DEMONSTRATIVO I** **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2017**

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).						RS 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU	Isenção		293.227,41	302.024,23	320.296,70	
IPTU e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS	Isenção		101.683,03	81.346,43	76.424,97	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		121.931,05	125.588,99	133.187,12	
<b>TOTAL</b>			<b>530.170,26</b>	<b>516.841,49</b>	<b>529.908,79</b>	

FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2015

NOTAS EXPLICATIVAS: As renúncias de receitas impactadas para o exercício 2017, 2018 e 2019 foram realizadas consoante o art. 14 da LRF nº 101/2000, para tanto, foram consideradas na estimativa de receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão também consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual, na forma do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso o valor da renúncia de receitas ultrapassar o valor projetado, deverá ser respeitado o art. 9º da LDO como medida de compensação.

Isenções de ISS – Tendem a diminuir em virtude do término do prazo legal que beneficiava algumas empresas.

Desconto de IPTU – as estimativas para os exercícios de 2017 a 2019 foram projetadas sem desconto, conforme decisão da Administração em 2014.

**DEMONSTRATIVO J****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	5.302.500,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.302.500,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.302.500,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	5.302.500,00
Novas DOCC	5.302.500,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	5.302.500,00

OBS.: o impacto das DOCC será acrescido até o limite do artigo 11 desta lei que podem chegar a 20% da Receita Corrente Líquida de 2016.

Aumento Permanente de Receita é para o IPTU a expansão de construções, loteamentos moradias e para o ISS o aumento de cadastro de empresas em 2016.

As receitas com aumento permanente não são base para a formação do retorno de FUNDEB.

## ANEXO III

### RECEITAS 2017

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	4000000000000000	S	165.847.000,00	108,40
Receitas correntes	4100000000000000	S	144.098.500,00	94,18
Receita tributária	4110000000000000	S	25.900.000,00	16,93
Impostos	4111000000000000	S	21.500.000,00	14,05
Imposto sobre o patrimônio e a renda	4111200000000000	S	13.600.000,00	8,89
Imp. s/ propriedade predial territorial urbana - IPTU	4111202000000000	A	8.400.000,00	5,49
Imp.s/ a renda e proventos de qualquer natureza	4111204000000000	S	2.400.000,00	1,57
Irrf retido nas fontes - trabalho	4111204310000000	A	2.200.000,00	1,44
Irrf retido nas fontes - outros rendimentos	4111204340000000	A	200.000,00	0,13
Imp. s/trans.inter vivos de bens imóveis - ITBI	4111208000000000	A	2.800.000,00	1,83
Impostos s/ a produção e a circulação	4111300000000000	S	7.900.000,00	5,16
Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	4111305000000000	S	7.900.000,00	5,16
Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	4111305010000000	A	7.900.000,00	5,16
Taxas	4112000000000000	S	4.390.000,00	2,87
Taxas pelo exercício do poder de polícia	4112100000000000	S	1.810.000,00	1,18
Taxa de controle e fiscalização de produtos químicos	4112103000000000	A	100.000,00	0,07
Taxa fiscalizacao vigilância sanitária	4112117000000000	A	400.000,00	0,26
Taxa de controle e fiscalização ambiental	4112121000000000	A	10.000,00	0,01
Taxa de publicidade comercial	4112126000000000	S	40.000,00	0,03
Taxa para Real. Feiras e Eventos Comerc.	4112126000100000	A	20.000,00	0,01
Taxa de Outras Publicidades Comerciais	4112126000200000	A	20.000,00	0,01
Taxa de apreensão e depósito	4112127000000000	A	99.000,00	0,06
Taxa de licença para execução de obras	4112129000000000	A	250.000,00	0,16
Outras taxas pelo exercício de poder de polícia	4112199000000000	S	911.000,00	0,60
Outras Taxas de Tpp	4112199000500000	A	80.000,00	0,05
Taxa de Vistoria dos Bombeiros	4112199000600000	A	370.000,00	0,24
Taxa de Seguranca Ostensiva Pol. Militar	4112199000800000	A	290.000,00	0,19
Taxa de Vistoria de Vans de Transporte Escolar	4112199001100000	A	1.000,00	0,00
Taxa Certidao Ambiental	4112199001200000	A	170.000,00	0,11
Taxas pela prestação de serviços	4112200000000000	S	2.580.000,00	1,69
Taxa de cemitérios	4112228000000000	A	100.000,00	0,07
Taxa de limpeza pública	4112290000000000	S	2.100.000,00	1,37
Coleta de Lixo Pmt	4112290000100000	A	2.100.000,00	1,37
Outras taxas de prestação de serviços	4112299000000000	S	380.000,00	0,25
Taxa de Expediente	4112299000100000	A	140.000,00	0,09
Taxa de Serv. da Patrulha Mecanizada	4112299000300000	A	80.000,00	0,05
Outras Taxas de Serviços	4112299000800000	A	160.000,00	0,10
Contribuições de melhoria	4113000000000000	S	10.000,00	0,01
Cont.melh. p/ pavimentação e obras complementares	4113004000000000	A	10.000,00	0,01
Receita de contribuições	4120000000000000	S	6.853.000,00	4,48
Contribuições sociais	4121000000000000	S	4.853.000,00	3,17
Contribuição regime próprio previdência do servidor	4121029000000000	S	4.348.000,00	2,84
Contribuição servidor ativo civil p/ RPPS	4121029070000000	A	2.500.000,00	1,63
Contribuição servidor inativo civil p/ RPPS	4121029090000000	A	45.000,00	0,03
Contribuição pensionista civil p/ RPPS	4121029110000000	A	3.000,00	0,00
Contribuição de previd. p/amortiz. do déficit atuarial	4121029130000000	A	1.800.000,00	1,18
Outras contribuições sociais	4121099000000000	S	505.000,00	0,33
Contr.servidor. Ativo	4121099000100000	A	405.000,00	0,26
Contr. Servidor Inativo	4121099000200000	A	100.000,00	0,07
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	4123000000000000	A	2.000.000,00	1,31
Receita patrimonial	4130000000000000	S	9.758.000,00	6,38
Receitas imobiliárias	4131000000000000	S	110.000,00	0,07
Aluguéis	4131100000000000	S	110.000,00	0,07
Outras Receitas de Aluguéis	4131100000100000	A	10.000,00	0,01
Aluguel de Uso Ocupacao do Solo Antenas-parque Ecologico Freymund Germer Morro Azul	4131100000200000	A	100.000,00	0,07

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receitas de valores mobiliários	4132000000000000	S	9.628.000,00	6,29
Remuneração de depósitos bancários	4132500000000000	S	1.018.000,00	0,67
Remuneração depósitos de recursos vinculados	4132501000000000	S	187.000,00	0,12
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-saúde	4132501030000000	S	168.000,00	0,11
Rem. Vinculada Saude - 013864	4132501030100000	A	40.000,00	0,03
Rem. Vinculada Saude - 013865	4132501030200000	A	20.000,00	0,01
Rem. Vinculada Saude - 013866	4132501030300000	A	30.000,00	0,02
Rem. Vinculada Saude - 013867	4132501030400000	A	2.000,00	0,00
Rem. Vinculada Saude - 016764	4132501030500000	A	5.000,00	0,00
Rem. Vinculada Saude - 016767	4132501030700000	A	2.000,00	0,00
Rem. Vinculada Saude - 010200	4132501030800000	A	69.000,00	0,05
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-fnas	4132501100000000	S	2.000,00	0,00
Rec.rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. 013563	4132501100200000	A	2.000,00	0,00
Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros	4132501990000000	S	17.000,00	0,01
Rem. Fmas	4132501991600000	S	17.000,00	0,01
Rem. Fmas 013500	4132501991601000	A	15.000,00	0,01
Rem. Fmas 016500	4132501991603000	A	2.000,00	0,00
Remuneração depósito de recursos não vinculados	4132502000000000	S	831.000,00	0,54
Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	4132502990000000	S	831.000,00	0,54
Rem. Pmt	4132502990100000	A	60.000,00	0,04
Rem. Fumdec	4132502991200000	A	30.000,00	0,02
Rem. Fmma	4132502991300000	A	50.000,00	0,03
Rem. Fmddd	4132502991400000	A	10.000,00	0,01
Rem. Fmas	4132502991600000	A	20.000,00	0,01
Remuneração de Outros Depositos de Recursos Não Vinculados - Outros	4132502991800000	A	20.000,00	0,01
Rem. Fme	4132502991900000	A	40.000,00	0,03
Rem. Fia	4132502992000000	A	14.000,00	0,01
Rem. Fumtur	4132502992100000	A	12.000,00	0,01
Rem. Fct	4132502992200000	A	60.000,00	0,04
Rem. Funrebompom	4132502992300000	A	25.000,00	0,02
Rem. Fumtran	4132502992400000	S	90.000,00	0,06
Rem. Fumtran - 010000	4132502992401000	A	64.000,00	0,04
Rem. Fumtran - 011100	4132502992402000	A	5.000,00	0,00
Rem. Fumtran - 012000	4132502992403000	A	16.000,00	0,01
Rem. Fumtran - 011000	4132502992404000	A	5.000,00	0,00
Rem.samae	4132502992500000	A	400.000,00	0,26
Remuneração investimentos regime próprio previdência - RPPS	4132800000000000	S	8.610.000,00	5,63
Remuneração investimentos RPPS - renda fixa	4132810000000000	A	8.000.000,00	5,23
Remuneração investimentos RPPS - renda variável	4132820000000000	S	600.000,00	0,39
Remuneração Invest RPPS Renda Variável	4132820000100000	A	600.000,00	0,39
Remuneração investimentos RPPS - fundos imobiliários	4132830000000000	A	10.000,00	0,01
Receita de concessões e permissões	4133000000000000	S	20.000,00	0,01
Receita de concessões e permissões	4133100000000000	S	20.000,00	0,01
Receita de concessões e permissões -serviços de transporte	4133101000000000	S	20.000,00	0,01
Outras receitas de concessão e permissão de serviços de transporte	4133101990000000	A	20.000,00	0,01
Receita industrial	4150000000000000	S	250.000,00	0,16
Receitas da Industria de Transformacao	4152000000000000	S	250.000,00	0,16
Receita da Usina de Tratamento de Lixo	4152028000000000	A	250.000,00	0,16
Receita de serviços	4160000000000000	S	5.970.000,00	3,90
Serviços administrativos	4160013000000000	S	55.000,00	0,04
Serviços de inscrição de concursos públicos	4160013010000000	A	50.000,00	0,03
Serviços de fotocópias ou cópias heliográficas	4160013070000000	A	5.000,00	0,00
Serviços de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água	4160041000000000	S	5.870.000,00	3,84
Tarifa de Água	4160041000100000	A	5.770.000,00	3,77
Ligacoes da Rede Agua	4160041000200000	A	100.000,00	0,07
Serviços de religamento de água	4160048000000000	S	25.000,00	0,02
Serviços de Religamento de Água	4160048000100000	A	25.000,00	0,02
Outras receitas de serviços	4160099000000000	A	20.000,00	0,01
Transferências correntes	4170000000000000	S	90.961.500,00	59,45
Transferências intergovernamentais	4172000000000000	S	90.912.000,00	59,42
Transferências da união	4172100000000000	S	31.999.600,00	20,91
Participação na receita da união	4172101000000000	S	23.020.000,00	15,05
Cota-parte do fundo participação dos municípios-fpm (alínea b cf/88 - 22,05%)	4172101020000000	A	23.000.000,00	15,03
Cota-parte do imposto s/ propriedade territorial rural - ITR	4172101050000000	A	10.000,00	0,01
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	4172101130000000	A	10.000,00	0,01
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	4172122000000000	S	210.000,00	0,14
Cota-parte da compensação financeira de recursos	4172122200000000	A	10.000,00	0,01

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
minerais				
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	417212270000000	A	200.000,00	0,13
Transferência de recursos sistema único de saúde - SUS	417213300000000	S	5.709.600,00	3,73
Pab Fixo	417213300010100	S	909.456,00	0,59
Pab Fixo	417213300010101	A	909.456,00	0,59
Atenção Básica	417213300010200	S	3.497.933,00	2,29
Saude da Familia	417213300010201	A	914.040,00	0,60
Agentes Comunitarios	417213300010202	A	395.460,00	0,26
Saude Bucal	417213300010203	A	267.600,00	0,17
Programa de Melhoria de Acesso e da Qualidade - Pmaq	417213300010204	A	903.600,00	0,59
Nasf -nucleo de Apoio a Saude da Familia	417213300010205	A	480.000,00	0,31
Assistência Financeira Complementar 95%	417213300010208	A	508.233,00	0,33
Fort. de Pol. Afetas - Estratégia Acs 5%	417213300010209	A	29.000,00	0,02
Média e Alta Complexidade	417213300020100	S	924.003,00	0,60
Samu	417213300020101	A	150.000,00	0,10
Media e Alta Complexidade - Proteze Dentaria	417213300020103	A	60.000,00	0,04
Media e Alta Complexidade - APAE/SERVIÇOS AMBULATORIAIS	417213300020105	A	301.000,00	0,20
Media e Alta Complexidade - FISIOTERAPIA	417213300020106	A	65.843,00	0,04
TETO MUNICIPAL REDE SAUDE MENTAL (RSME)	417213300020108	A	339.660,00	0,22
RAU - SAMU	417213300020109	A	7.500,00	0,00
Vigilancia em Saúde	417213300030000	S	188.208,00	0,12
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo	417213300030200	A	123.900,00	0,08
Aperfeicoamento do Sus - Parte Anvisa	417213300030800	A	5.740,00	0,00
Aperfeicoamento do Sus - Parte Fns	417213300030900	A	18.568,00	0,01
Inc. as Acoes de Vig. Prev. e Cont. das Dst/aids e Hepatite (pvvs)	417213300031000	A	40.000,00	0,03
Programas Farmaceuticos	417213300040000	S	190.000,00	0,12
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo	417213300040300	A	190.000,00	0,12
Transferências e recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	417213400000000	S	311.000,00	0,20
Ppd	417213400010000	A	52.000,00	0,03
Programa Bolsa Familia	417213400040000	A	16.000,00	0,01
Creas - Media e Alta	417213400050000	A	78.000,00	0,05
Cras - Atencao Basica	417213400080000	A	100.000,00	0,07
Cras - Serv. Convivencia e Fort.vinculo	417213400090000	A	59.000,00	0,04
Programa Bolsa Familia - Igd Suas	417213400100000	A	6.000,00	0,00
Transferências de recursos do fnde	417213500000000	S	2.582.000,00	1,69
Transferências do salário-educação	417213501000000	A	2.050.000,00	1,34
Transferências diretas do fnde referentes ao pnae	417213503000000	A	500.000,00	0,33
Transferências diretas do fnde referentes ao pnate	417213504000000	A	20.000,00	0,01
Outras transferências diretas do fnde	417213599000000	A	12.000,00	0,01
Transferência financeira do ICMS desoneração - lc n.º 87/96	417213600000000	A	150.000,00	0,10
Outras transferências da união	417219900000000	A	17.000,00	0,01
Transferências dos estados	417220000000000	S	41.912.400,00	27,39
Participação na receita dos estados	417220100000000	S	41.075.000,00	26,85
Cota-parte do ICMS	417220101000000	A	36.000.000,00	23,53
Cota-parte do IPVA	417220102000000	A	4.575.000,00	2,99
Cota-parte do IPI s/ exportação	417220104000000	A	500.000,00	0,33
Transferências de recursos do estado para programas de saúde	417223300000000	S	710.400,00	0,46
Farmacia Basica do Estado	417223300010000	A	168.000,00	0,11
Cofinanciamento da Atencao Basica	417223300040000	A	470.400,00	0,31
Nasf - Nucleo Apoio a Saude da Familia	417223300110000	A	72.000,00	0,05
Outras transferências dos estados	417229900000000	S	127.000,00	0,08
Transf. de Rec. do Estado P/ Prog. Fmas	417229900010000	S	127.000,00	0,08
Cofinanciamento Cras	417229900010100	A	27.200,00	0,02
Cofinanciamento Creas	417229900010200	A	76.200,00	0,05
Cofinanciamento Alta Complexidade	417229900010300	A	21.000,00	0,01
Benefícios Eventuais	417229900010400	A	2.600,00	0,00
Transferências multigovernamentais	417240000000000	S	17.000.000,00	11,11
Transferências recursos do FUNDEB	417240100000000	A	17.000.000,00	11,11
Transferências de instituições privadas	417300000000000	S	43.000,00	0,03
Transf. para o Fia Pessoa Juridica	417300000010000	A	43.000,00	0,03
Transferências de pessoas	417500000000000	S	6.500,00	0,00
Transf. para o Fia Pessoa Fisica	417500000020000	A	6.500,00	0,00
Outras receitas correntes	419000000000000	S	4.406.000,00	2,88
Multas e juros de mora	419100000000000	S	2.191.000,00	1,43
Multas e juros de mora dos tributos	419110000000000	S	90.000,00	0,06
Multa e juros demora taxa de fiscalização da vigilância sanitária	419113500000000	A	5.000,00	0,00
Multas e juros de mora do IPTU	419113800000000	A	35.000,00	0,02



Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Multa e juros de mora - ISS	4191140000000000	A	25.000,00	0,02
Multas e juros mora contribuições de melhoria	4191198000000000	A	5.000,00	0,00
Multas e juros de mora de outros tributos	4191199000000000	S	20.000,00	0,01
Multas e juros mora de outros tributos	4191199010000000	A	20.000,00	0,01
Multa e juros de mora dívida ativa dos tributos	4191300000000000	S	670.000,00	0,44
Multas e juros de mora - IPTU	4191311000000000	A	320.000,00	0,21
Multas e juros de mora - ISS	4191313000000000	A	215.000,00	0,14
Multa e juros de mora dívida ativa taxa de fiscalização da vigilância sanitária	4191335000000000	A	20.000,00	0,01
Multa e juros de mora dívida ativa de contribuições de melhoria	4191398000000000	A	50.000,00	0,03
Multa e juros de mora dívida ativa de outros tributos	4191399000000000	S	65.000,00	0,04
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	4191399010000000	A	50.000,00	0,03
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pela Prestação de Serviços	4191399020000000	A	15.000,00	0,01
Multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas	4191500000000000	S	16.000,00	0,01
Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas	4191599000000000	S	16.000,00	0,01
Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas - principal	4191599010000000	S	16.000,00	0,01
Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas - Principal	4191599010100000	A	10.000,00	0,01
Outras Multas Juros Dívida Ativa Tarifa de Agua Samae	4191599010200000	A	6.000,00	0,00
Multas e juros de mora de outras receitas	4191800000000000	S	45.000,00	0,03
Outras multas e juros de mora	4191899000000000	S	45.000,00	0,03
Outras multas e juros de mora - primárias	4191899010000000	A	45.000,00	0,03
Multas de outras origens	4191900000000000	S	1.370.000,00	0,90
Multas previstas na legislação de trânsito	4191915000000000	S	1.230.000,00	0,80
MULTAS DE TRANSITO GERAL	4191915000100000	A	1.030.000,00	0,67
MULTAS DE TRANSITO - OCR	4191915000200000	A	200.000,00	0,13
Multas por autos de infração	4191950000000000	A	40.000,00	0,03
Outras multas	4191999000000000	S	100.000,00	0,07
Outras Multas	4191999000100000	A	100.000,00	0,07
Indenizações e restituições	4192000000000000	S	351.000,00	0,23
Indenizações	4192100000000000	S	38.000,00	0,02
Outras indenizações	4192199000000000	A	38.000,00	0,02
Restituições	4192200000000000	S	313.000,00	0,20
Compensações financeiras regime geral e próprio de previdência do servidor	4192210000000000	S	160.000,00	0,10
Compensações financeiras entre RGPS x RPPS - parcelamento	4192210020000000	A	160.000,00	0,10
Outras restituições	4192299000000000	S	153.000,00	0,10
Outras Restituicoes Rec.ordinario	4192299000100000	A	131.000,00	0,09
Outras Restituicoes - 010200	4192299000200000	A	10.000,00	0,01
Outras Restituicoes - 013857	4192299000300000	A	2.000,00	0,00
Outras Restituições - 013864	4192299000500000	A	10.000,00	0,01
Receita da dívida ativa	4193000000000000	S	1.354.000,00	0,88
Receita da dívida ativa tributária	4193100000000000	S	1.255.000,00	0,82
Receita da dívida ativa - IPTU	4193111000000000	A	850.000,00	0,56
Receita da dívida ativa - ISS	4193113000000000	A	320.000,00	0,21
Receita da dívida ativa das taxas da vigilância sanitária	4193135000000000	A	35.000,00	0,02
Receita da dívida ativa das contribuições de melhoria	4193198000000000	A	20.000,00	0,01
Receita da dívida ativa de outros tributos	4193199000000000	S	30.000,00	0,02
Receita da dívida ativa de outros tributos - principal	4193199010000000	A	30.000,00	0,02
Receitas da dívida ativa não tributária	4193200000000000	S	99.000,00	0,06
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas	4193299000000000	S	99.000,00	0,06
Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas -principal	4193299010000000	S	84.000,00	0,05
Receita Dívida Ativa Não Tributaria Outras Receitas-Principal	4193299010100000	A	15.000,00	0,01
Receita de Dívida Ativa Nao Tributaria Tarifa de Agua Samae	4193299010200000	A	58.000,00	0,04
Receita de Dívida Ativa Não Tributaria Ligacao Rede de Agua Samae	4193299010300000	A	2.000,00	0,00
Receita de Dívida Ativa Nao Tributaria	4193299010400000	A	2.000,00	0,00
Servicoreligamento Samae	4193299010500000	A	7.000,00	0,00
Receita Dívida Ativa Nao Tributaria Outras Receitas Servico Samae	4193299020000000	A	15.000,00	0,01
Parcelamentos da dívida ativa não tributária de outras receitas	4199000000000000	S	510.000,00	0,33
Receitas diversas	4199099000000000	S	510.000,00	0,33
Outras receitas	4199099000250000	A	5.000,00	0,00
Outras Receitas Samae				

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Outras receitas - primárias	419909901000000	S	505.000,00	0,33
OUTRAS RECEITAS PMT	419909901010000	A	30.000,00	0,02
OUTRAS RECEITAS FMS	419909901150000	A	5.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS TIMBOPREV	419909901170000	A	10.000,00	0,01
OUTRAS RECEITAS FASS	419909901180000	A	160.000,00	0,10
OUTRAS RECEITAS FME	419909901190000	A	5.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS FCT	419909901220000	A	295.000,00	0,19
Receitas de capital	420000000000000	S	15.533.500,00	10,15
Operações de crédito	421000000000000	S	10.000.000,00	6,54
Operações de crédito internas	421100000000000	S	10.000.000,00	6,54
Outras operações de crédito internas	421190000000000	A	10.000.000,00	6,54
Alienação de bens	422000000000000	S	30.000,00	0,02
Alienação de bens móveis	422100000000000	S	30.000,00	0,02
Alienação de outros bens móveis	422190000000000	S	30.000,00	0,02
Alien. de Bens Moveis Nao Vinculados	422190000010000	A	30.000,00	0,02
Transferências de capital	424000000000000	S	5.503.500,00	3,60
Transferências de convênios	424700000000000	S	5.503.500,00	3,60
Transf. convênio da união e suas entidades	424710000000000	S	3.253.500,00	2,13
Transferências de convênios da união - SUS	424710100000000	A	200.000,00	0,13
Transf. convênios da união destinados a programas de infra-estrutura em transportes	424710500000000	A	2.000.000,00	1,31
Outras transferências de convênio da união	424719900000000	A	1.053.500,00	0,69
Transferência de convênios dos estados/df e suas entidades	424720000000000	S	2.250.000,00	1,47
Transferências de convênios do estado - SUS	424720100000000	A	50.000,00	0,03
Transf. convênios do estado destinados a programas de infra-estrutura em transportes	424720500000000	A	2.000.000,00	1,31
Outras transferências de convênio dos estados/df	424729900000000	A	200.000,00	0,13
Receitas correntes intra-orçamentárias	470000000000000	S	6.215.000,00	4,06
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	472000000000000	S	6.015.000,00	3,93
Contribuições sociais - intra-orçamentárias	472100000000000	S	6.015.000,00	3,93
Contribuições previdenciárias do regime próprio	472102900000000	S	5.000.000,00	3,27
Contribuição patronal de servidor ativo civil	472102901000000	A	5.000.000,00	3,27
Outras Contribuições Sociais	472109900000000	S	1.015.000,00	0,66
Obricacao Patronal Serv. Ativo Fass	472109900010000	A	815.000,00	0,53
Obricacao Patronal Serv. Inativo Fass	472109900020000	A	200.000,00	0,13
Receita de serviços - intra-orçamentárias	476000000000000	S	200.000,00	0,13
Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reservação e Distribuição de Água	476004100000000	A	200.000,00	0,13
(r) Deduções da receita	900000000000000	S	(12.847.000,00)	(8,40)
(r) Deduções da receita corrente	910000000000000	S	(12.847.000,00)	(8,40)
(r) Dedução da receita de transferências correntes	917000000000000	S	(12.847.000,00)	(8,40)
(r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais	917200000000000	S	(12.847.000,00)	(8,40)
(r) Dedução da receita de transferências da união	917210000000000	S	(4.632.000,00)	(3,03)
(r) Dedução da receita de participação na receita da união	917210100000000	S	(4.602.000,00)	(3,01)
(r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm	917210102000000	A	(4.600.000,00)	(3,01)
(r) Dedução da receita do imposto s/ a propriedade territorial rural - ITR	917210105000000	A	(2.000,00)	0,00
(r) Dedução da receita do ICMS desoneração - Ic 87/96	917213600000000	A	(30.000,00)	(0,02)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220000000000	S	(8.215.000,00)	(5,37)
(r) Dedução da receita de transferência dos estados	917220100000000	S	(8.215.000,00)	(5,37)
(r) Dedução da receita do ICMS	917220101000000	A	(7.200.000,00)	(4,71)
(r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA	917220102000000	A	(915.000,00)	(0,60)
(r) Dedução da receita do IPI - exportação	917220104000000	A	(100.000,00)	(0,07)
<b>Total:</b>			<b>153.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

## **ANEXO IV**

### **DEMONSTRATIVO L**

- **PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS – DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES – OBJETIVOS;**
- **DEMONSTRATIVO DE AÇÕES - PRODUTO – UNIDADE DE MEDIDA – META – VALOR – FONTE DE RECURSOS;**
- **DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.**

## LDO – PROGRAMAS DE TRABALHO

**Programa: 1 - Processo legislativo****Objetivos:**

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Aquisições de automóveis de acordo com a necessidade; adequação do quadro de pessoal; realização de concurso público e contratação de novos profissionais; atualização da biblioteca; aquisição de equipamentos e móveis; manutenção das secretarias. Praticar a transparência dos seus atos, através de contratação de Agência ou diretamente pela Câmara; Executar as Atividades relacionadas da Câmara Mirim.

**Diretrizes:** O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel próprio, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação Social e um Diretor Geral) e serviços de limpeza terceirizado.

**Gerente:** 117854 - DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI

**Função:** 1 - Legislativa

**Subfunção:** 31 - Acao Legislativa

**Ação:** 1001 - Equipamentos, Móveis e Utensílios do Poder Legislativo

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		255.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>255.000,00</b>

**Ação:** 1005 - Obras e Construções do Poder Legislativo

Produto	Unidade Medida	Quantidade
22 - Prédio	Etapas	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		200.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>

**Ação:** 2000 - Manutenção da Secretaria Administrativa

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		980.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>980.000,00</b>

**Ação:** 2002 - Manutenção da Secretaria Legislativa

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.924.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.924.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>3.359.000,00</b>

**Programa: 5 - Operações especiais com dívida e precatórios****Objetivos:**

Salda mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

**Diretrizes:** Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

**Gerente:** 18384 - MARIA ANGELICA FAGGIANI

**Função:** 28 - Encargos Especiais

**Subfunção:** 843 - Serviço da Dívida Interna

**Ação:** 2 - Dívida Fundada Interna e Encargos do Poder Executivo

Produto	Unidade Medida	Quantidade
31 - Parcela Mensal	Unidade	12,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.800.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.800.000,00</b>

**Função:** 28 - Encargos Especiais

**Subfunção:** 846 - Outros encargos Especiais

**Ação:** 3 - Sentenças Judiciais contra o Município

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00

Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		890.000,00	
Total Ação		890.000,00	
Total Programa		2.690.000,00	
Programa: 7 - Encargos do Município com o Pasep			
Objetivos:			
Saldar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.			
Diretrizes: Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.			
Função: 28 - Encargos Especiais		Subfunção: 845 - Transferências	
Ação: 4 - Contribuição para a Formação do Pasep Pmt.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
31 - Parcela Mensal	Unidade	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			1.500.000,00
Total Ação		1.500.000,00	
Ação: 5 - Contribuição para a Formação do Pasep Fms.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde			95.000,00
Total Ação		95.000,00	
Ação: 6 - Contribuição para a Formação do Pasep Fmas.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			5.000,00
Total Ação		5.000,00	
Ação: 7 - Contribuição para a Formação do Pasep Fia.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			1.000,00
Total Ação		1.000,00	
Ação: 8 - Contribuição para a Formação do Pasep Fumtur.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			2.000,00
Total Ação		2.000,00	
Ação: 9 - Contribuição para a Formação do Pasep Funtram.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			15.000,00
Total Ação		15.000,00	
Ação: 10 - Contribuição para a Formação do Pasep Fumrebompom.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			5.000,00
Total Ação		5.000,00	
Ação: 11 - Contribuição para a Formação do Pasep Fme.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
30 - Parcela Mensal	und	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			15.000,00
Total Ação		15.000,00	
Ação: 12 - Contribuição para a Formação do Pasep Fct.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN	12,00	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários			20.000,00

Total Ação			20.000,00
Ação: 13 - Contribuição para a Formação do Pasep Samae.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
31 - Parcela Mensal	Unidade		1,00
Vínculo		Valor	
2000000 - Recursos Ordinários			120.000,00
Total Ação			120.000,00
Ação: 14 - Contribuição para a Formação do Pasep Fmma.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN		12,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários			5.000,00
Total Ação			5.000,00
Ação: 15 - Contribuição para a Formação do Pasep Fmddd.			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN		12,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários			5.000,00
Total Ação			5.000,00
Ação: 16 - Contribuição para a Formação do Pasep - Fumdec			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
29 - Parcela Mensal	UN		12,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários			5.000,00
Total Ação			5.000,00
Ação: 17 - Contribuição para a Formação do Pasep - Fass			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
8 - Unidade Gestora	MÊS		12,00
Vínculo		Valor	
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS			20.000,00
Total Ação			20.000,00
Total Programa			1.813.000,00
Programa: 10 - Gestão da articulação das políticas públicas			
Objetivos:			
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.			
Diretrizes: A Secretaria de Articulação Política e Institucional está estruturada com Assessorias Técnicas, Assessorias Especiais e a Secretaria Executiva do Gabinete, respondendo, ainda, pelas ações de captações de recursos, dentre outras ações congêneres. Além disto, cabe à respectiva Secretaria o assessoramento direto ao Prefeito e Vice-Prefeito. A gestão da articulação das políticas públicas tem como objetivo geral manter o diálogo constante com o Poder Legislativo Municipal, com as demais esferas de Poder da Federação (União e Estado) bem como com a comunidade. Além disto, a Secretaria de Articulação Política e Institucional atua como parceira de instituições de relevado interesse público para a consecução de suas atribuições.			
Gerente: 17990 - MARIA RAMOS GONZAGA PELIN			
Função: 4 - Administração		Subfunção: 122 - Administracao Geral	
Ação: 1007 - Frota de Veículos dos Gabinetes e Assessorias			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
3 - Veiculo	Unidade		0,25
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários			80.000,00
Total Ação			80.000,00
Ação: 2004 - Manutenção dos Gabinetes e Assessorias			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora	Unidade		1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários			1.030.000,00
Total Ação			1.030.000,00
Total Programa			1.110.000,00
Programa: 12 - Gestão da informação e comunicação municipal			
Objetivos:			
Melhorar e ampliar o alcance dos serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Principal objetivo é de bem informar a população sobre os atos da administração pública. Cooperar com a democracia da informação de forma coerente e institucional, dentro dos parâmetros legais. Estarmos sempre bem preparados tecnicamente para dentro de nossa responsabilidade, sermos práticos e resolutivos em nossas ações.			

**Diretrizes:** Parte integrante da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional (Gabinete do Prefeito) está o Departamento de Comunicação Social do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a Imprensa, para o site institucional e redes sociais oficiais do município. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico ou publicitário de utilidade pública (no caso de campanhas como trânsito e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais da comunidade, ONGs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais e informativos em geral). Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e auxiliamos nas respostas necessárias para prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores municipais à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site e manutenção das redes sociais oficiais. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias, fundações e autarquias (área de Relações Públicas). Na área de Publicidade e Propaganda, atuamos na construção de campanhas publicitárias de cunho institucional para divulgar as obras e ações da Prefeitura, fundações e autarquia, através da compra de espaços publicitários em veículos de comunicação (jornal, revista, internet, TV, rádio, etc.). Realizamos a confecção dos materiais e a serem divulgados nesses espaços na própria Assessoria Institucional de Comunicação Social ou terceirizando esse serviço para agências de propaganda/assessorias de comunicação, ficando esta decisão a critério da Administração, tendo como parâmetros a urgência e a complexidade do serviço. Finalmente, na área de comunicação em geral, esta Assessoria é responsável por orientar/aplicar quanto à identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, incluindo a identidade visual de prédios e espaços públicos, veículos, máquinas e qualquer outro produto ou ferramenta sob a responsabilidade do Município ou da qual o Município seja parceiro.

**Gerente:** 319597 - JAIME JOEL AVENDANO JARA

**Função:** 4 - Administração

**Subfunção:** 131 - Comunicação Social

**Ação:** 2008 - Manutenção dos Setores de Comunicação e Relações Públicas.

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.420.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.420.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.420.000,00</b>

**Programa:** 13 - Defesa civil

**Objetivos:**

Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

**Diretrizes:** Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil tem a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

**Gerente:** 275867 - FABIO MELERE

**Função:** 6 - Segurança Pública

**Subfunção:** 182 - Defesa Civil

**Ação:** 2110 - Manutenção do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - Fumdec

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		60.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>60.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>60.000,00</b>

**Programa:** 15 - Administração e controle municipal.

**Objetivos:**

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais. Envolver a sociedade não governamentais através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas com controle dos atos da administração e uma gestão responsável. Dar suporte administrativo, financeiro e operacional a Unidade Central, Fundos, Fundações e Autarquia. Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos de parcerias com Entidades, Organizações e o Governo Federal e Estadual. Proporcionar serviços públicos de qualidade como resultado da gestão de pessoas. Identificar os fatores que promovem ou interferem na motivação e qualidade de trabalho dos funcionários; Conhecer os pontos fortes e necessidades de intervenção nas estratégias e políticas adotadas pela empresa; Conhecer as impressões dos funcionários sobre a empresa e seu ambiente de trabalho. Incentivar trabalho em equipe, buscar aprimoramento de suas habilidades bem como seu potencial criativo. Aumentar a eficiência funcional e a eficiência. Identificar as próprias crenças sobre pessoas no trabalho. Definir competências necessárias por Servidor para cada "célula/área" de trabalho. Despertar o gerenciamento itinerante. Proporcionar ao Servidor organização física, mental, emocional, desenvolver trabalho em grupo e alinhamento pessoal com a organização. Melhorar hábitos de trabalho, sistema de trabalho e planejamento, além de implantar ações estratégicas visando o comprometimento de todos para um objetivo comum e consequentemente um bom ambiente de trabalho. Incentivar as ações para o Programa de Educação Fiscal.

**Diretrizes:** A Secretaria da Fazenda e Administração Municipal tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legislação pertinente a execução das atividades públicas se modifica constantemente sendo necessário capacitar os funcionários para que o município possa acompanhar as mudanças sem prejuízo da comunidade. Administrar no setor público, hoje em dia, é respeitar o novo código de ética do governo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os pilares da LRF são planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, doze Fundos, três Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município. A Secretaria da Fazenda e Administração Pública - SEMFA é responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras do município. Os setores responsáveis são: contabilidade, tesouraria, tributação e fiscalização tributária. O quadro de funcionários da Administração Municipal é composto de funcionários Estatutários, Estáveis, Cargos em

Comissão, Empregados Públicos e Contratados por Tempo Determinado. O fluxo relacionado aos procedimentos de gestão de pessoas é complexo e segundo levantamento realizado deficitário. Há necessidade de implantarmos um processo de Gestão visando o alinhamento entre as expectativas do público interno e as estratégias corporativas de gestão de pessoas. O Clima Organizacional bem trabalhado pode trazer alguns benefícios para a organização: retenção de talentos; treinamentos sintonizados com os objetivos da empresa, gerando resultado; melhoria na produtividade; melhoria na comunicação interna da empresa, gerando resultados; aumento no comprometimento dos funcionários com a empresa; credibilidade e integração - união. A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos para que a comunidade seja beneficiada com os resultados. Um dos pontos fracos do setor é a segurança em relação a aspectos externos como vírus, hackers, entre outros.

**Gerente:** 18384 - MARIA ANGELICA FAGGIANI

**Função:** 4 - Administração

**Subfunção:** 122 - Administracao Geral

**Ação:** 1009 - Frota de Veículos - Semfa

Produto	Unidade Medida	Quantidade
3 - Veiculo	Unidade	3,75
Vínculo	Valor	
1890000 - OAlienação Bens Dest.Outros Programas		30.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>

**Ação:** 1013 - Equipamentos, Móveis e Utensílios

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		50.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>

**Ação:** 2012 - Manutenção da Administração Geral

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.936.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.936.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>6.016.000,00</b>

**Programa:** 20 - Educação infantil de qualidade

**Objetivos:**

Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 03 anos e 11 meses nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 05 anos e 11 meses nas Unidades Pré-Escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Firmar convênios, contratos ou acordos com os governos Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

**Diretrizes:** A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atendem as crianças a partir de 04 meses até aos 03 anos e 11 meses de idade, compreendendo atualmente 11 unidades, com 1.660 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade das famílias; e pelas Unidades Pré-Escolares com atualmente 12 unidades, atendendo 826 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos e 11 meses, com a permanência de 04 horas diárias, sendo que na UPE Alecrim (E.M. Tiroleses) e UPE Comecinho de Vida (E.M. São Roque) o atendimento para as crianças nessa faixa etária será integral. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária para evitar custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

**Gerente:** 19291 - SERGI FREDERICO MENGARDA

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 365 - Educação Infantil

**Ação:** 1015 - Modernização dos Neis

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	355,00
Vínculo	Valor	
1365800 - TSalário Educação		50.000,00
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		50.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>100.000,00</b>

**Ação:** 1017 - Construção, Ampliação e Reforma dos Neis

Produto	Unidade Medida	Quantidade
20 - Área	M2	197,50
Vínculo	Valor	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		100.000,00
1365800 - TSalário Educação		100.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>

**Ação:** 1021 - Modernização das Upes

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	199,00



Vínculo		Valor	
1365800 - TSalário Educação		30.000,00	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		5.000,00	
Total Ação		35.000,00	
Ação: 1023 - Construção, Ampliação e Reforma das Upes			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
20 - Área	M2	87,00	
Vínculo		Valor	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		50.000,00	
1365800 - TSalário Educação		100.000,00	
Total Ação		150.000,00	
Ação: 2042 - Manutenção dos Neis			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00	
Vínculo		Valor	
1365800 - TSalário Educação		370.000,00	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		5.438.000,00	
1370000 - Outras Transf. FNDE		12.000,00	
1180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)		5.000.000,00	
Total Ação		10.820.000,00	
Ação: 2044 - Merenda Escolar dos Neis			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
33 - Aluno	Unidade	1.192,50	
Vínculo		Valor	
1376000 - Outras Transf. FNDE - PNAE		230.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários		350.000,00	
Total Ação		580.000,00	
Ação: 2046 - Manutenção das Upes			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00	
Vínculo		Valor	
1365800 - TSalário Educação		50.000,00	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		1.580.000,00	
1180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)		2.100.000,00	
Total Ação		3.730.000,00	
Ação: 2048 - Merenda Escolar das Upes			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
33 - Aluno	Unidade	1.050,00	
Vínculo		Valor	
1376000 - Outras Transf. FNDE - PNAE		90.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários		90.000,00	
Total Ação		180.000,00	
Total Programa		15.795.000,00	
Programa: 22 - Educação fundamental de qualidade			
Objetivos:			
Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal, iniciar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano, desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar.			
Diretrizes: Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.302 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escola em período Integral, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.			
Gerente: 19291 - SERGI FREDERICO MENGARDA			
Função: 12 - Educação		Subfunção: 361 - Ensino Fundamental	
Ação: 1025 - Modernização das Escolas de Ensino Fundamental			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
27 - Equipamentos	Unidade	321,50	
Vínculo		Valor	
1365800 - TSalário Educação		50.000,00	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação		100.000,00	

			Total Ação	150.000,00
Ação: 1027 - Construção, Ampliação e Reforma das Escolas de Ensino Fundamental.				
Produto		Unidade Medida	Quantidade	
20 - Área		M2		550,00
Vínculo			Valor	
1365800 - TSalário Educação				800.000,00
1010000 - Receitas de Impostos - Educação				300.000,00
			Total Ação	1.100.000,00
Ação: 2050 - Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério				
Produto		Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora		Unidade		1,00
Vínculo			Valor	
1400000 - Royalties Petról-Educ Lei 12.858/2013				150.000,00
1010000 - Receitas de Impostos - Educação				3.670.000,00
1180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)				9.900.000,00
1365800 - TSalário Educação				500.000,00
			Total Ação	14.220.000,00
Ação: 2052 - Manutenção da Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental				
Produto		Unidade Medida	Quantidade	
33 - Aluno		Unidade		2.775,00
Vínculo			Valor	
1376000 - Outras Transf. FNDE - PNAE				180.000,00
1000000 - Recursos Ordinários				250.000,00
			Total Ação	430.000,00
Ação: 2054 - Manutenção do Transporte Escolar para o Ensino Fundamental				
Produto		Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora		Unidade		1,00
Vínculo			Valor	
1376100 - Outras Transf. FNDE - PNATE				20.000,00
1010000 - Receitas de Impostos - Educação				320.000,00
			Total Ação	340.000,00
Ação: 2056 - Manutenção o Ensino para Jovens e Adultos				
Produto		Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora		Unidade		1,00
Vínculo			Valor	
1010000 - Receitas de Impostos - Educação				40.000,00
			Total Ação	40.000,00
			Total Programa	16.280.000,00
Programa: 25 - Gestão da assistência a saúde do servidor público municipal				
Objetivos:				
Gerir com eficiência o FASS, resguardar o direito a saúde dos servidores, pesquisar e implantar medidas para oferecermos serviços com qualidade e menor custo.				
Diretrizes: O município instituiu o Regime Municipal de Previdência Social e Assistência a Saúde dos Servidores em 1993, juntamente com a conversão do Regime Jurídico de Celetista para Estatutário. Este regime próprio abriga os servidores efetivos, inclusive os aposentados e pensionistas. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a administração municipal separou a previdência social dos serviços de assistência à saúde, criando, respectivamente, o Fundo de Previdência Social - FUNPREV e agora Timboprev e o Fundo de Assistência à Saúde - FASS. Atualmente contamos com o fornecimento de serviços da Cooperativa UNIMED para atender o Poder Legislativo e Poder Executivo.				
Gerente: 259136 - EDUARDO ESPINDOLA				
Função: 9 - Previdência Social			Subfunção: 271 - Previdência Básica	
Ação: 2120 - Manutenção das Atividades do Fass.				
Produto		Unidade Medida	Quantidade	
12 - Funcionário		UN		1.050,00
Vínculo			Valor	
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS				1.672.000,00
			Total Ação	1.672.000,00
			Total Programa	1.672.000,00
Programa: 27 - Gestão da previdência social - regime próprio				

**Objetivos:**

Gerir o TIMBOPREV, cadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, cálculo atuarial, controle de concessão de benefícios, etc. Implementar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, possibilitando a manutenção e custeio do Plano de Benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle. Efetivar a Compensação Financeira entre os diversos regimes previdenciários. Parceria com o Executivo na contratação de Médico do Trabalho.

**Diretrizes:** O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da LF nº 9.717/98 e EC nº 20. Através da Lei Complementar nº 411/2011 foi criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV, com início de gestão em 01/01/2012. Atualmente o TIMBOPREV conta com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal; o Conselho de Administração delibera e administra o funcionamento de todos os processos de pensões e aposentadorias dos servidores públicos e os atos de administração em geral do INSTITUTO. Em conjunto com o Comitê de Investimentos faz a administração dos recursos financeiros. Temos em nosso quadro 172 inativos, 49 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. O TIMBOPREV paga atualmente 18 (dezoito) inativos e 05 (cinco) pensionistas de servidores que não contribuíram com o mesmo, o que vem acontecendo desde meados de 1998, gerando hoje uma despesa mensal em torno de R\$62.527,58 ( sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), totalizando aproximadamente 6,8 milhões pagos até a presente data.

**Gerente:** 1065530 - CARMELINDE BRANDT

**Função:** 9 - Previdência Social

**Subfunção:** 272 - Previdência do Regime Estatutário

**Ação:** 2122 - Manutenção das Atividades do Timboprev

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS		650.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>650.000,00</b>

**Ação:** 2124 - Manutenção dos Benefícios do Timboprev

Produto	Unidade Medida	Quantidade
12 - Funcionário	UN	824,00
Vínculo	Valor	
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS		1.000.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.000.000,00</b>

**Ação:** 2126 - Manutenção dos Inativos

Produto	Unidade Medida	Quantidade
41 - Aposentado	UN	285,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		160.000,00
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS		11.000.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>11.160.000,00</b>

**Ação:** 2128 - Manutenção dos Pensionistas

Produto	Unidade Medida	Quantidade
42 - Pensionista	UN	75,00
Vínculo	Valor	
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS		1.100.000,00
1000000 - Recursos Ordinários		90.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.190.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>14.000.000,00</b>

**Programa:** 30 - Desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda

**Objetivos:**

Fomentar o desenvolvimento Industrial, através de incentivos fiscais, apoiar o setor Comercial e de Serviços, ordenando e fortalecendo o crescimento econômico, melhorando desta forma a renda familiar. Necessidade de criar novos pólos industriais. Implementar e revisar a legislação de incentivos fiscais e econômicos destinados as empresas. Firmar parcerias, convênios, contratos, acordos ou ajustes, na forma da legislação aplicável, com o Governo Federal e Estadual, suas entidades e fundações, PPP-Parcerias Públicas Privadas, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Qualificação profissional com a oferta de mão - de - obra. Capacitar quando possível os novos empreendedores com conhecimentos para desenvolver as atividades para os pequenos e micro empresários. Criar mecanismos para atender com maior qualidade e presteza os empreendedores. Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

**Diretrizes:** Nosso município possui grande potencial no desenvolvimento nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços. Uma das principais metas nesta administração está voltada a Ação de Resultados, criando condições para aumentar a quantidade dos postos de emprego na cidade, gerando acréscimo no movimento econômico, através de parcerias junto a entidades privadas, governamentais e não governamentais. Incentivos Fiscais e Econômicos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico fomenta o desenvolvimento econômico industrial, através de incentivos fiscais, apoia o setor Comercial e Industrial com os serviços de terraplanagem, macadamização, abertura de vala, colocação de tubo, patrolamento do acesso a empresa/pátio e utilização do maquinário e caminhões conforme a realidade da situação, entre outros. Atualmente realizamos a manutenção do Pavilhão de Eventos Henry Paul e de toda as praças, parques, canteiros e ilhas do município, através da limpeza de canteiros, manutenção das flores (a troca das mesmas se dá conforme a época/estação), podas, roçadas e manutenção das lâmpas das praças e do Pavilhão de eventos Henry Paul. A secretaria necessita de estrutura adequada com a disponibilização de material de expediente, bem como profissionais com a qualificação para as atividades desenvolvidas. A manutenção é necessária, evitando assim, custos futuros, e devido a demanda, ocorre a necessidade da ampliação constantes dos serviços, visando garantir um bom atendimento a Indústria e Comércio. A Secretaria tem na sua frota para a utilização dos mesmos na Indústria e Comércio e na Jardinagem de todo o município: 03 Caminhões (Caçamba), 01 Retro Escavadeira, 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Caminhão Baú, 01 Trator de Esteira, 03 veículos e demais equipamentos como 06 roçadeiras costais, 05 máquinas de roçar grama, 01 lava-jato, 01 trator de roçar grama, 01 podadeira.

**Gerente:** 19291 - SERGI FREDERICO MENGARDA

**Função:** 22 - Indústria

**Subfunção:** 661 - Promoção Industrial

**Ação:** 1031 - Modernização, Ampliação e Reforma da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	39,75
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 2062 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.693.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.693.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.698.000,00</b>

**Programa:** 32 - Profissionalizante qualificação de mão de obra

**Objetivos:**

Realizar e ampliar cursos profissionalizantes, portanto qualificar cada vez mais a mão-de-obra timboense, criar cursos no setor têxtil através do Plano Territorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, através da Comissão Estadual de Concertação via Ministério do trabalho. Fimar convênios, contratos, acordos ou ajustes, conforme legislação vigente, com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades não governamentais, entidades privadas, universidades, fundações etc. Apoiar e manter o Tele Centro Comunitário - Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com conexão a Internet, em alta velocidade para ajudar nas pesquisas e realização de cursos profissionalizantes entre outros. A Secretaria pretende implantar o projeto do SERPRO (EAD) onde as pessoas terão acesso ao ensino à distância, desenvolvendo conhecimento em outras áreas, entre outros. Realizar eventos para incentivar empreendedores a se adequar a realidade técnico empresarial. Equipar salas de aulas ou laboratórios com móveis e equipamentos necessários para suas funções. Promover capacitações, seminários, conferências e outros.

**Diretrizes:** O município de Timbó tem como economia principal uma indústria bem diversificada, havendo em alguns segmentos carência de cursos profissionalizantes para atender a demanda de empregos qualificados nos vários ramos de atividades. A Secretaria pretende manter parceria com a 35ª SDR, parceria com o CEDUP - Centro de Educação Profissional, Secretaria Municipal de Educação, AMPE, SEBRAE, SERPRO (EAD), Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, universidades e entidades de ensino e outros. O Telecentro Comunitário Digital atende de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, com horário das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h, com os cursos de Informática Básica, Informática Avançada, Informática para Melhor Idade, Manutenção de Microcomputadores, Educação Fiscal (parceria com a Secretaria de Educação) podendo os mesmos ser ampliados para o período noturno. A secretaria pretende diversificar os cursos em outras áreas conforme demanda do mercado de trabalho, oferecendo assim mais ofertas de vagas à comunidade.

**Gerente:** 19291 - SERGI FREDERICO MENGARDA

**Função:** 11 - Trabalho

**Subfunção:** 334 - Fomento ao Trabalho

**Ação:** 1033 - Aquisição de Equipamentos, móveis e Utensílios para Ensino Profissionalizante

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	20,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 2066 - Manutenção e Apoio ao Ensino Profissional

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		20.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>

**Ação:** 2068 - Manutenção e Implantação do Telecentro e Inclusão Digital em Timbó

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		18.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>18.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>43.000,00</b>

**Programa:** 34 - Apoio incentivo ao agricultor

**Objetivos:**

Aumentar o consumo dos produtos da agricultura familiar. Melhorar a qualidade de vida de todos. Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica ao homem do campo, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria de agricultura, sem prejuízos ao meio ambiente, com consciência e organização ao produtor.

**Diretrizes:** O município de Timbó na agricultura possui destaque na produção de arroz, milho, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal temos: bovinocultura de leite e corte, suinocultura e piscicultura. A agricultura esta vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é formada pela patrulha mecanizada, para atendimento de aproximadamente 680 famílias de agricultores que possui uma demanda na prestação de serviços, como a distribuição de esterco, silagem, roçadas, arado, rotativa, e plantio (preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas), abertura de valas, colocação de tubos e entrega de materiais de incentivo ao agricultor, ainda presta serviços em área de piscicultura, inseminação,

atendimento clínico veterinário para animais de produção e serviço de inspeção. Para o incentivo ao agricultor na plantação de mudas e sementes a Secretaria possui o horto florestal que esta em fase de ampliação e melhoramentos. A Secretaria hoje possui 04 Tratores Agrícolas, 03 Veículos além dos Implementos Agrícolas: Rotativa, Arado, Subsolador, Gradiador, Ensiladeira e Plantadeira. Também é oferecido ao Agricultor a manutenção com macadame do acesso a sua propriedade, ao plantio (roça) além do acesso às lagoas é realizado limpeza e abertura das mesmas, utilizando assim, 03 Caminhões (Caçambas), 01 Retro escavadeira, 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Patrolinha, 01 Trator de Esteira.

**Gerente:** 19291 - SERGI FREDERICO MENGARDA

**Função:** 20 - Agricultura

**Subfunção:** 606 - Extensão Rural

**Ação:** 1037 - Modernização, Ampliação e Melhoramento do Setor de Agricultura

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	7,50
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 1039 - Melhoramento da Frota da Patrulha Mecanizada

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	14,50
Vínculo	Valor	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel		100.000,00
1640000 - Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>205.000,00</b>

**Ação:** 1041 - Incentivos e Modernização do Setor de Agricultura

Produto	Unidade Medida	Quantidade
20 - Área	M2	1.500,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 2072 - Manutenção do Setor de Agricultura

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.855.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.855.000,00</b>

**Total Programa** **2.070.000,00**

**Programa:** 36 - Turismo com produtos, atrativos e divulgação

**Objetivos:**

Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

**Diretrizes:** Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização, para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do Conselho de Turismo - COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

**Gerente:** 15830 - JORGE REVELINO FERREIRA

**Função:** 23 - Comércio e Serviços

**Subfunção:** 695 - Turismo

**Ação:** 2200 - Manutenção do Fundo Municipal de Turismo

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		190.500,00
<b>Total Ação</b>		<b>190.500,00</b>

**Ação:** 2244 - Fortalecer a Parceria com o Instituto Ambiental Aracua

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		145.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>145.000,00</b>

**Total Programa** **335.500,00**

**Programa:** 40 - Planejamento territorial

**Objetivos:**

Corrigir distorções administrativas; alterar condições indesejáveis para a comunidade local; assegurar a viabilização de propostas estratégicas. Estudar e disciplinar o uso e a ocupação do solo, projetar o sistema viário (geometria, circulação viária e sinalização), elaborar projetos urbanísticos (reurbanização de vias, parques, praças, mobiliário urbano, patrimônio), requalificar zonas residenciais, comerciais, turísticas e ambientais, procurando

preservar as características naturais, históricas, arquitetônicas, paisagísticas, bem como a qualidade de vida da população. Implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente e etc.

**Diretrizes:** Por mais importante que seja a gestão, não se pode abdicar do planejamento. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro. Planejar: tentar prever/simular os desdobramentos do crescimento da cidade, com o objetivo de precaver-se contra problemas. Gestão: administrar uma situação dentro dos recursos disponíveis. Problemática: novos estudos referentes a problemas no Município (enchentes/áreas de risco) adequação a realidade do Município. Antecipar a resolução de problemas futuros.

**Gerente:** 303402 - FABIANO MARTINS ADRIANO

**Função:** 15 - Urbanismo

**Subfunção:** 121 - Planejamento e Orçamento

**Ação:** 1043 - Equipamentos, Móveis e Utensílios para Planejamento

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 1049 - Imóveis para o Desenvolvimento de Timbó

Produto	Unidade Medida	Quantidade
45 - Terreno	M2	12.500,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 2082 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		2.127.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>2.127.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.137.000,00</b>

**Programa:** 44 - Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável

**Objetivos:**

Recuperar a mata ciliar ao longo dos rios e ribeirões do município, através de convênios e parcerias público-privadas.

Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. Envolver a comunidade nas decisões e incentivar a preservação do meio ambiente; Implementar a legislação ambiental municipal e códigos correlatos; Promover a educação ambiental; Prover o setor de meio ambiente municipal com servidores efetivos. Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população.

**Diretrizes:** É sabido que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. Partindo deste pressuposto, ordenar o crescimento de Timbó de forma sustentável é o desafio do planejamento ambiental. Este planejamento está embasado na estruturação da equipe técnica, já que o setor de meio ambiente municipal não conta com servidores efetivos, acarretando na falta de continuidade dos trabalhos e programas desenvolvidos. O planejamento ambiental deve retratar a capacidade de enfrentar os desafios de uma cidade que se desenvolve sob novos paradigmas, dentre os quais aquele em que cidades inteligentes criam melhores condições para viver o presente, preservar o passado e se preparar para o futuro. O novo cenário exige trabalho, gestão democrática e articulação permanente entre diferentes atores - governo, universidades, iniciativa privada e sociedade - para responder ao desafio de crescer buscando sustentabilidade, qualidade e harmonia.

**Gerente:** 303402 - FABIANO MARTINS ADRIANO

**Função:** 18 - Gestão Ambiental

**Subfunção:** 542 - Controle Ambiental

**Ação:** 1279 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Fmma

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		30.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>

**Ação:** 1281 - Frota de Veículos - Fmma

Produto	Unidade Medida	Quantidade
1 - Veículo	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		30.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>

**Ação:** 1285 - Obras e Construções - Fmma

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		50.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>

**Ação:** 2112 - Manutenção do Fundo do Meio Ambiente - Fmma

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		434.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>434.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>544.000,00</b>
<b>Programa: 46 - Sistema viário e mobilidade</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.		
<b>Diretrizes:</b> As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimoramento e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automotores. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.		
<b>Gerente:</b> 303402 - FABIANO MARTINS ADRIANO		
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>		<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>
<b>Ação: 1267 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Pol. Militar</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1100000 - Convênio de Trânsito - Militar		20.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>
<b>Ação: 1271 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Pol. Civil</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1110000 - Convênio de Trânsito - Civil		15.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>15.000,00</b>
<b>Ação: 2262 - Manutenção do Conv. Polícia Militar</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1100000 - Convênio de Trânsito - Militar		40.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>40.000,00</b>
<b>Ação: 2264 - Manutenção do Conv. Polícia Civil</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1110000 - Convênio de Trânsito - Civil		45.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>45.000,00</b>
<b>Função: 26 - Transporte</b>		<b>Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário</b>
<b>Ação: 1259 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Demutran</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		10.000,00
1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>
<b>Ação: 1261 - Frota de Veículos - Demutran</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
1 - Veiculo	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		20.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>
<b>Ação: 1263 - Obras e Construções - Demutran</b>		



<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
38 - Obra	UN	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		10.000,00
1000000 - Recursos Ordinários		50.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>60.000,00</b>
<b>Ação: 2260 - Manutenção do Demutran</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		96.000,00
1000000 - Recursos Ordinários		1.314.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.410.000,00</b>
<b>Ação: 2266 - Manutenção do Convenio de Transito</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1110000 - Convênio de Trânsito - Civil		119.500,00
1100000 - Convênio de Trânsito - Militar		119.500,00
1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		761.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.000.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.630.000,00</b>
<b>Programa: 48 - Gestão do funrepom</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUMREPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.		
<b>Diretrizes:</b> Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, visa manter a corporação com equipamentos modernos e em condições de uso. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.		
<b>Gerente:</b> 18384 - MARIA ANGELICA FAGGIANI		
<b>Função:</b> 6 - Segurança Pública		
<b>Subfunção:</b> 181 - Policiamento		
<b>Ação:</b> 1403 - Equipamentos, móveis e Utensílios - Funrepom		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		85.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>85.000,00</b>
<b>Ação: 1407 - Obras e Instalações - Funrepom</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
20 - Área	M2	25,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		90.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>90.000,00</b>
<b>Ação: 2400 - Manutenção da Polícia Militar - Funrepom</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		83.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>83.000,00</b>
<b>Ação: 2402 - Manutenção da Vigilância Eletrônica</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		50.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>308.000,00</b>
<b>Programa: 49 - Manutenção do convenio bombeiro militar</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados à comunidade timboense.		



**Diretrizes:** O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

**Gerente:** 275867 - FABIO MELERE

**Função:** 6 - Segurança Pública

**Subfunção:** 182 - Defesa Civil

**Ação:** 1289 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Convenio Bm

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo		Valor
1000000 - Recursos Ordinários		50.000,00
Total Ação		50.000,00

**Ação:** 1291 - Frota de Veiculos - Convenio Bm

Produto	Unidade Medida	Quantidade
1 - Veiculo	UN	2,00
Vínculo		Valor
1000000 - Recursos Ordinários		120.000,00
Total Ação		120.000,00

**Ação:** 1293 - Obras e Construções - Convenio Bm

Produto	Unidade Medida	Quantidade
20 - Área	M2	300,00
Vínculo		Valor
1000000 - Recursos Ordinários		20.000,00
Total Ação		20.000,00

Ação: 2298 - Manutenção das Atividades - Convenio Bombeiro Militar			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora		UN	1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		183.000,00	
Total Ação			183.000,00
Total Programa			373.000,00
Programa: 50 - Reestruturação da secretaria de obras e serviços urbanos			
Objetivos:			
Melhorar as condições de trabalho para os funcionários, proporcionando satisfação no exercício de suas funções. Dar suporte aos projetos do poder executivo, servindo de estímulo a investimentos públicos e privados, na geração de renda, emprego e, principalmente melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes nos espaços urbanos, e principalmente executar nossas atividades com qualidade total.			
Diretrizes: A situação predial da secretaria está comprometida devido a sua antiguidade, o que brevemente poderá oferecer sérios riscos de segurança. A infra-estrutura depreciada da edificação causa diversos transtornos aos funcionários, no que tange suas rotinas de trabalho. A falta de tais condições muitas vezes impede que a secretaria faça a prestação dos serviços com excelência à população. A Secretaria, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente executa serviços de limpeza de rua, roçadas, irrigação, patrolamento, macadamização, aterro, compactação, coleta e transporte de entulhos, como também a conservação dos cemitérios, passeios públicos, ciclovias, praças, espaços públicos, entre outros. Todos estes serviços possuem uma demanda muito grande por parte da população.			
Gerente: 273449 - ORLEI ADAZIR PEDRON			
Função: 15 - Urbanismo		Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana	
Ação: 2090 - Iluminação Pública			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora		Unidade	1,00
Vínculo		Valor	
1081700 - Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP		2.000.000,00	
Total Ação			2.000.000,00
Função: 15 - Urbanismo		Subfunção: 452 - Servicos Urbanos	
Ação: 1063 - Frota de Veículos e Máquinas Seos			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora		Unidade	1,00
Vínculo		Valor	
1640000 - Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00	
Total Ação			105.000,00
Ação: 2092 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora		Unidade	1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		7.056.000,00	
1071600 - Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE		10.000,00	
Total Ação			7.066.000,00
Total Programa			9.171.000,00
Programa: 52 - Obras públicas			
Objetivos:			
Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização.			
Programar obras de infraestrutura que assegurem a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.			
Diretrizes: A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, várias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infraestrutura, em função de sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível. A maioria das vias que demandam pavimentação também necessitam de drenagem pluvial.			
Gerente: 273449 - ORLEI ADAZIR PEDRON			
Função: 15 - Urbanismo		Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana	
Ação: 1071 - Espaços Públicos			

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
36 - Obra	M2	22.500,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1640000 - Transf.Convênio -Estado/Outros	400.000,00	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	491.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>896.000,00</b>
<b>Função: 26 - Transporte</b>		<b>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</b>
<b>Ação: 1065 - Pavimentações, Drenagens, Calçadas E/ou Ciclovias</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
39 - Pavimentação	m.	6.250,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	900.000,00	
1830000 - Oper. Créd. Interna -Outros Programas	10.000.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários	500.000,00	
1640000 - Transf.Convênio -Estado/Outros	1.000.000,00	
3000000 - Recursos Ordinários	0,00	
<b>Total Ação</b>		<b>12.400.000,00</b>
<b>Ação: 1067 - Pontes e Obras de Arte</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
35 - Obra	m.	75,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários	4.000.000,00	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	500.000,00	
1640000 - Transf.Convênio -Estado/Outros	400.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>4.900.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>18.196.000,00</b>
<b>Programa: 60 - Gestão da procuradoria geral do município</b>		
<b>Objetivos:</b> Resguardar e dar efetividade às ações e atos da Administração Municipal, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa administrativa ou judicial e assegurando a prevalência e a indisponibilidade do Interesse Público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.		
<b>Diretrizes:</b> A Procuradoria Geral do Município é o órgão do Poder Executivo responsável pela defesa extrajudicial e judicial do Município, primando pela legalidade dos atos de todos os setores da administração municipal. Exerce funções de consultoria e assessoramento, e tem competência privativa para execução da dívida ativa municipal de natureza tributária (art. 59, da LOM). A Procuradoria é Órgão Superior de Assessoramento do Poder Executivo, conforme lei, sendo composta por um Procurador Geral, um Assessor Institucional, um Diretor do Departamento Jurídico, um Assessor Jurídico, dois Advogados Efetivos, um atendente administrativo e um Auxiliar Administrativo. Está vinculado ainda à Procuradoria Geral do Município a Casa da Cidadania.		
<b>Gerente:</b> 185469 - JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA		
<b>Função: 4 - Administração</b>		<b>Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário</b>
<b>Ação: 2104 - Manutenção da Casa da Cidadania</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários	75.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>75.000,00</b>
<b>Função: 4 - Administração</b>		<b>Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial</b>
<b>Ação: 2100 - Manutenção do Departamento Jurídico</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários	645.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>645.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>720.000,00</b>
<b>Programa: 61 - Gestão do fundo de defesa dos direitos difusos</b>		

**Objetivos:**

Promover e implementar as ações direcionadas a educação, orientação, proteção e de defesa do consumidor, além de coordenar a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor. Resguardar e dar efetividade as ações e atos, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa dos direitos do consumidor, assegurando a prevalência e a indisponibilidade do interesse público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

**Diretrizes:** A coordenadoria de proteção e defesa do consumidor - PROCON será exercida através de um coordenador geral que contará com uma equipe administrativa de apoio, tendo a disposição do PROCOM pessoal, material e recursos financeiros para o seu necessário funcionamento.

**Gerente:** 15113 - OSVALDO ROBERTO BRODWOLF

**Função:** 4 - Administração

**Subfunção:** 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

**Ação:** 2102 - Manutenção do Procon

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		235.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>235.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>235.000,00</b>

**Programa:** 62 - Atenção integral a criança e ao adolescente**Objetivos:**

O FIA tem como objetivo captar e aplicar recursos destinados às ações de atendimento à criança e ao adolescente. Os recursos destinados ao FIA podem ser aplicados em projetos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em projetos de combate ao trabalho infantil, além de ser aplicada também no custeio das atividades do Conselho Tutelar bem assim como na formação continuada dos Conselheiros Tutelares. No Art. nº. 4º e seus incisos, da Resolução nº 139/10 do CONANDA, é estabelecido as dotações específicas para a implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares e custeio de suas atividades, e no Parágrafo 6º deste caput, a resolução deixa claro que, "§ 6º - Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos neste artigo, exceto para a formação e a qualificação dos Conselheiros Tutelares. No parágrafo 1º, alínea "a" do Art. 4º da resolução 139 do CONANDA, esclarece que a Lei orçamentária Municipal se responsabilizar preferencialmente pela formação continuada para os membros do Conselho Tutelar, se referindo às capacitações.

Oportunizar e acompanhar o desenvolvimento bio-psico-social da criança e do adolescente com vistas à inclusão social e ênfase a instituição familiar. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os órgãos e programas institucionais correlatos. Otimizar e racionalizar os atendimentos nos diversos programas para atingir maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Envolver toda a sociedade civil, caracterizada pela família, profissionais envolvidos, Programa Sócio-familiar PSF, nas atividades do FIA, CMDCA e Conselho Tutelar. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

**Diretrizes:** O município tem em funcionamento o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - (FIA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), além de vários programas de proteção e sócio-educativos. Diante do quadro atual detectado pelos aparelhos sócio assistenciais do município (Secretaria de Assistência Social através do CRAS e CREAS, Conselho Tutelar e Unidades de Saúde) foram credenciados projetos através do CMDCA visando a garantia dos direitos e inclusão social de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

**Função:** 8 - Assistência Social

**Subfunção:** 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

**Ação:** 1227 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Fia

Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação:** 2210 - Transferencia de Recursos do Fia

Produto	Unidade Medida	Quantidade
14 - Entidades	und	0,00
Vínculo	Valor	
1090000 - FIA Imposto de Renda		6.000,00
1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>16.000,00</b>

**Ação:** 2212 - Manutenção de Programas e Atividades do Fia

Produto	Unidade Medida	Quantidade
17 - Pessoas	und	2.800,00

Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00	
1090000 - FIA Imposto de Renda		43.500,00	
		Total Ação	44.500,00
		Total Programa	65.500,00
Programa: 66 - Habitação popular de timbó - fht			
<b>Objetivos:</b> Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de habitação popular; promover a integração dos mutuários; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pelas Instituições Financeiras. Fimar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleça a política de atenção a habitação popular no município de Timbó; realizar pesquisas indicativas das demandas no município e em que área estão localizados os déficits habitacionais. Trabalhar com projetos de inclusão social em espaço específico construído nos terrenos que abrigarão os conjuntos habitacionais.			
<b>Diretrizes:</b> Em 2005 foi criada a lei nº 2278, que implementou o Programa Carta de Crédito FGTS-Individual-Operações Coletivas-Recursos do FGTS. O município de Timbó até 2006 investiu muito pouco em relação a intermediação para viabilizar a Política de Habitação de Interesse Social, Casa Própria para a população de baixa renda. Conforme os dados que constam no cadastro da Assistência social do Município de Timbó a demanda é crescente e eminente a intervenção da administração pública com o objetivo de fomentar esta área e propiciar a inclusão social. Está sendo elaborado o plano municipal de habitação, de acordo com pesquisa feita em todos os lares do município através da Empresa Logus, que visa diagnosticar o perfil habitacional existente e consequente planejamento para a construção de habitações populares, em parceria com Caixa Econômica Federal e/ou outras entidades, que serão destinadas à população de baixa renda e residente em áreas de risco (famílias com até 3 salários mínimos mensais de renda) e a outros beneficiários (com renda familiar de 03 a 06 salários mínimos).			
<b>Gerente:</b> 254231 - ALFREDO JOAO BERRI			
Função: 16 - Habitação		Subfunção: 482 - Habitacao Urbana	
Ação: 2108 - Manutenção do Fht			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
18 - Pessoas	Unidade	12,50	
Vínculo	Valor		
1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00		
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	9.000,00		
		Total Ação	10.000,00
		Total Programa	10.000,00
Programa: 70 - Gestão da Atenção Básica Timbó			
<b>Objetivos:</b> Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público e ou processo seletivo, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutaras, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Fimar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Manutenção da Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade. Adesão a novos programas do Ministério da Saude (NASF,Melhol. em casa e outros).			
<b>Diretrizes:</b> O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes na estratégia de saúde da família, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo o sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Tratamento fora de domicílio, Pronto Socorro, Hospital e maternidade OASE, e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999 , que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem /e ou outro profissional. A Saúde Bucal na estratégia da Saúde da Família representou a criação de um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.			

<b>Gerente:</b> 254231 - ALFREDO JOAO BERRI		
<b>Função:</b> 10 - Saúde		<b>Subfunção:</b> 301 - Atenção Básica
<b>Ação:</b> 1153 - Obras e Instalações Ab		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
20 - Área	M2	262,50
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	10.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>
<b>Ação:</b> 2150 - Manutenção da Saúde da Família		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1390000 - Fundo Especial de Petróleo	10.000,00	
1330000 - Transf. Convênios-União/Saúde	50.000,00	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	4.477.296,00	
1386400 - Transf - SUS/União- ATENÇÃO BASICA	3.257.096,00	
1410000 - Royalties Petról-Saúd Lei 12.858/2013	50.000,00	
1676400 - Assistência Sist.Único-SUS/Estado A.BASI	547.400,00	
<b>Total Ação</b>		<b>8.391.792,00</b>
<b>Ação:</b> 2152 - Manutenção dos Agentes Comunitários		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	657.307,00	
1386400 - Transf - SUS/União- ATENÇÃO BASICA	932.693,00	
<b>Total Ação</b>		<b>1.590.000,00</b>
<b>Ação:</b> 2154 - Manutenção da Saúde Bucal		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1386400 - Transf - SUS/União- ATENÇÃO BASICA	267.600,00	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	2.097.400,00	
<b>Total Ação</b>		<b>2.365.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>12.356.792,00</b>
<b>Programa:</b> 72 - Gestão da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
<b>Objetivos:</b> Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, serviços próprios, conveniados e/ou contratados públicos e privados com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles Hospital OASE e o CISAMMVI (Consortio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). Uniformes para profissionais.		
<b>Diretrizes:</b> A odontologia ofertara trabalhos em endodontia. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 pronto Socorro, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, 2 Laboratórios de análise, Associação Renal Vida, APAE, Rede feminina, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readequação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências está inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.		
<b>Gerente:</b> 254231 - ALFREDO JOAO BERRI		
<b>Função:</b> 10 - Saúde		<b>Subfunção:</b> 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
<b>Ação:</b> 1157 - Frota de Veículos Mac		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
2 - Veiculo	und	2,00

Vínculo		Valor	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		10.000,00	
1330000 - Transf.Convênios-União/Saúde		150.000,00	
Total Ação		160.000,00	
Ação: 2160 - Parceria de Hospital de Pequeno Porte			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00	
Vínculo		Valor	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		4.600.000,00	
Total Ação		4.600.000,00	
Ação: 2164 - Manutenção das Atividades do Mac			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00	
Vínculo		Valor	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		6.258.997,00	
1386500 - Transf - SUS/União - MAC		419.660,00	
1385700 - Transf - SUS/União - SAMU		159.500,00	
1386900 - Transf. - SUS/União - MAC APAE/SERVIÇOS AMBULATORIAIS		301.000,00	
1630000 - Transf.Convênio -Estado/Saúde		50.000,00	
1387100 - Transf. - SUS/União - MAC FISIOTERAPIA		65.843,00	
Total Ação		7.255.000,00	
Total Programa		12.015.000,00	
Programa: 74 - Gestão da Vigilância em Saúde			
Objetivos:			
Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento. Divulgar os atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.			
Diretrizes: A Secretaria Municipal de Saúde possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS, Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue. A secretaria Municipal de Saúde do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.			
Gerente: 254231 - ALFREDO JOAO BERRI			
Função: 10 - Saúde		Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária	
Ação: 1161 - Frota de Veículos - Vigilância Sanitária			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
2 - Veiculo	und	0,50	
Vínculo		Valor	
1386600 - Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE		5.000,00	
Total Ação		5.000,00	
Ação: 1163 - Obras e Instalações Vigilância Sanitária e Epidemiológica			
Produto	Unidade Medida	Quantidade	
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00	
Vínculo		Valor	
1386600 - Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE		5.000,00	
Total Ação		5.000,00	
Ação: 2166 - Manutenção da Vigilância Sanitária			

<b>Produto</b> 11 - Unidade Gestora	<b>Unidade Medida</b> Unidade	<b>Quantidade</b> 1,00
<b>Vínculo</b> 1020000 - Receitas de Impostos - Saúde 1386600 - Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE		<b>Valor</b> 440.000,00 35.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>475.000,00</b>
<b>Função: 10 - Saúde</b>		<b>Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica</b>
<b>Ação: 1165 - Frota de Veículos - Vigilância Epidemiológica</b>		
<b>Produto</b> 1 - Veiculo	<b>Unidade Medida</b> UN	<b>Quantidade</b> 0,50
<b>Vínculo</b> 1386600 - Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE		<b>Valor</b> 5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Ação: 2168 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica</b>		
<b>Produto</b> 10 - Unidade Gestora	<b>Unidade Medida</b> und	<b>Quantidade</b> 1,00
<b>Vínculo</b> 1020000 - Receitas de Impostos - Saúde 1386600 - Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE		<b>Valor</b> 575.000,00 168.208,00
<b>Total Ação</b>		<b>743.208,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.233.208,00</b>
<b>Programa: 76 - Assistência Farmaceutica e Suporte Profilático</b>		
<b>Objetivos:</b> Adequação da farmácia básica, junto à Policlínica de Referências.		
<b>Diretrizes:</b> O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 2 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de política de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu trabalho, família e sociedade.		
<b>Gerente:</b> 254231 - ALFREDO JOAO BERRI		
<b>Função: 10 - Saúde</b>		<b>Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico</b>
<b>Ação: 2170 - Manutenção do Suporte Profilático e Terapêutico</b>		
<b>Produto</b> 10 - Unidade Gestora	<b>Unidade Medida</b> und	<b>Quantidade</b> 1,00
<b>Vínculo</b> 1020000 - Receitas de Impostos - Saúde 1386700 - Transf - SUS/União - FARMACIA BASICA 1676700 - Assistência Sist.Único - SUS/Estado FARM		<b>Valor</b> 738.000,00 192.000,00 170.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.100.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.100.000,00</b>
<b>Programa: 78 - Gestão do SUS</b>		
<b>Objetivos:</b> Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais. Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.		
<b>Diretrizes:</b> O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.		
<b>Gerente:</b> 254231 - ALFREDO JOAO BERRI		
<b>Função: 10 - Saúde</b>		<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>



Ação: 2176 - Manutenção da Gestão do Sus			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora		und	1,00
Vínculo		Valor	
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		620.000,00	
Total Ação			620.000,00
Total Programa			620.000,00
Programa: 86 - Aprimoramento da Gestão e Manutenção do Departamento e Equipamentos Sociais			
Objetivos:			
Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social criada através LC nº426 de 26.12.2012 com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência social - PNAS/2004. Fortalecer o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) visando a construção de sede própria através de convênios com os Governos Estadual e Federal, bem como a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Germer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de ampliação de equipe técnica e investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS visando implantação de sede própria do mesmo.			
Diretrizes: A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza em todo território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.			
Gerente: 254231 - ALFREDO JOAO BERRI			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 2270 - Manutenção da Gestão da Secretaria de Assistencia Social			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora		UN	1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		1.137.000,00	
1356300 - Transf. SUAS/União - BOLSA FAMILIA		6.000,00	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel		50.000,00	
Total Ação			1.193.000,00
Ação: 2272 - Capacitação dos Agentes Sociais, Realizacao de Conferencias, Seminarios, Foruns e Oficinas de Debates			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
16 - Pessoas		UN	625,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00	
Total Ação			10.000,00
Ação: 2294 - Manutenção dos Conselhos Municipais Vinculados a Assistencia Social			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora		UN	1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		170.000,00	
Total Ação			170.000,00
Ação: 2406 - Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
48 - Famílias		UN	232,00
Vínculo		Valor	
1356300 - Transf. SUAS/União - BOLSA FAMILIA		18.000,00	
Total Ação			18.000,00
Total Programa			1.391.000,00
Programa: 87 - Serviços de Proteção Social Básica			
Objetivos:			
O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de			

situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

**Diretrizes:** Para a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e/ou estão com seus vínculos afetivo, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, para atendimento de até 3.500 famílias no território de abrangência dos bairros Araponguinhas, PE Martinho e Estados. porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abranger os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

**Gerente:** 254231 - ALFREDO JOAO BERRI

**Função:** 8 - Assistência Social

**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária

**Ação:** 1411 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Fmas Proteção Básica

Produto	Unidade Medida	Quantidade
27 - Equipamentos	Unidade	0,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	50.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>51.000,00</b>

**Ação:** 2274 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família (paif)

Produto	Unidade Medida	Quantidade
16 - Pessoas	UN	875,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1650000 - Transf.Sistema único - SUAS/Estado	29.200,00	
1350000 - Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	112.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários	35.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>176.200,00</b>

**Ação:** 2276 - Manutenção de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

Produto	Unidade Medida	Quantidade
16 - Pessoas	UN	1.500,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários	41.000,00	
1350000 - Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	59.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>100.000,00</b>

**Ação:** 2278 - Manutenção dos Benefícios Eventuais

Produto	Unidade Medida	Quantidade
16 - Pessoas	UN	1.800,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
1650000 - Transf.Sistema único - SUAS/Estado	2.600,00	
1000000 - Recursos Ordinários	150.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>152.600,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>479.800,00</b>

**Programa:** 88 - Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

**Objetivos:**

Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

**Diretrizes:** A Proteção Social Especial na média complexidade é atendida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que atualmente possui equipe composta por 01 assistente social, 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 aux administrativo, 01 coordenação, e auxílio jurídico da procuradoria do município. Salientamos que para atendimento do serviço da média complexidade com a finalidade de absorver a demanda total existente e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos, bem como de aluguel ou a construção de um imóvel para proporcionar um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos Institucionais e Casas lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos e portadores de deficiência. Em relação aos idosos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Com relação a PSE para pessoas com deficiência o município celebra convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais para atendimento das demandas de permanência sócio educacionais, e as demandas psicossociais são atendidas no CREAS. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município), face a esta situação o município efetuará a cessão de imóvel para a instalação de Instituição de acolhimento com a celebração de convênio para o acolhimento de crianças e adolescentes dentro de seu território.

**Gerente:** 254231 - ALFREDO JOAO BERRI

**Função:** 8 - Assistência Social

**Subfunção:** 244 - Assistência

<b>Ação: 2284 - Serviço de Proteção e Atend. Especializado as Famílias e Indivíduos - Paefi</b>			Comunitária
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
48 - Famílias	UN	146,25	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		15.000,00	
1650000 - Transf.Sistema único - SUAS/Estado		76.200,00	
1350000 - Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União		81.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>172.200,00</b>
<b>Ação: 2288 - Manutenção do Serviço de Proteção Social para Deficientes, Idosos e Suas Famílias</b>			
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
48 - Famílias	UN	25,00	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1350000 - Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União		52.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>52.000,00</b>
<b>Ação: 2292 - Manutenção dos Serviços de Alta Complexidade</b>			
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
16 - Pessoas	UN	30,00	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		689.000,00	
1650000 - Transf.Sistema único - SUAS/Estado		21.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>710.000,00</b>
<b>Total Programa</b>			<b>934.200,00</b>
<b>Programa: 90 - Manutenção do esporte amador, comunitário e rendimento</b>			
<b>Objetivos:</b>			
Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover a integração das comunidades, dos clubes e das empresas do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.			
<b>Diretrizes:</b> A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo à prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção e participação de eventos. Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 1 estádio municipal, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo, 1 parque central e a sede administrativa.			
<b>Gerente:</b> 226408 - MARCIO ELISIO			
<b>Função: 27 - Desporto e Lazer</b>			<b>Subfunção: 813 - Lazer</b>
<b>Ação: 1237 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Fme</b>			
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
10 - Unidade Gestora	und	1,00	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>10.000,00</b>
<b>Ação: 1241 - Obras e Construções - Fme</b>			
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
10 - Unidade Gestora	und	2,00	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel		200.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>205.000,00</b>
<b>Ação: 2236 - Manutenção do Departamento de Esportes</b>			
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
10 - Unidade Gestora	und	1,00	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		640.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>640.000,00</b>
<b>Ação: 2238 - Manutenção da Divisão de Esporte Comunitário e Escolar</b>			
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>	
9 - Unidade Gestora	UN	1,00	
<b>Vínculo</b>		<b>Valor</b>	
1000000 - Recursos Ordinários		155.000,00	
<b>Total Ação</b>			<b>155.000,00</b>

Ação: 2240 - Manutenção de Eventos Esportivos			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora		und	1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		350.000,00	
Total Ação			350.000,00
Total Programa			1.360.000,00
Programa: 91 - Apoio as entidades esportivas do município			
Objetivos:			
Auxílio na manutenção dos espaços de prática esportiva e lazer. Manter a estrutura de equipes de modalidades diversas. Reformas e ampliações dos espaços de esporte comunitário.			
Diretrizes: A Fundação Municipal de Esportes atua em parceria com diversas entidades (clubes, associações, sociedades esportivas,ong´s, etc.) ligadas ao esporte no município de Timbó, nesse contexto são desenvolvidas ações de esporte e lazer nos espaços cedidos pelas associações, como escolinhas, campeonatos, eventos e outras competições. Essas entidades também mantêm equipes em diversas modalidades esportivas, onde representam Timbó em competições estaduais e nacionais.			
Gerente: 226408 - MARCIO ELISIO			
Função: 27 - Desporto e Lazer		Subfunção: 812 - Desporto Comunitário	
Ação: 2242 - Repasses da Fme para Entidades, Clubes e Associações			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora		und	1,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		200.000,00	
Total Ação			200.000,00
Total Programa			200.000,00
Programa: 92 - Bolsa-atleta e bolsa tecnico-municipal			
Objetivos:			
Oportunizar condições financeiras, de forma a garantir tempo disponível para treinos, e coordenação de modalidades, incentivando assim o desenvolvimento de uma política de desportos focada no cidadão e no resultado.			
Diretrizes: Parcela significativa dos atletas, técnicos e auxiliares-técnicos (amadores, não-profissionais ou profissionais) muitas vezes abandonam o esporte por questões financeiras, vez que o tempo para os treinamentos acaba sendo substituído pelo exercício de atividade laboral necessária ao sustento e custeio dos materiais e equipamentos necessários a efetiva prática desportiva, capacitação técnica, hospedagem, alimentação e locomoção em competições. Em razão disso, decorre a necessidade do Poder Público em auxiliar estes atletas e técnicos para que continuem desempenhando suas atividades.			
Gerente: 226408 - MARCIO ELISIO			
Função: 27 - Desporto e Lazer		Subfunção: 812 - Desporto Comunitário	
Ação: 2404 - Concessao de Bolsas a Atletas, Tecnicos e Auxiliares-tecnicos			
Produto		Unidade Medida	Quantidade
17 - Pessoas		und	2.000,00
Vínculo		Valor	
1000000 - Recursos Ordinários		742.000,00	
Total Ação			742.000,00
Total Programa			742.000,00
Programa: 94 - Incentivo a memória, história, cultura e arte			
Objetivos:			
Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar: estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.			
Diretrizes: A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Danca nos Bairros, Festival de Danca de Timbó, Cultura Rock, Semana Cultural, Páscoa no Parque, Um Domingo no Morro Azul,			

Festival Gastronômico, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Orquestra Intermezzo, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Marea, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes  
**Gerente:** 15830 - JORGE REVELINO FERREIRA

**Função:** 13 - Cultura

**Subfunção:** 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

**Ação:** 2252 - Manutenção da Divisão Histórico Museológica

Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	587.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>587.000,00</b>

**Função:** 13 - Cultura

**Subfunção:** 392 - Difusão Cultural

**Ação:** 1243 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Fct

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	4,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>

**Ação:** 2246 - Transferencia de Recursos

Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	390.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>390.000,00</b>

**Ação:** 2248 - Manutenção da Divisão de Música

Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	340.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>340.000,00</b>

**Ação:** 2250 - Manutenção da Divisão Cultural

Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	895.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>895.000,00</b>

**Ação:** 2254 - Manutenção de Eventos Culturais e Populares

Produto	Unidade Medida	Quantidade
10 - Unidade Gestora	und	1,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>1.100.000,00</b>

**Total Programa** **3.322.000,00**

**Programa:** 96 - Preservação, manutenção e divulgação cultural

**Objetivos:**

Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

**Diretrizes:** A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

**Gerente:** 15830 - JORGE REVELINO FERREIRA

**Função:** 13 - Cultura

**Subfunção:** 392 - Difusão Cultural

**Ação:** 1251 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Cic

Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
Vínculo	Valor	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00	
1640000 - Transf.Convênio -Estado/Outros	200.000,00	
1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>305.000,00</b>
<b>Ação: 1255 - Obras e Construções - Cic</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
38 - Obra	UN	6,00
Vínculo	Valor	
1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	
1340000 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel	653.500,00	
<b>Total Ação</b>		<b>663.500,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>968.500,00</b>
<b>Programa: 100 - Água potável para todos</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Assegurar, num período de 4 anos, o fornecimento de água tratada para 97% da população timboense residente na área urbana e iniciar a expansão da rede de abastecimento para a área rural, promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria na qualidade de vida. Formação do custo real da água para cobrança justa que permita o equilíbrio financeiro da Autarquia, possibilitando futuros investimentos.		
<b>Diretrizes:</b> A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento .....		
<b>Gerente:</b> 6033 - WALDIR GIRARDI		
<b>Função: 17 - Saneamento</b>		<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>
<b>Ação: 1301 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Água</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	3,00
Vínculo	Valor	
2000000 - Recursos Ordinários	120.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>120.000,00</b>
<b>Ação: 1303 - Frota de Veículos e Máquinas - Água</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
3 - Veiculo	Unidade	5,00
Vínculo	Valor	
2000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>
<b>Ação: 1305 - Obras e Instalações - Água</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
15 - Metros	MIL	7,50
Vínculo	Valor	
2000000 - Recursos Ordinários	844.440,00	
<b>Total Ação</b>		<b>844.440,00</b>
<b>Ação: 1307 - Imóveis e Instalações - Água</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
6 - Imóvel	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
2000000 - Recursos Ordinários	3.000,00	
<b>Total Ação</b>		<b>3.000,00</b>
<b>Ação: 2300 - Manutenção da Administração - Dpto. Água</b>		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo	Valor	
2000000 - Recursos Ordinários	2.143.560,00	
<b>Total Ação</b>		<b>2.143.560,00</b>
<b>Ação: 2302 - Manutenção da Eta</b>		

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		1.190.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.190.000,00</b>
<b>Ação: 2304 - Manutenção dos Serviços de Água</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		2.185.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>2.185.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>6.536.000,00</b>
<b>Programa: 102 - Esgotamento sanitário - viva cidade sustentável</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Viabilizar, através de convênios e recursos próprios, o projeto de implantação da rede coletora e da estação de tratamento de esgoto domiciliar, bem como iniciar sua implantação e funcionamento.		
<b>Diretrizes:</b> O Projeto de Sistema de Coleta, Transporte e Tratamento do Esgoto Doméstico está concluído. A elaboração do Projeto permite a imediata busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes. A execução completa do Projeto deverá ser feita em 4 etapas, devendo estar concluída em 2018. As fontes de recursos para os programas de saneamento básico deverão estar claramente definidos em conformidade com o definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico. O Município participa de Consórcio Intermunicipal cuja principal finalidade é colaborar na gestão dos problemas ambientais. O Plano de Saneamento Básico pode ser regionalizado, tendo como tema central a Universalização.		
<b>Gerente:</b> 6033 - WALDIR GIRARDI		
<b>Função: 17 - Saneamento</b>		<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>
<b>Ação: 1309 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Esgoto</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	3,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Ação: 1311 - Frota de Veículos e Máquinas - Esgoto</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
3 - Veículo	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Ação: 1313 - Obras e Instalações - Trat.de Esgoto</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
15 - Metros	MIL	30,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Ação: 1315 - Imóveis e Instalações - Trat.de Esgoto</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
6 - Imóvel	Unidade	2,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Ação: 2306 - Manutenção da Administração - Dpto. Esgoto</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	2,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Ação: 2308 - Manutenção dos Serviços da Ete</b>		
<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	2,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação: 2310 - Manutenção dos Serviços de Tratamento de Esgoto**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	2,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>35.000,00</b>

**Programa: 104 - Gestão dos resíduos sólidos****Objetivos:**

Fortalecimento da atuação preventiva, através do desenvolvimento da educação ambiental e da manutenção e/ou expansão do programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, para diminuição de resíduos, destinados ao tratamento e disposição final no Aterro Sanitário, e do impacto ambiental decorrente. Aplicação e avaliação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Recuperação das áreas de tratamento e disposição final dos resíduos. Revitalização da área em torno das lagoas. Recuperação da mata ciliar do Córrego Araponguinhas. Melhoria da imagem e do serviço prestado a população de Timbó.

**Diretrizes:** O SAMAE realiza no município de Timbó a coleta de resíduos sólidos domiciliares que são levados ao Aterro Sanitário para tratamento e disposição final. Através de Convenio celebrado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale e nove municípios do Médio Vale, os municípios são responsáveis pela ampliação da área física do aterro enquanto o Município de Timbó, através do SAMAE, é responsável pela administração do Aterro, sendo remunerado pela prestação do serviço de recebimento e compactação dos resíduos recebidos. Continua com sucesso o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, aumentando a conscientização da população e o investimento em educação ambiental. O Aterro Sanitário de Timbó é visto como um modelo a ser seguido pelos demais municípios. O investimento em .....

**Gerente:** 6033 - WALDIR GIRARDI

**Função: 17 - Saneamento****Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano****Ação: 1317 - Equipamentos, Móveis e Utensílios - Aterro**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	3,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação: 1319 - Frota de Veículos e Máquinas - Aterro**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
3 - Veiculo	Unidade	2,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		10.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>

**Ação: 1321 - Obras e Instalações - Aterro**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
20 - Área	M2	75,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		200.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>

**Ação: 1323 - Imóveis e Instalações - Aterro**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
6 - Imóvel	Unidade	0,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>

**Ação: 2312 - Manutenção da Administração - Aterro**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		685.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>685.000,00</b>

**Ação: 2314 - Manutenção dos Serviços do Aterro**

<b>Produto</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Quantidade</b>
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
<b>Vínculo</b>	<b>Valor</b>	
2000000 - Recursos Ordinários		715.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>715.000,00</b>

**Ação: 2316 - Manutenção dos Serviços de Reciclagem**



Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo		Valor
2000000 - Recursos Ordinários		640.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>640.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.260.000,00</b>
<b>Programa: 106 - Drenagem de águas pluviais</b>		
<b>Objetivos:</b>		
A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.		
<b>Diretrizes:</b> A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.		
<b>Gerente:</b> 6033 - WALDIR GIRARDI		
<b>Função:</b> 17 - Saneamento		<b>Subfunção:</b> 512 - Saneamento Básico Urbano
<b>Ação:</b> 1324 - Obras e Instalações - Drenagens		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
7 - Unidade Gestora	M3	4.000,00
Vínculo		Valor
2000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>
<b>Ação:</b> 2318 - Manutencao dos Servicos de Drenagem		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
11 - Unidade Gestora	Unidade	2,00
Vínculo		Valor
2000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.000,00</b>
<b>Programa: 9999 - Reserva de Contingência</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.		
<b>Diretrizes:</b> Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.		
<b>Função:</b> 99 - Reserva de Contingência		<b>Subfunção:</b> 999 - Reserva de contingência
<b>Ação:</b> 9999 - Reserva de Contingência		
Produto	Unidade Medida	Quantidade
9 - Unidade Gestora	UN	1,00
11 - Unidade Gestora	Unidade	1,00
Vínculo		Valor
1000000 - Recursos Ordinários		220.500,00
1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		30.000,00
1030000 - Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS		4.396.000,00
2000000 - Recursos Ordinários		47.000,00
<b>Total Ação</b>		<b>4.693.500,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>4.693.500,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>153.000.000,00</b>

**LDO DEMONSTRATIVO DA DESPESA**

Dotação		2017	%
Órgão	1 - Câmara de Vereadores		
Unidade	1 - Atividades Legislativas		
Função	0001 - Legislativa		
Subfunção	0031 - Ação Legislativa		
Programa	0001 - Processo legislativo		
Ação	1001 - Equipar a Câmara de Vereadores com Computadores e Softwares de Informática, Impressoras, Livros para a Biblioteca Administrativa e Legislativa, Mobiliário e Equipamentos para a Sede e Equipamentos Diversos. Estudos e Projetos para a Sede.		
<b>Total Ação</b>		<b>255.000,00</b>	<b>0,17</b>
Ação	1005 - Construções e Manutenções Necessárias para a Sede.		
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
Ação	2000 - Assessoria Administrativa da Câmara de Vereadores: Manter as Atividades dos Departamentos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais e Legais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação, Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios e Contratos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, para o Aperfeiçoamento e Apoio dos Trabalhos da Secretaria e Consultorias / Assessorias Específicas de acordo com as Necessidades. Implementar Atividades Contábeis em Conformidade com o Sistema de Controle Interno Municipal e Legislação Vigente. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração.		
<b>Total Ação</b>		<b>980.000,00</b>	<b>0,64</b>
Ação	2002 - Assessoria Legislativa da Câmara de Vereadores: Manter as Atividades do Departamento, Eventos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais e Legais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação, Treinamento, entre Outros. Contratar Serviços Técnicos Especializados, para o Aperfeiçoamento e Apoio dos Trabalhos da Secretaria e Consultorias / Assessorias Específicas de acordo com as Necessidades. Divulgar os Trabalhos Legislativos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Quanto às Ações do Governo Municipal, Através da Realização de Audiências Públicas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Manter as Atividades do Processo Legislativo, Realização de Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, Remuneração dos Vereadores e Servidores Envolvidos no Processo Legislativo Conforme Legislação em Vigor. Implantação e Execução Câmara Mirim.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.924.000,00</b>	<b>1,26</b>
<b>Total Programa</b>		<b>3.359.000,00</b>	<b>2,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>3.359.000,00</b>	<b>2,20</b>
<b>Total Função</b>		<b>3.359.000,00</b>	<b>2,20</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>3.359.000,00</b>	<b>2,20</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>3.359.000,00</b>	<b>2,20</b>
Órgão	2 - Secretaria da Articulação Política e Institucional		
Unidade	1 - Assessoria do Gabinete		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0122 - Administração Geral		
Programa	0010 - Gestão da articulação das políticas públicas		
Ação	1007 - Adquirir Um Veículo Passeio para Substituição da Frota Depreciada.		
<b>Total Ação</b>		<b>80.000,00</b>	<b>0,05</b>
Ação	2004 - Gabinete do Prefeito e Vice, Assessoria Técnica e Captação de Convênios, Manter as Atividades dos Departamentos, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos da Secretaria. Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas Que Desempenham Funções de Destacado Interesse Público. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Promover a Visibilidade Internacional do Município Buscando Atrair Investimentos para a Cidade, Bem Como Aprimorando as Políticas Públicas a Partir de Perspectivas e Culturas Distintas. Preparar Cerimônias de Recepção de Diversas Autoridades Nacionais e Internacionais, Incluídas as Despesas com Alimentação destes Eventos. Reaparelhar as Assessorias com Equipamentos de Informática e Periféricos Atualizados, Além de Implementos Tecnológicos Que Auxiliem no Desempenho das Funções Institucionais, Adequação do Mobiliário, Bem Como a Readequação do Espaço Físico.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.030.000,00</b>	<b>0,67</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.110.000,00</b>	<b>0,00</b>

Dotação		2017	%
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.110.000,00</b>	<b>0,73</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.110.000,00</b>	<b>0,73</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.110.000,00</b>	<b>0,73</b>
Unidade	2 - Imprensa, Comunicacao e Relacoes Publicas		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0131 - Comunicação Social		
Programa	0012 - Gestão da informação e comunicação municipal		
Ação	2008 - Departamento de Comunicação e Relações Públicas; Manter as Atividades dos Departamentos, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos Legislativos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Equipar o Dicom e Drp com 01 Filmadora, 01 Condicionador de Ar, Câmera Fotográfica, Impressoras Laser, Filmadoras, Placas de Vídeo, Softwares Corel Draw e Photo Shop, Cabos de Apoio, Computadores Atualizados para Repor os Depreciados e Mobiliário.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.420.000,00</b>	<b>0,93</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.420.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.420.000,00</b>	<b>0,93</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.420.000,00</b>	<b>0,93</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.420.000,00</b>	<b>0,93</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>2.530.000,00</b>	<b>1,65</b>
Órgão	3 - Secretaria da Fazenda e Administracao Municipal		
Unidade	1 - Administração Geral		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0015 - Administração e controle municipal.		
Ação	1009 - Substituir a Frota de Veículos Passeio, Obsoleta, da Administração.adquirir 15 Veículos Utilitários para as Diversas Secretarias do Município.		
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
Ação 1013 - Equipar Todos os Setores da Administração Direta com Móveis, Mobiliário em Geral e Equipamentos de Tecnologia de Informação, Informática, Telefonia entre Outros.			
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>	<b>0,03</b>
Ação 2012 - Manter as Atividades do Setor de Administração Geral em Todos os Setores. Investir em Eventos, Contratações, Consórcios, Recursos Humanos, Material de Consumo, Serviços de Terceiros, Cursos e Capacitações, Publicações e Publicidades dos Atos e Outros Necessários para Atingir as Metas do Programa de Governo. Adequar e Substituir Móveis, Livros, Equipamentos, Ferramentas Profissionais entre Outros Que Sejam Necessários para a Continuidade dos Serviços Públicos com Qualidade e Eficiência. Setores: de Compras/suprimentos, Patrimônio, Controle Interno, Diversos Conselhos Municipais, Contabilidade, Tesouraria, Tributação, Fiscalização Tributária, Recursos Humanos, Protocolo Unificado e Cpd.			
<b>Total Ação</b>		<b>5.936.000,00</b>	<b>3,88</b>
<b>Total Programa</b>		<b>6.016.000,00</b>	<b>3,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>6.016.000,00</b>	<b>3,93</b>
<b>Total Função</b>		<b>6.016.000,00</b>	<b>3,93</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>6.016.000,00</b>	<b>3,93</b>
Unidade	5 - Encargos da Administracao		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0843 - Serviço da Dívida Interna		
Programa	0005 - Operações especiais com dívida e precatórios		
Ação	0002 - Saldar Mensalmente os Parcelamentos da Dívida com o Inss, Bndes, Badesc e Outros Institutos de Fomento (poder Executivo).		
<b>Total Ação</b>		<b>1.800.000,00</b>	<b>1,18</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.800.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.800.000,00</b>	<b>1,18</b>
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0004 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep da Pmt.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.500.000,00</b>	<b>0,98</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.500.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.500.000,00</b>	<b>0,98</b>
Subfunção	0846 - Outros encargos Especiais		

Dotação		2017	%
Programa	0005 - Operações especiais com dívida e precatórios		
Ação	0003 - Pagar Eventuais Obrigações com Precatórios/rpv.		
<b>Total Ação</b>		<b>890.000,00</b>	<b>0,58</b>
<b>Total Programa</b>		<b>890.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>890.000,00</b>	<b>0,58</b>
<b>Total Função</b>		<b>4.190.000,00</b>	<b>2,74</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>4.190.000,00</b>	<b>2,74</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>10.206.000,00</b>	<b>6,67</b>
Órgão	4 - Secretaria de Educacao		
Unidade	1 - Nucleos de Educacao Infantil		
Função	0012 - Educação		
Subfunção	0365 - Educação Infantil		
Programa	0020 - Educação infantil de qualidade		
Ação	1015 - Serão Adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil - Neis os Seguintes Equipamentos: 18 Computadores, 70 Conjuntos Escolares Infantil C/70 Mesas e 280 Cadeiras, 14 Impressoras, 19 Aparelhos de Som C/ Mp3, 12 Máquinas Fotográficas Digital, 15 Dvds, 15 Televisores 42 Polegadas de Lcd, 10 Projetores Multimídia, 40 Ventiladores de Teto, 30 Escrivainhas, 100 Cadeiras Estofadas Fixas, 35 Mesas Redondas/quadradas/ 4 Cadeiras, 35 Estantes de Aço, 35 Armários de Aço com Tranca, 11 Playgrounds, 5 Arquivos de Aço, 11 Trocadores sob Medida, 10 Armários 4 Portas para Roupas de Cama, 10 Armários 2 Portas para Roupas de Cama, 11 Ar Condicionado 12.000 Btus, 6 Jogos de Cozinhas Completo sob Medida, 3 Moveis P/ Compor o Lactário (geladeira, Pia C/ Balcão, Fogão, Armário ,torneira Elétrica), 100 Carrinhos de Bebê, 200 Berços, 30 Conjuntos de Mesa e Bancos para Refeitório Infantil, 11 Geladeiras Duplex, 7 Freezers Verticais, 11 Fogões Domésticos de 6 Bocas, 11 Fogões Industriais de 6 Bocas, 11 Fornos Elétricos com Capacidade de 44 Litros, 11 Liquidificadores Industriais, 11 Multiprocessadores Industrial de Alimentos, 11 Batedeiras Planetárias, 20 Bebedouros, 11 Máquinas de Lavar Roupa de 12 Quilos, 11 Secadoras de Roupas de 10 Quilos, 12 Microondas com Capacidade de 31 Litros, 5 Sistemas de Monitoramento Interno por Câmeras, e Outros, Conforme a Necessidade. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>100.000,00</b>	<b>0,07</b>
Ação	1017 - nesta Ação Serão Construídos Novos Imóveis para Neis, Ampliação dos Neis Existentes. 1 Núcleo de Educação Infantil com Aproximadamente 640,00m². Ampliação do Núcleo de Educação Infantil com Aproximadamente 150,00m2. em Relação as Reformas, Serão Efetuadas Pinturas, Reparos nas Coberturas, Impermeabilizações, Elétrica e Hidráulica dos Núcleos Educação Infantil. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.construção e Reforma de Unidades Conforme Demanda Apresentada.		
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
Ação	2042 - Manter as Despesas com as Atividades dos Núcleos Educação Infantil com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais da Educação Infantil, Diárias para Viagens Combustíveis, Material Pedagógicos, Manutenção das Bibliotecas, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis da Educação, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção de Veículos, Manutenção dos Softwares, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Manutenção de Equipamentos de Informática, Manutenção dos Convênios e Contratos, e entre Outras. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>10.820.000,00</b>	<b>7,07</b>
Ação	2044 - Aquisição de Gêneros Alimentícios para Garantir a Alimentação de Qualidade nos Núcleos Educação Infantil Que Serão Adquiridas com Recursos Próprios e com os Recursos da União.		
<b>Total Ação</b>		<b>580.000,00</b>	<b>0,38</b>
Ação	2048 - Aquisição de Gêneros Alimentícios para Garantir a Alimentação de Qualidade nas Unidades Pré-escolares, Que Serão Adquiridas com Recursos Próprios e com os Recursos da União.		
<b>Total Ação</b>		<b>180.000,00</b>	<b>0,12</b>
<b>Total Programa</b>		<b>11.880.000,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>11.880.000,00</b>	<b>7,76</b>
<b>Total Função</b>		<b>11.880.000,00</b>	<b>7,76</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>11.880.000,00</b>	<b>7,76</b>
Unidade	2 - Unidades Pre-escolares		
Função	0012 - Educação		
Subfunção	0365 - Educação Infantil		
Programa	0020 - Educação infantil de qualidade		
Ação	1021 - Serão Adquirido para as Unidades Pré-escolare- Upes os Seguintes Equipamentos: 24 Computadores, 70 Conjuntos Escolares Infantil C/70 Mesas e 280 Cadeiras, 13 Impressoras, 13 Aparelhos de Som C/ Mp3, 13 Máquinas Fotográficas Digital, 13 Dvds, 13 Televisores 42 Polegadas de Lcd, 13 Projetores Multimídia, 30 Ventiladores de Teto, 20 Escrivainhas, 15 Mesas Redondas/quadradas com 4 Cadeiras, 15 Estantes de Aço, 15 Armários de Aço com Tranca, 13 Playgrounds, 13 Arquivos de Aço, 30 Ar Condicionado 12.000 Btus, 10 Geladeiras Duplex, 6 Freezers Verticais, 13 Fogões Domésticos de 6 Bocas, 13 Fogões Industriais de 6 Bocas, 13 Fornos Elétricos com Capacidade de 44 Litros, 13 Liquidificadores Industriais, 13 Multiprocessadores Industrial de Alimentos, 13 Batedeiras Planetárias, 13 Bebedouros, 13 Máquinas de Lavar Roupa de 15k Quilos, 13 Microondas com Capacidade de 31 Litros e Outros, Conforme a Necessidade. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,02</b>

Dotação		2017	%
Ação	1023 - nesta Ação Será Construída a Unidades Pré-escolar com Aproximadamente 300,00m². Ampliação da Unidades Pré-escolar, com Aproximadamente 48,00m². em Relação as Reformas, Será Efetuadas Pinturas, Reparos nas Coberturas, Impermeabilizações, Elétrica e Hidráulica das Unidades Pré-escolares. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed. Construção e Reforma de Unidades Conforme Demanda Apresentada.		
<b>Total Ação</b>		<b>150.000,00</b>	<b>0,10</b>
Ação	2046 - Manter as Despesas com as Atividades das Unidades Pré-escolares com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais da Educação Infantil, Diárias para Viagens Combustíveis, Material Pedagógicos, Manutenção das Bibliotecas, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis da Educação, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção de Veículos, Manutenção dos Softwares, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Manutenção de Equipamentos de Informática, Manutenção dos Convênios e Contratos, e entre Outras. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>3.730.000,00</b>	<b>2,44</b>
<b>Total Programa</b>		<b>3.915.000,00</b>	<b>2,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>3.915.000,00</b>	<b>2,56</b>
<b>Total Função</b>		<b>3.915.000,00</b>	<b>2,56</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>3.915.000,00</b>	<b>2,56</b>
Unidade	3 - Ensino Fundamental		
Função	0012 - Educação		
Subfunção	0361 - Ensino Fundamental		
Programa	0022 - Educação fundamental de qualidade		
Ação	1025 - Será Destinados a Compra de 12 Impressoras Laser, 12 Aparelho de Som C/ Mp3, 06 Máquina Fotográfica Digital, 12 Aparelhos de Dvd, 30 Televisores 42 Polegadas de Led, 06 Projetor Multimídia, 6 Conjuntos de Equipamentos P/laboratórios de Ciência (microscópio, Balança de Precisão, Pipeta, e Outros), 30 Ar Condicionado, 20 Ventiladores de Teto E/ou Parede, 06 Aparelhos de Fax, 300 Conjuntos de Carteiras e Cadeiras Escolares, 20 Escrivaninha para Professores, 50 Cadeiras Estofadas Fixas, 06 Mesas Redondas para Bibliotecas Escolar, , 40 Quadros Brancos, 25 Estantes de Aço para Salas de Aulas/bibliotecas, 10 Armário de Aço com Tranca, 03 Playground, 06 Arquivo de Aço, 10 Conjunto de Mesas e Bancos para Refeitório, 06 Geladeiras Duplex, 06 Freezer Vertical, 06 Fogão Industrial C/ 6 Bocas, 06 Forno Elétrico C/ Capacidade de 44 Litros, 06 Liquidificador Industrial 2 Litros, 06 Multiprocessador Industrial de Alimentos, 06 Batedeira Planetária, 16 Bebedouros, 2 Conjuntos de Tabela de Basquete, 01 Conjuntos de Trave Futebol, 1 Conjuntos para Rede de Vôlei, 20 Mesas, 20 Cadeiras, 150 Computadores, 6 Microondas com Capacidade de 31 Litros, 6 Quadros Interativos, 100 Tablets, Outros Conforme a Necessidade. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>150.000,00</b>	<b>0,10</b>
Ação	1027 - Construção do Ginásio de Esportes da Escola Municipal São Roque em Aproximadamente 1.400,00m². Ampliação da Escolas Municipais em Aproximadamente 800,00 M². Construção e Reforma de Unidades Conforme Demanda Apresentada. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.100.000,00</b>	<b>0,72</b>
Ação	2050 - Manter as Despesas com as Atividades das Escolas com Ensino Fundamental com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais da Educação Fundamental, Professores de Apoio, Diárias para Viagens, Combustíveis, Material Pedagógicos, Manutenção das Bibliotecas, Contratação de Estagiários, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis da Educação, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção de Veículos, Manutenção dos Softwares, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Manutenção de Equipamentos de Informática, Manutenção dos Convênios e Contratos, e entre Outras. Implementar, Reformar e Adaptar a Sede da Semed.		
<b>Total Ação</b>		<b>14.220.000,00</b>	<b>9,29</b>
Ação	2052 - Aquisição de Gêneros Alimentícios para Garantir a Alimentação de Qualidade Aos Alunos do Ensino Fundamental, Que Serão Adquiridas com Recursos Próprios e com os Recursos da União.		
<b>Total Ação</b>		<b>430.000,00</b>	<b>0,28</b>
Ação	2054 - Manter as Despesas com o Transporte Escolar com o Pagamento de Seguro, Licenciamento, Imposto e Taxas, Materiais para Manutenção dos Veículos, Combustível, Lubrificantes, Salários, Encargos Sociais, Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento, Vale Transporte, Estas Despesas Serão Custeadas com Recursos Próprios e Recursos da União.		
<b>Total Ação</b>		<b>340.000,00</b>	<b>0,22</b>
Ação	2056 - Oferta de Formação para Jovens e Adultos Que Será para Manter os Salários e Encargos Sociais dos Profissionais, Despesas com Material de Expediente, Materiais Pedagógicos, Capacitação de Cursos de Aperfeiçoamento Aos Professores Que Atuam nesta Área.		
<b>Total Ação</b>		<b>40.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Programa</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>10,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>10,64</b>
<b>Total Função</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>10,64</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>16.280.000,00</b>	<b>10,64</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>32.075.000,00</b>	<b>20,96</b>
Órgão	6 - Secretaria de Desenvolvimento Economico		
Unidade	1 - Industria, Comercio e Servicos		

Dotação		2017	%
Função	0022 - Indústria		
Subfunção	0661 - Promoção Industrial		
Programa	0030 - Desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda		
Ação	1031 - Ação com Obras e Equipamentos. 02 Bondinhos, 02 Pedalinhos, 04 Canoagem, 04 Mesas, 30 Aparelhos de Academia Ar Livre, 16 Cadeiras, 04 Bancos de Espera, 02 Geladeiras, 02 Freezer, 03 Balcões, 02 Preateleiras, 02 Arquivos de Aço, 01 Gerador de Energia, 100 Mesas para Eventos, 200 Bancos para Eventos, 200 Cavaletes para as Mesas, 01 Fogão Industrial, 01 Caminhão Baú, 01 Kombi, 02 Lava-jatos, 02 Máquinas de Roçar Grama, 02 Roçadeiras Costais, 02 Escadas para Poda, 02 Sopradores de Folhas, 02 Sugadores, 02 Podadeira de Arbustos, 06 Carrinhos de Mão, 60 Bancos para Praça, 02 Computadores, 04 Tesouras para Poda, 06 Machados, 12 Enchadas, 12 Foices, 04 Cerrote para Poda, 06 Pá de Corte, 12 Pá Ajuntadeira, 02 Cavadeiras, 01 Picareta, 06 Enxadões, 02 Pedra de Esmerilho, 02 Facões, 02 Martelos, 02 Machadinhos, 02 Alicates, 01 Pulverizador de 15lts, 01 Pulverizador de 07lts, 30 Vassouras de Ferro para Varrer Grama, 06 Cadeiras para Escritório (giratórias), 04 Ar-condicionados. Obras no Pavilhão Henri Paul e Modernização de Praças Diversas.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2062 - Manter as Despesas com as Atividades do Desenvolvimento Econômico com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico, Diárias para Viagens, Combustíveis, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis do Desenvolvimento Econômico, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção de Veículos, Manutenção dos Softwares, Locação de Imóveis, Conserto e Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Banners, Manutenção de Equipamentos de Informática, Manutenção, Contratos, entre Outros. Colocação de Tubulações, Energia Elétrica nos Terrenos, Terraplanagem, Macadame, Barro para Implantação de Novas Empresas de Diversos Setores em Timbó. Manutenção do Pavilhão de Eventos e Praças Diversas.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.693.000,00</b>	<b>1,11</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.698.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.698.000,00</b>	<b>1,11</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.698.000,00</b>	<b>1,11</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.698.000,00</b>	<b>1,11</b>
Unidade	2 - Incentivo ao Trabalho		
Função	0011 - Trabalho		
Subfunção	0334 - Fomento ao Trabalho		
Programa	0032 - Profissionalizante qualificação de mão de obra		
Ação	1033 - Compras de 10 Memórias Ram Ddr2, 02 Processadores Intel Core i3 3220 3.3ghz 3mb Lga 1155, 02 Placas Mãe Ecs H61mh (chipset Intel), 02 Memórias 4gb Ddr3 1333mhz Kingston, 02 Hd-320 Gb Sata, 02 Monitores de Vídeo 17" lcd simples, 10 fones de ouvido simples, 10 baterias (pilha) para micro 3,3v, 05 fontes atx 24 pinos, 10 adaptadores wireless tp-link-usb, 05 teclados abnt ii-usb, 01 alicates para crimpar rj45, 15 assentos para cadeiras de plástico, 01 notebook i3, 01 data-show, 01 frigobar e 01 arquivo de aço com 4 gavetas.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2066 - Manter as Despesas com as Atividades do Ensino Profissionalizante com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais do Ensino Profissionalizante, Contratação de Estagiários, Diárias para Viagens, Material Pedagógicos, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção dos Softwares, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Material de Equipamentos de Informática, Manutenção do Convênios e Contratos, e entre Outras. Formação de Convênios e Parcerias com as Universidades, Entidades e Outros, Facilitando ao Acesso dos Alunos, entre Eles Auxílio Transporte e Material Didático e Pedagógico, Buscar Cursos de Formação a Distância com Universidades Públicas.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2068 - Ampliar o Acesso a Comunidade e ao Jovem o Acesso a Internet para Aquisição de Conhecimentos e Desenvolvimento de Projetos Relacionadas a Formação Profissional, com a Implantação dos Telecentros e Inclusão Digital Esta Ação Custeará as Despesas com as Atividades dos Telecentros com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais dos Telecentros, Diárias para Viagens, material Pedagógicos, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção dos Software, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Manutenção de Equipamentos de Informática, Manutenção do Convênios e Contratos, e entre Outras.		
<b>Total Ação</b>		<b>18.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>43.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>43.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Função</b>		<b>43.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>43.000,00</b>	<b>0,03</b>
Unidade	3 - Desenvolvimento Agrário Municipal		
Função	0020 - Agricultura		
Subfunção	0606 - Extensão Rural		
Programa	0034 - Apoio incentivo ao agricultor		
Ação	1037 - 01 Computadores, 01 Software, 06 Pedras de Afilar, 20 Facas Mundial (ref. 5515-6), 08 Ganchos de Inspeção, 04 Chairas (pequenas e Lisa), 01 Sonda Esofágica Thygessen em Aço Cromado (1,75mts), 01 Sonda Nasoesofágica (diâmetro 16mmx2,45mts de Comprimento), 02 Portas Agulhas Mathieu (18cm), 01 Tesoura Cirúrgica Curva Romba Fina de Aço Inox (17cm), 01 Tesoura Cirúrgica Reta Romba Fina de Aço Inox (17cm), 02 Pinça Kelly Hemostática Curva (18cm), 01 tesoura		



Dotação		2017	%
para Cortar Cascos de Ovinos 10", 01 estojo cirúrgico aço inox (28x14x06cm), 02 estetoscópio modelo grande, 01 martelo e plexímetro, 01 fórceps veterinário completo, 01 cilindro de oxigênio, 03 aplicadores para inseminação artificial, 01 relógio ponto digital.			
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1039 - 002 Tratores de Pneu Agrícola, 01 Motoniveladora, 01 Retro Escavadeira, 02 Veículos, 01 Trator Cortador de Grama, 01 Caminhão Basculante, 01 Grade de Disco, 01 Roçadeira para Trator de Pneu, 01 Plantadeira Adubadeira, 01 Distribuidor de Esterco, 01 Espalhador de Calcário.		
<b>Total Ação</b>		<b>205.000,00</b>	<b>0,13</b>
Ação	1041 - Construção de Um Galpão de 500m² para a Instalação da Garagem da Patrulha Mecanizada, 700 M² de Construção da Feira da Agroindústria, Construção de Um Novo Salão de Aproximadamente 1.500m², 142 Uni. Sistema Fossa/filtro, 5.000m2 de Infra-estrutura no Perímetro Rural, 6.000 M² de Implantação do Sistema de Irrigação no Horto Florestal.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2072 - Manter as Despesas com as Atividades e Estrutura Física do Setor de Agricultura com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais do Setor de Agricultura, Contratação de Estagiários, Diárias para Viagens, Combustíveis e Lubrificantes, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis do Setor de Agricultura, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção de Veículos e da Patrulha Mecanizada, Manutenção dos Software, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Manutenção de Equipamentos de Informática, Produtos de Inseminação, Equipamentos Veterinários, Barro, Mudanças para Reflorestamento e Outras Plantas, Esterco, Adubo, Tubos, Areia, Cimento, Ferro, Tijolos, Subsídios, Manutenção do Convênios e Contratos, Manter as Feiras de Produtos Agrícolas, Manutenção Horto Florestal, Jardim Botânico entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.855.000,00</b>	<b>1,21</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.070.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.070.000,00</b>	<b>1,35</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.070.000,00</b>	<b>1,35</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.070.000,00</b>	<b>1,35</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>3.811.000,00</b>	<b>2,49</b>
Órgão	7 - Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambiente		
Unidade	1 - Planejamento Urbano		
Função	0015 - Urbanismo		
Subfunção	0121 - Planejamento e Orçamento		
Programa	0040 - Planejamento territorial		
Ação	1043 - Equipar a Secretaria de Planejamento com 10 Microcomputadores para Utilização na Área de Engenharia, com Sistema Operacional Windows e Office; 01 Impressora A2; 04 Impressoras Jato de Tinta; 02 Impressoras Multifuncionais; 01 Scanner; Softwares de Engenharia (1 Estrutural, 1 Elétrico, 1 Hidro- Sanitário, 2 Orçamento, 14 Auto-cad e 5 Softwares de Arquitetura Tipo Arqui-3d); Atualizações de Softwares de Engenharia Existentes; 01 Par de Aparelho Gps L1 L2 com Rtk; 03 Câmera Fotográfica Digital; 10 Cadeiras Giratória Tipo Secretária; 02 Conjuntos de Móveis Tipo Ilha; 08 Gaveteiros; 20 Arquivos de Aço com 4 Gavetas; 01 Tqpo e Normas Técnicas; 40 Livros; 03 Tablets com Sistema Operacional Que Suporte o Georreferenciamento do Município; 02 Calculadoras Hp 49; 05 Baú para Motocicletas; 05 Capacetes para Motocicleta; 01 Trena a Laser de 200m Modelo A5 da Marca Leica; 01 Par de Radio Comunicador; Equipar o Setor de Cadastro Técnico Multifinalitário com 02 Autocad, 02 Arceditor, 01 Upgrade, 01 Arcpad , 01 Extensão Publisher e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1049 - Aquisição de Imóveis de Uso de Preempção e Demais Imóveis de Interesse Público, Bem Como, para o Cemitério e Imóveis para Desapropriação.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2082 - Participação da Equipe Técnica em Congressos, Seminários e Treinamentos. Manter as Atividades do Departamento, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Implementar o Plano Diretor e Legislações Correlatas, Utilizando-se do Conselho da Cidade. Implantação de 20 Pares de Novos Marcos de Georeferenciamento e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades. desenvolvimento de Software para Cadastro de Alvarás de Construção, Demolição, Certidões e Loteamentos; Informatizar os Setores do Planejamento, com Integração de Banco de Dados e Sistemas, Tornando o Cadastro Técnico Multifinalitário; Contratação da Ortofoto; Adquirir Sistema de Gestão Territorial; Digitalizar a Rede de Drenagem do Município; Garantir Agilidade na Consulta de Viabilidade, Tornando-a On-line e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>2.127.000,00</b>	<b>1,39</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.137.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.137.000,00</b>	<b>1,40</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.137.000,00</b>	<b>1,40</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.137.000,00</b>	<b>1,40</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>2.137.000,00</b>	<b>1,40</b>
Órgão	8 - Secretaria de Obras e Servicos Urbanos		

Dotação		2017	%
Unidade	1 - Obras e Serviços Urbanos		
Função	0015 - Urbanismo		
Subfunção	0451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa	0050 - Reestruturação da secretaria de obras e serviços urbanos		
Ação	2090 - Material e Serviços para Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades. : Investimentos e Materiais, Serviços Próprios E/ou Terceirizados para Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública e Atividades Congêneres. em especial para realizar a substituição da iluminação pública da Rua Lontras, no Bairro Quintino		
<b>Total Ação</b>		<b>2.000.000,00</b>	<b>1,31</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.000.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.000.000,00</b>	<b>1,31</b>
Subfunção	0452 - Serviços Urbanos		
Programa	0050 - Reestruturação da secretaria de obras e serviços urbanos		
Ação	1063 - 03 Automóveis Utilitário/motor 1.6; 02 Automóveis Utilitários Standers; 02 Pick-ups Cabine Dupla/tração 4x4; 02 Escavadeiras Hidráulicas; 01 Compactador de Solo (rolo/12 Toneladas); 02 Retroescavadeira/traçada 4x4; 01 Capinadeira com Implementos; 01 Trator Esteira/mínimo 20 Toneladas; 06 Caminhões Caçamba Traçados/btp no Mínimo 16toneladas; 02 Caminhões de Irrigação/bpt no Mínimo 14toneladas; 01 Caminhão com Equipamentos Hidráulicos/bpt no Mínimo 14toneladas(munck); 01 Microtrator com Implementos; 01 Roçadeira Hidraulica Articulada, 02 Caminhões Caçamba Simples/btp no Mínimo 14toneladas; 02 Motoniveladora, 01 Carregadeira, 01 Caminhão de Hidrojateamento (desobstrução de Tubulações) e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>105.000,00</b>	<b>0,07</b>
Ação	2092 - Manter as Atividades do Departamento de Serviços, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos Legislativos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Equipar Com: 07 Microcomputadores com 03 Impressoras Jato de Tinta e 4 Multifuncional; 03 Compactadores de Solo Manunais; 01 Televisor 29"; 01 Vídeo Dvd; 01 Projetor Multimídia; 02 Motoserras; 01 Lava Jato; 01 Máquina de Cortar Grama (manual) E; 10 Roçadeiras Costais; 02 Bitoneiras/motor a Gasolina; 02 Climatizadores de Ambientes e Demais Materiais e Equipamentos Que Forem Necessário, Material para Topografia e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>7.066.000,00</b>	<b>4,62</b>
<b>Total Programa</b>		<b>7.171.000,00</b>	<b>4,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>7.171.000,00</b>	<b>4,69</b>
<b>Total Função</b>		<b>9.171.000,00</b>	<b>5,99</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>9.171.000,00</b>	<b>5,99</b>
Unidade	2 - Obras Municipais		
Função	0015 - Urbanismo		
Subfunção	0451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa	0052 - Obras públicas		
Ação	1071 - Revitalização e Urbanização das Praças e Espaços Públicos e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades em especial da construção da praça da saúde na interseção da Rua Fritz Lorenz com a Rua Quintino Bocaíuva.. Ampliação, Revitalização e Reurbanização das Praças e Parques, Cemitérios, Passeios Públicos, Espaços Públicos, Ciclovias, e Demais Espaços Públicos.		
<b>Total Ação</b>		<b>896.000,00</b>	<b>0,59</b>
<b>Total Programa</b>		<b>896.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>896.000,00</b>	<b>0,59</b>
<b>Total Função</b>		<b>896.000,00</b>	<b>0,59</b>
Função	0026 - Transporte		
Subfunção	0451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa	0052 - Obras públicas		
Ação	1065 - Pavimentações de Vias Urbanas Contempladas no Programa de Pavimentação, Recuperar, Implementar e Implantar Drenagem Pluvial de Vias Urbanas e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades. Realizar Todas as Intervenções para a Melhora da Infraestrutura em Vias Urbanas e Rurais. Pavimentações de Vias Urbanas Contempladas no Programa de Pavimentação em especial das ruas Araranguá, Augusto Maas e Alfredo Hansen, na Vila Germer; ruas Pará, Maranhão, Santa Catarina, Piauí e Espírito Santo, no Bairro dos Estados; ruas Carajás e Rudolf Borchardt, no Bairro Araponguinhas. Realizar Todas as Intervenções para a Melhora melhora da Infraestrutura em Vias Urbanas e Rurais.Recuperar, Implementar e Implantar Drenagem Pluvial de Vias Urbanas e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades. Fazer Calçadas, Ciclovias, Passarelas e Outros para Adequar as Vias Públicas.		
<b>Total Ação</b>		<b>12.400.000,00</b>	<b>8,10</b>
Ação	1067 - Construção de Ponte em Concreto Armado Ligando os Bairros Dona Clara e Pe. Martinho Stein (rod. Sc-477 e Rod. Sc-416); Implantação da Ligação da Rua Blumenau com a Rua 7 de Setembro com Ponte sobre o Rio Benedito e Outras Que Se		



Dotação		2017	%
Fizerem Necessárias e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.			
<b>Total Ação</b>		<b>4.900.000,00</b>	<b>3,20</b>
<b>Total Programa</b>		<b>17.300.000,00</b>	<b>11,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>17.300.000,00</b>	<b>11,31</b>
<b>Total Função</b>		<b>17.300.000,00</b>	<b>11,31</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>18.196.000,00</b>	<b>11,89</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>27.367.000,00</b>	<b>17,89</b>
Órgão	9 - Procuradoria Geral do Município		
Unidade	1 - Procuradoria do Município		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
Programa	0060 - Gestão da procuradoria geral do município		
Ação	2104 - Manter as Atividades da Casa da Cidadania, Bem Como: Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filiar. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Substituir Equipamentos da Casa da Cidadania com Livros, Mobiliário e Equipamentos de Informática e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>75.000,00</b>	<b>0,05</b>
<b>Total Programa</b>		<b>75.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>75.000,00</b>	<b>0,05</b>
Subfunção	0092 - Representação Judicial e Extrajudicial		
Programa	0060 - Gestão da procuradoria geral do município		
Ação	2100 - Manter as Atividades da Procuradoria, Bem Como: Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento. Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filiar. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Substituir Equipamentos da Procuradoria com Livros, Mobiliário e Equipamentos de Informática e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>645.000,00</b>	<b>0,42</b>
<b>Total Programa</b>		<b>645.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>645.000,00</b>	<b>0,42</b>
<b>Total Função</b>		<b>720.000,00</b>	<b>0,47</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>720.000,00</b>	<b>0,47</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>720.000,00</b>	<b>0,47</b>
Órgão	10 - Fundo de Habitacao de Timbo - Fht		
Unidade	1 - Fht		
Função	0016 - Habitação		
Subfunção	0482 - Habitacao Urbana		
Programa	0066 - Habitação popular de timbó - fht		
Ação	2108 - Implementar e Manter as Atividades do Fht e do Cmh, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais em Relação a Política de Interesse de Habitação Popular no Município de Timbó. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filiar. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração.		
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Função</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>

Dotação		2017	%
<b>Total Unidade</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
Órgão	12 - Fundo Municipal de Emergencia de Defesa Civil de T		
Unidade	1 - Fundo Municipal de Defesa Civil Fumdec		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0182 - Defesa Civil		
Programa	0013 - Defesa civil		
Ação	2110 - Manter as Atividades do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - Fumdec. Atender de Pronto as Eventualidades e Manter: Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração.		
<b>Total Ação</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Programa</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Função</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
Unidade	2 - Manutenção do Convenio Bombeiro Militar		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0182 - Defesa Civil		
Programa	0049 - Manutencao do convenio bombeiro militar		
Ação	1289 - Equipar o Corpo de Bombeiros com Mobiliário e Material para a Corporação, Tipo 8 Micros Computadores Ou Laptops e 4 Impressoras Multifuncionais, 9 Equipamentos de Ar-condicionado , 4 Máquina de Fotografia Digital, 20 Equipamentos para Proteção Individual, 5 Equipamentos de Proteção Respiratória com 7 Cilindros de Reserva, 1 Bote Inflável, 1 Canhão Monitor de Solo, 1 Ventilador de Pressão Positiva, 01 Motogerador, 01 Desencarcerador com Equipamentos, 08 Câmeras de Vigilância para as Instalações Físicas do Quartel, 1 Compressor de Alta Pressão, 1 Gerador de Energia, 2 Ferramentas de Corte e Perfuração de Concreto, 3 Esguichos para Combate a Incêndios, 2 Divisores de Linhas de Combate, Mobiliário Completo e Eletrodomésticos para Refeitório, Alojamentos e Repartições Administrativas entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>	<b>0,03</b>
Ação	1291 - Adquirir 1 (um) Veículo do Tipo Ambulância e 1 (um) Veículo Tração 4x4 para Utilização Operacional e 01 Veículo Especial para Uso em Resgate.		
<b>Total Ação</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,08</b>
Ação	1293 - Adequar as Instalações do Corpo de Bombeiros, que seja necessário nas Novas Instalações do Corpo de Bombeiros.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2298 - Manter as Atividades do Corpo de Bombeiros, Bem Como Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade Organizada Ou Seus Representantes Legais nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração.		
<b>Total Ação</b>		<b>183.000,00</b>	<b>0,12</b>
<b>Total Programa</b>		<b>373.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>373.000,00</b>	<b>0,24</b>
<b>Total Função</b>		<b>373.000,00</b>	<b>0,24</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>373.000,00</b>	<b>0,24</b>
Unidade	3 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0016 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fumdec.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>

Dotação		2017	%
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>440.000,00</b>	<b>0,29</b>
Órgão	13 - Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó		
Unidade	1 - Meio Ambiente		
Função	0018 - Gestão Ambiental		
Subfunção	0542 - Controle Ambiental		
Programa	0044 - Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável		
Ação	1279 - Equipar o Fundo de Meio Ambiente com 02 Microcomputadores, 01 Impressora Colorida, Sistema Operacional Windows e Office, 01 Câmera Fotográfica Digital, 01 Gps Manual, 02 Conjuntos de Mesa, Arquivo de Aço, 08 Cadeiras, Trena e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
Ação	1281 - Adquirir 01 Automóvel Tração 4x4 Cabine Dupla com Caçamba.		
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
Ação	1285 - Ampliar as Construções no Parque Morro Azul, e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>	<b>0,03</b>
Ação	2112 - Participação da Equipe Técnica em Congressos, Seminários e Treinamentos. Manter as Atividades do Departamento, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Fimar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Desenvolver Programas de Educação Ambiental Através de Parcerias Público Privadas, Principalmente com a Formação de Protetores Ambientais, na Questão de Itens Necessários para a Promoção dos Cursos Aos Protetores, Dentre Eles Alimentação, Uniformes, Material Didático, Transporte e Etc. Recuperar Nascentes: o Envolvimento da Comunidade na Conservação das Nascentes Favorece a Despoluição dos Cursos D'água do município, gera novas áreas de lazer e traz ganho ambiental. regulamentar incentivo fiscal para preservação do meio ambiente. reconstituição de mata ciliar, através de parcerias público privadas e outros necessários para o desempenho das atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>434.000,00</b>	<b>0,28</b>
<b>Total Programa</b>		<b>544.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>544.000,00</b>	<b>0,36</b>
<b>Total Função</b>		<b>544.000,00</b>	<b>0,36</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>544.000,00</b>	<b>0,36</b>
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0014 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fmma.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>

Dotação		2017	%
<b>Total Unidade</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>550.000,00</b>	<b>0,36</b>
Órgão	14 - Fundo Mun.de Defesa dos Direitos Difusos - Fmddd		
Unidade	1 - Procon		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0015 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fmddd.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
Programa	0061 - Gestão do fundo de defesa dos direitos difusos		
Ação	2102 - Manter as Atividades do Procon, Bem Como: Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Fimar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Equipar o Procon com Livros, Mobiliário e Equipamento de Informática e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>235.000,00</b>	<b>0,15</b>
<b>Total Programa</b>		<b>235.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>235.000,00</b>	<b>0,15</b>
<b>Total Função</b>		<b>235.000,00</b>	<b>0,15</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>240.000,00</b>	<b>0,16</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>240.000,00</b>	<b>0,16</b>
Órgão	15 - Fundo Municipal de Saude		
Unidade	1 - Servicos em Saude na Atencao Basica		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0301 - Atenção Básica		
Programa	0070 - Gestão da Atenção Básica Timbó		
Ação	1153 - Adequação E/ou Ampliação das Unidades de Saúde da Família. Adequação da Área Externa das Novas Unidades de Saúde.		
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2150 - Manter as Atividades do Setor, Recursos Humanos, Material de Consumo, Serviços de Terceiros; Aquisição de 2(dois) Equipamentos Multimídia, para Articulação das Ações e Atividades em Promoção e Prevenção da Saúde nas Unidades de Saúde em Atenção Básica; 1(Uma) Central Telefônica; 10 (Dez) Condicionadores de Ar; 10 (Dez) Computadores e Impressoras para Gerenciamento de Informações Fidedignas e em Tempo Hável para Tomadas de Ações nas Atividades de Saúde de Atenção Primária; Além de Ações Que Facilitem o Acesso ao Usuário, Manutenção do Sistema de Informática com Software, Aquisição de Instrumentais Cirúrgicos Médicos, Instrumentais para Ações de Enfermagem, Material Médico para Clínica e Diagnose (Dermatoscópio), Maquina Fotográfica para Dermatoscópio, Otoscópio, Laringoscópio,etc.); Móveis de Escritório, Equipamentos e Utensílios Necessários para Manutenção e Incremento das Atividades em Saúde na Atenção Básica; Jalecos para Profissionais; Execução de Treinamentos e Cursos, Contratação de Ministrantes, Consultores/professores para Ministrar Cursos e Treinamentos; Aquisição de Alimentação/Coffee Break (que Somente Devem Ser Realizadas para Atender a Eventos Especiais, de Ocorrência Esporádica, e Quando Estritamente Necessário, Fora do Local de Trabalho, Observadas as Normas da Lei (federal) Nº 8.666/93); Materiais Didáticos; Aquisição e Reprodução de Material de Apoio Pedagógico; Aquisição de Livros, Manuais e Revistas Técnicas; Promoção de Pesquisas e Trabalhos, Materiais Educativos; Proporcionar Participação em Encontro Municipal, Regional, Estadual, Federal, como Atividade Formativa de Profissionais; Proporcionar o Deslocamento de Profissionais (Passagens, Diárias e Alimentação) para Frequentar Cursos e Treinamentos; Favorecer a Implantação de Espaços Apropriados para as Reuniões das Equipes nas Suas Unidades; Efetivar a Aquisição de Mobiliário para a Sala de Reuniões.		
<b>Total Ação</b>		<b>8.391.792,00</b>	<b>5,48</b>
Ação	2152 - Manter as Atividades do Setor, Recursos Humanos, Material de Consumo, Serviços de Terceiros, entre Outros; Aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI); Uniformes Completos, Bloqueador Solar, Material de Escritório, Bolsa para Carregar Equipamentos, Curso de Capacitação, Treinamentos e Outros Necessários para o Bom Funcionamento do Programa.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.590.000,00</b>	<b>1,04</b>
Ação	2154 - Manter as Atividades do Setor, Recursos Humanos, Material de Consumo, Serviços de Terceiros, entre Outros; Aquisição de 01 Aparelho de Raio X Odontológico, Aquisição de 03 Equipamentos Odontológicos Completos para Suporte das Equipes de Saúde Bucal das Unidades de Saúde da Família, Aquisição de Instrumentais Cirúrgicos, Equipamentos Odontológicos, e Outros Materiais, Equipamentos Móveis e Utensílios Necessários para Manutenção e Incremento das Atividades em Saúde Bucal na		

Atenção Básica.		Dotação	2017	%
<b>Total Ação</b>			<b>2.365.000,00</b>	<b>1,55</b>
<b>Total Programa</b>			<b>12.356.792,00</b>	<b>8,00</b>
<b>Total Subfunção</b>			<b>12.356.792,00</b>	<b>8,08</b>
<b>Total Função</b>			<b>12.356.792,00</b>	<b>8,08</b>
<b>Total Unidade</b>			<b>12.356.792,00</b>	<b>8,08</b>
Unidade	2 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
Função	0010 - Saúde			
Subfunção	0302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
Programa	0072 - Gestão da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar			
Ação	1157 - Aquisição de 01 Veículo Ambulância para transporte de pacientes do (SUS); Aquisição de 01 (um) Carro para Transporte de Pacientes (tipo Van) com no mínimo 13 Lugares; 01 (um) Carro para Transporte de Pacientes (tipo Minivan) com 7 (sete) Lugares.			
<b>Total Ação</b>			<b>160.000,00</b>	<b>0,10</b>
Ação	2160 - Manutenção e Incremento das Atividades em Saúde na Média e Alta Complexidade. Manter e Custear as Atividades do Pronto Socorro; Manter o Repasse para Convenio com o Hospital para Prestação de Serviços a Secretaria de Saúde Sobreaviso Médico (Clínica Médica, Obstetrícia, Pediatria, Anestesia e Cirurgia), Anestesiologia, Emissão de Laudos de Raio-x, Lavanderia, Ultrassonografia, Ortopedia, Otorrinolaringologista, Leito Psiquiátrico, Médico Internista) e Outros Que Se Fizerem Necessários. Repasse Financeiro para Construção de Uma UTI Neonatal (Unidade de Terapia Intensiva) Anexo ao Hospital OASE.			
<b>Total Ação</b>			<b>4.600.000,00</b>	<b>3,01</b>
Ação	2164 - Manter as Atividades da Assistência Hospitalar e Ambulatorial (Policlínica, Caps, SAMU, Centro de Imagem, Setor de Assistência Social, Setor de Veículos); Aquisição 02 (dois) Equipamentos de Som, 02 (dois) Equipamentos de Fax, 01 (uma) Central Telefônica, 10 (Dez) Aparelhos de Ar Condicionado, 10 (Dez) Computadores e Impressoras para Gerenciamento de Informações Fidedignas e em Tempo Hábil para Tomadas de Decisões; Manutenção do Sistema de Informática com Software; Aquisição de Monitor Cardíaco, Eletrocardiógrafo, Oxímetro de Pulso, Carrinho de Anestesia, Desfibrilador Cardíaco, Bomba de Infusão, Aparelho/Equipamento de Ultrassom, Aparelhos de Diagnóstico por Imagem, Aquisição de Instrumentais Cirúrgicos, Médicos, Instrumentais para Ações de Enfermagem, Moveis para Escritório, Móveis e Equipamentos Hospitalares, e Outros Materiais Que Se Fizerem Necessário. Contratar Serviços Técnicos Especializados, Conveniados E/ou Contratados Públicos e Privados (Consultas Especializadas, Exames, Cirurgias, Suplemento Alimentar, Fraldas), Implementar Tecnologias Que Permitam a Emissão de Laudos Médicos a Distância (Raio X, Dermatoscópio, Eletro Cardiograma) com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento. Firmar Contratos, Convênios com Instituições, Fundações e Ongs para o Perfeito Atendimento a Procedimentos de Média e Alta Complexidade. Contratação de Serviços (Consultas Especializadas, Exames, Procedimentos, Cirurgias, Suplemento Alimentar, Fraldas) Através do CISAMVI (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). Taxa de Administração do Cisamvi. Tornar Timbó Gestão Plena para o Bloco de MAC (Média Complexidade) Ambulatorial).			
<b>Total Ação</b>			<b>7.255.000,00</b>	<b>4,74</b>
<b>Total Programa</b>			<b>12.015.000,00</b>	<b>7,00</b>
<b>Total Subfunção</b>			<b>12.015.000,00</b>	<b>7,85</b>
<b>Total Função</b>			<b>12.015.000,00</b>	<b>7,85</b>
<b>Total Unidade</b>			<b>12.015.000,00</b>	<b>7,85</b>
Unidade	3 - Suporte Profilático e Terapeutico			
Função	0010 - Saúde			
Subfunção	0303 - Suporte Profilático e Terapêutico			
Programa	0076 - Assistência Farmaceutica e Suporte Profilático			
Ação	2170 - Manutenção e Custeio das Atividades da Farmácia Básica; Manutenção do Setor; Compra de Medicamentos Através do Cisamvi (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí), as Secretarias de Saúde Poderão Utilizar Um Percentual de até 15% (quinze por Cento) da Soma dos Valores dos Recursos Financeiros Estaduais, para Atividades Destinadas a Adequação de Espaço Físico das Farmácias do Sus Relacionadas à Atenção Básica, à Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Destinados ao Suporte das Ações de Assistência Farmacêutica. Aquisições de 01 Impressora, 02 Computadores, 11 Ar-condicionado, 2 Geladeiras, 5 Arquivos de Aço, 01 Telefone sem Fio, Prateleiras, Moveis sob Medida, Estrados, Móveis de Escritório Cadeiras, Mesas, 01 Aparelho de Fax.			
<b>Total Ação</b>			<b>1.100.000,00</b>	<b>0,72</b>
<b>Total Programa</b>			<b>1.100.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>			<b>1.100.000,00</b>	<b>0,72</b>
<b>Total Função</b>			<b>1.100.000,00</b>	<b>0,72</b>
<b>Total Unidade</b>			<b>1.100.000,00</b>	<b>0,72</b>
Unidade	4 - Vigilância em Saúde			
Função	0010 - Saúde			
Subfunção	0304 - Vigilância Sanitária			
Programa	0074 - Gestão da Vigilância em Saúde			
Ação	1161 - Aquisição de 2 (dois) Veículos de Passageiros para Execução das Atividades Descentralizadas de Vigilância Sanitária, em Orientação, Fiscalização, Educação em Saúde, Etc.			
<b>Total Ação</b>			<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1163 - Adequação da Garagem com Cobertura para Abrigar os Veículos da Vigilância em Saúde.			

Dotação		2017	%
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2166 - Manter as Atividades do Setor, Recursos Humanos, Material de Consumo, Serviços de Terceiros, entre Outros; Aquisição de 01 impressora com fotocopadora; 01 máquina fotográfica; 02 Notebooks; 06 tablets; 01 Geladeira; 05 Arquivos de Aço; 02 Telefones Celular; 02 Telefones Convencionais sem Fio; 8 cadeiras; 8 mesas de escritório com gavetas; 2 GPS; 01 luxímetro; 01 decibelímetro; 03 termômetros digitais para temperatura e umidade; 04 pastas executivas; 01 tenda de eventos; programa de calibração INMETRO para os equipamentos de medição; Efetivação de Recursos Humanos para Desenvolver Atividades na Área da Vigilância Sanitária; Gratificações para Recursos Humanos Que Estejam Desenvolvendo Atividades na Área da Vigilância Sanitária; Pagamento de Estadias, Alimentação/ Coffee Break (que Somente Devem Ser Realizadas para Atender a Eventos Especiais, de Ocorrência Esporádica, e Quando Estritamente Necessário, Fora do Local de Trabalho, Observadas as Normas da Lei (federal) N. 8.666/93); Locais para Eventos Organizados pelo Setor; Diárias para Participação em Capacitações, Cursos Técnicos, Seminários, Conferências, Reuniões em Geral e Outros; Pagamento de Provedor para Viabilizar Envio de Banco de Dados a Secretaria Estadual de Saúde, Pesquisas Técnicas e Troca de Informação; Confeção e Reprodução de Material Informativo Educativo (folders, Cartazes, Banners, Manuais, Etc); Manutenção de Veículos e Equipamentos; Pagamentos de Assessorias; Material de Consumo para Veículos (Combustível, Lubrificante, Etc); Equipamentos de Proteção Individual; Uniforme; Material de Consumo Para Atividades de Laboratório; Material de Consumo para Escritório; Firmar Contratos e Convênios com Instituições, Fundações e Ongs, para a Ratificação das Atividades em Vigilância em Saúde.		
<b>Total Ação</b>		<b>475.000,00</b>	<b>0,31</b>
<b>Total Programa</b>		<b>485.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>485.000,00</b>	<b>0,32</b>
Subfunção	0305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa	0074 - Gestão da Vigilância em Saúde		
Ação	1165 - Aquisição de 1 (um) Veículo para Execução das Atividades Descentralizadas da Vigilância Epidemiológica e 02 (duas) Motocicletas para Programa de Combate a Dengue.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2168 - Aquisição de 02 Impressoras; 05 Geladeiras para Sala de Vacina; 05 Arquivos de Aço para sala de vacina; 02 Telefones Convencionais sem Fio; 01 Centrífuga Sorológica; Móveis sob Medida; Câmera Digital; Gerador de Energia para a Geladeira das Vacinas; Contratação de Recursos Humanos para Desenvolver Atividades na Área da Vigilância Epidemiológica; Pagamento de Estadias, Alimentação/Coffee Break (que Somente Devem Ser Realizadas para Atender a Eventos Especiais, de Ocorrência Esporádica, e Quando Estritamente Necessário, Fora do Local de Trabalho, Observadas as Normas da Lei (federal) N. 8.666/93); Locais para Eventos Organizados pelo Setor; Pagamento de Diárias para Participação em Capacitações, Cursos Técnicos, Seminários, Conferências; Confeção e Reprodução de Material Informativo e Educativo (folders, Cartazes, Banners, Manuais, Outdoor, Próteses Educativas); Manutenção de Veículos e Equipamentos; Material de Consumo para Veículos (Combustível, Lubrificante, Etc); Equipamentos de Proteção Individual e uniforme; Material de Consumo para Atividades de Laboratório; Material de Consumo para Escritório; Aquisição de Insumos para Campanha de Vacinação: Caixa Térmica, Termômetro, Seringa, Agulha, Luvas, Etiquetas Adesivas e Contratação de Recursos Humanos.		
<b>Total Ação</b>		<b>743.208,00</b>	<b>0,49</b>
<b>Total Programa</b>		<b>748.208,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>748.208,00</b>	<b>0,49</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.233.208,00</b>	<b>0,81</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.233.208,00</b>	<b>0,81</b>
Unidade	5 - Gestão do Sus		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0078 - Gestão do SUS		
Ação	2176 - Aquisição de estrutura mobiliária, telefonia, informática e utensílios necessários para o desenvolvimento das atividades administrativas. A gestão do SUS são desenvolvidas através de reuniões técnicas, com profissionais de saúde, com o Conselho Municipal de Saúde, com os Conselhos Locais de Saúde, com a comunidade, com colegiados e outros. Manter as atividades Administrativas e Funcionários. O planejamento e orçamento da saúde, Deverá Passar por Mudanças, a Fim de Adaptar a estrutura administrativa a realidade atual para tanto, se fará necessário uma reforma administrativa, incluindo o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários que trará uma reordenação orçamentária. Contratação de empresa para consultoria, auditoria, treinamento, pesquisa. Para os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde, poderá ser disponibilizado recursos para participar em eventos organizados para o setor bem como Capacitações, Cursos Técnicos, Seminários, Conferências, Reuniões em Geral e Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>620.000,00</b>	<b>0,41</b>
<b>Total Programa</b>		<b>620.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>620.000,00</b>	<b>0,41</b>
<b>Total Função</b>		<b>620.000,00</b>	<b>0,41</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>620.000,00</b>	<b>0,41</b>
Unidade	6 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Municipio com o Pasep		
Ação	0005 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fms		
<b>Total Ação</b>		<b>95.000,00</b>	<b>0,06</b>
<b>Total Programa</b>		<b>95.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>95.000,00</b>	<b>0,06</b>



Dotação		2017	%
<b>Total Função</b>		<b>95.000,00</b>	<b>0,06</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>95.000,00</b>	<b>0,06</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Programa</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Função</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>27.450.000,00</b>	<b>17,94</b>
Órgão	16 - Fundo Municipal de Assistência Social - Fmas		
Unidade	1 - Aprimoramento da Gestão do Departamento e dos Equi		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0086 - Aprimoramento da Gestão e Manutenção do Departamento e Equipamentos Sociais		
Ação	2270 - Criar, Manter e Ampliar Equipe Interdisciplinar (Assistentes Sociais, Psicólogos, Gerontólogos, Pedagogos, Advogado, Monitores Sociais, Educadores Físicos, Fisioterapeutas, Auxiliares Administrativos, e Outros) para Desenvolver a Política Municipal de Assistência Social. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Fimar Convênios, Contratos Ou Acordos na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviço Técnico Especializado Visando o Perfeioamento dos Trabalhos da Política Municipal de Assistência Social, Inclusive para a Realização de Diagnósticos. Aluguel de Imóveis; Material de Limpeza; Material de Consumo; Material de Expediente; Aquisição de Material Permanente (Mobiliário, Computadores, Impressoras); Aquisição de Softwares; Manutenção de Veículos; Aquisição de Combustíveis; Manutenção Predial, Elétrica e Hidráulica; Manutenção das Instalações (Serviços de Jardinagem e Limpeza); Aquisição de Lanches com Recursos Vinculados, Alimentação, Manutenção de Sistema Informatizado Que Opere Via Internet/intranet para Atendimento Aos Usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social, Que Possibilite o Registro das Intervenções e Emita Relatórios de Diagnósticos do Município, Bem Como a Atualização em Tempo Real dos Cadastros; Contratação e Manutenção de Acesso Dedicado de Internet para Conexão Via Rádio Ou Fibras Ópticas. Aquisição de 03 Impressoras Multifuncionais (com Fotocópia + Scanner); Aquisição de 03 Impressoras Multifuncionais (com Fotocópia + Fax); Aquisição de 10 Computadores com Tela Lcd 18 Pol (gravador de Cd e Dvd, Caixa de Som, Mouse, Teclado, Softwares Necessários, e Estabilizadores ); 01 Notebook com Gravador de Cd e Dvd; 04 Pen Drives 8 Gb, 02 Máquinas Fotográficas Digitais de no Mínima 10.0 Mp C/cartão de Memória de 4gb; 02 Televisores Lcd de 32 Ou Superior; 02 Aparelhos de Data Show; Locação de Veículo P/ Atendimento de Visitas Domiciliares ,dentre Outros Equipamentos para Funcionamento da Secretaria.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.193.000,00</b>	<b>0,78</b>
Ação	2272 - Proporcionar Capacitação Continuada para os Agentes Sociais (servidores, Conselheiros das Políticas Setoriais, Famílias Acolhedoras do Programa de Acolhimento Familiar) Visando a Qualidade dos Serviços Prestados. Desenvolver e Custear (com Material de Consumo, Lanches, Alimentação, Material de Expediente, Palestrantes, Hospedagens, Transporte e Outros) a Realização de Conferências Municipais, Fóruns de Discussão, Seminários, Reuniões Inter Setoriais. Custear (Alimentação, Transporte e Hospedagem) de Delegados Eleitos nas Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, do Idoso, da Mulher, de Habitação para Envio dos Mesmos as Conferências Estaduais e Nacionais. Estimular e Garantir a Participação da Comunidade na Discussão, Elaboração e Implementação das Políticas Públicas. Divulgar as Legislações Pertinentes e Demais Temáticas Afins.		
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2294 - Gestão Administrativa e Financeira do Conselho Tutelar Através Custeio da Remuneração dos Conselheiros Tutelares, Bem Como Aquisição Material de Expediente, Consumo, Material de Limpeza, Manutenção de Equipamentos, Aquisição de Softwares, Aquisição de Material Permanente (Mobiliário e Computadores, Impressoras), Manutenção de Veículos, Aquisição de Combustível, Manutenção Elétrica, Hidráulica; Manutenção Predial, Manutenção das Instalações (Serviços de Jardinagem e Limpeza), Custeio de Diárias, Transporte, Alimentação e Hospedagem dos Conselheiros Tutelares.		
<b>Total Ação</b>		<b>170.000,00</b>	<b>0,11</b>
Ação	2406 - Fórum Municipal do Programa Bolsa Família, Seminários, Capacitações, Intercambio Intermunicipal Através de Reuniões; Contratação e Capacitação de Cadastradores, Digitadores, Entrevistadores, Assistentes Sociais para Realização de Visitas Domiciliares e Elaboração de Pareceres; Custear Locação de Veículos para Transporte de Pessoas Que Trabalharão nas Realizações dos Mutirões para Ações de Cadastramento e para as Famílias Que Realizarão Inclusão, Atualização Ou Revisão Cadastral; Aquisição de Equipamentos de Informática para Serem Utilizados nas Tarefas Próprias do Pbf e do Cadastro Único; Capacitação em Informática para as Equipes; Melhorias no Ambiente de Trabalho e Instalações da Gestão Municipal do Pbf e do Cadastro Único; Aquisição de Mobiliário e Utensílios; Locação de Espaços para Realização de Eventos, Capacitações, Encontros, Ações Complementares ao Pbf, Envolvendo os Beneficiários, os Técnicos e Conselheiros Responsáveis pelo Controle Social do Pbf; Aquisição de Veículos para Uso Exclusivo para Ações do Pbf e do Cadastro Único, Adquirir Combustíveis e Lubrificantes para Veículos Utilizados na Gestão Municipal do Pbf e do Cadastro Único; Aquisição de Materiais, Coffee Break e Outros Itens para a Realização de Reuniões, Encontros, Seminários, Cursos, Etc.; Custear Pagamento de Diárias e Passagem para Palestrantes, Cujo Tema Refere-se à Gestão Intersetorial do Pbf e do Cadastro Único; Realizar Palestras Educativas sobre o Pbf, Divulgação e Campanhas de Inclusão; Realização de Eventos Intersetoriais, Participação em Encontros, Reuniões, Seminários e Fóruns na Esfera Municipal e Regional; Orientar e Capacitar os Profissionais Envolvidos na Operacionalização do		

Dotação		2017	%
Pbf, Coordenadores Locais, Operadores Municipais da Frequência Escolar, Técnicos, Agentes de Saúde e Conselheiros; Promover Eventos com a Participação de Técnicos das Áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Contabilidade e Participantes Que Integram Cmas, Cms, Cme, Cm.			
<b>Total Ação</b>		<b>18.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.391.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.391.000,00</b>	<b>0,91</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.391.000,00</b>	<b>0,91</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.391.000,00</b>	<b>0,91</b>
Unidade	2 - Serviços de Proteção Básica		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0087 - Serviços de Proteção Social Básica		
Ação	1411 - Equipar os Setores da Proteção Social Básica (CRAS e Centro de Convivência do Idoso) Mobiliário em Geral e Equipamentos de Tecnologia de Informação, Informática, Telefonia entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>51.000,00</b>	<b>0,03</b>
Ação	2274 - Promover o Acompanhamento Sócio-assistencial de Famílias em Um Determinado Território; Potencializar a Família Como Unidade de Referência, Fortalecendo Seus Vínculos Familiares e Comunitários, Possibilitando a Superação de Situações de Fragilidade Social Vivenciadas; Fortalecer a Função Protetiva da Família, Contribuindo na Melhoria da Sua Qualidade de Vida; Contribuir para o Processo de Protagonismo, Autonomia e Emancipação Social das Famílias, Promovendo Também Aquisições Sociais e Materiais; Promover Ações de Geração de Renda, Articular a Rede Sócio-assistencial Disponível, Visando à Garantia de Direitos, Bem Como, Promover Acessos a Benefícios e Programas de Transferência de Renda, Apoiar Famílias Que Possuem, Dentre Seus Membros, Indivíduos Que Necessitam de Cuidados, por Meio da Promoção de Espaços Coletivos de Escuta e Troca de Vivências Familiares. Garantia do Suporte Financeiro e do Custeio para as Ações Sócio Assistenciais (oferecendo Transporte, Lanches, Alimentação e Outras Necessidades). locação de Veículos para Atendimento da Demanda. Elaboração de Material Educativo (folders, Cartazes, Cartilhas, Vídeo Institucional, Outdoor e Outros); Promover Atividades Esportivas, Recreativas e Comemorativas (exemplo: Rua do Lazer, Festa Natalina, Comemoração do Dia das Crianças, Páscoa e Confraternizações).		
<b>Total Ação</b>		<b>176.200,00</b>	<b>0,12</b>
Ação	2276 - Complementar o Trabalho Social com Família, Prevenindo a Ocorrência de Situações de Risco Social e Fortalecendo a Convivência Familiar e Comunitária; Prevenir a Institucionalização e a Segregação de Crianças, Adolescentes, Jovens e Idosos, Assegurando o Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Promover Acessos a Benefícios e Serviços Sócio Assistenciais, Fortalecendo a Rede de Proteção Social de Assistência Social; Articular e Promover Acessos a Serviços Setoriais, em Especial das Políticas de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer Existentes no Território, Contribuindo para o Usufruto dos Usuários Aos Demais Direitos; Oportunizar o Acesso às Informações sobre Direitos e sobre Participação Cidadã, Estimulando o Desenvolvimento do Protagonismo dos Usuários; Possibilitar Acessos a Experiências e Manifestações Artísticas, Culturais, Esportivas e de Lazer; Favorecer o Desenvolvimento de Atividades Intergeracionais, Promovendo Trocas de Experiências e Vivências, Fortalecendo o Respeito, a Solidariedade e os Vínculos Familiares e Comunitários; Promover Atividades Esportivas, Recreativas e Comemorativas (exemplo: Rua do Lazer, Festa Natalina, Páscoa, Confraternizações...); Elaborar Material Educativo (folders, Cartazes, Cartilhas, Vídeo Institucional, Outdoor, e Outros). Garantia do Suporte Financeiro e do Custeio para as Ações Sócio Assistenciais (oferecendo Transporte, Lanches, Alimentação e Outras Necessidades).		
<b>Total Ação</b>		<b>100.000,00</b>	<b>0,07</b>
Ação	2278 - Atendimento a Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Através dos Benefícios Eventuais Aprovados pela Municipal Lo 2634 de 12.04.2013 (auxílio-natalidade; Auxílio-funeral; Auxílio Gás; Auxílio Foto para Documentação Civil; Auxílio Fralda Infantil; Auxílio Passagem; Auxílio Frete; Auxílio Aluguel Social; Vale Alimentação) para Famílias Que Possuam Renda Per Capita de 1/3 do Salário Mínimo Vigente, Ou Que Apresentem Condições Que Colocam a Família em Situação de Vulnerabilidade Social, Criando Condições de Atendimento Imediato pela Assistência Social Aos Casos Urgentes. Encaminhar para Isenção de Taxa da Certidão de Nascimento, Casamento, Certidão de Óbito e Carteira de Identidade e Repassar às Famílias Doações de Móveis, Utensílios e Outros. Também Abrange as Situações de Calamidade Pública. Atender as Famílias e Indivíduos Que Se Encontram em Situação de Vulnerabilidade E/ou Risco Social por Ocorrência de Abandono, Maus Tratos Ou Pobreza, Baseando-se na Lei 8.742 Loas - Lei Orgânica da Assistência Social, no Plano Nacional de Assistência Social - Pnas e no Plano Municipal de Assistência Social 2010-2013. Elaborar Material Educativo (folders, Cartazes, Cartilhas, Vídeo Institucional, Outdoor, e Outros). Garantia do Suporte Financeiro e do Custeio para as Ações Sócio Assistenciais (oferecendo Transporte, Lanches, Alimentação e Outras Necessidades)		
<b>Total Ação</b>		<b>152.600,00</b>	<b>0,10</b>
<b>Total Programa</b>		<b>479.800,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>479.800,00</b>	<b>0,31</b>
<b>Total Função</b>		<b>479.800,00</b>	<b>0,31</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>479.800,00</b>	<b>0,31</b>
Unidade	3 - Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0088 - Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade		
Ação	2284 - Oferecer Atendimento às Famílias e Indivíduos com Seus Direitos Violados (violência Física, Psicológica e Negligência Grave, Abandono, Violência Sexual, Situação de Rua e Mendicância, Vivência de Trabalho Infantil, Discriminação em decorrência da Orientação Sexual/raça/etnia), Mas Cujos Vínculos Familiares e Comunitários Não Foram Rompidos. o Serviço Através de com as Atividades e Atenções Prestadas às Famílias nos Demais Serviços Sócio-assistenciais, nas Políticas Públicas		



Dotação		2017	%
Existentes e com os Demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Contribuir para o Fortalecimento da Família no Desempenho de Sua Função Protetiva; Processar a Inclusão das Famílias no Sistema de Proteção Social e nos Serviços Públicos, Conforme Necessidades; Contribuir para Restaurar e Preservar a Integridade e as Condições de Autonomia dos Usuários; Promover o Rompimento de Padrões Violadores de Direitos na Dinâmica Familiar Pré-existent; garantir o Atendimento Imediato e Providências Necessárias para a Inclusão da Família em Serviços Sócio-assistenciais, Inclusive Proporcionando o Acesso a Programas de Transferência de Renda, de Forma a Qualificar a Intervenção e Restaurar o Direito; Prevenir a Reincidência de Violações de Direitos; Proporcionar Momentos de Lazer e Culturais no Município e em Outros Municípios, Garantindo o Suporte Financeiro para Estas Ações (transporte, Lanches, Alimentação, Ingressos e Outros);. Oferecer Cursos Profissionalizantes, Cursos de Danças, Música, Teatro... Promover Atividades Esportivas e Recreativas; Garantia do Suporte Financeiro e do Custeio para as Ações Sócio Assistenciais (oferecendo Transporte, Lanches, Alimentação e Outras Necessidades). Desenvolver Palestras, Seminários e Grupos de Discussões com Temáticas Afins Através de Contratação de Palestrantes E/ou Serviços, Material de Consumo, de Expediente; Elaborar Material Educativo (folders, Cartazes, Cartilhas, Vídeo Institucional e Outros).			
<b>Total Ação</b>		<b>172.200,00</b>	<b>0,11</b>
<b>Ação</b>	2288 - Voltado ao Atendimento Especializado às Famílias Que Possuem Pessoas com Deficiência e Idosos, Acometidas com Algum Grau de Dependência, Que Fiveram Suas Limitações Agravadas por Violação de Direitos, Tais Como: Isolamento, Atitudes Discriminatórias, e Preconceituosas no Seio da Sua Família, Falta de Cuidados Adequados por Falta de Cuidador, Alto Grau de Stresse do Cuidador, Desvalorização da Potencialidade/capacidade da Pessoa, Dentre Outras Que Agravam a Dependência e Comprometem o Desenvolvimento da Autonomia. Assegurar os Direitos Sociais das Pessoas com Deficiência E/ou Idosas; Promover a Autonomia e a Melhoria da Qualidade de Vida de Pessoas com Deficiência e Idosos (as) com Dependência, Bem Como de Seus Cuidadores e Familiares; Desenvolver Ações Especializadas para a Superação das Situações Violadoras de Direitos Que Contribuem para a Intensificação da Dependência; Articular a Política Municipal de Saúde e Outras, Priorizando Atendimento do Usuário deste Serviço; Prevenir o Abandono e a Segregação dos Usuários do Serviço, Assegurando o Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Prevenir Situações de Sobrecarga e Desgaste de Vínculos Provenientes da Relação de Prestação/demanda de Cuidados Permanentes/prolongados. Garantia do Suporte Financeiro e do Custeio para as Ações Sócio Assistenciais (oferecendo Transporte, Lanches, Alimentação e Outras Necessidades). Manter Convênio com Entidades Governamentais e Não Governamentais.		
<b>Total Ação</b>		<b>52.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Ação</b>	2292 - Este Serviço Visa Garantir a Proteção Integral a Indivíduos Ou Famílias em Situação de Risco Pessoal e Social, com Vínculos Familiares Rompidos Ou Extremamente Fragilizados, por Meio de Serviços Que Garantem o Acolhimento em Ambiente com Estrutura Física Adequada, Oferecendo Condições de Moradia, Higiene, Salubridade, Segurança, Acessibilidade e Privacidade. Assegurar o Fortalecimento de Vínculos Familiares E/ou Comunitários e o Desenvolvimento da Autonomia dos Usuários. Oferecer Atendimento às Famílias e Indivíduos Que Se Encontram em Situação de Abandono, Ameaça Ou Violação de Direitos, Necessitando de Acolhimento Provisório Fora de Seu Núcleo Familiar de Origem. Proporcionar Apoio às Famílias de Origem, Favorecendo a Sua Reestruturação para o Retorno de Seus Filhos, Sempre Que Possível; Contribuir na Superação da Situação Vivida pelas Crianças e Adolescentes, Preparando-os para a Reintegração Familiar Ou para Colocação em Família Substituta (guarda, Tutela Ou Adoção); Atender e Acolher os Moradores de Rua Que Encontram-se em Situação de Risco Social, Oportunizando a Reinserção dos Indivíduos na Sociedade; Garantir o Acesso as Políticas Públicas Setoriais; Realizar Trabalhos Sócio-educativos Voltados às Necessidades Básicas; Garantir a Integridade Física e Psicológica de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Seus Filhos Menores de Idade; Proporcionando Ambiente Agradável com Atividades Propícias para Que as Mulheres Exercitem a Própria Autonomia e Recuperem a Auto-estima; Garantir o Sigilo de Moradia, Protegendo e Preservando as Mulheres Vítimas de Violência; Articular com os Municípios Que Integram a Sdr de Timbó, para a Construção e Manutenção de Um Abrigo Regionalizado para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Bem Como para Seus Filhos; Manter Convênio com Instituições de Longa Permanência para Idosos (ass. de Amparo a Terceira Idade). Manter Convênio C Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Que Necessitem de Acolhimento Casa Lar Outro		
<b>Total Ação</b>		<b>710.000,00</b>	<b>0,46</b>
<b>Total Programa</b>		<b>934.200,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>934.200,00</b>	<b>0,61</b>
<b>Total Função</b>		<b>934.200,00</b>	<b>0,61</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>934.200,00</b>	<b>0,61</b>
Unidade	5 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0006 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fmas.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		

Dotação		2017	%
<b>Total Ação</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>2.813.000,00</b>	<b>1,84</b>
Órgão	17 - Timboprev		
Unidade	1 - Administracao do Timboprev		
Função	0009 - Previdência Social		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0027 - Gestão da previdência social - regime próprio		
Ação	2122 - Manter as Atividades do Timboprev, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação em Cursos, Seminários e Congressos, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Instituto. Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Aluguel de Sala Aquisição de 01 Veículo, Aquisição de Equipamentos, Software e Mobiliários para Melhor Atender as Necessidades do o Instituto.		
<b>Total Ação</b>		<b>650.000,00</b>	<b>0,42</b>
Ação	2124 - Manter os Benefícios do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93 , Nº 136/98, e 411/2013 e Alterações Posteriores.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.000.000,00</b>	<b>0,65</b>
Ação	2126 - Manter o Pagamento dos Inativos do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93 , Nº 136/98 e 411/2012 e Alterações Posteriores.		
<b>Total Ação</b>		<b>11.160.000,00</b>	<b>7,29</b>
Ação	2128 - Manter o Pagamento dos Pensionistas do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93 , Nº 136/98, e 411/2013 e Alterações Posteriores.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.190.000,00</b>	<b>0,78</b>
<b>Total Programa</b>		<b>14.000.000,00</b>	<b>9,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>14.000.000,00</b>	<b>9,15</b>
<b>Total Função</b>		<b>14.000.000,00</b>	<b>9,15</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>14.000.000,00</b>	<b>9,15</b>
Unidade	2 - Reserva de Contingência RPPS		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>4.388.000,00</b>	<b>2,87</b>
<b>Total Programa</b>		<b>4.388.000,00</b>	<b>2,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>4.388.000,00</b>	<b>2,87</b>
<b>Total Função</b>		<b>4.388.000,00</b>	<b>2,87</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>4.388.000,00</b>	<b>2,87</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>18.388.000,00</b>	<b>12,02</b>
Órgão	18 - Fas		
Unidade	1 - Gestao da Assistencia a Saude do Servidor		
Função	0009 - Previdência Social		
Subfunção	0271 - Previdência Básica		
Programa	0025 - Gestão da assistência a saúde do servidor público municipal		
Ação	2120 - Manter as Atividades do Fass, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93 e Nº 411/11, e Alterações Posteriores. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços e Saúde. Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver os Funcionários nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.672.000,00</b>	<b>1,09</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.672.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.672.000,00</b>	<b>1,09</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.672.000,00</b>	<b>1,09</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.672.000,00</b>	<b>1,09</b>

Dotação		2017	%
Unidade	2 - Registro inexistente necessário		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0017 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fass.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Função</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>8.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>8.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>8.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Função</b>		<b>8.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>8.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>1.700.000,00</b>	<b>1,11</b>
Órgão	19 - Fundacao Municipal de Esportes - Fme		
Unidade	1 - Esporte Amador, Comunitário e de Rendimento		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0813 - Lazer		
Programa	0090 - Manutenção do esporte amador, comunitário e rendimento		
Ação	1237 - Equipar a Fundação Municipal de Esportes e Seus Diversos Segmentos, Com: 05 Computadores - Completos; 8 Tablets, 1 Equipamento de Som - Completo; 2 Estações de Trabalho - Completas; 4 Armários Fechados ; 50 Cadeiras com Prancheta e Cesta para Material; 2 Jogos de Cadeiras Tipo "longarina"; 1 Mesa Grande para Reuniões; 10 Cadeiras; 1 Armário Tipo Balcão; 1 Estante para Multimídia; 1 Tv; 1 Aparelho de Som; 1 Dvd; 1 Mesa para Refeitório com 6 Lugares; 6 Expositores para Troféus; 05 Roupeiros para Modalidades Diversas;; 1 Máquina Fotográfica Digital; 1 Impressora Multifuncional; 2 Caixas de Som Amplificadas para Eventos; Equipamentos Diversos para Implantação Bar e Sala de Reuniões - Complexo, entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	1241 - Construção de Um Ginásio de Esportes Tipo Arena Multiuso para Centro de Treinamento- Poliesportivo; Reforma do Complexo Esportivo Municipal entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>205.000,00</b>	<b>0,13</b>
Ação	2236 - Manter as Diversas Atividades de Assessoria Técnica e do Departamento, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Consumo, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alteração no Quadro de Pessoal com Contratação 1 Contador(a), 1 Auxiliar Administrativo, 2 Motoristas, e 8 Assessores Técnicos de Modalidades, 1 Fisioterapeuta, 1 Auxiliar de Serviços Gerais, 1 Cozinheiro(a) - Conforme Legislação, Remuneração de Pessoal, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor, Contratar Serviços Técnicos Especializados,entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>640.000,00</b>	<b>0,42</b>
Ação	2238 - Manter as Atividades do Departamento, Captação de Convênios, Assessoria Técnica, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais, Remuneração de Pessoal, Divulgar os Trabalhos Através de Publicidade Institucional. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo entre Outros, Incluir Atendimentos a Juventude, Grupos Portadores de Necessidades Especiais, Grupos da Terceira Idade, Atendimento em Parceria com a Assistência Social e Fundo de Saúde com Programas Diferenciados com Grupos Especiais, entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>155.000,00</b>	<b>0,10</b>
Ação	2240 - Manter as Diversas Atividades do Departamento e Assessoria Técnica, Captação de Convênios ,eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alterações no Quadro de Pessoal, Conforme Legislação. Firmar Convênios, Contratar Serviços Técnicos Especializados, Investir no Controle Interno, Realizar Campeonatos Municipais em Diversas Modalidades, Olimpíadas entre Empresas, Torneios Escolares, Manutenção e Eventos de Lazer no Parque Central de Timbó, Atendimento às Demandas Esportivas da 3ª Idade e de Pessoas com Deficiências. Participação em Competições e Eventos Estaduais e Nacionais, entre Outros. Apoio a Modalidades Praticadas em Nosso Município Que Tenham Relação com a Comunidade e Nossa Cultura. Melhorar e Ampliar os Serviços Oferecidos, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração Envolvendo a Comunidade nas Decisões , e Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>350.000,00</b>	<b>0,23</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.360.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.360.000,00</b>	<b>0,89</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.360.000,00</b>	<b>0,89</b>

Dotação		2017	%
<b>Total Unidade</b>		<b>1.360.000,00</b>	<b>0,89</b>
Unidade	2 - Transferencia a Entidades Esportivas		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0812 - Desporto Comunitário		
Programa	0091 - Apoio as entidades esportivas do município		
Ação	2242 - Auxiliar as Entidades Esportivas do Município Através de Subsídios Financeiros, na Manutenção de Sua Estrutura de Atendimento e Treinamento de Equipes Esportivas. Apoiando nas Despesas de Custeio, Viagens, Manutenção, Competições, Reformas e Ampliações.		
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Programa</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Função</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
Unidade	3 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0011 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep da Fme, Que Como Fundação É 1% sobre a Folha de Pagamento.		
<b>Total Ação</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Função</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
Unidade	4 - Bolsa-atleta e Bolsa Tecnico-municipal		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0812 - Desporto Comunitário		
Programa	0092 - Bolsa-atleta e bolsa tecnico-municipal		
Ação	2404 - Auxiliar na Manutenção da Carreira dos Atletas, Paratletas, Técnicos e Auxiliares Técnicos Buscando Proporcionar Condições para Que os Mesmos Possam Se Dedicar ao Treinamento Esportivo e Participar de Competições, Objetivando o Desenvolvimento Pleno da Carreira Esportiva e a Constante Renovação das Gerações de Atletas e Técnicos com Potencial nas Mais Diversas Competições Municipais, Regionais, Estaduais, Nacionais e Internacionais.		
<b>Total Ação</b>		<b>742.000,00</b>	<b>0,48</b>
<b>Total Programa</b>		<b>742.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>742.000,00</b>	<b>0,48</b>
<b>Total Função</b>		<b>742.000,00</b>	<b>0,48</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>742.000,00</b>	<b>0,48</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>2.320.000,00</b>	<b>1,52</b>
Órgão	20 - Fundo de Atend. a Criança e ao Adolescente - Fia		
Unidade	1 - Serviço de Atencao Integral a Criança e Adol.		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa	0062 - Atenção integral a criança e ao adolescente		
Ação	1227 - Equipar as Instalações onde Funcionam os Programas do Fia, com 05 Computadores e Impressoras, 01 Impressora Multifuncional (impressora, Fax e Copiadora), 01 Central Telefonía, 02 Aparelhos de Celular, 05 Condicionadores de Ar e Mobiliário.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2210 - Transferir Recursos para Entidades Parceiras e Cadastradas no Fia, com o Objetivo de Promover Programas Destinados à Criança e ao Adolescente, Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial.		
<b>Total Ação</b>		<b>16.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2212 - Manter as Atividades Administrativas e os Programas do Fia, Bem Como: Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento		

Dotação		2017	%
dos Princípios Constitucionais. Alteração, Admissão, Contratação de Pessoal, Qualificação e Treinamento, Promoção de Eleições para Conselheiros Tutelares e Conselho de Direitos, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos, Acordos e Demais Instrumentos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filial. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Promover a Parceria com Instituições Privadas, Não Governamentais, e Governamentais Visando Aumento da Arrecadação para o Fia.			
<b>Total Ação</b>		<b>44.500,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Programa</b>		<b>65.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>65.500,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Função</b>		<b>65.500,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>65.500,00</b>	<b>0,04</b>
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0007 - Salidar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fia.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>67.500,00</b>	<b>0,04</b>
Órgão	21 - Fundo Municipal de Turismo - Fumtur		
Unidade	1 - Desenvolvimento de Ações Turísticas		
Função	0023 - Comércio e Serviços		
Subfunção	0695 - Turismo		
Programa	0036 - Turismo com produtos, atrativos e divulgação		
Ação	2200 - Manter as Despesas com as Atividades do Fundo Municipal de Turismo com o Pagamento de Salários de Pessoal, Vantagens, Horas Extras, Terceirizações, Encargos Sociais, Curso para Capacitação dos Profissionais de Turismo, Estagiários, Diárias para Viagens, Combustíveis, Material Pedagógicos, Material de Expediente, Material e Serviço de Limpeza, Manutenção dos Bens Imóveis e Móveis do Turismo, Material Elétrico, Material Hidráulico, Manutenção de Veículos, Manutenção do Software, Locação de Imóveis, Locação de Máquinas e Equipamentos, Energia Elétrica, Telefone, Água, Serviços Gráficos, Manutenção de Equipamentos de Informática, Vídeos, Folders, Revistas, Banners, Utensílios Domésticos para as Cozinhas a Serem Utilizados nos Eventos do Município, Convênios com Entidades para Divulgação e Conscientização para o Turismo, Manutenção do Consorcio Regional, Repasses para Manutenção de Entidades Ligadas ao Turismo, Confecção e Colocação de Sinalizações Turísticas, Manutenção dos Convênios e Contratos, e entre Outras.		
<b>Total Ação</b>		<b>190.500,00</b>	<b>0,12</b>
Ação	2244 - Manter as Parcerias e Atividades com o Instituto Aracuã, Incluindo Sua Manutenção e Auxílio Financeiro Conforme Convênio.		
<b>Total Ação</b>		<b>145.000,00</b>	<b>0,09</b>
<b>Total Programa</b>		<b>335.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>335.500,00</b>	<b>0,22</b>
<b>Total Função</b>		<b>335.500,00</b>	<b>0,22</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>335.500,00</b>	<b>0,22</b>
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0008 - Salidar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fumtur.		
<b>Total Ação</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Dotação		2017	%
Ação	2248 - Manter as Atividades para Qualificação de Funcionários da Administração Indireta. Manter as Diversas Atividades do Departamento, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos Através de Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Oferecidos, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Entidade.		
<b>Total Ação</b>		<b>340.000,00</b>	<b>0,22</b>
Ação	2250 - Manter as Atividades para Qualificação de Funcionários da Administração Indireta. Manter as Diversas Atividades do Departamento, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos Através de Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Oferecidos, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Entidade.		
<b>Total Ação</b>		<b>895.000,00</b>	<b>0,58</b>
Ação	2254 - Manter as Atividades para Qualificação de Funcionários da Administração Indireta. Manter as Diversas Atividades do Departamento de Eventos Como: Cultura Rock, Miss Timbó, Páscoa no Parque, Festival de Dança de Timbó; Festival Gastronômico; Fescati - Festival da Canção de Timbó; Enteati - Encontro de Teatro de Timbó; Feiras; Exposições; Projeto Prefeitura nos Bairros; Festa do Imigrante, Noite dos Candelabros, Natal; Multi-ações Culturais, entre Outros, com Apoio Cultural à Terceiros, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos Através de Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Oferecidos, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Entidade.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.100.000,00</b>	<b>0,72</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.735.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.735.000,00</b>	<b>1,79</b>
<b>Total Função</b>		<b>3.322.000,00</b>	<b>2,17</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>3.322.000,00</b>	<b>2,17</b>
Unidade	2 - Incentivo a Cultura		
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0096 - Preservação, manutenção e divulgação cultural		
Ação	1251 - Através de Projetos e de Sua Devida Captação de Recursos, e Ou de Convênios e Repasses Firmados, de Conformidade com as Leis Vigentes, Equipar a Fundação Cultural de Timbó e Seus Diversos Segmentos, Com: 1 Bancada de Trabalho de Aço, 1 Bancada para Lavagem e Desacidificação do Papel (5x5m2), 1 Capela de Exaustão, 1 Clarinete Ycl 250, 17 Chaves, 1 Contrabaixo, 1 Cortador Guilhotina Grande - de Gráfica, 2 Fotocopiadoras, 1 Guilhotina G 500 Fls, 1 Piano de Cauda Fritz Dobbert C-160, 1 Prensa Grande - Cavalete Ou Coluna, 1 Prensa Pequena para Livros, 1 Tuba Sinfônica, 4 Impressoras Xerox A3 Workcentre S421, 1 Xilofone Modelo Clássico Cs/c8-37n, 1 Catraca Informativa com Softare, 1 Projetor Multi-mídia, 2 Caixas Amplificadas Fp 1200, 2 Filmadoras Digitais, 1 Mesas de Higienização, 2 Mesas de Luz, 2 Mesas para Computador C/ Conexão, 1 Notebook Proc. Pentium 4 3,2ghz 512mb, 2 Pias de Aço Inoxidável, 2 Rebaixo 60x40 para Teclado, 2 Tripés para Filmadora, 3 Balcões, 6 Mesas de Trabalho, 3 Prateleiras com Fórmica, Brancas e Lisas, 3 Roupeiros de Aço, 2 Teclados, 2 Telas Elétricas para Projeção, 3 Bebedouros - 20l - Premium, 4 Máquinas Fotográficas Digitais, 4 Retroprojetores, 1 Software para Gerenciar Acervos, 4 Bandoneons, 5 Tv's 29" Tela Plana Tv 2957 Fs, 4 Mapotecas, 6 Higrotermógrafos, 10 Condicionadores de Ar, 7 Desumidificadores, 10 Refletores 1000 W, 10 Refletores Pc 1000 W, 10 Estantes Especiais para Fitas de Vídeo, 10 Mapotecas, 14 Ar Condicionado Individual, 20 Cavaletes P/ Pintura de Madeira, 10 Computadores Pentium 4 Intel 3,2, 180 Estantes de Aço Dupla Face com 12 Prateleiras, 50 Estantes de Aço, 500 Estantes Reforçadas, Aquisição de Livros, 10 Bancos para Praças, Implementação Teatro Municipal.		
<b>Total Ação</b>		<b>305.000,00</b>	<b>0,20</b>
Ação	1255 - Através de Projetos e de Sua Devida Captação de Recursos, e Ou de Convênios e Repasses Firmados, de Conformidade com as Leis Vigentes, Executar os Projetos De: Revitalização, Modernização e Ampliação Teatro Municipal de Timbó entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>663.500,00</b>	<b>0,43</b>
<b>Total Programa</b>		<b>968.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>968.500,00</b>	<b>0,63</b>
<b>Total Função</b>		<b>968.500,00</b>	<b>0,63</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>968.500,00</b>	<b>0,63</b>
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		

Dotação		2017	%
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0012 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep da Fct.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Função</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	9999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>4.313.500,00</b>	<b>2,82</b>
Órgão	23 - Funrepom		
Unidade	3 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0010 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fumrebompm.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Unidade	4 - Policia Militar		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0048 - Gestão do funrepom		
Ação	1403 - Equipar a Policia Militar Com08 Micro Computadores e Impressoras,mobiliarios, 03 Equipamentos de Dispositivos Luminosos e Sonoros (giroflex) para Veiculos, 05 Condicionadores de Ar, 10 Cameras de Vigilancia, 2 Porteiros Eletronicos,1 Central de Monitoramento, 1 Monóculo Visão Noturna, Equipamentos Eletronicos para Desenvolvimento de Investigação e Policiamento Ostensivo,eletrodomésticos e Eletronicos em Geral, entre Outros transferir recursos ao FUMPOM a fim de adquirir 4 kits de dispositivo eletrônico incapacitante e 2 carabinas calibre 5.56, transferir recursos para aquisição de novos coletes de proteção balística aos policiais militares de Timbó.		
<b>Total Ação</b>		<b>85.000,00</b>	<b>0,06</b>
Ação	1407 - Ampliar e Reformar as Instalações Fisicas da Policia Militar.		
<b>Total Ação</b>		<b>90.000,00</b>	<b>0,06</b>
Ação	2400 - Manter as Atividades da Polícia Militar, Bem Como, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Garantir as Ações com Vistas ao Cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento Divulgar os Trabalhos, Atos Oficiais e Publicidade Institucional. Contribuir Financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as Quais o Ente É Filiado Ou Venha a Se Filiar. Implantar o Sistema de Avaliação e Controle. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Melhorar e Ampliar os Serviços Públicos Municipais, Praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, Envolver a Sociedade nas Decisões Administrativas; Melhorar e Ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração.		
<b>Total Ação</b>		<b>83.000,00</b>	<b>0,05</b>
Ação	2402 - Criar e Manter Atividades de Manutenção de Equipamento e Rede para Vigilância Eletrônica, Bem Como Contratação de Pessoal para Treinamento e Qualificação para Desenvolvimento do Serviço de Vigilância Eletrônica.		
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Programa</b>		<b>308.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>308.000,00</b>	<b>0,20</b>
<b>Total Função</b>		<b>308.000,00</b>	<b>0,20</b>



Dotação		2017	%
<b>Total Unidade</b>		<b>308.000,00</b>	<b>0,20</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>315.000,00</b>	<b>0,21</b>
Órgão	24 - Fundo Municipal de Transito - Fumtran		
Unidade	1 - Demutran		
Função	0026 - Transporte		
Subfunção	0782 - Transporte Rodoviário		
Programa	0046 - Sistema viário e mobilidade		
Ação	1259 - Equipar o Departamento de Trânsito com 4 Microcomputadores, 3 Impressoras Jato de Tinta A4 e Sistema Operacional Windows Xp e Office, 1 Plotter para Cortes de Vinil, 10 Rádios de Comunicação com Alcance Aproximado de 3km, 06 Cadeiras Giratórias Tipo Secretária, 02 Conjuntos de Mesa Tipo Ilha, 08 Gaveteiros, 4 Arquivos de Aço, entre Outros Materiais para Execução das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	1261 - Equipar o Departamento de Trânsito com 01 Automóvel Tipo Passeio, Motor 1.4, 4 Portas; 02 Motocicleta, Motor 150cc, Modelo Cargo.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	1263 - Aquisição e Implantação de Abrigos de Passageiros de Ônibus. Implantação de Trevos e Canteiros em Vias Urbanas. Implantação de Faixas de Travessia de Pedestres. Implantação de Sinalização Horizontal e Vertical do Trânsito e Placas para Sinalização Indicativa/turística e de Rota de Caminhões.		
<b>Total Ação</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
Ação	2260 - Participação da Equipe Técnica em Congressos, Seminários e Treinamentos. Manter as Atividades do Departamento, Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alteração, Criação, Admissão, Contratação de Pessoal, Extinção de Cargos e Empregos Públicos, Remuneração de Pessoal, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos do Departamento. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Efetuar a Manutenção dos Conjuntos Semafóricos e da Sinalização Viária. Desenvolver o Programa de Educacao de Transito, Principalmente a Formação dos Alunos-guia, adquirir os Itens Necessários para a Promoção de Tal Projeto, Sendo Estes a Alimentação, Uniformes, Material Didatico, Transportes e Outros. Elaboração de Campanhas Permanentes de Educação para o Transito, Incluindo a Confeccao de Banners, Material Impresso, Camisetas e Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.410.000,00</b>	<b>0,92</b>
Ação	2266 - Manter o Convenio de Transito com Relação a Arrecadação de Multas de Transito com as Despesas Pertencentes Aos Três, Policia Militar, Policia Civil e Demutran, Como Correios, Tarifas, Funset, Ciasc, Despesas Essas da Conta Mãe. Despesas Referente a Fiscalização de Transito, Tais Como Lanches, Almoço e Jantar, Em operações Conjuntas entre a Policia Militar, Policia Civil e Demutran, entre Outras Necessárias para a Execução das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.000.000,00</b>	<b>0,65</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.510.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.510.000,00</b>	<b>1,64</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.510.000,00</b>	<b>1,64</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.510.000,00</b>	<b>1,64</b>
Unidade	2 - Policia Militar		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0046 - Sistema viário e mobilidade		
Ação	1267 - Equipar o Policia Militar com 02 Microcomputadores, com Impressora e Sistema Operacional Windows e Office; 12 Cadeiras Giratórias Tipo Secretária; 02 Mesas de Escritório Tipo Estação de Trabalho; 08 Armários para Escritórios; 10 Cadeiras com Pés Fixos; 05 Condicionadores de Ar; 01 Radar Móvel; 02 Etilometros; 01 Aparelho de Protocolo; 40 Arnes Refletivos; Aparelhos Eletrônicos; Demais Equipamentos Auxiliares de Fiscalização de Transito; Dispositivos Auxiliares de Sinalização de Transito; Sistema de Comunicação Operacional; Lanternas para Auxiliar Trabalho de Fiscalização, entre Outros.		
<b>Total Ação</b>		<b>20.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2262 - Participação da Equipe Técnica em Congressos, Seminários e Treinamentos. Manter as Atividades em Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alteração, Reestruturação Administrativa, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na		

Dotação		2017	%
Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos da Polícia Militar. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Manutenção de Equipamentos Utilizados pela Polícia Militar para Fins de Transito.			
<b>Total Ação</b>		<b>40.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Programa</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Função</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
Unidade	3 - Polícia Civil		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0046 - Sistema viário e mobilidade		
Ação	1271 - Equipar a Polícia Civil Com: 12 Micro Computadores, Mobiliário para Substituição, 8 Impressoras, Equipamentos Eletrônicos, Máquina de Protocolo, 3 Máquinas Filmadoras, entre Outros Necessários para Execução das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	2264 - Participação da Equipe Técnica em Congressos, Seminários e Treinamentos. Manter as Atividades em Eventos, Recursos Humanos, Material de Expediente, Cursos e Capacitação, Publicações e Publicidade dos Atos e Outros. Alteração, Reestruturação Administrativa, Qualificação e Treinamento, entre Outros. Firmar Convênios, Ajustes, Contratos Ou Acordos, na Forma da Legislação em Vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com Vistas ao Aperfeiçoamento dos Trabalhos da Polícia Civil. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e Outros. Manutenção de Equipamentos e Atividades Realizadas pela Polícia Civil para Fins de Trânsito.		
<b>Total Ação</b>		<b>45.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Programa</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Função</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>60.000,00</b>	<b>0,04</b>
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0009 - Salidar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Fumtran.		
<b>Total Ação</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Programa</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Função</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>15.000,00</b>	<b>0,01</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>2.650.000,00</b>	<b>1,73</b>
Órgão	25 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		
Unidade	1 - Tratamento e Distribuição de Água		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0100 - Água potável para todos		
Ação	1301 - Adquirir Novos Equipamentos de Informática para Substituição dos Antigos e Disponibilizar Novos, Que Atendam a Necessidade de Mobília das Novas Instalações da Sede Administrativa. Adquirir Equipamentos de Comunicação Como Bens Móveis, Conforme Depreciação dos Bens (computadores, Impressoras, Coletores, Mesas, Cadeiras, Calculadoras, Central Telefônica Telefones, Rádios Amadores). Automação de Todo Sistema de Tratamento de Água, Através de Sistema Informatizado com Comunicação Via Radio Frequência, para Maior Precisão no Tratamento e no Abastecimento do Sistema de Águas. Aquisição e Reforma de Bombas para Recalque e Equipamentos Sobressalentes. Aquisição de Equipamentos para Modernização do Laboratório.		

Dotação		2017	%
<b>Total Ação</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,08</b>
Ação	1303 - Aquisição de Um Veiculo Carroceria Aberta para Estação de Tratamento de Água (eta) para Coleta de Água em Vários Pontos da Cidade para Análise da Qualidade. Aquisição de Tres Veiculos Carroceria Aberta para Substituir os Existentes Devido a Depreciação Sofrida. Aquisição de Um Veiculo Tipo Furgão para Equipe de Pitometria e Transporte de Funcionários a Obras a Serem Executadas. Aquisição de Um Veiculo Tipo Basculante (caçamba) para Retirada de Materiais em Ampliações e Rompimentos de Rede de Distribuição de Água. Aquisição de Duas Motocicletas.		
<b>Total Ação</b>		<b>50.000,00</b>	<b>0,03</b>
Ação	1305 - Ampliação e Reforma da Estação de Tratamento de Água (eta) Devido ao Aumento do Consumo. Contratação de Empresa para Elaboracao Projetos de Estudo para Priorizar o Atendimento de 100% da Área Urbana do Município e a Expansão da Rede de Distribuição e Ligações para Atendimento Aos Municípes Residentes na Zona Rural.ampliação e Substituição (de Ferro para Pvc) de 30 Km Ano de Rede de Distribuição de Água, Conforme Cronograma de Pavimentações da Secretaria de Planejamento.construção de Reservatórios em Metal Ou Concreto para Aumentar a Capacidade de Reservação. Construção de Estações Elevatórias de Água Tratada. Continuação Despesa Continuada Referente a Nova Sede Administrativa (conforme Estudos) para Melhor Atendimento ao Usuário e Melhor Funcionalidade para os Servidores do Samae Incluindo Reforma no Pátio, Guarita, Estacionamento, Garagem e Almojarifado. Cercar as Instalações Físicas da Estação de Tratamento e da Estação de Captação de Água Bruta.		
<b>Total Ação</b>		<b>844.440,00</b>	<b>0,55</b>
Ação	1307 - Aquisição de Imóveis para Construção de Reservatório, Instalação de Bombas de Recalque e Captação. Aquisição de Imóvel para Construção de Um Almojarifado.		
<b>Total Ação</b>		<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2300 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal Administrativo (diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Auxiliar Administrativo, Agente Administrativo, Contadora, Fiscais Leituristas, Estagiarias, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Realização de Eventos de Conscientização da População em Torno da Preservação da Água. Manutenção do Sistema Administrativo. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>2.143.560,00</b>	<b>1,40</b>
Ação	2302 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal da Estação de Tratamento de Águas (supervisor da Estação de Tratamento, Técnico em Saneamento, Técnico Laboratorista, e Operadores de Estação de Tratamento, Auxiliar de Serviços Gerais e Estagiários). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Manutenção do Sistema do Tratamento. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.190.000,00</b>	<b>0,78</b>
Ação	2304 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal de Manutenção dos Serviços de Água (diretor de Manutenção de Expansão, Supervisor de Manutenção e Expansão, Agente de Manutenção, Operador de Máquinas, Motorista, Oficial Técnico e Auxiliar de Serviços Gerais).material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados Inclusive para Conserto/recuperação de Calçadas, Praças e Vias Públicas Danificadas pelas Manutenções e Ligações na Rede de Água.manutenção do Sistema de Água. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>2.185.000,00</b>	<b>1,43</b>
<b>Total Programa</b>		<b>6.536.000,00</b>	<b>4,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>6.536.000,00</b>	<b>4,27</b>
<b>Total Função</b>		<b>6.536.000,00</b>	<b>4,27</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>6.536.000,00</b>	<b>4,27</b>
Unidade	2 - Captacao e Tratamento de Esgoto		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0102 - Esgotamento sanitario - viva cidade sustentável		
Ação	1309 - Aquisição dos Equipamentos de Informática, Comunicação e Bens Móveis. (computadores, Impressoras, Coletores, Mesas, Cadeiras, Calculadoras, Central Telefônica Telefones, Rádios Amadores). Automação de Todo Sistema de Tratamento de Esgoto, Através de Sistema Informatizado com Comunicação Via Radio Freqüência. Aquisição de Bombas para Recalque e Equipamentos Sobressalentes, para Melhor Funcionamento das Mesmas.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1311 - Aquisição de Dois Veículos Carroceria Aberta para Equipe de Manutenção de Esgoto. Aquisição de Caminhão Limpa Fossa para Desentupimento das Redes Coletoras de Esgoto.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1313 - Implantação da Estação de Tratamento de Esgoto para Inicialização das Atividades de Coleta. Construção de 60 Km de Rede Coletora de Esgoto. Construção de Elevatórias, para Bombas de Recalque. Repavimentação de Ruas Atendidas com Rede Coletora.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1315 - Aquisição de Imóveis para Construção de Elevatórias da Rede Coletora de Esgoto		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2306 - Departamento de Esgoto. Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal Administrativo (auxiliar Administrativo, Agente		

Dotação		2017	%
Administrativo e Estagiarias). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Manutenção do Sistema Administrativo. Capacitação do Servidor.			
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2308 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal da Estação de Tratamento de Esgoto (técnico em Saneamento, Operadores de Estação de Tratamento, Auxiliar de Serviços Gerais e Estagiários). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Manutenção o Sistema de Tratamento. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2310 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal de Manutenção dos Serviços de Esgoto (agente de Manutenção, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Manutenção o Sistema de Esgoto. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Função</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,02</b>
Unidade	3 - Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0104 - Gestão dos resíduos sólidos		
Ação	1317 - Continuar Substituição dos Equipamentos de Informática e Comunicação Como Bens Moveis Conforme Depreciação dos Bens (computadores, Impressoras, Mesas, Cadeiras, Calculadoras, Central Telefônica Telefones, Rádios Amadores). Automação de Todo Sistema de Tratamento de Chorume. Mobiliário para Cozinha. Aquisição de Uma Prensa para o Lixo Reciclado.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	1319 - Aquisição de Um Trator e Equipamentos para Roçadas no Terreno do Aterro Sanitário. Aquisição de Um Equipamento Tipo Trator Esteira para Compactação dos Resíduos Urbanos. Aquisição de Dois Veiculo para Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos. Aquisição de Uma Escavadeira Hidraulica.		
<b>Total Ação</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,01</b>
Ação	1321 - Construção de Rampa para Lavagem e Lubrificação dos Veículos. Construção de Garagem para Veículos Oficiais. Construção de Um Galpão para Armazenamento e Triagem de Material Reciclável. Cercar a Área do Aterro Sanitário Evitando Assim a Entrada de Pessoas Não Autorizada. Implantação de Calhas Coletoras de Resíduo Líquido no Entorno das Pressas. Reforma na Fachada do Atual Galpão.		
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
Ação	1323 - Aquisição de Imóvel para Ampliação do Aterro Sanitário.		
<b>Total Ação</b>		<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação	2312 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal Administrativo (supervisor do Aterro Sanitário, Auxiliar Administrativo, Engenheiro Sanitarista, Técnico em Saneamento). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Realização de Eventos/concursos de Conscientização da População com Referencia a Coleta Seletiva. Manutenção o Sistema Administrativo. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>685.000,00</b>	<b>0,45</b>
Ação	2314 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal da Estação de Tratamento de Águas (motorista, Operador de Maquinas, Balanceiros, Auxiliar de Serviços Gerais). Material de Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Manutenção o Sistema de Tratamento dos Resíduos. Capacitação do Servidor.		
<b>Total Ação</b>		<b>715.000,00</b>	<b>0,47</b>
Ação	2316 - Manutenção da Folha de Pagamento do Pessoal de Manutenção dos Serviços de Água (motorista, Auxiliar de Serviços Gerais). Material Expediente. Contratação de Serviços Terceirizados. Manutenção do Sistema de Reciclagem. Capacitação do Servidor. Campanhas Publicitárias para Divulgação da Cultura dos 3r's ( reduzir, reutilizar, reciclar), reduzindo a quantidade de lixo produzida, reutilizando os produtos e embalagens e reciclando componentes.		
<b>Total Ação</b>		<b>640.000,00</b>	<b>0,42</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.260.000,00</b>	<b>1,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.260.000,00</b>	<b>1,48</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.260.000,00</b>	<b>1,48</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.260.000,00</b>	<b>1,48</b>
Unidade	4 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Transferências		
Programa	0007 - Encargos do Município com o Pasep		
Ação	0013 - Saldar Mensalmente e Contribuir com a Formação do Pasep do Samae.		
<b>Total Ação</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,08</b>
<b>Total Programa</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>

Dotação		2017	%
<b>Total Subfunção</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,08</b>
<b>Total Função</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,08</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,08</b>
Unidade	5 - Drenagem de Aguas Pluviais		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0106 - Drenagem de águas pluviais		
Ação	1324 - Recuperar, Implementar e Implantar Drenagem Pluvial de Vias Urbanas e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.		
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2318 - Recuperar Drenagem Pluvial de Vias Urbanas e Outros Necessários para o Desempenho das Atividades.			
<b>Total Ação</b>		<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Função</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>47.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Programa</b>		<b>47.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>47.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Função</b>		<b>47.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>47.000,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>9.000.000,00</b>	<b>5,88</b>
Órgão	99 - Reserva de Contingencia		
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - Reserva de Contingência		
Ação	9999 - Resguardar 0,50% da Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, É Alocado a Reserva Matemática Que Configura-se Como Resultado do Cálculo Atuarial.		
<b>Total Ação</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Programa</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Subfunção</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Função</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Unidade</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>200.000,00</b>	<b>0,13</b>
<b>Total Geral</b>		<b>153.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2016**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2016.

**CAUSA ENSEJADORA:**

Dispensa de licitação com fundamento na Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a".

**JUSTIFICATIVA:**

Licitação dispensada em razão do valor da proposta apresentada ser compatível com os praticado no mercado (R\$ 390,00 por viagem efetuada) e o valor total estimado da contratação - 6 viagens até o final do exercício 2016, que importará numa despesa de R\$ 2.340,00 (dois mil e trezentos e quarenta reais) – ficar aquém do limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) estabelecido na lei de regência das licitações para a contratação por dispensa do procedimento licitatório.

**RAZÃO DA ESCOLHA:**

O serviço oferecido pela contratada atende necessidade da Câmara Municipal de oferecer transporte aos alunos das escolas públicas que participam do programa Câmara Mirim.

**JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:**

Compatível com os praticados no mercado.

**OBJETO DO CONTRATO:**

Prestação de serviços de transporte dos alunos integrantes do programa Câmara Mirim (vereadores mirins), das suas residências e escolas para a Câmara Municipal de Timbó, na Rua Inglaterra, esquina do nº 750 com a rua projetada A, Bairro das Nações, Timbó, no percurso de ida e volta.

**CONTRATADA:**

JWR Transporte Turístico Ltda. - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santo Antônio, nº 194, Bairro João Paulo II, Indaial (SC), com CNPJ nº 18.671.888/0001-50.

**VALOR:**

O valor do serviço contratado é de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) por viagem realizada.

Timbó (SC), 28 de setembro de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2016**

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

**EXTRATO DE CONTRATO**

Dispensa de licitação 07/2016

Contrato – 06/2016

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: JWR Transporte Turístico Ltda. - ME

Objeto: O objeto deste contrato consiste na prestação de serviços de transporte dos alunos integrantes do programa Câmara Mirim (vereadores mirins), das suas respectivas residências e escolas para a Câmara Municipal de Timbó, na Rua Inglaterra, esquina do nº 750 com a rua projetada A, Bairro das Nações, Timbó (SC), no percurso de ida e volta, duas vezes por mês, às quintas-feiras, da segunda e quarta semana de cada mês e, quando houver necessidade, por solicitação da Câmara Municipal.

Valor total: R\$ 2.340,00. Valor por viagem: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)

Vigência: até 31/12/2016

Assinado: 28 de Setembro de 2016 pela Câmara Municipal de Timbó (Douglas Emanuel Marchetti) e JWR Transporte Turístico Ltda - ME (João Wanderley Ribeiro – Sócio)



# Três Barras

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 615 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 615 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o senhor MARCIO PEDRO PEREIRA, matrícula 129895.02, quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer suas funções no cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 616 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 616 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a senhora JOSIANE MARTINS, matrícula 191574.02, quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer as funções no cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 617 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 617 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor MARCOS AURELIO BUDANT, matrícula 5371.11, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 618 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 618 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a senhora ELOA STEKLAIN, matrícula 83550.13, quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 619 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 619 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor LUIZ CARLOS GONÇALVES MIRANDA, matrícula 144339.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 620 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 620 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor WILMAR MARTINHO PEDRO, matrícula 9113.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 622 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 622 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

TRANSFERIR o Servidor DOLIZETE CELESTINO CARLOS DE MARIA, matrícula 5282.06, das funções que exerce no cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para prestar seus serviços no cargo de SECRETARIO ADJUNTO-PC 05, na Secretaria de Administração e Planejamento. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de maio de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 623 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 623 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o senhor MARCOS AURELIO BUDANT, matrícula 5371.12, quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR**PORTARIA Nº. 625 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 625 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Determinar que o servidor WANDERLEI FRANCISCO VALIM – matrícula Nº 82481.11, ocupante do cargo de CONDUTOR, 40 horas, do quadro de funcionários efetivos, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, será cedido à Samasa, ocupando o mesmo cargo e cumprindo o mesmo horário.

Art. 2º.- Portaria com efeitos a contar de 03 de outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de outubro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 626 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 626 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR a senhora GEGLIOLA APARECIDA TRISNOSKI MARTINS, matrícula 662100.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 627 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 627 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR a senhora TANIA PARECIDA KARPEN GUEBERT, matrícula 145289.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo deste município.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 628 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 628 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor REINALDO WENGRZYNOVSKI, matrícula 119180.12, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Finanças deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 629 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 629 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor AILTON JARSCHER, matrícula 5150.06, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Habitação deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 630 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 630 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR a senhora SANDRA MARA PEREIRA, matrícula 94692.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotada na Secretaria de Habitação deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de outubro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2212

DECRETO Nº 2.212/2016 de 11 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE 57.431,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 18.931,00 (dezoito mil, novecentos e trinta e um reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Suplementa:

04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

2104 – Manutenção do Fundo Municipal

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 .....R\$ 18.931,00

Anula:

04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

2104 – Manutenção do Fundo Municipal

(03) 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 .....R\$ 18.931,00

Art. 3º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Suplementa:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01 – Serviços de Transportes

Projeto/Atividade: 2.005– Manutenção da Secretaria

(24) 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$38.500,00

Anula:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01 – Serviços de Transportes

Projeto/Atividade: 2.005– Manutenção da Secretaria

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 ..... R\$38.500,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 11 de outubro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO 2213

DECRETO Nº 2.213/2016 de 11 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA-SIMA NO VALOR DE 200.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

02 – Fundo Municipal SIMA

2020 –Fundo Municipal de Assistência

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.000 ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam utilizados o superávit dos recursos do SIMA, do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 11 de outubro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

## **LEI 1915**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.915 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelecem as Diretrizes Orçamentárias do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do Orçamento para o exercício de 2017.

O Prefeito de Treze Tílias, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de TREZE TÍLIAS, para o exercício de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre a receita;
- III - disposições sobre a despesa;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

Art. 2º. O Poder Executivo deve adaptar à programação estabelecida, no que se refere a circunstâncias emergenciais a atualizar elementos quantitativos no plano de governo e definidos no orçamento programa.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 3º. A presente Lei, que estabelece diretrizes gerais, será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual.

Art. 4º. Após o encaminhamento do Projeto de lei do orçamento ao legislativo, os valores da Receita estimada e da Despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

Art. 5º. A lei orçamentária destinará recursos vinculados para execução de projetos e atividades típicas com recursos de Transferências por parte da União ou Estado, sendo para isso necessário firmar convênio de intenções.

Art. 6º. A lei orçamentária geral, englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos, autarquias, fundações, empresas e fundos mantidos pelo município.

Art. 7º. As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além de índices de incrementos, obedecendo ao que estabelece o artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 8º. As despesas com custeio, em cada órgão ou unidade orçamentária não poderá ter aumento que supere os índices de crescimento dos valores globais de Orçamento, ressalvando com justificativa própria, novas despesas na área da Educação e Saúde.

Art. 9º. A prestação de contas anual deverá demonstrar os efeitos decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios tributários e creditícios, identificando as vantagens concedidas.

Art. 10. O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, com a participação do Poder Executivo junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.11. Os Fundos municipais terão orçamento próprio e a lei será a do orçamento geral.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA RECEITA**

Art. 12. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2017 será de acordo com Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentadas justificativas na mensagem que encaminhar a lei orçamentária ao legislativo.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até três meses antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único - Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

Art. 14. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º. As Operações de Crédito a serem realizadas pelo município, no exercício de 2017, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo.

§ 2º. De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibido a realização de operações de crédito entre um ente da Federação.

§ 3º. Até que nova resolução ou norma for aprovada, o Município continuará a obedecer as condições, limites e procedimentos estabelecidos pela resolução nº 78/98 do Senado Federal, norma em vigor.

Art. 15. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2017 e constará na lei orçamentária e não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) da receita estimada no orçamento.

§ 1º. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 16. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e da lei orgânica do Município.

Parágrafo único - Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - Cobrança de taxas com base nos custos das operações a atuações do Município;

II - Aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;

III - Ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dado demográficos atualizado.

Art. 17. A concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

Art. 18. O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa de receita da proposta orçamentária a ser apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 19. As Receitas de Alienação de Bens e Direitos, não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de previdência social, geral e próprio dos servidores público, legalmente constituído.

### CAPÍTULO III DAS DESPESAS

Art. 20. As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua discriminação quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme art. 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.

Parágrafo único – As despesas com recursos de Convênios serão orçadas no valor da contrapartida e quando do ingresso dos recursos, as dotações serão suplementadas de acordo com o inciso V do artigo 28 da presente lei.

Art. 21. Na execução orçamentária do exercício de 2017, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária.

Art. 22. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 23. Considera-se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º. As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º. Para os fins do disposto no artigo 20 da lei de responsabilidade fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

§ 3º. As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 24. Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2017, o poder Executivo Municipal poderá proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos da administração municipal, através de lei específica.

Art. 25. A Secretaria de Finanças através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

#### CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 26. A Abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

I - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2017, como reserva de contingência o percentual de até 10% (dez por cento), do valor total da Receita Orçamentária estimada, tanto para a Prefeitura, quanto para os Fundos e Fundações, de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.

II - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2017 autorização para movimentação do excesso de arrecadação por decreto, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito ou sua provável entrada.

III – Poderá o Executivo incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2017, autorização para movimentação de recursos de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação para outro, dentro de uma mesma Secretaria e/ou Fundo Especial ou Operações especiais.

IV - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2017, autorização por decreto para utilização do Superávit Financeiro para suplementação de dotações orçamentárias.

V – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias no elemento do objeto de convênios, utilizando para isto o valor do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação.

#### CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 27. O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 28. O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 29. Fica autorizado a manutenção do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Art. 30. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2017, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB e do Salário Educação.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. O Orçamento Programa terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da prefeitura municipal.

Parágrafo único - Estrutura Orçamentária da Prefeitura Municipal:

##### I - ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

- Poder Legislativo
- Chefia do Executivo

##### II - UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- Câmara Municipal de Vereadores

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal da Cultura e Esportes
- Secretaria Municipal do Turismo, Indústria e Comércio
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
- Secretaria Municipal de Transportes e Obras

### III - FUNDOS

- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Assistência Social
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Fundo Municipal do Sistema de Assistência Social – SIMA
- Fundo Municipal de Cultura
- Fundação Cultural Treze Tílias
- Fundo Municipal de Habitação
- Fundo Municipal do Idoso

### IV - FUNÇÕES

Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

### V - SUBFUNÇÃO

Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as sub-funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

### VI - PROGRAMAS

Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa dentro de cada unidade orçamentária, serão utilizados programas constantes do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

### VII - PROJETOS

Os Projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2017 serão os que foram previamente aprovados no plano plurianual de investimentos em vigor e será um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

### VIII - ATIVIDADES

As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2017 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

Art. 32. As dotações orçamentárias de subvenções e contribuições somente poderão ser concedidas a entidades sem fins lucrativos, devidamente nominados na proposta orçamentária, ou a posterior com lei específica e de conformidade com o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. A compra e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, nos termos das Leis 8.666/93 e 8.883/94 e legislação posterior.

Art. 34. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 35. Para atendimento do § 3º do art. 165 da Constituição Federal deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 36. Para atendimento do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ao final de cada quadrimestre, ser emitido relatório de gestão fiscal assinado pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara de Vereadores em relação ao Poder Legislativo.

Art. 37. Fica O Poder Executivo autorizado a realizar despesas com a realização anual da Feira de Exposições, Agropecuária e do Gado Leiteiro e Expotílias.

Art. 38. Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 10 dias de outubro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

### **PORTARIA 149/2016**

PORTARIA Nº 149/16 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

CONSIDERANDO, o evento alusivo aos 83 anos de Imigração Austríaca, denominado TIROLERFEST;

CONSIDERANDO, a imprescindibilidade da participação de todos os servidores públicos e agentes políticos nos preparativos, organização e execução;

CONSIDERANDO, que o evento se dará, também, entre os dias 11 e 16 de outubro de 2016, compreendendo nesses dias os feriados de 12 e 13 de outubro e, ainda, os dias 15 e 16, sábado e domingo;

#### **R E S O L V O:**

Artigo. 1º. Todos os servidores, incluindo-se o ocupantes de cargos comissionados, bem como os agentes políticos, ficam autorizados a optarem pelo recebimento de horas extras, quando for cabível ou, pela compensação que consiste no direito a 03 (três) dias de folga, a serem gozados até o final do exercício deste ano de 2016, em data a ser homologada pelo Secretário da pasta ou pelo Chefe do Poder Executivo quando se tratar de servidor a este diretamente subordinados.

Artigo. 2º. Para efeitos de concessão do pagamento de horas extras ou da compensação pelas horas trabalhadas, como previsto no artigo anterior, o servidor deverá comprovar, mediante constatação do Secretário da pasta, o efetivo trabalho realizado durante os dias do evento Tirolerfest 2016.

Artigo. 3º. O ocupante de cargo comissionado, em qualquer das hipóteses, não terá direito a horas extras, apenas a compensação antes referida, ficando, nos três dias de folga, desobrigado do registro de ponto, sem que isso implique qualquer desconto de seus vencimentos.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### Decreto 083/2016

DECRETO 083/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1921 de 06 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores

2.001 – Manutenção da Estrutura Legislativa 6.600,00

3.3.50.00.00.00.00.00 – Transf. a instituições Privadas sem Fins Lucrativos 6.600,00

00.01.0000 – Recursos Ordinários 6.600,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores

1.001 – Manutenção da Estrutura Legislativa 6.600,00

4.4.90.00.00.00.00.00 – Transf. a instituições Privadas sem Fins Lucrativos 6.600,00

00.01.0000 – Recursos Ordinários 6.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### Decreto 084/2016

DECRETO 084/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

“APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA”.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano, localizado a Rua Gustavo Rothbarth, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, de propriedade de ARNO ODORIZZI E TÂNIA ODORIZZI, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central, sob matrícula nº 10.095 com ÁREA TOTAL de 1.457,88 m<sup>2</sup> (um mil quatrocentos e cinquenta e sete metros e oitenta e oito decímetros quadrados). ÁREA A DESMEMBRAR em 03 (três) Lotes urbanos, sendo: LOTE 01 com área de 470,24m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta metros e vinte e quatro decímetros quadrados), fazendo Frente com a Rua Gustavo Rothbarth em 18,39m (dezoito metros e trinta e noventa decímetros), Fundos extremado com área de propriedade de Zulnei Luchtenberg em 18,39m (dezoito metros e trinta

e nove decímetros), lado Esquerdo extremado com Lote 02 em 26,00m (vinte e seis metros) e lado Direito extremado com área de Propriedade de Arno Odorizzi em 25,15m (vinte e cinco metros e quinze decímetros). LOTE 02 com área de 485,91m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e cinco metros e noventa e um decímetros quadrados), fazendo Frente com a Rua Gustavo Rothbarth em 18,39m (dezoito metros e trinta e nove decímetros), Fundos extremado com área de propriedade de Deli Radatz em 18,38m (dezoito metros e trinta e oito decímetros), lado Esquerdo extremado com Lote 03 26,86m (vinte e seis metros e oitenta e seis decímetros) e lado Direito extremado com o Lote 01 em 26,00m (vinte e seis metros). LOTE 03 com área de 501,73m<sup>2</sup> (quinhentos e um metros e setenta e três decímetros quadrados), fazendo Frente com a Rua Gustavo Rothbarth, em 18,39m (dezoito metros e trinta e nove decímetros), Fundos extremado com área de propriedade de Vanderlei Simões em 18,38m (dezoito metros e trinta e oito decímetros), lado Esquerdo extremado com área de propriedade de Vorli Steinheuser em 27,71m (vinte e sete metros e setenta e um decímetros), lado Direito extremado com Lote 02 em 26,86m (vinte e seis metros e oitenta e seis decímetros).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### Portaria 158/2016

PORTARIA 158/2016 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

ANULA PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE À PORTARIA 365/2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Anular Processo Administrativo referente a Portaria 365/2015, ao qual apurou conduta funcional do servidor público municipal Sr. Elio Ramos.

Art. 2º - Determino o arquivamento do feito, nos termos do art. 116, I da LC816/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).



# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1822/2016

DECRETO Nº. 1822/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 28 de outubro de 2016, em virtude das comemorações do dia do servidor público municipal.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia e fornecimento de água.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 14 de outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado  
na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### PORTARIA 4159/2016

PORTARIA Nº. 4.159/2016  
Em 20 de Setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", a Servidora efetiva, CLERIA KÜHLKAMP SCHEREN, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC  
Em 20 de Setembro de 2016.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### PORTARIA 4160/2016

PORTARIA Nº. 4.160/2016  
Em 03 de Outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora temporária ELIANE MARTA DEGENHART, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de Outubro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC  
Em 03 de Outubro de 2016.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### PORTARIA 4161/2016

PORTARIA Nº. 4.161/2016  
Em 04 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a, ELZA QUELI VALDUGA, no cargo efetivo de PSICÓLOGA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - CRAS, progressão no nível ANS 3 – A-006 para o nível ANS 1 – B-007.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 04 de Outubro de 2016.  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4162/2016**

PORTARIA Nº. 4.162/2.016  
Em 05 de Outubro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 30/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, MARLEI GIEHL BIEGER, do cargo de COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, cargo este de provimento em Comissão, nível DAS, A-03, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 05 de Outubro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4163/2016**

PORTARIA Nº. 4.163/2016  
Em 05 de Outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora efetiva, CELITA SEHN NICODEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 05 de Outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4164/2016**

PORTARIA Nº. 4.164/2016  
Em 05 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, LEILA BOTH, no cargo de PROFESSORA DE INFORMÁTICA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, progressão vertical do nível A-7 para o nível C-7, devido a aprovação em estágio probatório.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 05 de Outubro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4165/2016**

PORTARIA Nº. 4.165/2016  
Em 06 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, EGIDIO CARLOS POHLMANN, do cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Outubro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4166/2016**

PORTARIA Nº. 4.166/2016  
Em 10 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, PATRICIA RAQUEL MEOTTI, do cargo comissionado de DIRETORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

#### **PORTARIA 4167/2016**

PORTARIA Nº. 4.167/2016

Em 10 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, PATRICIA RAQUEL MEOTTI, do cargo comissionado de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE EXATORIA E MOVIMENTO ECONÔMICO, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

#### **PORTARIA 4168/2016**

PORTARIA Nº. 4.168/2.016

Em 10 de Outubro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 30/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, LEONARDO ANTÔNIO VOGT, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, cargo este de provimento em Comissão, nível DAS 1, A-02, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

#### **PORTARIA 4169/2016**

PORTARIA Nº. 4.169/2016

Em 10 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a, DIANE OTT LAUSCHNER, no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, incentivo a qualificação por apresentar Certificado de conclusão do segundo grau.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

#### **PORTARIA 4170/2016**

PORTARIA Nº. 4.170/2016

Em 10 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a, CLÉBER CÉSAR FÁVERO, no cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, incentivo a qualificação por apresentar Certificado de conclusão do segundo grau.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4171/2016**

PORTARIA Nº. 4.171/2016

Em 10 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a, AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA, no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA - NASF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, incentivo a qualificação por apresentar Certificado de conclusão do pós graduação em nível de especialização.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4172/2016**

PORTARIA Nº. 4.172/2016

Em 10 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a, GRACIELA MÔNICA FISCHER, no cargo efetivo de PSICÓLOGA - NASF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, incentivo a qualificação por apresentar Certificado de conclusão do pós graduação em nível de especialização.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 10 de Outubro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4173/2016**

PORTARIA Nº. 4.173/2016

Em 10 de Outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 027/2011, Art.

68, inciso VII;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA COM VENCIMENTOS", a Servidora efetiva NÁDIA INÊS MARCONATTO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município, conforme requerimento, pelo prazo de um ano, percebendo remuneração conforme estabelecido na referida Lei.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 10 de Outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 4174/2016**

PORTARIA Nº. 4.174/2016

Em 13 de Outubro de 2016

O Prefeito em Exercício do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar: Zeno Hammerschmitt, Hugo Inácio Hippler, Jacó Inácio Rambo, Otávio Herrschaft, e, Leonardo Antônio Vogt, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS E RURAIS COM INTUITO DE EMISSÃO DA GUIA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, que terá por objetivo e finalidade específica a avaliação dos Imóveis urbanos e rurais do município, quando da transmissão por ato oneroso "inter vivos" de imóveis na zona urbana e rural do município, para efeitos de emissão da guia do ITBI, bem como avaliar a valoração proporcionada pela melhoria da infraestrutura nos imóveis do município (Contribuição de Melhoria).

Art. 2º - Compete a Comissão: recepcionar, encaminhar e valorar os imóveis urbanos e rurais do município, quando solicitados pelo contribuinte para efeitos de emitir da guia do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 136/2016**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016, referente ao Processo administrativo 136/2016 que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA E OUTROS DIVERSOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SAMAE, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.. Ressalta-se que a data de abertura do dia 13/10/2016 as 14h30min, não houve nenhum interessado, motivo pelo qual a Comissão de Licitação declara DESERTA.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2016

Edital de Pregão Presencial nº 37/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h30min do dia 27 de outubro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 13 de outubro de 2016

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2016

Edital de Pregão Presencial nº 38/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento menor preço por ITEM que tem por objeto a aquisição de MATERIAL LUDICO QUE SERÁ UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO NASF do Município de Tunápolis.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até às 10h do dia 27/10/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 13 de outubro de 2016.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 37/2016

DECRETO Nº 037/16, de 11 de Outubro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0044.2.019 – MANUT. DA SECRET. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.0080 (090) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 11 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL N. 1053 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 1.053, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de UNIÃO DO OESTE para o Exercício de 2017.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de União do Oeste, SC, para exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 13.912.000,00 (Treze milhões e novecentos e doze mil reais).

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 13.062.000,00 (Treze milhões e sessenta e dois mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 9.667.734,30 (Nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.394.265,70 (Três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	13.061.985,00
1.1- Receita Tributária	597.140,00
1.2- Receitas de Contribuições	38.000,00
1.3- Receita Patrimonial	104.179,10
1.4- Receita Agropecuária	2.662,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	45.386,00
17-Transferências Correntes	12.142.850,40
1.9- Outras Receitas Correntes	131.767,50
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	13.062.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	9.269.113,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.712.819,90
3.2- Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.554.293,10
4 - DESPESAS DE CAPITAL	372.001,30
4.4- Investimentos	369.701,00
4.5- Inversões Financeiras	2.001,00
4.6- Amortização da Dívida	299,30
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00
9.9- Reserva de Contingência	26.620,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.394.265,70
- Fundo Municipal da Saúde	2.594.265,70
- Câmara Municipal de Vereadores	800.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	13.062.000,00

Art. 3º - O orçamento do Fundo Municipal da Saúde e do Poder Legislativo para o exercício de 2017 estima a Receita e Fixa a Despesa

conforme quadros abaixo descritos:

## I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	849.998,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	20.520,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	807.500,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	21.978,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.594.265,70
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.594.265,70
TOTAL	3.444.265,70

0,0

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.336.763,70
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.934.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.402.263,70
4 - DESPESAS DE CAPITAL	107.502,00
4.4- Investimentos	107.502,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.444.265,70

## II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	800.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	800.000,00
TOTAL	800.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	675.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	617.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	58.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	125.000,00
4.4- Investimentos	125.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	800.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	26.620,00



III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	26.620,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste,  
em 10 de outubro de 2016.  
EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicação em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 26 de outubro de 2016 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de alimento nutricional em pó Neocate Advance 1.0, lata com 400gr, marca Danone, destinados ao atendimento à criança carente, que necessita de alimentação especial por apresentar problemas de saúde, conforme prescrição médica e de acordo com a solicitação da Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 27/2016 – Fundo Municipal de Saúde. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação, podendo ser retirado o Edital em sua íntegra no site [www.vargeao.sc.gov.br](http://www.vargeao.sc.gov.br).

Vargeão, SC, 13 de outubro de 2016.

Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEXTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 059/2015 até 25/03/2017.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 059/2015.

Vargeão, SC, 25 de setembro de 2016.

Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### ATA Nº 020/16

ATA 020/2016-CMS – Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às 19h, nas dependências da Associação Municipal Alto Vale do Rio Peixe - AMARP, situada na Avenida Manoel Roque, 99, Alvorada, nesse Município, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Saúde com seguinte pauta: 1. Prestação de contas do CISAMARP; 2. Política de atenção integral à saúde de pessoas privadas de liberdade do sistema prisional; 3. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Repassada a palavra à Presidente do CMS, Sra. Rosani Luiza Schneider, quanto à prestação de contas do CISAMARP, apresentaram-se ao CMS os dados referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2016. O Conselho aprovou, em unanimidade, a prestação de contas. O documento analisado deverá ser encaminhado aos Conselheiros, via e-mail. Em sequência à pauta, acerca da política de atenção integral à saúde de pessoas privadas de liberdade do sistema prisional, que prevê atendimento de pessoas na unidade prisional por equipe de saúde, explicou-se que o município de Videira não aderiu ao programa, num primeiro momento, assim como outros municípios, pois não se mostrava viável. Diante disso, houve apresentação de novas modalidades de adesão à política aos municípios. No caso de Videira, a primeira modalidade conta com equipe de atenção básica formada por 5 profissionais (enfermeiro, médico, técnico ou auxiliar de enfermagem, cirurgião-dentista e técnico ou auxiliar de saúde bucal), com carga horária de 6 horas semanais e com repasse ao município do valor de R\$ 6.000,00; e, a segunda, com equipe de atenção básica com saúde mental (enfermeiro, médico, técnico ou auxiliar de enfermagem, cirurgião-dentista e técnico auxiliar de saúde bucal, psiquiatra ou um médico com experiência em saúde mental e dois profissionais escolhidos entre as seguintes categorias de terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, assistente social, farmacêutico ou enfermeiro), com carga horária de 6 horas e com repasse de R\$ 11.000,00 ao município. Informou-se também que a Equipe e a Secretaria Municipal de Saúde acordaram com a segunda proposta, incluindo-se na equipe assistente social e médico com experiência em saúde mental. O Conselho, também em unanimidade, aprovou a segunda proposta, incluindo-se na equipe assistente social e médico com experiência em saúde mental. Após, apresentou-se o Ofício 178/HSDS/2016, recebido do Hospital Salvatoriano Divino Salvador, o qual traz os relatórios do mês de agosto de 2016 das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar, da Comissão de Gerenciamento de Riscos e Segurança do Paciente e da Comissão de Revisão de Óbitos. Os conselheiros ficaram cientificados do sigilo das informações constantes. Ao final, aberto espaço para assuntos gerais, o Conselheiro João apresentou elogio ao atendimento do HSDS e o Conselheiro Ivorlei apresentou uma reclamação acerca de atendimento e de alta de pacientes, a qual será encaminhada por ele ao Conselheiro Flamarion, do HSDS, para esclarecimento. Encerradas as discussões, 20h06min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMS agradeceu a presença de todos. Cientificou-se ao Conselho que a próxima reunião será na data de 27/10/2016. Eu, Sabrina Surdi \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei e assino esta Ata. Eu, Rosani Luiza Schneider \_\_\_\_\_, Presidente do CMS, após a leitura e aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

### EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 9787/2016, instaurado(a) pela Portaria nº 0754/16, de 19 de setembro de 2016, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Wilmar Carelli, publicada no DOM/SC, Edição nº 2086 de 21 de setembro de 2016, pág. 731, no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no artigo 295 da Lei Complementar Municipal nº 129/12, de 14 de dezembro de 2012, CITA, pelo presente Edital, o servidor Valdir Antunes de Lima, Auxiliar Operacional, matrícula funcional nº 8377, lotado no Departamento de Serviços Urbanos (DSU), por se encontrar em local incerto e não sabido, para apresentar-se perante esta comissão para que seja interrogado sobre o que lhe é imputado, abandono de emprego, previsão do art. 264, II da LC nº 129/12 (Estatuto dos servidores do Município de Videira - SC e na mesma data querendo apresentar defesa escrita, bem como exercer a ampla defesa, apresentar testemunhas e/ou provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da publicação do Edital, na Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Av. Manoel Roque, 188, sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos autos neste local, em dias úteis, no horário das 12:30 às 18:30. A Comissão Processante encontra-se instalada no endereço acima mencionado, podendo ser contatada no telefone: 35669036 e endereço eletrônico: mfontanella@videira.sc.gov.br. Videira, 14 de outubro de 2016. Mário Pedro Fontanella, Presidente.

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015-PMV

O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público que, à empresa DANIEL FERRAZ DIAS – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.458.044/0001-98, com sede na Rua Roque Gonzales, nº 97, Bairro Cristo Rei, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 93.020-420, foram aplicadas as penalidades de MULTA e SUSPENSÃO para participar de licitação e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos.

Videira, 13 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

# LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES PARA BOMBEIROS COMUNITÁRIOS REFERENTE PR 108/2016 - PMV

## LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2016

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA ME inscrita no CNPJ sob Nº 22.068.330/0001-51, apresentou as amostras dos UNIFORMES PARA BOMBEIROS COMUNITARIOS conforme previsto no Edital e nas marcas e modelos abaixo discriminadas:

LOTE 1		
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA e MODELO
1	GANDOLA OPERACIONAL PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO EM RIPSTOP PROFISSIONAL NA COR VERDE-MUSGO, COM LAPELAS EM AMBOS OS OMBROS NA COR VERMELHA, DEVERÁ POSSUIR DOIS BOLSOS COM VÉLCRO NA REGIÃO DO TÓRAX E MAIS DOIS BOLSOS COM VÉLCRO NA REGIÃO DA CINTURA, CORDELETE QUE POSSIBILITE O AJUSTE NA REGIÃO DA CINTURA; NO BRAÇO DIREITO DEVERÁ SER FIXADA ATRAVÉS DE VELCRO A BANDEIRA DO MUNICÍPIO E ACIMA A INSCRIÇÃO DESTE EM FORMA DE ARCO ( AS BANDEIRAS DE INDICAÇÃO DO MUNICÍPIO, AMBOS DEVERÃO ESTAR FIXADOS NA JAQUETA COM VELCRO), NO BRAÇO ESQUERDO DEVERÁ SER BORDADO O BRASÃO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO, DEVERÁ SER FIXADO COM MATERIAL TERMO COLANTE OU BORDADO AS BOMBONEIRAS DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO EM AMBOS OS LADOS DA GOLA, NO LADO DIREITO DO PEITO, 0,5 CM ACIMA DO BOLSO, DEVERÁ SER FIXADO UM VELCRO FÊMEA COM 12CM DE COMPRIMENTO POR 2CM DE LARGURA, QUE POSSIBILITE A FIXAÇÃO FUTURA DE TARJETA DE IDENTIFICAÇÃO, A PEÇA DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 4 BOTÕES MAIS 2 RESERVAS, MODELOS MASCULINO E FEMININO.	Cordeiro
2	CALÇA OPERACIONAL PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO EM RIPSTOP PROFISSIONAL NA COR VERDE, COM VIÉS LATERAL EXTERNO VERMELHO COM 2CM DE LARGURA NAS PERNAS E COMPREENDENDO TODA A EXTENSÃO DA CALÇA, DOIS BOLSOS LATERAIS NAS PERNAS E REFORÇO ACOLCHOADO NA REGIÃO DOS JOELHOS, MODELOS MASCULINO E FEMININO.	Cordeiro
3	CAMISETA VERMELHA PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO EM MALHA FIO 30 PENTEADO, 100% ALGODÃO, COM BRASÃO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE SANTA CATARINA ESTAMPADA NO LADO ESQUERDO DO PEITO DA CAMISA E O NOME QUE SERÁ INFORMADO, BORDADO OU PINTADO NO LADO DIREITO DO PEITO, PRECEDIDO DA ABREVIATURA DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO "BC" (EXEMPLO: BC JOÃO).	Cordeiro
4	COBERTURA PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO EM TAMANHO ÚNICO NO PADRÃO BOMBEIRO COMUNITÁRIO, DO CBMSC.	Cordeiro
5	JAQUETA MODELO DUPLA FACE PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO, COM EXTENSÃO ABAIXO DA CINTURA, PADRÃO BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DO CBMSC. A FACE EXTERNA EM RIPSTOP VERDE-MUSGO, BOLSOS NA ALTURA DO ABDÔMEM, CORDÃO PARA REGULAR CINTURA, LAPELAS E GOLA NA COR VERMELHA, SÍMBOLO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO NA MANGA ESQUERDA E VELCRO COM BANDEIRA E VELCRO COM INDICAÇÃO DO MUNICÍPIO EM FORMA DE ARCO NA MANGA DIREITA (AS BANDEIRAS E INDICAÇÃO DO MUNICÍPIO DEVERÃO ESTAR FIXADAS NA JAQUETA COM VELCRO); A FACE INTERNA COM PREDOMINÂNCIA DE TECIDO REFLETIVO EM VERDE-LIMÃO, DEVERÁ POSSUIR DUAS FAIXAS REFLETIVAS NAS DUAS MANGAS E DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO CORPO DA JAQUETA, ACIMA DA FAIXA REFLETIVA MAIS ALTA DEVERÁ ESTAR ESCRITO EM DUAS LINHAS, LEVEMENTE CURVADO, A INSCRIÇÃO: "BOMBEIRO COMUNITÁRIO".	Cordeiro
6	FIVELA NIQUELADA PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO PADRÃO BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DO CBMSC.	Cordeiro
7	CINTO DE NYLON VERMELHO PADRÃO CBMSC, FITA DE NYLON 35MM POR 2MM.	Cordeiro
8	TARJETA DE IDENTIFICAÇÃO PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO; (BIRIBA): CONFECCIONADA COM O MESMO MATERIAL DA GANDOLA, NA COR VERMELHA, COM BORDAS DE 0,2 CM NA COR PRETA, COM 12 CM DE COMPRIMENTO E 02 CM DE LARGURA, CONTENDO O NOME DE GUERRA BORDADO COM CARACTERES NA COR PRETA, DE 1,2 CM DE ALTURA POR 0,2 CM DE ESPESSURA TIPO ARIAL CHEIO, SENDO O NOME PRECEDIDO DA ABREVIATURA DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO "BC" (EXEMPLO: BC JOÃO). NO VERSO DA TARJETA DEVERÁ SER FIXADO VELCRO MACHO.	Cordeiro
9	PARS DE BOTINAS. A BOTINA DEVERÁ POSSUIR SELO DE CONFORTO E CONTROLE DE QUALIDADE DA ABNT E DO INMETRO, DEVERÁ SER NA COR PRETA, DEVERÁ POSSUIR CA, CALÇADO DE SEGURANÇA DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTINA, MODELO BLATT, FECHAMENTO EM ELÁSTICO, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADO EM VAQUETA CURTIDA AO CROMO, SEM COMPONENTES METÁLICOS, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO-TECIDO FIXADA PELO SISTEMA STROBEL, SOLADO POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL.	Cordeiro

Desta forma, após conferência, APROVAMOS os itens 1 a 9 apresentados pela empresa acima referida.

Videira (SC), 07 de Outubro de 2016

Willyan Fazzioni Cap BM – Cmt 3ª/2ºBBM	Paulo Cesar Gaiovis Sgt BM – Cmt 1º/3ª/2ºBBM
Bruno Seara Polidoro Sd BM – 1º/3ª/2ºBBM	Felipe Peri Sd BM – 1º/3ª/2ºBBM

Corpo de Bombeiros Militar - 3ª/2º BBM  
Videira-SC  
Rua Nicolau Cavon, s/n Fone – (49) 3533-585766  
E-mail: 23sgtaux4@cbm.sc.gov.br

**OFÍCIO N º 3126**

Ofício n º 3126

Videira, 13 de outubro de 2016.

Ref. Licitação – Pregão Presencial nº 07/2015-PMV

Prezados Senhores,

O Sr. Prefeito Municipal de Videira manda o Departamento de Licitações EFETUAR A NOTIFICAÇÃO de Vossas Senhorias para que tomem ciência da aplicação dos efeitos da rescisão unilateral do Contrato de Prestação de Serviços nº 36/2015, quais sejam, as penalidades de multa de 10% sobre o valor da proposta e suspensão do dever de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

Encaminhamos em anexo fotocópia do Termo de Encaminhamento, do Parecer Jurídico e do Despacho do Senhor Prefeito, para seu conhecimento, além do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para pagamento da multa imposta, destacando-se que os autos do processo licitatório encontram-se à disposição dos interessados, que poderão compulsá-los nesta repartição.

Solicitamos, ato seguinte ao recebimento, seja-nos enviado retorno com data do recebimento e assinatura pelo responsável da empresa.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

LUCÉLIA FEDRIGO

Pregoeira

Recebido em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura e carimbo (nome legível)

DESTINATÁRIO:

DANIEL FERRAZ DIAS – ME

Rua Roque Gonzales, nº 97, Bairro Cristo Rei

CEP: 93.020-420 – São Leopoldo/RS

Fone: (51) 3592-4869

E-mail: atendimento@academicos.biz

**RESOLUÇÃO Nº 012/16**

RESOLUÇÃO 012/2016/CMS.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos meses de junho, julho e agosto, do ano de 2016, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP.

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/ SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando a previsão do art. 3º, IV, da Lei Municipal 343/1997, o qual trata da avaliação das unidades do setor privado prestadores contratadas para atuarem de forma complementar no SUS e do seu acompanhamento, controle e fiscalização,

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 020/2016-CMS, de 29 de setembro de 2016, a prestação de contas dos meses de junho, julho e agosto, do ano de 2016, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de outubro de 2016.

Rosani Luiza Schneider

Presidente do CMS de Videira/SC

PRESTAÇÃO DE CONTAS CISAMARP 2016							
Especialidades	Valor	Junho	Total	Julho	Total	Agosto	Total
Densitometria óssea	55,10	18	991,80	19	1046,90	66	3636,60
Ecocardiograma	150,00	20	3000,00	35	5250,00	57	8550,00
EDA c/ sedativo	126,00	23	2898,00	21	2646,00	25	3150,00
Ultrassom c dopler	0,00	29	5310,69	8	2438,45	20	5710,35
Fisioterapia	0,00	0	0,00	300	2266,60	700	5670,56
RNM	268,75	41	11018,75	41	11018,75	49	13168,75
ENM	213,00	11	2343,00	19	4047,00	12	2556,00
ENM E SUPERIORES	335,00	1	335,00	0	0,00	0	0
Exames laboratoriais	0,00	1.502	7042,98	3.537	15929,18	2212	10255,61
Incentivo Cirurgia	0,00	21	5680,00	4	920,00	5	1300,00
Teste de esforço	100,00	14	1400,00	16	1600,00	27	2700,00
Consultas	60,00	240	14400,00	243	14580,00	279	16740,00
Mapa	140,00	5	700,00	1	140,00	6	840,00
Eletrocardiograma	30,00	26	780,00	24	720,00	31	930,00
Espirometria	100,00	5	500,00	14	1400,00	9	900,00
Colonoscopia	252,00	2	504,00	16	4032,00	13	3276,00
Audiometria	30,00	10	300,00	13	390,00	15	450,00
Emissões Otoacusticas	17,56	54	948,24	43	755,08	41	719,96
Terapia Individual	0,00	11	1349,00	9	1083,00	13	1387,00
Internação clinica/reabilit.	0,00	31	21229,32	37	25363,17	34	23442,93
Sobreaviso Bucomaxilo	615,39	1	615,39	1	615,39	1	615,39
Teste de Urease	21,00	15	315,00	7	147,00	8	168,00
Laudo de Mamografia	30,00	158	4740,00	113	3390,00	91	2730,00
Consulta Psiquiatra	130,00	23	2990,00	23	2990,00	23	2990,00
PAAF	300,00	3	900,00	6	1800,00	2	600,00
Consulta dentista	40,00	0	0,00	0	0,00	4	160,00
EEG	120,00	3	360,00	9	1080,00	6	720,00
Polissonografia	400,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BIOPSIA	10,5	15	157,50	6	63,00	6	63,00
Core Biopsy	520,00	1	520,00	1	520,00	3	1560,00
Gasometria	52,50	1	52,50	1	52,50	0	0,00
Tomografia	0,00	0	0,00	5	2450,00	5	2450,00
Mamografia	45,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Imitanciometria	48,27	1	48,27	3	144,81	2	96,54
Polipectomia	105,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Retossigmoidoscopia	80,00	0	0,00	0	0,00	0	0
Logaudiometria	42,53	0	0,00	1	42,53	2	85,06
Ecodopler de crotidas	153,65	1	153,65	0	0,00	0	0
Cirurgia de cataratas	0,00	28	3757,25	0	0,00	0	0
Total			95340,34		108921,36		117621,75

**RESOLUÇÃO Nº 013/16**

RESOLUÇÃO 013/2016/CMS.

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Município de Videira/SC à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), na modalidade de Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo I com Saúde Mental (EABp-I com Saúde Mental).

O Conselho Municipal de Saúde - CMS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 343, de 05 de novembro de 1997, com suas alterações,

Considerando a previsão do art. 3º, I, da Lei Municipal 343/1997, o qual trata da competência do CMS de "atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Saúde do Município em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde";

Considerando a o que trata o art. 3º, II, da Lei Municipal 343/1997, sobre a competência do CMS de "atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Saúde do Município em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde";

Considerando a Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde, que "institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)"; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 482, de 1º de abril de 2014, do Ministério de Estado da Saúde, que "institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)",

**RESOLVE:**

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 020/2016-CMS, de 29 de setembro de 2016, a adesão do Município de Videira/SC à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), na modalidade de Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo I com Saúde Mental (EABp-I com Saúde Mental), classificação CNES 51, com carga horária de seis horas semanais, formada por oito profissionais, sendo cinco profissionais das mesmas categorias profissionais da Estratégia Saúde da Família, somados a um psiquiatra ou um médico com experiência em Saúde Mental e dois profissionais escolhidos entre as categorias de terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, assistente social, farmacêutico ou enfermeiro.

Art. 2º. APROVAR, também nos termos da Ata 020/2016-CMS, de 29 de setembro de 2016, a composição da equipe de atendimento com os profissionais da categoria de enfermeiro, médico, técnico ou auxiliar de enfermagem, cirurgião-dentista e técnico ou auxiliar de saúde bucal e médico com experiência em saúde mental e assistente social.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 03 de outubro de 2016.

Rosani Luiza Schneider

Presidente do CMS de Videira/SC

**RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TP Nº 18/2016 – PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2016 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR AMPLIAÇÃO E REFORMA GERAL DA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DO C.E.M.E.I. AMBRÓSIO FIORESE (ÁREA EXISTENTE: 449,25 M² E ÁREA AMPLIAÇÃO: 40,75 M²), POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Martini e Franciscatto Engenharia Ltda EPP vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 168.874,52 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 13 de outubro de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 033/2016

#### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE RESCISÃO REFERENTE AO CONTRATO Nº 033/2016 DE AQUISIÇÃO DE AULAS DE DANÇA PARA O ANO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA MARIA BOING 05805230984, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25 estabelecido à Rua Santa Catarina, 2.266, Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor Lourival Lunelli, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Vitor Meireles – SC, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE; e de outro lado a empresa MARIA BOING 05805230984, com registro no CNPJ nº 24.334.101/0001-67, com sede na cidade de Salete, sito à Rua Pedro May, no presente ato representada pelo Sr.(a) MARIA BOING, brasileira, CPF nº 058.052.309-87, residente e domiciliado na Rua Pedro May, nº 104 Salete/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, mediante as cláusulas a seguir:

#### 1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 A rescisão contratual foi feita por ato da Administração segundo o disposto no art. 78, XII e 79, I da Lei 8.666/93.

#### 2– CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 O presente contrato está sendo rescindido para atender ao interesse público, face a grave situação econômico financeira, pela qual vem passando a Administração Municipal, sem condições de adimplir as suas obrigações, inclusive os contratos de fornecimento, de prestação de serviços e folhas de pagamento de pessoal.

2.2 Diante dessa situação é imprescindível e urgente que a administração adote medidas rigorosas de contenção de despesas, com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro e garantir a governabilidade, e assim foi determinado pelo Gestor Municipal.

#### 3– CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – Notifica se a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após 30 (trinta) dias da publicação, conforme o disposto no § 1º, “e” do art. 109, da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim determinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, publique-se, registre-se e cumpra-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vitor Meireles, 07 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVOS AO PROCESSO Nº 0029/2016

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0029/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ILG Comercial Ltda ME.

Objeto: Aquisição de Leites e Suplementos Alimentar para uso dos Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica aditado o valor de R\$ 7.019,50, que corresponde em 25% dos itens 01 e 02 vencidos pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 2º Aditivo ao Processo nº 0029/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Nutriclin Saúde Comercio de Produtos Nutricionais Ltda ME.

Objeto: Aquisição de Leites e Suplementos Alimentar para uso dos Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica aditado o valor de R\$ 2.601,30, que corresponde em 25% do item 03 vencido pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 3º Aditivo ao Processo nº 0029/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Merco Soluções em Saúde Ltda.

Objeto: Aquisição de Leites e Suplementos Alimentar para uso dos Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica aditado o valor de R\$ 2.520,00 que corresponde em 25% do item 04 vencido pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Extrato 4º Aditivo ao Processo nº 0029/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Nutriport Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de Leites e Suplementos Alimentar para uso dos Pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica aditado o valor de R\$ 2.160,00 que corresponde em 25% do item 05 vencido pelo contratado, de acordo com o parecer jurídico anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 089/2016

DECRETO Nº 088/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.537, de 20 de Setembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 71)	
R\$ .....	100.000,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 1.008 – Investimentos no DMER	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 77)	
R\$ .....	100.000,00
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Xavantina (SC), 20 de Setembro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 089/2016

DECRETO Nº 089/2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.539, de 06 de outubro de 2016. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 80)	
R\$ .....	135.000,00
.....	
TOTAL .....	135.000,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 1.001 – Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 1)	
R\$ .....	25.000,00
.....	

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.007 – Merenda Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 20)	
R\$ .....	30.000,00
.....	
Unidade Orçamentária: 04.02 – Departamento de Ensino Médio, Educação Superior e Especial	
Projeto Atividade: 2.010 – Auxiliar no Ensino Médio	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 34)	
R\$ .....	15.000,00
.....	

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.06 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
Projeto Atividade: 2.029 – Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 64)	
R\$ .....	15.000,00
.....	

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 67)	
R\$ .....	50.000,00
.....	
TOTAL .....	135.000,00
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 06 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **DECRETO 090/2016**

DECRETO Nº 090/2016

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal a art. 45 de (LRF) Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04 de maio de 2000;

Considerando a necessidade de planejamento, administração e controle dos bens patrimoniais do Município de Xavantina.

DECRETA:

Art. 1º Ao Departamento de Patrimônio compete o planejamento, a execução e o controle das atividades referentes à administração dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade do Município, devendo exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários periódicos verificando a existência e o real estado de conservação;  
II - providenciar o competente registro legal do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o Município;

III - promover, mediante avaliação prévia, a alienação dos bens obsoletos e inservíveis, na forma prevista na legislação pertinente;  
IV - providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

V - promover o recebimento, cadastro, etiquetamento e incorporação dos bens patrimoniais adquiridos;

VI - Elaborar os termos de responsabilidade sobre os bens vinculados às Secretarias, Departamentos e Setores, atualizando-os sempre que houver exoneração, transferências ou substituição dos servidores responsáveis.

VII - Realizar o acompanhamento e elaborar os competentes termos de transferências dos bens por ventura remanejados entre as Secretarias, Departamentos e Setores.

Art. 2º Para fins de incorporação todo o bem móvel deverá seguir o que determina o Art. 15, § 2º da Lei 4.320/64, ou que tenha valor monetário superior a 100 VRM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 10 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **DECRETO 091/2016**

DECRETO Nº 091/2016

INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e no âmbito do que preconiza a LDBEN 9394/96 art. 11º, a Lei 10.72/2001 emenda nº 59 do PNE, Ementa 56/2009, Lei nº 1.153/10 do Sistema Municipal de Ensino e Lei nº 1453 de 23 de junho 2015.

DECRETA:

Art. 1º Instituir a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Xavantina/SC, conforme a Lei Municipal n.º 1453/2015 de 23/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município, composta pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria de Educação:

a) Camila Bedin

II – Representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Loirizane Belen – Titular

b) Leonilde Gandolfi – Suplente

III – Representante do Fórum Municipal de Educação:

a) Edinéia Paludo – Titular

b) Luciane Ongaratto – Suplente

Art. 2º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;

II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;

IV – Publicar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 11 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **DECRETO 092/2016**

DECRETO Nº 092/2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. ROSIANI PELISSON, ocupante do

cargo comissionado de Assessor de Diretor, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 11 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## DECRETO 093/2016

DECRETO Nº 093/2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. THUANE GANDOLFI, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção Escolar, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 11 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1538/2016

LEI Nº 1538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Xavantina, para o exercício de 2017, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 130 da Lei Orgânica do Município e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e  
VII – as disposições gerais.

## CAPÍTULO I

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas constantes nos Demonstrativos e Anexos desta Lei.

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir, ou alterar as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante Decreto o Anexo VIII – Prioridades e Metas, no que diz respeito:

I – à ampliação ou diminuição das metas propostas;

II – à adequação da denominação dos programas, das ações, do produto e da unidade de medida;

III – à transferência de ações entre programas.

§ 2º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual 2017, serão destinados preferencialmente para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo em limite a programação das despesas.

§ 3º O Anexo das Metas Fiscais conterá, no que couber, o disposto no Artigo 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

§ 4º Havendo variação da receita positiva ou negativa em relação à meta estipulada, as metas de receita, despesa e resultados primário e nominal poderão ser ajustado automaticamente.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos

restos a pagar, já inscritos.

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 6º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a legislação aplicável:

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001.

Art. 7º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá o que trata o Art. 22, inciso I, da Lei 4.320/64.

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para o exercício de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o comportamento do cenário econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, poderão os demonstrativos de receitas e despesas constantes dos Anexos desta Lei, serem atualizados quando da elaboração da LOA.

Art. 10 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, demonstrada nesta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 11 Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", "inversões financeiras" e "serviços de terceiros de cada poder".

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 12 A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LRF.

Art. 13 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016 ou anos anteriores.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal por ato próprio poderá efetuar anulações de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 14 Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, em até 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas, previstas para o mesmo exercício, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, tais como: sentenças judiciais ou trabalhistas, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 15 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 16 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 17 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 18 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará preferencialmente aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, desportivo, cooperativo, associativo ou filantrópico, e dependerá de autorização em lei específica, e somente serão concedidos os recursos que cumpram as exigências e regras da legislação em vigor.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo sistema de controle interno, nos termos estabelecidos no convênio e demais legislação aplicável.



Art. 19 Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas, de atividade de natureza continuada e poderá, igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada e programas de bolsa trabalho, instrumento de incentivo ao emprego.

Art. 20 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 22 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 23 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes de julho de 2016, mais a inflação projetada.

Art. 24 A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 26 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implementadas gradativamente de forma a aprimorar e aperfeiçoar os sistemas para apurar os gastos dos serviços visando demonstrar de forma mais clara e objetiva as ações governamentais.

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 27 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 28 A LOA para o exercício de 2017, nos termos do art. 165, § 8º da CF/88, contera o disposto no art. 7º, I, da Lei 4.320/64, incluindo-se implicitamente o disposto na parte final do art. 42 e seguintes do Capítulo V da Lei 4.320/64.

Art. 29 Conforme determina o art. 100, § 1º, da CF/1988, a assessoria jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, até 1º de julho do exercício financeiro em curso, a relação dos débitos a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício futuro.

Art. 30 Somente se incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos 01 (uma) das seguintes condições:

I – comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução;  
II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 Obedecidos os limites da Resolução nº 43/2001 e alterações posteriores do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito em 2017 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/88 e os arts. 31 a 43 da LRF.

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescidas as metas fiscais correspondentes a Dívida Fundada e ao Resultado Nominal.

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LRF.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizadora, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 35 Fica autorizada, a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos poderes executivo e legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 36 Fica autorizada a cessão de servidores, com ônus para o Município, a órgãos da Administração Direta e Indireta dos Governos Federal, Estadual, Poder Judiciário, bem como entidades de classe.

Art. 37 No exercício de 2017, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - for observado o limite previsto no art. 19, III e 20, III da LRF.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os poderes executivo e legislativo, adotaram as medidas previstas, nos § 3º e 4º do Artigo 169 da CF/88, e nos arts. 22 e 23 da LRF.

Art. 40 As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel do Município;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 41 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções, guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Xavantina, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 43 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante ato do poder executivo, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 45 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 47 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da Lei de Orçamento vigente.

Art. 48 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência financeira, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 49 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

Art. 50 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 51 Fica o Poder Executivo, mediante Lei, autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado conforme determina o art. 44 da LRF, Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. Decreto do Poder Executivo definirá os bens móveis inservíveis e antieconômicos objeto da alienação.

Art. 52 Durante o exercício de 2017, o Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, com as Entidades previstas no Artigo 18 da presente Lei, com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Parágrafo Único. Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênios com o Poder Judiciário, de qualquer instância, seja Federal ou Estadual, podendo assumir encargos que não sejam de competência municipal.

Art. 53 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Xavantina (SC), 06 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1539/2016**

LEI Nº 1539, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 80)	
R\$ .....	135.000,00
TOTAL .....	135.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 1.001 – Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 1)	
R\$ .....	25.000,00
Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.007 – Merenda Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 20)	
R\$ .....	30.000,00
Unidade Orçamentária: 04.02 – Departamento de Ensino Médio, Educação Superior e Especial	
Projeto Atividade: 2.010 – Auxiliar no Ensino Médio	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 34)	
R\$ .....	15.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.06 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
Projeto Atividade: 2.029 – Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 64)	
R\$ .....	15.000,00
Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (CR 67)	
R\$ .....	50.000,00
TOTAL .....	135.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 06 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA 148/2016**

PORTARIA Nº 148/2016

CONCEDE ADICIONAL DE GRADUAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII e, o art. 11 da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

Considerando o requerimento apresentado pela Servidora Municipal Sra. Juciane Fátima Moretto, acompanhado do Certificado de Graduação em Pedagogia;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal, Sra. JUCIANE FÁTIMA MORETTO, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, Adicional de Graduação de 5% (cinco por cento), gerando efeitos a contar desta data, tendo em vista a apresentação do respectivo certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 30 de Setembro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA 149/2016**

PORTARIA Nº 149/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Adriane Dannenhauer, em virtude do falecimento de seu pai, senhor Thealdo Dannenhauer;

RESOLVE:



Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. ADRIANE DANNE-NHAUER, em virtude do falecimento de seu pai, senhor Thealdo Dannenhauer, ocorrido em 01 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA 150/2016**

PORTARIA Nº 150/2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso X da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora pública municipal, senhora Jociane Salete Perondi Câmara, solicitando a concessão de licença gestante;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à Servidora Pública Municipal, Sra. JOCIANE SALETE PERONDI CÂMERA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Atividades Gerais, gerando efeitos a contar de 03 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 03 de outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA 151/2016**

PORTARIA Nº 151/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA DO SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o previsto no art. 98 da Lei nº 9.504/97, a qual dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados a Justiça Eleitoral nos eventos relacionados à realização das eleições 2016;

Considerando a convocação e atuação do servidor Público Municipal Sr. Joselino Luiz Naissinger, a qual prestou serviços a Justiça Eleitoral nas eleições do dia 02 de outubro de 2016, como 1º Mesário, junto à seção e local 79/Escola Básica Luiz Sanches Bezerra

da Trindade.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dias) dias de dispensa no período de 10 a 11 de outubro de 2016 ao Servidor Público Municipal, SR. JOSELINO LUIZ NAISSINGER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, referente aos serviços prestados a Justiça Eleitoral nas eleições do dia 02 de outubro de 2016, como 1º Mesário, junto à seção e local 79/Escola Básica Luiz Sanches Bezerra da Trindade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 06 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA 152/2016**

PORTARIA Nº 152/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.453, DE 23 DE JUNHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1453/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros que constituirão a Equipe Técnica que subsidiará a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação instituída através de Decreto nº 091/2016, de 11 de outubro de 2016, a saber:

I – Neiva Teresinha Ferrari de Oliveira

II – Lucivane Ongaratto

III – Edinéia Paludo

IV – Leonilde Gandolfi

V – Loirizane Balen

VI – Camila Bedin

VII – Sivanía Canesso

VIII – Juliane Tedesco

IX – Lenice Marangoni

X – Cátia Boff

Art.2º. Compete a Equipe Técnica de acompanhamento do PME:

a) Analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município.

b) Formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados.

c) Analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;

d) Estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 13 de Outubro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 342

DECRETO Nº 342/2016.

Reduz a carga horária de servidores municipais comissionados e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº 037 e Nº. 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações conforme Ofício SMS 0321/2016.

DECRETA:

Art. 1º Reduzir, de 40(quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, a partir de 10 de outubro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, a carga horária dos servidores municipais comissionados vinculados a Secretaria Municipal de Saúde, abaixo relacionados.

6464- Raquiane Paula de Oliveira Vaz

6492- Silvia Vieira

5991- Vera Lucia de Siqueira

6465- Renata Triana Rodrigues Bianchi

6046- Leandra Brandelero Boff

6311- Claudia GrandoMatiello

7381- NatanyBetinelleBernardon

Art. 2º Fica reduzida a carga horaria da servidora municipal Iria Lourdes Merlo, matrícula 5308, de 30 (trinta) horas semanais para 20(vinte) horas semanais a partir de 10 de outubro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de outubro de 2016.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

### Decreto 348

DECRETO Nº. 348/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 13 de outubro de 2016, a servidora municipal SILVANA BONAVIGO KNONER, ocupante do cargo comissionado de DIRETORA DE PROGRAMAS DA TERCEIRA IDADE, portadora da matrícula 7182, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Mulher, Juventude e Terceira Idade, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de outubro de 2016.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo VeriatoMorás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 349**

DECRETO Nº 349/2016

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio, para atuarem em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de XAXIM - SC, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

## DECRETA

Art. 1º Fica Designado para o exercício de 2016, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de Xaxim - SC, a servidora MARINILSE DE FREITAS FIN – CPF 045.104.769-90.

Parágrafo único – Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro titular, o mesmo será substituído pelo servidor Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72 - (Membro da Equipe de Apoio) o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Xaxim, os servidores:

Juvenal Martinazzo, CPF: 048.785.719-42 - Secretário  
Catiane Geovane CurtarelliSocol, CPF: 006.466.089-32 - Membro Titular  
IgomarBortoncello 701.463.739-87 - Membro Titular  
Taiane Aparecida Baggio 064.988.789-16 - Membro Suplente.

Parágrafo único – Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 3º O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, com atribuições que incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante às alterações que lhe forem dadas e Lei Federal 8.666 de 12 de junho de 1993.

Art. 5º O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio, servidores especificados neste Decreto, desempenharão as atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, durante o ano de 2016.

Art. 6º O mandato do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 267/2016.

Gabinete do Prefeito, em 13 de outubro de 2016.  
IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

LUÍS ANTONIO CIPRIANI  
Procurador Geral do Município

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM  
XAXIM SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE DÍVIDA ATIVA 003/2016

- Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de SC, exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais;

- Considerando que a Lei Complementar 101/2000 e lei 007/2002(CTM) estabelece como requisito essencial da responsabilidade fiscal a arrecadação dos tributos municipais;
- Considerando que o tributo Municipal tem por finalidade essencial ser aplicado na melhoria da infra-estrutura municipal;
- Considerando que a administração de Xaxim SC, busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;
- Considerando que o departamento tributário efetuou por vários meios de comunicação levando a informação ao contribuinte das atitudes a serem tomadas no caso de inadimplência por parte dos contribuintes de tributos municipais pendentes até o exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Xaxim SC faz publicar o EDITAL:003/2016

Notificamos os contribuintes inscritos em Dívida do exercício de 2015 e anteriores, com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, Imposto Sobre Serviços ISS, Taxa de Licença para Funcionamento-ALVARÁ Contribuição de Melhorias- CTML, entre outros tributos, do Município de Xaxim SC .

Os contribuintes deverão comparecer no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Xaxim, situado na Rua Rui Barbosa 312 Centro, Xaxim SC, para emitir a guia de cota única e ou parcelar seus débitos e após efetuar o pagamento nas agências da Caixa Econômica Federal e Casas Lotéricas.

A não liquidação de suas dívidas com o ente público, até 18/11/2016 , implicará no envio das CDA-s, para a cobrança para a esfera Judicial e ou para protesto.

Portanto informamos que esta é mais uma oportunidade do contribuinte ficar em dia com a Fazenda Pública Municipal, evitando com isso transtornos futuros.

Maiores esclarecimentos, estamos à disposição na Divisão de Tributos desta Prefeitura e através dos telefones (49) 3353-6977 e (49) 3353-5619

Xaxim SC 13 de outubro de 2016.

NEUDI ANTONIO PALUDO

Secretário da Fazenda

Prefeito Municipal de Xaxim SC.

# Associações

## AMERIOS

### RESOLUÇÃO Nº 019-2016 AMERIOS - EXTRATO DE CONTRATOS

Resolução nº 019/2016 Maravilha (SC), 13 de outubro de 2016.

Torna público atos administrativos relacionados a contratação de serviços.

Sr. ROGÉRIO PERIN, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR PÚBLICO os seguintes atos administrativos:

#### 1. EXTRATO DE RECISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 02/2015

PARTES: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS e LEANDRA FACHINI BOITA.

OBJETO: Execução dos serviços profissionais de Engenharia Civil e a responsabilidade técnica da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE RIOS – AMERIOS.

DATA: 31 de agosto de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2016.

#### 2. EXTRATO DE RECISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 03/2015

PARTES: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS e GLAUBER SARTORI GANDOLFI.

OBJETO: Execução dos serviços profissionais de Engenharia Elétrica e a responsabilidade técnica da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE RIOS – AMERIOS

DATA: 31 de agosto de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2016.

#### 3. EXTRATO DE RECISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 08/2015

PARTES: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS e ARNILDO LUIZ KOLLET.

OBJETO: Execução de todos os serviços profissionais de Assessoria jurídica da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE RIOS – AMERIOS.

DATA: 2 de outubro de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 2/09/2016.

#### 4. EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 09/2015

PARTES: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS e VALQUIRIA ASTRIGI.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do contrato n. 09/2015, para mais um ano, tendo como prazo final em 4 de outubro de 2017.

DATA: 3 de outubro de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 1/09/2016.

#### 5. EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 03/2016

PARTES: Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS e ARNILDO LUIZ KOLLET Sociedade Individual de Advocacia, CNPJ n. 26.341.626/0001-55.

OBJETO: Execução de todos os serviços profissionais de assessoria jurídica da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS.

INÍCIO: 03 de outubro de 2016.

DATA DE ASSINATURA: 13/10/2016.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

ROGÉRIO PERIN

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão/SC

# Consórcios

## CIMCATARINA

### DECISÃO CHAMADA 0004\_2016 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

#### DECISÃO

#### PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0004/2016-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0004/2016, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Especificações básicas e Requisitos mínimos	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização
53	0700-806	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MINASREY	MELHORMED	806-4
54	0700-807	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MINASREY	MELHORMED	807-5
56	0700-1797	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.	MINASREY	MELHORMED	1797-2
57	0700-776	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	MINASREY	MELHORMED	776-3
108	0700-3548	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR	3548-3
109	0700-2587	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.	SR	SR	2587-3

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS EM DILIGÊNCIA

Item	Código de Uso Interno	Unidade	Especificações básicas e Requisitos mínimos	Marca	Modelo
28	0700-1060	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINASREY	MELHORMED
29	0700-1061	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINASREY	MELHORMED
30	0700-1062	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINASREY	MELHORMED
31	0700-1063	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINASREY	MELHORMED
32	0700-1064	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINASREY	MELHORMED
33	0700-1065	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINASREY	MELHORMED



34	0700-2559	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINAS-REY	MELHOR-MED
35	0700-2560	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MINAS-REY	MELHOR-MED
50	0700-1957	PACOTE	COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.	MINAS-REY	MELHOR-MED
106	0700-1091	UNIDADE	SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	SR

Justificativa: Será promovida diligência em conformidade com o Art. 14 da resolução 005 de 16 de março de 2015.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Código de Uso Interno	Unidade	Especificações básicas e Requisitos mínimos	Marca	Modelo
44	0700-2879	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MINAS-REY	MELHOR-MED
45	0700-2880	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MINAS-REY	MELHOR-MED
46	0700-2881	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MINAS-REY	MELHOR-MED
47	0700-2882	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MINAS-REY	MELHOR-MED

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
44	O produto apresentado não possui bastante elasticidade no sentido longitudinal, as bordas não estão devidamente acabadas e foram encontrados fios soltos ao logo de seu comprimento.
45	O produto apresentado não possui bastante elasticidade no sentido longitudinal, as bordas não estão devidamente acabadas e foram encontrados fios soltos ao logo de seu comprimento.
46	O produto apresentado não possui bastante elasticidade no sentido longitudinal, as bordas não estão devidamente acabadas e foram encontrados fios soltos ao logo de seu comprimento.
47	O produto apresentado não possui bastante elasticidade no sentido longitudinal, as bordas não estão devidamente acabadas e foram encontrados fios soltos ao logo de seu comprimento.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em



horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Fraiburgo, 13 de outubro de 2016.  
Camila Strapazzon  
Presidente Comissão Especial  
Resolução Nº 0007/2016

## **RESOLUÇÃO 0040\_2016**

Resolução n. 0040/2016.  
Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 032 de 07 de dezembro de 2015;

### **RESOLVE:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2016, crédito adicional suplementar no valor de R\$, nas seguintes dotações:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA		
0004.0122.0001.2.001 – Manutenção do CIMCATARINA		
3.4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (3)	R\$	4.000,00
0004.0122.0001.2.002 – Desenvolvimento e Gestão de Contratações compartilhadas		
3.4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.300 (13)	R\$	20.000,00
Total	R\$	24.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta da anulação das seguintes dotações:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA		
0004.0122.0001.2.001 – Manutenção do CIMCATARINA		
3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (2)	R\$	1.000,00
0018.0541.0001.2.007 – Desenvolvimento da Preservação e conservação Ambiental.		
3.4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (22)	R\$	1.000,00
0018.0541.0001.2.008 – Desenvolvimento e Gestão de Recursos Hídricos		
3.4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (28)	R\$	1.000,00
3.4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.300 (31)	R\$	20.000,00
0027.0812.0001.2.010 – Desenvolvimento do Esporte e Lazer Comunitário		
3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.200 (38)	R\$	1.000,00
Total	R\$	24.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
Prefeito de Caçador  
Presidente do CIMCATARINA

**CIMVI****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/009 - LICITAÇÃO Nº 015/2016 - CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA/EQUIPAMENTO/CAMINHÃO COM OPERADOR/MOTORISTA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Jean Menin Me

OBJETO: Registro de Preços para serviços de hora máquina, equipamento e caminhão, com operador/motorista e orientação técnica, durante o exercício de 2016, através do Sistema de Registro de Preços, para execução indireta pelo regime de empreitada integral por preço unitário de obras e/ou serviços no Aterro Sanitário, conforme segue:

LOTE ÚNICO – CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA, EQUIPAMENTO E CAMINHÃO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CIMVI					
Subitem	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
01	400	hora	Escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13.000kg, com operador e orientação técnica.	125,00	50.000,00
02	400	hora	Mini escavadeira hidráulica de esteiras com peso operacional mínimo de 3.000kg, com operador e orientação técnica.	85,00	34.000,00
03	200	hora	Caminhão tipo truck, com caçamba basculante com capacidade mínima de 12m³ de carga, tração 6x4, com motorista e orientação técnica.	70,00	14.000,00
04	200	hora	Rolo compactador com peso operacional mínimo de 11.000kg, com operador e orientação técnica.	135,00	27.000,00
05	300	hora	Trator esteira com peso operacional mínimo de 14.000kg, com operador e orientação técnica.	163,00	48.900,00
06	200	hora	Retroescavadeira tração 4x4, com peso operacional mínimo de 6.500kg, com operador e orientação técnica.	80,00	16.000,00
VALOR TOTAL (R\$)				189.900,00	

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2016.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 14 de Outubro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

**LICITAÇÃO Nº 015/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 015/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 14 de Outubro de 2016.

PATRICIA BARBARESCO  
Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES  
Advogado  
OAB/SC nº 17.692

**LICITAÇÃO Nº 015/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 015/2016, o(s) participante(s):

LOTE	FORNECEDOR	VALOR (R\$)
ÚNICO	JEAN MENIN ME	189.900,00

Timbó, 14 de Outubro de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

**CIS/AMMVI****RESOLUÇÃO Nº 123/2016 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 123, de 13/10/2016.

Designa Comissão Especial para apuração de possíveis irregularidades na contratação de bens e/ou serviços através do CISAMVI.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados e pelo Contrato de Consórcio Público, e

Considerando o disposto nos art. 49-E e 49-F, do Estatuto Social do CISAMVI;

Considerando o disposto no § 1º do art. 49-H do mesmo Estatuto, c/c aplicação por analogia do art. 16 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 83, de 29/07/14,

Considerando o disposto no parágrafo único do Art. 59 da Lei 8.666/93, e demais fundamentos legais, resolve:

**CONSTITUIR:**

Os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, constituírem Comissão Especial para apuração de possíveis irregularidades nas contratações de bens e/ou serviços através do CISAMVI, e, se necessário, instauração de sindicância, a contar desta data:

Nome	Emprego/Função
José Luiz Colombi	Prefeito Municipal de Botuverá.
Vanessa Fernanda Schmit	Diretora Administrativa AGIR, cedida pelo Município de Gaspar por força do Convênio nº 001/2011, e nos termos da Resolução nº 035/2016 – AGIR.
Cleonis Hostins	Secretário de Saúde do Município de Gaspar.

Blumenau, SC, em 13 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI